RODRIGO RABELLO

A face oculta do documento:

tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação

Marília
2009

A face oculta do documento:
tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação

Rodrigo Rabello

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães
Co-orientador: Prof. Dr. Juan Carlos Fernández Molina

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista.

Linha de pesquisa: Organização da Informação

Marília
2009

Rabello, Rodrigo
R586p A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação / Rodrigo Rabello. – Marília , 2009.
331 p. ; 30 cm

Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009.
Referências: p. 316-331

1. Documento. 2. Conceito. 3. Epistemologia. 4. Ciência da Informação. I. Autor. II. Título.

CDD20 - 002

RODRIGO RABELLO

A face oculta do documento:
tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista.

Linha de pesquisa: Organização da Informação

BANCA EXAMINADORA
27 de Fevereiro de 2009

_____
Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães
Orientador

_____
Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia Marañon
Universidade Estadual Paulista – UNESP

_____
Profa. Dra. Nair Yumiko Kobashi
Universidade de São Paulo – USP

_____
Profa. Dra. Vera Lúcia Doyle Dodebei
Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO

_____
Profa. Dra. Maria Nelida González de Gómez
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Filosofia e Ciências
Campus de Marília

Em memória de meu pai
Juvêncio Rabello da Silva*,*
com saudade.

A
Minha mãe Hildete, *minhas* irmãs *e*
minha companheira Tatiane*,*
com amor.

Agradeço...

Ao orientador José Augusto C. Guimarães que acreditou no projeto desde o início com entusiasmo, nunca deixando de instigar a minha inquietude por desbravar o "arenoso terreno" da interdisciplinaridade.

Ao co-orientador Juan Carlos Fernández Molina, pelo acompanhamento e incentivo, inclusive, durante o período de investigação em Granada.

Aos membros da banca Nair Y. Kobashi, Eduardo Murguia, Vera Lúcia D. Dodebei e Maria Nelida González de Gómez, por aceitarem gentilmente o convite e pelas preciosas contribuições.

A professora Fátima Tálamo, pelas contribuições na ocasião do primeiro Exame de Qualificação.

A todos os professores que compartilharam o seu conhecimento durante as disciplinas cursadas, dentre os quais destaco Miguel A. Rendón Rojas, Fco. Javier García Marco, Carmen Augustín Lacruz, Fátima Tálamo, Oswaldo Almeida Jr., João Batista Morais, Mariângela Fujita e, em particular, Eduardo Murguia, que acompanhou de perto o desenvolvimento da pesquisa.

A professora Blanca Rodríguez Bravo, pela disponibilização de materiais.

A todos os colegas que contribuíram direta ou indiretamente para a pesquisa, seja com uma indicação bibliográfica, com uma sugestão ou com um simples comentário durante as disciplinas cursadas. Dentre os amigos que contribuíram diretamente, deixo aqui os meus sinceros agradecimentos a Maria de Lourdes Lima, a Lúcia Nascimento e a Cristina Ortega. Destaco, ademais, uma contribuição muito especial de Tatiane Pacanaro, cujas críticas e sugestões foram enriquecedoras, e de Carlos Almeida e de Rose Reis, cujas opiniões foram marcantes.

Aos funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Marília, particularmente, aos da biblioteca e da seção de Pós-Graduação e, em especial, a Margareth Pigozzi, do CEDHUM, e a Sylvia Horiguela de Moraes, do Escritório de Pesquisa.

Aos funcionários da biblioteca da Universidad de Granada e da Universidad Carlos III de Madrid.

A Baudi Laurent, da biblioteca da École des Chartes, e a Raphaelle Cornile, do Institut Mundaneum, pela simpática recepção e pela disponibilização de importantes materiais.

A gentileza de Hélio Reis e de Elena Sandulski, pela revisão.

Aos demais amigos, cujos encontros e desencontros tiveram Marília como cenário. Destes, agradeço, em especial, a Robson dos Santos, Ádima Rosa, Ana Albuquerque, Fátima Cabral, André Jundi, Lívia Moraes, Luana Woida, Aldinar Bottentuit, Iuri Rizzi, Márcio Carvalho, Claudinei Cássio, Marcos Passos e Emanuel Guedes. Aos amigos de Guarulhos, de outras datas, agradeço a Alex Barnabé, Marco Pinheiro, Cleilton Ribeiro, Manoel Neto, Gilmar de Souza, Willian Biart, Allan Coelho, David Braga e Rita Braga.

A Neusa Trinca e a Edmir Trinca, pelo imensurável apoio.

Enfim, a toda minha família, com inestimável apreço.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo indispensável apoio financeiro sem o qual a pesquisa não se concretizaria.

"Irrecuperável é, com efeito, toda a imagem do passado que corre o risco de desaparecer com cada instante presente que nela não se reconheceu. (A feliz notícia trazida pelo ofegante historiógrafo do passado sai de uma boca que, talvez no próprio instante em que se abre, fala já no vazio)."

Walter Benjamin
Teses sobre a Filosofia da História

Resumo

Dentre as inúmeras possibilidades investigativas no campo da Ciência da Informação (CI), a abordagem histórico-conceitual se faz relevante num momento em que se observam intentos de sistematização e de aprofundamento teórico desta esfera analítica, com preocupações marcadamente epistemológicas. Considerando esse universo investigativo, observou-se que o conceito *documento* apresenta uma posição privilegiada na "cintura protetora" do "programa de investigação científica" de Imre Lakatos, adaptado à CI por Miguel Rendón Rojas. Todavia, identificou-se que, muitas vezes, o documento fora abordado no campo da CI de forma imprecisa, principalmente, quando não foram sopesados aspectos conceituais relacionados ora pela tradição, ora pela inovação. Tendo em vista o objeto de estudo e a problemática identificada, recorreu-se às disciplinas História, Diplomática e Documentação por serem importantes para uma abordagem histórico-conceitual, justamente por reunirem esforços anteriores à CI para o estudo do documento. A investigação dessas disciplinas se justificou a partir da hipótese de que elas influenciaram e/ou contribuíram para a acepção de documento enquanto uma categoria no universo teórico da CI. Dessa conjectura, emergiram os seguintes objetivos: a) realizar um estudo histórico-conceitual para apreender em que medida as disciplinas analisadas contribuíram para a acepção de documento na CI; e b) compreender a natureza e a abrangência do conceito na CI quando pensado a partir de uma perspectiva social que contemplasse a relação dinâmica entre tradição e inovação no seu quadro teórico. Para tanto, configuram-se tradição e inovação enquanto categorias antitéticas de análise inspiradas naquelas que compõem a *Historik* de Reinhart Koselleck e que representam, respectivamente, "índices de realidades" e "perspectivas de futuro" do conceito *documento*, se pensadas, sobretudo, a partir do método da História dos conceitos, criado pelo referido autor. Nesse sentido, buscou-se aproximar a História dos conceitos, enquanto um método de análise, aos estudos de natureza histórico-conceitual da CI. O emprego de tais categorias, no âmbito do mencionado método, foi relevante por tornar perceptível a mudança histórica dos conceitos científicos analisados a partir da premissa de que a diacronia está contida no uso e na formulação sincrônica desses e que reflete, por sua vez, no processo valorativo inerente ao contexto disciplinar da CI. Dessa forma, buscou-se contemplar, num primeiro momento, aspectos teórico-contextuais no campo historiográfico, onde o conceito *documento* apareceu sob tensão entre duas correntes – a "História Positivista" e o movimento dos *Annales* – e, num segundo momento, articular tais aspectos à acepção de documento nas disciplinas Diplomática e Documentação, que, igualmente, expressaram conceitualmente a dinâmica entre tradição e inovação. Por fim, desvelou-se a "face oculta" do conceito na condição de uma categoria no "programa de investigação" da CI. Argumentou-se que o recurso histórico-conceitual fora imprescindível para que tal enunciação pudesse ser justificada. Com tal abordagem, chegou-se a aspectos essenciais que ajudaram a remontar a tradição e a inovação no contexto disciplinar da CI, dentre os quais se destacaram: a) enfoque teórico entre informação e documento (perspectivas objetiva, subjetiva e social); b) enfoque na relação sujeito/objeto (objetivista ou subjetivista); c) natureza do objeto/registro (natural, artificial, textual, etc.); d) categorias para identificar a fase objeto/documento (unicidade, virtualidade e significação); e e) natureza do produtor do documento.

Palavras-chave: Documento; História dos conceitos; História, Diplomática; Documentação; Ciência da Informação.

Abstract

Among the countless research possibilities in the field of Information Science (IS), the historical-conceptual approach is relevant when we observe intents of systematization and theoretical deepening of this analytical sphere with markedly epistemological concerns. Taking into consideration this research universe, it was observed that the concept *document* has a privileged position in the "protective belt" of the "scientific research program" of Imre Lakatos adapted to IS by Miguel Rendón Rojas. However, it was seen repeatedly that the document was approached inaccurately in the field of IS, mainly when conceptual aspects related one moment by tradition, and the next by innovation were not counterbalanced. Bearing in mind the objective of the study and the identified problematics, we resorted to the disciplines of History, Diplomatics and Documentation as they were relevant to a historical and conceptual approach, precisely for having studied the document prior to IS. The research of these disciplines was justified by the hypotheses that they have influenced and/or contributed to the meaning of document while a category in the theoretical universe of IS. Based on this conjecture, the following objectives arose: a) to carry out a historical and conceptual study to learn to what extent the analyzed disciplines have contributed for the meaning of document in IS; and b) to understand the nature and the range of the concept in IS when seen under a social perspective that contemplated the dynamic relationship between tradition and innovation in its theoretical framework. Therefore, tradition and innovation are considered as antithetical categories of analysis inspired on those that make up *Historik* by Reinhart Koselleck and that represent respectively "reality rates" and "perspectives of the future" of the concept *document*, if seen, above all, from the point of view of the method of history of concepts created by the above mentioned author. In this sense, we tried to relate the history of concepts while an analysis method to the historical-conceptual studies of IS. The use of such categories, under the mentioned method, was relevant for making noticeable the historical change of the scientific concepts analyzed based on the premise that the diachrony is included in their use and concurrent formulation and that it reflects on the inherent valorative process of the disciplinary context of IS. Thus, we tried initially to analyze theoretical-contextual aspects in the historiographical field where the concept *document* appeared under tension between two streams – the "Positivist History" and the *Annales* movement. Secondly, we tried to relate such aspects to the meaning of document in the disciplines Diplomatics and Documentation which equally expressed conceptually the dynamics between tradition and innovation. Finally, the "hidden face" of the concept in the condition of a category in the "research program" of IS was disclosed. It was argued that the historical-conceptual resource was vital for such enunciation to be justified. With such approach, essential aspects that helped to retrace tradition and innovation in the disciplinary context of IS were reached. Among them the following stood out: a) theoretical approach between information and document (objective, subjective and social perspectives); b) focus on the subject/object relationship (objectivist or subjectivist); c) nature of the object/register (natural, artificial, textual, etc.); d) categories to identify the phase object/document (uniqueness, virtuality and meaning); and e) nature of the producer of the document.

Keywords: Document, History of concepts; History; Diplomatics; Documentation; Information Science.

Résumé

Dans les innombrables possibilité d'investigation sur le champ de la Science de l'Information (SI), l'abordage historique-conceptuel, il est important au moment qu'on observe intentions de systématisation et d'approfondissement théorique de cette sphère analytique, avec préoccupations marquéement épistémologiques. En considérant cet univers investigateur, en observant que le concept document a une position évaluée dans la «ceinture protectrice » du « programme de recherche scientifique » de Imre Lakatos, adapté à SI pour Miguel Rendón Rojas. Néanmoins, il s'est identifié que, plusieurs fois, le document a été abordé sur le champ de la SI de forme inexacte, principalement, quand il n'était pas évalué les aspects conceptuels rapportés pour la tradition ou pour l'innovation. En ayant en vue d'objet d'étude et de la problématique identifiée, il s'est fait appel des disciplines d'Histoire, Diplomatie et Documentation pour être importants pour une abordage historique-conceptuel, justement pour rassembler les efforts précédents à SI pour l'étude du document. La recherche de cettes disciplines a été justifiés à partir de l'hypothèse de qu'elles ont influencé ou elles ont aidé pour la signification du document tant que une catégorie dans univers théorique de la SI. De cette conjecture, ils ont arrivé les suivants objectifs : a) réaliser un étude historique-conceptuel pour apprendre en quelle mesure les disciplines analysées ont contribué pour la signification du document dans la SI ; b) comprendre la nature du concept dans la SI quand en pensant à partir d'une perspective social que envisageait la relation dynamique entre la tradition et innovation dans son cadre théorique. Pour tant, ils sont configurés la tradition et innovation tant que les catégories antithétiques d'analyse inspirées sur lesquelles constituent la Historik de Reinhart Koselleck et celles qui représentent, respectivement, « indices de réalités » et « perspectives d'avenir » du concept *document*, si pensées, surtout, à partir du méthode de l'histoire des concepts, il a été créé par l'auteur. Dans ce sens, on a cherché l'approcher l'histoire des concepts, tant qu'une méthode d'analyse, aux études de la nature historique-conceptuel de la SI. L'emploi de telles catégories, dans le contexte de la mentionnée méthode a été important pour rendre perceptible le changement historique des concepts scientifiques analysés à partir de la prémisse dont la diachronie est contenue en usage et dans la formulation synchronique de ceux-là et que reflète, pour sa fois, dans le processus de valeur active inhérent au contexte discipliner de la SI. De cette forme, on a cherché envisager, dans un premier moment, aspects théorique-contextuels dans le champ de l'historiographie, où le concept *document* est apparu sur tension entre deux courants – à « Histoire Positiviste » et le mouvement des *Annales* – et, dans deuxième moment, articuler tels aspects à la signification du document dans les disciplines Diplomatique et Documentation, que, également, ils ont exprimé conceptuellement la dynamique entre tradition et innovation. Finalement, il s'est découvert la « face-occulte » du concept dans la condition d'une catégorie dans le « programme de recherche » de la SI. Il s'est fait valoir que la ressource historique-conceptuel est indispensable pour que telle énonciation puisse être justifiée. Comme tel abordage, il est arrivé à des aspects essentiels qui ont aidé à retracer la tradition et innovation dans le contexte disciplinaire de la SI , parmi lesquels ils se sont détachés : a) l'évidence théorique entre l'information et document (perspectives, objective, subjective et sociale) ; b) l'évidence sur la relation sujet/objet (objectivisme au subjectivisme) ; c) nature de l'objet / registre (naturel, artificiel, littéral, etc.) ; d) catégories pour identifier la phase objet/document (unicité, virtualité et signification) ; et e) nature du producteur du document.

Mots clé : Document ; Histoire des concepts ; Histoire ; Diplomatique ; Documentation ; Science de l'Information.

Resumen

Entre las innumerables posibilidades investigativas en el campo de la Ciencia de la Información (CI), el abordaje histórico-conceptual se vuelve relevante en un momento en que se observan intentos de sistematización y de profundización teórica de esta esfera analítica, con preocupaciones acentuadamente espistemológicas. Considerando ese universo investigativo, se ha observado que el concepto *documento* presenta una posición privilegiada en la "cintura protectora" del "programa de investigación científica" de Imre Lakatos, adaptado a la CI por Miguel Rendón Rojas. Sin embargo, se identificó que muchas veces el documento había sido abordado en el campo de la CI de manera imprecisa, principalmente cuando no fueron sopesados aspectos conceptuales relacionados algunas veces por la tradición y otras por la innovación. Considerando el objeto de estudio y la problemática identificada, se ha recurrido a las disciplinas Historia, Diplomática y Documentación, ya que las mismas son importantes para un abordaje histórico-conceptual, justamente porque reúnen esfuerzos anteriores a la CI para el estudio del documento. La investigación de esas disciplinas se ha justificado a partir de la hipótesis de que ellas habrían influenciado o contribuido para la acepción de documento como una categoría en el universo teórico de la CI. A partir de esa conjetura han emergido los siguientes objetivos: a) realizar un estudio histórico-conceptual para evaluar en qué medida las disciplinas analisadas han contribuido para la acepción de documento en la CI; y b) comprender la naturaleza y la amplitud del concepto en la CI cuando pensado desde una perspectiva social que contemplase la relación dinámica entre tradición e innovación en su cuadro teórico. Para alcanzar esos objetivos, tradición e innovación se configuran como categorias antitéticas de análisis inspiradas en aquellas que componen la *Historik* de Reinhart Koselleck y que representan, respectivamente, "índices de realidades" y "perspectivas de futuro" del concepto *documento*, sobre todo si pensadas a partir del método de la Historia de los conceptos, creado por el referido autor. En ese sentido, se ha buscado aproximar la Historia de los conceptos, como un método de análisis, a los estudios de naturaleza histórico-conceptual de la CI. El empleo de tales categorías, en el ámbito del mencionado método, ha sido relevante por volver perceptible el cambio histórico de los conceptos científicos analisados a partir de la premisa de que la diacronía está embutida en el uso y en la formulación sincrónica de los mismos y que se refleja, a su vez, en el proceso de valoración inherente al contexto disciplinar de la CI. De esa manera, se ha buscado contemplar, en un primer momento, aspectos teórico-contextuales en el campo historiográfico, donde el concepto *documento* apareció bajo tensión entre dos corrientes – la "Historia Positivista" y el movimiento de los *Annales* – y, en un segundo momento, articular esos aspectos a la acepción de documento en las disciplinas Diplomática y Documentación, que igualmente han expresado conceptualmente la dinámica entre tradición e innovación. Por fin, se ha desvelado la "face oculta" del concepto en la condición de una categoría en el "programa de investigación" de la CI. Se ha argumentado que el recurso histórico-conceptual fue imprescindible para que esa enunciación pudiera ser justificada. A través de ese abordaje, se ha llegado a aspectos esenciales que ayudaron a remontar a la tradición y la innovación en el contexto disciplinar de la CI, entre las cuales se destacaron: a) enfoque teórico entre información y documento (perspectivas objetiva, subjetiva y social); b) enfoque en la relación sujeto/objeto (objetivista o subjetivista); c) naturaleza del objeto/registro (natural, artificial, textual, etc.); d) categorías para identificar la fase objeto/documento (unicidad, virtualidad y significación); y e) naturaleza del productor del documento.

Palabras clave: Documento; Historia de los conceptos; Historia, Diplomática; Documentación; Ciencia de la Información.

Lista de quadros

Pág.

Quadro 1 – Situação (S) teórico-comparativo – Convergência (C) / Divergência (D)..... 282

Quadro 2 – Relação tradição/inovação e o "ser" documento na Ciência da Informação... 305

Lista de siglas e abreviaturas

Sigla/Abreviatura	*Significado*
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Análise Documental
Annales	Annales d´histoire économique et sociale
ASIST	The American Society for Information Science and Technology
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
École	École des Chartes
EUA	Estados Unidos
FID	Federação Internacional de Documentação
FIID	Federação Internacional de Informação e Documentação
IIB	Instituto Internacional de Bibliografia
IID	Instituto Internacional de Documentação
InterPARES	International Research on Permanent Authentic Records in Eletronic Systems
OC	Organização do Conhecimento
OIB	Oficina Internacional de Bibliografia
ONU	Organização das Nações Unidas
RBU	Repertório Bibliográfico Universal
RI	Recuperação da Informação
SRI	Sistema de Recuperação da Informação
Traité	Traité de Documentation
TTI	Tratamento Temático da Informação
UFOD	Union Française des Organismes de Documentation
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
URSS	União Soviética
USP	Universidade de São Paulo
VINITI	All-Union Institute for Scientific and Technical Information (*Vserossiisk Institut Nauchoi i Tekhnicheskoi Informatsii*)

Sumário

Pág.

Introdução

Caminhos percorridos..... 25

1 O documento na dimensão historiográfica

1.1 Positivismo e noção de história comteana..... 31

1.2 História Científica Metódica ou "História Positivista"..... 51

1.3 O movimento dos *Annales* e o documento no universo da cultura material..... 66

2 O documento como objeto de estudo da Diplomática

2.1 Aspectos históricos da Diplomática..... 103

2.2 O documento diplomático: aspectos conceituais..... 110

2.3 Valores histórico, jurídico e arquivístico do documento diplomático..... 117

3 O documento sob a perspectiva da Documentação

3.1 Da Bibliografia à Documentação..... 149

3.2 A dimensão disciplinar da Documentação..... 158

3.3 O conceito *documento* na tradição otletiana..... 173

4 O documento na Ciência da Informação: aspectos ontológicos e sociais

4.1 Ciência da Informação: abordagens prático-disciplinares e epistemológicas..... 187

4.2 Horizonte interpretativo: história dos conceitos..... 214

4.3 Aspectos objetivo, subjetivo e social da informação..... 227

4.4 *Ser ou não ser documento, eis a questão*: tradição e inovação a partir de uma perspectiva social..... 252

Conclusões..... 297

Referências..... 316

Introdução

A Ciência da Informação (CI), comparada a outras ciências, pode ser considerada uma disciplina nova, tendo em vista que começou a se constituir após a Segunda Guerra Mundial. A recente criação e institucionalização somada à premência hodierna de pesquisas na área da informação expressam a sua pertinência social e disciplinar à medida que ainda se observam inúmeras possibilidades investigativas, dentre as quais se destacam as preocupações de cunho epistemológico, evidenciando, assim, a necessidade de buscar e/ou construir bases teóricas que lhe ofereçam maior alicerce metodológico e conceitual, bem como maior consistência científica.

A partir desta constatação, procuramos delimitar o objeto de pesquisa. Este passou a esboçar seus primeiros traços quando nos deparamos com a seguinte condição: a CI, de modo geral, tem grande parte de suas atividades e interesses de estudo relacionados ao conceito de *informação* (aspecto intangível/conteúdo abstrato), e a objetivação (registro) da informação ocorre por meio de uma ação permeada por aspectos simbólicos (sociais) sob uma dada estrutura lingüística. O produto tangível desse processo convencionalmente é denominado de *documento*.

Nesse sentido, o *documento* faz parte do quadro conceitual da CI.[1] Ele apresenta a materialidade e a susceptibilidade de inscrição ou registro informacional como características principais e apresenta, igualmente, uma estrutura e uma disposição que facilita e/ou propicia a identificação e a apreensão das informações nele registradas.

Diante desses aspectos, podemos pensar a contribuição conceitual do documento para o desenvolvimento da CI, particularmente, nos debates teóricos ocorridos no universo informacional, os quais não nasceram exclusivamente após o surgimento dessa disciplina, mas se originaram das demandas sociais historicamente construídas antes mesmo de sua existência e foram assumindo, pouco a pouco, diferentes matizes.

A necessidade de registrar idéias, conhecimentos, fatos, etc. na forma de uma memória "sobressalente" e de acordo com distintos interesses e demandas (religiosas, artísticas, comerciais, etc.) acompanhou uma outra atividade, a saber, a de armazenamento e guarda de

---

[1] A relevância do estudo sobre o *documento* foi evidenciada durante a investigação de Smit, Tálamo e Kobashi (2004) que, sob um viés terminológico, apresentaram a expressão inserida em uma lista contendo cinqüenta e quatro termos consolidados em fichas-síntese e constataram que estes são muitas vezes apreendidos e absorvidos pela CI de forma imprecisa, seja pela falta de rigor terminológico e/ou de rigor científico. Dessa forma, as autoras observaram que a CI, sob o desígnio da interdisciplinaridade, importa o termo de outras disciplinas de forma não crítica.

documentos em espaços específicos que possibilitariam o seu posterior acesso. Sob um olhar distanciado desse fenômeno, podemos dizer que tais demandas sociais percorreram um grande espaço temporal particularizadas pelos aspectos socioculturais que as envolviam. Se tomarmos como referência o que se convencionou chamar de civilização ocidental, os primórdios desses interesses documentais compreendem desde a Antigüidade até os nossos dias.

Se partirmos das necessidades informacionais contemporâneas, a compreensão dessa amplitude temporal se apresenta como um problema de ordem teórico-prática para a viabilização de nosso estudo, pois um "mapeamento" dos fenômenos que envolveram a produção de documentos até chegar à sua acepção atual, em particular na CI, seria uma tarefa um tanto quanto ambiciosa.

Localizado o problema inicial de delimitação cronológica do objeto, foram delineadas algumas perguntas centrais e pertinentes para refletirmos sobre uma demarcação adequada do período a ser estudado.

Primeiramente, nos perguntamos quais seriam os principais eventos que marcaram o avanço das formas de produção e de divulgação do conhecimento através do registro informacional. Tomamos como marco o advento da imprensa, que seria o "divisor de águas" para uma nova relação entre homem e conhecimento. De fato, a inovação técnica dos tipos móveis facilitou e revolucionou um período do mundo ocidental e, também, se aproximou de um momento histórico marcado pelo início da Idade Moderna.[2]

A mudança qualitativa na relação entre homem e conhecimento foi o eixo principal dos estudos de Burke (2003) que se voltaram à Sociologia do conhecimento. O historiador investigou o início do período moderno (de 1450 a 1750) e constatou uma carência de estudos sobre essa temática envolvendo homem e conhecimento durante o mesmo. Esse período, na Europa, foi marcado pelas revoluções culturais, científicas e filosóficas e pelo surgimento da imprensa tipográfica e da publicação da primeira enciclopédia. O desenvolvimento das técnicas de impressão foi marcante, pois estimulou a convergência dinâmica de diversos tipos de conhecimentos historicamente imprescindíveis para o avanço na produção, expressão, expansão, apreensão e disseminação do conhecimento para uma infinidade de mudanças significativas no plano sociocultural. O autor menciona, por exemplo, a ampliação da função da biblioteca, que deixou de ser simplesmente um espaço do silêncio e da leitura e passou a

---

[2] Sobre a importância da invenção da imprensa gutenberguiana (e do conseqüente surgimento de diferentes formas de divulgação do conhecimento científico) para a proposição da CI no século XX, ver: FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. *Perspect. Ciênc. Inf.*, Belo Horizonte, v.11, n.1, p.6-19, jan./abr. 2006.

ser, também, um lugar de sociabilidade de idéias e de troca de informações, como já ocorria em outros espaços públicos. Já a criação da enciclopédia revolucionou as possibilidades de pesquisa com uma inovadora forma de "recuperação da informação", influenciando uma nova etapa do "consumo de cultura" e do "comércio do conhecimento".[3]

A partir disso, a pergunta passou a ser outra: como delimitar e justificar práticas profissionais que se refletiram no meio acadêmico e que contribuiriam, na Idade Moderna, para a apreensão do documento em um contexto disciplinar? Como já comentamos, se esse contexto, hoje denominado CI, se propõe ser um campo acadêmico que se preocupa teoricamente com os processos e as atividades incidentes (dentre outras coisas) na *informação registrada*, questionamos quais seriam as disciplinas anteriores à CI que poderiam dialogar e trazer subsídios teórico-conceituais tendo como contribuição direta as preocupações que envolvem o documento.

Em decorrência da necessidade de estabelecer o quadro de disciplinas objeto de nossa investigação, recorremos inicialmente àquelas que têm como preocupação de estudo o documento e que, por meio dele, buscam atingir "atividades-fim" de acordo com a demanda social que as sustenta, a saber: o Direito, a Diplomática, a Arquivística e a Documentação.

Em uma primeira proposta – tomando o Direito, a Diplomática e a Documentação como referência – partimos da constatação de que existiam aspectos conceituais que a literatura científica apontava como convergentes, como, por exemplo, a identificação de que, para o Direito, o documento se caracteriza pela *forma escrita*, pela *representação de um ato ou fato* e pela *função probatória no âmbito de um processo*; já para a Diplomática, se constitui pela *forma escrita*, pelo *conteúdo de natureza jurídico-administrativa* e pelos *requisitos formais de redação*; e, para a Documentação, se caracteriza pelo seu *suporte*, pela materialização do *conhecimento* e por agregar valor de *testemunho* (GUIMARÃES, 1994). A partir disso, observamos que, embora as referidas disciplinas sejam distintas, elas apresentam, quanto à concepção de documento, aspectos semelhantes (por exemplo, *forma escrita* e *caráter jurídico*, que se inserem tanto no Direito como na Diplomática).

Ademais, a aproximação dessas disciplinas pode ser observada se considerarmos que a Diplomática, disciplina que se preocupa com a crítica interna e externa da estrutura formal do

---

[3] Ao questionar-se se o livro seria um objeto da cultura ou uma simples mercadoria da indústria editorial, García-Moreno (2002, p.229) argumentou que "[...] a cultura e a indústria editorial não são incompatíveis [...] Sem a indústria editorial, o livro e a cultura que representa estaria limitado a uma elite, como esteve até a aparição da imprensa, que foi, no final das contas, que permitiu o surgimento da produção industrial de livros e sua comercialização massiva." (tradução livre). De modo complementar, Ibáñez Soler (2002), em seu ensaio *El libro entre la cultura y la industria editorial*, também abordou esse tema fazendo uma reflexão crítica sobre o contexto do mercado editorial.

documento, historicamente auxiliou instrumentalmente o Direito e a Arquivística, fato este que nos levou a supor que essa inter-relação disciplinar (tendo o estudo do *documento* como mote) nos traria pistas pertinentes para a pesquisa.

Além disso, uma delimitação ainda mais apurada surgiu do reconhecimento de que, para a investigação do documento na CI, seria de grande importância o estudo das disciplinas que o têm como principal objeto de interesse. Essas disciplinas são, respectivamente, a Diplomática e a Documentação. Embora elas possuam enfoques diferentes, ambas carregam, na própria etimologia, elementos que comprovam tal afirmação: *diplo* (diploma = documento) e *document*.[4]

Não obstante, essa delimitação pode ser justificada, ainda, se considerarmos que os valores *jurídico-administrativo* e *histórico* compõem o conceito da Diplomática e que, a partir desses valores, o estudo do *documento diplomático* contempla a apreensão de documento para as duas disciplinas mencionadas anteriormente, o Direito (valor *jurídico*) e a Arquivística (valores jurídico-administrativo e histórico, *arquivístico*, portanto) e, ademais, agrega, em parte, o significado de documento para a constituição da mais antiga das ciências sociais, a História.

A investigação do valor histórico do documento foi importante para a compreensão do objeto de estudo e de sua inter-relação com as disciplinas estudadas. Por meio do estudo do documento no âmbito da historiografia foi possível entender a interconexão Diplomática e Documentação. Como veremos, a dimensão histórico-conceitual de *documento* abordada numa perspectiva interdisciplinar é imprescindível para a apreensão do conceito no âmbito da CI.

Contudo, poderíamos dizer que a dificuldade para a realização de estudos de natureza histórico-conceitual na CI está relacionada, em alguma medida, às seguintes conjeturas:

a) Ocorre, na CI, a priorização dos estudos com ênfase na abordagem profissional (prática e técnica). Embora seja indiscutível a relevância de tais estudos para a construção e aperfeiçoamento de teorias, essa situação reflete negativamente na produção de metadiscursos explicativos dessa "ciência".[5] Ou seja, a ênfase nos estudos *prático-disciplinares* relega,

---

[4] Será possível observar as particularidades de tais elementos, respectivamente, no capítulo 2, onde abordaremos a noção de *diplo* para a Diplomática; e no capítulo 3, onde exploraremos as raízes de *documento*.

[5] Referir-nos-emos à CI caracterizando-a como uma "ciência" num tom relativizado pelas aspas, pois, como veremos no item 4.1, o termo *ciência* remete, não raras vezes, à denominação "ciência normal" de Kuhn, situação essa que soa um tanto quanto pretensiosa se considerarmos que, em termos históricos e epistemológicos, a CI pode ser considerada, ainda, uma disciplina recente ou, quiçá, uma "pré-ciência".

inconsciente ou deliberadamente, a um segundo plano os estudos de natureza interdisciplinar e epistemológica;[6]

b) Em decorrência da situação sobredita, existe a dificuldade de compreensão da relação dialética entre *tradição* e *inovação* no processo de construção teórico-conceitual. Por exemplo, no intercruzamento *tradição* e *inovação*, o documento, por muito tempo, foi considerado apenas a exteriorização (materialidade) da informação e não, de forma ampla, o produto de necessidades sociais. Por esse motivo, foram privilegiados os aspectos supostamente periféricos (estrutura, forma e conteúdo), não sendo priorizada a discussão sobre o contexto da existência do documento para a CI.

c) Ademais, com o incremento das novas tecnologias de informação, poderíamos arriscar dizer que o aspecto ontológico do documento não foi valorizado e que as discussões sobre a *inovação* do suporte da informação se sobrepuseram àquelas acerca da *tradição* e da *inovação* no âmbito teórico;

d) E, por fim, contribuindo para a situação sobredita, no âmbito metodológico foram enfatizadas pesquisas com enfoque nos *termos* e isso relegou a um segundo plano as pesquisas de natureza histórico-conceitual, ou seja, com ênfase no percurso histórico dos *conceitos*.

À luz dos problemas citados, compreendemos ser relevante que o leitor tome conhecimento dos objetivos que impulsionaram e orientaram a construção dos quatro capítulos que constituem a presente tese. Como já adiantamos, a extensa e complexa trajetória histórica do conceito *documento* no universo disciplinar nos levou a propor um estudo histórico-conceitual com objetivo de:

- ✓ apreender em que medida disciplinas como a História, a Diplomática e a Documentação contribuíram para a acepção de documento na CI; e

---

[6] Esse problema de ênfase na abordagem da prática profissional em detrimento da abordagem epistemológica pode ser visto, em maior detalhe, no artigo de Dick (1999, p.307). Esse autor sul-africano argumentou que, muitas vezes, os teóricos da CI se esquecem de que mesmo as atividades práticas e técnicas estão ancoradas em plataformas teóricas que apresentam posições epistemológicas definidas.

- ✓ compreender a natureza e a abrangência do conceito *documento* na CI quando pensado a partir de uma perspectiva social e da relação dinâmica entre *tradição* e *inovação* no seu quadro teórico-conceitual.

Como comentamos, para alçar tais objetivos nos deparamos com um problema de ordem metodológica. No momento em que estávamos buscando referenciais metodológicos orientadores para a pesquisa, nos deparamos com estudos que enfatizavam, em primeiro plano, os *termos* que compunham a dimensão teórica na CI. Embora tais estudos tivessem contribuído de alguma forma por compartilharem as mesmas preocupações de busca por uma identidade disciplinar da CI, eles não trouxeram os subsídios metodológicos esperados para pensarmos a dimensão histórico-conceitual. Além disso, esses estudos privilegiaram o *termo* em detrimento da dimensão dinâmica do *conceito*, e se ativeram, em grande medida, a uma perspectiva investigativa *prático-disciplinar* e não *epistemológica*.

Se pensarmos o *conceito* genericamente, ele seria o símbolo representativo da abstração produzida pelo intelecto acerca da idéia de uma coisa ou fenômeno observável. Por outro lado, se apreendermos o conceito dentro da lógica e da razão científica, principalmente nas ciências naturais, ele seria a delimitação necessária em que a linguagem científica se apóia para a representação da realidade mediante uma simbologia criada pelo primado da precisão, da sensibilidade e da consensualidade (intersubjetiva), para a busca pela representação dos fenômenos da realidade. O *conceito científico* também é apreendido como um *construto*, por possuir um significado construído intencionalmente à luz de um marco teórico. Nas palavras de Köche (2002, p. 115), ele deve ser "[...] definido de tal forma que permita ser delimitado, traduzido em proposições particulares observáveis e mensuráveis."

Os primórdios da acepção de *conceito científico* podem ser traçados a partir da criação da própria ciência quando esta buscou autonomia em relação à Filosofia. Conforme argumentou Vuillemin (1987, p. 115-116), o conceito científico tem como característica principal a prioridade do *método* (perspectiva científica) sobre a *ontologia* (perspectiva filosófica que se dedica ao estudo do *ser*).

A problemática filosófica inicial vincula-se à tradição platônica e aristotélica em que a ontologia da linguagem opunha-se à possibilidade de apreensão do mundo sensível cientificamente. Nessa tradição filosófica, pressupunha-se que o acaso e a ausência de leis no plano material levariam a compreensão científica a um plano hierárquico inferior.

A divergência em relação à premissa ontológica pode ser observada na Geometria e na Aritmética, pois tais disciplinas constituíram os primeiros saberes positivos que desmentiram

a impossibilidade de apreensão da substancialidade das coisas por meio da forma e da matéria. Nessa perspectiva, segundo dissertou Vuillemin (1987, p.117), o que passou a valer não foi o "[...] estatuto ontológico, mas o estatuto metodológico do conceito"; melhor explicando, não seria a maior ou menor proximidade para a observação da substância real, mas a capacidade metódica de compreender o objeto de forma clara e distinta.

Sob o primado do método, o autor demonstrou que são quatro as condições necessárias para tornar científico um conceito, a saber: 1) controle equacional de um elemento presente em um dado sistema natural, na constituição de uma lei, por exemplo; 2) constituição de uma linguagem técnica e não simplesmente comum; 3) evidência de conceitos implícitos (complexos) em lugar daqueles explícitos (simples) originados do modelo ontológico lingüístico que não demonstravam o conjunto de axiomas que os comporiam; 4) mensurabilidade dos conceitos científicos, assim como das leis que os interligam.

A partir dessas condições, podemos dizer que o traço distintivo dos conceitos científicos é a possibilidade de se refutar a hipótese de que fazem parte, sem que eles sejam totalmente desqualificados. Vuillemin (1987, p.119) pontuou que "[...] a refutação não faz mais do que traçar os limites de aproximação, no interior dos quais é ainda possível utilizar os conceitos como meios de previsão e de descrição simplificada da natureza."

Como observamos, o emprego do método foi o ponto de partida que propiciou às ciências naturais definirem o que seria o *conceito científico* na busca pela *positividade* do objeto para que este pudesse ser controlado, mensurado, delimitado, etc. A partir do desenvolvimento das ciências naturais sob este requisito, notamos, igualmente, a abertura da instrumentalidade do método, o que possibilitou o surgimento das ciências humanas por meio, principalmente, de uma nova roupagem dos princípios mecânicos da Física, direcionando-os ao social. Vuillemin (1987, p.117) exemplificou essa abertura às ciências humanas a partir da interpretação do filósofo francês Auguste Comte (1972; 1983) ao enfatizar que a "evolução da ciência" voltou-se para a inversão da ontologia da linguagem, indo do abstrato ao concreto e dos modos às substâncias.

Dessa forma, as propriedades de um conceito científico poderão explicar a ciência que a ele se relacionam. Através do estudo dessas propriedades, podemos identificar como ocorreu, por exemplo, o desenvolvimento disciplinar de uma ciência, quais foram os pressupostos orientadores, quais foram os avanços e retrocessos que o emprego desse conceito proporcionou em determinado período histórico, em determinada teoria, em determinada escola científica, etc. Somando-se a isso, conforme explicou Francelin (2004, p. 29-30), as investigações sobre as bases conceituais

> [...] podem ser consideradas indispensáveis para qualquer estudo ou discussão epistemológica em determinada disciplina. Os conceitos que formam tal base podem ser construídos ao longo do tempo por novas e antigas disciplinas, passando, primeiramente, pelo crivo da comunidade científica [que consolidará ou não a] sua utilização. Os conceitos [que] nascem no cotidiano (senso comum) são apropriados pelo meio científico e tornam-se científicos ao romperem com esse cotidiano, com esse senso comum.

Numa perspectiva epistemológica, entendemos que a noção de *conceito* é importante para o entendimento da formalização teórica de uma necessidade investigativa no universo científico-disciplinar. Nesse sentido, é indiscutível a necessidade de conhecer os principais conceitos que alicerçam a teoria científica e, não menos importante, de apreender quais os instrumentais teórico-metodológicos que a orientam, nunca deixando de relacioná-los a uma história, a uma tradição, visto que nenhum construto científico nas ciências humanas surge desvinculado de uma base filosófica.

Por outro lado, o "caos conceitual" presente na literatura científica da CI (CAPURRO; HJØRLAND, 2007) dificulta a sistematização de seus limites disciplinares e científicos. Diante disso, nossa pesquisa converge com os esforços históricos e/ou epistemológicos hodiernos em direção a várias tentativas de justificação do surgimento e das inter-relações metodológicas e teórico-disciplinares que compõem o campo da CI. Tais preocupações são relevantes, ainda, por convergirem com os intentos de explicações acerca das demandas sociais de informação que fizeram parte de sua origem disciplinar.[7]

Indo ao encontro de tais esforços de elucidação científico-disciplinar, propomos a adoção de uma abordagem teórico-metodológica que possa contribuir para as questões de ordem conceitual na CI. A partir de um método historiográfico criado por Reinhart Koselleck (1923-2006)[8] – a *História dos conceitos* – buscamos edificar possíveis diálogos entre a referida abordagem e a CI,[9] por intermédio do estudo histórico-conceitual de documento.

---

[7] Especificamente sob esse escopo, a pesquisa de Capurro & Hjϕrland (2007) objetivou realizar o resgate histórico-conceitual acerca do conceito de *informação* na CI. Embora os autores não tivessem evidenciado claramente a diferença entre *termo* e *conceito* no contexto científico-disciplinar, tal estudo é uma referência para as investigações conceituais e epistemológicas em CI.

[8] Reinhart Koselleck nasceu em Gorlitz, na Alemanha, em 23 de abril de 1923. Doutorou-se em 1954 e teve sua tese publicada em 1959, com o título *Kritik und Krise*. Seu campo de investigação diz respeito à teoria da História e a aspectos da História moderna e contemporânea. Foi professor nas universidades alemãs de Bochum, de Heidelberg e de Bielefeld.

[9] Para uma aproximação preliminar da possível contribuição da História dos conceitos à CI, ver: RABELLO, R. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. *Encontros Bibli*: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v.13, n.26,

Embora voltemos a discorrer sobre a História dos conceitos no quarto capítulo,[10] nesse momento é relevante apresentar algumas recomendações teóricas (gerais) propostas por Koselleck (1992). Tais recomendações estão mais próximas e tangenciam a dimensão dos *procedimentos* e das *técnicas de pesquisa* e influenciaram na organização e desenvolvimento do nosso trabalho, principalmente, por demonstrarem a importância do estudo histórico-conceitual e por contribuirem para a justificação da escolha do conceito estudado.

Conforme salientou Koselleck (1992, p.1), é importante para a História dos conceitos a distinção entre conceito e palavra. Embora toda palavra remeta a um sentido que, por sua vez, nos leva a um conteúdo, nem todos os sentidos atribuídos a ela são relevantes para a escrita da História dos conceitos. Para a realização dessa história, os conceitos devem apresentar alguns pré-requisitos para que possam ser delimitados como objetos de estudo. Esses aspectos demonstrariam o grau valorativo e de complexidade lingüística e histórica do conceito em questão.

A partir disso, Koselleck (1992) demarcou *cinco* pontos relevantes para o desenvolvimento da História dos conceitos, respectivamente: 1) o conceito teorizável; 2) a utilização e o emprego de conceitos; 3) relação entre conceito e contexto no processo de apreensão; 4) unicidade conceitual; 5) a mensuração da força diacrônica do conceito. Abordemos brevemente cada um deles.

Os dois primeiros aspectos referem-se à problemática de escolha daqueles conceitos a serem tomados como objeto de estudo da História dos conceitos. Primeiramente, essa perspectiva histórica procura indagar se os conceitos são frutos de um processo de *teorização* por meio da análise das fontes documentais. Somando-se a isso, ela questiona a relevância do conceito em um determinado contexto tomando, como referência, a controversa avaliação sobre a *utilização* e o *emprego* de conceitos (*Begriffsverwendung*). Koselleck defende a hipótese de que todo conceito é concomitantemente *fato* (*faktor*) e *indicador* (*indikator*), ou seja, todo conceito não é simplesmente fato ou fenômeno lingüístico; ele também é indicador de algo que se situa para além da língua.

Se considerarmos, por exemplo, o conceito *documento* no âmbito da CI, podemos dizer que ele é fruto dos esforços de um processo de teorização (conceituação) que remetem a *fatos* e a *indicadores* de realidade. Nesse caso, as representações de *fato* e de *indicador* são

---

2º sem. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1829>. Acesso em: 2 dez. 2008.

[10] Diferentemente da abordagem aqui apresentada, traremos no item 4.4 uma discussão metodológica da História dos conceitos.

evidenciadas pela construção teórica (sob a influência de diferentes correntes teóricas) situada num espaço de experiência comum (por exemplo, na CI) constituindo um campo acadêmico que envolve interesses disciplinares comuns ou adjacentes, sob a influência de práticas profissionais e de visões de mundo particulares.

Podemos pensar, desse modo, o conceito lingüístico existente a partir da realidade histórica que o envolveu e dos diferentes fenômenos (sociais e lingüísticos) que nele possam ter incidido para sua formulação e/ou maturação. Em outras palavras, a partir de um fato lingüístico, podemos atuar concretamente sobre a realidade e daí refletir sobre as transformações lingüísticas a respeito das quais um conceito poderá discorrer.

Nesse contexto, a polissemia dos conceitos está condicionada à diversidade da experiência histórica que, por sua vez, matiza o processo de objetivação das totalidades do sentido do conceito expresso em um termo (palavra) que o torna reconhecível. (KOSELLECK, 2006, p.109). Assim, se pensarmos as particularidades de um conceito científico, poderemos dizer que ele é um importante indicador do comportamento de determinada comunidade científica por ser fruto de uma teorização sistematizada que o consolida em um determinado tempo histórico e que expressa as formas de pensamento, práticas sociais, práticas profissionais, etc.

Destarte, o estudo histórico dos conceitos científicos pode contribuir para situá-los como subsídios para a formulação teórica de uma disciplina e, nessa direção, podemos observar a possível contribuição da História dos conceitos para as discussões epistemológicas em CI.

Considerando tais potencialidades de elucidação teórica mediante os conceitos, Koselleck (1992, p. 3) demonstrou que o trabalho do historiador do conceito transcende àquele historiador hermenêutico da linguagem por considerar teoricamente "[...] errônea toda postura que reduz a história a um fenômeno de linguagem, como se a língua viesse a se constituir na última instância da experiência histórica."

A transcendência do labor do historiador dos conceitos pode ser apreendida se considerarmos que o conceito teorizável de interesse pode se relacionar com conteúdos (inteligíveis) de modo a facilitar a sua compreensão; todavia, esse processo gera relativa tensão diante da complexidade associativa que o conceito pode adquirir. Se pensarmos essa tensão conceitual num contexto científico, logo observaremos que o conceito proposto em um determinado campo disciplinar aparecerá como um "termômetro" comportamental dos pesquisadores que têm suas investigações sob a influência de correntes teóricas, filosóficas, ideológicas, políticas, profissionais, etc. que os configurou num determinado tempo histórico.

Para discorrer sobre o terceiro aspecto, Koselleck (1992, p.3-4) partiu do pressuposto que todo "[...] conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tomando-o compreensível" no intuito de argumentar que a História dos conceitos se diferencia da *análise do discurso*. Conforme argumentou, a História dos conceitos procura superar o texto sob um outro prisma de análise. Tal abordagem considera a valorização e a "[...] contextualização dos termos em unidades maiores, [em] um conjunto de textos, por exemplo, como livros, panfletos ou manifestos, cartas, jornais, etc." Dizendo de outra forma, o autor parte da perspectiva na qual o conceito se insere, se articula a um contexto amplo indo "[...] para além do próprio texto escrito ou falado. O que significa dizer que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, texto/contextos."

No quarto aspecto, Koselleck (1992, p.5) buscou demonstrar a conjetura de que "[...] todo conceito só pode [ser] enquanto tal, [se] pensado e falado/expressado uma única vez" tornando-o pensável e inteligível, premissa essa que remete à seguinte questão: "[...] como então pensar uma História dos conceitos, uma vez que este caráter único (*Einnaliqkeit*) do uso da língua invalidaria a possibilidade da escrita de uma história enquanto diacronia." A resposta prévia para essa indagação alia-se ao fato de que, com o passar dos tempos, a palavra pode permanecer a mesma (a tradução do conceito), no entanto, o seu conteúdo altera-se substancialmente.

O autor buscou justificar tal hipótese ao relacionar o uso pragmático da língua com a sua semântica, ou seja, o conteúdo falado pragmaticamente será único e irrepetível (uma situação singular) num jogo persuasivo entre comunicador e receptor da mensagem. Por outro lado, o conteúdo comunicado só será apreendido se o receptor tiver o conhecimento prévio da semântica (significado das palavras), empregada no ato comunicativo. Conforme ressaltou o autor, a "[...] semântica é assim imprescindível para a comunicação lingüística (*Sprachhandlung*) e para o uso pragmático da língua", porquanto todos "[...] esses usos pragmáticos articulados a uma língua, ou que pela língua são iniciados, vivem na verdade de uma semântica que é pré-existente e nos é dada." (KOSELLECK, 1992, p.5).

A justificativa da História dos conceitos situa-se na percepção de que o tempo da relação semântica diacrônica é mais lento do que o tempo do uso pragmático da língua que ocorre de forma sincrônica. Koselleck (1992, p.6), ao explicar essa relação entre diacronia e sincronia no uso da língua, esclarece que a repetição é uma característica marcante da semântica. Para o autor, trata-se de "[...] estruturas lingüísticas que se repetem e cuja repetição é necessária para que o conceito seja compreensível, ainda que uma única vez. Eu só posso ser compreendido se um mínimo de repetição da semântica estiver pressuposto."

Considerando tal concepção, a História poderá ser pensada não apenas de forma linear e sucessiva. Nessa situação, o historiador poderá partir teoricamente da possibilidade de que "[...] em cada uso pragmático da linguagem (*Sprachpragmatik*), que é sempre sincrônico, é relativo a uma situação específica, esteja contida também uma diacronia. Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica", indicando temporalidades diversas que não podem ser alteradas. (KOSELLECK, 1992, p.6). Seguindo o raciocínio, para Koselleck essas características constituem o ponto central para a defesa da História dos conceitos, que

> [...] pode ser escrita, posto que em cada utilização específica (*situative Verwendung*) de um conceito, estão contidas forças diacrônicas sobre as quais eu não tenho nenhum poder e que se expressam pela semântica. As mudanças neste campo são muito mais lentas do que no campo do uso pragmático da língua. (KOSELLECK, 1992, p.6).

Como vimos, a aplicação da História dos conceitos na CI e, em particular, para o estudo histórico-conceitual de documento se justifica por ser possível desvendar as nuances das alterações dos conteúdos dos conceitos que são de difícil percepção e apreensão a partir da tese koselleckiana de que a "diacronia está contida na sincronia". Para Koselleck (1992, p.10), esta força diacrônica deve ser passível de se mensurar, de alguma forma, quando se pretende trabalhar empiricamente com os conceitos, levando o historiador a se munir de um grande arsenal de fontes documentais.

Para tanto, no quinto aspecto abordado, Koselleck (1992) elencou três variedades de fontes documentais imprescindíveis para a escrita da História dos conceitos. É por meio do estudo comparativo do conceito, com o auxílio dessas fontes, que se torna possível a apreensão da força diacrônica que incide na sincronia através dos tempos. Vejamos tais variedades:

1) fontes próprias da linguagem do cotidiano que, no seu uso, são únicas por princípio. Tais fontes são caracterizadas pela grande massa documental que perde o seu sentido de "informação" (notícia jornalística, notificado) quando são lidas e quando deixam de ser novas. (p.10)

2) fontes do gênero *Zeit* em que a relação entre a repetição e a unidade/singularidade aparece de forma clara. Para o autor, os dicionários e as enciclopédias são um bom exemplo dessa modalidade de fontes. (p.11).

3) fontes que permanecem inalteradas no decorrer de suas sucessivas edições, ou seja, "[...] aplica-se aos chamados textos clássicos dos diferentes campos do saber." (p.11).

Podemos deduzir que a segunda e a terceira variedade de fontes apontadas por Koselleck (1992, p.11) seriam aquelas de interesse para a realização de um estudo histórico-conceitual num universo disciplinar, na medida em que as fontes bibliográficas apresentam

> [...] estruturas repetitivas, de acordo com o tipo específico de texto, encontram-se diferentemente distribuídas. Este me parece ser o argumento decisivo: a semântica comporta sempre em si estruturas de repetição, mas a semântica mesma, de acordo com o gênero e o tipo de texto, possibilitará, impedirá ou mesmo proibirá diferentes formas de repetição.

Portanto, as fontes de interesse para uma pesquisa histórico-conceitual, sob uma perspectiva epistemológica, foram os conjuntos de textos que trazem as sistematizações teóricas alicerçadas em conceitos científicos. No contexto da presente pesquisa, as fontes de interesse foram os documentos bibliográficos que trouxeram conceitos científicos inconsciente ou deliberadamente apropriados de outras disciplinas pela CI, além daqueles gestados nos seus próprios domínios disciplinares. Ou seja, o interesse recaiu em todos aqueles textos que trouxeram os conceitos no seu universo teórico.

Enfim, os cinco pontos apresentados por Koselleck (1992) foram relevantes para a justificação da escolha do conceito estudado. É importante destacar que o conceito *documento* se enquadrou em cada ponto levantado, como podemos conferir, respectivamente:

1 - é fruto de um processo de *teorização*;

2 - cumpre importante *função* no âmbito teórico da CI;

3 - pode ser apreendido desde um *contexto* disciplinar;

4 - possui *unicidade* que o torna um referencial passível de comparação;

5 - a *força diacrônica* que nele incide pode ser apercebida mediante um *estudo de natureza bibliográfica*.

Caminhos percorridos

O presente texto está dividido em quatro capítulos. O primeiro se subdivide em três itens que contextualizam e abordam a dimensão historiográfica do conceito *documento*. O segundo e o terceiro capítulos estão subdivididos também em três itens cada e referem-se ao estudo da acepção de documento, respectivamente, nas disciplinas Diplomática e Documentação. Já o quarto capítulo está dividido em quatro itens dedicados à CI e, em particular, à dimensão histórico-conceitual de documento nessa disciplina.

Desenvolvemos o primeiro capítulo com a preocupação de contextualizar histórica e teoricamente o nosso objeto, particularmente, na esfera da historiografia. A principal conjetura que nos impulsionou a investigar a evolução conceitual de documento nessa perspectiva parte da prévia constatação de que o documento, durante o século XIX, período marcado pelo avanço científico, ganhou *status* de objeto científico por aquela que foi a primeira das ciências sociais, a História.

O estudo do Positivismo e da noção de História para Auguste Comte mostrou-se relevante para apreendermos as implicações teóricas da corrente filosófica que sintetizou o "espírito positivo" do século XIX e que ainda hoje tem significativa influência no pensamento científico, inclusive na CI, principalmente se esta for pensada a partir do referencial e do desenvolvimento disciplinar da Diplomática e da Documentação, como argumentaremos mais adiante.

Após apresentarmos o Positivismo, comparamos a concepção comteana de História (ou seja, que se alinha à Filosofia da História) à perspectiva científica/historiográfica de Ranke (História Metódica). A partir desse cotejo, buscamos responder as seguintes questões: a noção de "História Positivista" para o filósofo Auguste Comte e para o historiador Leopold von Ranke constituiria um mesmo enfoque disciplinar? Em outras palavras: a noção "positiva" de História se diferencia para esses dois autores?

Com base no esclarecimento conceitual de "História Positivista", foi possível o acercamento à concepção de documento historiográfico *tradicional*, ou seja, aquele de natureza diplomática e arquivística caracterizado pela escrita. Tal discussão nos levou a investigar acerca do movimento dos *Annales*, que surgiu do questionamento da visão "positiva" ingênua da História rankeana, resultando, dentre outros aspectos, na ampliação conceitual de documento histórico.

O estudo da contraposição de idéias entre "História Positivista" e o movimento dos *Annales* se justifica se considerarmos a hipótese por nós lançada de que o movimento dos

Annales, ao ampliar o conceito de documento, poderia ter influenciado direta ou indiretamente[11] a sua apreensão no campo da Documentação, em particular, quando esta disciplina, num segundo momento (após a década de 1950, fase "hermenêutica"), passou a apreender o documento diferentemente de como o fazia num primeiro momento (década de 1930, fase "positivista").[12] Essa possível influência do movimento dos *Annales* na concepção de documento no segundo momento da Documentação pode ser observada a partir da crítica à idéia ingênua de *objetividade documental* defendida pela "História Positivista" (e pela própria Documentação, num primeiro momento).

Os demais capítulos (segundo, terceiro e quarto) foram organizadas respeitando a ordem cronológica da constituição acadêmica das disciplinas estudadas, visando a estabelecer um eixo discursivo para a compreensão do objeto, em particular, na relação entre os aspectos contextuais do campo historiográfico e a construção conceitual de documento na Diplomática, Documentação e CI.

Sob essa ordem, estudamos a Diplomática no segundo capítulo, objetivando apreender os aspectos relacionados ao seu desenvolvimento disciplinar e, em particular, à sua relação interdisciplinar com a História, o Direito e a Arquivística. Como mencionamos acima, essa interdisciplinaridade encontra no documento o seu "fio condutor", ou seja, são justamente as características valorativas do documento diplomático que permitem a aproximação e a inter-relação instrumental da Diplomática (mediante o "método diplomático")[13] com as disciplinas citadas. Ademais, nos interessou observar quais seriam os aspectos teóricos de convergência, de divergência e de complementaridade entre essa disciplina e as outras três no que tange ao conceito de documento diplomático.

---

[11] Acerca da ampliação conceitual de documento, partimos da conjetura de que ocorreu um paralelismo (ou a influência direta ou indireta) entre as idéias difundidas pelos *Annales* e as difundidas na Documentação desde a metade do século XX. Isso teria ocorrido no momento em que as idéias desse movimento passaram a ser aceitas e tiveram relativa hegemonia na historiografia francesa e de outros países. Evidenciou-se, ainda, o fato de a primeira e a segunda geração do movimento dos *Annales* terem cronologicamente se situado entre ambos os momentos (fases "positivista" e "hermenêutica") da Documentação. Isso explica, de forma preliminar, sua influência para as formulações conceituais da bibliotecária francesa Briet (1951) no âmbito da Documentação.

[12] Como veremos no capítulo 3, o conceito de documento sofreu uma significativa ampliação no campo da Documentação, que pode ser observada em dois momentos: 1) concepção "positiva" – momento em que se contemplou a objetividade do documento, defendida por Otlet; 2) concepção "hermenêutica" – quando se interpretou o objeto tendo em vista o alargamento conceitual de documento realizado por Briet, isto é, quando se somaram à concepção anterior os aspectos valorativos e interpretativos do objeto (influenciado por valores sociais).

[13] Referir-nos-emos à expressão *método diplomático* usando aspas, pois até o momento não se tem explícito na literatura se os procedimentos diplomáticos configurariam verdadeiramente um método (na amplitude científica do termo) ou se simplesmente seriam técnicas ou procedimentos de análise.

Para tanto, delineamos um arcabouço teórico buscando contextualizar o desenvolvimento disciplinar da Diplomática. Em seguida, buscamos responder as seguintes questões: qual a concepção contemporânea de Diplomática e de documento diplomático? E, considerando os elementos valorativos e conceituais que constituem o documento diplomático, quais seriam os pontos de convergência que aproximam a Diplomática das disciplinas História, Direito e Arquivística?

Após abordarmos a tradição diplomática, partimos para o estudo, no terceiro capítulo, do conceito de documento na tradição otletiana, isto é, na Documentação. Foi nessa perspectiva que iniciamos a discussão sobre o Movimento Bibliográfico e sua influência para o advogado belga Paul Otlet, um dos seus principais precursores no final do século XIX. Tal movimento foi um "laboratório" para que Otlet pudesse desenvolver suas experiências profissionais, intelectuais e políticas (na criação e na articulação, por exemplo, de importantes instituições).

Cabe destacar que Otlet "transbordava" suas aspirações políticas e ideológicas no seu trabalho, a ponto de acreditar que conseguiria *classificar* e *organizar* a totalidade do conhecimento documental produzido pela humanidade e que esse seria o caminho capaz de disseminar a "paz mundial" num período entre guerras, no início do século XX. A proposição da disciplina Documentação foi o fruto desses pensamentos utópicos e universalistas de Otlet, respaldado, em grande medida, pelo pensamento comteano.

Tais aspirações motivaram Otlet a fundamentar cientificamente a Documentação para que esta não fosse apreendida meramente como uma técnica voltada para o tratamento e para a organização do conhecimento documental. Para tanto, a Documentação necessitaria da sistematização de uma teoria, de um método e da delimitação de um objeto de estudo em direção à sua institucionalização disciplinar. Essa formalização fora esboçada de forma sistemática somente no ano de 1934, com a publicação do *Traité de Documentation*.

O *Traité*, expressão do amadurecimento teórico de Otlet, foi o ponto de partida para discutirmos o documento na condição de principal objeto de estudo da Documentação, discussão essa em que destacamos a ampliação conceitual de documento numa fase marcadamente "positivista".

Ainda no universo da Documentação, discutimos uma outra fase por nós denominada "hermenêutica", da qual se destacam as contribuições da bibliotecária francesa Suzanne Briet (1951) e de seus seguidores, em particular, o francês Jean Meyriat (1981; 1993) e o estadunidense Michael Buckland (1997b), em cujas idéias notamos uma ampliação da noção de documento.

Abordadas as questões que envolveram as duas disciplinas que possuem o documento como principal objeto de estudo, seguimos nossa reflexão – no quarto capítulo – abordando uma outra disciplina: a Ciência da Informação.

Destarte, nesse último capítulo esboçamos o quadro teórico-interpretativo a que a literatura da CI constantemente se reporta na tentativa de justificar, a partir de alguns de seus marcos, premissas comumente associadas ao seu surgimento e às suas abordagens e/ou agendas investigativas.

Sob uma perspectiva *prático-disciplinar*, expomos primeiramente elementos históricos da CI em que figuram diferentes interpretações do seu estatuto de criação disciplinar. Em tal abordagem, destacaram-se os diálogos entre teóricos próximos à Biblioteconomia e à Documentação que buscaram responder (algumas vezes de forma implícita) a questão de qual dessas disciplinas deu origem à CI. Somado a esses enfoques disciplinares estadunidenses e franceses, abordamos outros dois enfoques também importantes, o da Informática (*Informatika*) russa e o da Ciência da Informação e Documentação (*informations-und dokumentationswissenschaft*) alemã.

Em um outro prisma de análise, buscamos apresentar e justificar a abordagem *epistemológica*. Para tanto, trouxemos a *perspectiva holística* de Dick (1999), os *modelos teóricos* de González de Gómez (2000), os *paradigmas* huhnianos interpretados por Capurro (2003) e, ainda, apresentamos a interpretação de Rendón Rojas (2005; 2008) acerca dos *programas de investigação científica* de Lakatos.

Podemos adiantar que a dimensão proposta por Rendón Rojas (2005; 2008) foi um referencial importante para a proposição de nosso estudo histórico-conceitual. Tal orientação serviu de parâmetro por contemplar a ciência em sua dimensão dinâmica permeada pelo contínuo questionamento teórico.

No item subseqüente, apresentamos a discussão metodológica acerca da História dos conceitos fazendo um paralelo com a perspectiva de Rendón Rojas (2005) e apresentando a *tradição* e a *inovação* como importantes categorias de análise. Após fazermos tal relação, chegamos à seguinte questão: quais seriam as orientações teóricas que influenciaram e que ainda hoje influenciam no processo de construção conceitual de informação? Frente a essa indagação, as dimensões teóricas *objetiva*, *subjetiva* e *social* trazidas por Capurro (2003) orientaram as discussões apresentadas em seguida. Antecipamos que o enfoque *social* de informação – a partir do diálogo entre Buckland (1991) e Silva & Ribeiro (2002) – foi relevante para estabelecermos relações iniciais entre o conceito de *informação registrada* e o conceito de *documento*, evidenciando a importância do estudo deste último para a CI.

Aprofundando tal assunto, retomamos a discussão com a crítica a Rodríguez Bravo (2002) que trouxe em sua abordagem *objetiva* de informação subsídios teóricos para conceituar documento. Somando-se a esse diálogo, fizemos uma ponte ao contexto *prático-disciplinar* recorrendo à disciplina Análise Documental (AD) que pertence ao campo da Organização da Informação e se dedica à análise, síntese e representação da informação documental. Podemos dizer que o estudo dessa disciplina se justifica por seu escopo abrigar um espaço fértil de diálogo entre Documentação e Diplomática, cuja dimensão social ganha relativa proeminência.

Após tal discussão, observamos que o documento se destacou por ser um espaço privilegiado da *memória*, em particular, por fazer parte dos objetos que ilustram a *cultura material* (MENESES, 1998, 1999; MURGUIA, 2008) e a memória cultural (DODEBEI, 1997) e por se relacionar com o *sistema informativo documental* (RENDÓN ROJAS, 2005; 2008).

Todo esse percurso histórico-conceitual e interdisciplinar foi relevante para compreendermos qual seria a função esperada do documento quando pensado sob o espectro disciplinar da CI. Ou seja, se o documento existe para diferentes disciplinas, então qual seria o sentido de sua existência para a CI? Em termos mais objetivos, qual seria o denominador comum que transcende as discussões sobre suporte, formato e conteúdo documental?

Dessas indagações e a vista da investigação trilhada, não fica difícil inferir que trabalhamos com a concepção de que o documento se apresenta como uma categoria (por sua indispensabilidade e por sua posição estratégica) no quadro teórico da CI. Além disso, buscamos defender que a pesquisa de natureza histórico-conceitual pode se constituir como uma importante ferramenta para a justificação de tal conjetura.

Finalizando, esperamos contribuir para as reflexões do processo de construção da base epistemológica da CI em direção a uma maior sedimentação teórico-disciplinar e, de forma mais específica, demonstrar o quanto a realização de estudos histórico-conceituais, sob uma perspectiva epistemológica e interdisciplinar, pode colaborar para o esclarecimento e/ou proposição de limites identitários, ou esclarecer a ausência ou a carência destes, buscando evidenciar fecundas possibilidades investigativas no campo da CI.

Ademais, é relevante salientar que a presente tese se insere no espectro temático da linha de pesquisa Organização da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), à medida que, ao abordar o estatuto epistemológico do documento na CI, buscamos contribuir para as discussões acerca da

acepção de *informação registrada* como um importante pressuposto aos procedimentos de organização da informação, num contexto *prático-disciplinar*.

1 O documento na dimensão historiográfica

1.1 Positivismo e noção de história comteana[14]

Dentre as principais mudanças ocorridas com o advento da Revolução Industrial, originada na Inglaterra, a ampliação do mercado de consumo e o conseqüente aprofundamento das relações comerciais entre as nações (iniciadas em uma fase anterior mercantilista) se configuraram como aspectos históricos importantes na dinâmica do capitalismo emergente.

Essa expansão da produção e dos mercados capitalistas gerou grande riqueza aos detentores dos meios de produção e, ao mesmo tempo, desencadeou um processo de pauperização, de revolta e de protesto por parte daqueles que foram os "filhos" das contradições inerentes ao processo de concentração de riqueza desse sistema em desenvolvimento. Em outras palavras, a promessa de progresso contínuo e ininterrupto advinda com a inovação tecnológica e científica gerou, no âmago do capitalismo, uma instabilidade na estrutura social evidenciada pelas revoltas, guerras, barricadas, etc.

Cabe destacar que existiu, concomitantemente à instabilidade social nos primórdios da Idade Moderna, uma significativa instabilidade no campo científico, particularmente no cerne do desenvolvimento da ciência experimental (notadamente iniciada com Galileu, século XVI, e com Newton, século XVII), que passou a amadurecer somente no século XVIII, conhecido como o "século das luzes".

Foi justamente essa nova forma de pensar que serviu para o questionamento dos dogmas antigos a partir de uma explicação da natureza, amparada pelo rigor de métodos pretensamente mais objetivos, tendo em vista a convicção de que a ciência poderia intervir qualitativamente na vida do homem.

Essas idéias serviram de "pano de fundo" à Revolução Francesa, enquanto manifestação política do "espírito filosófico e científico burguês". Ou seja, a intensificação dessa nova figuração do conhecimento no século XIX (época do cientificismo) ocorreu justamente sob a influência da ascenção política da burguesia, a qual se empenhou em justificar e legitimar um novo modo de produção que acabara de esboçar os seus contornos

[14] A reflexão tratada neste item fundamenta-se em Comte (1972; 1983), em Benoit (1999), em Offenstadt (2006b) e em Faustino & Gasparin (2001).

característicos e que se tornou ainda mais complexo durante o século XX (quando o capitalismo ganhou novos matizes).

De modo particular, a Revolução Francesa foi o marco da derrubada do Antigo Regime e possibilitou as mudanças da estrutura social francesa, servindo de modelo e inspiração para outros países em diferentes partes do mundo, inclusive fora da Europa, que veio a ser, assim, uma espécie de epicentro irradiador. Isso ocorreu a partir da retirada do poder político da monarquia francesa, quando este passou às mãos de um parlamento supostamente popular. A burguesia teve seu projeto baseado nos princípios liberais de liberdade de produção e de circulação de mercadorias.

Dessa forma, as bases filosóficas e os preceitos políticos dessa revolução foram um dos pilares mais importantes para a busca de organização social e estrutural do mundo industrializado burguês, ou seja, os ideais da Revolução Francesa de "igualdade, liberdade e fraternidade" constituíram o eixo de um pensamento "novo" e "humanista", diferenciando-se, radicalmente, do pensamento (ou "espírito") que regia o modo de produção antigo. A classe emergente, a burguesia, ganhara aos poucos uma sustentação filosófica que conduziria o novo modo de pensar e de agir no âmago da "sociedade industrial".

A "razão humana" fora, nesse momento, o ponto de partida filosófico, marcado pela busca de uma "totalidade racional" que instrumentalizaria o progresso social e humano. Os primórdios desse pensamento estão presentes nas teorias renascentistas e, posteriormente, no princípio hegeliano da "razão na história" para o delineamento e o aprofundamento da crença de que a totalidade do real seria regida por leis racionais capazes de serem compreendidas e instrumentalizadas no processo de organização social.

Assim, no momento em que a burguesia procurava consolidar-se como classe dominante (tanto no âmbito econômico como no político), teorias filosóficas como a de Kant, juntamente com a interpretação hegeliana de história, forneceram os elementos imprescindíveis para sua afirmação.

Foi nessa perspectiva que, no século XIX, surgiram várias tentativas de explicar e de interpretar os fenômenos sociais afirmando a necessidade da relação entre a filosofia e as ciências naturais para o entendimento do "processo evolutivo" da humanidade. Para tanto, buscaram-se instrumentais científicos, a partir de métodos de investigação (observação, experimentação, dedução, indução e comparação), para tentar explicar, desvendar e resolver os problemas até então enfrentados pela sociedade burguesa européia e, em particular, para tentar estabilizar a sociedade e conter as revoltas populares. Um dos expoentes mais

significativos desse pensamento foi o movimento filosófico criado pelo francês Auguste Comte – o Positivismo.

É importante observar que Comte foi um homem em sintonia com o pensamento filosófico de sua época. Prova disso é o fato de que uma de suas maiores inquietações (presentes desde o início de sua obra) era a problemática da necessidade de uma teoria filosófica e científica que apontasse perspectivas para a organização da "sociedade industrial".[15]

O projeto comteano aspirou a se diferenciar do então racionalismo iluminista, que buscava a mudança do mundo mediante o *conhecimento racional*. Para Comte, o seu projeto de Filosofia positiva se distinguia qualitativamente uma vez que almejava defender a sociedade burguesa tendo as ciências naturais como arquétipo de ciência (principalmente a biologia), buscando "libertar" os homens das crenças religiosas e das especulações metafísicas para tentar instaurar a objetividade das "ciências da observação" na teoria social.

Comte é considerado o "pai" da Sociologia, ou Física Social,[16] pois, além de ter cunhado o termo, foi pioneiro ao delimitar a sociedade como objeto de observação o qual se configuraria como o elemento central para se chegar à "verdade absoluta" e a uma "justiça social".

O audacioso projeto de Comte visava preparar (ou, no sentido literal, "adestrar") os homens para a disciplina e para a obediência à ordem estabelecida. Eles seriam guiados pelos preceitos de *ordem* e *progresso* que se dariam por meio da submissão às "leis invariáveis" da Física Social, sempre a favor de minar qualquer tipo de insurgência revolucionária considerada como retrocesso ao processo "natural" da evolução humana.

---

[15] Conforme explicaram Faustino & Gasparin (2001, p.157), os "[...] detentores do poder econômico e, conseqüentemente, do poder político perceberam, bem cedo, a necessidade da ordem enquanto forma de garantir o progresso. No campo das idéias, originou-se daí o chamado pensamento positivista, através dos escritos de Condorcet, Saint-Simon e Auguste Comte, este último considerado o fundador dessa concepção, que visava, principalmente, a redução das diferenças, das contradições sociais no século XIX. Partindo do pressuposto de que nenhuma concepção pode existir fora de sua historicidade, pois todo pensador estabelece um diálogo com seu tempo, esse objeto será discutido no contexto histórico em que essas concepções se desenvolveram."

[16] Comte dividiu o estudo da *Física Social* em duas ordens: uma para trabalhos gerais (marcha geral que incide nas causas) e outra para trabalhos particulares (influências das causas). No cerne desses estudos, a marcha dos espíritos humanos estuda os fenômenos que regem as leis naturais se ocupando da física dos *corpos brutos* (da parte para o todo, ou seja, do indivíduo em direção à sociedade) e dos *corpos organizados* (do todo para a parte, isto é, da sociedade em direção ao indivíduo). Como afirma o teórico, a física social (enquanto ramo da fisiologia) busca em seu método "[...] começar, no estudo do desenvolvimento da espécie humana, pela coordenação dos fatos mais gerais, para descer depois, gradualmente, a um encadeamento cada vez mais preciso. Mas, a fim de não deixar nenhuma incerteza sobre este ponto essencial, convém verificar o princípio de maneira direta neste caso particular." (COMTE, 1972, p.134).

Buscava-se, portanto, a harmonização das classes sociais para a garantia do respeito de uma hierarquia social rígida por intermédio de um *pacto social positivista*. No intuito de alcançar seus objetivos, a "ciência social positivista" se contrapunha às chamadas "metafísicas revolucionárias" (compreendidas desde as idéias de Platão até as teorias marxianas). Essa procura incessante de Comte por solucionar os problemas sociais, através da reflexão filosófica, foi expressa em sua "ciência positiva", a qual propôs um embate direto às idéias iluministas, que, segundo ele, eram negativas ao progresso humano.

O projeto comteano era, antes de tudo, político, e foi no desencadear da construção do seu pensamento que a noção de história se estabeleceu como um dos pilares para a tentativa de sua viabilização. Nessa perspectiva, buscaremos traçar alguns elementos significativos para a compreensão de *ciência* e de *história* no cerne do Positivismo.

Abrindo parênteses, neste momento é importante salientar que, para a proposição da nossa investigação histórico-conceitual, o estudo do Positivismo é relevante por ser uma corrente filosófica que influenciou historicamente a construção teórica e conceitual das disciplinas História, Diplomática, Documentação e CI.

Como o conceito *documento* é o nosso interesse, vale lembrar que as "certezas universais irrefutáveis"[17] que acompanharam grande parte da metafísica comteana ainda hoje encontram ecos, notadamente, nas formulações conceituais das tradições *historiográfica* (capítulo atual), *diplomática* e *arquivística* (capítulo 2) e *otletiana* (capítulo 3).

À luz dos objetivos da presente tese, a questão sobre essa influência positivista pode ser enunciada da seguinte forma: o campo da CI assimilou por completo uma *concepção ingênua de documento* induzida pelo pensamento positivista? De pronto, podemos adiantar que, no decorrer dos três primeiros capítulos, mostraremos que nem todos os teóricos das disciplinas História, Diplomática e Documentação assimilaram e acataram (passivamente e sem crítica) tal visão ingênua. Para respondermos a questão acima, no quarto e último capítulo veremos que a teoria proposta por Rendón Rojas (2005) e a História dos conceitos de Koselleck (1992; 1997, 2006) desempenharam um papel importante para compreendermos a relação dialética entre *tradição* e *inovação* no plano teórico-conceitual da CI.

Todavia, nos itens 1.1 e 1.2 objetivamos contextualizar a gênese da *tradição* que influi no conceito *documento*. Como a nossa hipótese inicial é de que a referida *tradição* nasceu na

---

[17] De modo a demarcar as pretensas "verdades positivistas" de Comte, durante o desenvolvimento deste item as destacaremos e as relativizaremos por meio de *itálico* ou "aspas". Vale lembrar que as citações literais das idéias comteanas, assim como as dos demais autores citados na presente tese, serão distinguidas por estarem no sistema *autor-data* da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2002a; 2002b).

união do âmbito filosófico com o historiográfico, apresentaremos primeiramente as noções de *ciência* e de *história* na filosofia comteana para, logo em seguida, compararmos essas acepções com a da História Metódica de Ranke.

Iniciaremos a discussão sobre acepção de *ciência* e de *história* positivistas tomando como base as idéias precedentes ao desenvolvimento da formulação conceitual comteana que se insere no campo da Filosofia da História.[18] O desencadeamento do processo de formação intelectual de Comte rumo à sua concepção de história pode ser dividido em dois momentos: 1) a adesão (com crítica) à política econômica, quando o liberalismo econômico fora concebido pelo filósofo como uma espécie de "teoria pura"; e 2) o rompimento com o liberalismo econômico no início de sua concepção de história, quando Comte assumiu a questão moral como o principal eixo de seu pensamento para a "reorganização e harmonização" da *sociedade industrial*. Vejamos, a seguir, o desdobramento de ambos os momentos.

O pensamento de Comte, nos seus primeiros escritos, foi influenciado por seu mestre Saint-Simon, co-autor do periódico *A Indústria* (*L´Industrie*),[19] de 1817, que marcou uma aproximação de Comte com a economia política, apreendida, nesse momento, como o paradigma da teoria social positiva que ele posteriormente iria fundar.

Os autores desse periódico destacaram os aspectos relacionados à produção, pois esta seria responsável pela "harmonia social" por meio do aumento da riqueza da sociedade. Eles defenderam a necessidade de criação da *Nova Enciclopédia*, que seria uma espécie de manual,

---

[18] O desenvolvimento de tal discussão baseia-se, em grande medida, na rigorosa pesquisa de Benoit (1999) que demonstrou a necessidade do estudo do período "pré-positivista" (quando Comte buscou realizar uma teoria social com base na *economia política*) como forma essencial para se entender o desenvolvimento do seu pensamento positivista. Para a autora, essa análise é pertinente, embora Comte, anos depois, tenha se contraposto ao Liberalismo econômico smithiano e deixado, em segundo plano, o enfoque da *economia política*. Nesse distinto momento, Comte passou a se fundamentar na crítica às idéias iluministas, na defesa da "verdade positivista".

[19] Benoit (1999) mostrou a discussão sobre a autoria do periódico *L´Industrie* (1816-1818) publicado em três volumes, sendo o último o mais importante para se entender a gênese do Positivismo. Ele foi o pivô da discussão. O primeiro volume foi redigido por Thierry, o segundo por Saint-Simon e o terceiro escrito por Comte (com quatro cadernos intitulados *Programmes des travaux qui seront employés dans l´ouvrage de l´industrie*), mas assinado por Saint-Simon, daí a dúvida de sua autoria. (p.36). No entanto, no terceiro volume encontramos uma idéia que deve ser integrada à filosofia positiva: "Tudo é relativo; eis o único princípio absoluto", ou seja, enunciara o princípio conhecido como "relativismo positivista", chave para entender a filosofia e a sociologia comteana. (p.37). O periódico *A Indústria* surge na tentativa de solucionar, em um período transitório, o caos pós Revolução Francesa. A desordem, nessa obra, tinha uma "natureza política e moral", onde política e moral têm uma relação de causalidade, ou seja, a moral seria o conhecimento das regras mediadoras nas relações entre indivíduo e sociedade na busca por uma harmonia e felicidade; já a política deriva da moral, na medida em que é a ciência de organização das regras morais e que assume uma dimensão universal. (p.39).

ou instrumento, também denominado de "filosofia da aplicação", para a produção de bens (coisas úteis) destinados à felicidade humana.

No *A Indústria* evidencia-se a influência do pensador econômico Adam Smith e do seu seguidor Jean-Baptiste Say. O Liberalismo econômico era apreendido como ponto de partida para se pensar a "organização da sociedade industrial", ou seja, a teoria política foi compreendida como um dos fundamentos epistemológicos para a organização social; contudo, tais pensadores não deixavam de admitir a necessidade de se fazer crítica à teoria econômica clássica.

Observa-se que o texto *A Indústria* seguiu a linha de muitos outros pensadores do século XIX, que viam na crítica da economia política uma chave para compreender e estabelecer um fundamento científico da moderna teoria social. No *A Indústria* encontram-se, segundo os autores, "[...] os preceitos gerais da produção de uma maneira clara e engenhosa." (L´INDUSTRIE, v.3, cad. 1, 1884, p.170 apud BENOIT, 1999, p.61).

Por outro lado, a influência da economia política foi se distanciando, paulatinamente, do pensamento de Comte, à medida que as divergências com o pensamento de Saint-Simon foram aumentando, o que culminou no total distanciamento teórico de ambos em 1824.[20] Ao criticar a perspectiva saint-simoniana "imediata", baseada nas práticas imediatas industriais, Comte propôs um viés diferente daquele presente no *A Indústria*, o qual consistiria na substituição da linha teórica que associava a *teoria social* ao *aspecto político e prático* (viés que considera os aspectos da economia política) pelo *aspecto científico e teórico* (*teoria pura*), que seria o mais elevado da teoria. Em resumo, enquanto para Saint-Simon a *prática social* influenciaria a *prática teórica*, Comte entendia o contrário, pois para ele a *prática teórica* e *científica* (aos moldes das "ciências puras") constituía a "linha-mestra".

A partir do ano de 1818, Comte já se inclinava para a necessidade de criação de uma ciência pura indo de encontro às idéias direcionadas às "práticas sociais imediatas", argumentando que a falta de base científica para o estabelecimento da "economia política" não impediria que os elementos identificáveis pudessem ajudar no delineamento e na

[20] É interessante observar que quando Comte escreveu o *Curso de Filosofia Positiva* (1842), ele admitiu que o interesse de mudar a sociedade era compartilhado com Saint-Simon, mas que este último influenciou-o negativamente. Ademais, não foram somente as diferenças de concepção da teoria social que afastaram os autores, havia também motivos de caráter pessoal (pois Saint-Simon era considerado desonesto por Comte). Embora Comte tivesse se afastado das idéias de Saint-Simon, ele nunca admitiu a interpretação das idéias do seu antigo mestre pelos seus seguidores que dela se apropriaram como instrumento político para os interesses do movimento operário-revolucionário da primeira metade do século XIX. Comte era avesso a ser considerado um saint-simoniano. As idéias que esse movimento delineou em direção à abolição da propriedade privada (o que resultaria em uma maior centralidade do Estado) eram entendidas como despóticas por Comte, que as definiu como "despotismo saint-simoniano". (BENOIT, 1999, p.69-74).

formação de uma política positiva. Ele afirmou a necessidade de ampliação da parte teórica contida no projeto de *A Indústria*, como, por exemplo, a ampliação da análise sobre a teoria econômica clássica. Nesse período, Comte perdeu o teor crítico encontrado em *A Indústria* e passou a simplesmente aderir aos teoremas liberais.[21]

Dessa forma, entre o período de 1817 (*A Indústria*) e 1819 (*Opúsculos de filosofia social*), Comte afirmou que a *ciência política* (inspirada em Adam Smith) seria um campo teórico privilegiado para pensar a fundação de uma teoria social. Porém, no primeiro momento (período saint-simoniano), tais vínculos eram observados de maneira crítica, pois nessa época considerava-se ainda um "Estado administrador das coisas" mediante um "novo pacto social" (entre os "produtores industriais"), contrariando, assim, a teoria liberal de Smith que previa um Estado que permitiria uma irrestrita liberdade econômica. Esse pensamento se encaixava dentro de uma efervescência socialista da época pela qual Saint-Simon e seus discípulos militavam.

Entretanto, no segundo período (caracterizado pelo afastamento de Comte de seu mestre), a relação entre a concepção de *economia política* e o *devir* da *teoria social* se modificou, momento esse em que o paradigma de liberdade econômica smithiano passou a ser peça principal.

No seu escrito de 1926 (ensaio intitulado "Considerações sobre o poder espiritual"), Comte resgatou o que para ele teve uma singular importância para o desenvolvimento da sua teoria social positivista, a saber, a separação do *poder temporal* (no plano das instituições de poder, etc.) do *poder espiritual* (ligado aos preceitos morais) que, naquele momento, teria se

---

[21] Conforme explicou Benoit (1999), procurando solucionar o fracasso das teorias sociais modernas e a necessidade de construir uma outra *positiva* que contemplasse as *reais necessidades sociais*, Comte escreveu o artigo "Do orçamento", o qual foi iniciado com a seguinte questão: "qual é o verdadeiro objeto da teoria social?" (p.77). Para Comte, até então, os teóricos haviam se equivocado na escolha dos objetos, pois estes eram influenciados pela tradição dualista aristotélica (a favor ou contra a monarquia; a favor ou contra a democracia e a favor ou contra a aristocracia). Contudo, embora admitisse que encontrar uma forma de articulação desses diferentes paradigmas fosse importante, para Comte a composição do "orçamento" deveria estar em um lugar de destaque como o "verdadeiro objeto da teoria social", por condizer essencialmente com a forma de divisão da riqueza. Nesse sentido, os impostos passariam a ser objeto de análise e, também, uma problemática (p.78-79). Comte demonstrou aqui a influência de Adam Smith e de toda a sua contribuição à economia política para se pensar o valor teórico dessa teoria para a proposição de uma ciência positiva e em direção à distribuição da riqueza (p.81). Ademais, nos artigos escritos para o periódico *Censor Europeu*, Comte assumiu deliberadamente a sua concordância com as teses liberais de interesse privado, na defesa do "Estado mínimo". Nesse periódico, Comte deixou pela primeira vez de assinar com pseudônimos. (p.85). Já nos "Opúsculos relativos à função da ciência social", de 1819, Comte defendeu a economia política de cunho liberal como o objeto principal para a criação de uma nova teoria social fundamentada em *fatos positivos*, ao contrário das teorias da "antiga ordem" (baseado em preceitos teológicos *não-positivos*), que era baseada no "poder e na força". (p.89). Sendo assim, para Comte, a teoria social positiva não se interessava por superstições teológicas, pois ela voltava-se para uma contribuição no sentido de melhorar as relações do homem com as coisas (exteriores) do mundo. (p.90).

constituído como o apogeu do catolicismo na Idade Média (séculos XI, XII e XIII). Com essa separação, o filósofo argumentou que ocorreu a "eliminação da revolta e a obtenção da submissão voluntária." Essa separação dos poderes possibilitou a criação de uma teoria social tomando como modelo os preceitos morais do cristianismo e do feudalismo em uma ordem filosófica e teológica. (BENOIT, 1999, p.97-100).

Todavia, para criar uma teoria social moderna, Comte considerou necessário romper com essa teoria moral de base teológica, na necessidade de estabelecer uma filosofia norteada pelos preceitos da racionalidade para a construção de uma nova moral, isto é, de uma *filosofia positiva*.

Apesar disso, Comte admitiu que o Positivismo respeitaria as diferenças entre as duas sociedades históricas (medieval e moderna); mas, para ele seria necessário mostrar a *desorganização espiritual* ocorrida na Idade Média e evidenciar o estado moral *doente* da sociedade moderna. Para tanto, Comte reconheceu a relevância do período de transição na passagem de um período histórico para outro (da Idade Média para a Moderna), particularmente compreendido nos séculos XVI, XVII e XVIII, quando se estabeleceu um "momento anárquico" de *revoluções* e de *destruições* da antiga ordem social (quando se deixou de respeitar, por exemplo, a hierarquia das instituições) sob a égide "anarquista" da "liberdade de consciência", da "soberania do povo" e da "igualdade". Ao contrário de muitos teóricos de seu tempo, que atribuíram aos fatores materiais a causa das revoltas desse período, Comte defendeu que a causa da agitação se dava por fatores morais e intelectuais. (BENOIT, 1999, p.101-104).

Para Comte, a *doutrina crítica* instaurada nesse período (caracterizada por considerar o poder *temporal* superior ao *espiritual*) foi positiva por destruir os antigos dogmas teológicos. A "positividade" da doutrina crítica pode ser entendida na medida em que esta levaria ao desenvolvimento da *civilização* em direção à consagração da ordem social por meio da "submissão voluntária", a "não-revolta" e a "paz social" (baseado na *filosofia positivista*). Para explicar tal positividade, Comte sustentou o argumento de que foi necessário retomar uma divisão equilibrada dos poderes *espiritual* e *temporal*, pois no período revolucionário transitório que se seguiu à nova reorganização social, ele admitiu que ocorreu uma sobreposição do poder *temporal* ao *espiritual*.

Nesse sentido, o Positivismo sanaria a necessidade social no início do século XIX que "reclamava urgentemente" por um *poder espiritual* que restaurasse a *ordem e a organização moral e intelectual*. Ainda no ensaio de 1826, Comte argumenta que essa "perfeição" não poderia assumir sua plenitude diante dos interesses de cunho "pessoal" e "egoísta" que

alimentam a *desigualdade necessária* e *natural do homem*. As idéias positivistas surgiriam como uma proposta moral e política de contemplar a ausência de uma "moral conveniente". Tal ausência de moral ocorreu sob a influência das idéias "anárquicas" de *igualdade* e de *soberania popular*, sendo estas, portanto, negativas para o respeito da hierarquia social e da ordem política. A "perfeição social" se daria, para Comte, com a "harmonização entre as partes desiguais", com a aceitação dos "papéis desiguais" atribuídos socialmente, ou seja, uma "total resignação voluntária".

Com efeito, o projeto político-positivo de "harmonização dos desiguais" seria contemplado mediante uma reorganização moral dependente e conseqüente da existência de um forte poder espiritual. Para tanto, em termos práticos, tal "harmonização" dependeria de uma "regra ética" e de uma "autoridade espiritual" (preventiva, repressiva e diretiva) que seriam estabelecidas por meio de uma "educação geral" e do delineamento de uma "doutrina social diretiva". O filósofo comenta que os preceitos modernos e positivos devem ser acatados por uma fé semelhante à fé católica no *poder espiritual* que guia e ordena tais preceitos. Portanto, o *poder espiritual*, para Comte, é o verdadeiro sustentáculo da "organização positiva da sociedade" e do "consenso entre os desiguais". (BENOIT, 1999, p.106-108).

Nessa obra de 1826, Comte dissertou ainda que para formular um positivismo-moral (guiado por um poder espiritual) seria necessário romper com o "liberalismo dos economistas",[22] uma vez que a economia errava ao defender que, com a liberdade dos mercados, a sociedade tenderia "naturalmente" à ordem. Para Comte, seria preciso regulamentar – moralmente – as relações sociais. Sobre essa mudança de rumo teórico de Comte, Benoit (1999, p.121) explicou que

> O abandono do paradigma da economia política se realizou no âmbito de preocupações históricas. Os problemas criados pela 'ordem industrial' (desemprego e miséria), a exigência de classe operária e de seus conflitos

[22] Benoit (1999) observou que no artigo "Considerações sobre o poder espiritual", de 1828, as restrições de Comte à "doutrina da liberdade" se evidenciam ainda mais, uma vez que demonstra a incapacidade e a insensibilidade dos economistas de pensarem e resolverem o problema da tensão gerada entre os trabalhadores com a adoção das máquinas. (p.111-112). Para a solução dos conflitos (sob um postulado estritamente *moral*), Comte propõe uma "educação especial" para os "chefes da indústria" (ou seja, a "estatística industrial"), para que estes pudessem aplicar melhor os seus capitais e serem mais justos para com os empregados. (p.112). Ele também propôs uma educação para os operários. Além disso, em direção a uma alternativa política, Comte atenta que os economistas não percebem o importante papel do governo para diminuir os "sofrimentos passageiros dos operários." Nesse sentido, ele considera importante uma maior intervenção do Estado (mesmo que temporário) para o apaziguamento dos ânimos na tensão entre industriais e operários. (p.113). Entretanto, a autora comenta que a primeira vez que Comte defendeu a necessidade de fortalecimento do Estado (contrariando o que pregava a doutrina político-liberal), foi no seu *Opúsculo* de 1822. (p.191).

> com a classe dos 'dirigentes industriais', eram questões que exigiam respostas que a economia política mostrava-se incapaz de formular.[23]

Assim, as noções de *divisão do poder*, *poder espiritual*, *anarquia*, *crítica aos economistas* (em particular, da insuficiência epistemológica da economia política para os problemas de sua época) foram contempladas em direção à construção de uma teoria para a manutenção e respeito às hierarquias e à divisão do trabalho na sociedade, isso por meio da "supremacia do poder espiritual" que agiria nas consciências (mediante a moral) e guiaria as instituições (poder temporal). Portanto, no ensaio "Considerações sobre o poder espiritual" vimos que Comte, para o seu projeto de ciência positiva, abandonou a economia política, sendo esta substituída, a partir de então, pela dimensão histórica dos fenômenos sociais.

Em uma nova fase, decisiva para o seu pensamento, Comte buscou na história subsídios para a construção de sua teoria social positiva ao perceber a insuficiência da economia política para a "organização harmônica" da sociedade industrial, como veremos a seguir.

No caderno 2 do volume 3 do periódico *A Indústria*, foram evidenciadas as possíveis causas das mudanças ocorridas durante o século XIX e os seus efeitos no cenário sócio-econômico. Comte inspirou-se nas idéias iluministas ao exaltar o papel central da razão para o enfrentamento dos problemas teóricos de sua época, porém, o teórico se apropriou de maneira diferente de tais idéias (distanciando-se, assim, da forma iluminista original, pura).

Nesse mesmo caderno, observou-se a preocupação de demonstrar que a história caminhava em direção aos seus fins e que, no contexto da "sociedade industrial", os homens estavam em "constante progresso" em direção da "felicidade e do regime da positividade industrial". Destarte, o *tempo* e o seu *ritmo* passariam a ser respeitados como uma variável importante para pensar a noção final de "progresso social". Em outros termos, o *tempo* passaria, para Comte, a ser entendido como uma determinação externa dos acontecimentos sociais enquanto *causa* privilegiada e "natural" para compreendê-los. Nesse sentido, o *tempo* (realidade empírica newtoniana) se expressaria na condição de entidade (histórica) *absoluta* que poderia ser aplicada mecânica e externamente aos fenômenos sociais.

---

[23] Enquanto Marx criticou a limitação da economia política por não considerar a historicidade dos fenômenos sociais (representados por categorias a-históricas apreendidas como naturais), Comte, ao contrário, criticou a economia política no entendimento de que esta não lhe parecia suficientemente "[...] afirmativa da 'ordem industrial'. Do seu ponto de vista, a ciência absolutamente *positiva-afirmativa* desta 'ordem' será, a partir de 1822, com os *Opuscules de philosophie sociale*, a 'física social'." (BENOIT, 1999, p.122).

Desse modo, o naturalismo mecanicista comteano, influenciado pela *Física*, ajudou a delinear a noção de *progresso* tendo como base o *relativismo histórico*, quando passou a ser aplicável absolutamente aos *fenômenos sociais*, na medida em que estes estariam, antes de tudo, "*relativos* ao tempo". Comte discorreu que a razão seria um outro fator que influiria não apenas no tempo, mas também no progresso. No entanto, "as luzes" (na "sociedade industrial") fluiriam de maneira lenta e não-linear, assim como o tempo (não podendo a razão, para Comte, ser acelerada, pois "o espírito humano não dá saltos bruscos"). (BENOIT, 1999, p.126).

Enquanto para Comte o conceito de "progresso social" em *A Indústria* possuía "causas naturais e filosóficas"; o de "revolução social", radical e absoluta, era entendido como um "retrocesso histórico".[24] Portanto, para combater as idéias revolucionárias de sua época, Comte se muniu do *relativismo histórico*, que seria, em seu entendimento, uma ferramenta esclarecedora para os revolucionários. Comte considerava que embora os revolucionários tivessem boas intenções, não compreendiam ou "julgavam mal o poder do tempo" em relação ao progresso da civilização e, diante disso, a revolução seria um desrespeito ao tempo de cada século. Já o "progresso", positivo e industrial, respeitaria esse tempo.

Assim, Comte postulou acerca da necessidade de um novo sistema de idéias, uma "nova moral positiva", um "sistema positivo e industrial" direcionado para "iluminar" as consciências em processos históricos conturbados, no sentido de erradicar a possibilidade de qualquer revolução. O espírito fundaria uma "moral positiva" que influenciaria e direcionaria as instituições políticas. Dessa forma, Comte tinha como referência a *monarquia representativa* como instituição político-governativa. Para o autor, essa instituição se incumbiria de promover a "felicidade dos governados" e, também, "propagar a filosofia positiva".

---

[24] Compreendendo que não se pode "forçar a marcha lenta dos séculos", Comte ressaltou que a História seguia uma linha contínua, não-linear, mas sem grandes interrupções. A intervenção e o desrespeito dessa trajetória por algum movimento revolucionário seria um equívoco e um retrocesso histórico. Assim, as causas do progresso apareceriam como naturais, físico-temporais, sendo balizadas pelo saber científico, seu grande tutor. (BENOIT, 1999, p.131). Em relação à noção de história, Comte (1972, p.100) entende que "[...] a marcha da civilização não se executa, verdadeiramente falando, seguindo uma linha reta. Compõe-se de uma série de oscilações progressivas, mais ou menos extensas e mais ou menos lentas, aquém e além de uma linha média, comparáveis às que apresenta o mecanismo da locomoção. Ora, essas oscilações podem tornar-se mais curtas e rápidas através de combinações políticas fundadas sobre o conhecimento do movimento médio, que tende sempre a predominar. Tal é a utilidade prática permanente desse conhecimento. Tem, evidentemente, tanto maior importância quanto as mudanças exigidas pela marcha da civilização são elas próprias mais relevantes. Essa utilidade é, portanto, do mais alto grau, porque a reorganização social, única em condições de terminar a crise atual, é a mais completa de todas as revoluções que tem a espécie humana experimentado."

Dentro da visão "relativista" de história, Comte defendeu a *resignação social* diante da impossibilidade de mudanças sociais e diante das limitações históricas (causadas pelo "movimento lento do espírito humano e dos séculos") de um determinado tempo histórico. O autor só concordava com um tipo de revolução: a filosófica, das idéias; a revolução política viria num segundo momento. A resignação no *relativismo histórico*, em sua primeira formulação *físico-mecanicista* e *filosófico-idealista* foi o instrumento utilizado para o combate às bases das teorias iluministas *absolutas* e *críticas* e suas respectivas teses sobre o caráter "progressista das revoluções sociais".

Benoit (1999, p.132) reiterou que os temas abordados no caderno 2 de *A Indústria*, em especial, *progresso social*, *temporalidade histórica* e *revolução política*, foram abandonados durante muito tempo e retomados após o rompimento de Comte com a economia política, momento em que se fundamentou no *relativismo histórico*. Esses temas foram retomados nos *Opúsculos de filosofia social* entre 1820[25] e 1822.

O *Opúsculo* de 1822[26] foi um dos mais significativos textos positivistas, o qual se destacou por trazer pela primeira vez o conceito histórico-positivo dos "três estados", algo que é considerado a base da Filosofia da História de Comte.

Nesse *Opúsculo*, Comte recuperou a importância da obra de Montesquieu (*O espírito das leis*) e deu especial atenção à obra de Condorcet[27] (*Esboço histórico*). Este último texto foi considerado o precursor da *teoria positiva* (e científica) de observação dos fatos sociais, ou seja, da *Sociologia* comteana.

---

[25] O *Opúsculo* de 1820, nomeado "Sumária apreciação sobre o conjunto do passado humano", centrou-se na reflexão histórica. Nesse ensaio, Comte, ao estudar a Idade Média e a origem da "sociedade industrial", aplicou, pela primeira vez, a idéia de "séries históricas" (em duas séries: "desorganização do sistema teológico" e "organização do sistema positivo"). Esse ensaio não se inscreveu totalmente na teoria positivista, ao contrário do que ocorreu com o ensaio de 1822, intitulado "Plano de trabalhos científicos para reorganizar a sociedade", onde a história passaria a ter um lugar privilegiado até então não reconhecido pela economia política. (BENOIT, 1999, p.133).

[26] Nessa obra, Comte (1972, p.56) objetivou "[...] pôr em jogo as forças que devem impelir a sociedade na senda do novo sistema", ou seja, buscou (por meio de sua teoria com fins políticos) acabar com a "anarquia" instaurada nas nações (européias) civilizadas (que enfrentavam uma grande crise) mediante um processo de reorganização da ordem natural da espécie humana. A seu ver, essa crise teria se dado pelas tendências críticas implantadas na sociedade, as quais, após acabarem com o antigo sistema (ou regime político), teriam permanecido desorganizadas e, desse modo, se constituído nos maiores obstáculos para o progresso da civilização.

[27] Para Guéroult (apud BENOIT, 1999, p.149), Condorcet foi um representante do movimento enciclopedista-positivista da metade do século XVIII, que teve preocupações com a ciência, em particular, com a história das ciências e do pensamento científico, tendo sofrido influência, por exemplo, da teoria empirista-lockeana. No entanto, Benoit (1999, p.149) critica a interpretação exposta por Guéroult de que a História em sua totalidade (proposta por Condorcet) se reduziria, tão somente, às manifestações da ciência positivista. Para a autora, a dimensão teórica de Condorcet e sua busca pelo desenvolvimento do espírito humano, epistemologicamente, teria maiores proporções no campo da História da Ciência.

Conforme explicou Comte, Montesquieu não teria sido o fundador da Sociologia positiva por não ter compactuado com a "autêntica percepção histórico-positivista", isto é, esse filósofo não teria acompanhado o "desenvolvimento natural da civilização" (*progresso histórico*). Mas, para Comte, Condorcet seria o verdadeiro precursor da Sociologia por ter percebido que o curso da história obedece a uma "lei natural de desenvolvimento" desencadeado em um movimento *progressivo*.

Enfim, o *Opúsculo* de 1822 foi importante, pois, mediante o desenvolvimento de sua concepção de história, Comte chegou à conclusão de que a teoria política poderia adquirir o mesmo estatuto de positividade das ciências da natureza. (BENOIT, 1999, p.137).

A partir da "observação rigorosa e objetiva dos fatos" preconizada por Condorcet, houve um rompimento com os teóricos metafísicos (como Rousseau) que, segundo Comte, simplesmente buscavam "recriar os fatos de forma imaginativa" para explicar a origem e o desenvolvimento da sociedade. O livro de Condorcet, a partir de então, seria lembrado como o verdadeiro paradigma da teoria social positivista, sendo o principal referencial metodológico para os pressupostos teóricos do *Curso de filosofia positiva*[28] de Comte.

Contudo, no *Opúsculo* de 1822, Comte criticou o "Condorcet iluminista" argumentando que este não teria se desvencilhado dos objetivos crítico-revolucionários, ou seja, do ideário dos filósofos iluministas do século XVIII. Em decorrência disso, Condorcet não teria sido "cientificamente rígido" na análise dos fatos históricos, ou seja, o teórico teria emitido opiniões e julgamentos de valor, não mantendo a "neutralidade" da simples descrição dos fatos a exemplo do que ocorria nas ciências naturais.[29]

Ainda sobre a questão da *objetividade científica*, para Comte (1972, p.116) as ciências naturais seriam o *arquétipo* a ser seguido pela ciência social, em que "[...] admiração e a reprovação dos fenômenos devem ser banidas com igual severidade de toda ciência positiva, porque cada preocupação deste gênero tem por efeito direto e inevitável impedir ou alterar o exame." O autor prossegue explicando que

---

[28] Comte escreveu, em 1830, o *Curso de Filosofia Positiva*, em que trouxe reflexões sobre as leis e os princípios das ciências naturais (relacionando Astronomia, Física, Química e Biologia) quando, ao utilizar os princípios indutivos e dedutivos dessas ciências, pretendia formar uma base filosófica que justificasse a formação de uma *religião positiva universal*, ou seja, uma "sociedade positiva". Para Comte, o homem chegaria a ter, juntamente com o conhecimento científico e sua racionalidade positiva, o controle dos distintos fenômenos da realidade, e ainda, a ter o *controle de seu próprio destino* mediante o uso de técnicas sociais. (SANDER, 2002, p.30-31).

[29] Para Comte (1972), somente as "provas científicas" eram dotadas de força persuasiva e de credibilidade.

> [...] os astrônomos, os físicos, os químicos e os fisiologistas não admiram nem condenam seus fenômenos respectivos, só os observam, ainda que estes fenômenos possam dar ampla matéria a considerações de um e de outro gênero, como acontece em inumeráveis exemplos. Com razão, os sábios deixam tais resultados aos artistas, pois estes caem realmente no domínio que lhes é próprio.

Cabe ressaltar que no *Opúsculo* de 1822 Comte reconheceu que seria necessário, para a construção de uma moderna teoria social "realmente positiva", a observação e a explicação dos fenômenos tendo em vista a "totalidade histórica" proposta por Condorcet. Porém, ele desconsiderou as possíveis aspirações "político-revolucionárias" presentes no pensamento dos teóricos iluministas (que, por sua vez, estava presente no próprio pensamento de Condorcet), descartando, desse modo, as explicações que tangenciassem a questão das lutas de classes.[30]

Para o desenvolvimento do conceito de *transitoriedade* (interpretação idealista da história), Comte, no *Opúsculo* de 1822, argumentou que entre os séculos XV e XIX ocorreu a perda de consistência do sistema feudal e teológico, emergindo uma organização social "positiva e industrial" que se consistituiu em uma "tendência crítica" influente na forma do pensamento que originou a "teoria metafísica" e as "práticas político-revolucionárias".

Nesse sentido, a percepção de história de Comte se diferenciou da de Condorcet, visto que este último via no advento da Revolução Francesa um caráter totalizante (modelo e medida absolutas de todo o progresso da humanidade). Em um outro sentido, Comte concebia esse movimento político situado em um período de *transição*[31] para a *maturidade* (teórica e política) da organização social positiva e industrial no século XIX. O conceito de *transitoriedade* (de não-permanência das revoluções modernas) foi configurado como a "força motriz" para a fundação da Sociologia, demarcando as diferenças entre o pensamento político e o pensamento da escola teocrática.

De acordo com Comte, o processo histórico seria determinado pelo aspecto *temporal*, sendo ainda *não-linear*, *evolutivo* e *relativo*, impossibilitando, assim, retrocessos absolutos.

---

[30] Em um outro momento, em sua fase madura (*Curso de filosofia positiva*), Comte reconheceu a importância de Condorcet como o semeador das idéias da *sociologia positiva*. Para Comte, a sua Sociologia seria a finalização de um projeto iniciado por Condorcet, tendo na Teoria dos Três Estados o "fio condutor" da concepção histórica da "nova sociedade" calcada na positividade. (BENOIT, 1999, p.139-141).

[31] Portanto, Comte (1972) propôs desenvolver uma teoria *orgânica* que atuaria orientando os governos e toda a sociedade. Para tanto, buscou fundar uma *nova doutrina social*, que seria capaz de guiar a sociedade em uma direção completamente orgânica, sendo esta "[...] única em condições de tirar aos reis a direção retrógrada, e aos povos a direção crítica, [em direção à] expansão do espírito humano [no sentido de reinstaurar] o curso natural das coisas." (p.63). O autor situa a si próprio em um período histórico de *transição* em que "[...] os espíritos estão suficientemente preparados para receberem a doutrina orgânica", tendo como referência o acúmulo de experiências do passado. (p.66). Esta mudança ocorreria, primeiramente, no *plano espiritual*.

Para o autor, a história seguiria o princípio de que a civilização progrediria em um "curso natural", ou seja, o progresso social e individual seria impulsionado natural e biologicamente de forma *inevitável*, *não-livre*.

Dessa maneira, a tentativa de interrupção nesse processo seria caracterizada como um retrocesso. Esse desvio seria guiado por interesses particulares (por exemplo, os reis que defendiam a volta do antigo regime) e para promover a revolução (proletários revoltados em busca de melhores condições de vida, etc.). Assim, com a *inevitabilidade do progresso histórico*, as "revoluções" e o pensamento metafísico comporiam uma fase a ser superada durante o processo de construção da "sociedade positiva".

Portanto, a crítica comteana ao pensamento metafísico foi desenvolvida no *Opúsculo* de 1822. Para o autor, a "reorganização social" só seria possível por meio do abandono das noções metafísicas reformuladas durante o século XIX.

Sob esse prisma, Comte considerava que assim que a sociedade se organizasse em uma "ilimitada liberdade de pensamento" seria substituída pela crença na *autoridade política cientificamente fundamentada*, situação essa que possibilitaria o "consenso social" contrário ao ideal iluminista que pregava a "educação como fundamento de igualdade".

Justificando a necessidade de transcendência de uma etapa "não civilizada", Comte problematizou argumentando que, enquanto a "liberdade de pensamento" estaria no *plano espiritual*, a "soberania popular" estaria no *plano temporal*, correspondente aos dogmas antifeudais. Em outros termos, enquanto a "liberdade de pensamento" conferiria o poder de infabilidade (antes pertencente somente ao papa) a todos os indivíduos; a "soberania popular" daria um poder aos "espíritos menos esclarecidos" – o *poder absoluto* – e estes deixariam de ser guiados pelos "espíritos superiores" da sociedade. Segundo ressaltou Comte, esses foram os vícios que assolaram a Revolução Francesa, levando-a a um período de *desorganização* e de *anarquia*.

A solução proposta por Comte no *Opúsculo* de 1822 para a solução dos problemas acima relatados se daria mediante a adoção de uma *doutrina orgânica* capaz de conter os ânimos revolucionários e críticos dos povos e de direcionar os reis para uma posição "não-retrógrada". Segundo entendia Comte, a perda de crítica e o descrédito de pensamentos "retrógrados" acentuariam a urgência de instauração de uma "nova ordem social". O cerne dessa nova doutrina positiva se constituiria em um processo de busca pelo progresso, mas com o retorno da ordem social. Para tanto, seria necessário o respeito da positividade das formas sociais que, dentro de uma visão *evolucionista* de história, teriam um papel importante para o "restabelecimento da ordem".

A íntima relação entre *progresso* e *ordem industrial* se configuraria em um campo fértil para a constituição de um "objeto de uma *ciência*", ou seja, de forma epistemológica restrita que se apresentaria como um objeto estático de uma "ciência positiva" da sociedade. Para Comte, o *objeto científico* no campo social não se diferenciaria do objeto das outras *ciências naturais*.

Conforme dissertou Benoit (1999, p.196), nessa delimitação do objeto científico observou-se em Comte a questão do *fim da história*. Hegel também seguiu nessa direção quando suscitou que a evolução do espírito voltava-se sobre *si mesmo*, ao fazer de si objeto. Porém, Marx rompeu com Hegel ao observar materialmente o movimento da história na *práxis revolucionária dialética* do proletariado tendo como base a categoria iluminista de *revolução permanente*.

Para *reorganizar* a sociedade, Comte propôs duas séries de trabalhos: uma *teórica e espiritual*, a cargo dos sábios (para agir nas consciências); e outra, *prática e temporal*, a cargo dos chefes dos industriais (para distribuir o poder e as instituições "harmoniosamente" de acordo com o *espírito* do sistema).

Ao criticar as constituições políticas desenvolvidas pós-Revolução Francesa, por ser demasiadamente fundada na prática, Comte propôs a criação de um "pacto social" em uma ação geral e coordenada entre os indivíduos a partir de um *plano científico*, fundado em um sistema social e industrial. Enquanto Saint-Simon se aproximou (a partir de 1830) das reivindicações das lutas operárias tendo em perspectiva a igualdade de classes, Comte aspirou (por meio da natureza teórico-científica "neutra" da política no Positivismo) acabar com essas lutas revolucionárias ao propor que a *arte da política* fosse restringida apenas aos *cientistas*. (BENOIT, 1999, p.200-202).

Para Comte, nas mãos dos cientistas encontrar-se-ia o único instrumento para derrubar o "preconceito crítico da soberania moral" (que era concebida como direito inato de todo indivíduo) através das idéias teóricas gerais (ou seja, as idéias sociais), no sentido de estabelecer o "governo moral" (*europeu* e *universal*) regido pelos cientistas para resolver os "problemas da crise social" do ponto de vista da humanidade. (COMTE, 1972, p.79).

Sob esse prisma, a criação comteana da "teoria dos três estados" (ou o método do conhecimento) representaria o quadro da *evolução* e do *progresso* dos espíritos humanos ou a síntese dos progressos históricos. Em outras palavras, representaria a *história da sociedade*. Conforme descreveu Comte (1972, p.82), esses três estados se constituiriam em:

- ✓ *Teológico ou fictício* − idéias *sobrenaturais* para a explicação de fatos inventados, ou seja, "[...] os fatos observados são explicados, isto é, vistos *a priori* de conformidade com fatos inventados".

- ✓ *Metafísico ou abstrato* − transição do primeiro para o terceiro estado, buscando compreender e ligar as idéias e os fatos em uma explicação que *não é totalmente sobrenatural*, mas que também *não é totalmente natural*. São, portanto, "abstrações personificadas", místicas de uma causa sobrenatural e um enunciado de uma série de fenômenos se aproximando em maior ou menor grau do estado teológico.

- ✓ *Científico ou positivo* − em que o desenvolvimento do espírito humano é definitivo por ser positivo, sendo fundado em somente *fatos observados*, não recorrendo de forma alguma a idéias sobrenaturais ou abstrações. Neste estágio, as ciências passariam a ser ligadas *positivamente* a idéias e a leis gerais em um processo de transformação de *simples fatos* em *princípios*.[32]

Conforme analisou Benoit (1999, p.206), a "teoria dos três estados" foi pensada em si mesma sem ter vínculos e referências sociais, ao contrário da concepção de Condorcet que definia que a evolução histórica, necessariamente, passaria pelo "progresso" em direção à "liberdade" e à "igualdade".[33]

---

[32] Posteriormente, no *Curso de Filosofia Positiva*, Comte retomou a "teoria dos três estados" que, para esse filósofo, foi a sua grande descoberta. Ela representaria uma lei fundamental que seria invariável com o passar dos tempos e que sustentaria sua teoria positiva (filosófica e científica) para a realização de seu projeto político. O autor discorreu sobre tal teoria com as seguintes palavras: "No *estado teológico*, o espírito humano, dirigindo essencialmente suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que o tocam, numa palavra, para os acontecimentos absolutos, apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo. No *estado metafísico*, que no fundo nada mais é do que simples modificação geral do primeiro, os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidas como capazes de engendrar por elas próprias todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste, então, em determinar para cada um uma entidade correspondente. Enfim, no *estado positivo*, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, se resume de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir." (COMTE, 1983, p.4, grifos nossos).

[33] Sobre a criação dessa teoria, podemos dizer que no *Opúsculo* de 1822 Comte visou transpor a história dos métodos científicos para a história das doutrinas políticas, momento em que tais doutrinas se tornariam auto-suficientes. Buscou-se, portanto, elevar a doutrina política ao *status* de ciência, quando se imaginou que ela havia passado pelos estados *teológico* e *metafísico*, estando a caminho do "amadurecimento" (no *terceiro*

Em síntese, o projeto político comteano pôde ser entendido em três séries de trabalhos destinados à incorporação da teoria no plano temporal para uma nova organização social: 1) apreensão do processo histórico como base positiva da política;[34] 2) educação positiva para preparar os espíritos no âmbito da moral; e 3) modificação da natureza com ações político-positivas para a transformação da sociedade. (COMTE, 1972, p.85-86).

Dentro de sua visão evolucionista de história, Comte estabeleceu um paralelo evolutivo entre as ciências positivas (onde se encontra a aplicação da *teoria dos três estados*) constituído em uma primeira fase da *imaginação* (*estado teológico* - aspectos sobrenaturais e *estado metafísico* − abstrações personificadas) e uma segunda fase da *observação* (estado científico/positivo).

O *terceiro estado* da civilização seria o cume determinante que garantiria o "êxito da organização social". Comte traçou uma linha evolutiva e histórica dos diferentes estágios societais até chegar ao estágio civilizatório (em que a sociedade seria "reorganizada"), a saber: 1. militar; 2. teológico; 3. belas-artes. Do Império Romano à Idade Média temos: 4. Feudalismo; 5. Reforma protestante (início da Idade Moderna); 6. Comunas; e 7. Indústria (ápice temporal da civilização). Nesse sentido, este último estágio abriria as condições *objetivas* para a reorganização social por meio de uma *teoria positiva*. (COMTE, 1972, p.91).

Essa noção de história passou a ter um papel fundamental nos planos de Comte (1972), pois a apreensão da "marcha necessária da civilização" se daria mediante o estudo de ordem moral (compreensão e assimilação do *espírito positivo*), que, por sua vez, levaria ao entendimento e à adoção da política positiva (no *âmbito temporal*) para a "reorganização e transformação social." (p.95). Assim, a coordenação dos fatos para a observação do passado teria como finalidade subsidiar a teoria da ciência política (no cerne da nova doutrina social positiva) para o seu objetivo prático de reorganização social. De modo geral, a divisão "[...] principal das épocas deve apresentar o esboço mais geral da história da civilização." (p.113). Comte dividiu definitivamente a história em três grandes épocas:

---

estado). Por outro lado, a política positiva só foi definitivamente criada no ensaio "Plano dos trabalhos científicos para reorganizar a sociedade". Conforme explicou Benoit (1999, p.209), a "[...] moderna teoria social se calcaria nas categorias da *história e na hierarquia das ciências da natureza*. Aliás, a história das ciências estaria demarcada por revoluções [do tipo científico]." Foram essas revoluções que proporcionaram a ascensão da doutrina política ao *status* de ciência da observação no século XIX.

[34] Para Comte (1972, p.92), a "[...] experiência do passado prova, de maneira mais decisiva, que a civilização está sujeita, em seu desenvolvimento progressivo [e ininterrupto], a natural e irrevogável marcha, derivada das leis da organização humana, e se torna, por sua vez, a lei suprema de todos os fenômenos políticos."

1. *teológica e militar* − época das idéias baseadas no *sobrenatural*, tendo as relações sociais regidas pela *força militar*;
2. *metafísica e legista* − época da *crítica* e da *argumentação*, sendo um estágio intermediário e "bastardo" (por possuir elementos da primeira e da terceira época). A observação seria guiada pela *imaginação*, tendo limites claros. A sociedade já se encontraria no estágio industrial, porém sua organização encontrar-se-ia no arbítrio coletivo (que criaria leis arbitrárias);
3. *científica e industrial* − época *científica* e *industrial*, em que a "observação dominaria a imaginação". Essa época estaria propícia a uma reorganização dos poderes espirituais e temporais.

Para Comte (1972, p.96), a "marcha para o progresso social" ocorreria primeiramente no plano biológico,[35] por intermédio dos instintos humanos, sendo, no fundo, "verdadeiramente inalterável". Essa marcha seria "[...] apenas mais ou menos modificável em sua velocidade, dentro de certos limites, por várias causas físicas e morais suscetíveis de apreciação."

Um fator importante que nos fornece elementos para o entendimento da concepção estrutural da ciência positiva consiste na proposta de Comte (1972) de ligar os fatos históricos, tomando como base as classificações realizadas nas ciências da natureza, de maneira a adaptá-las ao social e tornando-as mais complexas, pois, segundo o autor, o "[...] método geral das classificações pôde fazer seus maiores progressos." Visou-se, portanto, seguir as hierarquias taxonômicas das famílias, espécies, gêneros, etc. para a busca da apreensão, por meio da observação, das "relações político-sociais reais", isto é, procurou-se o "[...] enunciado de uma série coordenada de fatos gerais, repartida em diferentes ordens de subdivisões, cada vez mais particulares."

Desse modo, esse método adaptado da Biologia seria aplicável a qualquer ciência, pois o recurso da classificação consistiria na "[...] simples expressão filosófica da ciência [...] *Conhecer a classificação é conhecer a ciência*, pelo menos em uma parte mais importante." (COMTE, 1972, p.112, grifos nossos). Além disso, o autor entendia que para a análise

[35] Comte (1972, p.93) relacionou metaforicamente o corpo humano à história referindo-se à progressão e à resolução de problemas. Para o autor, o corpo vivo exerce sua "[autodefesa imunológica] espontaneamente para corrigir as perturbações acidentais de seu organismo. Assim também o progresso da civilização, através de combinações políticas desfavoráveis, prova claramente estar ela sujeita a uma marcha natural, independentemente de todas as combinações, dominando-as."

histórica dos distintos períodos do processo civilizatório, as classificações eram importantes para a apreensão da "história geral da espécie humana". Nesse caso, Comte apreendia que as classificações taxonômicas serviam para explicitar hierarquicamente as "[...] diferentes épocas da civilização de acordo com as suas relações naturais", seguindo critério semelhante àqueles usados pelos "[...] naturalistas para colocar em ordem, segundo a mesma lei, as organizações animais e vegetais." (p.112-113).

Como vimos, na perspectiva comteana o *passado* é tomado como objeto de estudo para a previsão do *futuro* e o *presente* se condiciona às interpretações da história e das previsões "objetivas" guiadas pelas observações das pretensas leis naturais "neutras" responsáveis pelo andamento da *marcha da civilização* em direção *evolutiva ao progresso*. Esse pensamento metafísico orientou Comte no resultado de suas observações de tal forma que ele indicou a "era industrial" como aquela propícia para o "desvencilhamento total" dos pensamentos *teológicos* "mágicos" (remanescentes do antigo regime) e *crítico-metafísicos* (que guiaram preceitos revolucionários burgueses) mediante um novo pensamento *positivo* baseado na "ciência da observação".

Comte, com sua teoria, tomou para si a responsabilidade de fundar as bases de um novo plano *teórico espiritual* (que se manifestaria através da moral) e que, por intermédio de uma educação "eficiente", conduziria os povos a compreender a necessidade de uma nova orientação política, desta vez não mais baseada na revolta revolucionária e na "anarquia".[36] Nessa orientação, a ciência teria um papel político fundamental para a reorganização da sociedade européia, que estava, segundo Comte, "perdida" por trazer consigo diversos "vícios" (teóricos e práticos). Como vimos, a teoria comteana propôs uma "reorganização orgânica" da sociedade no plano *teórico espiritual* visando a modificar igualmente o *plano temporal* (das instituições) por meio de uma *política positiva*.

Portanto, a concepção de história comteana (no plano da Filosofia da História) e a idealização de uma ciência social fundamentada no arquétipo das ciências da natureza constituiriam o "pilar filosófico" que serviria para sustentar suas formulações ideológicas para a viabilização do seu projeto político.

A estrutura hierárquica da metafísica histórica comteana sustenta-se no que Comte denominou de "marcha da civilização", a qual deveria passar pelos três estados históricos (o

---

[36] Conforme explica Giannotti (1983, p.xii), o espírito positivo para Comte "[...] instaura as ciências como investigação do real, do certo e indubitável, do precisamente determinado e útil. Nos domínios do social e do político, o estágio positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e do poder material para o controle dos industriais."

teológico, o metafísico e o científico-positivo). Já a operacionalização teórica do seu projeto de sociedade ficaria a cargo da *Física Social* (ou *Sociologia*), que teria como objetivo compreender as leis naturais que regeriam o "progresso evolutivo" da sociedade, sendo, desse modo, uma forma teórico-instrumental de orientação para a prática política.

Portanto, o estudo da Filosofia da História e, em particular, da Sociologia, serviriam de instrumental para a realização do projeto político comteano em suas máximas de *ordem* e de *progresso*.[37]

1.2 História Científica Metódica ou "História Positivista"

Os termos História Científica, História Metódica, História Tradicional, História Historicizante ou Historicismo, História Rankeana, História Positivista, etc. foram atribuídos pelo movimento dos *Annales* para classificar os paradigmas historiográficos que, até o início do século XX, predominavam na universidade (nas atividades de investigação e de ensino). Dentre essas expressões, o emprego de "História Positivista", para Chartier (1978, p.516), teve maior aceitabilidade e, com o tempo, passou a ter um sentido negativo por se referir ao "modo que não convém para fazer história." Conforme argumentou, em muitos casos, essa situação levou à depreciação e ao não reconhecimento de Auguste Comte, o filósofo criador do Positivismo.

Embora as denominações sobreditas sejam muitas vezes tratadas como sinônimo, Reis (2004, p.13) dissertou que a História Científica foi um movimento historiográfico do século XIX que abrigava três projetos distintos, respectivamente atribuídos aos teóricos Ranke, Dilthey e Marx.[38] Tais projetos, embora diferentes, tinham pontos em comum que convergiam num modo específico de se fazer História daquele século, notadamente expresso na "[...]

---

[37] Na sociologia comteana um aspecto fundamental é a distinção entre os conceitos de *estática* e de *dinâmica* sociais. Segundo Giannotti (1983, p.xiii), a "[...] primeira estudaria as condições constantes da sociedade; a segunda investigaria as leis de seu progressivo desenvolvimento. A idéia fundamental da estática é a ordem; a da dinâmica, o progresso. Para Comte, a dinâmica social subordina-se à estática, pois o progresso provém da ordem e aperfeiçoa os elementos permanentes de qualquer sociedade: religião, família, propriedade, linguagem, acordo entre poder espiritual e temporal, etc."

[38] É interessante observar que Reis (2004) utilizou as expressões *História Científica* e *Historicismo* para abordar, de uma maneira ampla, o movimento historiográfico que se caracterizou no século XIX e que nós também poderíamos chamar de *história tradicional*. Já as expressões *História Metódica*, *"História Positivista"* (nota-se, entre aspas) e *História Rankeana* foram associadas a uma abordagem característica atribuída ao historiador Leopold von Ranke. Cabe ressaltar que a expressão *Historicismo* também foi associada aos historiadores "hermenêuticos" W. Dilthey e R. Aron.

recusa explícita da Filosofia da História, [na] tentativa de dar um estatuto científico à História, [no] esforço de objetividade e [na] valorização do evento [...].” Conforme ressaltou Reis, as posições desses três teóricos podem ser consideradas “[...] historicistas no sentido amplo do termo, isto é, que recusam o absoluto da razão intemporal e a submetem às condições históricas objetivas.”[39]

Um dos desdobramentos da História Científica foi a criação da denominada “História Positivista”[40] ou Metódica, que teve como um de seus maiores precursores o historiador alemão Leopold von Ranke.[41] A “História Positivista” de Ranke tinha como princípio escrever a história “como realmente aconteceu”, ou seja, tinha o papel de “[...] dar a todas as épocas, a todos os indivíduos o que lhes é devido, e há de vê-los em seus próprios termos.” Nesse sentido, Ranke demonstrou um “apelo à objetividade” propondo uma relação distanciada entre o estudioso e seu objeto de estudo.[42] (GAY, 1990, p.70).

A perspectiva rankeana de História objetivava demonstrar o compromisso com a ciência histórica retratando a ascensão das grandes potências e evidenciando as grandes personalidades históricas (políticas, religiosas, etc.) e os grandes acontecimentos (eventos históricos datados).[43] Segundo a apreensão rankeana, a “[...] história se faz presente para o

---

[39] Segundo Reis (2004, p.10), a *História Científica* foi aquela que pretendeu ser “objetiva”, isto é, que buscou “[...] formular enunciados adequados ao seu objeto e que sejam válidos para todo tempo e lugar, como ela estimava que faziam as ciências naturais.”

[40] Continuaremos usando esse termo entre aspas e a justificativa de sua relativização será conceitualmente desenvolvida ainda neste capítulo.

[41] O historiador Leopold von Ranke nasceu em 1795, na cidade da Turíngia, Alemanha, e era de família protestante. Mesmo tendo familiares ligados ao sacerdócio, Ranke optou pela ciência. Doutorou-se na Universidade de Leipzig adotando as idéias políticas de Tucídides, em uma abordagem da filologia clássica. Todavia, essa sua tese não tivera a importância e o reconhecimento que os seus posteriores estudos em História. Seu primeiro livro sobre os povos românicos e germânicos (entre 1494 e 1514) fora publicado em 1824. O reconhecimento dessa obra lhe garantiu o emprego de professor na Universidade de Berlim. Ranke foi o fundador da “história científica”, porém foi interpretado erroneamente por ser entendido simplesmente como: aquele que inovou a História, possibilitando o desenvolvimento da história da metafísica e da teologia; o criador do método que seria o único meio de se conseguir a sistematização de fatos cientificamente em categorias ordenadas; o teórico-obstáculo para o desenvolvimento do realismo com a sua teologia; e um historiador idealista adepto à apologia do poder. Apesar desses equívocos por parte dos críticos desse importante historiador, Gay (1990, p.65) defendeu a tese de que o estilo de Ranke revela um autor que “[...] poderia ter sido cientista, dramaturgo e teólogo a uma só vez, sem assim arruinar a coerência de sua obra.”

[42] Os métodos e as práticas historiográficas de Ranke estavam diretamente voltados para a ciência, em que podemos observar “[...] a sistematização da pesquisa, a ausência da primeira pessoa na exposição, a busca incessante da objetividade, a sujeição dos resultados a um exame crítico público. Os dois aforismos mais conhecidos de Ranke, muito citados e bastante incompreendidos, são em essência apelos ao método científico.” (GAY, 1990, p.70).

[43]De acordo com Reis (2004, p.16-17), a significação dos eventos “[...] aparece parcialmente nesse mundo dos sentidos, daí a necessidade do rigor na análise das fontes. O historiador deve se concentrar nos eventos, expressões dessas individualidades apreendidas através das fontes. [...] A função do historiador seria a de

historiador quando ele a estuda; no entanto, não é o passado feito presente, mas o passado enquanto passado que constitui seu interesse próprio." (GAY, 1990, p.85).

Ao constatar o problema de que a História estava sendo reescrita demasiadamente, Ranke propôs a pesquisa de fontes documentais primárias, ou seja, dos documentos de arquivo, para tentar reduzir o número de revisões. Ranke criticou os historiadores que se baseavam em fontes secundárias para a escrita da História referenciada em outras histórias. O historiador buscou sustentar o argumento de que por meio destas fontes seria impossível atingir metodologicamente a objetividade esperada.

É interessante notar que com Ranke o arquivo passou a ser o lugar "por excelência do historiador". A sua curiosidade pelas fontes de arquivos fez com que se tornasse um freqüentador assíduo dessas instituições que o agradavam por proporcionar o acesso a documentos que, na maior parte das vezes, nunca tinham sido consultados.[44]

A oficialidade "isenta" do *documento de arquivo* lhe garantiu *status* e lugar privilegiado para a escrita da História, ampliando significativamente as possibilidades interpretativas desse campo de investigação. Com efeito, podemos dizer que Ranke ajudou a elevar a História à categoria de ciência, dando ao historiador acesso a uma "nova morada", a universidade.[45] Segundo Gay (1990, p.74), esse historiador "[...] aplicava, de maneira

---

recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e fazer-lhes a narrativa. Essas tendências, esse trabalho da História, podiam ser vistos no Estado e em suas atividades - a História se limitaria a documentos escritos e oficiais de eventos políticos."

[44] De acordo com Gay (1990, p.72), o uso que Ranke fez de tais documentos "[...] constituía mais do que a explosão de um material histórico inédito: consistia na aplicação de um método histórico inédito [...] [Com o aumento de seus contatos e prestígio, ele teve acesso] a arquivos até então fechados. [...] [Nesses arquivos, Ranke vertia sua] atenção, seu prazer, seu orgulho em ser o primeiro a ver o que, por tão longo tempo, ficara oculto ou esquecido."

[45] Relativamente aos espaços de atuação dos historiadores no decorrer dos tempos, Gay (1990, p.27) nos explica que ao "[...] longo de muitos séculos, os historiadores moraram em diversas casas, tomando seus discursos e convicções de empréstimo a seus hospedeiros: o teatro na Grécia, os tribunais em Roma, o mosteiro na Idade Média, o salão no Iluminismo. Os historiadores antigos, medievais e do início da época moderna ofereciam suas obras como peças de retórica; deviam atender exigências morais e empregar recursos literários estabelecidos. A tradição da eloqüência, consolidada e distorcida no início do período moderno pelas reminiscências da oratória antiga, permeou os escritos históricos até o século XVI e quiçá o século XVII, quando a esta tradição retórica antiga os historiadores adicionaram a eloqüência do púlpito. A dependência dos historiadores *philosophes* em relação à sociedade culta, no século XVIII, constituiu em verdade um enorme passo rumo à independência: a História tornou-se um gênero literário respeitável entre outros gêneros literários de respeito. Então, no século XIX, os historiadores se mudaram para a casa própria, a universidade − não, acrescentaria eu, sem algumas perdas. Mas, sejam quais forem as perdas, a autonomia moderna do historiador ampliou marcadamente o leque de suas opções estilísticas."

sistemática e em larga escala, aquilo que os estudiosos anteriores haviam restringido a objetos especializados, empregando para finalidades estritamente definidas."[46]

Gay (1990) salientou ainda que nessa perspectiva historiográfica fundada por Ranke os princípios essenciais para a pesquisa histórica "[...] consistiam no estatuto único e privilegiado do documento de época; [pois acreditava-se que] apenas ele detinha a chave da verdade histórica." (p.75). Além disso, atribuiu-se ao documento de arquivo, a partir de então, o estatuto de *autenticidade* e de *fidedignidade*, pois as pesquisas em História passaram a se basear "[...] inteiramente nos relatos de testemunhas oculares e nas fontes mais autênticas e mais imediatas" (p.75), ou seja, a contribuição de Ranke à ciência histórica "[...] residia em sua visão enaltecedora dos documentos." (p.74).

Esse paradigma de História teve o seu manual (métodos), a sua grande obra (teoria) e uma síntese (balanço geral)[47] fundamentados pelo método histórico baseado na chamada *crítica textual*.[48] A criação da "História Positivista" foi uma resposta ao então modelo de história vigente (elaborada por retóricos, por moralistas e pelos historiógrafos oficiais), assumindo, assim, a tradição da crítica histórica.

Ranke considerava que o historiador, para atingir a "objetividade epistemológica" e a "verdade histórica", deveria apenas descrever o passado de forma pretensamente neutra e imparcial, ou seja, sem se deixar influenciar pelo contexto sócio-político-cultural no qual se inseria. Ao historiador, portanto, não cabia o papel de julgar, não havendo nenhuma interdependência entre historiador, sujeito do conhecimento e seu objeto.

A História existiria *em si*, mediante as informações que os documentos oferecessem, os quais deveriam ser reunidos buscando um número significativo de fatos "purificados" nos documentos primários e autênticos e em seus elementos internos e externos. Dessa maneira, os fatos seriam organizados em seqüência cronológica de modo a possibilitar o desencadeamento da narrativa a qual deveria estar livre das teorias especulativas (formulação de hipóteses e problematizações), no sentido de distanciar-se da Filosofia.

---

[46] Conforme argumentou Gay (1990, p.74), Ranke "[...] reconhecia que a História era uma disciplina em progresso. Afinal, declarava que sua obra era superior à de seus predecessores."

[47] O manual da História tradicional ou "positivista" foi escrito por Langlois e Seignobos na obra *Introduction aux études historiques*, 1898; a grande obra foi *L´Histoire de France*, escrita por Lavisse entre 1903 e 1910; e o seu balanço foi escrito por Halphen com a obra *L´Histoire en France*, em 1914. (CHARTIER, 1978, p.516).

[48] A crítica textual teve seus primórdios no século XV no humanismo italiano, com Laurent Valla, em uma atitude que postulava "[...] regras de leitura garantindo a autenticidade do documento e a veracidade do fato, transmitiu-se através de paragens sucessivas [...]" (CHARTIER, 1978, p.516). Sobre os desdobramentos da crítica textual como base para a Diplomática enquanto uma disciplina auxiliar da História, ver capítulo 2.

Por isso, esse método, baseado na *crítica textual*, influenciou (durante todo o século XIX) a tentativa de aproximação entre a História e as ciências da observação direta, ou ciência da natureza, pois se acreditava que os procedimentos metódicos seriam suficientes para a garantia de uma objetividade científica.[49] Mas os historiadores da época não perceberam o quanto seria complexa uma relação científica entre modelos de ciência tão particulares. Entretanto, ao comentar sobre a abordagem "positivista" da crítica textual para a apreensão do conhecimento histórico, Chartier (1978, p.517) ponderou que

> [...] a diferença que separa [a História] das ciências "diretas" não é de estatuto ou de natureza, quanto muito de método. Todo o trabalho da operação crítica consiste, com efeito, em fazer passar do vestígio do fato ao fato em si, portanto em recriar as condições de uma relação direta entre o observador e o objeto observado. É em função [dessa orientação que os historiadores "positivistas"] imaginam ser a relação científica no seio das ciências da observação [...][50]

Com o "rigor" que se acreditava dispor com a sistematização de métodos de análise, a "História Positivista" reivindicava produzir um conhecimento dotado de uma "objetividade absoluta". Acreditava-se que o historiador erudito deveria possuir as virtudes intelectuais e morais que o distanciassem de qualquer envolvimento com o seu objeto de estudo (fato ou acontecimento), não existindo, portanto, qualquer ordem de envolvimento emocional ou intelectual. Nessa relação, a objetividade pressupunha que o objeto histórico estivesse dado antecipadamente, cabendo ao historiador somente decifrar e descrever, com todo rigor, em um processo de abstração do fato por meio do seu conhecimento. Seria como se o fato estivesse explícito no documento escrito e este, conseqüentemente, refletisse o real. O conhecimento histórico não seria re-construído, e sim, "encontrado".

A idéia de se considerar somente o método da *crítica textual* de documentos de arquivo levaria a algumas limitações conceituais de documento histórico, no sentido de que a fonte histórica seria o texto, ou documento escrito, para a geração de um outro texto. Nessa perspectiva, o historiador, através do seu referencial discursivo, construiria e desenvolveria sua narrativa. Conforme realçou Chartier (1978, p.517), para a "História Positivista" o

---

[49] Podemos constatar que a *objetividade científica* era uma pretensão não apenas de Ranke e de seus seguidores, pois ela era, igualmente, a maior preocupação de Comte (como vimos no item 1.1); o que demonstra indícios de convergências pontuais entre os preceitos da *História rankeana* e o entendimento de ciência reivindicado no universo da Filosofia da História de Comte.

[50] Ressaltaremos outros elementos relativos à crítica do paradigma da História tradicional no item 1.3, onde abordaremos a concepção historiográfica do movimento dos *Annales*.

documento escrito seria o seu "início-fim", na medida em que os historiadores dessa corrente acreditavam que para

> [...] além dos textos, não existe absolutamente história pensável. O método que permite ir do vestígio dos fatos aos próprios fatos é a crítica histórica. É ela que distingue os historiadores "críticos" ou "científicos" dos seus antecessores, historiadores "filósofos" como Guizot ou Thiers, historiadores "pitorescos" como Augustin Thierry ou historiadores de facção como Michelet, Taine ou Renan. Primeiramente externa para restituir o texto à sua forma original e esclarecer a data, a origem e o autor, a crítica deve ser, seguidamente, interna numa dupla tentativa: crítica de interpretação para conhecer o pensamento do autor, crítica de exatidão para medir o afastamento entre aquilo que ele diz e aquilo que já sabemos do fato descrito e assim descobrir a falsidade ou o erro. No fim da ascese crítica está a recompensa: atingir numa imagem a mais próxima possível daquela que teria dado a observação direta do fato passado. (CHARTIER, 1978, p.517).

De toda maneira, é importante salientar que, concomitantemente ao período em que vigorou a "História Positivista", os objetos de estudo históricos ampliaram-se de forma variada, à proporção que os historiadores passaram a considerar as estruturas (por exemplo, o sistema feudal ou a constituição britânica), os comportamentos e os valores do passado, a história da arte, da literatura e da música; enfim, produziu-se um conjunto de obras importantes em um novo tipo de História sociocultural. Por outro lado,

> [...] uma das conseqüências da chamada "Revolução Copernicana" na história ligada ao nome de Leopold von Ranke, foi marginalizar, ou re-marginalizar, a história sociocultural. Os interesses pessoais de Ranke não se limitavam à história política. Escreveu sobre a Reforma e a Contra-Reforma e não rejeitou a história da sociedade, da arte, da literatura ou da ciência.[51] Apesar disso, o movimento por ele liderado e o novo paradigma histórico elaborado arruinaram a "nova história" do século XVIII. Sua ênfase nas fontes dos arquivos fez com que os historiadores que trabalhavam a história sociocultural parecessem meros *dilettantis.* (BURKE, 1997, p.18).

Cabe ressaltar, ainda, que os discípulos de Ranke foram mais intolerantes à História sociocultural que o seu próprio mestre. Em busca da profissionalização, o paradigma rankeano pareceu mais científico, pois as documentações oficiais contidas nos arquivos eram apreendidas como portadoras de objetividade uma vez que refletiam os atos gerados em repartições públicas e em entidades oficiais. Nesse sentido, a História não-política foi "[...]

---

[51] Conforme explicou Gay (1990, p.91), por vezes "[...] recaiu sobre Ranke a acusação de ignorar a dimensão social da história, os fatos tecnológicos e econômicos, da política de massa e das comunicações de massa, que estavam transformando o mundo nos anos de vida de Ranke, e que retrospectivamente teriam aprofundado sua análise do passado. Algumas anotações esparsas de seus cadernos sugerem-nos, com efeito, a interessante impressão de que estava lidando com a história social."

excluída da nova disciplina acadêmica." (BURKE, 1997, p.18). Sob esse prisma, no século XIX, foram criados inúmeros comêndios e revistas profissionais que serviram como veículos de divulgação das sistematizações acerca do método histórico.

Como vimos, a apreensão de documento como fonte histórica fora reconhecida academicamente e explicitada com a noção de História Metódica (ou "Positivista") rankeana. Podemos dizer que esta corrente estava em consonância com o "espírito positivo", todavia, ela adquiriu – disciplinarmente – características específicas que a particularizaram.

Diante disso, se fazem presentes as seguintes indagações: a noção de "História Positivista" para o filósofo Auguste Comte e para o historiador Leopold von Ranke constituiria um mesmo enfoque disciplinar? Em outras palavras, a noção "positiva" de História se diferencia para esses dois teóricos?

Estudiosos como Chartier (1978, p.516) e Burke (1992, p.19) mencionaram o débito que os historiadores do movimento dos *Annales* (item 1.3) tiveram para com o "pai" do Positivismo, Auguste Comte. Para Burke, a maior contribuição de Comte para o desenvolvimento da historiografia do século XX foi o seu interesse em estudar as estruturas, ao invés de priorizar os acontecimentos, o que comumente se fazia.[52]

As questões levantadas por Comte no plano histórico foram essenciais para a formulação e fundamentação do seu sistema filosófico, o qual procurou no passado subsídios para refletir sobre os problemas sociais de sua época. Em uma outra perspectiva, a formalização acadêmica da teoria de Comte cumpriria a função de complementar e viabilizar instrumentalmente o seu projeto político mediante o desenvolvimento de uma ciência social pretensamente com o mesmo rigor que as ciências da natureza.

O sistema comteano foi elaborado buscando atingir um distanciamento de tal ordem que pudesse abranger um campo de visão da *história da humanidade* (em sua evolução *temporal* e *espiritual*). Ou seja, Comte visou "desvendar" respectivamente as configurações institucionais e morais apreendidas como uma grande *estrutura,* a qual poderia estar sujeita a análise e a uma classificação de acordo com as suas particularidades e características.

Um outro fator importante que fornece elementos para o entendimento da concepção *estrutural* da *ciência positiva* de Comte está presente na sua proposta de categorizar os fatos históricos tomando como referência as classificações realizadas nas ciências da natureza (em

---

[52] Burke (1992, p.19) apontou, além de Comte, outros teóricos do século XIX como, por exemplo, Herbert Spencer e Karl Marx que, igualmente, foram relevantes para o desenvolvimento das pesquisas historiográficas, especificamente por considerarem as estruturas ao invés dos acontecimentos. Tais perspectivas influenciaram, em alguma medida, as investigações historiográficas que ocorreram no movimento dos *Annales* e em seu desdobramento na *História Nova*.

particular, com a taxonomia biológica), adaptando-as ao social e tornando-as mais complexas, seguindo as hierarquias das famílias, espécies, gêneros, etc. para a busca da apreensão, por meio da observação, das relações político-sociais. Para a análise histórica comteana, as classificações foram importantes para a pretensa compreensão da *história geral da espécie humana* que resultaria no entendimento das diferentes épocas da civilização de acordo com as suas relações naturais.

Em síntese, o projeto comteano objetivou preparar os homens para a "disciplina e a obediência" à ordem social almejada, ao compreender que o *progresso* e a *ordem* se constituiriam mediante a submissão às "leis invariáveis" da Física Social, as quais orientariam a busca pela "harmonia social" rumo à "evolução natural da sociedade".

Podemos dizer que a história concebida por Comte não era aquela praticada pelos historiadores profissionais, pois ela o interessava não como uma disciplina científica propriamente dita, mas sim como uma forma de apreensão instrumental do passado tendo em vista o desenvolvimento de um projeto *político-moral*.

De maneira distinta, Ranke objetivou enquadrar a História em uma disciplina acadêmica de modo a profissionalizá-la. Nessa perspectiva, o historiador profissional passou a exercer a competência institucional (e, por vezes, política) de interpretar a História. Buscando atribuir *status* de cientificidade à História, Ranke propôs o aperfeiçoamento do método (por meio da crítica das fontes) e o desenvolvimento da teoria histórica.

No entanto, como observamos, o método de Ranke foi baseado na "crítica textual" e, nesse aspecto, sua concepção de ciência estava sob a influência do "espírito positivo", pois buscou atribuir o mesmo rigor da ciência da natureza à ciência histórica.

Contudo, as diferenças de abordagem teóricas e metodológicas demonstram as particularidades desses teóricos, os quais, embora tivessem como desígnio a "objetividade científica", partiram de perspectivas distintas.

A História Metódica rankeana, dentro de uma perspectiva científica, diferenciou-se da Filosofia da História, pois o historiador profissional não buscava fundir passado, presente e futuro da forma com que objetivava fazer Comte ao instrumentalizar o estudo da história para a realização de seu projeto político. Nesse sentido, Comte *profetizava* sobre o futuro para reorganizar a sociedade de sua época.[53]

---

[53] Segundo Reis (2004, p.8), "[...] a História 'científica' [ou metódica] buscará diferenciar as duas dimensões 'objetivas' do tempo – passado e presente – e tenderá a não profetizar sobre o futuro. Como conhecimento das 'diferenças humanas', a história científica dará ênfase ao evento: irrepetível, singular, individual, com seu valor intrínseco, único. [...] O a-histórico, o substancial, o imutável das filosofias da história é inverificável e, portanto, não 'científico'. O objeto do historiador é o localizado e datado, o relativo a uma situação espaço-temporal,

Desse modo, os historiadores adeptos da História Metódica (ou "Positivista") não a consideravam uma ciência regida por *leis* e *essências*, "[...] pois não há modelos supra-históricos dados *a priori* que garantiriam a racionalidade e a inteligibilidade do processo histórico efetivo." A História Metódica partia do pressuposto de que a História "[...] é finita, limitada, relativa a um momento histórico [...] a própria história que organiza o pensamento e a ação, os quais existem em uma 'situação': um lugar e uma data - um evento."[54] (REIS, 2004, p.9).

Conforme explicou Burke (1997, p.19-20), Comte criticou o enfoque da história política. Em uma passagem da lição 52 do *Curso de Filosofia Positiva*, ele ridicularizou o que chamou de "[...] insignificantes detalhes estudados infantilmente pela curiosidade irracional de compiladores cegos de anedotas inúteis", suscitando o que chamou de "uma história sem nomes".[55]

---

irrepetível, singular: o evento. Essa época da cultura histórica – da consciência da diferenciação das dimensões temporais – é considerada a época do historicismo."

[54] De acordo com Reis (2004, p.11), "[...] Ranke assume uma posição contemplativa que explicita mais fortemente o caráter conservador do historicismo. Para ele, a história do Espírito Objetivo é a de individualidades históricas, que devem ser apreendidas em sua 'totalidade' – espírito do povo, espírito nacional, forças éticas, culturas, classes, indivíduos. O universal, aqui, é uma individualidade, uma unidade sintética, uma totalidade relativa, situada em um lugar e em uma data. As formas de tratar 'esta totalidade singular' variarão entre as escolas."

[55] Uma crítica incisiva de Comte à história política pode ser igualmente lida no *Opúsculo* de 1822, especificamente no seguinte trecho: "Todos os trabalhos históricos escritos até hoje, mesmo os mais recomendáveis, não tiveram, em essência, e necessariamente não deveriam ter, senão o caráter de *anais*, isto é, de descrição e disposição cronológica de uma certa série de fatos particulares, mais ou menos importantes e mais ou menos exatos, mas sempre isolados entre si. Sem dúvida, as considerações relativas à coordenação e à filiação dos fenômenos políticos não foram neles inteiramente desprezadas, sobretudo a partir de meio século. É claro, entretanto, não haver esta mistura de pontos de vista modificado ainda o caráter desse gênero de composição, que não cessou de ser literário. Não existe, até hoje, verdadeira história, concebida com espírito científico, isto é, tendo por fim a pesquisa de leis que presidem ao desenvolvimento social da espécie humana, o que é precisamente o objeto da série de trabalhos considerada neste capítulo. A distinção precedente basta para explicar por que se julgou até agora quase universalmente que, em história, era necessário proceder do particular para o geral, e por que, pelo contrário, se deve hoje proceder do geral para o particular, sob pena de não se obter qualquer resultado. Porque, quando se trata unicamente de redigir, com exatidão, anais gerais da espécie humana, cumpre, evidentemente, começar formando os anais dos diferentes povos, e estes somente podem ser fundados nas crônicas de províncias e de cidades, ou mesmo sobre simples biografias. De igual modo, mas sob outro aspecto, para formar os anais completos de qualquer fração de população, é indispensável reunir uma série de documentos separados, relativos a cada um dos pontos de vista sob os quais ela deve ser considerada. É assim que deve necessariamente proceder para chegar a compor os fatos gerais, que são os materiais da ciência política, ou antes, o objeto sobre o qual se dirigem suas combinações. Marcha inteiramente oposta, porém, se torna indispensável, logo que se chega à formação direta da ciência, isto é, ao estudo do encadeamento dos fenômenos. De fato, por sua própria natureza, todas as classes de fenômenos sociais se desenvolvem simultaneamente, e sob a influência uns dos outros, de tal sorte que é absolutamente impossível explicar-se a marcha seguida por qualquer deles sem ter previamente concebido, de maneira geral, a progressão do conjunto." (COMTE, 1972, p.135).

Como comentamos em outro momento, a "História"[56] proposta por Comte objetivou observar o desenvolvimento "natural" da civilização (*progresso histórico*) em que as análises relativas à *forma de governo* estariam em um segundo plano,[57] ou seja, o mais importante para Comte consistia no processo de observar o "progresso natural evolutivo" dos elementos *temporais* e *espirituais* (considerando, sobretudo, suas particularidades). A idéia de progresso social positivista estava configurada dentro de uma visão *evolucionista* e *determinista* de história.

Um fato interessante é que tanto Comte como Ranke enalteciam, na análise histórica, a rigidez científica do exame objetivo dos fatos, almejando a neutralidade da descrição dos acontecimentos visando uma aproximação com o arquétipo aceito pelas ciências naturais. Nesse sentido, ambos os autores chegaram à mesma conclusão, porém, partindo de perspectivas diferentes. Vejamos, a seguir, tais diferenças.

Comte (1972, p.97) criticou os "historiadores contaminados com as crenças teológicas e metafísicas" no entendimento de que estes eram limitados por suas crenças religiosas e sobrenaturais:

> Tendo sido a história escrita e estudada, até o presente, de modo superficial, tais coincidências e efeitos tão notáveis, ao invés de instruírem os homens, como seria natural, apenas os surpreenderam. Estes fatos mal observados contribuem mesmo para manter ainda a crença teológica e metafísica do poder indefinido e criador dos legisladores sobre a civilização. Eles alimentam esta idéia supersticiosa em espíritos que estariam dispostos a rejeitá-la se não parecesse apoiada na observação. Resulta este desastroso efeito de que, nos grandes acontecimentos, só se vêem os homens, e nunca as circunstâncias que os impelem com força irresistível. Em lugar de reconhecer-se a natureza preponderante da civilização, consideram-se os esforços desses homens previdentes como as verdadeiras causas dos aperfeiçoamentos realizados, os quais se teriam dado, um pouco mais tarde, sem a sua intervenção. Não se leva em conta a enorme desproporção de

[56] Empregamos aspas no termo História, pois entendemos que Comte não propôs uma disciplina historiográfica. Ou seja, esse pensador observou a dinâmica da história no plano filosófico, em particular, no contexto da Filosofia da História.

[57] A opção de Comte por deixar em um segundo plano a perspectiva de análise histórica realizada com enfoque meramente temporal pode ser observada na seguinte citação: "[...] na impossibilidade absoluta de religar diretamente os diversos estados de civilização ao ponto de partida primitivo e geral, estabelecido pela natureza especial do homem, seríamos logo compelidos a fazer depender imediatamente de circunstâncias orgânicas secundárias o que é uma conseqüência remota das leis fundamentais da organização. Foi assim, por exemplo, que vários fisiologistas de valor foram levados a atribuir, aos caracteres nacionais, importância evidentemente exagerada na explicação dos fenômenos políticos. Atribuíram-lhes diferenças de povo a povo, que só dependem, em quase todos os casos, de épocas desiguais de civilização. Disto resultou o desastroso efeito de considerar invariável o que é certamente apenas momentâneo. Tais desvios, de que seria fácil multiplicar os exemplos, derivando todos do mesmo vício primitivo na maneira de proceder, confirmam claramente a necessidade de separar o estudo dos fenômenos sociais do dos fenômenos fisiológicos comuns." (COMTE, 1972, p.127).

> pretensa causa com o efeito, desproporção que tornaria a explicação muito mais ininteligível do que o próprio fato. Apegam-se ao aparente e desprezam o real, que está atrás. Em uma palavra, tomam-se os atores pela peça, segundo a engenhosa expressão de Mme. de Staël.

Podemos polemizar a citação acima ao ressaltar que a teoria historiográfica de Ranke era realmente influenciada pelo protestantismo luterano.[58] Sob esse prisma, Ranke compreendia que a ciência tinha uma fundamentação religiosa (retroalimentação entre *conhecimento* e *fé*) e que Deus intercedia no trabalho do historiador (e nas próprias conquistas profissionais e materiais deste). Em sua concepção religiosa de ciência, ele também buscava uma contraposição à História iluminista (contra a adição de preceitos morais na interferência da relação objetiva entre historiador e objeto estudado), ou seja, contra a instrumentalização política da História para fins morais.[59]

Portanto, enquanto Comte criticou os historiadores iluministas (*metafísicos*) em nome da *objetividade científica positiva* tendo, ainda, uma finalidade político-moral; Ranke criticou esse enfoque e esses mesmos historiadores iluministas, todavia, defendendo uma *"objetividade teológica*".[60]

---

[58] Para Ranke, a ciência tinha uma fundamentação religiosa, pois ele "[...] não via préstimo na separação 'ociosa' entre conhecimento e fé; a fé constitui uma forma interior de conhecimento e o conhecimento leva à fé - a busca do saber, por conseguinte, tem uma justificação religiosa." De forma mais abrangente, Ranke concebia que a "[...] vida do homem nesta terra é, em si mesma, um fato religioso." (GAY, 1990, p.80). Alguns preceitos ligados ao protestantismo luterano estão presentes na auto-explicação de Ranke em relação a suas crendices referentes a sua visão de ciência e de História. Por exemplo, podemos identificar a noção de intervenção de Deus em todas as atividades humanas, inclusive no trabalho do historiador, o qual só poderá ser exercido se o indivíduo tiver vocação para tanto. A idéia de predestinação também se faz presente a ponto de ele acreditar que as suas conquistas profissionais (ser professor universitário) e materiais (ter ganhado um bom salário) ocorreram justamente devido à obra divina. Ranke tomou como parâmetro a crença de que Deus opera tanto no universal como no particular. Acerca desse assunto, Gay explica que o fato "[...] mais importante da escola historicista, [é que ela] consuma a revolta oitocentista contra a História do Iluminismo. É o repúdio final à antiga doutrina de que todas as disciplinas, incluída a História, possuem um objetivo ético explícito. O historiador não louva nem condena; procura apenas entender − entender por dentro − adotando critérios do período estudado." (GAY, 1990, p.85).

[59] Embora Ranke tivesse justificado que a sua proposta de História estivesse baseada na objetividade para combater a instrumentalização da História para fins morais e políticos, essa negação iluminista também pode ser enquadrada como tendo fins ideológicos. Segundo Gay (1990, p.90), "Por trás da tela da objetividade científica, Ranke fazia escolhas políticas definidas." Também é interessante observar que enquanto Ranke tenta implicitar (na sua defesa de objetividade) as suas aspirações políticas ao escrever a história, Comte, ao contrário, explicita, com todas as letras, o seu projeto político-moral.

[60] De acordo com Reis (2004, p.8-9), o *historicismo* "[...] é a rejeição radical das filosofias da história iluminista e hegeliana: rejeição do sistema, da história universal, da Razão que governa o mundo, do progresso. As relações entre História e Filosofia se invertem: é a Filosofia que se revela histórica, é ela que se mostra influenciada e subordinada às condições históricas [...] A rejeição da subordinação da História à Filosofia se assenta em uma nova atitude do historiador − a "positiva" − em outra forma de tratar o material, o seu material − através do método crítico de purificação das fontes. O conhecimento histórico não se assentará mais sobre elementos *a priori*, será um conhecimento *a posteriori*."

Assim, diferentemente da perspectiva de Comte, a crítica aos historiadores iluministas elaborada por Ranke inseriu-se (usando a terminologia comteana) dentro da lógica *teológica* ou *fictícia* que negava os *metafísicos* justamente por eles serem os teóricos críticos que destronaram o *poder temporal* (Antigo Regime) e o *poder espiritual* (moral cristã), por meio das revoluções burguesas (filosóficas, científicas e políticas).

Para entendermos a perspectiva do próprio Comte, é interessante recordarmos que sua análise histórica baseava-se na "teoria dos três estados" (ou nos métodos do conhecimento),[61] que representava o quadro da "evolução e do progresso dos espíritos humanos" ou a "síntese dos progressos históricos"; ou, em outros termos, que classificava a *história da sociedade*, notadamente dividida em três estados: 1) Teológico ou fictício; 2) Metafísico ou abstrato (fase da imaginação); e 3) Científico ou positivo (fase da observação). O terceiro estado (*positivo*) da civilização seria o cume determinante que garantiria o êxito da organização social. Destarte, para Comte a crítica à não-objetividade se direcionaria em duas vertentes: [1] ao *estado metafísico* (onde se inserem os iluministas); e [2] ao *estado teológico* (onde se enquadraria Ranke).

Enfim, a expressão amplamente utilizada "História Positivista" carrega uma incoerência se pensada a partir das particularidades teóricas e horizontes interpretativos do Positivismo de Auguste Comte e da História Metódica de Leopold von Ranke. Como vimos, a noção angular de *objetividade científica*, que tanto o Positivismo como a Historia Científica defenderam, parte de pressupostos diferentes e, portanto, deve ser contextualizada para não ocorrerem imprecisões e equívocos interpretativos. Portanto, observamos que a noção de *"História" comteana* (que considera, de forma ampla, as estruturas sociais) e a noção de *História rankeana* (com enfoque nos acontecimentos políticos e nas grandes personalidades) partem de perspectivas, de métodos e de objetos distintos.

Interessa-nos, neste momento, discorrer acerca de outros detalhes dessa distinção interpretativa, tomando como exemplo as singularidades da noção de "História Positivista" (ou Metódica) no contexto francês. Para tanto, nos fundamentamos nas análises de Reis (2004) que levantaram a discussão acerca das diferenças entre História "positiva" (sob a influência de Ranke) e a História "positivista" (sob a influência de Comte) tendo em vista um

---

[61] Como vimos no item 1.1, tais métodos foram delineados seguindo a tônica do conceito de *relativismo histórico*. Tal conceito apontava que a História seguia o princípio da "civilização progressiva inerente à natureza humana", ou seja, o "progresso social e o individual" era impulsionado natural e biologicamente de forma inevitável, não-livre. Outro conceito chave para o desenvolvimento da "Teoria dos três estados" foi o de *transitoriedade*, que permitiu a apreensão da mudança do sistema feudal - de base teológica - a uma fase intermediária de tendência "crítica" antes de assumir o estágio elevado de organização social positiva e industrial.

outro ângulo. Cabe recordar que a crítica feita pelo movimento dos *Annales* aos "positivistas" da historiografia antiga recaiu justamente sobre essa roupagem francesa da História Metódica.

> Os "positivistas" franceses praticarão os mesmos princípios defendidos por Ranke, mas traduzidos para o espírito francês. Se Ranke esconde Hegel, a filosofia da história implícita na historiografia metódica francesa será a iluminista [que será aquela] evolucionista, progressista, gradualista, anti-revolucionária, mas atualizada pela filosofia comteana e seu "espírito positivo", bem como influenciada pelo evolucionismo darwiniano. (REIS, 2004, p.20).

A História "positiva" na França, de inspiração rankeana, teve como marco a fundação da *Révue Historique*, realizada por Gabriel Monod em 1870. Essa perspectiva historiográfica foi divulgada no ensino superior pelos historiadores Monod, Lavisse, Seignobos, etc., que defenderam a necessidade de se buscar métodos "rigorosos" para a reconstituição da realidade histórica fundamentados por uma concepção de "ciência objetiva" e instrumentalizados pela crítica externa e interna dos documentos. (OFFENSTADT, 2006b, p.87).

O "método", a partir de então, passou a ser valorizado na historiografia francesa. Buscava-se, com isso, uma diferenciação entre essa disciplina e a literatura.[62] Esse enfoque ajudou a legitimação da cadeira de História na universidade francesa quando a História acabara de conseguir sua autonomia de disciplina acadêmica.[63]

Um fator teórico importante foi a negação, por parte dos historiadores "positivos", da base teórica que regeu a concepção de ciência durante o século XIX. No entanto, tal pensamento esteve presente em toda a produção historiográfica sem que os historiadores o confessassem ou admitissem. Conforme explicou Reis (2004, p.20-21), o século XIX "[...] é tão metafísico como Comte pode sê-lo: sob o discurso positivo, cientificista, há uma compreensão total da marcha da humanidade, uma metafísica, uma Filosofia da História."

Um dos mais ilustres representantes da História "positiva" na França foi Fustel de Coulanges, considerado o primeiro historiador francês que desenvolveu uma História plenamente "científica", pois só acreditava, por influência do filósofo René Descartes, no fato

---

[62] Langlois & Seignobos (1898) criaram um manual trazendo o método-teórico "positivista" alemão para a França, com vistas a divulgar o "espírito positivo", antimetafísico, em três momentos: "a) a heurística, a pesquisa dos documentos, sua localização; b) as operações analíticas: as críticas externa e interna (de restituição, proveniência e classificação; de interpretação, sinceridade, exatidão); c) as operações sintéticas: a construção histórica, o agrupamento dos fatos, a exposição, a escrita histórica." (apud REIS, 2004, p.23).

[63] Conforme argumentou Reis (2004, p.22), a História se "[...] profissionalizou definitivamente - numerosas cadeiras na universidade, sociedades científicas, coleções de documentos, revistas, manuais, publicações de textos históricos, um público culto comprador de livros históricos."

demonstrado e documentado. Ele foi considerado um "positivista" não no sentido comteano, visto que ele "[...] não fala[va] de leis da História e não procura[va] o seu sentido [...] Seu método não excluí[a] a hipótese, desde que esta [emergisse] das fontes históricas criticamente constatadas." (REIS, 2004, p.25).

A crítica do movimento dos *Annales* aos ditos "positivistas" da História Metódica ocorreu basicamente sob a argumentação de que estes eram representantes da anti-história. Essa crítica fora questionada posteriormente por autores como Carbonell, que entendia que a corrente histórica "positivista", ou seja, comteana, na França nunca existira. Conforme dissertou Reis (2004, p.26), os historiadores rankeanos franceses

> [...] não se baseavam em nenhum filósofo – nem Kant, nem Hegel, nem Herder, nem mesmo Comte. Eram contra a pesquisa histórica conduzida por idéias gerais. Defendiam uma pesquisa desinteressada e científica. Combatiam católicos e monarquistas e por estes eram tachados de liberais, racionalistas, protestantes, mas jamais de positivistas ou comtistas.

Segundo afirmou Carbonell, o único que seguiu uma História verdadeiramente positivista foi Louis Bordeau, discípulo de Comte e que visava enunciar uma "[...] lei de evolução lenta e contínua da humanidade, rejeitando toda a descontinuidade, ruptura, emergência." Nessa perspectiva, a função da História científica seria a de estabelecer leis (de ordem, de relação, de evolução) nas quais o historiador, nesse contexto, faria uso de um "instrumental metódico" para conhecer o passado e prever o futuro. "Essa, sim, seria uma história positivista, comtista." (REIS, 2004, p.27).

Para Carbonell, os historiadores franceses do início do século XX não eram positivistas no sentido estrito, comteano do termo. Nesse caso, eles poderiam ser considerados historiadores "positivos", isto é, por se basearem em fatos, na experiência e em noções *a posteriori*. De toda maneira, o autor admitiu haver convergências parciais com o positivismo comteano, especialmente no tocante ao combate ao providencialismo, à metafísica e à Filosofia da História. Na visão de Carbonell, reafirmada por Reis (2004, p.27), os historiadores Seignobos e Langlois são "[...] antípodas de Comte: as leis históricas são banidas e o verdadeiro historiador procura saber como as coisas realmente se passaram." Portanto, "[...] esses historiadores faziam uma história 'positiva' e não 'positivista'."

Para Revel & Chartier (1979), a História "positiva" se basearia em três elementos:

a) "modelo do conhecimento objetivo", baseado nas ciências naturais;
b) "ideal de conhecimento verdadeiro", o da objetividade absoluta;

c) "herança" na crítica textual e sua exigência de rigor científico.

A História Metódica ou "positiva" francesa (apoiada no seu "método crítico"), sob a influência do "espírito positivo", foi, em parte, eficiente para combater os subjetivismos, embora esse mesmo "método crítico" fosse instrumentalizado pelos historiadores para legitimar os seus pontos de vista.

Demonstrada a distinção entre historiador "positivo" e "positivista", Reis (2004, p.31) assinalou um ponto que constituiu um dos eixos da posterior crítica realizada pelos *Annales*, qual seja: a de que a busca do "rigor" científico por parte dos historiadores "positivos" franceses levava-os à separação do historiador de seu objeto de estudo. Nas palavras de Reis, "[...] os ditos positivistas escapavam do evento presente e de seu caráter explosivo pelo culto do evento passado, embalsamando-o e *arquivando-o.*" Essa seria, portanto, a "[...] estratégia objetivista de evasão da história: o historiador procura se separar de seu objeto, o vivido humano."

Embora ainda hoje seja amplamente difundida a designação *História Positivista* (associada muitas vezes a Comte, para se referir à História profissional do século XIX), observamos que esse conceito é empregado de maneira imprecisa, principalmente no que se refere ao enfoque e aos objetivos da História Científica ou Metódica, de raiz alemã e que se desenvolveu sob uma outra "roupagem" na França, no final do século XIX e início do século XX.

Como vimos, existe a hipótese de que essa imprecisão conceitual talvez tenha se agravado pela constatação de que esse paradigma metódico de História tenha sido concebido na França ainda sob a influência do "espírito positivista" comteano. Ainda assim, a História "positiva" francesa se diferenciou ao propor uma nova perspectiva de apreensão do passado, embora convergisse com vários preceitos positivos "inquestionáveis" na época. Entretanto, esse modo de se fazer História não foi aceito por seus contemporâneos com total adesão e consenso.

Veremos, neste momento, alguns críticos anteriores ao movimento dos *Annales* para, em seguida, apresentarmos a crítica desse movimento à "História Positivista"[64] direcionada, em grande medida, à sua vertente francesa. Observaremos, igualmente, que do questionamento dos *Annales* às fontes historiográficas tradicionais emergiu a proposta de

[64] Embora tenhamos identificado a diferença entre História "positivista" comteana e História "positiva" francesa (de orientação rankeana), nos referiremos a esta última utilizando a expressão "História Positivista" de modo a padronizar o termo que a partir de agora subentenderá o "modo antigo de se fazer História" criticado pelo movimento dos *Annales*.

ampliação conceitual de *documento*, quando esse movimento direcionou parte de seus estudos à investigação da cultura material.

1.3 O movimento dos *Annales* e o documento no universo da cultura material

Iniciamos o presente item dando destaque às contribuições de Burke (1997, p.17-18), que fez um resgate dos principais críticos do "antigo regime" historiográfico no intuito de apreender o contexto anterior em que os jovens Febvre e Bloch propuseram o movimento dos *Annales*. Nessa análise, o autor observou que a *narrativa da história tradicional* com o enfoque nos acontecimentos políticos e militares vigorou desde a Antigüidade (Heródoto e Tucídides) até o século XIX (Leopold von Ranke e seus seguidores), em seus diversos gêneros (crônica monástica, memória política, tratados de antiquários, etc.), e que essa perspectiva fora contestada pela primeira vez somente durante o Iluminismo (século XVIII).

Conforme descreve o historiador, a crítica à narrativa tradicional ocorreu, inicialmente, em países como Escócia, França, Itália, Alemanha, etc., com a proposição de uma espécie de "História da sociedade". Dentre as principais obras se destacou o livro do filósofo francês Voltaire, *Essai sur les moeurs*, que tratou de temas como as leis, o comércio e os "costumes".

Ainda no século XIX, encontraram-se vozes discordantes, as quais concebiam a História de uma maneira mais ampla, diferenciando-se dos seguidores de Ranke, especialmente Michelet, que apreendia a história a partir da perspectiva das classes subalternas; e Burckhardt, que entendia que a história era regida por três forças: o Estado, a Religião e a Cultura. Ambos dedicaram parte de seus estudos à História do Renascimento. Destacaram-se também Fustel de Coulanges, o qual se dedicou à História da religião, da família e da moralidade; e Karl Marx, cuja visão de História se fundamentava nas mudanças ocorridas devido às contradições inerentes nas estruturas socioeconômicas burguesas. No entanto, foram os historiadores econômicos que se destacaram como os maiores opositores à História política, dentre os quais se sobressaíram o alemão Gustav Schmoller, os ingleses William Cunnigham e J. E. Thorold Roger e os franceses Henri Hauser, Henri Sée e Paul Mantoux. (BURKE, 1997, p.19).

Ademais, Burke (1997, p.19-20) mostrou que os fundadores da Sociologia expressavam pontos de vista semelhantes relativamente à critica ao enfoque da História política. Conforme observado no item 1.1, Auguste Comte defendia o que denominou de "uma história sem nomes" (COMTE, 1864, lição 52); indo igualmente nessa direção, Herbert

Spencer queixava-se de que as "[...] biografias dos monarcas (e nossas crianças aprendem pouco mais do que isso) pouco esclarecem a respeito da ciência da sociedade" (SPENCER, 1861, p.26); já Durkheim não se interessava pelos acontecimentos particulares, pois eram apreendidos como "manifestações superficiais" as quais representavam uma história aparente que, para ele, não se aproximava da realidade de uma determinada nação. (DURKHEIM, 1896).

A partir de 1900, as críticas à História política se tornaram agudas. Tal fato pode ser verificado nas críticas do alemão Karl Lamprecht, que defendia a História cultural e econômica (denominada por ele como a História do povo) e do historiador estadunidense Frederick Jackson Turner, estudioso das questões sobre o significado da fronteira na história estadunidense. De forma mais enfática, o historiador James Harvey Robinson defendeu a criação de uma "nova História", que qualitativamente se diferenciaria por considerar um leque amplo de fontes documentais, dentre as quais se podiam incluir "[...] qualquer traço ou vestígio das coisas que o homem fez ou pensou, desde o seu surgimento sobre a Terra." Nesse sentido, Robinson acrescentou ainda, com relação ao método, que a "nova História" valer-se-ia "[...] de todas as descobertas sobre a humanidade, que estão sendo feitas por antropólogos, economistas, psicólogos e sociólogos." (apud BURKE, 1997, p.20).

Paralelamente, na França, essas questões ganharam ainda mais força. Houve uma série de estudos que passaram por uma espécie de transição, como é o caso, por exemplo, da mistura de entusiasmo e crítica, por parte do fundador da *Revue Historique*, Gabriel Modod, à História Científica alemã; e o estudo da história da França editado por Ernest Lavisse, o qual incluía uma parte substancial dedicada às artes e, particularmente, às políticas das artes. Desse modo, segundo Burke (1997, p.21), "[...] é inexato pensar que os historiadores profissionais desse período estivessem exclusivamente envolvidos com a narrativa dos acontecimentos políticos."

Por outro lado, no mesmo período, o historiador François Simiand (1903) fez uma crítica mais incisiva ao atacar o que chamou de "os ídolos da tribo dos historiadores", dividindo-os em três ídolos que deveriam ser derrubados, a saber: o "ídolo político", o "ídolo individual" e o "ídolo cronológico". (BURKE, 1997, p.21). Tal crítica (direcionada principalmente a Charles Seignobos, discípulo do rankeano Lavisse) fora importante para o desencadeamento do movimento dos *Annales*, pois seus principais idealizadores, Lucien Febvre e Marc Bloch, passariam a buscar, dentre outras coisas, a defesa interdisciplinar no que concerne à pesquisa em História.

Pretendemos, neste momento, destacar o trabalho dos idealizadores (e dos seguidores) do movimento que revolucionou a historiografia do século XX e que fora denominado, por muitos teóricos, de "Escola dos Annales". De modo específico, objetivamos expor os traços distintivos das três gerações do movimento dos *Annales* para, a partir disso, compor a crítica desse movimento à "História Positivista". A mudança historiográfica proposta por esse movimento é pertinente para o nosso estudo, pelo motivo de que poderemos apreender de que maneira se deu a ampliação conceitual de *documento* no universo da cultura material.

O movimento dos *Annales* ficou conhecido pela forte influência de seus idealizadores, Lucien Febvre e Marc Bloch[65] (primeira geração), no cenário historiográfico mundial, sendo eficientemente difundido por seus seguidores, particularmente, Fernand Braudel (segunda geração), Georges Duby, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie, entre outros (terceira geração).

As três gerações dos *Annales* tiveram como eixo duas posições *fundamentais* e *permanentes*: "[...] a adoção do ponto de vista das ciências sociais e a prática da interdisciplinariedade", embora tivessem enfoques diferentes. Os fundadores desse movimento desenvolveram suas teorias enfocando a "compreensão", na História-problema e na História global; a segunda geração se dedicou às regularidades, às séries, às técnicas, à quantificação e à abordagem estrutural; já a terceira fase referiu-se a modelos, a invariantes conceptuais e a interpretações. (REIS, 2004, p.97).

Dessa forma, esse movimento surgiu guiado por idéias-diretrizes, tais como a substituição da tradicional narrativa de acontecimentos por uma História-problema; o enfoque da história de todas as atividades humanas e não apenas História política (ou seja, de uma História total ou estrutural); e a colaboração com outras disciplinas em uma proposta interdisciplinar com a Geografia, a Sociologia, a Psicologia, a Economia, a Lingüística, a Antropologia Social, etc.[66] Segundo pontuou Reis (2004, p.77-78):

---

[65] Os fundadores do movimento, Febvre e Bloch, em seus respectivos estudos medievais, compartilharam da perspectiva metodológica do estudo da *História-problema* (dentro de uma concepção interdisciplinar). Porém, eles se diferenciavam em relação ao enfoque de estudo. Febvre se interessou mais pela Geografia (valorizando a introdução geográfica, ou seja, o perfil dos contornos da região estudada) e ainda defendia a idéia de que não era o ambiente físico que determinava a opção coletiva, mas a maneira de viver e o comportamento humano. Já Bloch apresentava um interesse maior pela Sociologia (embora não desprezasse a Geografia). Esse autor questionou a noção de região, pois, para ele, o enfoque deveria centrar-se no problema a ser estudado. (BURKE, 1997, p.25-27).

[66] Optamos por, primeiramente, apresentar o movimento dos *Annales* em suas três gerações de modo a trazer um balanço geral dos seus principais teóricos e as suas respectivas contribuições a partir de suas obras mais importantes. Essa apresentação do movimento será introdutória para desenvolvermos posteriormente a crítica dos *Annales* à "História Positivista". Foi a partir deste questionamento que Bloch e Febvre delinearam as idéias iniciais que foram diretrizes do movimento, a saber: a crítica ao enfoque dos acontecimentos políticos; a

> O programa proposto pelos fundadores consistia fundamentalmente no seguinte: a interdisciplinaridade, a mudança dos objetos da pesquisa, que passavam a ser as estruturas econômicas, sociais e mentais; a mudança na estrutura da explicação-compreensão em história, a mudança no conceito de fonte histórica e, sobretudo, embasando todas as propostas anteriores, a mudança do conceito de tempo histórico, que agora consiste, fundamentalmente, na superação estrutural do evento.

De acordo com Bucaille & Pesez (1989, p.17), esse movimento foi fundado a partir da constatação de que "[...] os fatos econômicos e técnicos, os sistemas de produção, de distribuição e de consumo e, de modo geral, toda a vida rural, são praticamente ignorados." Os autores desse movimento deram a palavra aos denominados "mudos da história".

Em nossa investigação, o estudo de Burke (1997) foi relevante na medida em que objetivou descrever, analisar e avaliar a obra dos *Annales* partindo da problemática de que esta não poderia ser entendida como uma "escola" teórica, e sim como um *movimento*, cuja diversidade de opiniões e de enfoques (individuais e de grupos) marcou o seu desenvolvimento teórico de caráter multidisciplinar que buscou harmonizar uma organização cronológica a uma temática.[67] Em sua análise, o autor dividiu o movimento em três fases:

- ✓ 1920-1945 − período em que o movimento se caracterizou por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo um embate intenso contra a "História Positivista" ou tradicional (com ênfase na política e nos eventos);

- ✓ Pós Segunda Guerra − momento em que os rebeldes se apoderaram do *establishment* histórico, aproximando-se de uma "escola", quando se criaram conceitos diferentes (estrutura e conjuntura) e novos métodos ("história serial" das mudanças de longa duração);

---

consideração das estruturas e da História total; e a abordagem interdisciplinar. Seguindo essa ordem, abordaremos, ainda neste item, a crítica dos *Annales* à "História Positivista", momento esse em que analisaremos a igual importância do movimento para a *ampliação do conceito de documento histórico* na medida em que os historiadores, orientados por essa perspectiva, passaram a considerar em seus estudos o universo da *cultura material*.

[67] Para Burke (1997, p.12), a escola é freqüentemente "[...] vista como um grupo monolítico, com uma prática histórica uniforme, quantitativa no que concerne ao método, determinista em suas concepções, hostil ou, pelo menos, indiferente à política e aos eventos. Esse estereótipo dos *Annales* ignora tanto as divergências individuais entre seus membros quanto seu desenvolvimento no tempo. Talvez seja preferível falar num movimento dos *Annales*, não numa *Escola*."

- ✓ Após 1968 − esta fase do movimento fora marcada pela fragmentação. Ocorreu, neste período, a transição da História socioeconômica para História sociocultural (observando-se no cerne do movimento um relativo retorno à História política e à narrativa).

Um fator relevante para a criação dos *Annales* foi o encontro dos fundadores em Estrasburgo (França), onde Bloch e Febvre puderam compactuar opiniões e projetos.[68] O êxito teórico de tal encontro iniciou-se com a criação, em 15 de janeiro de 1929, do *Annales d´histoire économique et sociale*, periódico esse que nomeou posteriormente o movimento que ficou conhecido simplesmente como *Annales*.

Essa publicação fora planejada, desde o início, para transcender uma revista de História, pois pretendia liderar intelectualmente os campos da História social e econômica, sendo um porta-voz da necessidade de uma abordagem interdisciplinar da História, idéia essa expressa no editorial de seu primeiro número. Deixando explícita a necessidade da existência de um maior intercâmbio intelectual, o conselho editorial da revista era composto por historiadores, antigos e modernos, um geógrafo (Albert Demangeon), um sociólogo (Maurice Halbwachs), um economista (Charles Rist) e um cientista político (André Siegried). (BURKE, 1997, p.33).

Embora nos primeiros números tivessem predominado artigos de História econômica, a partir de 1930, os editores passaram a realçar a preocupação de esclarecer questões relativas a obscuridades no terreno da História social e, também, relacionadas aos problemas de método no campo das ciências sociais.

Durante seus estudos, Bloch contribuiu com o campo da História social por meio de uma relação interdisciplinar com as ciências sociais e com a Psicologia. O autor pesquisou as técnicas empregadas no trabalho rural, delimitando como parâmetros o recurso da *longa duração* e o da *comparação* (entre diferentes realidades relativas ao mesmo objeto). O resgate

---

[68] O encontro de Bloch e Febvre em Estrasburgo durou treze anos (1920-1933) e foi fundamental para a criação e desenvolvimento do movimento dos *Annales*. Tal fato ocorreu em um ambiente favorável à interdisciplinaridade, agregando disciplinas como a História das mentalidades, Sociologia, Psicologia, Antropologia, etc. Na obra de Bloch *Les Rois Thaumaturges*, de 1924, ao escolher a Idade Média como período de estudo, observou-se a necessidade de escrever a "*História de longa duração*". Nesse livro, o autor contribuiu para a História política e para a "*Psicologia religiosa*", sendo de igual importância para a História das mentalidades. Ademais, nessa obra, Bloch empregou conceitos próximos aos de Durkheim como "representações coletivas" e "fatos sociais". Um outro aspecto importante foi o desenvolvimento da "*História comparativa*", que propôs comparar um mesmo problema/temática histórica em países diferentes. Febvre, após terminar o seu projeto de geografia histórica, passou a estudar "psicologia histórica" enfocando o período do Renascimento e da Reforma. Isso se deu no intuito de ligar religião e História social, quando o historiador buscou considerar os aspectos sociais relacionados à ascensão da burguesia e a sua necessidade de ter uma religião com os atributos do protestantismo (racional, transparente, etc.). (BURKE, 1997, p.27-31).

do *método regressivo* para os seus estudos foi igualmente importante para suas investigações.[69]

Segundo explicou Burke (1997, p.35), Marc Bloch reconhecia a insuficiência informativa das fontes históricas tradicionais como solução dos problemas que emergiam com o objeto de estudo. Instigado a ampliar os horizontes investigativos, esse autor buscou recursos em fontes não-literais, como, por exemplo, os "mapas cartográficos das propriedades".

Além dessas investigações, Bloch estudou temas sob um enfoque *estrutural* buscando relacionar a totalidade aos fenômenos perceptíveis na própria conformação e organização social, em que se destacam as instituições e a hierarquia social.[70]

A distinção entre aqueles teóricos que estavam afinados e que captaram o "espírito dos Annales" e aqueles não alinhados, que tinham como parâmetro a "História Positivista", aos poucos foi se evidenciando. Dentre os teóricos alinhados aos *Annales*, destacaram-se Fernand Braudel, Pierre Goubert, Maurice Agulhon e Georges Duby.

A crítica aos historiadores empiristas e a defesa por uma "nova História" interdisciplinar voltada aos problemas ganharam força quando o movimento dos *Annales* passou a ser reconhecido como um novo modelo de História. Nas palavras de Burke (1997, p.38):

> Pouco a pouco os *Annales* converteram-se no centro de uma escola histórica. Foi entre 1930 e 1940 que Febvre escreveu a maioria de seus ataques aos especialistas canhestros e empiristas, além de seus manifestos e programas em defesa de "um novo tipo de História" associada aos *Annales* – postulando por pesquisa interdisciplinar, por uma História voltada para problemas, por uma História da sensibilidade, etc.

Durante esse período de institucionalização e de reconhecimento da "escola" enquanto "porta-voz" de uma nova proposta historiográfica, o movimento sofreu uma terrível perda.

---

[69] O primeiro de seus livros, *Les caracteres originaux de l´historie rurale française*, publicado em 1931, abordou a questão da história rural francesa na Idade Média e foi um desdobramento do seu estudo de doutorado bem como a retomada de questões presentes no *Les Rois Thaumaturges*. O estudo foi desenvolvido usando o recurso metodológico da *longa duração* (o recorte temporal delimitado pelo autor abrangeu do século XIII ao século XVII) e utilizando comparações e contrastes entre França e Inglaterra, inovando, sobretudo, na sua concepção de "História agrária", que tinha como foco o "estudo associado a técnicas e estudos rurais", que não era um enfoque comumente estudado na época; e, também, por aplicar o "método regressivo" (de Maitland) que ia do *conhecido* (maior proximidade temporal) em direção ao desconhecido (tempo remoto). (BURKE, 1997, p.34-35).

[70] O segundo livro, *La societé féudale*, abrangeu quatro séculos (de 900 a 1300) e abordou temas como servidão e liberdade, monarquia sagrada, importância do dinheiro, etc. Esse constituiu o livro de maior influência durkheiminiana, por ressaltar conceitos como consciência coletiva, memória, representações coletivas e, em particular, o conceito de coesão social. (BURKE, 1997, p.36-37).

Após a ida de Bloch à Segunda Guerra, ele só conseguiu escrever dois livros antes de ser capturado e morto pelas tropas alemãs. Um dos livros, *L´Étrange défaite*, trazia o ponto de vista de uma testemunha ocular acerca do colapso francês de 1939. Nessa obra, Bloch, mesmo em situação adversa (diante dos horrores da guerra), desenvolveu importantes reflexões sobre o objetivo e o método da história num ensaio sobre o "trabalho do historiador", no qual defendeu que este deveria observar os fenômenos históricos considerando as limitações de seu tempo e não em função de tempos anteriores. Esse ensaio permaneceu inacabado em decorrência de sua morte e, conforme descreveu Burke (1997, p. 39), essa foi uma "[...] introdução lúcida, moderada e judiciosa sobre o tema – ainda um dos melhores que se possui; melhor do que o manifesto sobre a nova história que Febvre certamente escreveria em seu lugar."

Após a morte de Bloch, Febvre continuou suas investigações de modo a fortalecer as idéias semeadas por ele e por seu amigo. O historiador se dedicou ao estudo da Renascença e da Reforma, tendo como fio condutor a metodologia guiada por problemas.[71]

Atividades extra-acadêmicas (como o ingresso de Febvre na UNESCO) dificultaram e chegaram a impossibilitar a continuidade de sua obra; entretanto, esta foi desenvolvida por seus discípulos, tais como Henri-Jean Martin (sobre a história do livro impresso na Renascença e na Reforma) e Robert Mandrou (em um ensaio sobre a psicologia histórica na *Introduction à la France Moderne*).

Conforme ressaltou Burke (1997, p.43), depois de criar o ambiente propício para as idéias dos *Annales* e para que se desenvolvesse a *VI Seção da École Pratique des Hautes Études* em 1947,

> Os *Annales* começaram como uma revista de seita herética [sendo incitados nesses termos pelo próprio Febvre]. Depois da guerra, contudo, a revista transformou-se no órgão oficial de uma igreja ortodoxa. Sob a liderança de

[71] Com relação à obra sobre Rabelais, Febvre refutou a hipótese de existência de ateísmo no século XVI através da demonstração de incongruências de ordem filológica e, também, de um vasto estudo do período sobre a crença de Deus mesmo quando a cura por intermédio do rei falhava. Tal análise contou, também, com uma análise lingüística importante para constatar a ausência de termos-chaves (como abstrato e concreto; absoluto e relativo, etc.). Indo além da lingüística, ele buscou fazer uma análise de psicologia histórica que permitiu constatar a não ênfase no controle do tempo no seiscentismo (valendo-se do tempo presenciado, com referência aos fenômenos naturais) e, também, a distinta concepção do *belo* associado à natureza; portanto, naquela época o instrumental intelectual era "primitivo" comparado a algumas concepções que somente vieram à tona na modernidade. Passados mais de cinqüenta anos, essas constatações de Febvre foram, em parte, questionadas. No entanto, segundo pontua Burke (1997, p.42), o livro de Febvre permanece "[...] exemplar pelas questões postas e pelos métodos empregados, mais do que pelas respostas oferecidas. É um exemplo notável da história como problema."

> Febvre, os revolucionários intelectuais souberam conquistar o *establishment* histórico francês. O herdeiro desse poder seria Fernand Braudel.

O expoente da segunda geração dos *Annales* foi Braudel, teórico que passou a ser reconhecido ao abordar o tema da presença dos espanhóis na África no século XVI, em um artigo escrito em 1928 e que fora intitulado "Les espagnoles et l´Afrique du Nord". Nesse artigo, Braudel criticou os historiadores precedentes que abordaram tal assunto justificando que estes destacavam apenas os "grandes feitos" das "grandes personalidades". Diante disso, Braudel analisou a vida cotidiana das guarnições espanholas e a relação entre a história africana e a européia. Para tanto, o referido historiador pesquisou em arquivos de diversas cidades cristãs do Mediterrâneo, tais como Gênova, Palermo, Veneza, Marselha, etc., filmando os documentos, sempre que possível, com uma câmera cinematográfica.

Após sua passagem pelo Brasil, Braudel conheceu Febvre; este o auxiliou (em situações adversas durante a Segunda Guerra) e, sobretudo, no desenvolvimento de sua tese "Felipe II e o Mediterrâneo", defendida em 1947 e publicada em livro em 1949.[72]

Embora seu texto constituísse uma narrativa de eventos, essa obra de Braudel se distanciou do paradigma de uma "História Positivista" vista a partir da apreensão das "grandes personalidades" e dos "grandes feitos", perspectiva esta concebida pelo autor como a antiga história dos "tambores e das trombetas".

Na primeira parte do estudo, Braudel abordou detalhada e descritivamente uma espécie de "geografia histórica", ou "geo-história", explicitamente fruto da influência dos *Annales*. Já na segunda parte, o autor argumentou que os eventos são superficiais e podem ser esboçados com maior nitidez se observados os contornos a partir de uma história das *estruturas* (sistemas econômicos, estados, sociedades, civilizações e formas mutantes de guerras), sendo necessário o distanciamento histórico para uma observação mais abrangente. Vale ressaltar que Braudel dedicou parte do estudo às fronteiras culturais para a difusão de idéias, objetos e costumes, destacando-se aí as tensões entre cristãos e mulçumanos. (BURKE, 1997, p.49).

Ainda assim, por pretender desenvolver uma "história total", Braudel foi criticado por conceder pouca atenção à "História das mentalidades".[73] Segundo afirmou Burke (1997,

---

[72] Na primeira e na segunda parte de sua tese, Braudel observou que existe a "[...] História 'quase sem tempo' das relações entre o 'homem' e o ambiente; surge então, gradativamente, a História mutante da estrutura econômica, social e política e, finalmente, a trepidante História dos acontecimentos." Na terceira parte, o autor desenvolveu uma História política e militar, retratando a política exterior de Felipe II. (BURKE, 1997, p.46).

p.55), a maior contribuição de Braudel foi a importância dada por ele à relação espaço/tempo, pois embora o método de *longa duração* utilizado não se comparasse ao método dos geólogos, a comparação da noção de "tempo geográfico" com "tempo histórico" foi transformadora. Cabe destacar que foi de similar importância a sua constatação de que todas as "estruturas" estão sujeitas às mudanças, mesmo que lentas. Como comentou Burke (1997, p.55), a "verdadeira conquista" de Braudel pode ser observada na busca pela totalidade, particularmente, quando combinou o "[...] estudo da longa duração com o de uma complexa interação entre o meio, a economia, a sociedade, a política, a cultura e os acontecimentos."

Após Braudel publicar *O Mediterrâneo*, Febvre sugeriu a ele que escrevesse os três volumes do livro *Civilization matérielle et capitalisme* (1967-1979) tendo como enfoque a história da cultura material. Essa obra foi dividida fundamentando-se na *civilização material* observada em uma situação intermediária da *vida econômica*, que se configuraria, ainda, no *mecanismo cultural capitalista* (ou seja, na superestrutura). Esse enfoque dado à cultura material representou significativa contribuição de Braudel aos estudos de base epistemológica para o movimento dos *Annales*. Referindo-se a tais contribuições, Burke sublinhou que

> [...] Braudel em seus temas subverte as fronteiras tradicionais da história econômica. Deixa de lado as categorias tradicionais de "agricultura", "comércio" e "indústria", e observa, substituindo-as, "a vida diária", o povo e as coisas, "coisas que a humanidade produz e consome", alimentos, vestuários, habitação, ferramentas, moeda, cidades... Dois conceitos básicos subjazem a esse primeiro volume, um deles, "vida diária", o outro, "civilização material". (BURKE, 1997, p.60).

Embora Burke (1997, p.61) tenha apontado os legados conceituais de Braudel, o autor considerou, todavia, que a lacuna deixada por Braudel em seu estudo sobre cultura material relaciona-se ao "domínio do simbólico". Nessa direção, outros teóricos se dedicaram a tal questão, como é o caso de Veblen, que discutiu os símbolos de *status* relativos às classes ociosas; Stone, que analisou a arquitetura e os funerais da aristocracia inglesa; e Appadurai, que estudou os significados da cultura material.

Podemos dizer que a terceira geração apresentou os seus primeiros contornos quando André Burguiè e Jacques Revel envolveram-se na administração dos *Annales*, em 1969; e quando Le Goff, em 1975, assumiu a *VI Seção* (antes ocupada por Braudel), participando,

---

[73] De acordo com Burke (1997), a "História das mentalidades", desenvolvida em grande parte após a década de 1960, teve a influência do livro *Le problème de l´incroyance au siècle XVI: la réligion de Rabelais* e do artigo sobre as multidões de Febvre e, também, do livro de Bloch, *Les Rois Thaumaturges*.

igualmente, da reorganizada *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, no ano de 1977. No entanto, foi no âmbito teórico que a terceira geração mais contribuiu, embora o seu perfil não seja tão fácil de ser traçado como foi o das gerações anteriores. Conforme explicou Burke (1997, p.79):

> [...] o policentrismo prevaleceu. Vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da História de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo, e, mesmo, do odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à História política e à dos eventos. Alguns continuaram a praticar a História quantitativa, outros reagiram contra ela.

Para Burke (1997, p.81), Braudel não negligenciou a História das mentalidades, mas a deixou em segundo plano. Isso se deu porque, entre os historiadores da segunda geração, pressupunha-se que a História social e econômica detinha mais relevância que os outros aspectos do passado e, também, porque se entendia que a estrutura econômica era a que oferecia um campo viável para a realização da então recente abordagem quantitativa (pois se acreditava não ser possível conciliar o enfoque quantitativo à História das mentalidades no campo da superestrutura).

Em resposta a isso, Burke (1997, p.93) acrescentou que alguns historiadores passaram do enfoque econômico ao enfoque na superestrutura (no universo da cultura). Isso ocorreu na década de 1970 com a história quantitativa serial, remanescente da "História quantitativa",[74] em um momento em que se pesquisaram as séries dos documentos, em *longa duração*, mediante a instrumentalidade da estatística para a História da prática religiosa. Dentre as

[74] A História quantitativa, que teve origem remota no século XIX, mas se firmou no movimento entre 1950 e 1960, foi uma das tendências que nasceram com o movimento dos *Annales* e se manifestou primeiramente no campo econômico com o uso freqüente da estatística. Nesse enfoque temático podemos citar a História dos preços realizada por Wiebe, em 1895, e, especificamente, nos *Annales*, as distintas pesquisas de Simiand e de Labrousse, publicadas em 1933 (estas últimas influenciadas nitidamente pela crise financeira de 1929). O ensaio de Braudel "História e Ciências Sociais", de 1969, e sua segunda edição do *Mediterrannée*, de 1966, juntamente com a obra de Chaunu, *Sevilha e o Atlântico*, entre 1955 e 1960, foram importantes nessa tendência historiográfica. Uma segunda ênfase quantitativa na História teve lugar no âmago da História social, principalmente com a História populacional ou demográfica que se deu após a década de 50 em decorrência do grande crescimento da população mundial. Um método amplamente usado foi o de "reconstituição familiar", no vínculo dos registros de nascimentos, casamentos e mortes, mediante estudo de caso. Nessa perspectiva, destacaram-se os estudos de Meuvret e de Goubert, em uma "História regional e serial", por exemplo, com o estudo de determinadas parcelas populacionais rurais e/ou urbanas, contrapondo-se a uma História total. Posteriormente, grande parte desses estudos foram orientados por Braudel e por Labrousse e, de acordo com Burke (1997, p.72), os estudos "[...] regionais combinam as estruturas braudelianas, a conjuntura de Labrousse e a nova demografia histórica", os quais, após a década de 60, passaram a contar com o instrumental dos computadores. Enfim, a vinculação quantitativa, nos anos 60, ao movimento dos *Annales*, permitiu não só o estudo das "[...] flutuações de preços, as taxas de nascimento, casamento e mortalidade, mas também as tendências na distribuição da propriedade, na produtividade agrícola, etc." (p.77).

temáticas abordadas, temos a *História da morte,* estudada por Lebrun (1971) e Vovelle (1973), a *História da alfabetização*, investigada por Furet e Ozouf (1977) e a *História do livro*, estudada por Roche e Chartier (1974). Não obstante, o enfoque quantitativo foi criticado por Burke nos seguintes termos:

> O problema que permanece é o de saber se essas estatísticas são indicadores seguros de alfabetização, de regionalidade, ou de qualquer coisa que o historiador queira investigar. Alguns historiadores levantaram dúvidas quanto à validade desses números, outros aceitaram-na. Alguns fizeram uso de outros tipos de evidência para tornarem suas estatísticas significativas; outros não. Alguns assinalaram que tratavam de pessoas reais, outros esqueceram esse fato. [...] No final da década de 70, os inconvenientes dessa espécie de História tornaram-se visíveis. De fato, houve algo como que uma reação negativa indiscriminada contra a abordagem quantitativa. Ao mesmo tempo se formava uma reação contrária ao que os *Annales* defendiam, especialmente contra o domínio da História estrutural e social. Olhando para o lado positivo dessas reações, podemos distinguir três correntes: uma mudança antropológica, um retorno à política e um ressurgimento da narrativa. (BURKE, 1997, p.93).

A relativa recusa de alguns autores dessa *História Nova* à "História total ou estrutural" e o retorno à política e o ressurgimento da narrativa acabou soando irônico por retomar, em um outro contexto, aqueles que foram os "calcanhares de Aquiles" para a proposição do movimento dos *Annales* na contraposição à "História Positivista". Como vimos no item anterior, a História Metódica, ou "tradicional", enfatizava os grandes acontecimentos políticos e as grandes personalidades e, de modo geral, não considerava as estruturas e a História total e, nem tampouco, a pesquisa histórica com enfoque interdisciplinar.

Em outras palavras, o movimento dos *Annales*, atualmente denominado *História Nova*, surgiu no intuito de se contrapor ao "paradigma tradicional" ou "História Positivista" rankeana responsável por uma "limitação" do entendimento de história por parte de seus seguidores. Os historiadores ligados ao movimento dos *Annales* buscaram enquadrar esse paradigma anterior como apenas uma das várias abordagens possíveis do passado. Portanto, o movimento não negou a "História Positivista", mas questionou a sua hegemonia absoluta na época.

Conforme assinalou Burke (1992), a *História Nova* propôs uma mudança radical ao paradigma tradicional de História. Enquanto o "paradigma tradicional" concebia a história preocupada essencialmente com a política,[75] a *História Nova* se preocupou virtualmente com

---

[75] Conforme sustentou Le Goff (1978, p.270), destronar "[...] a história política, tal foi o objetivo número um dos *Annales* e essa continua a ser a principal preocupação da história nova, mesmo se, como mais adiante o direi,

toda a história humana (com o estudo de temáticas variadas como a infância, a morte, a loucura, o corpo, a feminilidade, etc.), ou seja, abriu-se um leque de objetos a serem estudados, os quais eram considerados socialmente irrelevantes pela "História Positivista". Em outros termos, passou-se a observar, a partir desse momento, os fenômenos da realidade tendo em vista o relativismo cultural. Enquanto os historiadores tradicionais pensavam a História como essencialmente uma narrativa dos acontecimentos, a *História Nova* estava mais preocupada com a análise das estruturas sociais.

Em contraposição à História que priorizava os acontecimentos, a História das estruturas objetivou apreender os acontecimentos como elementos constitutivos de uma série que se repete em um intervalo temporal. Nessa perspectiva, deu-se um maior enfoque às séries observáveis da vida cotidiana, pois

> [...] a vida cotidiana de uma sociedade é decomposta num conjunto de estruturas que se mantêm todas elas dentro da longa duração, embora evoluam cada uma ao seu próprio ritmo. É a presença delas que impõe à vida quotidiana o seu caráter regular, repetitivo, previsível. Mas são elas também que a confinam em limites dos quais, normalmente, não pode libertar-se. (POMIAN, 1978, p.188-189).

Com a "revolução historiográfica" dos *Annales* passou-se a questionar o método (ou seja, a *forma de questionamento*) e a abordagem da "História Positivista", que era limitada por privilegiar mais o acontecimento (causa) que os efeitos. Não obstante, para se chegar a considerações satisfatórias desses efeitos, o historiador necessitaria realizar mediações de uma outra ordem. (BURKE, 1992, p.14).

De acordo com a perspectiva rankeana, a História seria objetiva ao propor e apresentar os fatos como eles realmente ocorreram. Aos olhos do movimento dos *Annales* (e de outras correntes, como o materialismo histórico) essa concepção seria inconcebível, porquanto o historiador ao executar o seu trabalho dificilmente escaparia e não transmitiria a influência do seu contexto social e da sua formulação ideológica, bem como os preconceitos e os sentimentos mais diversos. (BURKE, 1992, p.15).

---

uma nova história política, ou antes, uma história de uma nova concepção do fato político, deva ocupar o lugar que lhe compete no domínio da história nova." O autor nos mostra, ainda, que a história política é, por um lado, "[...] uma história narrativa e, por outro, uma história de acontecimentos, teatro de aparências mascarando o verdadeiro jogo histórico que se passa nos bastidores e nas estruturas ocultas onde há que ir descobrir-lhe o rastro, analisá-lo, explicá-lo." (p.258).

Discordando do argumento de que com os *Annales* ocorreu uma "revolução científica"[76] no sentido kuhniano do termo, Reis (2004, p.73) preferiu admitir, de forma menos pretensiosa, que com esse movimento realizou uma "mudança substancial" no conhecimento histórico, buscando suprir a incapacidade da "História Positivista", por ele denominada "historiografia normal" (ou tradicional).

Tal limitação dessa historiografia "normal" se deu, em grande medida, pela inadequação da concepção de tempo histórico que se encontrava sob a influência da Filosofia da História, cuja ótica ignorava a importância do movimento intelectual em processo na passagem do século XIX ao XX, ou seja, a perspectiva das ciências sociais. Entretanto, conforme dissertou Reis (2004), a reação dos *Annales* contra esse modelo historiográfico se deu considerando o desenvolvimento das Ciências Sociais que "[...] estavam adaptadas à nova realidade social e, ao mesmo tempo, excluídas das instituições de ensino e pesquisa sociais, que a História tradicional controlava." Conforme lembrou Burke (1992, p.16):

> A História rankeana era o território dos profissionais. O século dezenove foi a época em que a História se tornou profissionalizada, com seus departamentos nas universidades e suas publicações específicas [...] Uma maneira de descrever as realizações do grupo dos *Annales* é dizer que eles mostraram que a História econômica, social e cultural pode atingir exatamente os padrões profissionais estabelecidos por Ranke para a História política.

Nesses termos, é possível identificar um "confronto de paradigmas"[77] entre historiadores tradicionais, cientistas sociais e os historiadores dos *Annales* quando estes aceitaram as propostas (teóricas e metodológicas) dos cientistas sociais frente aos problemas de pesquisa então em voga. A relativa abolição da História tradicional gerou uma "descontinuidade" e uma "mudança substancial do conhecimento histórico", visto que os historiadores dos *Annales*

> [...] passaram a praticar todos os procedimentos que a História "normal" interditava, destruíram suas velhas crenças, previsões e preconceitos, mudaram até mesmo a concepção de "ciência histórica". A História renovada lançava novo olhar sobre a pesquisa histórica, sobre seus instrumentos, objetos e objetivos. A História normal rejeitada, um novo mundo histórico se desenha: os *Annales* significaram um "progresso", no sentido das revoluções científicas de Kuhn, não em direção à "verdade" da história, mas a uma compreensão mais detalhada do processo histórico, mais

[76] Acerca da acepção de "revolução científica" desenvolvida por Kuhn, ver item 4.1.

[77] Sobre o conceito "paradigma" formulado por Kuhn, ver item 4.1.

> ampla e que incluía, dando-lhe outro significado, a compreensão anterior. A História normal, abolida, prosseguia ainda no interior dos *Annales*, através do método crítico que ela aprimorou, mas sob novo olhar. O que veio dela tornou-se outra coisa, tomou outro significado. (REIS, 2004, p.74-75).

Segundo afirmou Reis (2004, p.95), os *Annales* tiveram uma espécie de "modelo teórico médio" que seria a "síntese e a fusão" dos enfoques positivistas, hermenêutico e marxista. Para Reis, esse "modelo médio" propunha, de forma subjacente, a "despolitização" do estudo histórico. Somado a isso, o enfoque weberiano, adotado por um dos historiadores ligados ao movimento – Paul Veyne –, teve um papel teórico fundamental. O resultado de tal "despolitização" pode ser observado na seguinte citação:

> [...] a recusa das leis gerais [enfoque positivista ou metódico], com a aceitação de regularidades parciais; a recusa da singularidade inefável [enfoque hermenêutico], com a aceitação da singularidade racionalmente compreensível; a recusa da atividade consciente emancipadora do homem [enfoque marxista], com a aceitação das estruturas sócio-econômico-mentais; a recusa da formalização, da modelização excessiva, com a aceitação do caráter teórico, problematizante, hipotético e conceitual do conhecimento histórico. (REIS, 2004, p.95-96).

Reis (2004, p.76-77), ao apoiar-se em Braudel, Le Goff, Iggers e Revel, mostrou que seria mais adequado falar de "paradigmas" dentro do grupo dos *Annales* ao invés de um único "paradigma", visto que a instrumentalização e a adaptação de objetos e métodos das ciências sociais para a pesquisa historiográfica possibilitou a criação de vários subgrupos no interior dos *Annales*, refletindo interesses cognitivos e ideológicos diferentes, revelando relativa irregularidade. Nesse sentido, substitui-se a idéia de mudança de paradigma no sentido filosófico do termo e considerou-se a mudança de paradigma em seu sentido sociológico, alterando a concepção de "espírito dos *Annales*" para "programa dos *Annales*".

Buscando esclarecer conceitos de modo a organizá-los para um melhor entendimento da processualidade do movimento, Reis (2004, p.77) comparou as diferentes fases e suas respectivas mudanças sob uma perspectiva kuhniana, como podemos observar na seguinte passagem:

> A historiografia tradicional pode ser chamada de "História normal" no início do século; a "mudança substancial" que o programa dos *Annales* realizou pode ser chamada de "revolução científica" e a "luta" que exigiu a implementação desse programa pode ser descrita como "confronto de paradigmas".

Para configurar a multiplicidade de paradigmas no movimento dos *Annales*, o relativismo cultural teve um papel fundamental pelo fato de que se aplicou tanto à própria escrita da História, como aos seus objetos. Para tal abordagem, considerou-se a hipótese de que nossas mentes não refletiriam diretamente a realidade e de que somente perceberíamos o mundo mediante uma estrutura de convenções, esquemas e esteriótipos, em um entrelaçamento que poderia variar de uma cultura para outra.

Nesse sentido, o grupo dos *Annales* teve como eixo a defesa da interdisciplinaridade em direção a uma História total. Como observamos, a crítica à "História Positivista" não se iniciou com os *Annales*, pois vários autores, ainda no século XIX, já se demonstravam insatisfeitos com a ênfase nos acontecimentos políticos e, sobretudo, com a noção de História total.

Contudo, Burke (1992, p.20) afirmou que embora a *História Nova* tivesse surgido da crise do paradigma profissional, ela não estaria livre de problemas, tais como aqueles de ordem epistemológica, de definição de métodos, de fontes, etc.

Vale ressaltar que a acepção das fontes documentais tradicionais (documentos de arquivo) apreendidas pela "História Positivista" se apresentou como um problema de ordem metodológica para os *Annales*. Embora os historiadores dos *Annales* considerassem importante esse tipo de fonte para a escrita da História, a crítica desse movimento se direcionou, em particular, à forma pela qual tais fontes eram instrumentalizadas para a escrita da "História Positivista".

Segundo comentou Le Goff (1994, p.536), a crítica à forma de instrumentalização dessas fontes vigorou no fim do século XIX e início do XX, momento em que os estudos filosóficos positivistas estavam na "ordem do dia". Tal abordagem foi responsável pela idéia, até hoje em vigor, de que os documentos são caracterizados pela "escolha do historiador", ou seja, são os objetos (ou as evidências dos feitos do passado) que passam pelo crivo valorativo desse profissional. Desse entendimento, emergiram as idéias até hoje difundidas de "testemunho histórico", de "fundamento do fato histórico" e de "prova histórica". É justamente nesse período que a objetividade do documento "[...] parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho *escrito*."

Como sabemos, a "História Positivista" sobrevalorizava os *documentos de arquivo* (isto é, os documentos escritos). Porém, umas das grandes contribuições de Ranke foi evidenciar as limitações das *fontes narrativas* (em particular, das crônicas) e demonstrar a necessidade da História passar a enfatizar a "[...] escrita em registros oficiais, emanados do

governo e preservados em arquivos. O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. O período anterior à invenção da escrita foi posto de lado como 'pré-história'." (BURKE, 1992, p.13).

Dessa forma, o documento escrito (sobretudo o oficial) foi privilegiado pela "História Positivista" do século XIX quando esta acabara de receber o estatuto científico. Conforme demonstraram Vieira, Peixoto e Khoury (2005, p.13-14):

> A valorização do documento como garantia da objetividade, tão presente entre os positivistas, exclui a noção de intencionalidade contida na ação estudada e na ação do historiador e foi sendo construída historicamente. A palavra documento com o sentido de prova jurídica, que conserva até hoje, já era usada pelos romanos, tendo sido retomada na Europa Ocidental no século XVII. Os positivistas, ao se apropriarem da palavra, conservaram-lhe o sentido de prova, não mais jurídica, mas científica. O próprio fato de atribuir a palavra documento aos testemunhos históricos denota uma concepção de história que confunde o real com o documento e o transforma em conhecimento histórico. Apreender o real seria conhecer os fatos relevantes que se impõem por si mesmos ao conhecimento do historiador. Em decorrência, só consideravam relevantes para a história aquilo que estava documentado e daí a importância dos fatos da política institucional: atos do governo, atuação de grandes personalidades, questões de política internacional, etc.

Com efeito, ao historiador caberia decifrar e evidenciar o conteúdo do documento/texto, mantendo-se o mais próximo possível do que nele estava literalmente escrito, despojando-se, portanto, de "idéias preconceituosas", como se o documento "falasse por si mesmo".

Embora em menor grau, também foram objeto de análise histórica outros tipos de fontes, tais como "[...] cerâmica, moedas, fragmentos de tecidos, utensílios, armas, instrumentos musicais, detritos humanos, paisagem, [entretanto] só eram valorizados para se fazer uma história setorizada" (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 2005, p.14), documentos esses importantes para a escrita, por exemplo, da História da arte, do vestuário, dos costumes, da música, etc., ou, ainda, diante da impossibilidade de se trabalhar com documentos escritos oficiais.

Como ressaltou Pomian (1978, p.189-190), mesmo aqueles que criticaram a "História Positivista" (isto é, aqueles que deixaram de se interessar pela "História das grandes personalidades" e passaram a se interessar pela "história do povo") ficaram por muito tempo presos a uma História elitista, visto que não haviam se libertado da imagem "[...] do povo-rei, celebrando-lhe os altos feitos e transformando-o em herói de epopéia." Parte dessa atitude

decorreu da confiança depositada nas fontes narrativas, na descrição, em particular, dos acontecimentos, tendo como enfoque a valorização do seu caráter extraordinário. A esse passo, o desenvolvimento da crítica textual tinha ensinado os historiadores a desconfiarem e a controlarem as fontes narrativas, todavia, eles persistiram em ser seus tributários, mesmo quando não depositavam total confiança nesse tipo de documentação.

Ainda segundo Pomian (1978), a atitude dos historiadores assemelhava-se à dos colecionadores, na medida em que estes tinham fixação em armazenar apenas as coisas raras e curiosas "[...] deixando de lado tudo o que era banal, quotidiano, usual." Isso era notório e evidente nos casos em que o historiador, para rememorar um conhecimento passado, "[...] ficava na obrigação de se tornar colecionador, à espreita de tudo o que fosse belo, rico, desusado, a Arqueologia negligenciava os testemunhos da vida material do comum dos mortais."

Assim, para o entendimento de uma mudança metodológico-historiográfica na crítica às fontes, um fator a ser observado é que enquanto a "História Positivista" oferecia uma "visão de cima", ou seja, que se concentrava nos "grandes feitos" e nas "grandes personalidades" históricas, relegando ao resto da humanidade um papel secundário; os teóricos dos *Annales* (e de sua derivação *História Nova*) buscaram, em ordem inversa, dar atenção aos indivíduos e aos grupos que estavam fora da pauta histórica. Desse modo, esse movimento se caracterizou por ser uma "História vista de baixo".

Diante disso, os problemas relativos às fontes e aos métodos começaram a ser solucionados quando os historiadores

> [...] começaram a fazer novos tipos de perguntas sobre o passado, para escolher novos objetos de pesquisa, tiveram de buscar novos tipos de fontes, para suplementar os documentos oficiais. Alguns se voltaram para a História oral; outros à evidência das imagens; outros à estatística. Também se provou possível reler alguns tipos de registros oficiais de novas maneiras [como ocorreu com os historiadores da História popular que analisaram os registros da inquisição]. (BURKE, 1992, p.25).

Nesse contexto, o movimento dos *Annales* passou a dar relevância à leitura dos documentos nas "entrelinhas", no intuito de evidenciar do documento o "socialmente invisível ou ouvir o inarticulado." Com a ampliação do conceito de documento no âmago desse movimento, a secular crítica dos documentos atingiu um importante nível de sofisticação.

A *História Nova*, como uma perspectiva alternativa, propôs uma História "vista de baixo"[78] ao expor as limitações do documento de arquivo, uma vez que os registros oficiais, em geral, expressam o ponto de vista oficial, ou seja, do *poder* a ele intimamente ligado. Nessa concepção, propunha-se uma relação diferente entre historiador e fontes documentais, preocupando-se em coletar uma maior variedade de evidências[79] estando elas nos mais variados suportes e formatos.[80]

Sob esse prisma, ao historiador não caberia se resignar àquilo que a testemunha material explicitamente aparenta mostrar. O grau de apreensão do vestígio deveria ser profundo, já que os rastros do passado, por vezes, não estão evidentes. Para tanto, o historiador questionaria o documento "forçando-o a falar" o que ainda não havia sido dito. Sobre tal aspecto, Bloch afirmou que

> É naturalmente necessário que a escolha refletida das perguntas seja extremamente maleável, susceptível de se enriquecer pelo caminho de uma quantidade de quesitos novos e aberta a todas as surpresas – de modo a servir, desde o início, de ímã às limalhas do documento. O explorador sabe, antecipadamente, que o itinerário que traçou ao partir não será seguido ponto por ponto. Mas, sem o traçar, arrisca-se a andar eternamente à aventura. (BLOCH, 1997a, p.114).

Assim, com o questionamento dos objetos (podendo estes ser suportes ou não da escrita) outras fontes historiográficas passaram a ser objeto de análise, ou seja, passaram a ser considerados documentos os objetos produzidos sem ter a pretensão de sê-lo. Para Bloch (1997, p.115), seria uma ilusão imaginar que a cada problema histórico correspondesse um tipo único de documento, pelo contrário

---

[78] Com a *História Nova* se abriu possibilidade para o desenvolvimento de pesquisas no enfoque da *História dos marginais,* que surgiu no sentido de tentar minimizar o débito da História para com os "mudos", ignorados ou excluídos pela História tradicional, trazendo à memória os simples vagabundos, criminosos obscuros, bruxos de aldeias, prostitutas, etc. (SCHMITT, 1978, p.422).

[79] Observa-se que o termo *evidência* foi posteriormente resgatado pela Documentação, com Briet, e pela teoria arquivística.

[80] Durante o processo de seleção de fontes, os documentos de arquivo deveriam ser criticados considerando não somente a existência do "olhar de cima" (perspectiva do poder oficial), mas deveria ser contemplado igualmente o contexto sociocultural que os cerrava. Por exemplo, na pesquisa historiográfica com o enfoque nos marginais, Schmitt (1978, p.418) explica que se utiliza, "[...] na maior parte dos casos, arquivos e documentos dimanados do 'centro' e não das 'margens', tais como registros inquisitoriais, arquivos de tribunais e de prisões, obras polêmicas que atacam toda a espécie de marginalidade, etc. Foi esta problemática, justamente, que veio suscitar um novo interesse por aqueles documentos, o que permitiu dar-lhes um tratamento inédito."

> [...] quanto mais a investigação procura alcançar os fatos profundos, menos lhe é permitido esperar outra luz que não seja a dos raios convergentes de testemunhos diversíssimos na sua natureza. Que historiador das religiões se limita a compulsar tratados de teologia ou compilação de hinos? Ele bem sabe: acerca das crenças e das sensibilidades mortas, as imagens, pintadas ou esculpidas nas paredes dos santuários, disposição e o mobiliário dos túmulos dizem-lhe pelo menos tanto como muitos escritos. (BLOCHa, 1997, p.115).

Para os fundadores do movimento, o documento não seria somente aquela representação *escrita*[81] de um fato, de um acontecimento, de um pensamento, etc. Dessa forma, além do escrito, outras formas materiais contemplariam o rol de fontes de interesse na investigação histórica, visto que documento constituiria toda e qualquer forma de intervenção humana na natureza. Conforme enfatizou Bloch (1997a, p.114), "[...] é quase infinita a diversidade dos testemunhos históricos. Tudo quanto o homem diz ou escreve, tudo quanto fabrica, tudo em que toca, pode e deve informar a seu respeito."

Influenciado pela hermenêutica dos *Annales* e no tocante à diversidade semântica atribuída ao documento como fonte histórica, Valente (1978, p.191) reafirmou as idéias de Bloch nos seguinte termos:

> O que varia é a designação [...] tornando-se sinônimos documento, testemunho, fonte, vestígio, traço. Diverge o vocabulário, mas qualquer dos termos usados nem invalida a idéia de que todo e qualquer elemento que revele o pensamento ou ação do homem é documento. E aqui pode tomar-se no sentido mais amplo, englobando tudo o que possa oferecer outra designação, respeitada a condição de revelar o 'homem no tempo'.

Com a inovação dos estudos de crítica documental e com a ampliação do leque de fontes documentais até então desconsideradas, as possibilidades metodológicas de investigação historiográfica dos *Annales* se configuraram em um universo de atuação ampla que abrange os estudos da cultura material. Ademais, esse movimento foi importante para a inovação teórico-metodológica e a divulgação dos estudos da cultura material.

É preciso salientar que o movimento contribuiu para os estudos de crítica documental no universo da cultura material, mas, nem por isso, assumiu uma posição centralizadora de tais estudos. Outras disciplinas, além da História, também se dedicaram ao estudo da cultura material, como é o caso da Arqueologia e da Antropologia.

A investigação da cultura material acarretou várias interpretações e entendimentos passíveis de questionamentos e análises. Quando pensamos em cultura material, logo

---

[81] Embora no campo historiográfico tenha ocorrido a ampliação do conceito de documento, a Diplomática (como veremos no segundo capítulo) ainda tem como principal objeto de estudo o documento escrito.

imaginamos o homem utilizando sua racionalidade para modificar a natureza em benefício próprio (sobrevivência individual/coletiva, convívio em sociedade, etc.). Nesse sentido, o estudo da cultura material se estabelece como um campo fecundo para apreender as diferentes expressões da vida cultural do homem, tomando-se, como parâmetro, os objetos materiais enquanto testemunhos inequívocos da presença humana em diferentes contextos e tempos históricos.

Destarte, buscaremos trazer a contribuição dos *Annales* para a ampliação conceitual de documento imerso no amplo universo da cultura material, tentando demonstrar a importância do movimento concomitantemente às diferentes abordagens desse tipo de estudo desenvolvidas durante o século XX.

A noção de cultura material teve seus primórdios durante a segunda metade do século XIX (ápice do cientificismo), em um contexto histórico permeado por pensamentos (como os de Marx, de Darwin, etc.) que tiveram grande influência mediante uma "ruptura epistemológica" com a ordem científica antiga. A grande efervescência política e as mudanças econômicas, destacando-se eventos como a Revolução Industrial e a Francesa, a formação dos Estados na Europa e a configuração ideológica e científica da burguesia européia, dentre outros eventos, contribuíram para essa concepção epistemológica.

As primeiras noções de cultura material surgiram sob a influência da *lógica cartesiana* da interrogação individual (que substituíra a "dialética" retórica da Idade Média e do Renascimento), que se considerava "verdadeiro" aquilo que poderia se verificar de modo tangível e crescente, em termos mensuráveis ou com demonstrações matemáticas; da *separação entre fé e conhecimento* instaurada por Blaise Pascal (século XVII); e do *cientificismo positivista* do século XIX, que substituiu as referências milenares (da Bíblia e dos filósofos gregos) pela experimentação de ordem prática, isto é, pela demonstração mediante prova no esforço de estabelecer leis verificáveis (por meio de métodos e técnicas) no confronto de dados comprováveis. As *ciências positivistas* se fundaram nos referenciais de realidades tangíveis (objetos materiais e fatos concretos),[82] substituindo o idealismo pelo pragmatismo.

Se pensarmos as ciências positivistas no plano das ciências humanas, a criação disciplinar da Sociologia foi relevante para o desenvolvimento da noção de cultura material.

---

[82] Embora ainda nessa época não existisse a noção de cultura material, existiu a mudança da definição da "[...] finalidade e do objeto científico e se desenvolveu uma metodologia que pressupõe o recurso ao concreto, ao tangível, ao material." Na realidade, foram as condições socioculturais que proporcionaram, na ciência, a "[...] atenção dada ao concreto e a vontade de nele basear a explicação e a síntese." (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.14).

Comte, antes de 1900, utilizou o termo "Sociologia" dentro de sua tipologia positivista e, mais tarde, Durkheim levou-a à maturidade (no plano científico-acadêmico). Porém, o termo utilizado por Durkheim era muito amplo por considerar, igualmente, a Antropologia Social e Cultural (buscando abranger todos os fenômenos sociais e culturais). A importância das investigações de Durkheim para a cultura material se deu por intermédio dos estudos dos mecanismos gerais do funcionamento das coletividades humanas, quando esse autor dirigiu sua atenção mais para os fenômenos socioculturais coletivos e recorrentes que para os fatos individuais ou excepcionais. (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.17).

Não apenas na Sociologia, mas também na Arqueologia,[83] ocorreu uma importante mudança de paradigma, quando os estudos da pré-história, antes dedicados apenas à arte rupestre, a ossadas e utensílios, passaram a dar atenção igualmente ao estudo da cultura material. Segundo sugeriram Bucaille & Pesez (1989, p.17), essa mudança ocorreu porque, ao contrário dos historiadores, os arqueólogos não dispunham de fontes escritas.

A Arqueologia, então, abriu as possibilidades de estudo das diversidades de fontes, não reconhecendo os seus limites no espaço e no tempo. Passou-se a reconhecer as potencialidades das fontes em sua variedade, no entendimento de que elas poderiam "[...] fornecer informações bastante precisas, numerosas e bem repartidas topográfica e cronologicamente, aptas a elaborar sínteses gerais e particulares." (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.19).

Na mesma direção Burke (1992, p.28) apontou que, ao contrário do que a tradição arqueológica por muito tempo considerou, os arqueólogos não necessariamente deveriam se restringir às fontes "tradicionais" arqueológicas não-escritas, livrando-se do estigma e da limitação do estudo da Pré-História. Em termos mais objetivos, o autor afirmou que

> A cultura material é [...] o campo de ação tradicional dos arqueólogos, que estudam períodos para os quais não existem registros escritos. No entanto, não há nenhum bom motivo para se restringir os métodos arqueológicos à pré-história, e os arqueólogos têm, de fato, se movimentado para estudar a Idade Média, o início da Revolução Industrial e, mais recentemente, uma variedade mais ampla de períodos, desde a América colonial até à sociedade do consumo atual.

[83] De acordo com Bucaille & Pesez (1989, p.18), foi graças "[...] à arqueologia [que] o estudo da cultura material deu um salto. Por um lado, a arqueologia afirma-se como um caminho vantajoso para aceder à cultura material; por outro, esta última depara-se com o melhor objetivo que a pesquisa arqueológica poderia propor."

A expressão "cultura material"[84] teve origem no pensamento marxista, precisamente em 1919, quando Lênin criou na Rússia a "Akademiia istorii material". De 1920 até a II Guerra Mundial, buscou-se configurar a história da cultura material como um objeto de estudo da História. Entretanto, o reconhecimento da cultura material na historiografia ocorreu somente na década de 1930, quando teve lugar o rompimento da historiografia francesa com as questões eminentemente nacionais (História "tradicional" ou "positivista"), particularmente, com a proposição teórico-metodológica ocorrida no âmago do movimento dos *Annales*.[85] Nessa direção, Reis (2004, p.93) explicou que

> A vida material é feita de *faits divers* e não de eventos: gestos, palavras, produção e consumo, técnicas e culturas centenárias. Esse novo objeto veio trazer mais clareza ao esforço dos *Annales*, e de Braudel em particular, de atingir as camadas profundas, inconscientes, que sustentam as atividades conscientes dos homens.

Como conseqüência, a concepção "positivista" de documento sofreu, no século XX, uma ruptura com o movimento dos *Annales*. Nesses termos, o documento na História deixou de ser concebido somente como aquele na forma de um testemunho *escrito*[86] (e de valor

---

[84] Bucaille & Pesez (1989, p.11) apresentaram como problemática a imprecisão e a não transparência da noção de cultura material e, nessa perspectiva, propuseram uma definição considerada mais objetiva e mais completa por meio de um inquérito prático, interdisciplinar e cronologicamente regressivo do termo. Em relação à especificidade dos termos "civilização material" (utilizado por Braudel) e "cultura material", os autores mostraram que a palavra "civilização" traz a diferenciação e hierarquização de valores (tais como "civilizado" X "bárbaro"/"primitivo"); já o termo "cultura" é mais amplo por agregar uma dimensão plural sem ficar preso a hierarquias. Os Ingleses, Eslavos e Alemães dão ao termo "cultura" significado igual ao que os franceses denominam de "civilização", contudo, a origem e difusão da noção de "cultura material" ocorreu nos países da Europa Oriental.

[85] Dentre os teóricos do movimento dos *Annales* que contribuíram para as investigações da cultura material, destacamos: Marc Bloch – teve os estudos voltados às técnicas, à economia, à organização social, à psicologia, etc; Lucien Febvre – dedicou-se, de modo geral, ao estudo da história ligada ao solo, ao ambiente, à etnografia etc.; e Fernand Braudel – fez a primeira síntese do que seria a cultura material no seu importante livro "Civilisation matérielle et capitalisme" (1967). Nesse livro, Braudel enfocou, principalmente, a demografia, a alimentação e o vestuário, a difusão da técnica, e, enfim, a moeda e a cidade. O avanço da obra de Braudel se deu pelo "[...] interesse proeminente da história das massas, derrubando os esquemas habituais da história, colocando em primeiro lugar precisamente essas massas, abrindo as suas páginas "[...] à ´civilização material´, aos gestos repetitivos, às histórias silenciosas e quase esquecidas dos homens, às realidades perenes cujo peso foi imenso, mas cuja repercussão foi apenas perceptível." (BRAUDEL, 1967, p.xxi apud BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.28)

[86] Núñez Contreras (1981, p.33), através de uma concepção arquivista nitidamente ligada aos preceitos do século XIX, argumentou que o documento é uma "fonte documental" escrita. Assim, para o autor, "[...] o documento existe em cada comunidade humana desde que sua civilização alcance a escritura como meio usual para se comunicar e como veículo habitual de suas relações [e, ademais, o documento pode ser] qualquer escrito que se conserve em um arquivo ou que circule hoje em qualquer oficina pública ou privada ou que, por qualquer motivo, esteja em poder de particulares."

probatório),[87] que imperava entre os pesquisadores, primeiramente, da *École des Chartes* e da "História Positivista" do século XIX. Esse modelo "positivista" de História apreendia o documento enquanto objeto/suporte escrito portador de veracidade e de objetividade.[88]

De acordo com Le Goff (1994, p.539), a evolução do conceito de documento para a História foi uma necessidade, pois "[...] o seu conteúdo enriquecia-se e ampliava-se." Seguindo essa linha, Le Goff continuou sua análise interpretando a concepção de documento dos fundadores da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, que insistiram sobre a necessidade da ampliação da noção de documento, agora não apenas abrangendo aquilo que seria o produto do trabalho do homem, e sim, tudo aquilo que interessasse enquanto rememoração do passado (por exemplo, signos, paisagens, etc.). Dentre tais possibilidades, o interesse se voltaria para as manifestações materiais que se apresentam como testemunho de tudo que pertenceu, dependeu, serviu, exprimiu e demonstrou a "[...] presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem." [89]

No tocante ao papel do historiador contemporâneo para o estudo da cultura material, Burke (1992, p.28) levantou polêmica ao defender que os historiadores ocuparam, muitas vezes, o lugar dos arqueólogos nos estudos dessa natureza. Para o autor, alguns documentos dispensam os trabalhos dos arqueólogos se pensarmos, principalmente, naqueles escritos gerados após a invenção da imprensa. Desse modo, os historiadores

> [...] estão começando a competir com eles [arqueólogos], se não escavando o passado (Versalhes e outras construções importantes do início do período moderno felizmente não necessitam de escavação), pelo menos prestando mais atenção aos objetos físicos.

Os estudos historiográficos em cultura material têm se direcionado aos mais variados objetos (xícaras pessoais, diários, cadeiras, quartos reservados que evidenciavam a ascensão

---

[87] Bauer (1957, p.354), sob a influência da "História Positivista", dissertou que o documento histórico é aquele que apresenta valor jurídico, ou probatório, pois, segundo o autor, os documentos, no sentido da Heuristíca histórica, são aqueles "[...] monumentos escritos, com existência própria e independente, mediante os quais ficam garantidas as ações jurídicas, com [...] formas determinadas que mudam segundo a pessoa, o tempo, o lugar e o conteúdo, de tal maneira que estes testemunhos escritos resultam idôneos para o cumprimento de fins jurídicos."

[88] Comte "[...] via na escrita a marca de um acesso mais direto à verdade: o vício geral de uma visão deste tipo das formas de expressões humanas deriva da visão unificada de humanidade que tinham os seus defensores." (BARTHES; MARTY, 1987, p.57).

[89] É interessante observar que a ampliação conceitual de documento sugerida por Le Goff remete à noção de *evidência* abordada por Briet (1951), o que, por sua vez, leva a supor uma aproximação conceitual de documento entre o movimento dos *Annales* e um segundo momento da Documentação (fase "hermenêutica"). Sobre esse assunto, ver itens 3.3 e 4.4.

do individualismo no período moderno, etc.). Nesses termos, Burke (1992, p.28) suscitou que "[...] é difícil não imaginar se a cultura material está sendo utilizada para fazer algo mais do que confirmar uma hipótese fundamentada no primeiro caso sobre a evidência literária. Pode o arqueólogo do período posterior a 1500 (no Ocidente, pelo menos) aspirar a algo mais?"

A Antropologia também dedicou parte de seus estudos à cultura material ao abordar os fenômenos de massa e do cotidiano. Mas, sob a influência de Marcel Mauss e de Durkheim, essa disciplina enfocou mais as questões simbólicas e das representações das mentalidades, deixando a cultura material a um segundo plano. No entendimento de Bucaille & Pesez (1989, p.17), "[...] a antropologia – embora não se possa dizer o mesmo da etnografia propriamente dita – nunca se interessou muito pela cultura material."

Vejamos os distintos enfoques de estudo dos objetos (de forma complementar e para diferentes disciplinas), enquanto suportes necessários para a descrição ou para a compreensão dos diferentes fenômenos:

- ✓ Pré-história (posição primária) – baseia-se essencialmente nesses objetos que são imprescindíveis;
- ✓ História (posição intermediária) – busca subsídio na Arqueologia e nos objetos arqueológicos para responder aos questionamentos que as fontes escritas (documentos historiográficos tradicionais) não esclarecem;
- ✓ Antropologia (posição secundária) – busca subsídio na Etnografia, isto é, nos exemplos precisos e tangíveis dos elementos culturais que auxiliam na análise dos conjuntos socio-culturais que são objeto de estudo. Assim, procura primeiramente nas representações simbólicas e ideológicas (imateriais) de grupos culturais vivos para, em um segundo plano, buscar subsídios nos objetos materiais. (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.24).

Bucaille & Pesez (1989, p.22) apresentaram uma aproximação conceitual de cultura material (enquanto ciência dos artefatos), dividindo-a em *aspectos metodológicos* (coletividade e repetição) e *substrato da noção* presente na materialidade (fenômenos infra-estruturais e objetos concretos).

Dentre os *aspectos metodológicos* que compõem disciplinarmente a cultura material, a *coletividade* está relacionada à cultura do "grosso da população" e não aos seus substratos (cultura do coletivo contrapondo-se à individualidade). Nessa perspectiva, podemos observar a influência da Antropologia social e cultural. Um outro aspecto metodológico destacado seria a *repetição*, que não se interessa pelos acontecimentos (ou fatos) isolados e nem pelas

individualidades. A repetição de interesse incide no coletivo e se preocupa mais com os fatos repetitivos do que com aqueles acidentais.

Relativamente ao *substrato da noção* (a materialidade), os fenômenos *infra-estrutuais* são aqueles que dão importância à causalidade nos "fatos culturais" (referindo-se aos limites materiais que os cercam), sendo estabelecidos como "[...] um dos domínios mais evidentes e característicos dos estudos sobre cultura material", relegando a um segundo plano (como epifenômenos) os diversos sistemas superestruturais (estéticos, jurídicos, morais, religiosos, lingüísticos, etc.), que são de interesse principal da Antropologia. Já os *objetos concretos* são aqueles que transmitem os conteúdos estudados pela cultura material e que ocupam, pelo menos em parte, "[...] os campos de pesquisa, sobretudo de Pré-História, mas também da História (em ambos os casos através da Arqueologia) e da Antropologia (mediante o viés etnográfico)." (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.23-24).

Segundo mostrou Rede (2003), a amplitude e as possíveis ambigüidades do conceito de cultura material ocorrem devido à indefinição e à complexidade do conceito de "cultura". Buscando traçar um quadro mais detalhado entre a relação da cultura material e suas manifestações socioculturais identificáveis nos objetos, abordaremos, a seguir, algumas delimitações conceituais que buscam configurar as fontes documentais nesse amplo e complexo universo.

Se a cultura material é aquela que se apresenta como conjunto dos "[...] grupos de atividades humanas que correspondem a uma finalidade consciente e possuem um caráter utilitário, que se exprime nos objetos materiais" (GASIOROWSKI apud BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.30-31) é interessante situar esses objetos materiais observando, sobretudo, as múltiplas e interdisciplinares relações da noção de objeto material (ou de fonte documental) para a Arqueologia e para a História.

Como foi evidenciado, entre a segunda metade do século XIX e início do XX, ocorreu uma série de acontecimentos que foram favoráveis ao delineamento da noção de cultura material, elementos esses observáveis principalmente na mudança de objeto de estudo no campo da Arqueologia e, em particular, da História.

A Arqueologia se desenvolveu a partir da necessidade de se recorrer a novas fontes documentais que satisfizessem qualitativamente a resposta de várias perguntas lançadas no universo da cultura material. A ampliação das possibilidades investigativas decorrentes de uma maior variedade de fontes e sem depender somente da documentação tradicional (escrita) da historiografia, foi relevante para o processo de autonomia disciplinar da Arqueologia.

Esta necessidade levou a Arqueologia a um salto epistemológico e metodológico de tal ordem que vários "[...] historiadores contemporâneos não se enganam ao terem cada vez mais confiança na documentação que os arqueólogos lhes oferecem; por outro lado, historiador e arqueólogo fundem-se muitas vezes numa mesma pessoa." (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.19).

Como observamos, por muito tempo o interesse da História foi limitado por não considerar o universo da cultura material. Tal fato se deu devido ao enfoque dos historiadores em estudar a vida material somente a partir dos documentos tradicionais (escritos).

Foi justamente a percepção dessa limitação que levou o movimento dos *Annales* a ampliar o objeto de estudo no campo historiográfico e a alargar o campo do historiador ao introduzir também o horizonte da cultura material. Tal iniciativa fora tomada, basicamente, diante do reconhecimento da relevância das fontes arqueológicas[90] para a História. Entendemos que esse processo fora enriquecedor para ambas as disciplinas no momento em que ocorreram a somatória e a complementaridade entre *fontes escritas* e *não escritas*. Conforme defendeu Rede (1996, p.276), não deveria existir uma sobreposição de valores e de grau de importância entre essas fontes:

> Uma solução consistente ao problema da inserção da cultura material no processo de produção do conhecimento histórico não poderá partir, no entanto, da defesa de sua superioridade ou da exclusão de documentos escritos. Ao contrário, tem-se apontado para uma perspectiva de combinação, que excede à simples sobreposição de informações provenientes dos dois campos de análise e induz à sua interação mútua e controle recíproco.

Contudo, entre os estudiosos da cultura material não há consenso acerca dessa complementaridade das fontes. Como a ampliação conceitual de documento na Arqueologia e na História foi uma reação às limitações do documento escrito, este último (seja ele digital ou analógico), por vezes, não faz parte do rol daqueles objetos pertencentes ao universo da cultura material.

A citação a seguir é um exemplo. Nela, Bucaille & Pesez (1989, p.19) consideram os documentos escritos e os imagéticos como fontes secundárias de informação:

---

[90] As fontes arqueológicas são importantes para a História, pois são "[...] fontes materiais que, pela sua própria natureza, fornecem mais informações sobre os aspectos materiais das civilizações do passado do que sobre os acontecimentos ou as mentalidades." (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.26).

> À necessidade geral de remediar as carências das fontes escritas – carências mais ou menos clamorosas consoante os países e os séculos – junta-se um outro fato: a documentação clássica, escrita ou visual, pode englobar amplos setores da cultura material, mas só dá deles uma imagem refletida, subjetiva, e já interpretada, necessitando, portanto, de certa prudência. Além disso, quando um texto cita um objeto concreto, não se pode, na maior parte dos casos, dar dele uma imagem precisa; a arqueologia, pelo contrário, põe-nos diretamente em contato com o próprio material, que se pode tocar, examinar e interpretar sem o perigo de erro devido à subjetividade da documentação. (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.19).

Nesse caso, podemos observar que o documento escrito foi considerado um instrumental secundário de informação, pois, ao trazer descrições e representações de um objeto terceiro, a subjetividade do autor do documento não lhe conferiria os elementos necessários e confiáveis para uma análise mais objetiva do objeto. Dessa acepção, questionamos se o suporte material não seria um determinante das fontes escritas e se, a partir disso, não seria um erro excluir essas fontes do rol dos objetos da cultura material.

Ainda sobre o caráter instrumental das fontes escritas, Pesez (1978, p.130) argumentou que para o estudo arqueológico monumental das casas medievais "[...] a documentação escrita quase nem registra, por vezes, as dimensões das casas, utilizando unidades de medida imprecisas", não possibilitando observar em detalhe a organização social do trabalho para a sua construção. Apesar disso, o autor admite que, para o estudo da habitação e do mobiliário, as fontes escritas são indispensáveis.

Considerando um distanciamento histórico tipicamente arqueológico, Pesez (1978, p.136) dissertou sobre a insuficiência do documento escrito no contexto da cultura material: "[...] nos tempos em que raramente se escrevia, em que a escrita era privilégio de uma minoria e em que a sua raridade a valoriza até lhe conferir um caráter quase sagrado, os fatos por ela registrados não são aqueles que irão alimentar a história da cultura material." Continuando esse raciocínio, de acordo com Bucaille & Pesez (1989), os objetos de estudo da cultura material são

> [...] as casas de madeira urbanas rodeadas por bastiões de terra e madeira, as cabanas térreas dos aldeamentos rurais, as louças de mesa e de cozinha, os utensílios da vida rural e do artesanato, sem esquecer nem os vestígios do consumo nem os homens, presentes através das ossadas e dos seus túmulos. (p.32). [No curso da realização de generalizações e sínteses para essas ciências na localização do lugar e do significado do objeto seria] [...] indispensável o conhecimento simultâneo dos objetos materiais – as suas dimensões, formas, matérias e, indiretamente, os seus modos de fabrico – e a sua proveniência exata, de modo a reconstruir ou explicar o ambiente que os originou: já vimos isso quando nos referimos à Arqueologia. (p.24-25).

Por sua vez, Burke (1992, p.29) atribuiu às fontes escritas uma outra dimensão instrumental para o estudo da cultura material:

> [A cultura material] é baseada menos nos artefatos em si, do que nas fontes literárias. Os historiadores preocupados com o que tem sido chamado de vida social dos objetos [...] confiam profundamente em evidências tais como descrições de viajantes (que nos dizem muito sobre a localização e as funções de determinados objetos) ou inventários de propriedades, acessíveis à análise por métodos quantitativos.

Observamos, portanto, três dimensões distintas na concepção da fonte escrita como objeto de estudo da cultura material. Em síntese, Rede (1996) considerou de maneira eqüitativa a relação entre documento escrito e não escrito; Pesez (1978) e Bucaille & Pesez (1989) tenderam a priorizar o documento não escrito como principal fonte; e Burke (1992) admitiu a necessidade do instrumental da fonte escrita para complementar as informações não encontradas durante a análise direta dos artefatos.

Constatada a não consensualidade relativa à posição do texto escrito no quadro teórico-metodológico que abrange a cultura material, abordaremos, nesse momento, os aspectos infra-estruturais que influenciarão diretamente o substrato da noção de cultura material, ou seja, a causalidade dos "fatos culturais" que incidirão na materialidade dos objetos concretos.

Considerando a infra-estrutura como parâmetro, autores como Dunajewski, juntamente com Bucaille & Pesez (1989, p.31), argumentaram que os objetos de estudo da história da cultura material são: a) o homem; e b) as coisas do processo de produção e de reprodução da vida material. Nesse sentido, destacam-se como determinantes: 1) os meios de trabalho; 2) o objeto de trabalho, ou seja, as riquezas naturais; 3) a experiência do homem no processo de produção; 4) a utilização dos produtos materiais.

O enfoque de estudo da cultura material delineado acima nos leva a observar que todo objeto tem uma *vida social* e *cultural* na medida em que é produzido em determinados meios (em ambientes e contextos específicos) e evidencia, além da sua materialidade, o processo de produção, mediante seus traços estéticos ou indícios da técnica utilizada.

Desse modo, estudando a *vida social* e *cultural* do objeto poderemos observar elementos que nos ajudarão a apreender se o *documento escrito* poderá ou não ser incluído (de maneira eqüitativa) no rol dos objetos de estudo da cultura material. A esse respeito, os aspectos econômicos envolvidos na transformação de objeto em mercadoria pode trazer informações importantes.

Appadurai (1991, p.17), propondo uma nova perspectiva acerca da circulação das mercadorias na vida social, iniciou seu estudo com a hipótese de que o intercâmbio econômico criaria um valor e este valor estaria contido nas mercadorias (objeto da troca). De acordo com o autor, o elemento articulador entre intercâmbio e valor se daria por meio da política (no sentido amplo). Para explicar tal dinâmica, Appadurai (1991, p.19-20) recorreu às idéias de Simmel, de Mauss e de Marx.

Segundo assinala Simmel (1978), as *mercadorias* seriam os objetos de valor econômico e tal valor nunca seria inerente a um objeto, pois ele seria atribuído por intermédio de um juízo de valor em que a subjetividade se apresentaria de forma provisória. Os objetos só seriam valiosos quando existisse uma resistência contrária ao desejo de possuí-los, no jogo entre valores intercambiáveis e intercâmbio de valores. Nesse caso, o valor econômico se daria por meio do *intercâmbio de sacrifícios* e pela *ganância*. Esses dois elementos incidiriam durante o processo de troca que estabeleceria os parâmetros de *utilidade* (atribuição de valor mais pela dificuldade de obtenção do objeto) e *escassez* (manifestação quantitativa da dificuldade).

Para Marcel Mauss, entre o intercâmbio e o valor existiria o movimento de dicotomizar em "palavras" (movimento, ação na interpretação do homem) e em coisas (inanimadas, inertes), no entanto, tal separação não levaria em consideração a capacidade de atuação e o poder comunicativo das palavras.

Essa dissociação entre "palavras" e "coisas", para Marx, no contexto do capitalismo industrial, se daria por meio do conceito do "fetichismo da mercadoria". Segundo esse teórico, no processo de configuração da mercadoria, a coisa agregaria significado mediante transações, atribuições e motivações humanas.

Entretanto, segundo Appadurai (1991, p.20), essa verdade formal não esclareceria a circulação concreta, histórica das coisas. Assim, deveríamos seguir as coisas mesmas, já que os seus significados estão inscritos nas suas formas, usos e trajetórias (transações e cálculos humanos que animam as coisas). Nesse sentido, são as coisas em movimento que esclarecem o contexto social e humano nessa relação material.

> As mercadorias, e as coisas em geral, são de interesse independente para os distintos tipos de antropologia. Constituem o primeiro e o último recurso dos arqueólogos. São a substância da "cultura material", que unifica os arqueólogos com os diferentes tipos de antropólogos culturais. Com tantos objetos de valor, se encontram no coração da antropologia econômica; como meio de obséquio ou dote, se localizam no centro da teoria do intercâmbio e da antropologia social em geral. A perspectiva mercantil das coisas

> representa um acesso útil ao interesse semioticamente revivido e orientado na cultura material. (APPADURAI, 1991, p.20).

Considerando a conjetura de que a mercadoria seria uma coisa profundamente socializada, Appadurai criticou a concepção marxista ao defender que as mercadorias possuem um tipo particular de potencial social (com diferentes tipologias, de acordo com o contexto) e que por trás delas existe uma variedade muito ampla de sociedades, embora admita que o ápice da complexidade da mercadoria ocorra nas sociedades capitalistas modernas (convergindo com Marx e Simmel). (APPADURAI, 1991, p.24).

Uma perspectiva interessante apontada por Appadurai (1991, p.33) diz respeito à atribuição de sentido à mercadoria e aos seus desvios por meio do caráter moral no processo de atribuição de valor. Os objetos, nessa perspectiva, entrariam e sairiam do processo mercantil, assim, a "[...] mercadoria não é um tipo de coisa em vez de outro, se não uma fase na vida de algumas coisas."

Para entendermos melhor a afirmação sobredita, observaremos as idéias de Kopytoff (1991), que alertou para o fato de a mercantilização não esgotar o objeto. Para esse autor, as constantes integrações, mutações e reintegrações (e todas as suas implicações valorativas) devem ser consideradas a partir da análise da trajetória cultural do objeto. Nessa perspectiva, a fase mercantil na história vital do objeto não esgotaria sua *biografia*. A biografia do objeto estaria culturalmente regulada e sua interpretação ficaria "em aberto" até certo grau de manipulação individual.

Dessa forma, o conceito de *biografia* no contexto da cultura material é essencial para a apreensão do processo de transformação de um objeto autêntico (não-mercantilizável) em uma mercadoria autêntica, pronta para ser mercantilizada (após sofrer um desvio de sentido ou de significado). Rede (2003, p.287), referindo-se às idéias de Warnier, afirmou que:

> [...] a própria definição estática de mercadoria deveria ser revista: o estatuto de mercadoria não é uma natureza absoluta, inerente a uma certa categoria de objetos (em particular, os produtos da economia moderna), mas uma qualificação dinâmica, que marca uma fase na trajetória social do objeto [...] [embora Warnier reconheça que] o efeito da uniformização pelo mercado é tal que as práticas que visam a personalizar o objeto, a singularizá-lo, são insuficientes.

Em nossa perspectiva, essa qualificação dinâmica à qual o autor se refere não necessariamente determina única e exclusivamente o processo de transformação na atribuição de valor mercantil de um objeto, mas, de forma ampla, isso vale para todo o processo

valorativo que incide no objeto, para a percepção da sua subordinação à sua trajetória social. Nesse sentido, o universo da cultura material apresenta uma infinidade de possibilidades interpretativas.

Ademais, se pensarmos que são justamente as atribuições de sentidos, significados (numa perspectiva semiológica) e valores que transformam o objeto em documento, podemos listar diferentes valores socialmente (e, também, institucionalmente) atribuídos ao documento em diferentes disciplinas que o tem enquanto objeto de estudo/trabalho, por exemplo: valor testemunho/evidência arqueológica para a Arqueologia; valor artístico[91] e de testemunho/evidência para a Museologia; valor de memória, de evidência e de prova histórica para a História; valor jurídico (prova) para o Direito; valor jurídico-administrativo e histórico para a Arquivística e para a Diplomática Moderna; valor de conhecimento para a Documentação e para a Biblioteconomia, etc. É justamente no cerne dessa variação de sentidos, significados e valores que o estudo da cultura material ("ciência dos objetos") tem essencial importância:

> [...] o estudo da cultura material tem de saber que o objeto tem mais que um significado. [...] Mesmo se só a técnica e a função são de compreensão imediata e relativamente evidente, é preciso não esquecer os outros significados que o objeto encerra. É, evidentemente, arbitrário fazer cortes como os que a noção da cultura material inevitavelmente introduz na continuidade sociocultural. Mas esses cortes, essas classificações arbitrárias são uma necessidade intelectual: um dos processos da mente para apreender o real é o de delimitar os seus campos. (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p.45-46).

Aproximando-se um pouco mais do conceito de cultura material, antes mesmo de sua delimitação disciplinar, é importante salientar que para sua existência (em termos epistemológicos e metodológicos) seria necessário compreender que vivemos imersos numa cultura material (subtende-se, aqui, como manifestação cultural) e que, se pensarmos dessa forma, a história desta cultura material se confunde com a própria história do homem.

Se a espécie humana se funda na racionalidade – ou, pelo menos, quando o homem, no seu "quadro evolutivo", se estabelece como *Homo sapiens* (termo do latim para designar "homem sábio", "homem racional") nas condições biológicas ideais para o seu desenvolvimento somado a sua capacidade de sociabilização –; então poderíamos dizer que o

---

[91] De acordo com Bucaille & Pesez (1989, p.31), as "[...] obras de arte têm um suporte material e, para produzi-las, recorre-se a instrumentos e técnicas que não são radicalmente diversos dos usados nas outras produções humanas."

início da cultura material (de forma ampla) nasce igualmente com o homem e com o seu trabalho (nos primórdios da vida social). Tais características seriam o "divisor de águas" do objeto de estudo da cultura material enquanto disciplina, já que a Arqueologia transcenderia esse parâmetro (por estudar, por exemplo, os rastros deixados pelos ancestrais do homem).

A capacidade de raciocínio abstrato, teleologia, linguagem e introspecção do homem foi fundamental para o aprendizado durante a sua relação social e com as coisas. A intervenção do homem na natureza (por intermédio do trabalho) foi primeiramente caracterizada pela manipulação de objetos (construção de instrumentos, utensílios, etc.) para atender, em um primeiro momento, suas necessidades de sobrevivência (individual e coletiva) alargando-se a outras necessidades (intelectual, religiosa, estética, etc.).

Tais objetos, na cultura material, forneceram os indícios/evidências do desenvolvimento da linguagem[92] – que ocorreu na passagem da linguagem gestual para a *tradição oral* (linguagem oral) e, posteriormente, para a *tradição escrita* (linguagem escrita), na consagração secular de seu produto/síntese, o *texto.*[93]

Até o final da Idade Média a palavra era mais importante que a escrita, pois os textos eram lidos em voz alta[94] e o discurso estava em primeiro plano. Por exemplo, o livro manuscrito servia de suporte para o discurso falado. Não obstante, com o surgimento da

---

[92] Barthes & Marty (1987, p.32) iniciaram o seu texto com a seguinte tese: "[...] o homem soube ler antes de saber escrever [ou seja] o ato de escrever tem origem no ato de ler, a partir do momento em que se apreende a escrita na sua etimologia originária (gravar, fazer uma marca)." Para os autores, a pré-escrita surge das marcas (rastros) dos animais, portanto, ela se originou em uma relação *não-necessária* com o oral, mas também, de uma maneira autônoma, no visual. Em síntese, ela não surge da transcrição do falado, e sim, do reconhecimento visual da marca. Isso abriu margem para uma segunda tese: "[...] o homem soube ler antes de saber falar", ou seja, a primeira linguagem foi uma linguagem por gestos que originou, em um segundo momento, a linguagem vocal articulada. Nesse sentido, os "[...] primeiros pictogramas seriam a simples transcrição gráfica dos gestos." (p.33).

[93] A *tradição oral* está pautada no discurso que indica o "ter estado lá". Apresenta sempre um "lugar-comum" para objetivo didático (assimilação e encontro de conhecimentos), ou seja, memorização por meio de recursos de repetição e de ritmo e busca da memória do tema. Já a *tradição escrita* funda-se em um esquema racional em confrontação com a memória coletiva. Busca a memória da palavra ou da escrita por meio do *estilo*, que pode ter valor estético e/ou pedagógico. O *texto* é o produto da imprensa, e não da cultura manuscrita. Ele originou o saber e a racionalidade ocidental de modo peculiar. O texto é um objeto moral (escrito em um contrato social) para ser lido; contudo, para tanto é necessário que o leitor detenha o respectivo entendimento lingüístico. Ele é irrevogável (feito ser) e indica um "estar ali" definitivo. (BARTHES; MARTY, 1987, p.56-57).

[94] Segundo afirmaram Barthes & Marty (1987, p.49), até "[...] ao fim da Idade Média, a leitura permanecerá na ambigüidade de uma enunciação em voz alta, que se assemelha mais a uma recitação encantatória que a uma verdadeira leitura: ou seja, a escrita sustenta-se exclusivamente através do suporte fundamental da palavra, a oralidade. Santo Agostinho [...] considera a leitura silenciosa uma anomalia. De fato, até o desenvolvimento da imprensa, as pessoas eram obrigadas, para compreenderem um texto, a lê-lo em voz alta, visto que as palavras não estavam separadas, e criavam, assim, ambigüidades de significado: a natureza puramente espacial do texto escrito não estava ainda fundada; em conexão estreita com o oral, a palavra, a leitura, não tinha ainda uma estrutura autônoma. A escrita era menos importante que a palavra."

imprensa houve uma importante mudança nesse contexto, pois o novo visual[95] do *texto impresso* se desdobrou em diferentes estilos que, por sua vez, acarretaram uma nova percepção do objeto. Desse modo, a escrita impressa "[...] educou o olhar, tal como educou o homem falante para um bom uso da língua, e pode presumir-se que seja impossível um erro gramatical numa sociedade analfabeta, visto que nunca ninguém viu nenhum." (BARTHES; MARTY, 1987, p.50).

A evolução técnica (particularmente, escrita e imprensa[96]) e econômica influenciou diretamente a passagem do oral para o escrito, pois estabeleceu o domínio da visão sobre os outros sentidos, quando se adotou na vida cotidiana registros em um sistema escritural de verificação visual (no registro de calor, peso, volume, etc.), sendo estes uniformizados e nivelados pela visão. (BARTHES; MARTY, 1987, p.52).

A idéia segundo a qual o conhecimento se adquire diretamente nos livros é recente, pois do século V ao XV o livro era um produto somente dos escribas. Portanto, foi na Idade Moderna que o conhecimento adquiriu um outro significado, por exemplo, a noção de verdade em grego (*alêtheia*) joga etimologicamente com esta evolução: *á-lethês* "antes do esquecimento" (tempo da tradição oral, ou seja, do esquecimento) e *á-letheia* "retirar o véu" (tempo da imprensa, isto é, da recordação). Foi com a invenção do alfabeto tipográfico (aprisionamento da palavra pelo espaço) que ocorreu uma alteração nas relações audição/visão (notada igualmente na pintura com a revolução na forma de tratar a perspectiva). (BARTHES; MARTY, 1987, p.54-55).

A consolidação do texto enquanto a principal forma de registro e difusão do conhecimento na Idade Moderna e a sua demasiada imposição na condição de "único veículo de verdade" – premissa essa largamente difundida durante o século XIX e que repercutiu no entendimento de documento na "História Positivista", na Diplomática, no Direito, etc. – surtiu efeitos de crítica, particularmente no campo da Arqueologia e da História.

No sentido de questionarmos a premissa de que os documentos *escrito* e *imagético* constituiriam uma fonte de estudo *secundária* da cultura material (PESEZ, 1978;

---

[95] De acordo com Barthes & Marty (1987, p.49-50), a "[...] imprensa joga com um fascínio de uma forte intensidade visual [...] Os caracteres de escrita desenvolvem redes coercitivas, visto que delimitam um espaço a que se reduziria o olhar, e simultaneamente projetam no trabalho a apropriação da língua da escrita: o estilo, instâncias cuja função é um jogo de astúcia com a língua. O espaço do livro pleno, a sucessão interativa das linhas estrutura um espaço, desenvolve o que na pulsão escópica (o olhar enquanto pulsão) é efeito da falta."

[96] Para Barthes & Marty (1987, p55), com "[...] a imprensa, surge a noção de repetição, de multiplicação, em séries idênticas, de um mesmo objeto uniforme e repetível [...] a imprensa constitui o ato de nascimento da indústria, uma vez que a mecanização da arte de escrever foi provavelmente a primeira redução de um trabalho em termos mecânicos."

BUCAILLE, PESEZ, 1989), buscaremos subsídios teóricos na História, em particular, nas contribuições do historiador da tradição dos *Annales*, Jacques Le Goff, que nos convida a pensar o documento de maneira ampla no contexto da cultura material.

Le Goff (1994) desenvolveu conceitualmente o que seria "um novo documento" a partir da seguinte premissa: "todo documento é [um] monumento"[97]. Esse conceito fora elaborado com o intuito de refutar a hipótese – difundida com a Diplomática (na posição de "ciência auxiliar" da História) e com a "História Positivista" – de que o documento escrito oficial seria idôneo e portador de "objetividade".[98]

Para o autor, o documento/monumento[99] está presente no "inconsciente cultural", por representar uma intencionalidade inconsciente que deve ser criticada pelo historiador. Destarte, Le Goff (1994, p.545) esclarece que o documento

> [...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

Entretanto, Le Goff (1994, p.545) ponderou que

> [...] não existe um documento objetivo, inócuo, primário. A ilusão positivista (que, bem entendido, era produzida por uma sociedade cujos dominantes tinham interesse em que assim fosse), a qual via no documento uma prova de boa-fé, desde que fosse autêntico, pode muito bem detectar-se ao nível dos dados mediante os quais a atual revolução documental tende a substituir os documentos.

---

[97] De acordo com Le Goff (1994, p.549), "[...] o novo documento, alargado para além dos textos tradicionais, transformado – sempre que a história quantitativa é possível e pertinente – em dado, deve ser tratado como um documento/monumento. De onde a urgência de elaborar uma nova erudição capaz de transferir este documento/monumento do campo da memória para o da ciência histórica."

[98] Acerca do enfoque diplomático do documento de arquivo, que dá destaque ao atributo *objetividade*, ver capítulo 2.

[99] Segundo sugeriu Le Goff (1994, p.353), o *monumento* corresponde, juntamente com os documentos, aos materiais da memória e tem a conotação de herança do passado, isto é, da perpetuação voluntária ou não das sociedades históricas (é um legado da memória coletiva). Etimologicamente, a palavra monumento provém da "[...] palavra latina *monumentum* [a qual] remete para a raiz indo-européia *mem*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa '*fazer recordar*', de onde '*avisar*', '*iluminar*', '*instruir*'. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos." Na Antigüidade romana, o monumento possuía dois significados: o primeiro, o de uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura; e o segundo, o de um monumento funerário (recordação dos mortos).

O documento como manifestação (voluntária ou involuntária) do passado torna-se monumento porquanto interessa à memória coletiva por trazer junto dele um "inconsciente cultural", ou seja, uma intencionalidade inconsciente que será objeto da crítica do historiador da cultura material (ver item 4.4).

Dessa forma, todo objeto seria construído ou instrumentalizado de forma objetivada, isto é, para cumprir determinada finalidade de acordo com a necessidade de criação (exemplo: objeto artístico, utensílio doméstico, etc.) ou lhe seria atribuído um valor e um significado exterior e transcendente a sua "função primeira" e, por conseguinte, o documento não seria objetivo em termos historiográficos. O historiador e o arqueólogo da cultura material deveriam transcender a aparência do objeto de modo a desvendar o que ele "não diz" por meio do seu questionamento. Nesses termos, a narrativa historiográfica se fundaria no questionamento do passado tendo como instrumental as manifestações humanas (de criação do objeto e/ou de atribuição de valores, significados e sentidos a este) observáveis nos seus vestígios materiais, ou seja, nos documentos/monumentos.

Assim, o documento escrito (no formato digital ou analógico) também poderia ser considerado um monumento e seria de igual interesse ao estudo da cultura material,[100] que se valeria da interpretação e dos métodos historiográficos e arqueológicos para a formulação de perguntas, buscando apreender os fenômenos que configurariam o "inconsciente coletivo" e suas práticas culturais, sociais e econômicas.

De modo detalhado e elucidativo, Reis (2004, p.105-106) mostrou que

> [...] os colaboradores dos *Annales* desde 1929 aumentaram muito o campo das fontes históricas e sofisticaram as técnicas de análise de suas fontes. Foram engenhosos para inventar, reinventar ou reciclar as fontes, utilizaram escritos de todo tipo, documentos psicológicos, arqueológicos, orais, estatísticos, plásticos, musicais, literários, poéticos, religiosos. Da arqueologia, continuarão a utilizar as cerâmicas, as tumbas, os fósseis, as paisagens, os conjuntos arquiteturais, as inscrições, as moedas; da economia, os arquivos de bancos e empresas, os balanços comerciais, os documentos portuários, os documentos fiscais e alfandegários; da demografia, os registros paroquiais, os registros civis, os recenseamentos; da antropologia, os cultos, os monumentos, os hábitos de linguagem, os livros sagrados, a iconografia, os lugares sagrados, as relíquias, as narrativas orais, os processos de inquisição, os testamentos, o vocabulário, o folclore, os rituais; do Direito, os arquivos judiciários, os processos criminais; os arquivos técnicos para o tratamento dessas fontes são igualmente oferecidas pelas diferentes ciências sociais com que a história se associou: estratigrafia,

[100] Destacamos o trabalho de Martin (2000), que estudou o livro enquanto objeto na perspectiva da cultura material. Ver: MARTIN, Olivier. Le livre, les livres, dans la maison. Pour une sociologie de l´objet livre. In : GARABUAU-MOUSSAOUI, Isabelle ; DESJEUX, Dominique (Ed.). *Objet banal, objet social* : les objets quotidiens comme révélateurs des relations sociales. Paris : L´Harmattan, 2000.

> teorias econômicas e sociais, informática, reconstituição de famílias, análise estatística, modelos, inventários, lexicografia, fotografia aérea, dendronologia, carbono 14, genealogia, onomástica, microfilmagem, registro sonoro, registro cinematográfico ou em vídeo, fenologia...

Considerando a amplitude conceitual de documento exposta a partir da contribuição do movimento dos *Annales*, observamos que tal mudança de enfoque só foi possível quando essa perspectiva historiográfica passou a considerar a existência e a complexidade da cultura material.

A cultura material, que teve seu início nos primórdios da humanidade (confundindo-se com a sua gênese), se configurou reconhecidamente como um dos pilares para a transmissão de conhecimentos na modernidade. Como vimos, ao mesmo tempo em que a cultura material era objeto de estudo (quando observada e investigada como manifestação cultural), ela também se figurava e ainda se concebe como uma subdisciplina (com método próprio) de interesse, principalmente, da Arqueologia, Antropologia e História.

Observamos, no presente estudo, que as variações das manifestações da cultura material trouxeram alguns elementos condizentes ao enfoque que sustenta epistemológica e metodologicamente a sua investigação (o objeto material), em particular, buscando evidenciar a amplitude que a noção de documento tomou para a Arqueologia e, particularmente, para a História com o movimento dos *Annales*.

A ampliação conceitual de documento, estimulada pelo movimento dos *Annales*, ampliou as possibilidades da pesquisa historiográfica revolucionando metodologicamente a relação entre o historiador e as fontes documentais, as quais passaram a ser apreendidas no amplo horizonte interpretativo da cultura material.

Constatamos, igualmente, que a investigação da cultura material foi importante para esse movimento por se preocupar, em um primeiro momento, com o estudo do processo de transformação simbólica do simples objeto em documento. Na historiografia passou a ser considerada, a partir de então, a subjetividade do processo valorativo de atribuição de sentido e de significado a um objeto de acordo com a potencialidade informativa das marcas da ação do homem materialmente evidenciadas, seja na sua elaboração para um determinado fim ou no desvio da função original, em um exercício interpretativo e valorativo.

Diante desse contexto, podemos afirmar que após o objeto adquirir *status* de documento, o que pressupõe um trabalho prévio de busca e seleção (até se chegar a sua percepção valorativa e simbólica), o historiador se munirá de "matéria-prima" para a escrita da narrativa histórica. Contudo, o "material bruto" só será "moldado" mediante

procedimentos metodológicos delimitados de modo a compreender as experiências do passado, procurando solucionar a infinidade de reticências que o homem, voluntária ou involuntariamente, deixou, permitindo ao historiador (e ao arqueólogo) revisitar os hábitos, os costumes, as técnicas, enfim, ser agente de rememoração do homem em uma determinada cultura e em um determinado tempo histórico.

2 O documento como objeto de estudo da Diplomática[101]

2.1 Aspectos históricos da Diplomática

Vimos de forma preliminar que, antes mesmo da formalização acadêmico-institucional da mais antiga das ciências sociais – a História –, o estudo "científico" do documento era uma preocupação presente. Tal inquietação deixou de ser latente quando a Diplomática se concretizou disciplinarmente. Esta disciplina nasceu da premência de sistematização de procedimentos documentais que foram frutos dos questionamentos advindos da *crítica documental*, a qual carecia de um maior rigor formal vislumbrado pelo cientificismo. Longe de ratificarmos a escrita de uma história linear da Diplomática (à qual a literatura da área comumente se reporta), trouxemos aqui o registro de alguns marcos e/ou procedimentos técnicos datados que ajudam a compreender os primórdios da constituição dessa disciplina. Todavia, estamos certos do risco que corremos ao esboçar uma abordagem linear por influência da literatura a que recorremos.

Iniciemos, portanto, falando da *crítica documental*, que se apresentou como uma importante ferramenta para o estudo do documento quando passou a auxiliar as investigações de enfoques filológico e teológico notadamente desenvolvidos a partir do século XVII. Cabe salientar que a *crítica documental* surgiu da necessidade de distinguir os documentos falsos dos verdadeiros, em que o processo de aferição de veracidade, mesmo daqueles autênticos, passou a ser um trabalho que requeria "rigor científico". (VALENTE, 1978). Abordaremos aqui aspectos históricos e conceituais relacionados ao desenvolvimento da *crítica documental* em direção a sua consolidação como disciplina acadêmica.[102]

---

[101] Vale destacar que buscamos trazer para o desenvolvimento deste capítulo as particularidades do universo teórico da Diplomática. Como será possível notar, os estudiosos da Diplomática instrumentalizam a linguagem jurídica que perpassa, igualmente, o universo arquivístico. Após discorrermos acerca da tradição positivista (no âmbito filosófico e historiográfico) no capítulo anterior e de demonstrarmos, mediante o conceito *documento*, os aspectos teóricos superados da acepção positivista no âmbito historiográfico (dentre os quais, a noção positivista de "verdade científica" através de aferição por métodos empíricos, leis universais, objetividade científica, etc.), veremos, nesta seção, uma retomada de tais postulados do século XIX. A noção de "verdade positivista" estará presente na maioria dos conceitos apresentados, em que poderemos notar *definições* (aparentemente fechadas) construídas mediante expressões, tais como: *veracidade*, *fidedignidade* e *autenticidade* documental; *lisura* documental; documento como *representação de um fato*, etc. destacadas em *itálico*. De modo a fazer um contraponto a tal concepção positivista da Diplomática, abordaremos no final da seção a crítica de Cook (1998, 2001) que, atualmente, se figura como uma das mais destoantes vozes na Arquivística.

[102] De acordo com Duranti (1995) e Paulius Rabikauskas (2000), a palavra "diplomática" deriva do vocábulo grego διπλοω (*Diploo*), que significa duplo. De acordo com Duranti (1995, p.23), o "[...] termo diplomática é

A falsificação de documentos despertou, desde a Idade Média, o interesse pela *crítica documental*, embora esta tenha se desenvolvido primeiramente por motivos pessoais ou somados a motivos de caráter político-religioso. Entretanto, no seu princípio, a crítica documental não seguia um método com pretensões científicas, pois os procedimentos eram puramente empíricos.

Dentre os acontecimentos históricos relacionados a tal enfoque, podemos destacar as ações do Papa Inocêncio III, no século XII, para punir os falsificadores dos documentos pontifícios, obrigando-os a iniciar um processo de análise crítica dos documentos. Um outro exemplo comumente reportado pela literatura refere-se ao registro da comprovação da falsificação de dois documentos por Petrarca, que notificou esse feito em uma carta dirigida à Carlos IV de Luxemburgo, imperador de Roma (Sacro Império Romano-Germânico), no século XIV. Além desse exemplo, destaca-se o de Lourenço de Valla, que, no século XV, constatou a falsidade de um documento atribuído a Constantino, o qual regulamentava uma doação feita no século IV, vulgarmente chamada de *Donatio Constantini.*[103]

Essa *fase empirista* culminou, após a metade do século XVI e início do XVII, nos primórdios do estabelecimento da Diplomática como uma disciplina científica,[104] sob a influência dos avanços filosóficos e científicos renascentistas que precederam e foram importantes para a configuração do denominado "século das luzes" (século XVIII) e o posterior século do "cientificismo" (século XIX).

---

uma adaptação do latim [da obra] *res diplomatica* [que, como veremos, representa] o primeiro escrito sobre esse tema referindo-se à análise crítica das formas do diploma". Tomando um caráter completamente distinto a esse contexto, o "[...] termo diplomacia, do francês *diplomatie*, se refere à arte de conduzir negociações internacionais que derivam em uma compilação e intercâmbio de documentos oficiais, principalmente de diplomas."

[103] Conforme mostrou Valente (1978), muitos consideram o papa Inocêncio III o precursor da Diplomática, ainda na fase empírica, por ter criado a bula *Licet ad Regimen* (no ano de 1198), que dispunha "[...] sobre as sanções a aplicar aos falsificadores dos documentos pontifícios." (p.181). Contudo, para o autor, foram os humanistas, citando figuras históricas como Petrarca (século XIV), Lourenço Valla (século XV), que contribuíram intensamente para a crítica documental. Foi nessa perspectiva que a História se beneficiou por possuir novos parâmetros de interrogar e de questionar o documento, iniciando os estudos, primeiramente, com a História Eclesiástica (tendo como figura emblemática, o abade João Tritheim, que desenvolveu vários estudos nessa linha). Na linha do Direito, vários juristas adotaram o procedimento da crítica documental no trato do direito régio ou feudal. (p.182-183).

[104] Antes da aplicação científica da Diplomática na História, ainda quando os documentos eram "[...] considerados exclusivamente como ferramentas legais para controvérsias políticas e religiosas ou para disputas diante das cortes, a metodologia textual [tinha] uma natureza utilitária e, portanto, foi vista como algo suspeitoso; mas quando os estudos começaram a voltar-se para os documentos como evidências históricas, a diplomática e a paleografia adquiriram um caráter científico e objetivo. Não obstante, dada a concepção enciclopédica do conhecimento que imperou no século XVIII, permaneceram confusas como uma só disciplina, por um longo tempo." (DURANTI, 1995, p.25).

A busca de maior rigor nos estudos diplomáticos se deu após a iniciativa dos jesuítas, em 1672, liderados por Jean Bolland, que resolveram publicar a história dos santos em um documento denominado *Acta Sanctorun*, objetivando descobrir e distinguir o que era verdadeiro ou falso na vida dos santos. Conforme descreveu Bellotto (2002a, p.15), apoiando-se em Duranti (1995), em Tessier (1952) e em Valente (1978), foi o jesuíta do grupo de João Bolland, Daniel Van Papenbroek,[105] que declarou ser falso um diploma assinado pelo rei Dagoberto I, invalidando, assim, vários diplomas que eram tidos como autênticos pelos beneditinos da Abadia de Saint Denis, e questionando igualmente algumas peças da época merovíngia contidas nos arquivos da Ordem de São Bento.

Os beneditinos, que se consideravam especialistas na crítica e na análise textual (pois já haviam realizado inúmeros estudos do gênero), não se conformaram com as conclusões a que chegou o jesuíta e partiram para a chamada "Guerra Diplomática",[106] na qual o monge Jean de Mabillon, pesquisador da vida dos santos de sua ordem, realizou um estudo que resultou na obra dividida em seis partes intitulada *De re diplomatica libri VI*, que, por meio de seu trabalho metódico, esclareceu as regras fundamentais da crítica textual e, também, desmentiu as críticas feitas por Van Papenbroek.

Nas duas primeiras partes desse tratado, Mabillon estabeleceu os princípios da crítica diplomática delineando testes em que os documentos seriam submetidos a prova de veracidade para saber se eles poderiam ser considerados verdadeiros ou falsos. Com esses procedimentos, diferentes tipos de documentos foram definidos e analisados tomando como parâmetro elementos tais como tinta, linguagem, tipo de escrita, selos, pontuação, abreviação, datas, entre outros. Nas quatro partes restantes desse tratado, apresentam-se as provas e as ilustrações dos princípios diplomáticos criados e do modo como tais princípios deveriam ser aplicados. Para exemplificar esses princípios, na sexta parte Mabillon apresentou cerca de 200 cópias de documentos, por meio das quais demonstrava e justificava por que deveriam ser considerados autênticos. (RONDINELLI, 2002, p.44).

---

[105] Bauer (1957, p.358) esclareceu que foi com a publicação da *Acta Sanctorum,* de Daniel Van Papenbroek, que nasceu "[...] o motivo para o exame científico do documento como fonte histórica."

[106] As "Guerras Diplomáticas" surgiram em meio ao aumento dos estudos filológicos e históricos que se deu, em grande medida, somado ao clima de fervor advindo das questões de ordem teológica e de ordem econômica, política e doutrinária no conturbado momento histórico da Reforma e da Contra-Reforma, que veio a favorecer a prática da crítica-documental. Por exemplo, o "[...] Concílio de Trento, ordenando a vida da Igreja, à margem das 'heresias', propiciou o rejuvenescimento das atividades literárias e artísticas e bem assim da historiografia, animada, então, de espírito crítico, ao colher dos documentos os fatos ocorridos, na substituição das lendas, mesmo que estivessem presentes ainda as convicções de ordem pessoal, na análise documental [...]" (VALENTE, 1978, p.183).

Com todos esses avanços teóricos e metodológicos diplomáticos na crítica documental,[107] notou-se que a Diplomática passou a ser objeto de estudo jurídico ao se estabelecer como disciplina acadêmica em faculdades de Direito, perceptivelmente, a partir da metade do século XVIII, ocasião em que foram editados inúmeros trabalhos sobre a matéria na Alemanha, França, Inglaterra, Espanha e Itália. (DURANTI, 1995, p.25). No entanto, nesse período (entre 1750 e 1765), a Diplomática, mais uma vez, realizou avanços no campo religioso, particularmente com a publicação de uma obra intitulada *Novo tratado de diplomática,* escrita por René Prosper Tassin e por Charles Toustain. Conforme argumentou Rondinelli (2002, p.44), essa obra foi "[...] traduzida para o alemão durante sua elaboração, o que comprova a validade científica dos princípios e métodos ali desenvolvidos."

No século XIX, precisamente em 1821, a criação da *École des Chartes*, em Paris, foi o marco que definiu a evolução da Paleografia[108] como disciplina autônoma, bem como a "[...] afirmação dos princípios diplomáticos que passaram a ser adotados pelos historiadores como instrumento de avaliação dos documentos medievais."[109] (RONDINELLI, 2002, p.44).

Por outro lado, vale destacar que autores como Bauer (1957) e Paulius Rabikauskas (2000) defenderam a idéia de que a direção dos domínios da Diplomática como a conhecemos atualmente foi comandada pelos alemães Ficker (1826-1902) e por Sickel (1828-1908), em seus estudos na Áustria.

Bauer (1957) mostrou que Ficker, em sua obra *Beitragen zur Urkundenlehre* (publicada em dois volumes, um em 1877 e o outro em 1878), estudou os aspectos relacionados à produção documental e ao seu desenvolvimento, concluindo que as faltas e as contradições encontradas em um documento não são suficientes para julgar se ele é legítimo ou falso. Já as

---

[107] Uma área de estudo com que a Diplomática manteve e mantém importante diálogo quando se encarrega de realizar a crítica documental é a Edótica (*Ecdótica*) ou *crítica textual* que, segundo Silva (2001?), dentro de uma *função subjetiva* da Filologia compreende a "[...] operação da crítica textual e a organização material e formal do texto com vistas à publicação."

[108] Dando um tratamento comum para as definições de Diplomática e Paleografia, Riesco Terrero (2000, p.89) mostrou que essas disciplinas eram concebidas entre os séculos XVI e XIX como: "Arte e técnica do tipo prático com os objetivos bem concretos: decifrar, ler e discernir sobre a escritura e os demais signos gráficos antigos, estampados em livros e documentos jurídico-administrativos, e julgar a autenticidade ou falsidade das escrituras públicas nos anos posteriores ao século XVI", e afirmou ainda que "[...] estas disciplinas não tinham categoria de ciência, senão de meros instrumentos de trabalho [para auxiliar na] leitura e interpretação tanto das escrituras livreiras antigas como dos testemunhos e atos documentados de caráter científico-literário, jurídico-diplomático ou puramente comemorativo e histórico." (Ibid., p.88, tradução livre).

[109] Como pontuou Bauer (1957, p.358), os beneditinos Toustain e Tassin iniciaram, em 1750, estudos diplomáticos orientados pelos preceitos lançados por Mabillon, continuando, assim, a sua obra. Ademais, diante do prestígio dessa área do saber na França, foi criada, mediante um manifesto de 1821, *l'École des Chartes*, que "[...] ofereceu [na ocasião] aos futuros arquivistas e eruditos [oportunidade] para o estudo de Paleografia, Diplomática, etc."

investigações de Sickel,[110] particularmente em sua obra *Die Urkunden der Karolinger* (dividida igualmente em dois volumes e publicada em 1867), lançaram as bases científicas para a Diplomática medieval e, ainda, compararam documentos de uma mesma Chancelaria.[111] Os estudos de Sickel foram importantes para a comprovação da relação dos documentos outorgados a diferentes destinatários e de sua comum procedência, ou seja, uma mesma chancelaria, mediante a comparação sistemática dos elementos documentais *ditado* e *escritura*.

Bauer (1957, p.359) demonstrou que Ficker e Sickel avançaram nos seguintes aspectos:

1. criaram meios de realizar nos documentos medievais uma crítica que chegava a sutilezas que podiam assegurar o seu valor científico; e
2. com eles, o documento de arquivo ganhou valor histórico como fonte de primeira ordem, proporcionando ao historiador informações mais confiáveis.

No entanto, autores como Riesco Terrero (2000, p.89) argumentam que a Diplomática se desenvolveu como "ciência" – ou, ao menos, como "método" e técnica científica – somente no final do século XIX e início do século XX, em grandes escolas européias, particularmente, em países como Alemanha, França, Áustria, Bélgica, Itália e Inglaterra. Para o referido autor, essa disciplina apresentou nesse período uma missão instrumental e de serviço enquanto "técnica e arte" para "[...] discernir e julgar a autenticidade e a falsidade dos documentos, mas exclusivamente os antigos e os medievais de caráter jurídico." Buscavam-se, portanto, "[...] garantias suficientes para discernir e diferenciar se documentos eram autênticos e dotados de valor e credibilidade, fundamentalmente jurídico-diplomática, e quais eram falsos."

Com a criação das Academias e Escolas Superiores e Culturais de Ciências Históricas, Filológicas e Jurídicas e das "cátedras universitárias" espanholas em Paleografia e

---

[110] Para Paulius Rabikauskas (2000), *Theodor von Sickel* (1826-1908) pode ser chamado de "[...] pai da Diplomática Moderna. Ele aperfeiçoou o método, com o qual pôde determinar com a comparação dos textos escritos e os estilos instituídos nos documentos da chancelaria, as pessoas que escreveram estes documentos (scriptores) as pessoas que os ditaram (dictatores) e assim chegou a provar a originalidade dos documentos. Desse modo, ele evitou no método a perda do princípio na prova."

[111] No que se refere à produção documental em centros de atividade da Administração pública e judicial, Bauer (1957, p.355) mostrou em seus estudos que existem oficinas organizadas para a "[...] expedição de documentos e que dão às manifestações desta atividade determinadas formas escriturárias ou jurídicas"; tais oficinas recebem o nome de Chancelaria. Para o autor, em "[...] cada Chancelaria se desenvolve naturalmente um determinado costume de se confeccionar documentos, costume de maior ou menor duração, que imprime uma certa semelhança e uniformidade de traços a todos os documentos procedentes da mesma Chancelaria em um espaço de tempo determinado. Em suma, todos estes traços tornam possível a atribuição de um documento a uma Chancelaria."

Diplomática, ambas as disciplinas foram delimitadas disciplinarmente com uma maior sedimentação de seus princípios, métodos e técnicas, deixando de ter "[...] vigência e valor as antiquadas definições e velhos conceitos de Paleografia e Diplomática que até então vinham se sustentando e que, em boa medida e com caráter atávico, têm chegado até os nossos dias." (p.89). Portanto, foi a partir da segunda metade do século XX que a Diplomática e a Paleografia alcançaram a "idade adulta" e gozaram de independência para o estudo, interpretação e edição científico-crítica das distintas "fontes escritas", relacionando-se com diferentes disciplinas, tais como: Arquivística, Biblioteconomia, Museologia, História, Direito, etc. (RIESCO TERRERO, 2000, p.90).

Assim, o século XX marcou uma nova etapa da história da Diplomática, na medida em que nesse período a disciplina deixou de ter como objeto de análise, tão somente, os documentos medievais, ocasião essa em que os seus princípios e métodos passaram a ser empregados para o estudo dos documentos contemporâneos. Conforme salientou Rondinelli (2002, p.45), "[...] trata-se, na verdade, de uma reinvenção da Diplomática pela Arquivologia, com o objetivo de melhor compreender os processos de criação dos documentos da burocracia moderna."[112]

Não obstante, podemos notar que a idéia de que a Diplomática evoluiu em direção a uma Diplomática Contemporânea (numa nova roupagem do "método" e dos processos decorrentes dos estudos arquivísticos do século XX) não é consensual, pois autores como Paulius Rabikauskas (2000) defendem que a Diplomática se destaca atualmente pela sua importância na condição de uma "ciência auxiliar" da História, como veremos a seguir:

> O método traçado por Sickel ainda é válido [para a História]. Outros progressos se fazem, bem mais na tentativa de que os documentos desde todos os pontos de vista e relações sejam explicados. E por isso hoje aos documentos não somente se busca [explicar] a *genuinidade* e a *autenticidade*, como nos tempos de Mabillon, nem somente a *origem* e a *formação*, como nos tempos de Ficker e Sickel, senão também as condições *jurídicas*, *econômicas*, *administrativas* daqueles tempos e regiões e se investigam na relação à cultura intelectual e civil dos homens. (grifos nossos).

Em síntese, vimos que a Diplomática surgiu dos questionamentos trazidos pela *crítica documental*, cujos primeiros indícios são remontados a partir do século XII, em uma fase

---

[112] No Brasil, autores como Guimarães (1998), Rondinelli (2002), Bellotto (2002a), dentre outros, buscam sustentação teórico-metodológica no terreno da "Diplomática Contemporânea" tendo como referência os estudos da pesquisadora italiana Luciana Duranti (1995).

marcadamente *empírica* e *não-científica* em que se buscava a autenticidade dos documentos emanados por autoridades medievais (religiosos, reis, etc.).

Essa fase empírica se estendeu até o final do século XVII, quando a Igreja Católica, abalada pela Reforma protestante iniciada por Martinho Lutero, se viu obrigada a autocriticar-se[113] e a combater as "heresias dos infiéis" por meio da Inquisição.[114] Nesse momento, as contradições e inverdades perceptíveis nos documentos falsificados poderiam incriminar e servir de argumento e objeto para possíveis críticas. Nesse contexto, iniciou-se o estudo crítico e histórico dos documentos que objetivaram derrubar lendas e inconsistências históricas de dogmas e santidades outorgadas pela Igreja sem as devidas fundamentações previstas no então Direito Canônico.[115]

Em particular, os estudos dos jesuítas (com a publicação da *Acta Sanctorun*) e, principalmente, aqueles realizados pelos beneditinos (na obra *De re diplomatica libri VI*) fundaram uma segunda fase marcada pela busca por cientificidade no processo de crítica documental, visando fundamentar a crítica documental em um método com foros de "objetividade" para a realização de testes probatórios de *autenticidade* e de *veracidade* dos documentos.

---

[113] A Reforma foi um movimento cismático dentro da Igreja Católica iniciado na Alemanha por Martinho Lutero no século XVI que questionava a supremacia eclesiástica do papa, propiciando a instauração das igrejas protestantes. O marco desse movimento ocorreu, precisamente, em 1517, quando Lutero publicou suas 95 *Teses*, as quais criticavam a teoria e a prática das indulgências papais, divulgando a recomendação de que a religião deveria se manter fiel à fé individual baseada nas normas somente da Bíblia. Em resposta ao movimento protestante, a Igreja Católica, durante os séculos XVI e XVII, tentou revitalizar a Igreja com a criação do movimento cuja denominação (não consensual) oscila entre Contra-Reforma e Reforma ou Restauração católica. Dentre as proposições reformistas, a Igreja atingiu a força necessária para enfrentar o desafio do aparecimento dos protestantes, mormente com as ações do papa Paulo III, a partir de 1534. Sua mais destacada atuação foi a criação do *Concílio de Trento*, em 1545. Ademais, uma poderosa corrente de repressão, iniciada em torno de 1542, invadiu o catolicismo romano quando este papa instituiu o *Index Librorum Proibitorum* (Índice dos livros proibidos) e promoveu o recrudescimento da Inquisição. Sobre o debate historiográfico acerca desses movimentos religiosos, ver: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As reformas religiosas na Europa moderna: notas para um debate historiográfico. *Varia Histórica*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.130-150, jan./jun. 2007.

[114] A Inquisição foi uma instituição católico-judicial criada durante a Idade Média com o objetivo de localizar, processar e sentenciar as pessoas culpadas de heresia. Ela se oficializou em 1231, no papado de Gregório IX, e os inquisidores eram franciscanos ou dominicanos, nomeados diretamente pelo papa. O recrudescimento da Inquisição ocorreu em 1542 quando o papa Paulo III, alarmado pela difusão do protestantismo, estabeleceu o Tribunal do Santo Ofício. Sobre a Inquisição, ver: MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As reformas religiosas na Europa moderna: notas para um debate historiográfico. *Varia Histórica*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.130-150, jan./jun. 2007.

[115] Bellotto (2000, p.51), em uma de suas definições de Diplomática, resgatou o aspecto associado à forma primeira que a disciplina assumiu quando ela passou a se delinear enquanto uma disciplina auxiliar do Direito Canônico e que, posteriormente (em particular, durante o século XIX), se adaptou e passou a auxiliar instrumentalmente o Direito que conhecemos hoje.

Cabe salientar que o documento objeto de estudo nesse momento era o medieval (escrito e não impresso, portanto) em que, para a análise dos elementos internos e externos, levava-se em consideração a estrutura de um documento único.

Uma terceira fase decorreu dessa busca pela cientificidade, caracterizada pela inserção da Diplomática na academia, estando esta (juntamente com a Paleografia) na categoria de "ciência auxiliar" da História e do Direito. A criação da *École des Chartes* foi um marco dessa fase, pela razão de que esta instituição foi importante para o estabelecimento de um elo entre a instrumentalidade da Diplomática e a História, pois seu "método" era direcionado aos documentos de arquivo (medievais), que eram as fontes documentais "por excelência" do historiador (ver item 1.2).

Nesses termos, a *École des Chartes* foi igualmente importante como um germe para o estabelecimento de uma quarta fase, iniciada, principalmente, após o término da Segunda Guerra Mundial, quando a Diplomática se aproximou da Arquivística como uma referência metodológica e teórica no processo de gerenciamento dos documentos arquivísticos.

Contudo, podemos observar uma relativa tensão quanto à apreensão dessa disciplina reivindicada instrumentalmente por diferentes disciplinas e que carrega ainda consigo uma forte herança do ideário "positivo" do século XIX, independentemente da perspectiva analisada. Na hipótese de que os diferentes entendimentos dessa disciplina recaem, necessariamente, na concepção de documento diplomático a partir de diferentes processos e práticas profissionais que nele incidem, nós nos propomos a, em nosso estudo, discorrer acerca de como o conceito de documento diplomático foi fundamental para a constituição dessa disciplina na sua relação interdisciplinar, particularmente, com a História, o Direito e a Arquivística.

2.2 O documento diplomático: aspectos conceituais

Conforme explicou Duranti (1995, p.23), com o passar dos tempos, o *diploma* (ou documento) veio a significar um "[...] escrito emitido por autoridade soberana e logo se estendeu para incluir em geral qualquer documento emitido em forma solene." Entretanto, a origem dessa palavra teve a sua raiz na expressão grega *διπλομα* (dobrado). Paulius Rabikauskas (2000) explicou que a palavra *diploma*, em princípio, significava para os gregos "[...] qualquer escrito que constava de duas partes unidas entre si." Desse modo, a "[...] palavra diploma se referia a documentos escritos sobre tabuinhas articuladas por dobradiça e

chamadas de *dípticos* [*diptychum*]; durante o Império Romano, se aplicava em tipos específicos de documentos emitidos pelo imperador ou pelo senado." É interessante observar a diferença de denominações em distintas fases da História, como veremos a seguir:

> [Para os romanos os diplomas recebiam as denominações:] (a) *libellus comendatitius*, com a qual algum direito se recebia no "*cursu publico*" para usar ou fazer o caminho, ou para enviar cartas; (b) *decretum*, escrito dado aos soldados que abandonavam o exercício romano [e aqueles escritos dados aos considerados] merecedores da república, a qual lhes concedia, entre outras coisas, o direito de cidadania e o de se casar. Na Idade Média a voz "diploma" foi usada poucas vezes. Ela foi retomada pelos Humanistas que, deste modo, anotavam os documentos mais solenes. Mas como na diplomática também se considera os documentos não tão solenes, estes, e geralmente todos os escritos que [podem ser tratados] na diplomática, se chamam documentos e a mesma diplomática se pode chamar de ciência dos documentos. (PAULIUS RABIKAUSKAS, 2000).

Nessa perspectiva, Bellotto (1991) e Guimarães (1994) consideraram que a Diplomática está inserida no cerne das chamadas Ciências Documentais e tem como característica um tipo documental específico que é o *documento escrito gerado na área pública*.[116] Sob esse aspecto, o documento diplomático interessa-nos como "[...] *materialização de um ato administrativo* e que, como tal, surtirá efeitos jurídicos [fazendo] parte de um contexto (aquele do órgão do qual se origina) sendo importante verificar as fases de sua elaboração e os modos de sua transmissão." (GUIMARÃES, 1994, p.78, grifos do autor).

Assim, a Diplomática tem como objeto de estudo o *documento escrito*, isto é, a "[...] evidência que se produz sobre o suporte (papel, [...] disco, lâmina, etc.) por meio de um instrumento de escritura (lápis, [...] máquina de escrever, impressora, etc.) ou de um aparato que grava imagens ou vozes." Entende-se aqui o escrito como resultado da ação intelectual de se escrever, ou seja, da expressão de "[...] idéias em uma forma que é objetivada (documental) e sintática (redigida por regras de ordenação)." (DURANTI, 1995, p.27). Em outras palavras, o *escrito* nada mais é do que uma *informação registrada* e objetivada em um suporte seguindo certas regras lingüísticas e estruturais convencionadas pelo uso e pela demanda documental.

---

[116] Conforme mostrou Paulius Rabikauskas (2000), "[...] os documentos considerados públicos são aqueles que emanam de uma autoridade pública [...] ou ao menos são elaborados e convalidados segundo as formas e normas usadas em suas chancelarias. Denominam-se documentos privados os que se confeccionam para negócios privados segundo as formas usadas. Ainda que o autor da ação goze de autoridade pública, o testemunho de sua ação segundo a forma de negócios privados (v.g. instrumento notarial), o documento do feito, deve se chamar privado." Portanto, a Diplomática se interessa tanto pelo documento público que goza de fé pública, quanto pelo documento privado (notariais) nessa mesma situação.

Segundo Paulius Rabikauskas (2000), o documento diplomático é expresso num sentido estrito na língua francesa como *l'acte écrit*; e na língua alemã como *Urkunde*, ou seja, é o "[...] testemunho escrito na forma determinada da ação ou de algum feito jurídico. Nas fontes tal documento se chama: 'preceptum', 'privilegium', 'auctorias', 'instrumentum', 'charta', 'pagina', 'literarum series', etc." (tradução livre).

De acordo com Tamayo (1996, p.55), a noção de documento diplomático se expressa somente nas coisas que podem proporcionar o registro de uma notícia escrita originária de um acontecimento qualquer, seja lá qual for o seu significado e a sua importância. Precisamente, o documento diplomático se refere "[...] aos feitos e acontecimentos da vida e do tráfico jurídico-econômico" e, ainda, direciona-se "[...] à materialização por escrito de um ato ou de um negócio, em virtude do qual se cria, se modifica ou se extingue uma situação jurídica." (tradução livre).

Convergindo com o autor sobredito, Bellotto (2002, p.17) mostrou que o documento diplomático é o registro gerado e legitimado mediante um ato administrativo, sendo este ocasionado a partir de um fato administrativo ou jurídico. Tanto Bellotto (2002) como Guimarães (1994) concordaram que o *ato* jurídico e/ou administrativo do documento diplomático seria o seu elemento central.

Para Nuñez-Contreras (1981, p.36), o ato administrativo, que reflete a iniciativa ou ação administrativa do órgão gerador, seria o caráter peculiar dos documentos diplomáticos, pois, em um primeiro momento, sobressairia em relação ao seu valor histórico. Dessa forma, notamos a especificidade desses documentos em cumprir sua função primeira de "saciar" seus objetivos administrativos, sendo criados sem a preocupação imediata de servir posteriormente como documento histórico. Tal observação reafirma a importância desses documentos na condição de uma evidência que pode transmitir e representar a dinâmica funcional-administrativa de seus órgãos geradores, até mesmo como posteriores fontes históricas, uma vez que "[...] o interesse secundário surge quando, cumprida sua finalidade administrativa, o documento pode ser consultado pelo público, por ter adquirido valor histórico." (tradução livre).

Nessa perspectiva, o mesmo vale para os documentos jurídicos e narrativos (criados sem a função primeira de serem históricos) que, depois de cumprida a sua função de documento primário (função originária), destacam-se pelo seu valor histórico. Destarte, o

documento diplomático (de natureza jurídico-administrativa), mesmo não tendo uma função originária histórica, terá, com o passar do tempo, valor histórico.[117]

Portanto, a Diplomática tem como propósito buscar a autenticidade do documento, a qual nem sempre coincide com sua autenticidade legal, embora ambas, mesmo independentes, possam levar à autenticidade histórica válida, por exemplo, em uma disputa judicial. Nesse contexto, os documentos legalmente autênticos são aqueles que "[...] suportam uma prova sobre si mesmos, a causa da intervenção durante ou depois de sua criação, de um representante de uma autoridade pública que garanta sua genuinidade." (DURANTI, 1995, p.29). Os documentos diplomaticamente autênticos são aqueles "[...] escritos de acordo com as práticas do tempo e lugar indicados no texto e firmados com os nomes das pessoas competentes para criá-los". Já os documentos historicamente autênticos são aqueles que comprovam e atestam a veracidade dos fatos, "[...] o que verdadeiramente teve lugar ou informam o que é a verdade." (Ibid., p.29). Além disso, o conceito de autenticidade junto à Diplomática não deve ser confundido com o de genuinidade, pois o documento é autêntico quando "[...] possui todas as informações originais e verdadeiras de uma determinada origem; é genuíno, por sua vez, quando provém diretamente da fonte geradora." (Ibid., p.29, tradução livre).

Embora compreendamos que a noção de "verdade histórica" seja pretensiosa em demasia (mesmo em se tratando de pesquisas no campo das ciências sociais) para interpretar documentos relacionados a fatos ou acontecimentos imersos em diferentes variantes contextuais (podendo incidir questões de ordem ideológica, política, cultural, etc.), entendemos o esforço da autora sobredita em tentar diferenciar a *autenticidade diplomática* daquela estritamente *jurídica* e *histórica*, especialmente quando situado no âmbito das práticas documentais (como é o caso daquelas tipicamente arquivísticas). Isso porque, nesse campo de atuação, não caberia ao profissional (arquivista, documentalista, bibliotecário, etc.), em sua prática documental diária, adentrar em questões qualitativas que são objeto de análise de disciplinas tais como a História, a Sociologia, a Ciência Política, etc.

Sob o viés das práticas arquivísticas, de acordo com Bellotto (1991, p.30) e reafirmado por Guimarães (1994, p.79-80), os documentos diplomáticos seriam "[...] de natureza estritamente jurídica que refletem, no ato escrito, as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos." Para tanto, tais documentos deveriam obedecer

---

[117] Para Núñez Contreras (1981, p.36), os documentos, na maioria das vezes, não são produzidos com uma finalidade histórica, pois "[...] são os anos que pouco a pouco os vão convertendo em documentos para a História."

a "[...] requisitos formais de redação", ou seja, seguir as fórmulas semânticas preestabelecidas (variáveis segundo lugar, época, o órgão emissor e tipo de conteúdo) do ato escrito, visando garantir sua validade jurídico-administrativa e sua aplicabilidade. Com efeito, o documento diplomático pode exercer a importante função de valor jurídico-legal, na medida em que "[...] pode desempenhar função de prova em um processo, na maioria das vezes, na condição de instrumento público-administrativo."

O documento diplomático é composto de três elementos fundamentais: o *conteúdo escrito*; a *natureza estritamente jurídica*, lembrando de que mesmo os documentos de natureza administrativa e histórica (narrativos em geral), embora não tenham função originária jurídica, poderão apresentá-la se forem acionados em um contexto jurídico; e a *forma de redação* (que pode variar segundo sua época, lugar, pessoa ou entidade produtora e conteúdo).[118] (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.39).

No entanto, para Riesco Terrero (2000, p.94) os elementos básicos do documento diplomático encontram-se na "[...] existência de um emissor ou autor: material e formal; de um receptor ou destinatário: único e coletivo; de um conteúdo: mensagem, assunto, negócio [...] [dados estes que podem complementar-se] com a data e demais elementos validativos: firmas, carimbos, registros, etc."

Em relação às características dessa documentação, podemos observar, tal como descrevem Núñez Contreras (1981), Guimarães (1994), Duranti (1995) e Bellotto (2002a), dois elementos principais, a saber: os elementos (ou caracteres) *externos* (também conhecidos como extrínsecos, físicos, de estrutura ou formais), e elementos *internos* (também conhecidos como intrínsecos, substantivos ou de substância).

Segundo salientou Núñez Contreras (1981, p.40-41), os caracteres podem ser:

- ✓ Externos: matéria (suporte material); meio (escritura, que irá fixar o conteúdo); formato (modo em que se apresenta a matéria na sua articulação com a escritura); signos gráficos (que constituem a escritura e os selos);

[118] Guimarães, Nascimento e Furlaneto Neto (2005, p.24) observaram que, ao migrar o entendimento de documento jurídico para um suporte de papel ou eletrônico "[...] não se tem uma percepção diferenciada quanto ao que *pode ser documento*. A diferença reside no *meio* utilizado, ou seja, o tipo de suporte e forma de registro que permite a transmissão da mensagem." Assim, relativamente à eficácia probatória jurídica frente ao documento eletrônico, será a *forma* (física e intelectual) desse documento que "[...] levará ao questionamento dos critérios de confiabilidade do mesmo."(p.25). Portanto, em um contexto diplomático, o conceito de *conteúdo escrito* e de *forma de redação* para um *documento eletrônico* assume uma dimensão ampla.

- ✓ Internos: língua (articulação de signos gráficos mais a escrita na constituição de um discurso, construído mediante fórmulas determinadas).

Para o autor supracitado, esses caracteres ou elementos *externos* e *internos* são articulados no documento formando um discurso (com fórmulas determinadas) e constituindo um marco expressivo em que se enquadra seu conteúdo. Esse marco recebeu o nome de *teor documental*. No *teor documental* podem se distinguir *fórmulas* que constituem e integram o corpo do documento (produto) e que, ainda, em conjunto, se denominam *texto*.

Os caracteres ou elementos *externos* são aqueles que se relacionam tanto com o gênero (signos que o representam), como com a estrutura física ou a forma de apresentação do documento, estando diretamente relacionado com sua matéria ou suporte. Tais elementos são: *espaço* (lugar do documento); *volume*; *quantidade*; *suporte*; *formato*; *forma* ou *tradição documental*; *gênero*, etc. Já os caracteres ou elementos *internos* são aqueles que se relacionam com o conteúdo substantivo ou assunto, trazendo também a natureza de sua *proveniência* ou *função*. Tais elementos são: *proveniência*; *funções*; *atividade*; *trâmites*; *conteúdo substantivo*; *data tópica* e *data cronológica*. (BELLOTTO, 2002a, p.25-26).

As fórmulas que precedem o texto são chamadas de *protocolo*[119] ou *protocolo inicial* e as que aparecem depois do texto são chamadas de *protocolo final* ou *escatocolo*. Assim, temos os seguintes elementos:

a) *Protocolo Inicial*: Invocação (simbólica e verbal); Intitulação; Direção; Saudação.
b) *Texto*: Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Sanção; Corroboração.
c) *Protocolo Final (Escatocolo)*: Subscrição; Data (tópica e crononógica), etc.

O documento diplomático é composto por *matéria*[120] e *forma*[121]. A *matéria* é o objeto/suporte somado aos meios a ele empregados e a *forma* é a maneira "estilizada" com

---

[119] De acordo com Núñez Contreras (1981, p.42), o "[...] protocolo é em um discurso diplomático [...] a parte menos variável [...] [já o] texto, pelo contrário, é muito variável e muito variado. Essa diferença se explica porque o protocolo é destinado a dar ao documento validez, ainda que o texto dependa em cada documento do feito documentado."

[120] Núñez Contreras (1981, p.42) mostrou que a matéria tem "[...] uma finalidade que é de ordem jurídica e que é dupla: conservar uma prova de um feito que o documento contém e determinar os efeitos que dele podem se seguir."

[121] A forma é a responsável pela constituição do documento como um todo. É justamente por isso que "[...] o objeto específico da Diplomática é o estudo da forma do documento. [...] as formas não são produtos da fantasia de quem confeccionou o documento senão que se adaptam aos tipos impostos pelo uso profissional das leis; de modo que umas mesmas formas aparecem em todo documento que possua o mesmo conteúdo e a mesma problemática jurídica." (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.42).

que o teor documental ou conteúdo se apresentam para resolver uma determinada problemática jurídica. Por sua vez, a *forma* se apresenta de duas maneiras: a *extrínseca* e a *intrínseca*. (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.42).

A *forma extrínseca* pode se apresentar: a) *fora do teor documental*, isto é, em marcas de validação (subscrições, outros signos, selos) e em marcas de chancelaria, ou seja, naquelas emitidas por escritórios que expedem o documento (matéria que foi escrita ou suporte da escritura, escritura, língua, estilo); e b) *inserida no teor documental*, precisamente, no teor que expressa "confiança" (invocação, corroboração, data, etc.) e naquele que expressa "cortesia" (intitulação, direção, saudação). Já as *formas intrínsecas* são aquelas que afetam a substância do documento, ou seja, o seu conteúdo. Essas formas incidem no objeto do documento e se apresentam como *dispositivos* que podem constituir *acessórios preliminares* ao dispositivo (notificação, preâmbulo, exposição); e *acessórios complementários* ao dispositivo (menção de solenidade, sanções). (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.44).

Segundo explicou Bauer (1957, p.357), a *forma* do documento constitui ao mesmo tempo o seu "caráter" para a crítica. Para distinguir um documento do outro é preciso analisar e diferenciar os seus caracteres *internos* e *externos*, ou seja, diferenciar a autenticidade, falsificação, procedência e forma de transmissão.

Duranti (1995, p.27), ao discorrer sobre as *formas* do documento diplomático, mostrou que estas refletem as estruturas "[...] políticas, legais, administrativas e econômicas assim como cultura, hábitos e mitos que constituem uma parte integrante do documento escrito porque formulam ou condicionam as idéias ou os feitos que elegemos para que sejam o conteúdo do documento."

Em suma, vimos que existe uma relativa convergência no que tange aos aspectos materiais e formais do documento diplomático perceptível a partir dos seus elementos externos e internos. Tais aspectos demonstram que os documentos *tipicamente diplomáticos* são aqueles de natureza eminentemente *histórica* e *jurídico-administrativa*, gerados na área pública (emitidos por autoridades *supremas*, *delegadas* ou *legitimadoras*) e utilizados por autoridades, instituições e indivíduos. Eles são submetidos à sistematização *imposta* pelo Direito e são munidos de "legitimidade social" (ou seja, *eivados de fé pública*), valoração essa conferida, dentre outras coisas, por meio de requisitos formais de redação.

Ademais, os documentos diplomáticos são os testemunhos fixados por escrito que podem apresentar conteúdo variado e serem usados instrumentalmente como "fonte de

informação" ou "prova" (em um contexto jurídico e/ou arquivístico) para a garantia e/ou sistematização de direitos, contratos, normas, ações, etc. e para a atualização da memória. Além disso, a sua estrutura, conteúdo e tipologia documental (que lhe garantem *validez*, *solenidade* e *fidedignidade*) são afetados diretamente pelos seus usos e costumes, que são históricos e que, portanto, são influenciados pelos valores socioculturais a eles inerentes.

Contudo, vimos que as formulações conceituais vistas até aqui vinculam o documento diplomático a uma tradição jurídica (notadamente, em sua terminologia específica) e, por vezes, administrativa. Nesse caso, os aspectos históricos desse documento não foram cotejados.

À luz dessa constatação, discorreremos com maior profundidade sobre os valores histórico, jurídico e arquivístico até aqui introduzidos que fazem parte do conceito de documento diplomático desde o seu contexto de produção.

2.3 Valores histórico, jurídico e arquivístico do documento diplomático

Uma das formas geralmente utilizadas de se apresentar o documento em seu desenvolvimento conceitual e histórico consiste em mostrar a sua origem etimológica, tal como fizeram Valente (1978), Le Goff (1994), Núñez Contreras (1981), entre outros. Conforme demonstrou o último autor citado, etimologicamente "[...] o termo documento é a versão romanesca de *documentum* e este, por sua vez, deriva do verbo *docere*, que significa ensinar, instruir. Neste sentido se encontra usado nos autores clássicos latinos." (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.30).

Conceitualmente, desde a Antigüidade se atribuía diferente designação à palavra documento. Por exemplo, para o imperador romano Júlio César, o documento significava *aviso*, *exemplo* e *ensinamento*; o historiador romano Tito Lívio o compreendia como *amostra* e *prova*; já o filósofo Cícero o apreendia como *modelo*. Ademais, os significados de *aviso*, *ensinamento*, *amostra*, *prova* ou *modelo* representam um sentido próximo ao expresso em nossos dias, pois o documento, já na Antigüidade, expressava "[...] fonte de informação, [...] ação, disposição ou pensamento." (VALENTE, 1978, p.179).

Se partirmos do pressuposto de que as conseqüências dos fatos podem ser reconstituídas e transmitidas por intermédio de fragmentos informativos do passado corporificados no documento, podemos dizer que este se figura como um vestígio do passado provindo da atividade humana oriunda da

> [...] marca ou sinal visível, seja 'testemunho' ou fonte de informação a constituir-se em prova que não é mais que documento. Todavia, os documentos trazem elementos constitutivos que remetem ao seu contexto de produção e de uso, indicativos de lugar (procedência), de ação (sentido restrito derivado de um ato, fato ou acontecimento), que possibilitam [...] refazer ou reviver o ato ou o acontecimento. (VALENTE, 1978, p.178).

Vale ressaltar que encontramos a palavra *documento* com várias designações em diferentes disciplinas e campos do saber, para se referir, por vezes, aos mesmos "elementos documentais". Dessa forma, as áreas do conhecimento que têm como objeto de estudo ou de aplicação o *documento*, o conceituam (com termos que muitas vezes se equivalem) de acordo com os seus objetivos e com o grau de relação e interação. No entanto, "[...] para cada época que se considere, os testemunhos usados serão diferentes, como para cada aspecto abordado os elementos hão de ser diversos." (VALENTE, 1981, p.191).

Os documentos, como testemunhos, apresentam os seguintes elementos estruturais: *matéria* (suporte material), *conteúdo* (informação) e *meio* (como, por exemplo, o *escrito*). Desse modo, o conceito de documento varia de acordo com a forma apresentada por cada um desses elementos e de acordo com a concepção e interpretação das diferentes disciplinas que o têm como objeto de estudo. Nessa direção e sob a influência (indireta e/ou inconsciente) da teoria otletiana (ver capítulo 3) por enfatizar os diferentes suportes e formatos do texto escrito, Nuñes Contreras (1981, p.32) mostrou que o conceito de documento pode ser formulado em diferentes disciplinas ponderando-se a

> [...] *matéria* mediante a qual a representação se faz perceptível: pedra, pergaminho, papel, tecido, película cinematográfica etc.; pelo *meio* que se adota para fixar nessa matéria a representação: signos gráficos (gravados ou executados manualmente), pintura óleo, etc.; e pelo *conteúdo* mesmo do documento: um texto biográfico, laudatório, funerário, um testamento, um relato etc. [Ademais,] [...] o documento é algo corporal, é um ente que tem realidade; [ele pode ser apalpado]; tem espacialidade, temporalidade e causalidade. Em segundo lugar, o documento é um ser que serve de fonte de conhecimento e que demonstra ou prova algo. (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.32, tradução livre).

Nessa perspectiva, Glénisson (1961, p.137) argumentou que relativamente à sua origem os documentos podem ser *involuntários* (monumentos, vestígios arqueológicos, usos ou costumes, etc.) e *voluntários* (memórias, crônicas, obras de historiografia, etc., conhecidas vulgarmente por fontes narrativas). Quanto à natureza das fontes documentais, Valente (1978, p.191) afirmou que elas podem ser referências ou registros de manifestações:

a) *imateriais* – tradições, superstições, instituições, etc., ou seja, traços do passado que perduraram nos agrupamentos humanos; e

b) *materiais* – pirâmides egípcias, Arco do Triunfo, Coliseu de Roma, moedas, medalhas, utensílios etc., isto é, "documento" aqui pode ser, igualmente, a representação dos atos escritos em toda a variedade, manifestas em manuscritos, em impressos ou em qualquer outra forma ou função.

Como vimos no capítulo anterior, a noção de documento histórico "triunfou" com a "escola positivista". A partir da "História Positivista" passou a vigorar a seguinte prerrogativa: "não há história sem documento". Em um primeiro momento, o êxito da História pode ser associado à demasiada importância que o texto, em meados do século XIX, havia tomado, particularmente aqueles armazenados em arquivo. "A partir de então, todo historiador que trate de historiografia ou do *mister* de historiador recordará que é indispensável o recurso do documento." (LE GOFF, 1994, p.539).

Para exemplificar esse papel "soberano" do documento (associado diretamente ao texto), Le Goff retomou pressupostos expostos por Coulanges (1888), o qual mostrou a necessidade e a importância do questionamento dos textos, por parte do historiador, para que deles pudessem ser extraídas as informações necessárias para a construção na narrativa histórica. Segundo considerou Coulanges (1888),

> A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com idéias preconcebidas... A sua única habilidade (do historiador) consiste em *tirar dos documentos tudo o que eles contêm* e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos. (apud LE GOFF, 1994, p.536, grifos nossos).

Entretanto, para entendermos a acepção de documento (como fonte histórica associada ao texto) apontada por Le Goff (1994), devemos, primeiramente, recorrer aos primórdios de uma atividade que definiu os rumos da História como disciplina científica e que, por conseguinte, influenciou o trabalho do historiador contemporâneo, estando diretamente relacionada ao questionamento do texto, a saber: a crítica documental.

Conforme afirmou Valente (1978, p.196), a crítica documental foi o ponto de partida da História que estabeleceu como meta a indagação do "[...] documento [como o importante]

elemento que responde àquelas perguntas sobre o passado." Como vimos, a crítica documental foi iniciada na Idade Média, aproximadamente entre os séculos XII e XVI, e serviu de inspiração aos eruditos do século XVII para a criação da Diplomática. Além disso, conforme sublinhou Le Goff (1994, p.543), ela foi "[...] aperfeiçoada pelos historiadores positivistas do século XIX, a crítica do documento tradicional foi essencialmente uma procura da autenticidade. Ela persegue os falsos e, por conseqüência, atribui uma importância fundamental à datação."

Segundo ressaltou Bloch (1997b) e reafirmou Le Goff (1994, p.543), foi com a publicação da obra *De re diplomatica*, de Mabillon, que se fundou a "crítica dos documentos de arquivo", isto é, a Diplomática "científica" e, igualmente, se abriu caminho para a fundação da História Metódica ou "científica".

Assim, a formulação disciplinar da Diplomática resultou do aprofundamento da crítica documental diante da necessidade de distinguir os documentos falsos dos verdadeiros, ou seja, de se aferir a veracidade das informações contidas nos documentos oficiais emitidos por autoridades, mesmos os autênticos, comprometidos, por vezes, com interesses de ordem política, religiosa, etc. Nesse sentido, a História pôde, a partir desse momento, atribuir à sua crítica documental um embasamento científico.[122]

Portanto, a Diplomática passou a fazer parte do rol das "ciências auxiliares" da História quando esta última se constituiu pelo primado da objetividade e se apresentou como uma alternativa "científica" às narrativas "fantasiosas" das crônicas medievais. Para tanto, os documentos oficiais foram tomados como a principal ferramenta para a reconstituição dos fatos do passado e, desse modo, a História não podia mais prescindir destes documentos, que eram suas principais fontes de pesquisa. Sobre esse aspecto, Valente (1978, p.188) reiterou que a condição de disciplina científica da História se consolidou a partir do aprimoramento da crítica documental ao revelar que o seu objeto – o documento (diploma) – somente alcançaria *status* científico após ser submetido a uma rigorosa crítica. Segundo postulou Valente (1978, p.188):

> [...] a História se faz com documentos. É a partir deste postulado que se inicia a atividade da História científica, para a qual os mesmos documentos são a condição *sine qua non* da determinação rigorosa dos fatos, numa

[122] Sobre o desenvolvimento da Diplomática, Bauer (1957, p.360) nos mostra que essa disciplina "[...] se desenvolveu primeiramente como um ramo científico independente. [...] a Diplomática estudava as grandes massas de material diplomático e as tornava acessíveis [ao] historiador [o qual] manifestou desde logo o interesse por essa ciência que constitui hoje a coluna vertebral das exposições históricas da Idade Média."

> preocupação de paralelismo com as ciências da natureza, o "modelo" que se exigia para toda a ciência, nos idos do novecentos.

No século XX, a Diplomática passou a auxiliar também os estudos de História econômica e de História das instituições, por trazer "[...] exemplos práticos da utilização do documento." Esta "[...] finalidade foi favorecida ainda mais pela inclusão sistemática do chamado *documento privado.*" (BAUER, 1957, p.361). Continuando o raciocínio, o autor considera que a próxima tarefa da Diplomática "[...] consistirá em buscar, por um lado, o enlace com os documentos da Antigüidade e, por outro, com os produtos posteriores da vida administrativa da Idade Média."

Nesse contexto, conforme mostrou Bauer (1957, p.362), o historiador que não é "[...] propriamente um investigador dos diplomas tem que se familiarizar, desde logo, tanto quanto seja possível, com a Diplomática e dominar o conhecimento dos princípios gerais da Ciência dos Documentos." Da mesma maneira Bloch (1997b, p.128) afirmou que o historiador, ao utilizar o documento, deve "[...] indicar, o mais concisamente possível, a sua proveniência, isto é, o modo de o localizar, dever que equivale a submeter-se a uma regra universal de probidade." Continuando, Bloch (1997b, p.131) acrescentou que o questionamento do historiador aos documentos dessa categoria "[...] hesita naturalmente perante os escritos que se apresentam ao abrigo de garantias jurídicas impressionantes: diplomas oficiais ou contratos privados." Podemos nos arriscar a dizer que o autor se mostrou impressionado, principalmente, diante dos valores institucionais atribuídos ao documento os quais lhe conferem atestado de probidade intercedido quase que por um poder divino.

Não obstante, nas palavras de Bauer (1957, p.361), para analisar criticamente os documentos diplomáticos, o historiador deve

> [...] buscá-los nos arquivos e examiná-los com seus próprios olhos. As reproduções, por mais perfeitas que sejam, podem ser só uma substituição [do original]. Dado que para a finalidade da comparação dos caracteres externos é útil comparar entre si as peças que se encontram em [lugares] muito distintos e que o envio do documento é difícil ou impossível.

Recapitulando, a noção de documento/testemunho *escrito* (e de valor probatório), imperou na História tendo como precursores os pesquisadores pertencentes à *École des Chartes* e à "História Positivista" do século XIX, concepção essa questionada no século XX pelo movimento dos *Annales*.

O questionamento se deu, dentre outras coisas, diante da situação de a "História Positivista" ter atribuído, tão somente, aos documentos diplomáticos ou arquivísticos a

categoria de fonte histórica "por excelência", ou seja, aquela capaz de refletir e recriar os fatos do passado. Apesar disso, os historiadores ligados aos *Annales* não recusaram tais fontes de arquivo, ao contrário, eles apoiaram o seu estudo, desde que não se cometesse a ingenuidade de considerá-las válidas a partir do pensamento de que são portadoras de objetividade e de verdade histórica.

Le Goff (1994), enquanto representante dos *Annales*, admitiu a importância instrumental da Diplomática para o estudo dos documentos, porém, segundo o teórico, tal disciplina não seria suficiente para explicar e descrever as minúcias de um documento/monumento, como é o caso do "cartulário".[123]

Ademais, Bauer (1957, p.369) atentou para o fato de que mesmo as "[...] peças diplomáticas autênticas podem conter também falsidades históricas." Tanto para Bauer (1957) como para Le Goff (1994), se um documento diplomático for identificado como autêntico (ou não) ou verossímil (ou não), a importância é a mesma, pois para o historiador interessa saber o porquê da produção do documento, quais os motivos políticos, jurídicos, etc. que justificariam a sua emissão, quais os interesses implícitos, que, por exemplo, levariam um falsário a forjá-lo.[124]

O estudo do documento diplomático compreendido como *prova*, *instrumento*, *testemunho,* etc. contribuiu para que essa categoria de documento pudesse ser incorporada aos "[...] novos métodos da memória coletiva e da História, ao desejo de [...] provar cientificamente." Por outro lado, para a renovação da legislação e do Direito "[...] o termo *documento* colocar-se-ia em primeiro plano." (LE GOFF, 1994, p.538). Sob o prisma da disciplina histórica, o valor jurídico do documento pode se manifestar em

> [...] monumentos escritos, com existência própria e independente, mediante os quais ficam garantidas as ações jurídicas, com [...] formas determinadas que mudam segundo a pessoa, o tempo, o lugar e o conteúdo, de tal maneira que estes testemunhos escritos resultam idôneos para o cumprimento de fins jurídicos". (BAUER, 1957, p.354).

---

[123] Segundo explicou Le Goff (1994, p.548), o *cartulário* enquanto "[...] produto de um centro de poder, de uma senhoria quase sempre eclesiástica [...] deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, espiritual, mas sobretudo enquanto instrumento de poder. Foi dito, justamente, que um cartulário constituía um conjunto de provas que é fundamento de direitos."

[124] Conforme dissertou Bauer (1957, p.370), "[...] podem servir de fonte para a História [...] os documentos adulterados ou falsificados. Estes podem servir de testemunho acerca de determinadas concepções jurídicas, acerca das tendências políticas e jurídicas do falsificador ou da instituição em favor da qual se fez a falsificação ou do que se considerava como possível na época da falsificação." Assim, a "[...] cópia fiel de um original perdido, realizada com a finalidade de fazê-la passar pelo original, é diplomaticamente uma falsificação; para o historiador é, enquanto fonte, de tanto valor como o documento legítimo." (p.358).

Dessa forma, além de se apresentar como uma "ciência auxiliar" da História, em decorrência da própria característica do documento diplomático (que se manifesta sempre na forma escrita), a Diplomática também se constituiu historicamente como uma "ciência auxiliar" do Direito. Nessa direção, uma evidência importante a ser recordada consiste no fato de o desenvolvimento da escrita ter revolucionado o Direito, pois permitiu uma mudança paradigmática para a compreensão de prova jurídica. Com esse advento, a prova jurídica deixou de ser reconhecida apenas na forma oral para ser empregada, também, de forma escrita (manuscrita ou impressa), garantindo-lhe maior precisão e fidedignidade.

Vejamos, a seguir, um balanço teórico tomando como referência a análise de autores como Guimarães (1994), Nascimento (2002), Souza (1998), Tamayo (1996), Ocrospoma Pella (2001), que conceituaram o documento jurídico e que chegam a resultados muito próximos no que tange à aproximação conceitual de documento entre o Direito e a Diplomática, onde se situa, portanto, o valor jurídico do documento diplomático.[125]

De acordo com Guimarães (1994, p.70), para o Direito o documento se apresenta como aquele objeto que tem como características a sua *forma escrita*, a *representação de um ato ou fato* e a *função probatória no âmbito de um processo*. Nesse sentido, os documentos jurídicos se caracterizam por trazer formas específicas, sendo representados, por sua vez, na legislação, na doutrina e na jurisprudência sob o caráter de *fonte do Direito.* Para o autor, nem todos os documentos criados em ambiente jurídico apresentam *natureza eminentemente jurídica* (por exemplo, os atos administrativos dos órgãos públicos e privados).

Nessa perspectiva, o documento jurídico se estabeleceria como tal, quando, dentro de um sistema jurídico,[126] representasse, de forma escrita, um fato jurídico, traduzindo uma manifestação de vontade no intuito de salvaguardar direitos e deveres, individuais e coletivos, em um suporte documental, o qual se caracterizaria pela *idoneidade* de seu conteúdo e por seus elementos estruturais, que lhe confeririam *fidedignidade* e *eficácia probatória* em um determinado processo. (NASCIMENTO, 2002, p.85).

---

[125] A produção de documentos jurídicos se dá quando os povos desenvolvem a sua cultura de tal forma que se torna necessária a fixação da manifestação da vontade de diferentes segmentos para manterem uma relação jurídica, sujeita a regras, entre as partes e a autoridade jurídica, e vice-versa. Essa manifestação material (ou documental) ocorreu ao longo da História em diversos suportes e acarretou a criação de diferentes disciplinas científicas que a acompanhou, a saber: História do Direito, Epigrafia, Papirologia e aquela que se ocupa do próprio documento, a Diplomática. (BAUER, 1957, p.354).

[126] Duranti (1995, p.48) define *sistema jurídico* como uma "[...] coletividade organizada sobre a base de um sistema de regras [que] se chama sistema legal."

De forma sintética, Souza (1998) evidenciou os seguintes aspectos presentes no documento jurídico: a) existência material; b) elaboração humana; e c) demonstração material do conhecimento. Ademais, o autor observou que documento como meio de prova "[...] não é somente o escrito em papel. Podem ser documentados atos ou fatos através [de escritos, além do papel,] em madeira, pedra, gesso, plástico, etc."

A análise de Guimarães (1994) sobre a *função probatória do documento* convergiu com a do autor sobredito, por também apreender como peculiaridade jurídico-documental o predomínio da forma *escrita* em um *meio material*. Nessa perspectiva, Guimarães (1994) embasou-se em autores do campo doutrinário, dentre os quais destacamos Santos (1980, p.338), que conceituou *documento* como "[...] a coisa representativa de um fato e destinado a fixá-lo de modo permanente e idôneo, reproduzindo-o em juízo"; Rocha (1989, p.729), que o concebeu como "[...] todo escrito que corporiza uma declaração de verdade ou ciência (declaração testemunhal: destinada a representar um estado de coisas) ou uma declaração de vontade [...]"; Marques (1986, p.203), que o compreendeu como a "[...] prova histórica real consistente na representação física de um fato. O elemento de convicção decorre, assim, na prova documental, da representação exterior e concreta do *factum probandum* em alguma coisa"; e, por fim, Gagliardi e Almeida (1985, p.57) que conceberam documento como a "[...] prova casual de um fato ou ato."

Como vimos, o conceito *prova* (documental e jurídica) é um dos pilares de sustentação no contexto de um processo jurídico, cuja validade está condicionada à *lisura* (*autenticidade* e *fidedignidade*) do documento constitutivo de evidências (representativo do fato ou da ação jurídico em questão).

A *lisura documental* poderá ser indagada por meio das "disciplinas instrumentais" do Direito (Paleografia, Cronologia, etc.), dentre as quais a Diplomática assume um papel estratégico. De forma específica, a Diplomática auxiliará no questionamento "metódico" dos documentos de uma determinada situação jurídica, ou seja, auxiliará na aferição de validade jurídica dos documentos usados como meio de prova. Ademais, Duranti (1995, p.28-29) mostrou que a Diplomática serve para analisar os feitos jurídicos relevantes e os irrelevantes, tanto que "[...] sejam criados conforme um procedimento, uma rotina ou um hábito e no contexto de uma atividade [jurídica] prática."

O documento jurídico, no seu contexto de produção, apresenta uma condição relacionada à sua *origem* ou *princípio* e às suas *causas* ou *fenômenos*, sendo essa condição

denominada *gênese documental*.[127] Conforme mostrou García Rodríguez (2001, p.22), a gênese documental se diferencia da ótica diplomática pela *actio* e pela *conscriptio* (ação e redação),[128] isto é, na disposição e prova do documento (movido por um ato jurídico, *actio*, portanto) estabelecidos durante a produção e execução documental, ou seja, no momento da materialização do ato (*conscriptio*).

A produção documental de ordem jurídica pode, todavia, variar por trazer características particulares do indivíduo ou do órgão produtor, do redator e da estilística de diferentes escolas. Além disso, a exaustiva tramitação burocrática, diante da progressiva complexidade da "[...] ação administrativa contemporânea e, com ela, as atuais chancelarias, compostas por um crescente número de oficinas especializadas e fortemente hierarquizadas", representa uma dificuldade no processo de produção do documento (redação, escritura e validação) e na sua emissão (influenciando, sobretudo, pela atual configuração de sua forma e conteúdo). (GARCÍA RODRÍGUEZ, 2001, p.22, tradução livre).

Nesse contexto jurídico, encontramos: *Auctor accionis*, aquele que faz a ação jurídica; *Auctor documentati*, aquele que confecciona ou que assina o documento aparecendo na intitulação; *Destinatarius*, a quem se destina a ação jurídica e que recebe o documento; *Rogatorius*, tal categoria é encontrada apenas na Itália e corresponde aos responsáveis por confeccionar e padronizar o documento (ex.: os notários); *Dictator* ou *redactor*, aquele que compõe o texto ditando ou escrevendo a minuta; *Scriptor* ou *Ingrossator*, responsável pelo acabamento final do documento, podendo ser o próprio ditador ou escritor, e no caso das chancelarias, pode ser mais de uma pessoa. Observa-se, ainda hoje, na prática de redação de

---

[127] Segundo afirmou Bellotto (2002a, p.34, grifos da autora), para apreendermos a *gênese documental* devemos entender os processos a ela intimamente relacionados. Em outras palavras, faz-se necessário o entendimento da determinação, da prova e do cumprimento "[...] dentro de determinado setor de um determinado órgão público ou organização privada". Nesse contexto, para a Diplomática, interessa a junção de dois elementos concernentes à essência do documento público, ou seja, do "[...] *actio* (ação, fato, ato) com *conscriptio* (sua transferência para suporte e meio semântico e juridicamente credível" (p.33), levando-se ainda em consideração as facetas fundamentais da questão documentária – matéria-meio-conteúdo. "[...] Como *matéria*, podem ser visualizados os aspectos físicos estruturais (suporte, escrita, sinal de validação etc.); como *meio*, a espécie documental específica e as fórmulas predeterminadas da redação. A cada espécie [...] corresponde uma fórmula diplomática, estrutura e disposição semântica das palavras dentro do texto. *Conscriptio*, portanto. Como *conteúdo*, não deve ser entendida só a mensagem implícita no documento. Isto porque o conteúdo do documento arquivístico abarca os demais aspectos substanciais: proveniência, função do documento dentro do seu contexto de produção, a ação/fato implícitos etc. *Actio*, portanto."

[128] De acordo com Tamayo (1996, p.63), o processo criador da "[...] *actio* começa sempre com uma declaração ou manifestação de vontade da pessoa que deseja outorgar um ato jurídico pelo qual se faz nascer uma determinada situação jurídica, ou se modifica ou extingue uma situação existente. Tal declaração de vontade, quando emana de uma situação governamental ou administrativa investida de autoridade suficiente, constituirá um ato do governo ou da administração que será parte de todas as atuações e funções administrativas ou governamentais que lhe sejam próprias". Ainda segundo o autor, "[...] vez concluída a *actio* como tal negócio jurídico, se a Lei ou a vontade das partes outorgantes requerem ou desejam que aquela *actio* se faça constar por escrito, se iniciará o processo da *conscriptio* do documento." (p.68).

ofícios, em órgãos públicos, a posição, no canto inferior esquerdo do ofício (ao final deste) duas iniciais; a primeira, em maiúscula, refere-se ao *dictator* e a segunda, em minúscula, ao *scriptor*. (PAULIUS RABIKAUSKAS, 2000, tradução livre).

Essa complexa tramitação leva à transmissão de documentos dispositivos (ou constitutivos) e de documentos probatórios e testemunhais, escritos "[...] *ad substantiam* e *ad probationem* (para constituição e para prova) segundo é conhecido e admitido atendendo à natureza jurídica, própria do documento puramente diplomático, mas também a documentos [originariamente] informativos", não apresentando a pretensão de ser diferente. (GARCÍA RODRÍGUEZ, 2001, p.22-21, tradução livre).

Para analisar diplomaticamente as fontes históricas ou jurídicas (de origem pública ou privada) seria necessária a compreensão do processo de produção desses documentos que são objeto de análise e de validação das Chancelarias. Tal processo inicia-se com a elaboração da *minuta*, que contém, total ou parcialmente, o texto que se deseja outorgar, produzido, muitas vezes, com base em um "documento modelo" ou "documento prévio" (que traz um formulário) que será o referencial para a sua estilização de redação. A minuta, depois de corrigida e aprovada pelo outorgante, é reescrita objetivando-se ordenar a sua legalização em um *original*. Após realizada a confirmação, autenticação e elaboração do *original*, o documento poderá ser entregue ao seu destinatário.[129]

Para exemplificar a amplitude assumida pelos documentos juridicamente válidos em seu caráter testemunhal, Núñez Contreras (1981) expõe, mediante um fato fictício, uma suposta possibilidade de se provar a nomeação de um arquivista municipal, por meio de três categorias de documentos, os *narrativos* (ex.: artigos de jornais), os de *natureza administrativa* (ex.: comprovante de pagamento de salário) e os de natureza eminentemente *jurídica* (ex.: diploma ou documento de nomeação de cargo).[130]

Os *documentos narrativos* (testemunhais), que são comumente reconhecidos como testemunhos históricos, podem ser utilizados com finalidades distintas quando criticados, por

---

[129] De modo geral, a Chancelaria, ao obedecer à gênese do documento, no ato da produção documental traz consigo uma tradição que, por sua vez, se reflete em um estilo. Ademais, os documentos podem se apresentar como uma *minuta*, um *original*, uma *inscrição no registro* (ou seja, um reparo à minuta) ou uma *cópia* escrita. A *cópia* apresenta-se como uma reprodução "mecânica" ou "manuscrita"; e em "rolo" ou em "livros especiais" (Ex.: Livros de Registro, Livros de Propriedade e Livros de Feudos). Existe uma categoria de cópia que, depois de submetida à autenticação por autoridades, tribunais ou pessoas autorizadas oficialmente (que é o caso dos notários), pode então ser usada como um original." (BAUER, 1957, p.356).

[130] Observa-se que esses três valores documentais (documento como "fonte de informação", "documento administrativo" e "documento jurídico") são apreendidos como importantes meios de prova e integram a essência do conceito de documento diplomático, ou seja, é por essa razão que o entendimento de documento jurídico automaticamente remete à noção de documento diplomático.

exemplo, em um tribunal. Nesse caso, tais fontes poderão assumir valores jurídico e administrativo, sendo úteis para a identificação do lugar, da seqüência cronológica e do contexto em que ocorreu o fato. (NÚÑEZ CONTRERAS, 1981, p.35).

Os *documentos administrativos* são aqueles que respondem a um "[...] ordenamento da Administração e que com independência de sua funcionalidade do presente não se confeccionaram como testemunho para o futuro". (Ibid., p.35, tradução livre). Tais documentos poderão, contudo, ser acionados juridicamente como prova em uma ação jurídica ou como testemunho histórico de um determinado feito individual ou coletivo. Os documentos dessa natureza caracterizam-se por seu valor primário relacionado à sua vigência de uso. O valor secundário desses documentos aumenta conforme cumpre sua finalidade administrativa (usual), ganhando gradativamente valor histórico. (Ibid., p.36-37).

Já o *documento jurídico* abrange todas as formas documentais acima citadas. Ele recebe esse valor visto que pode ser usado em um contexto jurídico para a "garantia de direitos". Assim, o mais importante no trabalho dos especialistas do Direito consiste em localizar o valor testemunhal nos documentos escritos, para que se possa evidenciar a informação fixada (em distintos suportes) para o seu emprego como meio de prova. (Ibid., p.37).

Ao resgatar suas raízes históricas, Paulius Rabikauskas (2000) complementa as três formas concebidas por Núñez Contreras (1981) dando-lhes maior especificidade diplomática, respectivamente como *Epistulae* (fontes narrativas da História, que, de alguma maneira, se referem a assuntos jurídicos); *Mandata* (documentos de ordem administrativa e prática e não estritamente jurídica); e, finalmente, a *Acta*, que são "[...] escritos que não têm como propósito certamente testemunhar sobre um assunto ou feito jurídico, senão unicamente preparam, ou ao menos trazem à memória a ação jurídica ou o testemunho dela (documento [diplomático] em sentido estrito)."

A integração dessas dimensões do documento jurídico reafirma as idéias de Núñez Contreras (1981, p.37) quando argumentou que todo "[...] documento, ainda que não contenha uma ação de natureza estritamente jurídica, pode ter um valor legal."

Entretanto, Guimarães, Nascimento e Furlaneto Neto (2005, p.7) suscitam que os documentos tipicamente jurídicos são aqueles que trazem informações jurídicas produzidas dentro de uma vertente social e pragmática do Direito e que revelam "[...] as maneiras por meio das quais esse *corpus* teórico-conceitual tem sua implicação na sociedade, buscando dois objetivos fundamentais: a *concretização do bem comum* e a *garantia dos ideais de justiça* de uma dada sociedade." (grifos nossos). Isso ocorre à luz da norma constitucional através da

qual o Estado, em uma relação mútua com o cidadão, incumbe-se de transmitir informações públicas oficiais (provindas da administração pública) de modo a garantir a sua autenticidade.

Nesse sentido, são gerados documentos contendo informações jurídicas no âmbito da Doutrina, da Legislação e da Jurisprudência.[131] Segundo mostraram os autores sobreditos, a Doutrina é a responsável por trazer a dimensão científica e pedagógica do Direito, observando-se, sobretudo, que a "[...] informação doutrinária é que alimenta teoricamente o Direito, à informação legislativa cabe dar-lhe materialidade, por meio do conjunto de atos normativos emanados de autoridade competente." (Ibid., p.9).

Os autores observam, ainda, que "[...] ao contrário do caráter científico-argumentativo da informação doutrinária, a informação legislativa materializa-se em forma específica e estrutura interna preestabelecida, com o objetivo de promover unidade documentária". (Ibid., p.9-10). Desse modo, a informação legislativa apresenta uma dimensão estrutural (diplomática) específica, visando facilitar o cumprimento de sua função de ditame de regra de conduta. Destarte, a documentação legislativa apresenta os seguintes elementos:

- ✓ Epígrafe (identificação do tipo, do número e da data de promulgação do ato)
- ✓ Ementa (resumo da temática e dos objetivos do ato)
- ✓ Consideranda ou justificativa (razões jurídicas para a emissão do ato)
- ✓ Título ou nome do ato (individualização ocasional do ato por meio de um título designativo de sua finalidade ou de esfera de abrangência)
- ✓ Artigos (unidades semânticas de estruturação do ato), podendo dividir-se em caput (designativo de regra geral), incisos e alíneas (hipóteses de incidência) e parágrafos (exceções ou explicações). (GUIMARÃES; NASCIMENTO; FURLANETO NETO, 2005, p.10).

Por outro lado, a Jurisprudência objetiva realizar uma "[...] prestação jurisdicional específica, de modo a dirimir um dado conflito de interesses entre partes concretas e identificáveis." (GUIMARÃES, 1998, p.100). Para tanto, produz-se uma outra documentação específica, o acórdão (também conhecida como sentença de segundo ou superior grau), criada pelo juiz e sendo, outrossim, uma "[...] norma complementar do sistema objetivo do Direito, indo muito além da mera interpretação e aplicação da norma" (GUIMARÃES; NASCIMENTO; FURLANETO NETO, 2005, p.11), porquanto é baseada em fatos concretos. Relativamente ao seu conteúdo, destacam-se

[131] De acordo com Guimarães, Nascimento e Furlaneto Neto (2001, p.12), a informação jurídica encontra-se em um "[...] conjunto de documentos que, embora não integrando a tríade tradicional da Documentação Jurídica (Doutrina, Legislação, Jurisprudência), desempenha funções para tal, como é o caso dos documentos administrativos comprobatórios (certidões, atestados etc.) ou, ainda, os documentos de trâmite, que visam a instruir atos processuais (laudos, atas, cotas, informações etc.)."

> [...] a ementa, enquanto síntese do posicionamento emanado naquele acórdão e, no texto, uma estrutura tríplice que parte de uma delimitação do fato ocorrido e do direito postulado ou discutido (Relatório), de uma reflexão acerca das fontes do direito aplicáveis àquela situação (fundamentação ou voto) e de uma decisão final do colegiado, manifestando seu entendimento (Dispositivo ou Acórdão em sentido estrito). (Ibid., p.11).

No entanto, muitas vezes os conflitos de interesses em uma situação jurídica levam à manipulação do conteúdo dos documentos, gerando atividades antiéticas (e ilícitas) de adulteração dos originais existentes. Conforme ressaltou Bauer (1957, p.357), têm-se confeccionado "[...] documentos [que são] produtos da fantasia e que [procuram] ostentar as aparências de autenticidade." Nesse contexto, a Diplomática poderá auxiliar na crítica documental da fonte histórica e do documento jurídico ao questionar a sua autenticidade.

Ainda assim, não podemos esquecer que a motivação social para a realização de tais críticas se reflete na adoção de uma legislação específica para o delineamento de parâmetros normatizantes, indicativos e referenciais no tocante ao questionamento da autenticidade e da veracidade do documento como meio ou instrumento de prova em um contexto jurídico.

Em um exemplo particular de legislação dessa natureza, Ocrospoma Pella (2001) baseou-se no artigo 26 do Código Penal espanhol, o qual estabelece que o documento é "[...] todo suporte material que expresse ou incorpore dados, ações ou narrações com eficácia probatória ou qualquer outro tipo de relevância jurídica." Interpretando esse referencial, o autor dividiu conceitualmente o documento em três categorias principais: 1) um suporte material; 2) a incorporação de dados, ações e narrações (os quais só terão valor de prova se forem materializados em um suporte indelével); e 3) eficácia probatória ou relevância jurídica.

Ainda segundo pontuou Ocrospoma Pella (2001), esses documentos, sob o ponto de vista da doutrina, são apreendidos levando-se em conta as principais funções que neles devem incidir, a saber:

1) *Função de perpetuação*: fixação em um suporte determinado de um pensamento e/ou de feitos relevantes numa situação jurídica;
2) *Função de garantia*: reconhecimento da autoria do documento, ou seja, da autenticidade. "É importante que a autenticidade da declaração se reflita na coincidência entre declarante real e autor aparente do documento". Relativamente às particularidades que regem a apreensão do documento mediante essa função, podem diferenciar-se no documento o *autor substancial*,

ou seja, "[...] a pessoa que faz a declaração e o *autor formal*, o funcionário competente para autorizar o documento";

3) *Função probatória*: é um dos elementos de maior importância, pois refere-se àquele documento que serve para provar algo, dependendo, necessariamente, da veracidade do conteúdo da declaração de pensamento condicionado às normas legais.

Trazendo tal temática para o contexto do Código de Processo Civil brasileiro, observamos que o artigo 332 trata da abrangência do documento como meio de prova.[132] Segue a redação do respectivo artigo:

> Art. 332 – Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa. (BRASIL, 2001).

Dessa forma, quando se diz que o instrumento de prova cabe a "todos os meios legais", amplia-se a noção de documento/testemunho no contexto jurídico, pois este poderá ser representado (ou se apresentar) em uma grande variedade de suportes e formas. Contudo, quando se menciona que tais documentos devem ser "moralmente legítimos", evidencia-se que o valor de prova documental só será conferido se o documento, depois de submetido a uma criteriosa avaliação por *autoridades legítimas*, não entrar em desconformidade com as exigências que o Código (ou a Lei) impõe. Vejamos, a seguir, algumas restrições (relativamente à reprodução mecânica e cópia de documento particular) que podem definir a *autenticidade* e a *legitimidade* do documento em juízo:

> Art. 383 – Qualquer reprodução mecânica, como fotográfica, cinematográfica, fonográfica ou de outra espécie, faz prova dos fatos ou das coisas representadas, se aquele contra quem foi produzida lhe admitir a conformidade.
> Parágrafo único – Impugnada a autenticidade da reprodução mecânica, o juiz ordenará a realização de exame pericial.
>
> Art. 385 – A cópia de um documento particular tem o mesmo valor probante que o original, cabendo ao escrivão, intimadas as partes, proceder à conferência e certificar a conformidade entre a cópia e o original.

---

[132] O documento jurídico como meio de prova é tratado no Código de Processo Civil (BRASIL, 2001), no Livro II, Título VIII Do procedimento Ordinário, particularmente, no Capítulo VI *Das provas* – arts. 332 a 443. Essa temática também é abordada, sob o ponto de vista da falsidade documental, no Código Penal (BRASIL, 1999), na Parte Especial, Título X Dos crimes contra a Fé Pública, especificamente, no Capítulo III *Da falsidade documental* – arts. 296 a 305.

> §1º - Quando se tratar de fotografia, esta terá de ser acompanhada do respectivo negativo.
> §2º - Se a prova for uma fotografia publicada em jornal, exigir-se-ão o original e o negativo. (BRASIL, 2001).

Como vimos, a lei brasileira estabelece parâmetros para evitar que reproduções ou cópias sejam usadas sem uma garantia prévia de que seu conteúdo seja *autêntico* e *verídico*. Um outro dispositivo presente no Código diz respeito à *veracidade* documental e encontra-se no seguinte artigo:

> Art. 387 – Cessa a fé do documento, público ou particular, sendo-lhe declarada judicialmente falsidade.
> Parágrafo único – A falsidade consiste:
> I – em formar documento não verdadeiro;
> II – em alterar documento verdadeiro. (Ibid.).

O documento (público ou particular) submetido a essa legislação deixará de ter *fé pública* quando a sua *veracidade* e/ou *autenticidade* for questionada por análise técnica de profissionais, tais como historiadores, paleógrafos, diplomatistas, etc., e por autoridades (Juízes de direito, etc.); considerando, particularmente, as funções de *perpetuação*, de *garantia* e de *prova* expostas anteriormente por Ocrospoma Pella (2001).

Nesse contexto, a Diplomática se apresenta como uma disciplina instrumental relevante para o Direito, pois, além de o conceito de documento diplomático contemplar a gama de documentos de interesse em um sistema jurídico, o "método diplomático" pode auxiliar fornecendo procedimentos técnicos para a análise da forma e do conteúdo documental (caracteres externos e internos). Em outras palavras, tal "método" pode subsidiar o processo de apreensão e valorização do documento jurídico como *meio de prova*.

Entretanto, não podemos desconsiderar a problematização apresentada nos itens 1.2 e 1.3 acerca da não objetividade do documento, na medida em que este, desde a sua produção até a sua permanência e/ou armazenamento, é fruto de um ato valorativo de atribuição de significados e de sentidos os quais são sujeitos a interesses de diferentes ordens (político, ideológico, religioso, etc.).

Ademais, todo documento jurídico possui certo grau de subjetividade por expressar um ato interpretativo e, além disso, recebe a influência do contexto sociocultural que o permeia. Conforme assinalaram Guimarães, Nascimento e Furlaneto Neto (2005, p.23),

> [...] o documento jurídico parece agregar determinados valores ao conter elementos voltados para seu objetivo probatório e/ou comprobatório, como

> também parece não deixar dúvidas quanto a sua percepção de documento no âmbito da Ciência da Informação e áreas afins, enquanto informação potencial podendo ser utilizada para gerar novo conhecimento ou, dentro de um contexto sociocultural, enquanto registro da história da humanidade.

O valor probatório de um documento diplomático pode ser observado a partir da sua relação com outros documentos tendo como referência o seu contexto de produção e/ou de acumulação. Em outros termos, o valor probatório desse documento pode ser aferido mediante a análise da função originária do documento presente desde sua *gênese*, em relação direta com a pessoa ou entidade produtora/acumuladora. Cabe salientar que essa relação pode ser favorecida em um lugar *secularmente consagrado* – o *arquivo* – que se constitui como uma instituição encarregada de armazenar, conservar, preservar e gerenciar documentos que, por princípio, apresentem valor probatório potencializado quando integrados em um conjunto arquivístico.

A constituição conceitual do documento diplomático assumiu uma dimensão complementar e de maior nitidez com a integração dos valores histórico e jurídico-administrativo, decorrente da gradual aproximação entre a Diplomática e os estudos arquivísticos, resultando, dentre outras coisas, na fusão da acepção de documento diplomático e de documento arquivístico.

Apresentaremos, a seguir, algumas abordagens conceituais de Diplomática Contemporânea (disciplina que nasceu dessa aproximação entre a Diplomática e a Arquivística)[133] e do conceito de documento diplomático que dela decorre (no entrelaçar dos valores histórico e jurídico-administrativo), considerando, sobretudo, sua dimensão instrumental. Tais aspectos nos levam a apreender o desenvolvimento da Diplomática "clássica" em direção às distintas demandas sociais de uso documental, em particular, àquelas que levaram criação da Diplomática Contemporânea marcada pela apropriação do "método diplomático" pela Arquivística.

O desenvolvimento da Diplomática Contemporânea ocorreu durante o século XX, particularmente após a Segunda Guerra Mundial. Todavia, a Diplomática e a Arquivística tiveram, historicamente, uma estreita relação se considerarmos a aproximação quase

---

[133] Conforme discorreu Duranti (1995, p.20), a Arquivística é uma ciência muito antiga e é registrada desde a produção de pequenos tratados intitulados *de archivis* nos séculos XVII e XVIII, que continham instruções sobre a "[...] criação, ordenação e descrição de documentos correntes", na análise, principalmente, de formulários e regulamentos de chancelarias. Entretanto, a autora atenta para o fato de que foi somente após a Revolução Francesa que "[...] os arquivistas passaram da administração de documentos correntes ao cuidado das *fontes históricas*", na aplicação dos princípios de classificação apreendidos nas oficinas administrativas.

sinonímica da noção de documento diplomático e de documento arquivístico, atribuída pelos historiadores do século XIX.

Porém, a relação entre essas disciplinas se instituiu, em grande medida, quando a Arquivística se apropriou do "método diplomático" como um importante instrumental para suprir as novas demandas documentais, com ênfase particular no gerenciamento de documentos jurídicos e administrativos (públicos e privados), presentes nos arquivos correntes. Vejamos, a seguir, como se deu tal apropriação observando o conceito de Diplomática Contemporânea e o de documento diplomático.

No plano teórico, observamos que ocorreu uma diferença de enfoque entre as escolas diplomáticas mais influentes, pois enquanto a escola alemã direcionou os seus estudos diplomáticos aos documentos públicos, a tradição francesa deu maior ênfase à transmissão documental e foi a responsável pela ampliação do conceito de documento arquivístico por considerar, também, os documentos escritos não medievais; já a escola italiana tinha como prioridade a busca pela autenticidade dos documentos privados (notariais), assumindo importante papel para o estudo dos documentos administrativos gerados nas organizações modernas. Exporemos, logo em seguida, a contribuição dos autores que consideramos ser referências nas respectivas escolas e que, histórica e teoricamente, exerceram influência sobre a constituição da Diplomática Contemporânea.

Como observamos, os estudos do alemão Theodor von Sickel (1826-1908) foram importantes, juntamente com os de um outro alemão, Julius Ficker (1828-1902), para o desenvolvimento da Diplomática Moderna. Sickel buscou aperfeiçoar e ampliar o "método diplomático" quando propôs a comparação entre os textos escritos gerados no setor público para identificar o estilo de cada oficina especializada (chancelaria). Dessa comparação, o autor observou que as formas documentais equivalentes poderiam diferenciar-se umas das outras se produzidas em oficinas diferentes, de acordo com o "estilo" de cada oficina produtora. Assim, a partir das observações de Sickel, nasceu a preocupação científica para o estudo das formas documentais, embora esse enfoque tivesse se aperfeiçoado somente na segunda metade do século XX, com a incorporação do "método diplomático" no rol dos estudos dos tipos documentais arquivísticos.

Observamos, todavia, que a escola diplomática francesa iniciou-se com o ensino e os estudos desenvolvidos na *École des Chartes*. A essa *École* se atribui a responsabilidade pela inserção da Diplomática na academia, principalmente, com o emprego instrumental do "método diplomático" pelos historiadores que tinham como "laboratório" os arquivos

acumuladores de suas matérias-primas, os documentos (em princípio, somente os escritos medievais).

Contudo, a relação interdisciplinar entre Diplomática, História e Arquivística se estreitou somente na década de 1960, quando Robert-Henri Bautier, professor da *École*, defendeu que o objeto de estudo da crítica diplomática poderia compreender todos os documentos de arquivo (de qualquer época, proveniência e conteúdo), não se restringindo aos escritos medievais. Desse modo, firmar-se-ia a fusão conceitual entre documento diplomático e documento de arquivo. Sob essa ótica, a instituição arquivo definiu não apenas a prática historiográfica, mas também a prática da crítica diplomática. Nesse contexto, os arquivistas tiveram uma maior autonomia para realizar estudos diplomáticos em documentos administrativos de modo a auxiliar no processo de gerenciamento de arquivos correntes. (GALENDE DÍAZ; GARCÍA RUIPÉREZ, 2003, p.15).

Somando-se aos estudos de Bautier, um outro francês, Georges Tessier (1952, p.13), compreendia que o objeto da Diplomática era a "[...] descrição e explicação das formas do documento escrito" na sua condição de provar algo. Sobre esse assunto, Galende Díaz & Garcia Ruipérez (2003, p.14) dissertam que o termo "forma" pode ser considerado a "[...] palavra-chave da Diplomática, entendendo por ela não somente os caracteres externos do documento, mas também sua disposição material e a ordenação interna do texto, o *discurso diplomático*." (tradução livre).

Não obstante, essa relação interdisciplinar entre Diplomática e Arquivística, para a criação da Diplomática Contemporânea, ganhou nitidez e contorno com a publicação do livro *Il documento contemporaneo e criteri di edizione*, escrito pela italiana Paola Carucci (1987). Nesse livro, a autora buscou aplicar o "método diplomático" a documentos públicos administrativos no entendimento de que a produção do documento diplomático ocorreria "naturalmente" no curso normal das funções administrativas de uma organização. É importante frisar que Carucci (1987) contribuiu ao aproximar a Diplomática ao universo arquivístico, particularmente, àquele relacionado ao arquivo corrente que necessita de um processamento técnico adequado para viabilizar a sua dinâmica particular.

Então, podemos observar que existe uma variedade considerável de interpretações, levando-nos ao seguinte questionamento: existe consenso relativamente à posição da Diplomática Contemporânea no campo do saber? Ou, ainda: a Diplomática se alinha mais a uma *ciência*, a uma *disciplina* ou a um mero *processo*? Para a compreensão conceitual do documento diplomático, consideraremos, a seguir, as interpretações de autores que, ao

conceituá-lo, tendem a priorizar, em diferentes proporções, os valores históricos, jurídicos e administrativos.

A importância do estudo dos diplomas, como uma fonte histórica, fora resgatada por Cruz Mundet (2001) ao argumentar que a Diplomática é a disciplina que busca, no *processo de tratamento documental*, analisar criticamente todo o conjunto documental, em outras palavras, que procura considerar todas as partes constitutivas do documento. Ela se atém, especialmente, a sua forma, gênese, evolução, tradição e conservação, "[...] dispondo da dita análise no sentido de averiguar sua autenticidade, saber se é verdadeiro ou falso, se está no todo ou em parte, e estabelecer seu valor como fonte histórica." (tradução livre).

Por outro lado, Riesco Terrero (2000, p.91) compreendeu a Diplomática como uma disciplina "científico-técnica" autônoma e que auxilia, preferencialmente, a História na relação com as "fontes" ou "meios de prova" consagrados pelo Direito, mediante métodos próprios, notadamente, "genérico-comparativo" e "analítico-crítico documental".

Seguindo a concepção de documento que vigorou no século XIX, Riesco Terrero (2000) considerou que o campo da Diplomática está bem delimitado nas "fontes documentais escritas", ou seja, nos testemunhos-prova fixados por escrito, de natureza e conteúdo variados e de caráter principalmente histórico e jurídico-administrativo. Esses documentos são emanados e utilizados por autoridades, instituições e indivíduos com a categoria de instrumentos testemunhais de inter-relação e de garantia, características estas que evidenciam sua importância na condição de fonte de informação, de perpetuação e de memória.

Destarte, a riqueza de fonte histórica dos documentos incide no caráter normativo da ação de regular uma infinidade de atos, negócios, atividades, direitos e obrigações, os quais aparecem sempre revestidos, em maior ou menor grau, de requisitos formais e de determinados caracteres extrínsecos e intrínsecos, exigidos por lei ou por usos e costumes que se convencionam com valor de norma e que afetam diretamente a sua estrutura, teor, conteúdo, solenidade, validez, categoria e tipologia.[134]

---

[134] Além dessa definição, o autor mostra que a Diplomática se configura enquanto uma "[...] ciência-técnica historiográfica do documento e da documentação [...] correspondente ao estudo e identificação da natureza do documento isolado ou em conjunto e da documentação gravada, escrita, audiovisual, eletrônica etc., normalmente em relação com a idêntica procedência, época e conteúdo. Mas também cai dentro de seu campo e atividade a valorização desde distintas perspectivas, sem omitir, por suposto, a comunicação-informativa, a de instrumento de prova, titularidade e autenticação, e, muito menos, a histórica, jurídico-administrativa, filológica, lingüística, política, social, antropológica, artística e psicológica." (RIESCO TERRERO, 2000, p.93, tradução livre).

Para o autor supracitado, a Diplomática constitui, efetivamente, uma disciplina cujo principal objetivo consiste em um rigoroso estudo e análise crítica de documentos, permitindo e visando determinar, dentre outras coisas:

> a) a origem, procedência, caráter, época, autoria e destinatário da documentação;
> b) seu conteúdo, tipologia e grau de tradição ou transmissão;
> c) o valor testemunhal e o grau de credibilidade e autenticidade que merecem e têm os documentos enquanto testemunhos históricos de inter-relação, algo cujo conteúdo pertença ao campo econômico, financeiro, bancário, comercial, político, religioso, artístico... e, também, como instrumentos e escrituras jurídico-administrativas de titularidade e de prova e, finalmente;
> d) a descoberta – para múltiplos fins científicos, culturais e sociais – de outros valores e aspectos, sem dúvida subsistentes neles, bem de tipo histórico, legal, jurídico e administrativo, bem de ordem social, artística, [...] judicial, lingüística, institucional, etc. [...] aspectos, em muitos casos, indispensáveis para a reconstrução científica da história local e geral [...] (RIESCO TERRERO, 2000, p.91, tradução livre).

A citação demonstra que, além da proximidade disciplinar entre a Diplomática, a História e o Direito, existe também o acercamento entre a Diplomática e a Arquivística. As características apresentadas remetem ao documento tipicamente de arquivo (escrito), que é o *locus* das práticas arquivísticas. A tal documento são atribuídos valores histórico e jurídico-administrativo os quais possibilitam identificar a procedência e a natureza conteudística (e tipológica), estrutural e funcional do documento por meio da aferição da autenticidade por meio do "método diplomático".

Nessa perspectiva, Heredia (1988, p.25) enunciou que a Diplomática é a "[...] ciência que estuda os diplomas, entendido estes como sinônimos de documentos." Para a autora, o documento jurídico é aquele que atrai e centraliza a atenção da Diplomática, sendo também considerados relevantes os documentos administrativos e os armazenados em arquivos.

Ampliando ainda mais o conceito de documento diplomático/arquivístico, Duranti (1994, p.61) compreende que a Diplomática é a ciência que se desenvolveu com o objetivo de resolver os questionamentos e esclarecer conceitos arquivísticos que se desenvolveram no decorrer dos séculos. Portanto, a Diplomática se constituiria "[...] no âmago do conhecimento arquivístico, já que seu objetivo de investigação é o *registro documental.*" (grifos nossos).

Embora Sánchez Prieto (2000, p.710) defendesse que a Diplomática estivesse mais alinhada às ciências e às técnicas instrumentais historiográficas e Duranti (1995, p.20) que essa disciplina, em grande medida, tivesse contribuído para os estudos arquivísticos

contemporâneos, ambos convergem teoricamente ao exporem as duas vertentes de estudo diplomático – a *Diplomática geral* e a *Diplomática especial* – que, em maior ou menor grau, vêm trazendo contribuições metodológicas para o estudo do documento de valor histórico e arquivístico. Esse é o ponto central para entendermos a "fusão" dos interesses e abordagens teóricas de ambos os autores.

Como o próprio nome sugere, a *Diplomática geral* é a vertente que tem como preocupação observar o desenvolvimento teórico da Diplomática com um maior distanciamento, voltada a sua apreensão disciplinar. Nessa direção, ela objetiva analisar o conceito, o objeto, o método e a história da Diplomática, juntamente com o conceito de documento, sua gênese, transmissão e estrutura, incluindo também o estudo dos caracteres *intrínsecos* ou *extrínsecos*.

Já a *Diplomática especial* é a vertente que se ocupa do estudo aplicado da tipologia documental, ou, em outras palavras, dos documentos e dos conjuntos documentais, das chancelarias e das instituições de expedição. Assim sendo, ela é a vertente que se dedica ao estudo empírico dos documentos, mediante o "método diplomático", considerando a individualidade estrutural e conteudística de cada documento, e ainda, a sua possível inserção em um conjunto documental (arquivístico) no qual se possa observar a sua relação orgânica com outros documentos de mesma natureza, emitidos e/ou armazenados por entidades produtoras e/ou acumuladoras comuns.

Podemos dizer que a *Diplomática geral* é composta por um corpo de conceitos, os quais, ao serem aplicados em uma infinidade de casos individuais e particulares, conotam a esta a função crítica da Diplomática, isto é, da *Diplomática especial*. Portanto, a *teoria* (*Diplomática geral*) e a *crítica* (*Diplomática especial*) se influenciam mutuamente, na medida em que, enquanto a *Diplomática especial* analisa situações específicas apropriando-se da teoria, a *Diplomática geral* a guia e controla em um processo de retroalimentação.

Considerando tais vertentes (teórica e prática), Duranti (1995, p.20) argumenta que a Diplomática Contemporânea é a disciplina científica "[...] que estuda a gênese, formas e transmissão de documentos arquivísticos e sua relação com os fatos por eles representados e seu criador, com o fim de identificar, avaliar e comunicar sua verdadeira natureza."

Como vimos, a Diplomática se desenvolveu tendo um relacionamento profícuo com outras disciplinas que, de certo modo, se interessavam e/ou tangenciavam a crítica documental. A compreensão da relação da Diplomática com outras disciplinas vem auxiliar na apreensão contemporânea da Diplomática.

Todavia, não existe consenso quanto à configuração acadêmica da Diplomática. Por exemplo, Heredia (1988) a considera como uma *ciência*, o que, por vezes, tem gerado certo desconforto entre alguns pesquisadores, pois isso lhe conferiria uma grande responsabilidade. Nesse sentido, para Riesco Terrero (2000), a Diplomática está mais associada a uma *disciplina científico-técnica*, ou seja, embora apresente uma *teoria* (*Diplomática geral*) e um objeto e método próprio, ela tem como característica ser uma disciplina com razões e objetivos *aplicados* (*Diplomática especial*). Sob um outro raciocínio, Cruz Mundet (2001) a considera simplesmente como um *tratamento documental* (processamento técnico-documental).

Salientando os aspectos de crítica documental para testar a *fidedignidade* e *autenticidade* dos documentos, Riesco Terrero (2000) mostrou que a Diplomática objetiva "[...] fazer um rigoroso estudo e análise crítica de documentos"; no entanto, Cruz Mundet (2001) vai além, pois para o autor essa disciplina "[...] analisa criticamente o conjunto documental, em especial, a forma, gênese, evolução, tradição e a conservação" dos documentos. Nessa linha, conforme afirmou Bellotto (2000), a Diplomática "[...] estuda a estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial". Notamos, nesses três exemplos, uma ênfase na função prática ou instrumental da Diplomática pautada na "crítica documental". Contudo, consideramos que uma outra função importante da Diplomática esteja presente na concepção de Duranti (1994), haja vista que para a autora essa disciplina visa "[...] resolver os questionamentos e os conceitos arquivísticos", e tem, portanto, uma função teórica.

Nesse contexto, cabe ressaltar que os objetivos teórico-práticos da Diplomática ganharam forma porque ela desenvolveu pretensamente um método próprio, o "método diplomático", o qual, segundo Riesco Terrero (2000), apresenta-se como "genérico-comparativo e analítico-crítico-documental."

Em síntese, essa disciplina tem como principal objeto de estudo o *diploma*, subentendido como documento (HEREDIA, 1988), ou seja, as "fontes documentais escritas" (RIESCO TERRERO, 2000) que têm natureza *jurídica* (BELLOTTO, 2000), e/ou, somando-se a ela, também apresentam natureza *administrativa*, podendo ser os documentos *armazenados em arquivos* (HEREDIA, 1988). Portanto, segundo Riesco Terrero (2000), o documento diplomático tem caráter eminentemente *histórico* e *jurídico-administrativo*. Além disso, a Diplomática possui objetivos de natureza aplicada e teórica (revelados na teoria diplomática e na crítica diplomática), a partir de um objeto multifacetado – o documento – em

seu valor jurídico e administrativo e, por conseguinte, valor arquivístico e histórico, revelando um método ou procedimentos técnicos próprios.

Não obstante, observamos que a Diplomática objetiva estudar a tradição e a forma de elaboração e produção dos documentos, visando julgar sua *fidedignidade*, sua *autenticidade* e sua *validez*. Ademais, busca desenvolver reflexões teóricas ao encontro da teoria arquivística, propondo o estudo não somente do documento isolado, mas também daqueles que fazem parte dos conjuntos arquivísticos.

Em suma, a Diplomática Contemporânea constitui-se como a ampliação da Diplomática "clássica",[135] sendo também conhecida como Diplomática Arquivística ou Tipologia Documental. O seu estudo segue em direção à *gênese documental*, convergindo e se contextualizando nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora, tendo como objeto o *tipo documental* na medida em que este traz consigo a "lógica orgânica dos conjuntos documentais",[136] ao contrário da Diplomática "clássica" que, como vimos, tem como objeto a *espécie* documental. (BELLOTTO, 2002a, p.19-20).

Esclarecendo essa questão, a Diplomática leva em consideração a *espécie documental* e todos os seus aspectos formais, físicos e intelectuais, ou seja, aqueles aspectos que garantem validade jurídico-legal da "unidade documental"; já a Tipologia Documental considera tais aspectos diplomáticos somados à diversidade do *tipo documental* referente ao coletivo orgânico do qual faz parte.

Portanto, o estudo da Tipologia Documental se direciona à crítica do *tipo documental*, que integra as séries arquivísticas evidenciando as atividades e as funções que a entidade produtora e/ou acumuladora atribui aos documentos. Assim, os tipos documentais se

---

[135] Conforme explicou Bellotto (2001), foram as teóricas italianas Paola Carucci e Luciana Duranti as maiores responsáveis, nas décadas de 80 e 90, por conferirem à Diplomática o seu sentido moderno. Tal disciplina também é conhecida como Diplomática Moderna, Diplomática Especial, Diplomática Aplicada à arquivística ou Tipologia Documental.

[136] Podemos dizer que a Diplomática Contemporânea ou Tipologia documental será instrumentalmente relevante para os estudos arquivísticos, na medida em que auxilia no processo de constituição dos "conjuntos arquivísticos" ou "fundos" por meio do respeito aos princípios da "proveniência" e da "procedência" (ou ordem original). Conforme mostra Lopes (1996), ao princípio da proveniência interessa a origem, ou seja, quais os órgãos geradores dos documentos que representam a materialização de sua memória. Já o princípio da procedência está pautado na forma de organização dos documentos arquivísticos em "conjuntos arquivísticos" ou fundos que procuram manter a organização de seus órgãos geradores, seguindo muitas vezes o seu organograma. Este princípio facilita a visualização da dinâmica organizacional da instituição. Citando Camargo (1993), podemos dizer que na Arquivística tais princípios ocupam uma posição central para que os arquivos cumpram a sua finalidade prática (de natureza jurídica, administrativa e histórica) ao contemplar "[...] os diversos estágios por que passam os documentos, de modo a viabilizar a própria existência da instituição a curto, médio e longo prazo."

correspondem diplomaticamente (função e estrutura) por desempenharem uma atividade (jurídica ou administrativa) idêntica ou similar. (BELLOTTO, 2002a, p.19).

Se considerarmos a doutrina arquivística, podemos dizer que a Tipologia Documental se sobressai em relação à Diplomática "clássica", pois, além de ter como objeto a estrutura formal do documento, também valoriza e dá importância aos procedimentos administrativos, "[...] dando relevância ao conjunto orgânico no qual o documento se situa, e não ao 'discurso' de cada um." (HEREDIA, 1988).

Compreendemos que esse aspecto apontado por Heredia é a grande contribuição da Tipologia para a Arquivística, pois a primeira permite categorizar as espécies em tipos documentais que, por sua vez, refletem "[...] algo exterior ao documento em si, diplomaticamente" (BELLOTTO, 1990, p.6), isto é, expressam os atos e a estrutura administrativa do conjunto documental a que pertencem.

Entretanto, de acordo com Bellotto (1990, p.12), existem dois caminhos para a realização dos estudos tipológicos em arquivos:

1) ou se parte da Arquivística, ou seja, da "[...] entidade, de seu enquadramento nas funções do Estado, das suas atividades específicas, do estudo orgânico dele para, a partir da própria administração, chegar ao documento";

2) ou se parte da Diplomática, isto é, do "[...] documento-indivíduo, da sua decodificação, do seu estudo anatômico para, da espécie, chegar ao genérico, e daí até a atividade a que corresponda".

Embora tais caminhos sejam distintos, segundo apontou a autora, o resultado encontrado será o mesmo, pois em ambas as vertentes será possível atingir o ponto de encontro entre o documento (suporte-meio), isto é, seu lugar, e a sua função administrativa (o que se pretende com o documento).

Vale destacar que autores brasileiros como Bellotto (1990, 2001, 2002), Guimarães (1994; 1998) e Rondinelli (2002) encontraram subsídios teóricos e metodológicos nos estudos tipológicos da pesquisadora italiana radicada no Canadá, Luciana Duranti, tendo sido por ela influenciados. Duranti desenvolveu e coordenou o projeto InterPARES (*International*

Research on Permanent Authentic Records in Eletronic Systems) na University of British Columbia, em Vancouver, Canadá.[137]

As investigações realizadas por Duranti foram um marco para o estudo arquivístico de documentos contemporâneos, tendo na tipologia um instrumento importante para recriar o contexto de produção e acumulação do conjunto documental que constituirá o fundo arquivístico.[138]

Um dos pilares dos estudos de Duranti (1994; 1995) está na concepção de *documento diplomático* como sinônimo de *registro* (analógico ou digital), que evidencia uma ampliação conceitual de seu objeto de estudo que passou a compor aqueles documentos que não eram tipicamente arquivísticos, principalmente, por não se restringirem aos suportes analógicos convencionais (por exemplo, o documento escrito em suporte papel), considerando, igualmente, os suportes digitais com as particularidades que os diferenciam.

A ampliação conceitual de documento diplomático proposta por Duranti é relevante para a assimilação dos aspectos que influenciam o processo de *produção*, a *natureza* e as *características* do registro; tais aspectos podem influir, outrossim, na configuração da *forma documental* (estrutura), da *função* (conteúdo escrito para uma finalidade) e do *contexto sociocultural* de produção e armazenamento. O estudo desses aspectos permite a análise tipológica para a apreensão dos elementos de autenticidade dos registros que compõem os conjuntos arquivísticos, também constituídos pelos sistemas gerenciados eletronicamente. (DURANTI, 1995, p.188).

Dentro da perspectiva tipológica proposta por Duranti (1995), o registro se caracterizaria essencialmente por sua *autenticidade*, a qual assumiria o papel de um testamento de criação e/ou de manutenção por um indivíduo ou entidade (pública ou privada); por sua *naturalidade*, entendida como a espontaneidade na qual o registro será produzido para cumprir uma determinada função; pelo *inter-relacionamento* inevitável entre os diferentes registros na lógica dos conjuntos arquivísticos; e por sua *unicidade*, que corresponde à função única que um determinado registro terá, por exemplo, em um contexto jurídico-administrativo.

---

[137] A primeira parte do projeto analisou a estrutura de documentos gerados e mantidos eletronicamente. De uma maneira mais específica, essa pesquisa buscou desenvolver sistemas digitais de produção e preservação de registros mediante o estudo da sua autenticidade diplomática.

[138] Observamos tal constatação na investigação desenvolvida por Tognoli (2007), que demonstra o quão influentes foram os estudos liderados por Duranti (1995; 2001) no bojo do Projeto InterPARES, pois estes se constituíram como um marco teórico para o desenvolvimento da Arquivística e da Diplomática Contemporânea.

A acepção *autenticidade* tipológica de Duranti (1995) converge com a de Fuster Ruiz (1999), que a apreende como um dos valores mais importantes no documento arquivístico. Para Fuster Ruiz, a questão da autenticidade ficou mais complexa com os novos suportes (eletrônicos, digitais, etc.) por serem dificilmente reconhecidos em Tribunais de Justiça e em outras instâncias.

A *objetividade* seria um outro atributo do documento arquivístico destacado por Fuster Ruiz (1999, p.107). A espontaneidade e a ausência de traços subjetivos, gerados supostamente durante o processo de produção documental, refletiria na objetivação dos documentos arquivísticos. Para esse autor, tais documentos não passariam pelo crivo da interpretação (crítica, subjetiva e técnica).

Uma outra qualidade do documento de arquivo seria a sua *originalidade*, por ser ele produzido "naturalmente" durante o trabalho habitual da vida administrativa, pública ou privada, emitido em peças soltas (geralmente na forma manuscrita) e em meios impressos (em originais múltiplos).

O caráter *seriado* (conjunto orgânico) corresponderia a uma outra característica dos documentos de arquivo. Conforme explicou Fuster Ruiz (1999, p.107), os documentos arquivísticos compõem famílias de documentos (de mesma espécie ou de mesma tipologia) em "séries documentais." Nesse sentido, o documento de arquivo se "[...] condiciona aos demais documentos de sua série e é condicionado por ela." (tradução livre).

A *origem funcional* seria uma última característica apontada pelo autor e corresponde à relação do documento arquivístico com a pessoa ou entidade produtora/acumuladora. De acordo com Fuster Ruiz (1999, p.107), tais agentes podem atuar ativa (quando produtores/acumuladores) e passivamente (quando destinatários dos documentos). Dessa forma, os documentos trazem "naturalmente" aspectos relativos à identidade da pessoa ou do órgão produtor, podendo ser observados aspectos particulares (estilo de confecção, traços da cultura organizacional da entidade geradora, etc.).

Em contraposição à concepção positivista de documento arquivístico/diplomático de Duranti (1995) e de Fuster Ruiz (1999), Cook (1998; 2001) defendeu que a Arquivística deveria se enquadrar nas premissas pós-modernas de ciência.

Segundo apontou o autor, isso levaria a uma maior valorização dos processos e da dinâmica do contexto de produção documental[139] em detrimento da sobrevalorização do texto

---

[139] Como explicou Cook (2001, p.7), o contexto está por detrás do texto. Tal contexto influirá no texto, ou seja, na estrutura documental residente no sistema de informação, pois tal estrutura é construída por meio de convenções narrativas que se apresentam mais importantes do que a coisa objetiva em si ou seu conteúdo. "Os

escrito.[140] Desse modo, os teóricos da Arquivística deveriam deixar de valorizar os referenciais orientados pelos universais absolutos (a-temporais) defendidos pelos modelos modernistas de ciência. Contudo, a mudança rumo à elaboração de novos conceitos para a disciplina deveria ocorrer sem se desprezar os conceitos antigos, embora estes devessem ser considerados à luz das transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, perceptíveis, por exemplo, nas instituições, na profissão arquivística e na natureza dos documentos/registros.[141]

No tocante à renovação da natureza do registro, o autor argumenta que o documento deixou de ter a preponderância no caráter estático e físico ao abranger um conceito mais dinâmico e virtual, correspondendo às alterações de atitude do sujeito produtor, mediador e receptor da informação. Essa abertura de possibilidades do registro exigiu que o profissional arquivista assumisse uma postura ativa para a formação da memória humana e organizacional em um contexto de instituições também não mais estáticas e rigidamente hierarquizadas, movendo-se em direção a uma rede horizontal de trabalho. Nesses termos, Cook (2001) observou a premência da inovação de postura do arquivista tradicional, que deixa de ser um guardião passivo (herança legalista), para ter uma atuação ativa na promoção da memória coletiva ou social.

Como assinalou o autor, para se pensar uma mudança paradigmática na Arquivística, seria necessário que as pesquisas acadêmicas e as formulações teóricas não se limitassem aos "princípios arquivísticos centrais" (proveniência, respeito aos fundos, contexto, evolução,

---

fatos nos textos não podem ser separados dos seus desdobramentos e da interpretação do passado, nem o autor do assunto ou do seu público, nem o autor da sua obra (*authoring*), nem a sua obra do contexto. Nada é imparcial, nada é objetivo. Nenhum texto é um mero e inocente subproduto da ação humana."

[140] Conforme sublinhou Cook (2001, p.7), os textos (incluindo imagens) são uma forma de narração mais preocupada em construir a consistência e a harmonia proposta pelo autor, aumentando a posição de seu ego, conformando-se para a organização de normas e de discursos retóricos padrão. Em outras palavras, os textos são, para Cook, a evidência de atos e fatos que podem seguir uma moldura legal ou jurídica. Dessa forma, o texto pode refletir inconscientemente o padrão do comportamento social e o seu processo de organização de modo a trazer elementos perceptíveis do mundo real.

[141] Tais mudanças foram sintetizadas na análise de Cook (1998, p.134), tal como segue: "Hoje existem numerosos sistemas de armazenamento de informações, em muitos meios, em muitas subseções ou subsubseções de uma mesma instituição, que não mais 'correspondem' de perto à organização estrutural interna às múltiplas funções do órgão criador que, por sua vez, é cada vez mais complexo, desorganizado, descentralizado, transitório e, até mesmo, de caráter virtual, quando coopera, compartilhando funcionários, com outras organizações na realização de um trabalho. Tampouco os arquivistas lidam mais primordialmente com séries fechadas completas de documentos antigos, e sim com acréscimos de documentos vindos de séries correntes, abertas. As revoluções da informática e das telecomunicações da última década aceleraram radicalmente essa descentralização, difusão e desorganização, a um ponto tal que as atividades de trabalho das agências cruzam, hoje, todos os tipos de fronteiras estruturais ou organizacionais, gerando documentos visto que o fazem. O trabalho é feito, agora, tanto horizontalmente quanto verticalmente nas organizações, e os documentos são, por conseqüência, criados e mantidos de formas diferentes." (tradução livre).

inter-relação e ordem dos registros), embora tais princípios não possam ser ignorados. (COOK, 2001, p.4)

Essa mudança na prática arquivística ocorreria mediante uma priorização, por exemplo, do enfoque:

- ✓ no *processo*, mais do que no *produto*, ou seja, no *contexto de registrar* (documentar) mais do que no simples *registro* (documento);

- ✓ na *função*, mais do que na *estrutura* do documento;

- ✓ no *arquivar* (processo), mais do que no próprio *arquivo* (instituição estática);

- ✓ na *consciência* construída por intermédio do *"arquivamento" da memória social*, mais do que no resíduo "natural", produto da atividade administrativa.

Essas alterações de enfoque foram centrais para a argumentação de Cook (2001, p.4), pois forneceram elementos que evidenciaram, segundo o autor, uma possível e profícua relação entre as *teorias pós-modernistas* e as *teorias arquivísticas*. Com isso, o teórico destacou a premência de uma nova formulação conceitual observando as variações perceptíveis na mudança do modelo arquivístico, comparadas às premissas propostas pelo pós-modernismo.

Para tanto, o autor questionou, dentre outras coisas, a prática tradicional arquivista ancorada no espectro da Diplomática e, portanto, influenciada pelo ideário positivista. Assim, Cook ressaltou a necessidade da proposição de novos conceitos e metodologias que contemplassem as demandas informacionais atuais do mundo "pós-moderno" e computadorizado relativas ao desenvolvimento de um novo corpo de conhecimentos.

O eixo da crítica de Cook (2001) à acepção de documento defendida pelos teóricos da Diplomática Contemporânea (ou Arquivística) encontra-se na própria limitação conceitual de documento histórico. As fontes históricas são incapazes de reconstruir o passado em sua plenitude, na medida em que o documento somente subsidia a escrita da narrativa histórica trazendo apenas fragmentos incompletos dos eventos a serem retratados. Em outras palavras, os documentos transmitem signos (significantes do passado) observados enquanto "elementos brutos" para a tentativa de reconstrução dos fatos ocorridos, sendo necessária a compreensão do contexto em que o signo fora inserido e constituído. Na acepção de Cook, o documento

não é neutro, natural ou objetivo e o próprio ato de escrever a história é uma iniciativa valorativa, individual e/ou social. Nesses termos, durante o processo de escrita historiográfica torna-se necessário ocultar uma infinidade de personagens para dar espaço àqueles que são objeto de análise e discussão.

> O modelo positivista baseado na integridade de uma ressurreição científica de fatos provindos de um passado entendido como imparcial e como inocente sub-produto da ação humana tem sido totalmente desacreditado. [Frente a essa concepção] alguns arquivistas estão começando a explorar as implicações das idéias pós-modernas para a sua profissão. (COOK, 2001, p.10, tradução livre).

Cook (2001) segue a sua crítica direcionando-a à concepção de Arquivística elaborada por Duranti (1995), que considera essa disciplina como o corpo de conhecimentos que abrange a natureza e as características dos arquivos e que subsidia o trabalho arquivístico sistematicamente organizado dentro de uma teoria, de uma metodologia e de uma prática.

Como já comentamos em outro momento, a Diplomática Contemporânea de Duranti aplica o "método diplomático" instrumentalmente à análise dos conjuntos arquivísticos (séries e fundos), equacionando, em certa medida, elementos da história da Administração e do Direito, sob o prisma da evolução conceitual de documento diplomático (de valor jurídico-administrativo).

Tal concepção é criticada por Cook (2001, p.14), pois este argumenta que Duranti, ao aplicar o "método diplomático" ao contexto arquivístico, desconsidera o contexto social de criação dos registros, visto que o limite subjacente a estes, para a autora, incidiria na "doutrina legal" e jurídica mais do que no contexto de criação documental.

Nesse sentido, Cook (2001, p.14) problematizou a visão positivista de "ciência" de Duranti (em particular, a sua concepção de Arquivística e de Diplomática). Conforme explicou o autor, os princípios e os conceitos arquivísticos defendidos por Duranti são "universalmente válidos" e "objetivos" de modo a subsidiar o arquivista dentro do contexto documentário em uma "mais alta qualidade científica". Entretanto, a Arquivística e a Diplomática, na concepção de Duranti (1995), se constituiriam como "ciências" que dispensariam uma auto-reflexão histórico-disciplinar, pois seriam uma espécie de "auto-referência do sistema", livres de qualquer influência em seu "quadro conceitual histórico, legal ou cultural".

Segundo afirmou Cook (1998, p.32-33), a noção de Arquivística "modernista" de Duranti se aproxima da concepção arquivística "pré-modernista" defendida, no início do

século XX, pelos autores anglofônicos Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e Theodore Shellenberg,[142] no momento em que o "espírito positivista" fornecia subsídios e diretrizes filosóficos para a formulação dos arquétipos de ciência.

A autora Hilary Jenkinson foi um dos principais expoentes desse modelo arquivístico "clássico", cujos preceitos básicos ainda hoje predominam na concepção da Arquivística moderna. Esse modelo "antigo" de Arquivística foi o responsável pela formulação teórica "canônica" da área à qual concernem os arquivos públicos e institucionais constituídos por "[...] acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes, que o arquivista preserva de modo imparcial, neutro e objetivo." (COOK, 1998, p.32-33, tradução livre).

Em síntese, Cook (2001) destacou as principais características que diferenciaram o desenvolvimento da Arquivística, identificadas em três fases:

1) *pré-modernista* – caracterizada pela fé no documento como reflexo empírico dos atos e fatos na ciência histórica da escola rankeana, como capaz de interpretar cada um deles para tornar a realidade do passado histórico objetiva (destacam-se os valores vitorianos em que se insere a Diplomática);

2) *modernista* – questionou a objetividade da História considerando a diferente gama de possíveis interpretações de um mesmo conjunto de documentos. Foi marcada pelo pensamento de Schellenberg e pelo impacto do enfoque organizacional/administrativo; e

3) *pós-modernista* – questionou a objetividade e a "naturalização" do documento por ele próprio.

Enfim, Cook (2001) demonstrou que a noção de Diplomática Contemporânea de Duranti (1995) se aproxima da concepção de Arquivística "clássica", num modelo em que o arquivista deveria manter uma relação neutra, desinteressada e imparcial com os usuários do arquivo e com os documentos. Ademais, conforme afirmou Cook (2001), as noções de universalidade, de autonomia lógica, de interiorização e de anti-historicidade acadêmico-científica opõem-se completamente aos postulados "pós-modernistas" de ciência.

---

[142] Hilary Jenkinson, juntamente com Eugenio Casanova e Theodore Shellenberg foram influenciados pelo famoso manual holandês de 1898, escrito por Muller, Feith e Fruin e que recebeu o nome de *Manual for the arrangement and description of archives*. Essa obra demarcou a teoria e as metodologias arquivísticas para a criação das "teorias tradicionais." (COOK, 1998, p.32-33).

Como observamos, os aspectos levantados no primeiro capítulo deste trabalho (sobre "História Positivista" e a crítica dos *Annales*) ecoam diretamente nas discussões teóricas hodiernas no campo da Diplomática e da Arquivística. Dentre os argumentos levantados por Cook (2001) em sua crítica à noção de Arquivística e Diplomática de Duranti (1995), a percepção ingênua de neutralidade/objetividade e de não-neutralidade/subjetividade passa a ser uma problemática considerada na Arquivística, principalmente se pensamos a produção e o tratamento, bem como a concepção de documento diplomático/arquivístico.

Nesses termos, a acepção de documento, tanto no campo historiográfico como no arquivístico-diplomático, encontra um parâmetro teórico norteador na contraposição de enfoques alinhados ou ao ideário positivista ou àquele de maior identificação com um enfoque hermenêutico.

Por outro lado, tal contraposição teórica pode levar, como bem apontou Dick (1999, p.310), a uma espécie de dogmatismo epistemológico quando existe a negação da possibilidade de coexistência de diferentes correntes epistemológicas. Ele exemplificou esta problemática situação no contexto da Biblioteconomia e Ciência da Informação, particularmente, quando adeptos da Fenomenologia Hermenêutica tentam "calar" os teóricos alinhados à corrente positivista, impedindo qualquer possibilidade de convívio.[143]

Para que não ocorram exageros acerca da contraposição, por exemplo, entre a influência hermenêutica provinda da historiografia (ver item 1.3) suscitada por Cook (2001) e a posição positivista apresentada por Duranti (1995), na citação abaixo, Dick (1999, p.311) pondera que:

> [...] proposições de outras posições teóricas tais como, por exemplo, o ponto de vista epistemológico, a hermenêutica, a fenomenologia, o pós-estruturalismo ou a interpretação simbólica, freqüentemente tendem a enfatizar seus conflitos com o Positivismo ao invés de reconhecer o potencial aplicativo desta perspectiva ou indicar a capacidade de a Biblioteconomia e Ciência da Informação acomodar as epistemologias alternativas. [...] O que não é nada válido é a impressão de haver um vácuo epistemológico em que vários novos candidatos [pesquisadores] são levados [...] a preencher. Estes candidatos parecem ser estrategicamente motivados por uma comum perspectiva que evidencia [somente] as limitações do Positivismo. (tradução livre).

[143] Esta crítica de Dick (1999) fora direcionada, dentre outros, ao estudo de Budd (1995), que propôs "suplantar" a acepção positivista da CI mediante a concepção da Fenomenologia Hermenêutica. Nas palavras de Budd (1995, p.304), "[...] não é suficiente rejeitar o Positivismo. Para que uma disciplina avance em sua pesquisa e seja reflexiva, ela deve ter uma base epistemológica. Propõe-se aqui que a Fenomenologia Hermenêutica suplante o Positivismo como um fundamento da Biblioteconomia e Ciência da Informação." (tradução livre).

Vale destacar que tais considerações fornecem elementos importantes para desenvolvermos, no próximo capítulo, o conceito de documento na tradição da Documentação. As palavras de Dick (1999) contribuíram para que nos distanciássemos de possíveis inclinações maniqueístas para pensarmos tanto o papel do Positivismo para a criação da Documentação, como o importante complemento teórico advindo do olhar hermenêutico, inclusive, para a ampliação conceitual de documento.

3 O documento sob a perspectiva da Documentação

3.1 Da Bibliografia à Documentação

O livro (no sentido restrito do termo)[144] desempenhou e desempenha um importante meio de divulgação do conhecimento. Podemos dizer que o livro foi o formato que mais se difundiu com a criação dos tipos móveis gutenberguianos, tornando-se o principal sustentáculo da cultura letrada a ponto de ser considerado a representação material desta, um símbolo. Por sua importância, o livro passou a ser o pivô de um novo setor produtivo com a criação e o aprimoramento do labor editorial e livreiro que se desenvolveu sob a influência dos avanços tecnológicos (sobretudo, após a Revolução Industrial) e com o crescimento do mercado, em particular, nos países centrais capitalistas. Ademais, a praticidade de manuseio e a facilidade de carregar são apenas alguns dos atributos que fizeram o livro perdurar durante séculos e continuar sendo, ainda hoje, um dos principais meios de informação – sobrevivendo e sobressaindo, em alguns casos, em relação a outras tecnologias aparentemente mais sedutoras, como as mídias eletrônicas.[145]

É claro que a biblioteca, enquanto o lugar "por excelência" do livro, também se modificou e ganhou maior importância social após o advento da imprensa. Por exemplo, após a Revolução Francesa (e sua conseqüente influência sobre outros países), as bibliotecas aumentaram em quantidade, pois ocorreu uma resposta burguesa (pautada no ideário iluminista) à concepção medieval de que somente a Igreja poderia deter o domínio ou o fácil acesso ao "conhecimento" contido nos livros. Ademais, as bibliotecas aumentaram também em tamanho, exigindo uma readequação da atuação profissional frente à necessidade de

---

[144] Abordaremos de forma mais detalhada os diferentes conceitos de "livro" no item 3.3.

[145] Otlet apresentou no Ciclo de Conferências sobre Modernas Bibliotecas, realizado em dezembro de 1910, preocupações sobre as novas formas documentais que a humanidade presenciaria no futuro, ou seja, Otlet se preocupava, entre outras coisas, com a adaptação da humanidade à invenção e à incorporação de novos suportes informacionais. Para tanto, o teórico explicitou o impacto da invenção do suporte papel e, em particular, da criação do formato livro, tecnologias essas que modificaram profundamente a relação entre homem e conhecimento nas suas formas de registro e difusão. A esse respeito o autor comentou "[...] *Mare magnum*. Estas duas palavras foram colocadas por Marucelli no encabeçamento do catálogo em que ele se esforçava por registrar as obras conhecidas em seu tempo. Se já no século XVII os livros, por sua variedade e abundância, davam a impressão de um imenso oceano, que diríamos de nossa época de invasão do papel. Que idéia podemos fazer do que sobrevirá nos próximos [séculos]?... Do ponto de vista social, o livro chegou a ser, por excelência, o nexo entre as inteligências. Uma sociedade organizada não somente tem a necessidade do poder executivo, legislativo e judiciário: precisa também de um poder informador." (OTLET, 1911, p.275, tradução livre).

estoque e de organização da crescente massa de material bibliográfico impresso. Assim, a atividade de organização do conhecimento, principalmente a elaboração de bibliografias,[146] passou a requerer, após o século XVIII, o trabalho de "bibliotecários"/"documentalistas", tendência que, por sua vez, se acentuou no decorrer do século XIX. Santos ressaltou (2006, p. 13) que

> [...] as Bibliografias especializadas, geralmente elaboradas com o patrocínio de associações de pesquisadores, ganham força e importância, acompanhando o amplo desenvolvimento das ciências. É nesse contexto que não só são aprimoradas as técnicas bibliográficas como também nasce um campo disciplinar que, no curso da história, recebe diversas denominações, sendo as mais conhecidas a Biblioteconomia, a Documentação e a Ciência da Informação.[147]

Portanto, a Bibliografia pode ser considerada uma "ciência" antiga e a palavra "bibliografia" remete à atividade de elaboração de repertórios de títulos. A sua primeira manifestação impressa fora registrada em 1494, decorrente do advento da tipografia, mas a sua forma manuscrita é de origem remota. Datados ainda do século X, há registros de um repertório criado por Claude Galien chamado *De libris propriis*; mais tarde, essa técnica foi usada para listar os títulos de livros impressos.

No século XVIII, foram criados diversos repertórios bibliográficos denominados "bibliotheca", "inventarium", "index", etc.; porém, o termo "bibliografia" teve a sua primeira aparição em 1663, no trabalho de Gabriel Naudé. Aos poucos, a atividade bibliográfica se expandiu e se modificou em uma função bibliográfica específica e especializada, passando a sofisticar os seus métodos e técnicas. Essa atividade cresceu ainda mais com o aumento da produção dos livros impressos. (BLANQUET, 1993, p.200).

Segundo descreve Woledge (1983, p.266), em 1633 a palavra latina "bibliographia" referia-se a uma espécie de guia discursivo composto por uma lista de títulos. Essa expressão foi empregada na Alemanha até o ano de 1705. Outros termos também foram usados, como

---

[146] De acordo com Santos (2006, p.12), "[...] originada dos catálogos de bibliotecas, a Bibliografia está relacionada à comunicação e ao fluxo da informação. As bibliografias têm, certamente, origem remota. A primeira de que se tem notícia foi elaborada pelo médico grego Galeno, no século II. Galeno arrolou cerca de quinhentas obras no que se chamou *De libris propriis liber*. A produção dessas listas prossegue na Idade Média, não tendo sofrido alterações significativas até a invenção da imprensa, que permitiu sofisticá-las." Segundo Woledge (1983, p.267), o termo Bibliografia foi cunhado no século XVII. Já no século XVIII, o bibliotecário francês Jean-François Née de La Rochelle definiu Bibliografia como "[...] o conhecimento do mundo literário e a descrição de seus elementos." Conforme mostrou Blanquet (1993), La Rochelle reinvidicou, em 1782, que a Bibliografia tivesse um *status* de ciência autônoma (com funções de pesquisa, descrição e classificação de documentos impressos).

[147] Abordaremos, no capítulo 4, a relação entre Biblioteconomia e Documentação e, igualmente, como tal relação influenciou a proposição disciplinar da CI.

foi o caso da palavra "bibliotheca", empregada como sinônimo de guia e não como sentido de lista de livros. Contudo, a palavra "bibliographia" e as palavras equivalentes eram, entre 1641 e 1710, utilizadas para designar listas de livros. (WOLEDGE, 1983, p.266).

Nos séculos XVII e XVIII,[148] as "bibliografias" eram usadas como guias para história literária, particularmente para a localização de livros, servindo, portanto, como veículo de informação. (WOLEDGE, 1983, p.266). [149]

Concomitantemente à especialização no campo científico, notam-se os primeiros estudos bibliográficos criados para subsidiar técnica e instrumentalmente essa própria premência da ciência mediante a produção de produtos documentais (bibliografias) estratégicos para esse fim. Além disso, a própria conseqüência da especialização levou a um aprofundamento de tais estudos, os quais foram teoricamente sistematizados com a criação disciplinar da Bibliografia. Citamos, por exemplo, as investigações realizadas pelo bibliotecário francês François Née de La Rochelle, em 1782, que buscou justificar a Bibliografia enquanto uma disciplina específica e autônoma; e os estudos do historiador Charles-Victor, os quais alertaram que o foco principal da atividade bibliográfica era tornar acessível o grande acúmulo decorrente da enorme produção de obras impressas e, em particular, disponibilizar a literatura científica. Essas questões, mais tarde, foram abordadas

---

[148] No século XVII, na Alemanha e na França, as listas bibliográficas eram compostas de títulos ou da descrição de uma classe de livros e tais listas eram apreendidas como o registro dos escritos ou das "coisas relevantes". (WOLEDGE, 1983, p.266). Nos séculos XVII e XVIII, na Alemanha, a expressão do latim que designava "bibliografia" era *notitia librorum*, ou "informação nos livros" (*information on books*), expressão essa que tinha como equivalentes as palavras germânicas *Bucherkenntnis* e *Bucherkunde*. (Ibid., p.267). No século XVIII, na França, o termo latino *bibliographi*, ou bibliógrafo, era usado como um catálogo de assunto (*heading*) para uma seção contendo uma lista de livros; já a palavra *bibliographie* era apreendida como a representação de um campo do conhecimento ou a arte de trabalhar com as informações contidas nos livros, mediante, por exemplo, a catalogação e a classificação. (Ibid., p.267). Após a Revolução Francesa, observaram-se alguns problemas, pois muitos livros foram confiscados e, algumas vezes, a prática de fazer bibliografias não era aceita passivamente pelos revolucionários, que a associavam a uma prática antiquada ou uma velha "História Literária" do então antigo regime aristocrático que acabara de ser deposto. (Ibid., p.267). Contudo, a palavra *bibliographie,* aos poucos, foi se tornando conhecida e passou a ter diferentes significados. Por exemplo, na França ela designava listas bibliográficas e, também, representava algumas das atividades biblioteconômicas; e na Alemanha era concebida sinonimicamente como "listas bibliográficas" (*lists of literature*), sendo também chamada de *Bucherkunde*. (Ibid., p.267).

[149] Foi no final do século XIX e no início do século XX que o movimento bibliográfico cresceu exponencialmente com a criação de importantes bibliografias, sintéticas ou analíticas, tendo uma repercussão internacional em diversas disciplinas. Criaram-se diferentes associações que resultaram em diferentes publicações: Alemanha – *Archaologische Bibliographie* (1889); Inglaterra – *Science Abstracts* (1898); França – *Année sociologique* (1894); Estados Unidos – *Index Medicus* (1879), etc. Essas bibliografias não consideravam somente os livros, mas também os artigos de periódicos que já haviam se estabelecido enquanto a principal forma de comunicação científica. Nesse contexto, o prefixo "biblio" se restringia somente ao formato livro, o que levou, por vezes, a mudarem o nome de instituições "bibliotecas" para "mediatecas", designação que abrangia também outros tipos de documentos. (MEYRIAT, 1993, p.193).

pelos documentalistas como o principal problema que define "o porquê" da própria "Documentação". (BLANQUET, 1993, p.200).

O ensaio intitulado "*Something about Bibliography*", escrito por Paul Otlet[150] em 1892, foi considerado um texto referencial para a criação do movimento bibliográfico do final do século XIX e início do XX. Nesse texto, Otlet mostrou que a função da Bibliografia consistia em auxiliar na identificação e na organização do material bibliográfico. O movimento bibliográfico otletiano foi o "primeiro passo" para a criação de um abrangente sistema de processamento documental (*documentary processing*), que posteriormente seria a base para a criação de uma rede internacional de documentação. (RAYWARD, 1994, p.237).

Otlet propôs que a literatura bibliográfica deveria ser analisada em quatro categorias de informação: fatos, interpretação de fatos, estatísticas e fontes de informação. Localizados os "pedaços" dessas informações, estas poderiam ser minuciosamente divididas em cartões visando relacionar os assuntos por afinidades temáticas. Assim, tinha-se as partes (assuntos em fichas), as quais comporiam o todo, ou seja, a "base de dados" (agrupamento ordenado dessas fichas). Como veremos mais adiante, Otlet contou com o importante instrumental da Classificação Decimal de Dewey (CDD), que fora criada e desenvolvida pelo bibliotecário estadunidense M. Dewey para auxiliar em tal organização temática. (RAYWARD, 1994, p.237).

Dessa forma, iniciou-se com esses trabalhos uma ruptura no campo da informação, pois como a função principal do movimento bibliográfico consistia em "memorizar" o conhecimento registrado, tal iniciativa, mesmo despropositadamente, forneceu parâmetros importantes (tais como a função de "difusão" e de "acesso" à informação) para a criação disciplinar da Documentação. (BLANQUET, 1993, p.201).

Conforme pontuou Blanquet (1993, p.200), a Documentação fora consagrada disciplinarmente pelas inúmeras publicações e reuniões científicas e pela criação de associações e foros de debates acadêmicos, podendo ser observados três períodos que marcaram a sua constituição acadêmico-disciplinar. Tais períodos são perceptíveis, segundo Blanquet, se observadas as diferenças e particularidades entre Bibliografia e Documentação, a saber:

---

[150] Paul Marie Ghistain Otlet nasceu em Bruxelas em 1868. Estudou em colégio jesuíta e teve a influência do seu tio Edmon Picard e do fisiólogo Paul Héger, além da influência industrial e comercial provinda das atividades de seu pai. Formou-se jurista e cientista social nas universidades de Lovaina e de Paris, respectivamente. Foi altamente influenciado pelas idéias positivistas de Comte, de Spencer e de Fouillée, dentre outros pesquisadores do final do século XIX. Tendo a ciência como referência intelectual, Otlet partiu para a investigação empírica, algo essencial para que delineasse suas hipóteses investigativas e, em particular, para subsidiá-lo teoricamente para a proposição disciplinar da Bibliografia e da Documentação. (PERIS BONET, 2001, p.2).

- ✓ 1890: vigoraram questões sobre "bibliografia";
- ✓ 1910: na ocasião de um colóquio, o termo "documentação" apareceu concomitantemente ao termo "bibliografia";
- ✓ 1930: o termo "bibliografia" cedeu lugar ao termo "documentação".

A definição de Bibliografia apreendida como sinônimo de "ciência do bibliógrafo" (*science du bibliographe*), que serviu de inspiração para Paul Otlet idealizar e criar o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), em 1895, fora desenvolvida por seu contemporâneo Langlois, que concebia a Bibliografia como uma "[...] parte da ciência dos livros que trata de fornecer informações sobre as fontes." (BLANQUET, 1993, p.200).

Nesse contexto, o IIB definiu as quatro operações que constituiriam a Bibliografia, a saber: pesquisar (*rechercher*), assinalar (*signaler*), descrever (*décrire*) e classificar (*classer*) o material impresso. Com esses princípios, o IIB buscou desenvolver o Repertório Bibliográfico Universal (RBU). Para facilitar o seu desenvolvimento, Otlet e La Fontaine elaboraram a Classificação Decimal Universal (CDU), inspirada na CDD. (BLANQUET, 1993, p.200-201).

A criação do RBU foi importante na medida em que evidenciou os avanços técnicos instrumentalizados para a elaboração de repertórios e inventários manuscritos. Além disso, esse repertório foi relevante para o avanço da bibliografia científica que influenciou Otlet a propor disciplinarmente a Documentação em um outro momento. Nessa perspectiva, Peris Bonet (2001, p.10), reafirmando as idéias de Terrada e López Piñero (1980), nos mostra os três aspectos teóricos e profissionais desenvolvidos por Otlet na ocasião em que propôs o RBU:

1. ampliou "[...] os limites do livro e das demais publicações, formulando o conceito geral de documento, como portador ou suporte de informação";
2. demonstrou "[...] que o trabalho nesse campo não podia ser já competência de um indivíduo, instituição ou grupo isolado, demonstrando a necessidade de organizá-lo com base na cooperação internacional";
3. iniciou "[...] o estudo científico-social da produção e do consumo da informação científica."

Na opinião de Arnau Rived (1993, p.190), a Documentação foi criada tendo dois homens enquanto "pedra angular", a saber, Melvil Dewey e Paul Otlet, os quais, apesar da

distância espacial (pois Dewey era estadunidense e Otlet era belga), compartilhavam aspirações convergentes na medida em que "[...] existia uma completa sinonímia entre eles." Vejamos, sinteticamente, alguns pontos destacados pela autora quando comparou essas duas personalidades:

- ✓ Diante de um interesse classificatório, eles desenvolveram grande parte de seus trabalhos tendo como parâmetro o sistema métrico decimal, que foi a base classificatória criada por Dewey (para o desenvolvimento da CDD) a qual serviu de referência para Otlet criar a CDU. Esse trabalho foi inspirado por um "[...] desejo de encontrar um ordenamento fácil e de uso universal nas produções do conhecimento humano";
- ✓ Grande trânsito internacional (essencial para o desenvolvimento de suas idéias);
- ✓ Enfrentaram certa dificuldade de viabilização de seus projetos;
- ✓ Uma formação, em grande medida, autodidata;
- ✓ Grande diálogo entre ambos (principalmente por correspondência);
- ✓ Acumularam cargos e compromissos;
- ✓ Tendência de formar museus.

Após explanar sobre as convergências teóricas e profissionais desses autores, Arnau Rived (1993, p.190) argumenta que Dewey e Otlet foram os responsáveis por revolucionar o mundo bibliotecário, "[...] transformando-o, universalizando-o, ordenando-o, modernizando-o, unificando-o, elevando-o, dando a ele um prestígio e um novo fazer que até então não havia tido." (tradução livre).

Porém, o termo "Documentação" apareceu acompanhado do termo "Bibliografia" de forma complementar com dois significados: o primeiro expressando uma linha contínua em ambos os conceitos; e o segundo expressando um novo conceito. Tanto a "Documentação" como a "Bibliografia" tiveram uma origem comum, de uma mesma família e com funções idênticas ou análogas, pois ambos os termos se estabeleceram tendo como objeto de trabalho o "documento." (BLANQUET, 1993, p.201).

Segundo explica Meyriat (1993, p.201), a concepção de Documentação proposta por Otlet,[151] comparada à concepção de Bibliografia adotada pela UNESCO,[152] diferenciou-se da Bibliografia por uma função primordial: a difusão da informação.

---

[151] Conforme explicou Meyriat (1993, p.201), Otlet definiu a Documentação como processo, evidenciando os oito elementos que a compõem no sentido da organização para a disponibilização de todos os tipos de fatos expressos nas informações documentais. Tais elementos expressarão, para Otlet, a "objetividade" na informação documental, pois elas se apresentarão como: "[...] 1º universais quanto ao seu objeto; 2º seguras e verdadeiras; 3º

Dessa forma, enquanto a Bibliografia tinha o seu trabalho voltado, principalmente, aos registros bibliográficos (em formato livro), a Documentação se interessou por toda a informação documentada considerando os documentos de natureza múltipla, ou seja, todos os tipos de documentos em todos os suportes de informação. (BLANQUET, 1993, p.201). Por outro lado, o objetivo da Bibliografia era coletar dados bibliográficos e constituir repertórios para conservar o patrimônio cultural bibliográfico.

Continuando tal comparação, enquanto a Bibliografia se destinava a facilitar a pesquisa intelectual, a Documentação se interessou em, além disso, disponibilizar da melhor forma possível as informações, sejam elas bibliográficas ou não. Enquanto a Bibliografia tinha um público específico (geralmente, aquele inserido em um contexto acadêmico), a Documentação, ao contrário, pretensamente buscou democratizar a informação de maneira ampla, pois, embora o contexto acadêmico-científico fosse valorizado, ele não foi o enfoque único. Portanto, a essência da Documentação reside na pesquisa e na busca de informações e, também, na sua comunicação.

Desse modo, a Documentação nasceu impulsionada pelo movimento bibliográfico e se apresentou como um novo modelo visando atender às necessidades informacionais de sua época. Para tanto, Otlet buscou propor uma nova perspectiva de organização do conhecimento, considerando as novas tecnologias e técnicas emergentes. Enquanto a Biblioteconomia "clássica" não conseguia lidar com os novos formatos e suportes do conhecimento, a Documentação questionou a "linearidade" histórica que a humanidade na Idade Moderna vinha se pautando, em particular, quando elegeu referencialmente a biblioteca "tradicional" e deu exclusividade quase absoluta ao livro[153] em detrimento de outros formatos e suportes.

---

completas; 4º rápidas; 5º atuais; 6º fáceis de obter; 7º reunidas previamente e prontas para serem repassadas; 8º colocadas à disposição do maior número possível de pessoas." (tradução livre).

[152] Para a Unesco, a Bibliografia "[...] se baseia na pesquisa, na indicação, na descrição e na classificação de textos impressos ou multigrafados com o objetivo de constituir repertórios de livros destinados a facilitar a pesquisa universal." (UNESCO apud MALCLÉS apud MEYRIAT, 1993, p.201, tradução livre).

[153] Por um lado, a Documentação nasceu com o aprimoramento de atividades profissionais e com as técnicas documentais específicas, sendo que a Bibliografia foi fundamental para ampliar o seu conceito (MEYRIAT, 1993, p.193); por outro, essa disciplina surgiu como uma alternativa à concepção "clássica" de Biblioteconomia (que concebia a instituição biblioteca com o enfoque no estoque de materiais bibliográficos). A Documentação propôs, assim, a criação de instituições com uma função até então desconhecida (de pesquisa especializada de temas específicos para diferentes setores da sociedade), nos espaços chamados "Centros de Documentação". (MARCOS RECIO; NUÑO MORAL, 2000, p.655). Iniciou-se, com isso, uma relação conflituosa entre a Documentação e a Biblioteconomia, pois a Documentação não se desenvolveu enquanto uma atividade específica de bibliotecários, e sim, de profissionais especializados, ou "homens de ciência", que tinham um conhecimento específico nas áreas que buscavam inter-relacionar com a Documentação. (MEYRIAT, 1993, p.193).

Em relação à ampliação do conceito de documento proposto por Otlet comparativamente às concepções de livro na Biblioteconomia "clássica" e na Bibliografia, podemos dizer que com a Documentação não existiu um rompimento, mas uma adição de valores. Destarte, o conhecimento passou a ser compreendido como algo que poderia se expressar artificialmente não apenas na unidade livro (concebido de forma restrita), já que este conhecimento poderia ser encontrado também em diversos outros formatos e suportes.

Assim, Otlet propôs ampliar o conceito *documento* justamente no período que fora marcado pelo crescimento vertiginoso da produção de documentos, a qual tornou-se, assim, um problema que apontava para a necessidade da mudança das técnicas biblioteconômicas tidas como ultrapassadas, pois nesse momento postulava-se que os documentos necessitariam ser selecionados, analisados e classificados com um método concreto. (MARCOS RECIO; NUÑO MORAL, 2000**,** p.655). Nesse contexto, independentemente dos suportes informacionais, o que interessava era a recuperação de seus conteúdos.

> A Documentação do início do século XX apresentou aspectos distintos que eram praticados nas bibliotecas gerais tradicionais, tais como a ampliação dos tipos de materiais tratados em seus sistemas, emprego de novos métodos de tratamento da informação, desenvolvimento de análise mais aprofundada dos conteúdos dos documentos, emprego de trabalho cooperativo e uso de tecnologias emergentes. (SANTOS, 2006, p.14).

A Documentação, na década de 1930, ganhou autonomia teórico-disciplinar, adquirindo identidade própria quando assumiu como enfoque principal a comunicação e a transferência da informação. (BLANQUET, 1993, p.201). Cabe suscitar que Otlet foi o responsável por delinear e justificar teoricamente a Documentação como disciplina científica. (PERIS BONET, 2001, p.1).[154]

No final da década de 1940, a Documentação se adequou às novas necessidades sócioeconômicas provindas do desenvolvimento industrial. Com a multiplicação da produção de documentos e de suas tipologias, foi necessário criar novos serviços, centros e oficinas de documentação. Segundo salientou Meyriat (1993, p.194), o que "[...] importa é tornar o conteúdo utilizável pelos atores econômicos, o mais rápido possível e por todos os meios apropriados." (tradução livre).

Quando a Documentação estava começando a ser apreendida como disciplina acadêmica e a se estabelecer como atividade profissional em países como a França, a

---

[154] Abordaremos com maior profundidade os aspectos disciplinares da Documentação no item 3.2.

Inglaterra, a Alemanha, etc.; notaram-se as respectivas denominações para os profissionais da área: "*documentaliste*, *documentalist*, *Dokumentar*", baseadas nas delimitações teórico-conceituais do *Traité* de Otlet e, posteriormente, no "Congrès Mondial de la Documentation Universelle", ocorrido em Paris em 1937. (MEYRIAT, 1993, p.194).

Seguindo essa linha de raciocínio, Meyriat argumentou que frente aos problemas decorrentes da destruição de bibliotecas, centros de documentação, etc., ocasionada durante o período de guerras, emergiram, como resposta, novos serviços de documentação (como, por exemplo, novos métodos e técnicas de tratamento documental), que possibilitaram avanços qualitativos e quantitativos para a Documentação. Ampliou-se, nesse momento, a produção de equipamentos mecanográficos, a qual se tornou característica de um período denominado pré-informático da história da automação documental. Isso ocorreu ao mesmo tempo em que os países envolvidos nas guerras, nas suas respectivas associações (na condição de aliados ou não), se preocuparam em não deixar que os seus adversários "roubassem" informações tecnológicas sigilosas para o desenvolvimento de novas armas. Por exemplo, os Estados Unidos e o Reino Unido passaram a não divulgar o conteúdo dos periódicos científicos alemães para os países neutros (que não estavam participando da Segunda Guerra Mundial) para que estes não se tornassem futuros inimigos (ou seja, para que não se aliassem ao nazismo).

Portanto, evidenciou-se que grande parte das nações industrializadas envolvidas nas guerras se beneficiaram do avanço tecnológico decorrente da corrida armamentista. Nesse contexto, tanto a Biblioteconomia como a Documentação se beneficiaram com a mobilização em direção à recuperação da grande quantidade de documentos e de informações produzidas pela criação de novas técnicas e tecnologias, bem como com a criação de novos organismos internacionais movidos para esse propósito.

No período do pós-guerra, constatou-se que a apreensão da Documentação era superficial na América do Norte, ao contrário do que acontecia nos países europeus, que a difundiram e aprofundaram. Embora na década de 1950 se tenha criado nos Estados Unidos o periódico científico chamado "American Documentation", o termo "documentação" não se tornou popular nesse país, já que a documentação era compreendida como uma prática da Biblioteconomia. (SHERA, 1980).

Após a década de 1950, enquanto a Documentação se desenvolvia na França, os bibliotecários nesse país perceberam que a categoria profissional estava com prestígio abalado diante do retardo técnico-processual biblioteconômico frente às inovações tecnológicas em informação ora em curso. Ademais, grande parte dos avanços na Documentação surgiu a

partir da criação dos organismos internacionais que estabeleciam parâmetros teóricos e metodológicos incidentes, por exemplo, nas práticas e pesquisas em classificação e em recuperação da informação. (MEYRIAT, 1993).

Antes mesmo de tal avanço internacional, observamos que parte do significado de Documentação emergiu da relação histórica desta disciplina com o movimento bibliográfico, que foi influente para que a Documentação adquirisse características disciplinares próprias em direção a sua autonomia.

Para apreendermos tal dinâmica, partimos da hipótese de que o estudo do termo e do conceito de "documentação" seria um caminho profícuo para iniciarmos a caracterização das particularidades disciplinares da Documentação, que resulta, dentre outras coisas, na configuração conceitual de documento enquanto o seu principal objeto de estudo, como veremos a seguir.

3.2 A dimensão disciplinar da Documentação

Com a preocupação de definir terminologicamente a palavra *documento*, Rodríguez Bravo (2002) pesquisou em diferentes dicionários e, em síntese, observou que durante muitos séculos, no decorrer da Idade Média, o sentido da palavra *documento* se restringiu a *advertência*, *instrução*, *aviso* ou *conselho*, com um significado no campo da ética e da moral. Já no século XVIII buscou-se incorporar à palavra *documento* valores perdidos desde a época romana, trazendo de volta o seu caráter instrumental de transmissão de *feitos*, *idéias* ou *juízos*, o qual se distinguia da conotação ética e moralizante. Segundo a autora, essas mudanças de significado ocorreram, em grande medida, pelo emprego da palavra *documentar*, ou seja, provar com documentos.

No século XIX surgiu o advérbio *documentalmente* e, posteriormente, o adjetivo *documentado* (que significa: respaldados pelos documentos necessários). Mas foi somente no século XX que apareceu o termo *documentação* com dois sentidos: a) ação ou efeito de documentar e b) conjunto de documentos que servem para esse fim (inclui-se aí a concepção da investigação científica).

O termo "documentação", segundo aponta Blanquet (1993, p.199), tem origem na palavra latina *documentum* (documento). O documento no século XVII ganhou um sentido jurídico ao ser valorizado como meio de "instrução", tornando-se, assim, sinônimo de

prova.[155] Mais tarde, o termo ganhou significado de "aprendizagem" e de "comunicação de um saber".

Ademais, a partir de 1870, a palavra "documentação" passou a ser utilizada derivada da palavra francesa *document* (documento) e *documenter* (documentar), definindo-se este verbo como "[...] apoiar-se em documentos, fornecer documentos". Nesse caso, o documento passou a ser entendido como "prova" ou "ilustração de um discurso ou de uma afirmação." (BLANQUET, 1993, p.199).

Como nos explicou Meyriat (1981, p.55), a palavra "documentação" pode ter diferentes significações, considerando-se que ela termina com o sufixo "-*ção*" (ou "-*tion*", no francês), que remete à realização ou ao produto de uma atividade. Assim, ela pode designar duas operações: coleta dos próprios documentos (objetos concretos) e coleta de suas referências. Ela também é apreendida como a técnica ou o conjunto de técnicas responsáveis por reunir, classificar, explorar os documentos (concepção esta mais freqüentemente relacionada à Análise Documental).[156]

Contudo, não se tem certeza de quem foi o primeiro a pronunciar a palavra "documentação", por tratar-se de um neologismo que pode ter sido encontrado em muitas línguas, correspondendo às necessidades e a entendimentos de épocas diferentes. Por exemplo, no início do século XX, Otlet procurou atribuir um novo significado ao termo, dando-lhe uma nova "roupagem" e assumindo, nesse contexto, a sua "paternidade". (BLANQUET, 1993, p.199).

Em seu *Traité*, Otlet oscila entre o entendimento de "documentação" como sinônimo de "Bibliologia" (entendida, em geral, como "ciência do livro") e de "disciplina enciclopédica" que engloba e perpassa a Biblioteconomia, a Bibliografia, a Arquivística e a Museologia. A riqueza conceitual de "documentação" consistiria justamente nessa polissemia. Foi através da busca pela compreensão de "documentação" que muitos países (como a Espanha, a Itália, a Inglaterra e a Alemanha) se empenharam em pesquisar essa palavra, tendo descoberto, assim, diferentes concepções, notadas principalmente a partir da década de 1950. (Ibid., p.192-193).

Na tradição otletiana, o termo "documentação" pode apresentar-se como o "[...] conjunto de documentos com a função de documentar, isto é, de informar com a ajuda da Documentação." (OTLET, 1934, p.373). Ao explicar isto de maneira mais detalhada, o autor

---

[155] Nota-se que os termos *documentação* e *documento* adquiriram conotação jurídica no mesmo período em que se desenvolveram estudos no campo da Diplomática.

[156] Comentaremos sobre a dimensão conceitual de documento na Análise Documental no item 4.4.

nos mostra que a Documentação "[...] é constituída por uma série de operações distribuídas, hoje, entre pessoas e organismos diferentes." Segundo esta perspectiva, a Documentação "[...] acompanha o documento desde o instante em que ele surge da pena do autor até o momento em que impressiona o cérebro do leitor", assumindo, assim, um caráter passivo, receptivo ou dativo em diversos setores da sociedade. (OTLET, 1937).

Em 1951, a bibliotecária francesa Suzanne Briet publicou o ensaio *Qu´est-ce que la documentation?*, que descreve a disciplina como uma "[...] técnica de trabalho intelectual, uma profissão distinta, uma necessidade de nossos tempos." Para a autora, os termos "documentalista", "centro de documentação" e "documentografia", usados na França, são mais completos de significação do que os termos "biblioteconomia especializada" (*special librarian*), "biblioteconomia" (*librarian*) e "bibliografia" (*bibliography*) nos países de língua inglesa. (BRIET, 1951).

Seguindo esta linha de reflexão, Meyriat (1981) conceituou "documentação" apontando três características que justificariam o seu emprego terminológico para designar uma disciplina científica. São elas:

1. *Atividade de situar o objeto-documento e confirmar sua existência, bem como de situar o sistema de produção e de distribuição documental (disponibilizados em lugares determinados)* – tal atividade documental se faz presente nos processos de pesquisa e de localização da informação em que o documento se faz imprescindível por ser aquele objeto produzido com a função de transmitir informação. O trabalho documental é realizado de modo a direcionar, a um determinado grupo de usuários e em um determinado contexto, informações documentais que nem sempre correspondem à função original do objeto (por exemplo, um jornal sendo utilizado como documento histórico e não como veículo informativo/noticioso). Por analogia, a atividade de edição (produção e distribuição) e a atividade de documentação são complementares, só que de forma inversa, tendo como ponto em comum o documento. A atividade editorial parte da produção de registros escritos, que se tornarão documentos (jornal, artigos científicos, etc.), distribuídos depois por ela aos seus destinatários. Já a atividade documental parte de uma demanda de informação (necessidade de um usuário) e trabalha com as formas e os conteúdos documentais que possivelmente irão satisfazer tal necessidade informacional (p.56);

2. *A documentação é utilitária* – afirma a qualidade do documento como objeto útil para atender uma determinada demanda de informação. A "utilidade" de um documento é relativa, pois irá depender do contexto em que determinados objetos serão evocados quando imbuídos de informação relevante. Portanto, a relação qualitativa entre usuário e documento "útil" nem sempre terá um mesmo sentido, pois dependerá de determinações histórico-sociais que influirão na sua escolha e utilização. Um determinado documento pode ter uma curta vida útil, sendo, assim, "perecível". Nesse sentido, a atividade documentária deve estar em consonância com as demandas sociais para que possa direcionar os usuários à "informação". A utilidade de uma informação tem duração quando ela se constitui como um elemento do saber[157] que pode enriquecer intelectualmente o homem. A informação científica, diante da sua importância social, se constitui como o objeto típico da atividade de documentação (p.56-57);

3. *A documentação constituindo um sistema*[158] *técnico-social* – tal sistema é constituído por um conjunto de elementos objetivados, dentre os quais se destacam: o trabalho humano (individual ou de grupo) que é essencial para a busca da informação; objetos materiais (documentos) e o maquinário empregado para tratar tais documentos; e os procedimentos técnicos (ou o "saber fazer") necessários para o seu tratamento. A documentação como um *sistema técnico-social* adquire complexidade à medida que a informação é procurada em um conjunto de documentos ou em coleções. Nesse caso, as técnicas empregadas se diversificam ao mesmo tempo em que se diversificam os documentos. Nessa perspectiva, para facilitar o trabalho de busca da informação (ou do documento), tornar-se-ia necessária a existência de um intermediário que visaria diminuir o tempo e a distância entre o usuário e a informação desejada. Esse mediador é o documentalista, que tem como profissão o trabalho documental. A busca

---

[157] Meyriat definiu "saber" (*savoir*) como "[...] um conjunto organizado de conhecimentos acumulados e duráveis, isto é, que permanecem válidos e aplicáveis em casos parecidos, mas em contextos diferentes. A detenção de um saber possibilita a resolução de problemas, responder às situações nas quais nos encontramos; ele nos dá certeza sobre a realidade. É a justificação da antiga ambição do homem, *rerum cognoscere causas,* e é o fundamento de todo meio científico: o saber em questão pode ser realmente científico, assim como técnico, econômico, etc. Toda informação que se une a este saber, ou que transmite a outro o elemento deste saber, pode ser dessa forma denominado 'científico'; este epíteto engloba a técnica, a economia, etc. Esta 'informação científica' é o objeto mais típico da atividade de documentação." (MEYRIAT, 1981, p.57, tradução livre).

[158] Conforme explicou Meyriat (1981, p.57), o "sistema" consiste em "[...] um conjunto de elementos interligados de maneira interdependente e ajustado para alcançar um objetivo [...] [que é o de] obter a informação." (tradução livre).

> documental pode ser realizada por um indivíduo ou por um grupo (organismo) vinculado a uma instituição (ou "central documental"), os quais objetivam realizar a denominada *cadeia documentária*, que consiste na coleta de documentos, extração de dados e de informações, classificação, estoque e recuperação de seus dados, difusão e resposta às questões. Destarte, quanto maior o sistema, maior a sua complexidade. (p.57).

Entretanto, as considerações de Briet (1951) e de Meyriat (1981) foram desenvolvidas com base na publicação do *Traité de Documentation* de Otlet, que foi considerada a "pedra angular" da consolidação da Documentação como uma disciplina científica.[159] Em seu *Traité*, Otlet defendeu a necessidade de organizar a grande quantidade de documentos acumulados desordenadamente, visto que a Biblioteconomia "clássica" não trazia respostas satisfatórias com os seus métodos e técnicas tradicionais. Justificando a motivação principal da existência disciplinar da Documentação, Otlet (1934, p.6) sinteticamente argumenta que a "documentação organizada" tem como princípio oferecer a ordem das informações documentadas. Sobre esse assunto, comenta Rayward (1994, p. 237-238):

> O *Traité* é talvez a primeira sistemática moderna da discussão dos problemas gerais de organização da informação. O termo "documentação" é um neologismo inventado por Otlet para designar o que hoje nós tendemos a chamar de "Armazenamento e Recuperação da Informação" (*Information Storage and Retrieval*). (tradução livre).

Conforme ressaltou López Yepes (1990, p.40), o *Traité* consiste na sistematização dos estudos de Otlet sobre as questões relativas ao livro e ao documento, ou seja, a todos os elementos informacionais que compõem o universo da Documentação. Desse modo, essa publicação objetivou servir de "[...] base inicial e geral para que, em cada caso, o documentalista em seu centro de documentação pudesse levar a cabo seu próprio Manual de Documentação."

Portanto, o *Traité* foi o manual que fundamentou teoricamente a criação das denominadas ciências da documentação e da informação, ao conceber a Documentação e o

---

[159] Na obra *Traité de Documentation* foram traçadas as bases da Documentação enquanto disciplina, pois "[...] o desenvolvimento desta ciência começa a ser importante, sobretudo, porque resolve as necessidades informativas que os cientistas demandam para levar a cabo seus trabalhos e conhecer o que fazem os outros cientistas nas suas linhas de investigação." (MARCOS RECIO; NUÑO MORAL, 2000, p.656).

documento de forma universalizante. Em seu *Traité*, Otlet nos mostra que a Documentação tem como objetivo:

> 1) Analisar, generalizar, ordenar, sintetizar os dados adquiridos nos domínios do documento e, ao mesmo tempo, promover novas investigações destinadas, sobretudo, a aprofundar-se nos porquês teóricos de certas práticas da experiência.
> 2) Elaborar uma série completa de formas documentárias em que possam vir a desembocar os dados do pensamento científico ou prático, desde o simples documento até os campos complexos das grandes coleções e as formas elevadas que constituem o tratado e a enciclopédia.
> 3) Fazer progredir, desse modo, tudo o que pode tender a exposição mais metódica e racional dos dados de nossos conhecimentos e das informações práticas.
> 4) Provocar certas invenções que, sem dúvida, poderiam ficar muito tempo esquecidas e sem implicação, mas que em um dia serão, talvez, o ponto de partida de transformações tão profundas que equivaleriam nesta matéria a verdadeiras revoluções. (OTLET, 1934, p.3, tradução livre).

Relativamente à horizontalidade proposta por Otlet no que se refere aos termos Bibliologia, Documentalogia e Documentação para designar uma mesma disciplina, Meyriat (1981) divergiu num primeiro momento do autor belga ao argumentar que o termo mais apropriado seria Documentalogia, pois todos os elementos do "sistema técnico-social" da documentação e as suas inter-relações são contemplados por essa terminologia.

Conforme dissertou Meyriat (1981, p.56), a Documentação poderia ser visualizada, também, de uma maneira mais abstrata, pois toda técnica repousa em um conjunto de conhecimentos que justificam a prática e que remetem ao seu desenvolvimento e aprimoramento. Para o autor, esse saber foi responsável pelo delineamento da Documentação como uma "ciência" sob a influência do termo alemão *Dokumentationswisenschaft*. Posteriormente, por volta de 1970, o termo "documentação" foi empregado no *Bulletin signalétique* para expressar o mesmo sentido que a palavra "Ciência da Informação". Contudo, para Meyriat, os termos mais apropriados para designar a disciplina seriam "Ciência da Documentação" ou "Documentalogia", embora tais expressões tenham sido raramente utilizadas.

Segundo pontuou Meyriat, o termo "Documentalogia" (*documentalogie*) expressa com maior precisão o que seria um campo de estudos e uma matéria de ensino (disciplina acadêmica), visto que o sufixo "-logia" ("*-logie*", em francês) é aquele utilizado no vocabulário científico para designar disciplinas, tais como a Geologia, a Psicologia, etc. Portanto, a Documentalogia seria uma disciplina científica que cuidaria das questões relativas aos "documentos". Em termos mais objetivos, o autor explica:

> A *documentalogia* será, dessa forma, um discurso científico sobre os documentos, mas não sobre a documentação. Se quisermos, podemos dispor do termo ao nos referirmos aos documentos, porém é necessário recusar a aplicação no que tange à documentação. (MEYRIAT, 1981, p.59, tradução livre).

O autor separa, ainda, "Documentalogia" de "Bibliologia" (*Bibliologie*), pois esta última seria a ciência do escrito, referindo-se especificamente ao *livro*. Assim, numa relação similar entre Documentalogia e documento, a Bibliologia se proporia a estudar as condições sociais, econômicas, jurídicas, técnicas, etc. que intervêm na produção e na distribuição do livro e suas formas de acesso. Foram criadas outras disciplinas para estudar outros objetos, apresentando função similar, a saber: Filmologia (*Filmologie*); Iconologia (*Iconlogie*); Discologia (*Discologie*), etc. (MEYRIAT, 1981, p.59).

Além do sufixo "-logia" para representar a disciplina científica, Meyriat (1981, p.59) igualmente notou um paralelismo nas palavras utilizadas para a caracterização de alguns dos objetos/produtos das atividades dessas disciplinas, todos indicados com o sufixo "-grafia", a saber: filmografia, discografia, iconografia e bibliografia.

Para Meyriat, todos esses objetos/produtos são criados com a finalidade de auxiliar na comunicação de mensagens informativas, sendo mediadores entre usuários e documentos, pois remetem e direcionam os usuários a documentos que contêm as informações de que necessitam. Nesse sentido, a função desses instrumentos seria de facilitar o acesso aos documentos.

Portanto, Meyriat (1981, p.60) configurou a Documentalogia como uma disciplina que objetiva estudar (de maneira ampla) o contexto de produção e de distribuição de todos os tipos de documentos, já que estes eram estudados de forma compartimentalizada em subdisciplinas (Filmologia, Iconologia, etc.). Nesse caso, essa disciplina estudaria os "documentos por intenção" (*documents par intention*), ou seja, aqueles que se apresentam potencialmente como "fonte de informação". Ainda, segundo o autor, "[...] o termo documentalogia engloba todos os outros." (tradução livre).

Embora concordemos com a argumentação exposta por Meyriat (1981) em favor da utilização do termo "documentalogia" para designar uma disciplina dos documentos, continuaremos a utilizá-lo no sentido, simplesmente, de "documentação", já que o próprio autor, em um momento posterior (MEYRIAT, 1993), retomou esse sentido, que é o mais usual. Segundo esclarece Meyriat (1993, p.193), a palavra "documentação" assumiu, com o passar do tempo, quatro significados diferentes:

- ✓ *Instrumento histórico* – como meio de "prova";
- ✓ *Trabalho (processo)* – que necessitou de uma formalização para o ensino de técnicas apropriadas nas escolas de documentação;
- ✓ *Profissão* – com uma atitude intelectual específica;
- ✓ *Disciplina científica* – cria-se um "saber" que inspira as práticas documentais.

No intuito de apreendermos de forma mais detalhada a proposta de Otlet para o delineamento de seu *Traité*, torna-se necessário configurarmos a relação entre a influência do pensamento positivista e os matizes científicos que contornaram disciplinarmente a Documentação e que possibilitaram a sua estruturação com características particulares.

Antes disso, vale dizer que Otlet até hoje é lembrado por suas convicções políticas e ideológicas e pela defesa de suas idéias universalistas. Ele soube expressar em seu trabalho, de forma singular, os anseios sociais relativos à acessibilidade de grande quantidade de conhecimentos documentais. Vivendo num período marcado por guerras, ele acreditava que somente através da circulação do conhecimento acumulado documentalmente e da garantia de acesso do mesmo é que a humanidade alcançaria a tão sonhada "paz mundial".

Naquele conturbado momento, a ciência necessitava de condições objetivas para o seu desenvolvimento e Otlet pautou o seu trabalho na crença de que o potencial científico, direcionado então para fins bélicos, pudesse ser convertido para a disseminação da paz entre os povos. Essa seria a utopia de Otlet. (BLANQUET, 1993, p.199).

Como vimos, essas idéias foram sintetizadas em seu *Traité*. O contexto institucional foi importante para o desenvolvimento intelectual de Otlet, que se apoiou, muitas vezes, em grande carga empírica, ou seja, buscou observar empiricamente os problemas informacionais que o circundavam.

Visando conferir um caráter abrangente às suas observações ao propor a resolução de tais problemas em um âmbito internacional, Otlet e seu amigo La Fontaine criaram, em 1892, a Oficina Internacional de Bibliografia (OIB) e, em 1895, o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB), no mesmo período da I Conferência Internacional de Bibliografia. Não obstante, no ano da décima Conferência, em 1931, o IIB foi transformado no Instituto Internacional de Documentação (IID), mudança essa significativa, pois tal denominação abrangia o estudo de todas as formas documentais e não somente daquelas bibliográficas. Portanto, essa foi a primeira vez que a palavra "documentação" apareceu no contexto de uma organização institucional internacional não-governamental. Mais tarde, o IID foi transformado na Federação Internacional de Documentação (FID), que foi rebatizada, em 1988, como

Federação Internacional de Informação e Documentação (FIID). (BLANQUET, 1993, p.199-200).

Conforme defendia Otlet, a independência dos povos em escala mundial resultaria não de atitudes personalistas, e sim de um "determinismo sociológico". Segundo esse autor, a Liga das Nações (*League of Nations*)[160] não iria terminar com os conflitos mundiais ora em curso. Influenciado pelo pensamento positivista, Otlet concebia a Documentação como um *corpo biológico*,[161] passível de ser dividido em diferentes partes ("órgãos" ou "membros" deste corpo). (RIEUSSET-LEMARI, 1997, p.302).

No entender de Otlet, as iniciativas deliberadas pela Liga das Nações para conquistar a paz mundial caminhavam em direção ao fracasso, principalmente porque ele compreendia que as questões do seu tempo não poderiam ser resolvidas eficientemente "[...] se elas não estivessem baseadas em uma organização racional da informação numa escala internacional." (tradução livre). Essa foi a premissa que o levou a propor a criação do "Mundaneum". Portanto, Otlet, mesmo não desconsiderando a atuação da Liga das Nações, necessária para a busca da paz, entendia que esta, sozinha, não era suficiente para conquistar tal propósito. (RIEUSSET-LEMARI, 1997, p.302).

---

[160] A Liga das Nações "[...] foi uma organização internacional criada em abril de 1919, quando a Conferência de Paz de Paris adotou seu pacto fundador, posteriormente inscrito em todos os tratados de paz. Ainda durante a Primeira Guerra Mundial, a idéia de criar um organismo destinado à preservação da paz e à resolução dos conflitos internacionais por meio da mediação e do arbitramento já havia sido defendida por alguns estadistas, especialmente o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson. Contudo, a recusa do Congresso norte-americano em ratificar o Tratado de Versalhes acabou impedindo que os Estados Unidos se tornassem membro do novo organismo. A Liga possuía uma Secretaria Geral permanente, sediada em Genebra, e era composta de uma Assembléia Geral e um Conselho Executivo. A Assembléia Geral reunia, uma vez por ano, representantes de todos os países membros da organização, cada qual com direito a um voto. Já o Conselho, principal órgão político e decisório, era composto de membros permanentes (Grã-Bretanha, França, Itália, Japão e, posteriormente, Alemanha e União Soviética) e não-permanentes, estes últimos escolhidos pela Assembléia Geral. Não possuindo forças armadas próprias, o poder de coerção da Liga das Nações baseava-se apenas em sanções econômicas e militares. Sua atuação foi bem-sucedida no arbitramento de disputas nos Bálcãs e na América Latina, na assistência econômica e na proteção a refugiados, na supervisão do sistema de mandatos coloniais e na administração de territórios livres como a cidade de Dantzig. Mas ela se revelou impotente para bloquear a invasão japonesa da Manchúria (1931), a agressão italiana à Etiópia (1935) e o ataque russo à Finlândia (1939). Em abril de 1946, o organismo se autodissolveu, transferindo as responsabilidades que ainda mantinha para a recém-criada Organização das Nações Unidas, a ONU." (ERA VARGAS, 1997).

[161] Buscando ilustrar tal metáfora, encontramos referência em Sennet (1997), que disserta sobre a imagem realizada pelo filósofo medieval João de Salisbury, que, no ano de 1159, comparou o "corpo biológico" ao "corpo político" ao dizer que o "estado (*res publica*) é um corpo político". Segundo afirma Sennet (1997, p.22), "João de Salisbury escreveu como cientista e, desvendando o funcionamento do cérebro, acreditava poder ensinar aos reis a arte de legislar. Os objetivos da Sociobiologia moderna e da ciência medieval não se distanciaram muito na medida em que ainda se pesquisa como a sociedade deveria funcionar sob as determinações da natureza. O conceito de corpo político, tanto na concepção medieval como na moderna, organiza a nação impondo regras à imagem do corpo humano". Foi nesse contexto que Comte buscou, na Biologia, elementos para a fundamentação teórica da sua "sociedade positiva", a qual, por sua vez, influenciou a concepção de Documentação proposta por Otlet.

Na tentativa de solucionar tal questão, Otlet e La Fontaine desenvolveram primeiramente o projeto de um "Centro Mundial", em 1914, para depois, em 1928, desenvolverem aquele que chamariam de *Mundaneum*.[162] De acordo com suas perspectivas teóricas, tais projetos precisariam do entendimento e do apoio da opinião pública, pois o *Mundaneum* não podia ser apreendido como um mero centro de documentação, e sim, como parte de um *corpo mundial* de documentação, onde se reuniria a "enciclopédia do conhecimento", nos mais variados suportes e tipos documentais. (RIEUSSET-LEMARI, 1997, p.302).

O princípio básico para o estabelecimento dessa rede mundial estava relacionado ao desenvolvimento de instrumentos que permitiriam o processo de comunicação e de troca de conhecimentos entre os povos. Como vimos anteriormente, esses instrumentos eram os repertórios bibliográficos, os quais tiveram origem ainda no início dos trabalhos de Otlet.

Nesse contexto, Otlet publicou, entre 1891 e 1892, o trabalho intitulado *Un peu de bibliographie*, no qual se encontram os primórdios de suas idéias acerca de repertórios, trazendo reflexões que estabelecem parâmetros qualitativos e quantitativos para a formulação desses instrumentos para a Sociologia. Nessa obra, o autor propõe ainda idéias relativas à classificação científica, catalogação, indexação, resumo, etc., além de justificar a necessidade da existência de uma colaboração de investigadores e de sociedades científicas, ou seja, de uma cooperação bibliográfica e de normatização em âmbito internacional. Esse artigo foi influenciado pelas idéias de Picard sobre uma "bibliografia positivista", estabelecendo-se, assim, um paralelo entre os instrumentos bibliográficos das ciências sociais e os das ciências naturais, que se tornaria uma característica marcante nas idéias de Otlet. (PERIS BONET, 2001, p.3).

Desse modo, Otlet empenhou grandes esforços para que todos os livros e conhecimentos pudessem ser organizados racionalmente e tornados acessíveis. Para tanto, ele buscou encontrar elementos objetivos em documentos científicos que permitissem a elaboração de leis e de generalizações no sentido de mapeá-los. (RAYWARD, 1994, p.248).

Otlet sempre evidenciou a necessidade de uma cooperação racional e internacional, tendo sido esta uma das principais causas do seu reconhecimento na posição de pioneiro "[...]

---

[162] Visando favorecer a cooperação internacional, Otlet e La Fontaine elaboraram diversos projetos de organismos mundiais como a biblioteca e o museu denominados "Mundaneum", na "cidade mundial" (Mons, Bélgica); e, ainda, promoveram reuniões internacionais, como a ocorrida em 1910 intitulada "Congresso Internacional de Bibliografia e Documentação". Essas foram algumas das iniciativas internacionalistas de Otlet e La Fontaine, as quais, de modo geral, se embasavam no ingênuo fundamento de que a Terra é um lugar ocupado, dentre outros seres, pelo homem, que, por sua vez, tem como objetivo promover a "paz". (BLANQUET, 1993, p.200).

não somente no campo da comunicação internacional, mas na história da Ciência da Informação." (RIEUSSET-LEMARI, 1997, p.302).

Ele era movido por uma visão pragmática que buscava a valoração do processo de organização do conhecimento documental objetivando a sua utilidade prática (para a recuperação das informações documentais desejadas) e almejando constituir a Documentação (como uma disciplina no rol das ciências humanas), tendo como referencial o caráter positivo presente nas leis das ciências naturais.[163]

Com o intuito de organizar e divulgar o conhecimento no campo das ciências sociais, Otlet criou a Oficina Bibliográfica de Sociologia[164] e, posteriormente, a Oficina Bibliográfica Universal, através da qual poderia divulgar a positividade expressa no conhecimento para a criação de um mundo melhor. Todas as técnicas utilizadas (como a classificação, a catalogação, etc.) seriam importantes instrumentais nesse processo.

Seguindo nessa direção, Otlet criou também o que posteriormente seria denominado "disseminação do conhecimento" como uma solução para a recuperação da informação armazenada, considerando-se, sobretudo, a natureza do conhecimento e a sua dinâmica. Essa concepção tinha como propósito chegar a um inelutável progresso da racionalidade, o que, para Rayward (1994, p.247), denotaria uma visão "autoritária, reducionista, positivista, simplista – e otimista". De acordo com Rayward, Otlet concebia o documento como a expressão de uma *verdade factual*, a qual poderia ser objetivada num contexto institucional durante o processo de análise e de organização do conteúdo documental.[165]

Nesse caso, os conteúdos dos documentos eram apreendidos como portadores de "fatos". Esta concepção chamou a atenção para a necessidade de um sistema que objetivasse disponibilizar tais informações contidas em documentos (as quais, por vezes, os documentos ocultavam) e que requeria o trabalho dos documentalistas para evidenciá-las. Otlet entendia

---

[163] Otlet (1934, p.422), dentro de um ideário positivista, baseou-se nas leis universais das ciências naturais e tentou adaptá-las à área das ciências sociais. Ele buscou, mesclar disciplinas como a Matemática, a Mecânica, a Fisicoquímica e a Biologia à Psicologia e à Sociologia, para provar que as "[...] leis consideradas universais se cumprem para o livro e para o documento." (tradução livre).

[164] De acordo com Sander (2002, p.33), a "[...] incessante busca de Otlet por uma classificação científica das ciências sociais, seu encontro com a classificação decimal e a transformação desta em uma Classificação Decimal Universal se fizeram presentes na busca e utilização de uma técnica para converter os conhecimentos das ciências naturais e sociais em armas políticas, fortes e poderosas. Pois estes conhecimentos tinham que estar ao alcance da compreensão de um amplíssimo público, para seu uso, posto em ação e desenvolvimento, que permitiria à sociedade do conhecimento manter-se ativa [...] para que os homens pudessem dirigir racionalmente o seu próprio destino."

[165] Como vimos nos itens 1.2, 1.3 e 2.3, a idéia de documento enquanto representação objetiva de conhecimentos factuais tem como expoente a idéia de documento difundida pela Diplomática durante os séculos XVII e XVIII, em particular, pela *École des Chartes*, e que depois imperou na "História Positivista" durante o século XIX, sendo incorporada principalmente na Arquivística e na Documentação durante o século XX.

que esse sistema não tinha que responder à infinidade de questões particulares dos usuários, pois era "[...] o usuário que deveria se adaptar ao sistema" e não o contrário. (RAYWARD, 1994, p.247).

Desse modo, Otlet sugeriu que houvesse respeito às normas e às regras por parte dos autores ao produzirem um documento científico, pois para ele o respeito às convenções estabelecidas em cada campo do conhecimento seria um elemento facilitador na contextualização do assunto gerado na sua respectiva área do conhecimento e na sua relação com o "grande corpo das ciências". Essa atitude permitiria a reunião do conjunto de assuntos dotados de uma certa objetividade (o que, por sua vez, possibilitaria constituir uma "Enciclopédia Universal") e, ainda, a identificação e a absorção dos fatos contidos nos documentos de maneira simples e racional. Para exemplificar tal argumento, o teórico usou a seguinte metáfora: "Nós seríamos capazes de remover fatos de documentos do mesmo modo que descascamos ervilhas de suas vagens [...]" (RAYWARD, 1994, p.247, tradução livre).

Contudo, Otlet não mencionou como fazer para conseguir identificar os documentos que continham "fatos" dotados de "verdade", presumindo talvez que os especialistas, nas suas respectivas Oficinas de Documentação, seriam capazes de fazê-lo. As oficinas tinham a importante função de reunir e integrar (ou relacionar) as informações documentais em um processo de "codificação" para organizar as idéias, criando "princípios, normas, leis e regras." (RAYWARD, 1994, p.247, tradução livre).

Rieusset-Lemari (1997, p.303) mostra que Otlet concebia *conhecimento* com certa limitação. Tal limitação é visível, por exemplo, quando ele propôe uma estrutura centralizante, uma instituição – no caso, o *Mundaneum* –, a qual seria a única depositária de todo o conhecimento produzido pela humanidade, ou seja, seria a depositária do "Conhecimento Universal". Nesses termos, "[...] ele não via as implicações totalitárias de sua visão utópica". Sabemos que quando todos os organismos se submetem à centralidade de um único poder, existe, assim, a sua legitimação, mas Otlet não se apercebeu das tensões políticas que essa centralidade possivelmente acarretaria.

Essa instituição seria a irradiadora do conhecimento para o mundo. O *Mundaneum* teria, portanto, uma estrutura centralizadora e seria, ainda, o portador de uma espécie de poder que ele denominou de "poder espiritual", o que demonstra certa referência às idéias comteanas (ver item 1.1). Entretanto, esse uso da expressão "poder espiritual" abre margem, igualmente, para a hipótese de que Otlet tivesse uma visão mística de conhecimento.

Nessa direção, durante o processo de elaboração do projeto do *Mundaneum*, Otlet sugeriu ao arquiteto Le Corbusier que projetasse o edifício que o abrigaria em forma de

pirâmide, baseando-se em construção religiosa existente na Mesopotâmia. Otlet atribuía aos monumentos o mencionado "poder espiritual", e, em decorrência disso, imaginou o *Mundaneum* como uma grande obra monumental situada na chamada "Cidade Internacional" (ou "Bibliópolis"). Portanto, dois aspectos seriam essenciais para compreender o seu pensamento, o *centralismo* e o *monumentalismo religioso*.

Apesar disso, a idéia de que a obra otletiana tivesse sido influenciada somente pelo ideário positivista comteano foi problematizada por Ducheyne (2005, p.110), que objetivou demonstrar as divergências interpretativas e as pressuposições epistemológicas e ontológicas da Documentação. Com este intuito, Ducheyne enfatizou a importância da obra de Otlet para o desenvolvimento de um mecanismo lingüístico sofisticado que possibilitou, dentre outras coisas, classificar assuntos complexos, bem como prover o acesso bibliográfico de relevantes repertórios por meio de associações hierárquicas numéricas (divisões e subdivisões, auxiliadas por tabelas).

Ducheyne iniciou a sua argumentação abordando a divergência entre as idéias de Rayward (1994) e de Day (1997), que tiveram como enfoque interpretativo comum a associação da obra de Otlet ao legado positivista.

Enquanto Rayward (1994, p.247) apreendia que a concepção de conhecimento de Otlet era reducionista justamente por expressar o ideário positivista, que, conforme já dissemos, teve grande influência no pensamento europeu na segunda metade do século XIX e início do século XX; a argumentação de Day (1997, p.310) caminha em sentido oposto ao ressaltar que os avanços otletianos e suas aspirações enciclopédicas superaram, em grande medida, a concepção positivista do livro, o qual, em geral, era compreendido como o portador das "unidades atômicas dos fatos" (tradução livre).

Por outro lado, Ducheyne (2005, p.111) defende uma não polarização para o entendimento de tal questão, argumentando que a influência positivista não pode ser avaliada nas máximas "tudo ou nada". Para tanto, o autor sustenta a necessidade de evidenciar a relevância dos aspectos presentes na obra otletiana em sua amplitude.

Nessa direção, Ducheyne (2005, p.111) ressalta que Rayward (1994) abordou as diferentes tradições que influenciaram o pensamento otletiano, a saber: o Positivismo evolucionário do século XIX (RAYWARD, 1990, p.6); o ideal de Hebert Spencer de "Conhecimento Unificado" (RAYWARD, 1975, p.27-28); o coletivismo baconiano (RAYWARD, 1975, p.14; p.74); o trabalho dos enciclopedistas franceses, em particular de Georges Buffon, Denis Diderot e dos filósofos do século XVIII, tais como John Wilkins, George Dalgarno e especialmente de Gottfried W. Leibniz. (RAYWARD, 1967, p.270-273).

Mas considerando o papel central do pensamento positivista na Europa do século XIX e as próprias referências de Otlet a essa corrente filosófica, grande parte dos estudiosos de sua obra acabam por enfocá-la, tão somente, como a grande influência no desenvolvimento intelectual do autor.

A partir dessas reflexões, Ducheyne (2005, p.211) propôs reabrir o problema da relação entre Positivismo e a obra otletiana ao lançar as hipóteses de que a concepção de conhecimento científico de Otlet diferiria daquela que poderia ser considerada como um *positivismo epistemológico*. Além disso, tal concepção poderia ser analisada, segundo Ducheyne, no plano da linguagem, mais precisamente no plano do objetivismo (ou realismo) lingüístico, sendo influenciada pelos objetivistas e enciclopedistas do século XVIII.

No texto *Monde, essai d'universalisme*, escrito em 1935, Otlet se preocupou em representar o mundo em seus termos essenciais e em suas regras mediante um sistema apreendido em três diferentes escalas: 1) analítica - com a comprovação dos fatos pela experimentação; 2) informações lógicas - estratégicas para a resolução de problemas, formulação de hipóteses, etc. e 3) revelação - que serve de parâmetro, por exemplo, para o pensamento religioso.

Constatadas tais preocupações de Otlet, Ducheyne (2005, p. 111) indagou se o *Monde* fora realmente fundamentado no ideário positivista para a observação das coisas do mundo. Notou-se primeiramente que o Positivismo negou ou renunciou à busca de um conhecimento metafísico. Nesse caso, os fatos, e somente eles, seriam o objeto de análise. Conforme assinalou Ducheyne, o próprio Comte rejeitou a significância dos conceitos de causalidade. Assim, as iniciativas científicas de classificação dos fenômenos se davam pela relação de semelhança (para a descoberta das leis da natureza) e não pela causalidade.

Otlet se ateve, por sua vez, à explanação causal e metafísica quando compreendeu que o método científico consiste no isolamento de fatores relevantes para clarificar a sua influência em determinado fenômeno. Diante das variações de acepção de ciência durante o século XIX, Otlet reivindicou que a sua moderna concepção de ciência era "genética" e seu enfoque se direcionava ao substrato causal que constrói um certo estado de abstração. Dessa forma, o teórico belga criticou o que seria um modelo metodológico pré-"genético" da ciência, o qual seria insuficiente para a observação dos fatos, para o registro da documentação e classificação dos arranjos. (DUCHEYNE, 2005, p.112).

Desse modo, Otlet questionou a mera busca pela causa e pelo efeito (baseado nas leis da natureza), pois, segundo ele, esse modelo científico não seria satisfatório para identificar a produção e a natureza do *efeito* para cada *causa* em um determinado fenômeno. A questão é,

nesse caso: onde estaria o efeito causal? Essa seria, portanto, uma evidência da transcendência do caráter "anti-causal" do Positivismo.

Otlet enfatizou freqüentemente a importância da quantificação, em particular, da pesquisa bibliométrica. A causalidade pode ser observada na relativização por ele delineada para a elaboração da equação que demonstrava a importância do livro como um objeto de estudo científico. Tal equação foi construída da seguinte forma: "livro X elementos/estrutura X especificação do lugar X especificação do tempo." (OTLET, 1934, p.46).

As idéias de Otlet contrariam às do positivista alemão Ernest Mach, o qual reivindicava que, no campo da mecânica, a noção de causa era nomeada como "forças". Nesse sentido, Mach, em sua *teoria de força*, limitou-se a parâmetros empíricos e negou o parâmetro de causalidade ao argumentar que todo e qualquer esforço metafísico ou causal seria uma mera e preguiçosa especulação.

Por outro lado, Otlet tinha simpatia pela metafísica, como bem demonstra a convergência de idéias com o metafísico Henri Bergson. Tal afinidade com a metafísica de Otlet pode ser observada em sua "verdade metafísica" expressa na sua "equação do mundo":

> Mundo = {(componentes objetivos (no qual consiste seguir três tipos: (1.a) Coisas (incluindo Natureza, Homem, Sociedade e Divinidade), (1.b) Espaço e (1.c) Tempo)} X {(2) componentes subjetivos (incluindo (2.a) o ego, (2.b) criação (humana) e (2.c) expressão)} X {(3) o (3.a) Desconhecido e o (3.b) Misterioso (x + y)[166]}. (OTLET, 1935, p.xxi-xxii, p.335, p.359 apud DUCHEYNE, 2005, p.112).

Segundo explicou Ducheyne, a concepção metafísica otletiana representada na "equação" acima indica uma propositura menos determinista e mais causal, em que o mundo, de forma complexa, seria regido por componentes objetivos, por componentes subjetivos e por componentes "misteriosos".

Embora o Positivismo comteano tivesse influenciado perceptivelmente toda a obra de Otlet, por ter sido uma corrente responsável pela transferência e adaptação da positividade das ciências da natureza às ciências sociais, Ducheyne argumentou que Otlet não assimilou por completo tal perspectiva filosófica, mas antes agregou outras tradições para a formulação de sua concepção de mundo e de conhecimento científico.

---

[166] Nesse caso, a equação (x + y) "[...] refere-se ao que seria ainda não descoberto, mas que existe objetivamente, e para o que é fundamentalmente indeterminado, respectivamente." Tal equação consiste em um dos fundamentais conceitos otletianos de "átomo analítico" que representa a íntima essência das coisas do mundo. (DUCHEYNE, 2005, p.112, tradução livre).

Todavia, é questionável que Comte não tenha desenvolvido um pensamento metafísico, característica essa fundamental no pensamento filosófico ocidental (BENOIT, 1999). Embora este filósofo francês tenha buscado combater os metafísicos iluministas (pelo menos em sua formulação discursiva), em sua "teoria dos três estados", o "estado metafísico" era historicamente necessário para uma "mudança evolutiva" desse estado para o "estado científico ou positivo" (ver item 1.1); a noção de história de Comte e a idealizada "nova sociedade" se inserem em um universo marcadamente metafísico.

Enfocando o nosso objeto de estudo e em paralelo à discussão até aqui esboçada, podemos nos questionar até que ponto a subjetividade foi contemplada para a concepção e ampliação conceitual de documento na obra de Otlet. Este questionamento é pertinente se considerarmos que o documento é o principal objeto de estudo da Documentação.

3.3 O conceito *documento* na tradição otletiana

Visando abranger os elementos disciplinares norteadores da Documentação, abordaremos, neste momento, as questões relativas ao seu objeto de estudo. Nesta perspectiva, Meyriat (1981, p.58) salientou que o principal objeto investigado nessa disciplina é o documento, que serve como suporte da informação, a qual se encontra, por sua vez, nos conteúdos documentais.

Sob o prisma de análise de Meyriat (1981, p.58), os documentos são os *objetos de análise* e de *pesquisa* da Documentação por possuírem função informativa. Na disciplina, a noção de conjuntos documentais traz consigo a idéia de que a informação não está separada de seu suporte, pois as condições nas quais o suporte é *produzido*, *organizado* e *distribuído* nos remetem a sua eminente capacidade informativa. O universo que envolve essas condições e as propriedades informativas dos documentos constituem os elementos que os caracterizam como objetos de estudo da Documentação.

São importantes, outrossim, os estudos da forma e da estrutura dos documentos,[167] bem como o estudo dos meios e das técnicas que são utilizadas para a extração dos conteúdos temáticos para fins de organização e recuperação da informação. Nesse sentido, a

[167] Como vimos no capítulo 2, a disciplina que em grande medida se ocupa de estudar a *forma* e a *estrutura* do documento é a Diplomática, a qual auxilia as investigações e as práticas profissionais no campo da História, Arquivística, Direito, etc. no que diz respeito à relevância, para essas disciplinas, da comprovação dos elementos documentais de autenticidade e de fidedignidade.

Documentação se interessa, igualmente, pelo estudo das motivações e dos comportamentos que intervêm nos processos documentais, ou seja, no processamento técnico e nas funções auxiliares e intermediárias que geram produtos e serviços informacionais e que influenciam durante a utilização da informação. Mas, afinal, qual a concepção de documento para Otlet, e em que medida esse conceito pode ser estendido à Documentação hodierna?

Como vimos, foi a partir da década de 1930 que o enfoque da Bibliografia se modificou, justamente quando Otlet passou a priorizar o *documento*[168] como o principal objeto de estudo e buscou justificar teoricamente a Documentação ao constatar a premência de se criar uma disciplina que o contemplasse em sua amplitude conceitual. Desse modo, objetivando formalizar disciplinarmente a Documentação, Otlet ampliou, no *Traité*, o conceito de documento,[169] passando a considerar como tal qualquer documento e não somente aqueles na forma escrita e/ou impressa.

Essa nova percepção do objeto de estudo da Documentação respaldou teoricamente e possibilitou o trabalho de documentalistas que se defrontavam, em seu trabalho, com documentos complexos como, por exemplo, os periódicos. Assim, com a Documentação objetivou-se explorar o máximo possível do conteúdo informacional dos documentos, permitindo inter-relacionar conteúdos múltiplos entre documentos em formatos e suportes diversos. Ademais, tal ampliação conceitual foi ao encontro das necessidades informacionais dos usuários mediante a criação de novas técnicas que vieram a incrementar o trabalho documental, como a "reprografia" e a "microfotografia" (MEYRIAT, 1993, p.194).

Nessa direção, Otlet explanou acerca da mudança do termo "Bibliografia" para "Documentação", justificando ainda a mudança de concepção de livro e de documento. Tal mudança ocorreu com o desenvolvimento de uma

> [...] terminologia a partir da palavra "documento", com maior incidência que com os termos "livro" ou "biblion"; esta mudança de radical está justificada:

---

[168] Como afirmou Hellemans (2006, p.6), já no início do século, precisamente em 1903, Otlet se interessou em estudar o conceito de documento, que até então era concebido somente como aquele que se apresentava na forma escrita. Otlet estendeu o seu entendimento a todo suporte portador de informação (considerando, por exemplo, cartazes, fotografias etc.), no sentido de ampliar e completar o RBU com o maior número de objetos possível.

[169] Segundo mostrou Buckland (1997b), as mudanças de percepções do documento, em termos históricos, se deram principalmente em decorrência do aumento da produção documentária (literatura científica e técnica) no final do século XIX, das necessidades de se criar novas técnicas para a recuperação do conhecimento arquivado ou armazenado e da mudança do termo "Bibliografia" para "Documentação" no processo administrativo documental no início do século XX. Na perspectiva da Documentação (que buscou lidar com o conteúdo dos documentos), em especial, com o desenvolvimento teórico-conceitual de Paul Otlet e de Suzanne Briet, o documento tem se relacionado às formas físicas da informação e à materialidade da informação como insumo dos Sistemas de Informação.

> 1º, pelos motivos que têm feito admitir a palavra documento, documentação; 2º, pelo atraso das práticas do mundo do livro, que, não havendo evolucionado com suficiente rapidez, tem deixado de criar toda uma nomenclatura, em parte para objetos e noções dos quais havia se desinteressado no princípio. (OTLET, 1934, p.45-46).

Além disso, Otlet acrescentou que:

> Os novos ramos que a palavra livro [em uma concepção convencional] não tem coberto são: a) os documentos propriamente ditos: gravuras, peças de arquivo, documentos administrativos, discos, fotografias, filmes, diapositivos; b) as coleções constituídas de documentos: cartitecas, hemerotecas, perioditecas, discotecas, filmotecas; c) materiais especiais: fichas, estantes, [...] dossiês, arquivos, repertórios. (OTLET, 1934, p.13, tradução livre).

Como vimos, Otlet concebeu o documento de forma ampla, pois ele o relacionava diretamente ao objeto levando em consideração o seu valor informacional e, ainda, o seu valor evidencial, presente em elementos tais como gráficos ou outras representações de objetos e de idéias. Sob esse prisma teórico, Otlet delineou a Documentação como um campo de estudo e pesquisa que se constituiu com o intuito de manter um elo entre diferentes instituições (bibliotecas, arquivos, museus, entre outras que prestam serviços bibliográficos e informacionais) as quais representavam, em suas respectivas funções, uma única necessidade social (a da busca por informação), que o documento ficaria incumbido de tentar satisfazer. Na interpretação de Rayward (1991), o documento, para Otlet, "[...] é o centro de um complexo processo de comunicação, da acumulação e transmissão de conhecimento, da criação e evolução de instituições."

Com a Documentação, observou-se a necessidade de compreender que os problemas existentes para a recuperação do conteúdo documental necessitariam de uma reflexão teórica voltada para o desenvolvimento de métodos e técnicas. Nesse contexto, o conceito de documento deixou de ser restrito somente aos documentos textuais e impressos, passando-se a considerar novos suportes e novos tipos de documentos (ou seja, passou a ter importância a materialização de qualquer forma do pensamento humano);[170] e o livro passou e ser concebido não mais como uma totalidade, e sim como fragmentos, considerando-se os diferentes conteúdos nele presentes. Foi igualmente com essa mudança que as necessidades dos usuários

[170] Etimologicamente, como já dissemos, o conceito de documento apresenta ampla definição: prefixo *Docere* (aprender ou informar) e o sufixo – *ment* (significado). Porém, por um longo tempo o sentido desse termo sofreu uma restrição por passar a ser concebido como simplesmente "objeto-texto". Por outro lado, foi com a Documentação que a sua concepção passado a ser novamente ampliada. Segundo explica Buckland (1991), esse foi o principal motivo para que a CI resgatasse na Documentação a compreensão conceitual de documento.

do sistema de informação passaram a ser levadas em consideração, ou seja, para usuários potenciais, objetivou-se a disponibilização de diversos conteúdos específicos.

Buckland (1997b) suscitou as idéias de Otlet (1934) e argumentou que com a expansão do significado do documento, este passou a ser compreendido como todos os "[...] registros gráficos e escritos [que] são representações de idéias ou de objetos", chegando a concluir, de forma exagerada (ver item 4.4), que "[...] os objetos em si mesmos podem ser considerados documentos." Dessa forma, podem ser entendidos como documento: objetos manufaturados, manuais explicativos, jogos educacionais, trabalhos artísticos, etc., isto é, a "[...] materialização de qualquer forma do pensamento humano", "fonte de informação" ou "forma material". Portanto, Otlet entendeu que todos os objetos produzidos pelo homem podem vir a se tornar documentos.

Ainda sobre a ampliação do conceito de *documento*, Otlet (1934, p.373) mostrou que este pode apresentar-se como "objeto em si mesmo"; como a "menção do objeto na classificação"; e como o "[...] catálogo geral que faz o inventário dos objetos em si mesmos ou como parte de coleções determinadas." Diante disso, a relação autor/documento passaria a ser entendida sob dois aspectos: o "autor do original" e o "autor da reprodução". Não obstante, para Otlet, todos os documentos deveriam ser considerados em elementos de três ordens: 1) elementos materiais (substância, forma e acabamento); 2) elementos gráficos (textos, imagens, notações); e o mais importante, 3) os elementos intelectuais (ou seja, o seu conteúdo propriamente dito).

De forma mais específica, Otlet (1937) mostrou, ainda, que o *documento* pode apresentar-se em diferentes formatos, tais como: "[...] o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica."

É importante observar que Otlet estabeleceu uma relação sinonímica entre "livro" e "documento" em seu *Traité*, principalmente, quando considerou certa horizontalidade terminológica para a apreensão da própria disciplina, que, por vezes, foi referida como "Bibliologia" (ciência do livro) e "Documentação"/"Documentalogia" (ciência do documento).[171] Segundo apontou López Yepes (1990, p.40), "[...] Bibliologia,

[171] Tal como afirmou Santos (2006, p.75), Otlet "[...] recupera e revitaliza a Bibliologia, 'ciência do livro', criada por Gabriel Peignot no início do Século XIX. Segundo Robert Estivals, bibliólogo e professor da Université de Bordeaux III, a Bibliologia era uma ciência descritiva e histórica que Otlet retoma, estabelecendo novos parâmetros para inseri-la nas perspectivas científicas do século XX. Desse modo, toma a Bibliologia como ponto de partida de suas reflexões, aproveitando seu objeto de estudo e metodologia. Amplia, porém, o objeto de estudo – do livro para o documento – formula novas metodologias de investigação do objeto e cria uma nova terminologia para a área."

Documentalogia e Documentação são três denominações propostas por Otlet para a Ciência geral do documento". (tradução livre). Essa paridade terminológica refletir-se-ia na própria concepção de objeto da disciplina, já que Otlet concebeu o termo "livro" representando genericamente todo o tipo de documento, apresentando-se como seu sinônimo. Para Otlet (1934, p.43):

> A definição mais geral que se pode fazer do livro e do documento é esta: um suporte de uma certa matéria e dimensão, eventualmente de um certo dobrado ou enrolado onde se incluem signos representativos de certos dados intelectuais. (tradução livre).

Conforme salientou Day (1997, p.311), a concepção de livro na cultura ocidental nos remete, diante do seu secular aperfeiçoamento, a uma completude estrutural do próprio objeto, o que nos leva a supor uma "[...] noção de fechamento, identidade individual e verdade representacional." (tradução livre). Nesse sentido, poderíamos supor que o livro pode ser caracterizado enquanto todos os formatos que trazem essas propriedades e não somente pelo formato livro em si. Podemos dizer, ainda, que tais propriedades podem manifestar-se, por exemplo, em um rolo de pergaminho, em um periódico científico, em uma revista, etc., suportes estes que remetem à concepção antiga de *biblos*.[172]

Segundo esclareceu Santos (2006, p.77), o livro para Otlet "[...] é um instrumento de abstração que funciona como extensão do cérebro." Nessa direção, a autora teceu o seguinte comentário:

> Otlet manifesta uma profunda crença no papel social e na função educativa do livro uma vez que ele representa o mundo, porque contém dados observados da realidade e enfeixa a síntese do progresso da humanidade. Recorrendo a um sistema de signos desenvolvidos pelo homem, no decorrer dos séculos, inscrito sobre suportes práticos e portáveis com o emprego das tecnologias características de cada época, dando lugar a anotações [possíveis de] ser conservadas, comunicadas e difundidas, o livro é veículo de comunicação. (SANTOS, 2006, p.79).

No interior de seu horizonte positivista, Otlet cogitou a criação de uma forma mais abrangente e abstrata de livro (o "Livro Universal"), na qual estaria depositado e organizado o

---

[172] Retomaremos tal discussão conceituando *biblos* e relacionando-o à obra de Otlet no item 4.4.

conhecimento produzido pela humanidade. Para Otlet, esse sonho só poderia se concretizar por meio dos já comentados Repertórios Universais.[173]

Tal conjetura, que pende para a representação universalizante das coisas, pode ser considerada um aspecto importante para entendermos a horizontalidade conceitual entre Bibliologia e Documentação e seus respectivos objetos (livro e documento). Nesses termos, para Otlet (1934), o estudo do livro (ou do documento) em sua materialidade e complexidade apresenta duplo aspecto: 1) é obra do homem, ou seja, o resultado do seu trabalho intelectual; 2) é produto de múltiplos objetos criados pela civilização. (p.9). Nesse sentido, o objeto de estudo da Documentação é o *ser documentado* (p.11) ou a *materialização do pensamento humano* em todas as formas possíveis. (p.425).[174]

Nessa perspectiva, Otlet (1934, p.10) fez a distinção entre a "unidade física" e a "unidade intelectual" do documento, considerando os seus desdobramentos (p.45-46) e, ainda, entendeu que o documento se constitui em "[...] signos visíveis fixados sobre um suporte material."

É interessante observar que a horizontalidade atribuída por Otlet à comparação entre livro (objeto secularmente produzido para a difusão de idéias) e documento (objeto interpretado como portador de conteúdo informativo) representa uma de suas mais importantes contribuições para o entendimento conceitual de documento. Uma das principais premissas que permitiram a ampliação conceitual é a de que o documento poderia se constituir valorativamente em qualquer objeto produzido pelo homem. Otlet desconsiderou, por sua vez, os objetos naturais (não manufaturados ou industrializados).

Em outras palavras, embora Otlet tivesse ampliado o conceito *documento*, por considerar todos os tipos de objetos produzidos pelo homem (portadores, nesse sentido, de uma "objetividade"), ou seja, confeccionados com uma intencionalidade para um determinado uso (para suprir certas necessidades práticas ou intelectuais) ou mesmo para suprir

---

[173] Além dos visionários Repertórios Universais, vale recordar que Otlet alimentava sua utopia de pensar que, no cerne do sistema capitalista (contraditório em sua essência), seria possível chegar à "paz mundial", num período entre guerras, simplesmente por meio do acesso ao conhecimento. Essa sua visão ingênua não diminui a importância de sua teoria para o processo de institucionalização acadêmica da Documentação. Para autores como Rayward (1994; 1995) e López Yepes (1995), entre outros, a Documentação, proposta em seu *Traité*, foi a precursora de relevantes teorias, métodos e técnicas para a criação, por exemplo, da atual concepção de *hyperlink* que conhecemos hoje; e ainda chegam a argumentar sobre sua importância para a criação da Internet. Entretanto, uma das discussões mais polêmicas é aquela que relaciona a Documentação como a disciplina que lançou as bases epistemológicas para a proposição da CI.

[174] Interpretando a sinonímica relação entre livro e documento, Santos (2006, p.81) observou que Otlet priorizou o exame da forma e da substância do livro/documento "[...] com o objetivo de apreender a evolução do pensamento registrado."

necessidades meramente estéticas (manifestações artísticas), ele não explorou o conceito em sua totalidade, visto que não considerou os objetos naturais. Entendemos que tais objetos naturais também podem trazer importantes conteúdos informativos por registrarem ou evidenciarem, por exemplo, os rastros (ou signos) evidenciados pela natureza que ajudam a explicar os fenômenos naturais, biológicos, antropológicos e sociais.

Se não considerássemos os objetos naturais como documentos/monumentos – expressão empregada por Le Goff (1994) –, como poderíamos pensar e/ou classificar, por exemplo, os objetos presentes em um museu arqueológico? Um fóssil não seria uma fonte documental?

Embora Otlet não tivesse considerado a relevância documental dos objetos naturais, sua teoria serviu de base para que outros teóricos da Documentação os considerassem, aproximando disciplinarmente a Documentação aos pressupostos apresentados no âmbito da História (por exemplo, por meio dos teóricos do movimento dos *Annales*) e da Museologia.

Portanto, a contribuição de Otlet para a acepção de documento foi imensurável. Ademais, o desenvolvimento da teoria otletiana culminou na proposição disciplinar da Documentação e essa, por sua vez, foi essencial para a reflexão sobre elementos teórico-práticos que posteriormente contribuiriam para a proposição da CI (ver capítulo 4).

Ao interpretar o conceito de documento sob a perspectiva otletiana, Rodríguez Bravo (2002) mostrou que o documento pode ser caracterizado pela relação entre "suporte"/ "signos fixados", particularmente com a fixação de tais signos em um suporte material, artificial e de utilidade intelectual, constituindo-se como o registro dos feitos, das idéias, das ações e dos sentimentos do homem, ou seja, representando materialmente as suas impressões e manifestações racionais.

A essência do documento para Otlet se manifestaria com a representação de uma atividade intelectual (conteúdo) registrada em um suporte para a comunicação de qualquer tipo de informação, codificada lingüisticamente ou não. Nesses termos, os documentos "[...] constituem, em seu conjunto, a memória materializada da humanidade." (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, tradução livre).

Nessa mesma direção, López Yepes (1997, p.16) mostrou a contribuição de Otlet ao evidenciar o caráter essencialmente informativo do documento como instrumento de comunicação em um processo documental. Sob esse prisma conceitual, um mesmo documento pode servir para

> [...] uma contemplação estética ou uma contemplação documental quando [por exemplo] um quadro se converte em fonte de informação para conhecer como se vestiam ou como se armavam os soldados de uma época. Desde essa situação o museu poderá atuar alternativamente como um centro de gozo estético ou um centro de documentação. Esta última é a verdadeira concepção de documento. Em definitivo, dita concepção essencialmente informativa de documento resulta, em conseqüência, de considerar o documento como um suporte que contêm uma informação potencialmente transmissível no espaço e no tempo e [que é] atualizável para alcançar um novo conhecimento ou para tomar uma decisão correta. O documento como fonte de informação parece, assim, dormir placidamente, até que em um momento ou lugar determinado nos resolve uma dúvida. (LÓPEZ YEPES, 1997, p.16, tradução livre).

Seguindo esse horizonte interpretativo, Bachimont (2005, p.6) dissertou que o documento pode ser considerado como "[...] toda base de conhecimento, fixada materialmente, susceptível de ser utilizada para consulta, estudo ou prova." Seriam documentos, por exemplo, os "[...] manuscritos, impressos, representações gráficas ou figuras, objetos de coleções, etc." (tradudção livre). Portanto, o documento para Bachimont se caracteriza por ser:

- ✓ Delimitado no tempo e no espaço: tem um começo e um fim;
- ✓ Permanente: conserva o seu conteúdo; é o testemunho de uma expressão e o suporte de uma transmissão;
- ✓ Inteligível: permite restituir a expressão da qual é testemunho a interpretar seu conteúdo a partir do traço que o constitui.

Sob esse prisma, o documento seria aquele objeto que apresenta uma intencionalidade, ou seja, um traço de uma expressão, instituído por um ponto de vista intencional. Assim, o documento se constituiria através de uma atribuição de valores, podendo-se observar *a priori* o traço de um conteúdo e *a posteriori* um objeto material considerado como indício de uma atividade que pode ser compreendida a partir da interpretação do objeto. O documento seria, portanto, uma evidência ou testemunho que deriva da interpretação que pode ensinar sobre a atividade que a originou, ou seja, seria o resultado de um ato de publicação (exteriorização, ou seja, ato de tornar disponível, público, etc.) que lhe confere uma intencionalidade/inteligibilidade, uma permanência e uma delimitação.

É importante observar que Bachimont considerou a relação ativa do sujeito no processo interpretativo do objeto visando identificar os conteúdos informativos que poderão conduzir ao processo valorativo para converter o *objeto* ("matéria-prima") em *documento*. Nessa perspectiva, o referido autor enfatizou somente os objetos produzidos pelo homem, sendo fiel à concepção otletiana de documento a qual compreende que o objeto, após passar

por um processo de objetivação,[175] constitui-se em um documento dotado de objetividade. Seguindo essa linha de raciocínio, para López Yepes (1981a, p.117), a

> [...] objetivação do conhecimento a um suporte e a possibilidade de comunicação ou acessibilidade do mesmo são as duas linhas que configuram o conceito de documento. A objetivação do conhecimento implica uma carga informativa [e indica] que todo documento é portador de informação, de fonte – portanto, estas, como o [próprio] suporte, devem ser permanentes –, [sugerindo, também] que a comunicação e a transmissão da informação, que o documento porta, definem a acessibilidade do mesmo. (tradução livre).

Voltando à explanação de Bachimont (2005), vale dizer que embora o autor tenha citado Otlet (1934) e sua "seguidora", Suzanne Briet (1951), ele não explorou a contribuição desta última para a ampliação conceitual de documento.

Influenciada pelo pensamento de Otlet e pelas mudanças decorrentes das inovações tecnológicas do pós-guerra, a bibliotecária francesa Suzanne Briet (1951) defendeu que todo documento é a evidência física que sustenta um fato, abrindo margem, sobretudo, para a consolidação do conceito de "evidência/prova" sustentado pelo Direito e pela Arquivística.

Com base na concepção da UFOD (Union Française des Organismes de Documentation) de 1935, que delineava que documento seria "[...] toda base de conhecimento expresso num suporte material e suscetível de ser utilizada para consultas, estudos ou provas", Briet (1951, p.7) enunciou documento, na metade do século passado, da seguinte maneira: "[é um] indício concreto ou simbólico, conservado ou registrado com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual." (tradução livre). Vejamos, a seguir, o esquema de Briet (1951), que buscou esclarecer, de forma simples, a questão ontológica do documento:

Relação objeto/documento

Objeto	*É documento?*
A estrela no céu.....	Não
Uma foto da estrela.....	Sim
Uma pedra no rio.....	Não
Uma pedra num museu.....	Sim
Um animal na selva.....	Não
Um animal em um zoológico.....	Sim

Fonte: Briet (1951) apud Buckland (1997b)

[175] Apreendemos que o processo de objetivação do objeto consiste em modificá-lo materialmente, através de um trabalho intelectual dotado de intencionalidade, produzindo no objeto evidências (informações) que constituirão seu conteúdo documental, podendo gerar, por meio de sua interpretação, um processo valorativo individual e social.

Portanto, a intencionalidade da ação sobre o objeto (bem na sua representação em outros suportes, como no local onde será armazenado) lhe garantirá o "status" de documento. Resgatando um outro exemplo de Briet (1951), sob a mesma lógica do esquema acima: um antílope vivo em um *zoológico* seria um documento primário e a sua representação documental, ou registro, seria um documento secundário.

Sobre tais contribuições de Briet, Buckland (1997b) argumentou que os elementos que tornam possível a transformação do objeto em documento são: a) *materialidade* (suporte), b) *intencionalidade* (objeto como evidência), c) *processamento* (transformação em documento), e d) *posição fenomenológica* (percepção do indivíduo/interpretação).

Enfim, o *documento* para Briet (no contexto da Documentação) pode ser caracterizado como tal a partir da percepção e da ênfase de quaisquer atributos funcionais direcionados ao conteúdo documental interpretado num objeto, ou seja, às informações nele identificadas e valoradas socialmente.

Vejamos, a seguir, algumas considerações de Meyriat (1981) e de Escarpit (1981)[176] que convergiram com as asseverações de Briet, aproximando, portanto, a Documentação e o conceito de documento dessa disciplina ao universo da cultura material. Cabe salientar que esse direcionamento teórico nos remete a um paralelo às contribuições conceituais obtidas a partir do movimento dos *Annales*.

Conforme sugeriu Meyriat (1981, p.51), a definição de documento pode ser melhor delimitada no contexto das disciplinas Documentação ("documentation") ou Documentalogia ("documentalogie"), cujos nomes surgiram do seu radical e que vêm apresentando contribuições importantes para apreender o documento conceitualmente.[177] Segundo explica o autor, quando o conceito de documento é analisado e debatido fora desse campo teórico, torna-se difícil o seu delineamento.

Como afirma Meyriat (1981, p.51), o documento se constitui como o suporte informacional que serve para a comunicação de informações e que ainda tem a qualidade de durabilidade. Vejamos dois elementos essenciais e inseparáveis para entendermos o conceito:

---

[176] Cumpre destacar que, num texto recente, Ortega & Lara (2008, p.5) enfatizaram que tanto Meyriat (1981) quanto Escarpit (1981) são autores relevantes da corrente francesa da Documentação, cuja dimensão "[...] histórica e interdisciplinar parece não ter par frente às obras atuais. Da mesma forma, causa-nos perplexidade o não reconhecimento destes avanços sobre a área. Se estes autores não foram superados, mas também não são conhecidos [...] tendem a ser reinventados, o que pode levar a grandes esforços sem, necessariamente, a mesma qualidade."

[177] A disciplina Diplomática, cujo nome também tem como radical uma derivação de documento, traz importantes contribuições para a reflexão conceitual de documento. Sobre este assunto, ver capítulo 2.

- ✓ Natureza material (objeto que serve como suporte);
- ✓ Natureza conceitual (o conteúdo da comunicação, ou seja, a informação).

Considerando a amplitude e a variabilidade de tais características, toda mensagem objetivada em um meio material traz consigo uma significação; contudo, torna-se difícil definir se o objeto se constitui como documento se não conhecermos o significado da mensagem por ele transmitida. Ademais, como os documentos escritos são geralmente utilizados para a comunicação de mensagens, a identificação desses significados poderá ocorrer em suportes diversos (pedras, terracota, conchas, pergaminho, papel, filme, etc.) que são instrumentalizados para cumprir esse papel informativo. Conforme dissertou Meyriat, como os documentos são aqueles objetos que trazem consigo informações que poderão ser transmitidas, logo, "todo objeto pode [...] vir a ser um documento." (MEYRIAT, 1981, p.52, tradução livre).

No caso de um museu, diferentes objetos, mesmo aqueles naturais, como, por exemplo, um *esqueleto*, não são necessariamente escritos. Porém, podem-se gerar, a partir deles, importantes registros, por trazerem informação do indivíduo ou do animal quando em vida (aspectos sociais, alimentares, etc.).

Do mesmo modo ocorre com os objetos manufaturados ou industrializados. Nesse sentido, quando tomamos uma *bicicleta* como documento esta poderá trazer importantes informações, como, por exemplo, sobre as técnicas empregadas para sua fabricação ou sua função de substituição de outros meios de locomoção em determinado momento histórico, etc. Nessa perspectiva, uma pintura poderá retratar, além da sua temática principal, todo o "pano de fundo" histórico em que foi produzida, podendo evidenciar, assim, o movimento estético em que se insere, a técnica usada para a pigmentação, etc.

Desse modo, todo objeto, quando produzido, tem por função (primeira) satisfazer uma determinada necessidade: bicicleta (meio de transporte); roupas (proteger o corpo, ser signo de *status*), etc. Entretanto, pode-se atribuir outros valores e usos diferentes daqueles objetivados no objeto. Dessa forma, este pode ser pensado em duas direções. Ele pode ser criado para desempenhar uma determinada função informativa e pode ainda exercer uma função informativa distinta daquela que motivou a origem da sua produção. Nesse caso, a necessidade informacional (individual ou social) motivará a busca pela informação e definirá se o objeto pode ser considerado documento. Isso ocorre no processo valorativo de atribuição

de significados a um determinado suporte material no contexto de um processo comunicativo.[178]

É justamente sobre a característica informativa e comunicativa do objeto que Escarpit (1981, p.161) desenvolve uma reflexão situando o documento como um objeto visível e palpável. Tais aspectos perceptíveis aos sentidos somam-se às propriedades de *sincronia* e de *estabilidade* que garante ao documento certa independência com relação ao tempo. A *sincronia* garantem uma independência interna das mensagens por evidenciar que elas não se apresentam como acontecimentos lineares, e sim, como uma aposição de elementos. Já a *estabilidade* condiz com a possibilidade de conservação do suporte material, bem como com a de transporte e de reprodutibilidade.

Da estabilidade temporal do objeto ao ato de informar uma mensagem ao destinatário, seria necessário o que Escarpit chamou metaforicamente de "varrer" (ou seja, analisar sincronicamente). Este termo foi usado pelo autor para indicar o processo de passar de uma justaposição multidimensional sincrônica e linear da mensagem para um estágio diacrônico (e espontâneo) que permite gerar informação. (ESCARPIT, 1981, p.82). A partir desse processo resultaria o conceito de *semidocumento*. Este *semidocumento* se caracterizaria pela existência de suportes que contêm informação, mas que não cumprem a função sincrônica e, portanto, não permitem a "varredura" (por exemplo, a película cinematográfica, fita magnética, etc.). À luz do referencial de Escarpit, Pinto (2001, p.39) conceituou documento como aquele objeto que possibilita a "[...] acumulação permanente e estável de signos que pode ser explorada livremente."

Conforme explicou Meyriat (1981, p.52-53), no processo comunicativo, o emissor e o receptor da mensagem estão habilitados a atribuir significação ao objeto num processo recíproco. Quando uma mensagem específica (Ex.: artigo científico de uma determinada disciplina) é direcionada a um público específico (como os especialistas no assunto em questão), a habilidade de apreendê-la diminuirá os "ruídos" que são comuns no processo comunicativo.

Mas, segundo aponta Meyriat (1981, p.53), a vontade do emissor de transmitir a mensagem não é o bastante. Um jornal cotidiano serve de suporte para a transmissão da informação, mas se ele for utilizado como embalagem de algum produto, ele deixa de ter a

---

[178] Buckland (1997b) mencionou a relevante contribuição social do estudo semiótico do "objeto-como-signo" para a concepção de documento. Para tanto, ele exemplificou trazendo a relação da percepção do observador sobre o significado do próprio objeto, já que os signos nunca são naturais, e sim, atribuições de valores conferidos aos objetos (que podem ser naturais ou artificiais).

função comunicativa a que foi objetivada. Em contrapartida, a necessidade (individual ou social) de obter uma informação é um elemento crucial para a valoração de um objeto como um documento, ao passo que a vontade de seu criador, no ato da criação, poderá não estar vinculada a essa necessidade. Este pode ser o caso de um objeto que foi criado para uma determinada finalidade (Ex.: roupa = vestir) e passa a ser valorizado por motivos alheios à mesma (valor estético ou informativo, num museu).

Nesse sentido, um mesmo objeto pode ser concebido com diferentes funções documentais de acordo com a finalidade a ele atribuída. Uma carta escrita por Napoleão, por exemplo, poderá ser objeto de estudo e de interpretação para diferentes pesquisadores. Nesse caso, a finalidade do questionamento do objeto definirá a sua função. Podem ser observadas a *forma* dos atos emitidos (análise diplomática); a *caligrafia* (análise paleográfica); a posição política de Napoleão em um determinado evento (de interesse histórico, político, sociológico, etc.), entre outras possibilidades.

Assim, a capacidade informativa de um documento não será perceptível somente nas informações explícitas (ou seja, naquelas informações objetivadas no ato de sua criação), na medida em que será por meio do questionamento do objeto que encontraremos aquilo que ele "não fala espontaneamente", podendo surgir assim novas questões capazes de evidenciar as informações até então implícitas ou "adormecidas". Para Meyriat (1981, p.54), a noção de utilização é central, pois é o "[...] utilizador que faz o documento."

Portanto, o documento não é determinado, mas é o produto de uma vontade, seja de informar ou de ser informado. Se a informação transmitida por meio de um documento não responder aos anseios do receptor, o suporte não poderá ser (ou não será) caracterizado como documento. Em outras palavras, o objeto só se torna documento se este responder alguma questão de interesse individual e/ou social que possibilite o seu armazenamento nos espaços da memória cultural, seja em arquivos, bibliotecas, museus, centros de documentação, etc.

Após abordarmos as contribuições de Briet (1951), de Buckland (1997b) e de Meyriat (1981) no âmbito da Documentação, as quais reforçam a hipótese da necessidade de interpretação para o processo valorativo de transformação do objeto em documento, poderemos comparar tal perspectiva àquela proposta pelo movimento dos *Annales*, a qual criticou a concepção ingênua "positivista" de documento no contexto historiográfico.

Portanto, tanto no campo da Arquivística, com a crítica de Cook (1998; 2001) à concepção de ciência e de documento diplomático de Duranti (1995), como no da Documentação, com a releitura da obra otletiana proposta por Briet (1951), Meyriat (1981) e Buckland (1997b), observa-se um movimento crítico à noção "positivista" de documento.

À luz de tal crítica, podemos observar no campo da Documentação duas fases de apreensão conceitual de documento que correspondem a dois enfoques distintos, mas que a rigor não se excluem, por representarem diferentes contextos históricos subjacentes às análises de diferentes autores.

A primeira fase, por nós denominada de "positivista", foi marcada pela concepção otletiana de documento após a década de 1930, quando constatamos que o conceito de documento para Otlet fora formulado considerando os objetos produzidos pelo homem em direção ao *conteúdo informacional*. Nesse caso, a ênfase no *conteúdo informacional* seria o fator distintivo para a transformação do *objeto* em *documento*, sendo que a ação humana de agregar ao objeto uma função informativa lhe garantiria o *status* de objetividade. Sob esse prisma, o documento se caracterizaria por se constituir em diversos suportes (apresentando-se em diferentes espécies e tipologias) *eivados de objetividade*. Tal objetividade confundir-se-ia com o próprio processo criativo e/ou de exteriorização de um conhecimento ou técnica durante o processo de construção, lapidação, escritura, registro, etc. num objeto material.

Já o segundo momento da Documentação – fase "hermenêutica" – compreender-se-ia após a década de 1950, quando se destacaram as idéias de Briet (1951), Meyriat (1981), Escarpit (1981), Buckland (1997b), entre outros, os quais propuseram uma mudança qualitativa para a concepção de documento. Seus argumentos demonstraram que nenhum documento é propriamente objetivo, mas é o produto de um processo de objetivação (atribuição de valor). Nesse sentido, o objeto é interpretado durante um processo valorativo ao longo do qual se atribuem significados e sentidos, sob a influência dos aspectos subjetivos "condicionados" pelo contexto social e cultural com os quais necessariamente se relacionam. Considerando essa especificidade, o documento seria o fruto de uma ação interpretativa (subjetiva, portanto) de um sujeito que vive em sociedade e, portanto, recebe influência (passivamente) e influencia (dativamente), a um só tempo.

Após tais aproximações conceituais, cabe destacar que no próximo capítulo aprofundaremos ainda mais a discussão sobre a contribuição teórica de Otlet e de Briet para a formulação conceitual de documento, em particular, quando observado no universo teórico da CI. Veremos, ademais, que as especulações associadas à obra de Otlet ainda estão em discussão no campo da CI, pois existem diferentes interpretações que questionam ou que atenuam a importância dada ao papel histórico atribuído à Documentação para a constituição da CI. Adentremos, então, nesse variado universo teórico-interpretativo.

4 O documento na Ciência da Informação: aspectos ontológicos e sociais

4.1 Ciência da Informação: abordagens prático-disciplinares e epistemológicas

À luz da necessidade de contextualizar a CI para pensarmos a dimensão conceitual de documento no seu quadro teórico, buscaremos, no presente capítulo, sintetizar abordagens que ainda hoje estão em voga no seu campo disciplinar. Tais "concepções de ciência" trabalham, especificamente, para a produção de *metadiscursos* explicativos e objetivam, por conseguinte, justificar a existência e a pertinência social da CI. Para melhor compreender tal dinâmica, identificou-se a existência de duas abordagens teóricas: a) *prático-disciplinar*, que associa a criação da CI a práticas e a associações profissionais, a teorias, etc.; e b) *epistemológica*, que compara as práticas, as teorias, os conceitos, etc. a uma, necessária, base filosófica. Explicaremos e exemplificaremos as especificidades de tais abordagens mais adiante.

Seguindo a ordem acima proposta, daremos o nosso primeiro passo trazendo as interpretações históricas que se inserem no universo interpretativo *prático-disciplinar*. Argumentaremos que as hipóteses formuladas sob esse prisma de análise, quando pensadas isoladamente, não contemplam a amplitude da criação de uma disciplina numa perspectiva *epistemológica*. Entendemos que a simples apreensão e aceitação de que a CI nasceu, exclusivamente, de atividades profissionais, induz ao obliteramento da complexidade histórica (interesses políticos, ideológicos, econômicos, etc.) e filosófica que antecedeu e perpassou a sua criação disciplinar.

Ao iniciar um retrospecto, torna-se relevante rememorar a mudança dos diferentes suportes informacionais (das tábuas de argila até os suportes digitais atuais) que a secular instituição biblioteca presenciou. Nesse contexto, o formato livro (em suporte papel) foi o que mais se destacou e se consolidou na instituição biblioteca, principalmente depois da difusão da imprensa de Johannes Gutenberg, no século XV. O aperfeiçoamento dos tipos móveis de Gutenberg possibilitou um incalculável avanço nas formas de produção e reprodução de documentos e, conseqüentemente, de conhecimentos.

Dessa forma, foi a partir da Idade Moderna que a biblioteca passou a se firmar como instituição autônoma, mais especificamente, no momento em que os trabalhadores da biblioteca, ou "bibliotecários", deixaram de atuar na reprodução de documentos

(características dos monges copistas na Idade Média), pois tal atividade passou a ser desempenhada por oficinas especializadas.

Isso explica, de certa forma, os motivos pelos quais a Biblioteconomia, desde a sua criação, foi apreendida como a primeira área de aplicação e estudo preocupada com a "[...] preservação das unidades do conhecimento registrado", tendo a sua atividade pautada pela disseminação de equipamentos físicos, mediante laços produtivos e formais, "[...] mas não estabelecidos com base na informação e no seu contexto de produção e uso." (ORTEGA, 2004).

Com o distanciamento gradativo do processo de produção e de reprodução de documentos, a Biblioteconomia passou a se restringir a uma concepção "clássica" de biblioteca (calcada pela sua forte função "educativa", de caráter universalizante). Em particular, no momento de criação das "[...] primeiras bibliotecas públicas tomou corpo o ideal de serviço para a comunidade e se passou a considerar que a educação era um meio eficaz de aperfeiçoamento individual." (SHERA, 1980, p.93).

Essa concepção "iluminista" de biblioteca pública, pressupondo que o conhecimento deveria ser de acesso irrestrito aos indivíduos, passou a ser problematizada quando o conhecimento científico (especializado) estava em pleno desenvolvimento e expansão, particularmente, em meados do século XIX.

Argumentava-se, nesse período, que a biblioteca "universalista" havia deixado de acompanhar os avanços técnico-científicos que se refletiram na produção de um maior número de documentos de diferentes tipos que, por sua vez, precisariam ser tratados, organizados e recuperados. Respondendo a essa necessidade, surgiu uma nova concepção da instituição, principalmente quando as bibliotecas deixaram de ser um mero lugar para o estoque de livros e passaram a priorizar o conteúdo documental e o seu respectivo acesso. (FAYET-SCRIBE, 2001, p.14),

A especialização nos serviços de informação decorreu dessas novas demandas sociais e os seus primórdios podem ser observados com a criação dos instrumentos de classificação bibliográfica que visavam a uma maior delimitação temática no processo de organização e recuperação da informação. Destaca-se a publicação, nos Estados Unidos (EUA), da primeira edição da Classificação Decimal de Melvil Dewey (CDD), em 1876, que ajudou a promover a institucionalização do serviço de informação especializado e contribuiu para o desenvolvimento da denominada Biblioteconomia Moderna (ou especializada).

Somando-se a isso, as iniciativas de padronização da catalogação bibliográfica foram igualmente muito importantes. Desde os primeiros intentos de padronização, destacamos as

iniciativas de Charles Ami Cutter, com a publicação, em 1876, nos EUA, das Regras de um Catálogo Dicionário; não deixando de mencionar a publicação, em 1899, na Alemanha, do instrumento catalográfico das Instruções Prussianas; e, em 1901, a criação, pela Biblioteca do Congresso dos EUA, de um sistema de distribuição de fichas catalográficas impressas e padronizadas. (ORTEGA, 2004).

Com a crescente complexidade institucional da Biblioteconomia nos EUA no período da Segunda Guerra, outros profissionais (de distintas áreas) passaram a atuar, em particular, na Biblioteconomia Especializada (articulada pela *Special Libraries Association*). Essa especialização marcou uma cisão entre os profissionais especializados e os bibliotecários que trabalhavam sob uma perspectiva biblioteconômica nos moldes "clássicos".

Assim, os interesses expressos por associações profissionais geraram divergências entre os denominados *librarian* – bibliotecários tradicionais, dentre os quais se destacaram personalidades da área como Dewey, Ranganathan e Bliss – e aqueles que, aos poucos, representavam uma outra categoria profissional por trabalharem nas *Special Libraries* (bibliotecas especializadas), ou seja, os *information scientists* (cientistas da informação ou bibliotecários especializados). (SHERA, 1980, p.94; MEYRIAT, 1993, p.194).

Destarte, como observamos no caso específico dos EUA, a literatura acadêmica em informação constantemente revisita os acontecimentos ocorridos na França entre o final do século XIX e início do XX. Por intermédio de tal referencial, podemos observar que, nesse país, ocorreu similarmente uma indisposição entre os *bibliotecários tradicionais* – que mantinham acervos organizados por generalidades temáticas, com função patrimonialista, educativa e universalista[179] – e os *documentalistas*, que tinham como enfoque o tratamento para a disponibilização da documentação especializada e científica e que eram advindos de uma tradição do movimento bibliográfico (WOLEDGE, 1983). Tais documentalistas provinham das mais diversas profissões e campos do saber e trabalhavam nos centros de documentação, sendo os protagonistas de uma relativa tensão entre Biblioteconomia e Documentação. (MEYRIAT, 1993, p.195).

O contexto profissional acima descrito pode ser considerado o "pano de fundo" que acompanhou o processo de busca por legitimação teórica das duas disciplinas que, até hoje, reivindicam constituírem a "gênese" da CI: a Biblioteconomia e a Documentação. Desse modo, as preocupações teórico-disciplinares estão presentes na diversidade de opiniões de pesquisadores da CI que se detiveram e reconheceram a importância do *Traité* de Otlet, o qual

[179] A denominação profissional "conservateur" atesta bem essa concepção patrimonialista.

seria a base para uma orientação teórica européia da CI, em particular, em uma vertente francofônica; e do ensaio do cientista estadunidense Vannevar Bush intitulado *As we may think*, que definiria o marco teórico inicial da vertente anglofônica da CI.

Ademais, vale destacar que não existe consenso entre os teóricos que defendem uma demarcação teórico-disciplinar em ambas as correntes. Por exemplo, autores como Wersig (1993) e Rayward (1991; 1994; 1995) argumentam que a CI se originou com a perspectiva européia; já para Saracevic (1992; 1996) e Capurro (2003) esta disciplina se alinha mais à corrente estadunidense. Todavia, na opinião de López Yepes (1995) e Rodríguez Bravo (2002), ambas as abordagens se complementam.

Como vimos no capítulo anterior, a perspectiva européia da Documentação nasceu, em grande medida, sob a influência das idéias positivistas de Auguste Comte (DAY, 1997; RAYWARD, 1991, 1994; SANDER, 2002) influenciadas também pelo objetivismo lingüístico, iniciado pelos enciclopedistas do século XVIII. (DUCHEYNE, 2005). Tal orientação foi decisiva para a criação da obra de Otlet que expressou, em uma abordagem ampla e com grande preocupação formal, a sua inquietude frente aos problemas informacionais de sua época. Dessa forma, o *Traité* tornou-se, a partir de então, uma importante referência para pensarmos as questões informacionais hodiernas. Por exemplo, Rayward (1994; 1995) desenvolveu a sua argumentação a partir da interpretação da obra otletiana no sentido de contextualizá-la e trazê-la para a atualidade, demonstrando a sua contribuição para o desenvolvimento do *hiperlink*, das bases de dados, da Internet, etc. Para o referido autor, a Documentação foi a "raiz disciplinar" da CI. Sob esse prisma, credita-se ao *Traité* a posição de "pedra angular" que deu início à Documentação, como uma "ciência da informação".

É importante sublinhar que o *Traité* destaca o labor da Documentação (que trabalha com a especificidade do conteúdo documental) como algo necessário para lidar com o problema da grande quantidade de documentos acumulados desordenadamente, para os quais a Biblioteconomia "clássica" não trazia respostas satisfatórias com os seus métodos e técnicas tradicionais. Segundo afirmou Otlet (1934, p.6), a "documentação organizada" tem como princípio oferecer a ordem de conhecimentos documentados. Como descreve Rayward (1994, p.237-238, tradução livre):

> O *Traité* é talvez a primeira sistemática moderna da discussão dos problemas gerais de organização da informação. O termo "documentação" é um neologismo inventado por Otlet para designar o que hoje nós tendemos a chamar de "Armazenamento e Recuperação da Informação" (*Information Storage and Retrieval*).

Por outro lado, a acepção anglofônica de CI estaria, sobretudo, relacionada às atividades profissionais em documentação – principalmente no setor privado nos EUA, iniciadas anteriormente à Segunda Guerra – e à eficiência organizativa de associações profissionais e de pesquisa, como o *American Documentation Institute*, fundado em 1937 (atualmente, *The American Society for Information Science and Technology* – ASIST), que representavam, em grande medida, o interesse dos EUA em se projetar como país investidor e produtor de ciência e tecnologia.

Essas associações elegeram e disseminaram o termo *Information Science* (Ciência da Informação) como o "porta-voz" de uma promissora "ciência" que precisou de um processo de "disciplinarização" eficientemente arquitetado em um curto espaço de tempo. Por exemplo, o artigo de Borko (1968), embasado nas idéias de Taylor, expressa esse intento de justificar e de delimitar essa nova disciplina, trazendo sucintamente as preocupações teóricas deliberadas nas conferências do Georgia Institute of Technology (realizadas nos EUA, 1961/1962),[180] que seriam orientadoras para as pesquisas e práticas profissionais em informação na relativa separação e interdependência entre a dimensão teórica e a aplicada. Somando-se a isso, Freitas (2003) e Oliveira (2005) nos mostram que a UNESCO, durante as décadas de 1960 e de 1970, teve um importante papel de divulgação de tais idéias com o intuito de formar um Sistema Mundial de Informação Científica para "cooperação voluntária internacional" (UNISIST).[181]

Em síntese, os primórdios do enfoque *prático-disciplinar* podem ser observados na literatura acadêmica da CI, da qual podemos ressaltar, por exemplo, a apreensão de Borko (1968), que destacou a vocação dessa disciplina para enfoques teóricos e aplicados;[182] e a

---

[180] É interessante observar que a "[...] adoção do termo Ciência da Informação no idioma inglês pode ser verificada já em 1958, com a criação, em Londres, do Institute of Information Scientists, e dez anos depois, com a mudança de denominação do American Documentation Institute para American Society for Information Science and Technology, o mesmo ocorrendo com as escolas de Biblioteconomia e com as publicações [periódicas]." (ORTEGA, 2004).

[181] Para uma síntese acerca da importância e da influência da criação de instituições/associações profissionais e de periódicos de divulgação científica para processo de criação e disciplinarização da CI, ver: FERNÁNDEZ MOLINA, J. C. De la Documentación a la Information Science: antecedentes, nacimiento y consolidación de la "Ciencia de la Información" en el mundo anglosajón. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, v.9, n.33, p.41-61, 1993.

[182] Em sua clássica citação, Borko (1968, p.3) afirmou que a CI surgiu como um campo autônomo no início de 1960 como uma: "[...] disciplina que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam seu fluxo, e os meios de processá-la para otimizar sua acessibilidade e uso. A CI está ligada ao corpo de conhecimentos relativos à origem, coleta, organização, armazenagem, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso de informação... Ela tem tanto um componente de ciência pura, através de

abordagem de Shera (1980), que a direcionou como uma "profissão" cujo fim seria subsidiar teoricamente a prática biblioteconômica.[183]

Nesses termos, poderíamos dizer que a CI primeiramente foi pensada como disciplina e, posteriormente, seus pesquisadores se preocuparam com as questões de ordem histórica e epistemológica no sentido de oferecer-lhe maior alicerce teórico e metodológico. Em outras palavras, durante muito tempo seus estudiosos se detiveram mais nas questões de ordem *prático-disciplinar* do que naquelas de ordem científica, ou seja, da "ciência em movimento".

Essa ênfase inicial no aspecto disciplinar da CI sem o prévio embasamento científico explica a premência atual de estudos de natureza epistemológica. Cabe destacar que o fortalecimento de suas bases teóricas e metodológicas para sua justificação como ciência social é relevante para que a CI possa conquistar um maior reconhecimento perante a sociedade. Isso poderia levar à superação da embaraçosa situação de a CI ser equiparada a outras disciplinas, como a Ciência da Computação e o Jornalismo, por exemplo.

Complementando a abordagem prático-disciplinar de CI a partir da Biblioteconomia moderna (anglofônica) e da Documentação (francofônica), o autor espanhol López Yepes (1995) apresentou as perspectivas da Ciência da Informação e Documentação (*informations- und dokumentationswissenschaft*) alemã e da Informática (*Informatika*) russa.

Ao apresentar a corrente originada na Alemanha, López Yepes (1995, p.197-214) demonstrou que a vertente européia de CI não se limitou à corrente francofônica. O referido autor espanhol se embasou em autores como Shober (1968), Pietsch (1968), Koblitz (1968, 1969, 1970, 1975) e Wersig (1975), entre outros, para demonstrar que a perspectiva alemã da Ciência da Informação e Documentação diferiria da concepção estadunidense e seria mais ampla que a mesma.

Essa disciplina alemã se singularizou quando passou a somar a responsabilidade social ao ponto de vista crítico direcionado às tecnologias de informação, tomando como prioridade a informação social organizada como enfoque e objeto de estudo. A Documentação seria

---

pesquisa dos fundamentos, sem atentar para sua aplicação, quanto um componente de ciência aplicada, ao desenvolver produtos e serviços."

[183] Conforme argumenta Shera (1980, p.99), a CI seria uma profissão, embora não prestasse serviços propriamente práticos. "É possível que a Ciência da Informação não tenha, todavia, uma base teórica, porém procura encontrá-la nas disciplinas em que se apóia e é, por sua vez, a base teórica da prática Biblioteconômica". Assim, a Biblioteconomia seria a atividade profissional que lida com o conjunto de "[...] organismos, operações técnicas e princípios que dão aos documentos gráficos o máximo de utilidade humanamente possível, ou seja, a utilidade social máxima em benefício da humanidade." Nesse sentido, enquanto a Biblioteconomia foi apreendida como uma profissão de "serviço" que pode ter um caráter abrangente e especializado; a CI, por outro lado, seria uma "profissão teórico-especializada" que subsidiaria a prática biblioteconômica.

determinante para a disciplina, pois representaria o processo de produção documental, ou seja, o processamento analítico-sintético da documentação que levaria a sua função informativa no processo de armazenamento, recuperação e transmissão da informação. Conforme postularam Wersig & Neveling (1975), cujo texto foi recentemente estudado por Freire (2003), a disciplina alemã se constituiu priorizando dois enfoques: enquanto a *Ciência da Informação* se preocuparia com a informação em um contexto social amplo, a *Documentação* se encarregaria da informação especializada.

Portanto, a complementaridade desses dois enfoques marcou a criação da Ciência da Informação e Documentação alemã, que, na condição de ciência social, fora criada para ocupar-se das questões sócioinformacionais de maneira ampla. Porém, a condição instrumental das teorias para o delineamento do seu caráter disciplinar, com enfoque nas questões de ordem eminentemente prática, evidencia que essa disciplina não se diferenciou substancialmente da proposta estadunidense de CI.

Compreendemos que o ensaio de Bush (1945), na perspectiva estadunidense, trouxe implicitamente os primórdios da "vocação" que a CI tomou como conduta balizadora, ou seja, incitou a ênfase nos recortes teóricos de outras disciplinas para tentar suprir demandas específicas e aplicadas de informação (especializadas, portanto) em um enfoque marcadamente funcional e instrumental. Em outros termos, esse artigo foi tomado simbolicamente como marco por muitos pesquisadores, por representar o momento do pós-guerra em que se abriu um campo de investigação aos cientistas, frente à questão da informação voltada para a identificação e para a solução de problemas informacionais por meio de aparatos tecnológicos, em particular, relacionados à Recuperação da Informação (RI).

Assim, muitos chegaram a afirmar, tal como fez Saracevic (1996, p.43), que Bush antecipou o "[...] nascimento da CI e, até mesmo, [da chamada] inteligência artificial" ao propor, mediante as tecnologias de informação, a associação de idéias para duplicar processos mentais artificialmente, visando a suprir a necessidade de se recuperar o conhecimento registrado perdido no nebuloso acúmulo de documentos resultante da "explosão da informação" do período pós-guerra. Os teóricos que convergem em tais premissas postulam que o texto de Bush evidenciou a necessidade de se produzir uma "memória auxiliar sobressalente" que ajudaria o pesquisador a produzir novos conhecimentos. A tecnologia atuaria como uma extensão da memória do cientista, ou seja, como uma espécie de extensão do seu corpo.

Sob tal pensamento, Bush idealizou e propôs uma "máquina" denominada Memex que consistia em um dispositivo que iria potencializar o pensamento criativo e a memória do

pesquisador (de forma personalizada e individualizada) por ter a pretensão de executar o "pensamento repetitivo" e que, conseqüentemente, também proporcionaria ao cientista maior tempo livre para a sua produção intelectual, para a criação de novas tecnologias, trazendo, como resultado, maiores recompensas econômicas.

Dessa forma, esse ensaio marcou os primórdios de uma orientação teórica da CI calcada na solução de problemas por meio da tecnologia. O documento, na lógica do Memex, seria uma "unidade de memória" que poderia ser acionada de acordo com a necessidade do pesquisador no desenvolvimento de sua "pesquisa aplicada" para a produção do conhecimento tecnológico ou técnico-científico. Portanto, poderíamos dizer que a importância de Vannevar Bush para a CI se situa em sua "antevisão" da pertinência instrumental da tecnologia para a resolução de problemas informacionais, particularmente em RI.

De forma associativa, muitos creditam à "máquina" imaginada por Bush a posição de precursora dos computadores modernos e ainda postulam que ela apresentou as bases para a criação do *hiperlink* quando apontou para a associação de documentos com códigos comuns de forma automática.[184] Segundo explicou Bush (1945),

> Um MEMEX é um dispositivo que permitirá a uma pessoa armazenar todos os seus livros, arquivos e comunicações, e poderá ser consultado com grande velocidade. Na verdade, seria um suplemento ampliado e íntimo de sua memória. O MEMEX consiste em um escritório, que se bem operado a distância, constituirá primeiramente o local de trabalho do utilizador.

Entretanto, para Buckland (1997a, p.3), o projeto não concluído de Bush (o Memex) apontava para uma alternativa superficial e ineficaz, pois esse dispositivo tinha um arbitrário mecanismo de associação e, se fosse concretizado, não alcançaria o objetivo de ser personalizado ao "conhecimento" do pesquisador. Como salienta o autor, a idéia do Memex era inconsistente porque não foram considerados os conteúdos dos documentos como elementos-chave para garantir uma transmissão otimizada e qualitativa, mas priorizou-se somente as relações do meio de transmissão, ou seja, a forma (tecnológica) do processo. Os atalhos de transmissão, do modo como foram apresentados, tendiam a se tornar obsoletos, pois, com a mudança do conhecimento do usuário/operador, o sistema não previa uma atualização de tais meios.

---

[184] Rayward nos mostra que Otlet observou, antes de Vannevar Bush, a necessidade de solucionar o problema na organização e na recuperação do montante de informação que estava sendo produzido e estocado desordenadamente. Contudo, na época, o teórico belga não dispunha de tecnologias mais eficientes, já que estas só foram desenvolvidas décadas após sua morte (como, por exemplo, o computador). (RAYWARD, 1994, p.238).

O lado positivo da perspectiva de Bush foi a abertura de caminhos para outros estudos em RI, já que foram despendidos grandes investimentos para tentar controlar a grande quantidade de informações especializadas produzidas. Desse modo, o conhecimento científico gerado por intermédio do aperfeiçoamento da racionalidade técnica e do aprimoramento dos meios de produção era considerado um investimento em potencial. Destarte, a RI foi, segundo apontou Saracevic (1996), o principal fator para o desenvolvimento da CI como disciplina científica. Nesses termos, a RI influenciou a "[...] emergência, a forma e a evolução da indústria da informação."

Contudo, apesar da importância desse enfoque para a criação disciplinar da CI – que, posteriormente, não se limitou apenas à recuperação, ampliando o seu campo de ação instrumental –, historicamente a vertente estadunidense carregou uma tendência até hoje perceptível à escassez (ou de lacunas) de fundamentação e preocupação epistemológica, ou seja, a enfatizar mais a tecnologia e os recortes teórico-disciplinares sob o ponto de vista prático em detrimento da contextualização do pensamento produzido na CI de tradição científica e filosófica. Essa situação remete, em certa medida, a uma inconsistência teórica e à premência de estudos epistemológicos, sobretudo, para pensarmos a CI no âmbito das ciências humanas.

Como vimos, uma das maiores contribuições observadas com esse enfoque utilitário da RI para a proposição da CI foram os altos investimentos em tecnologia promovidos pelos EUA no período que se seguiu a Segunda Guerra Mundial (SARACEVIC, 1996; 1999). Por outro lado, não podemos deixar de mencionar o contexto em que tais investimentos foram estimulados. Eles ocorreram, precisamente, na efervescência da corrida bélico-tecnológica entre o referido país e a então superpotência concorrente – a antiga União Soviética (URSS) –, igualmente emergente no período pós-guerra e também protagonista da chamada Guerra Fria.

De modo geral, a Guerra Fria marcou o período pós-Segunda Guerra Mundial (que se estendeu até 1989, com a simbólica queda do muro de Berlim), em que as potências vencedoras da guerra, EUA e URSS, aceitaram dividir globalmente forças em uma espécie de equilíbrio de poder desigual (respectivamente, em zonas de influência capitalista e zonas de influência socialista) não contestado em sua essência. Essa falta de contestação da divisão de poderes, por ambas as partes, evitou a eclosão de uma guerra nuclear. Não obstante, esse período foi marcado pelo medo de uma "destruição mútua inevitável" decorrente do perigo eminente de guerra. (HOBSBAWN, 1995, p. 224). A tensão entre esses dois países teve como um de seus desdobramentos a corrida pelo desenvolvimento científico, tecnológico e bélico na

tentativa de demonstrar superioridade de força no plano infra-estrutural e militar. A informação, nesse contexto, adquiriu importância estratégica.

Como decorrência desses interesses, a URSS focalizou-se nas questões de ordem científico-informacional em um movimento de teorização da informação científica que já vinha se delineando anteriormente à proposição estadunidense. Exemplificando tal antecipação, Freitas (2003), ao embasar-se no estudo de Richards (1996), demonstrou a marcante atuação do Comitê Central do Partido Comunista da URSS para a construção de um "[...] complexo sistema de importação e tratamento da informação de periódicos científicos do Ocidente para suprir seus próprios cientistas e tecnólogos." Tais iniciativas foram efetivadas com a fundação, no ano de 1952, do VINITI (Instituto Unido para a Informação Científica e Técnica). Todavia, tal entidade fora concebida já em 1946 na ocasião em que "[...] existia serviço de informação com a finalidade central de manter os cientistas soviéticos atualizados no que faziam os norte-americanos em pesquisa atômica e projeto de foguetes." Vale frisar que em meio às disputas geopolíticas e ideológicas da Guerra Fria e à conseqüente corrida pela vanguarda científico-tecnológica, o controle da informação científica e tecnológica foi uma das pautas nesse leque de interesses.

Conforme argumentou López Yepes (1995, p.220), autores como Mikhailov, Chernyi e Gilyarevskii (1966) se dedicaram à criação da disciplina russa – a Informática – visando investigar tais questões informacionais. Diferentemente da CI estadunidense, que buscava (pelo menos formalmente) estudar o fenômeno informacional de maneira ampla, a Informática, desde sua origem, buscou delimitar o seu campo de ação investigativa direcionado à informação científica.

A Informática passou, a partir de então, por um amplo quadro teórico-disciplinar interpretativo, tendo como marco inicial as preocupações com as leis internas de desenvolvimento da ciência relacionadas às necessidades sociais que as justificassem. Dentre as principais necessidades que influenciaram sua criação disciplinar, destacamos: a) o crescimento na produção bibliográfica; b) a especialização científica; c) a inter-relação de ciências; d) os aspectos políticos e econômicos incidentes na ciência; e e) a influência dos meios de comunicação, entre outros aspectos.

Num primeiro momento, tal disciplina foi pensada para o estudo dos princípios da atividade informacional mediante a elaboração e aplicabilidade de metodologias para coleta, processamento (analítico-sintético), armazenamento e disseminação da informação científica registrada. Ademais, a Informática, além de se ater a preocupações relacionadas à informação científica, também sofreu influência da documentação otletiana na conjetura de que dela teria

derivado a preocupação com um dos principais alicerces da disciplina russa – a atividade científico-informativa –, que seria diretamente responsável pela geração de novos conhecimentos. (LÓPEZ YEPES, 1995, p.222).

No bojo desse contexto histórico, as tecnologias de informação foram fundamentais para a intersecção do plano infra-estrutural com o bélico. As iniciativas desses países retratam um período em que a informação passou a ser concebida estrategicamente para interesses nacionais, eminentemente para a esfera público-estatal na antiga URSS; e para a esfera pública e privada nos EUA. Cabe ressaltar que o enfoque estadunidense conduziu hegemonicamente à proposição da CI em detrimento da Informática russa, principalmente por contemplar as primazias informacionais do mundo capitalista, ou seja, a ênfase na informação de cunho científico-tecnológico atrelado ao enfoque mercadológico, que lhe garantiu "nuances sedutoras".

Tais aspectos atrativos do enfoque mercadológico da informação na CI podem ser interpretados a partir da análise de López Yepes (1995, p. 189-193), que se embasou em autores como Santodomingo Guarachana (1990), Ros García (1990), Gómez-Pallete (1990), Hernández de Frutos (1991) e López Hernández (1991), entre outros. López Yepes (1995) destacou vários pontos relacionados ao desenvolvimento do enfoque da gestão da informação (*information management*) na CI. A informação, sob esse prisma, apresenta-se como um recurso econômico estratégico (ou fonte de poder econômico) da atividade empresarial na "sociedade da informação", também denominada "pós-moderna" ou "pós-industrial". Nessa perspectiva, a informação seria gerida em sistemas sob o forte impacto das tecnologias de informação.

O autor sobredito, além de abordar os desdobramentos da perspectiva tecnológica da recuperação da informação anglofônica, aprofundada por Mooers (1950) e por Vickery (1961), também evidenciou a importância e a influência da *teoria matemática da informação* de Shannon e Weaver (1948), que considerava, de modo geral, a transmissão de mensagens em um processo comunicativo entre emissor e receptor através de um canal comunicativo (nesse caso, mediado pela tecnologia). Sob esse prisma, o processo informacional e documental instrumentalizaria a comunicação da informação científica com base em um sistema de informação. Dessa forma, para López Yepes (1995, p. 167-186) o enfoque principal da CI estadunidense recairia sobre a necessária percepção de *sistema* e do controle positivo (das propriedades, do comportamento, etc.) da *informação registrada*.

Vimos que, à luz de uma perspectiva teórico-disciplinar, as diferentes interpretações acima citadas foram investigadas buscando esquadrinhar, justificar e evidenciar os elementos

que comporiam as diferentes facetas disciplinares daquilo que, diante da indefinição observada, poderíamos nomear de "ciências da informação".[185]

Considerando a percepção estadunidense que vigora em grande parte das explanações conceituais da CI (sob o desígnio de sua própria condição hegemônica), uma das principais características dessa "ciência" seria a de lidar com os problemas informacionais pontuais e historicamente inscritos mediante o empréstimo de teorias comumente empregadas em outras disciplinas (como é o caso da *teoria matemática da comunicação* e da *teoria geral de sistemas*, entre outras) que são instrumentalizadas para diferentes fins. (PINHEIRO, 1999, p. 177). A partir disso, conforme argumentaram Saracevic (1995; 1996) e Pinheiro (1999; 2005), a interdisciplinaridade faria parte de sua natureza constitutiva.

Além da interdisciplinaridade, uma outra forma de colaboração edificante para a construção de bases teóricas da CI emerge, segundo Holland (2008, p.19-20), com a multidisciplinaridade, em razão da qual grupos de pesquisadores de diferentes disciplinas se unem para tentar desenvolver um mesmo objetivo ou solucionar um mesmo problema. Essa modalidade de colaboração apresenta características próprias, pois os membros de cada grupo não deixam de se respaldar e de se embasar nas teorias, ferramentas e métodos de sua própria disciplina.

Enfim, do ponto de vista dos enfoques interpretativos dos teóricos da CI, observamos duas perspectivas diferentes que buscam explicar sua constituição e que são imprescindíveis como intentos para a sua elucidação disciplinar e científica. Tais perspectivas são:

a) *prático-disciplinar*[186] – aqui a relação entre a configuração disciplinar da CI e as teorias de outras disciplinas formariam um conjunto de conhecimentos instrumentais para lidar com uma determinada fase e/ou problema em informação contemplando práticas, enfoques e espaços/ambiências informacionais particularizados. Como exemplo, podemos citar as explicações que aproximam a CI das teorias e práticas da Biblioteconomia, da Arquivística, da Museologia, da Ciência da Computação, da Ciência Cognitiva, etc. Em nossa opinião, as pesquisas desenvolvidas por Shera (1980), Ingwersen (1992a; 1992b), Jardim & Fonseca

---

[185] Como veremos mais adiante, existem formulações no campo epistemológico que defendem a hipótese de que, embora ocorram divergências teóricas e ideológicas, o quadro disciplinar pode ser justificado e definido a partir de uma estrutura epistêmica que confere identidade própria à CI.

[186] Vale destacar que embora a adoção do termo *prático-disciplinar* tenha sido uma sugestão nossa para designar, de forma clara, a distinção de abordagens, a divisão dos enfoques *práticos* e *epistemológicos* pode ser observada no texto de Dick (1999, p.307).

(1992), Saracevic (1996), Le Coadic (1996), Smit & Barreto (2002), Smit (2000a, 2000b), Robredo (2003), dentre outras, apresentam-se em uma abordagem que contempla uma dimensão prático-disciplinar.

b) *epistemológica*[187] – busca a processualidade histórica e teórica de tais enfoques prático-disciplinares no seu inter-relacionamento com o campo científico e filosófico. Portanto, esta perspectiva acomoda o primeiro enfoque (prático-disciplinar) num plano teórico-metodológico explicativo na qual as práticas não formariam simplesmente uma disciplina e, sim, fariam parte de um conjunto de saberes que têm um lugar específico dentro do universo do conhecimento (sob a influência de uma base filosófica, de métodos, de teorias, etc.). Sob esses termos, as pesquisas desenvolvidas por Budd (1995), Dick (1999), Gonzáles de Gómez (2000a; 2000b; 2001), Fernández Molina (2002), Capurro (2003), Hansson (2005), Capurro & Hjϕrland (2007) e Rendón Rojas (2005), dentre outras, foram desenvolvidas segundo esta perspectiva.

Reconhecemos a importância do enfoque *prático-disciplinar*, entretanto, encontramos na perspectiva *epistemológica* um caminho fértil para apreender quais seriam os preceitos que poderiam ajudar a estabelecer limites identitários disciplinares e científicos ou localizar/identificar a ausência deles na CI, inclusive, por meio de uma abordagem histórica-conceitual.

Podemos dizer que o estudo de Zins (2007) contribuiu para as investigações epistemológicas em CI quando revelou, dentre outras coisas, a existência de uma verdadeira *babel* conceitual no entendimento disciplinar de CI entre os pesquisadores de diversos países que compõem ou que estão próximos ao seu campo de estudos. Vale destacar que os depoimentos dos pesquisadores estudados por Zins revelaram uma discrepância tal de entendimento disciplinar da CI que, em alguns momentos, chegamos a nos questionar se eles estavam se reportando a uma mesma disciplina.

---

[187] Epistemologia ou Filosofia da Ciência, segundo explicou Rendón Rojas (2005, p.6), é a "[...] reflexão racional que tem como objeto a ciência; a referida reflexão se realiza com a ajuda de um instrumental filosófico composto de conceitos, métodos e categorias. Isto é, as perguntas gerais que se apresentam em toda reflexão filosófica igualmente se apresentam à ciência, portanto, o que se investiga é: O que é ciência? O que diferencia este tipo de conhecimento dos outros? Como é possível obter e justificar tal conhecimento? Quais são as condições necessárias e suficientes para que se dê o conhecimento científico? Qual é a sua função e sua finalidade? e Quais são os seus limites?". Segundo descreveu Chauí (2003b, p.57), epistemologia é a "[...] análise crítica das ciências, tanto das ciências exatas ou matemáticas quanto das naturais e humanas; [análise das] compatibilidades e incompatibilidades entre as ciências, [das] formas de relações entre as ciências, etc."

Vale dizer que, para minimizar problemas de escassez ou de superficialidade teórica, o enfoque epistemológico é importante para os estudos em CI. Buscaremos, agora, exemplificar tal enfoque por meio da síntese e/ou do recorte teórico dos estudos de Archie L. Dick, María Nélida González de Gómez, Rafael Capurro e Miguel Ángel Rendón Rojas.

Para apresentarmos introdutoriamente o escopo de investigação desses autores, é relevante dizer que, enquanto Dick (1999) propôs uma perspectiva epistemológica *holística* para a CI, González de Gómez (2000) buscou evidenciar uma espécie de "esgotamento" das epistemologias normativas e regionais por intermédio de três *modelos* teóricos. De forma distinta, Capurro (2003) propôs uma espécie de "mapeamento" epistemológico, demarcando a disciplina em três paradigmas (distintos e complementares) mediante a teoria das estruturas científicas de Kuhn. Como veremos, uma proposta alternativa a esta fora desenvolvida por Rendón Rojas (2005), que questionou a aplicabilidade da noção de paradigma de Kuhn para a CI por meio dos *programas de investigação* desenvolvidos por Lakatos.

Iniciando com Dick (1999, p.316), cabe destacar que este autor se embasou nas idéias universalistas de Otlet, ou seja, nas idéias centrais de totalidade e de inter-conectividade, para propor uma estrutura que pudesse acomodar diferentes posições epistemológicas. Essa estrutura foi denominada por Dick (1999, p.317) de *perspectiva holística* com base no *holismo* que, segundo o autor, se refere

> [...] mais a uma totalidade social relevante na Biblioteconomia e Ciência da Informação, tal como grupos, comunidades, culturas, amplos sistemas de significação, sistemas econômicos, etc., bem como contextos que possibilitam compreender e esclarecer fenômenos de interesse para a Biblioteconomia e Ciência da Informação. Estas totalidades sociais são flexíveis ao invés de serem rígidas [...] Este foco macroscópico é atraente, pois, assim como os economistas, os biólogos, etc., os bibliotecários e pesquisadores em Biblioteconomia e Ciência da Informação tendem a enfocar membros de uma classe em lugar de indivíduos [ou seja, tipos de público-alvo em potencial] [...] – por exemplo, leitores de ficção científica, público usuário de uma biblioteca, clientes de negócio, comunidades rurais, cientistas sociais, e assim por diante, ou seja, tipos nos quais os indivíduos representam a sua cultura ou sociedade ou gênero. (tradução livre).

Para tanto, Dick (1999, p.317) buscou subsídios no chamado perspectivismo teórico e metodológico, que consiste num tipo de enfoque relativista nas pesquisas de ênfase social em que a justificação e a sustentação do conhecimento sempre ocorrem de acordo com o contexto que sustenta o corpo conceitual e de pensamento. Conforme defendeu Dick (1999, p.317),

> [...] diferentes conjecturas epistemológicas em cada corpo teórico tenderam a configurar a forma pela qual as formulações teóricas serão procuradas. Cada teoria estabelecerá a base para justificar o conhecimento a ser sustentado e para selecionar os respectivos métodos de investigação. (tradução livre).

Em outra direção, González de Gómez (2000) buscou evidenciar uma espécie de "esgotamento" das epistemologias normativas e regionais como subsídio para pensar a cientificidade da CI, mediante uma configuração modeladora balizada por premissas gnosiológicas as quais demonstram os diferentes modelos epistêmicos sociotécnicos da informação.

Num *primeiro momento*, a autora destacou o *modelo moderno* que segue a orientação informacional de disponibilizar "para todos o que é de todos". Tal modelo parte da concepção iluminista de conhecimento na modernidade, em que se destacaram os padrões universalistas de ações de informação e da razão por intermédio da publicação dos resultados pelos agentes competentes. Uma idéia presente nesse período foi a de que o progresso se daria pelo intermédio da razão e do conhecimento científico, o qual estabeleceria uma instrumentalização metódica dos processos sociais. Acerca desse modelo, González de Gómez (2000, p.10) afirmou que:

> A universalidade do princípio racional redundou no direito universal do indivíduo-cidadão à educação, à memória e à arte, e se expressou nas "instituições universais" como a escola pública e a biblioteca pública ou nos espaços culturais universalizados pela sua inclusão no Estado Republicano (a "res pública"), como o Museu Nacional, o Arquivo Nacional ou a Biblioteca Nacional.

O modelo moderno fundou a relação entre fontes de informação e as totalidades universais (universo do conhecimento ou da literatura sobre um assunto), em que as "[...] coleções dos acervos [e o] *corpus* concreto de documentos ou artefatos culturais são duplicações homeomórficas que buscam sempre sua completude e totalização." (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2000, p.11).

Nessa etapa, é possível observar características marcantes, tais como: a) quadro institucional (memória, ensino, comunicação) com missões e jurisdições bem estabelecidas e reguladas pelo Estado; b) crescente divisão do trabalho na produção de conhecimentos; c) formalização de profissões intelectuais (professores, bibliotecários, jornalistas etc.); e d) ações de informação bem estabelecidas (autores, editores, leitores, bibliotecários) por meio de técnicas de tratamento de informação documental e da indústria editorial.

Em um *segundo momento*, predominou o *modelo dominante* ou *modelo elitista ou hegemônico*, que parte do direcionamento informacional de se disponibilizar "para poucos o que é de muitos". Desenvolvido a partir da Segunda Guerra, esse modelo está relacionado à criação do Sistema de Recuperação da Informação (SRI), em função da qual se despertou para a importância das iniciativas tecnológicas no contexto industrial e militar, sendo estratégico para um crescimento hiperbólico do "crescimento da ciência" de recorrência (em que o presente recria no passado os seus antecedentes). (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2000, p.11).

As características marcantes desse modelo referem-se: a) à especialização do SRI; b) à existência de subsistemas funcionais: seleção e coleção, armazenamento, tratamento, busca, recuperação e disseminação da informação; c) à modelização menos preocupada com a totalidade da ciência e mais com os filtros de busca e bases referenciais de representação da informação (representação secundária e terciária; e recuperação de documentos selecionados e localizados); e d) ao aumento da divisão do trabalho intelectual (gestores de ciência e tecnologia, mediadores especializados, etc.).

Uma importante característica desse *modelo dominante* se delineia quando a crescente automação das atividades de informação deixa de ser "meio" e passa a ser "fim", no momento em que, pelo aprofundamento da especialização, aumenta-se a qualidade e a quantidade dos serviços informacionais e, igualmente, a responsabilidade do profissional frente à indústria da informação, em ascensão.

O *terceiro e último modelo* apontado por González de Gómez (2000, p.12) é o denominado *inteligência distribuída*. Nesse modelo, segue-se a orientação informacional de disponibilizar "para alguns o que é de alguns". Segundo afirmou a autora, esse modelo está em construção e pode ser ilustrado por conceitos e por situações.

Por exemplo, o conceito de "processamento paralelo" serve de metáfora para designar *inteligência distribuída*. Tal *inteligência* pode ser compreendida analogamente a uma espécie de "processamento paralelo" que, por sua vez, pode ser igualmente apreendido como "microprocessadores" que compõem "[...] uma montagem de processos paralelos produzidos por inteligências individuais." (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2000, p.12).

Por outro lado, González de Gómez (2000, p.12) se baseou em autores como Star, Bowker e Newmann (1998) para demonstrar que a *inteligência distribuída* representa o principal desenvolvimento da ciência e que nela os cientistas realizariam um trabalho cooperativo sem um consenso e sem objetivos compartilhados.

Em tal abordagem produziriam objetos – artefatos informacionais ou objetos fronteiriços[188] – semelhantes aos da inteligência artificial distribuída. Cabe aqui destacar que os objetos fronteiriços seriam as exteriorizações das unidades plurais de trabalho intelectual agregando atores, elementos, objetivos, métodos, linguagens e valores heterogêneos, além de atos assincrônicos de conhecimento.

A partir desse último modelo de trabalho que contempla os objetos distribuídos, as "clássicas" instituições com finalidades e funções de cunho universalista passaram a perder espaço para aquelas organizações orientadas para objetivos particulares e específicos, que buscam alcançar uma eficácia quase "cirúrgica", bem como objetivam uma maior comunicação no trabalho de armazenamento, processamento e transmissão da informação, tudo isso somente possível graças à integração por meio tecnológico.

Com esse modelo se inicia a dissolução do papel social na cadeia da produção (autor, leitor, editor, produtores da informação e de metainformação), pois, nessa fase, a aprendizagem e a investigação se aproximam e, além disso, as erráticas miscelâneas tecnológicas mal projetadas surgem como resposta para o "[...] processamento e organização da informação, orientados pelas demandas dos usuários e não pelas fontes". (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2000, p.13).

Sob outra proposta teórica, Capurro (2003, p.3) buscou "mapear" o campo epistemológico da CI através da hermenêutica como abordagem metodológica. Mediante tal abordagem, o autor instrumentalizou o conceito kuhniano de paradigma[189] para apreender a

---

[188] Como exemplo de tais objetos fronteiriços, podemos observar: repositórios culturais (acervos tridimensionais de museus e bases de dados referenciais bibliográficas), tipos ideais (diagramas e os conceitos abstratos), objetos com formas comuns e conteúdos diferentes (mapas ao mesmo tempo demográfico, orográfico etc.), catalogação que permite a comunicação de diferentes atores de trabalho distribuído (normalização que permite a transmissão de informação entre bibliotecas, museus e arquivos, etc.). (GONZÁLEZ de GÓMEZ, 2000, p.12-13). Os objetos desses trabalhos distribuídos permitem a descentralização e a desterritorialização de uma "rede de inteligência distribuída" com a cooperação, direta ou indireta, de atores conhecidos ou desconhecidos entre si, de forma sincrônica ou assincrônica.

[189] Acerca da observação dos vários sentidos atribuídos ao termo "paradigma" de Kuhn em sua obra *A estrutura das revoluções científicas*, Epstein (1988, p.68) retomou o estudo interpretativo de Masterman (1970, p.61-65) que enumerou um total de 21 (vinte e um) significados do termo, dentre os quais destacamos "uma filosofia ou uma obra clássica", "um modelo", "uma aquisição científica", "uma caixa de ferramentas", "uma ilustração padronizada", "uma analogia", "um novo ponto de vista epistemológico", "uma nova maneira de ver", "algo que define um largo setor da realidade", etc. De modo geral, "paradigmas", para Kuhn (2005, p.13), seriam as "[...] realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência". Quando tomado de maneira ampla na sua inter-relação com a teoria, Kuhn (2005, p.228-229) reitera que o termo "paradigma" pode ser usado como sinônimo de "matriz disciplinar". Em suas palavras, "[...] *disciplinar* porque se refere a uma posse comum aos praticantes de uma disciplina particular; *matriz* porque é composta de elementos ordenados de várias espécies, cada um deles exigindo uma determinação mais pormenorizada. Todos ou quase todos os objetos de compromisso grupal que meu texto original [*A estrutura das revoluções científicas*] designa como paradigmas, partes de paradigma ou paradigmáticos, constituem essa matriz disciplinar e como tais formam um todo, funcionando em conjunto".

CI no intercruzamento de três modelos, a saber, o *físico*, o *cognitivo* e o *social*, que seriam influenciados por diferentes concepções teóricas.[190]

Abrindo parênteses, cabe destacar que a teoria de Tomas S. Kuhn foi, em certa medida, uma reação à teoria de Karl Popper e esta, por sua vez, fora desenvolvida como uma resposta crítica ao indutivismo empírico[191] do Positivismo. Assim, antes de explanarmos sobre a teoria de Kuhn, abordaremos brevemente as premissas norteadoras de Popper.[192]

O "Racionalismo crítico" de Popper fora desenvolvido, dentre outras coisas, para questionar o indutivismo positivista que, inspirado nas idéias de Comte, tinha como prerrogativa a criação de leis universais dotadas de verdade. A vertente positivista criticada por Popper era, em particular, aquela que se fortaleceu no início do século XX com a criação do denominado Círculo de Viena, berço do movimento que ficou conhecido como Neopositivismo ou Empirismo/Positivismo Lógico. Como o próprio nome indica, essa vertente se caracterizou por explicar e predizer a realidade mediante a aplicação do método empírico somado ao emprego da lógica, partindo das coisas particulares para chegar a generalizações que comporiam leis universais. Para os teóricos dessa corrente de pensamento

> [...] todo enunciado tem sentido somente se for um enunciado com conteúdo empírico, que pode ser verificado empiricamente; ou se for uma tautologia lógica que, ainda que não tenha informação sobre o mundo, será uma verdade necessária que servirá para relacionar os enunciados empíricos de tal maneira que se obtenha inferências corretas a partir deles.
> Todos os positivistas são empiristas e, por conseguinte, afirmam que o conhecimento em geral, e o conhecimento científico em particular, se

---

[190] Para Capurro (2003), a CI foi marcada pela influência de teorias que tiveram repercussão, principalmente, nos processos de armazenamento e de recuperação da informação. O referido autor destacou a "teoria da informação", de Shannon e Weaver (1972), direcionada, em grande medida, à investigação empírica dos processos neurais; a "cibernética", de Wiener (1961), empregada para o estudo do vínculo dos seres vivos aos sistemas autopoiéticos, de onde deriva, por exemplo, a "cibernética de segunda ordem" de Foerster (1974) e Maturana e Varela (1980; 1984); e a "teoria dos sistemas", de Luhmann (1987). Para Capurro (2003), essas correntes conexas à semiótica de Peirce influenciaram a discussão epistemológica da CI. Além desses autores, Capurro (2003) comenta que tiveram influência na reflexão filosófica da CI o pensamento de Wittgenstein, de Foucault e de Váttimo.

[191] A indução parte do pressuposto lógico de que o aumento do conteúdo factual das proposições possibilita o argumento. Segundo Freyre-Maia (1997, p.39), isso significa que "[...] com a indução, obtemos uma conclusão que diz mais do que as proposições iniciais. A indução é ampliativa. Como tal, corre um risco". Para uma crítica incisiva ao argumento indutivo, ver: CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993. 225p.

[192] Acerca de uma comparação mais detalhada entre as epistemologias de Kuhn e de Popper, recomendamos a leitura de: LAKATOS, Imre. *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa: Edições 70, 1999. FREIRE-MAIA, Newton. *A ciência por dentro*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. DIÉGUEZ LUCENA, Antonio. *Filosofía de la ciencia*. Madrid: Biblioteca Nueva; Universidad de Málaga, 2005. CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

> origina com a experiência que os sentidos nos proporcionam. Os enunciados observacionais são expressões lingüísticas que refletem uma experiência, isto é, descrevem fielmente o que se capta pelos sentidos e são susceptíveis de confirmarem-se empiricamente. (RENDÓN ROJAS, 2005, p.7, tradução livre).

Para Popper, a tarefa principal do cientista seria a de falsear as teorias. Destarte, o cientista não necessitaria comprovar a verdade das teorias, contradizendo, assim, a concepção positivista. Ou seja, Popper argumentou que com a *razão* não é possível conhecer a verdade, pois com ela somente seria possível conhecer o que é verdadeiro por meio do falsificacionismo.[193] Como esclarece Rendón Rojas (2005, p.9):

> Popper afirma que o importante não é confirmar a verdade dos enunciados gerais (coisa por demais impossível), senão demonstrar sua não-verdade. O cientista deve buscar um feito empírico que demonstre a falsidade da teoria; isto é, deve falseá-la. A ciência se desenvolve, segundo Popper, descartando teorias que foram falsificadas, e desta maneira o homem vai obtendo um conhecimento certo: ele sabe com segurança que o conhecimento que tinha era falso e "aprende com os erros". Se a teoria resiste a uma série de falsificações, isso demonstra que é uma "boa teoria" e que é melhor que suas predecessoras, mas tal situação não prova que ela é verdadeira senão somente que "não é falsa até o momento", onde não-falso não é equivalente a verdadeiro. (tradução livre).

Uma proposta alternativa ao falsificacionismo de Popper pode ser observada nas duas principais categorias de Kuhn. A primeira delas refere-se à idéia de *comunidade científica*, ou seja, da manifestação da ciência organizada por intermédio de uma atividade social; e a segunda à concepção de *paradigma*. Ater-nos-emos, a seguir, à dinâmica interação destas categorias que levam ao fenômeno da *revolução científica* na concepção de Thomas Kuhn.

O paradigma, segundo explica Kuhn, é regido por elementos estruturais tais como a linguagem científica e os pressupostos ontológicos da ciência, dentre os quais é possível observar problemas e soluções. Nesse caso, os problemas estruturais são solucionados no âmbito das teorias, das metodologias e dos valores.

Em resumo, para Kuhn a ciência tem sua origem na fase de *pré-ciência*, num momento em que não é possível observar ainda uma estrutura definida. Portanto, esta fase se caracteriza pela ausência de paradigma. Quando as teorias, as metodologias e os valores científicos

---

[193] O texto clássico em que Popper desenvolveu tais idéias intitula-se "A lógica da pesquisa científica". Podemos observar posições críticas ao falsificacionismo em: CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993. DIÉGUEZ LUCENA, Antonio. *Filosofía de la ciencia*. Madrid: Biblioteca Nueva; Universidad de Málaga, 2005.

ganham forma, isto é, quando se organizam de tal forma que a estrutura torna-se perceptível, surge a *ciência normal*. Poderíamos dizer que a *ciência normal* torna-se hegemônica ao assumir a posição de vanguarda científica, de modo que o grupo que a compõe goza de legitimidade teórica e, por conseguinte, de força política no cenário científico.

Todavia, o processo de desenvolvimento do conhecimento no âmbito da *ciência normal* não ocorre de forma harmônica. A dinâmica das disputas teóricas e de poder que ocorrem no interior do paradigma *normal* revelam problemas manifestos em *enigmas* (problemas que podem ser resolvidos) e em *anomalias* (problemas que nem sempre podem ser resolvidos). Essa situação pode levar à *crise* científica quando ocorrem dissidências da *ciência normal* que resultam na proposição de uma *ciência extraordinária*. Quando a *ciência extraordinária* reúne argumentos teóricos e força política na comunidade científica para "destituir" o poder hegemônico da antiga *ciência normal*, uma nova estrutura se revela enquanto uma *nova ciência*. Em síntese, Kuhn (2005, p.24-25) faz a seguinte observação:

> A ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. [...] a ciência normal freqüentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos. Não obstante, na medida em que esses compromissos retêm um elemento de arbitrariedade, a própria natureza da pesquisa normal assegura que a novidade não será suprimida por muito tempo. [...] a ciência normal desorienta-se seguidamente. E quando isto ocorre – isto é, quando os membros da profissão não podem mais esquivar-se das anomalias que subvertem a tradição existente da prática científica – então começam as investigações extraordinárias que finalmente conduzem a profissão a um novo conjunto de compromissos, a uma nova base para a prática da ciência. *Os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais são denominados, neste ensaio, de revoluções científicas. Elas são os complementos desintegradores da* [...] *atividade da ciência normal, ligada à tradição*. (grifos nossos).

Vale destacar que, na perspectiva de Kuhn, as teorias tendem a se manter e a serem defendidas pelos membros do paradigma por comporem a base que justificam a manutenção da *ciência normal*. Entretanto, embora a ênfase na tradição seja uma característica marcante na constituição da *ciência normal*, o processo revolucionário no interior de sua estrutura busca a sobreposição das teorias antigas (incomensuráveis)[194] pelas recentes de modo a impor

[194] Segundo explicou Rendón Rojas (2005, p.16), a incomensurabilidade entre teorias "[...] determina uma incapacidade de comunicação entre distintas comunidades paradigmáticas." O autor continua o seu comentário ponderando que "[...] Kuhn reconhece a existência de elementos comuns entre distintos paradigmas, já que incomensurabilidade não significa intraducibilidade total ou incompreensibilidade, senão, unicamente, que duas teorias estão articuladas em linguagens que não são completamente traduzíveis entre si, o que permite certa

as novas formulações propostas pela *ciência extraordinária*. Isso ocorre até o momento em que essa *nova ciência* se torna *ciência normal*. Quando adquire tal *status*, ela estará sujeita e passível de passar pelo processo de questionamento advindo de novos problemas (enigmas e anomalias) no interior de sua estrutura. Em última análise e sob esse prisma, a *inovação* sempre se sobreporá à *tradição*.

Remomando a nossa linha de raciocínio, Capurro (2003) buscou trazer a dimensão kuhniana de paradigma para o campo da CI. O *paradigma físico* marcaria o nascimento da CI no início do século XX, sendo logo questionado pelo *paradigma cognitivo* e este, por sua vez, pelo *paradigma pragmático* ou *social*.[195]

O contexto do *paradigma físico* foi marcado pela "teoria da informação". Nessa perspectiva, a informação era concebida como sinônimo de mensagem/signo, ou seja, ela constituiria um produto de um grande conjunto de signos selecionados para fim de transmissão. O processo comunicativo valorizaria mais a mensagem que a informação em um dado sistema. A partir do paradigma físico, os enfoques da CI foram direcionados ao usuário considerando a sua cognição, particularmente, no processo de busca por informação.

No terreno do *paradigma cognitivo*, Capurro (2003, p.7) explicou que após Popper desenvolver a sua teoria dos mundos, a saber: 1.físico, 2.consciência, 3.conteúdo intelectual (livros e documentos)[196], Brookes desenvolveu o conceito de "informação objetiva", ou potencial. Tal conceito foi recuperado e aprofundado por Ingwersen quando procurou integrar dinamicamente o sujeito (usuário) à informação que se encontra em espaços cognitivos ou mentais.

Com efeito, Ingwersen lançou a teoria dos "estados cognitivos anômalos" buscando compreender a "situação problemática" que emerge quando o indivíduo busca resolver os seus problemas procurando obter novos conhecimentos. Capurro pontuou que a "teoria

---

traduzibilidade, ainda que não seja realizada 'ponto a ponto' ". Nas palavras de Kuhn (2005, p.14), "[...] existem circunstâncias, embora eu pense que são raras, nas quais dois paradigmas podem coexistir pacificamente nos períodos pós-paradigmáticos."

[195] Abordaremos em maior profundidade as dimensões objetiva, subjetiva e social da informação da CI no item 4.3.

[196] Conforme mostrou Freire-Maia (1997, p.126-127), os três mundos popperianos se dividem em: MUNDO 1 – dos objetos físicos; MUNDO 2 - dos estados de consciência, ou seja, de disposições comportamentais para agir; e MUNDO 3 – das idéias. Popper textualmente declara que o fenômeno do conhecimento humano é o maior milagre do universo. Assim, poderíamos dizer que o livro pertence a dois "mundos". Ao "mundo 1", na condição de objeto, e ao "mundo 3", por seu conteúdo, que pertence ao universo das idéias.

cognitiva" de Ingwersen, Vakkari[197] e Wersig têm influenciado a CI principalmente nos estudos dos sistemas de RI com ênfase na análise empírica e nas estratégias de busca.

Para Capurro (2003, p.9), antes do *paradigma social* existia uma visão reducionista representada em uma abordagem meramente física ou cognitiva, sem se ater aos aspectos sociais. Em função disso, o autor relata que o paradigma social rompeu com o isolacionismo e com o sectarismo proposto pela perspectiva cognitiva, pois a informação nesse contexto é compreendida com novas amplitudes. Nesse sentido, a informação

> [...] não é algo que comunicam duas cápsulas cognitivas com base em um sistema tecnológico, visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos e deveria ser concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas.

Entendemos que Capurro (2003) foi preciso ao identificar essas três dimensões (objetiva, subjetiva e social) no âmbito da CI. Ainda assim, nos questionamos se tais correntes poderiam realmente ser consideradas *paradigmas* em termos kuhnianos. É certo que seria necessitaria a construção de uma tese à parte somente para comprovar a hipótese de que a atribuição de valor de paradigma a essas teorias não condiz com a realidade. Entendemos que é possível questionar se a própria CI já adquiriu "maturidade" científica suficiente para estar no estágio de *ciência normal*.

Mesmo que tais teorias sejam paradigmas, o nosso questionamento parte, ainda, da constatação de que no movimento de um paradigma a outro no processo revolucionário (do *paradigma normal* ao *extraordinário* e deste à *nova ciência*) acima destacado ocorre a sobrevalorização e a *sobreposição* da *inovação* frente à *tradição*. Nesse sentido, nos questionamos se no caso da CI realmente existe uma superação sucessiva entre os "paradigmas" objetivo, subjetivo e social. Ou seja, neste caso, seria correto traçar esse quadro evolutivo assim como interpretou Capurro?

Nessa direção, um dos problemas das supostas revoluções científicas, segundo apontou Rendón Rojas (2005, p.20), decorre do fato de elas, por vezes, mostrarem mudanças errôneas de paradigmas, em formulações teóricas que levam a abandonar os "paradigmas" anteriores em uma sobreposição teórica evolutiva e auto-eliminatória. Entendemos que essa

---

[197] Segundo ressaltou Capurro (2003, p.7), Ingwersen e Vakkari estão na posição intermediária entre o "paradigma cognitivo" e o "paradigma social".

evolução kuhniana se aproxima da formulação metafísica da *teoria dos três estados* proposta por Comte (ver item 1.1).

Sobre essa situação, Rendón Rojas continua seu raciocínio lançando a seguinte questão: não seria relevante estudar o suposto paradigma anterior ("ultrapassado") para a compreensão e busca de respostas das questões que as novas realidades deflagram? De pronto, Rendón Rojas (2005, p.21) responde: "A questão não é substituir alguns conhecimentos por outros, senão aprofundar, complementar e desenvolver os conhecimentos já existentes e, somente após tal escolha, descartar outros que se acreditava ser importantes [...]" (tradução livre).

Frente a esse quadro, Rendón Rojas (2005, p.22) apresentou uma alternativa teórico-explicativa. O autor buscou justificar a constituição e a disposição teórica da *Biblioteconomia* (ou Ciência da Informação)[198] por meio dos *programas de investigação científica* do epistemólogo húngaro Imre Lakatos. Ademais, vale destacar que a adaptação da teoria de Lakatos por Rendón Rojas será importante para pensarmos a própria natureza de nossa pesquisa histórico-conceitual, como veremos mais adiante.

Segundo essa perspectiva, o simples resultado da confrontação entre uma teoria e um experimento (ou aplicação empírica), assim como entendia Popper, é irrelevante para o desenvolvimento da ciência. O fator relevante para tal desenvolvimento reside na competência de duas teorias ou mais frente a um único experimento. Em termos ideais, seria fundamental a existência de várias teorias que buscassem explicar um mesmo fenômeno,

---

[198] Acerca da escolha do nome para designar a disciplina, Rendón Rojas (2005, p.168-169) argumentou que sentiu dificuldade para encontrá-lo, pois "[...] o termo escolhido [no castelhano da América Latina, *Bibliotecología*] pode causar a impressão de que se dá prioridade a apenas um dos elementos do sistema. Por exemplo, se optamos pelo nome de documentação, pareceria que é o documento o objeto de estudo central, se chamamos ciência da informação, se observa uma ênfase no elemento 'informação', se denominamos biblioteconomia parece que se destaca como parte central do estudo a instituição informativa documental e particularmente a biblioteca. Tampouco adotamos o plural de ciências da informação documental porque consideramos que não se trata de ciências, senão de uma ciência com certas disciplinas que a compõem, como é o caso da Matemática, por exemplo, que inclui a geometria, a aritmética, a álgebra, a trigonometria, o cálculo, etc., e não é o caso de que essas disciplinas sejam autônomas como a Física, a Química, a Biologia, a Astronomia ou a Geologia nas ciências naturais. A denominação é uma questão do uso pragmático e, nessas condições, deixamos à comunidade epistêmica que determine o nome, já que o importante é a questão conceitual. Esse nome representa a ciência que estuda o sistema de informação documental e não somente um elemento dele, ou seja, não estuda apenas a informação, o usuário, a instituição informativa, o documento, senão a interação destes quando o usuário requer satisfazer necessidades de informação e o faz através de documentos facilitados por uma instituição informativa documental. A essa disciplina podemos denominar de Biblioteconomia (em maiúsculo para indicar uma terminação Geral); podemos chamá-la de ciência biblioteconômica e da informação; ciência da informação; documentação, etc., mas o importante é determinar o referente do termo que se elege [...]" (tradução livre). Todavia, como o próprio Rendón Rojas (2008) publicou recentemente uma síntese de sua proposta de *programa de investigação* usando o termo Ciência da Informação, então esta será a expressão por nós adotada toda vez que esse autor usar o termo *Bibliotecología* (Biblioteconomia).

independentemente do resultado obtido. Conforme dissertou Rendón Rojas (2005, p.22), "[...] o progresso do conhecimento científico dependerá de quais destas teorias conseguirão explicar o fenômeno implicado de maneira satisfatória". (tradução livre).

Sob esse prisma teórico, Rendón Rojas (2005, p.22-23) e Diéguez Lucena (2005, p.216) salientaram que os *programas de investigação científica* seriam a base para o desenvolvimento histórico da construção do conhecimento científico. Os *programas* de Lakatos não seriam compostos de paradigmas, e sim, de uma comunidade científica atuante em três "camadas", a saber: *"núcleo" firme*, *cintura protetora* e *heurística*.[199] A seguir, será exposta detalhadamente cada uma dessas "camadas":

1 - *"Núcleo" firme* (central) – sua identidade foi construída pela tradição. No "*núcleo" firme* podemos encontrar as leis, os conceitos e os pressupostos que fundamentam e que definem os *programas de investigação científica*. Tal núcleo é responsável pela identidade do *programa* e, por essa razão, não pode ser falseável pelas decisões metodológicas dos investigadores, impossibilitando, portanto, que estes o ataquem ou o modifiquem. Para chegar à conjetura de permanência do núcleo protegido, Lakatos (1999, c1973, p.54) buscou resolver

> [...] o problema da apreciação objetiva do desenvolvimento científico em termos de alterações progressivas e degenerativas de problemas em séries de teorias científicas. As mais importantes dessas séries no desenvolvimento da ciência são caracterizadas por uma certa *continuidade* que liga os seus membros. Esta continuidade desenvolve-se a partir de um programa de investigação genuíno [...]

2 - *Cintura protetora* – envolve o núcleo, onde se relacionam diferentes teorias (susceptíveis à inovação). Esta cintura é constituída por hipóteses auxiliares, condições iniciais, conceitos e terminologias auxiliares, teorias, etc. Por meio de princípios estabelecidos pelo próprio programa, a cintura protege o seu núcleo buscando ampliar as explicações dos fenômenos que o circundam, resguardando-o de possíveis falseamentos. A cintura age como um catalisador das refutações. Ao receber e absorver os questionamentos, somente ela (a cintura) poderá se modificar descartando, introduzindo ou transformando alguns de seus elementos.

3 - *Heurística* – responsável pelas discussões metodológicas dentre as quais se ajustariam os métodos balizadores. Em termos objetivos, a heurística pode ser apreendida como o conjunto

---

[199] Cabe destacar que, para enunciarmos os termos *"núcleo" firme*, *cintura protetora* e *heurística*, nos guiamos pela tradução da edição portuguesa.

de regras metodológicas que orientam o processo de investigação atentando para procedimentos viáveis ou inviáveis. O processo de investigação definirá se a heurística será *negativa* ou *positiva*. Buscando ilustrar esta afirmação, selecionamos dois trechos de Lakatos (1999, c1973) onde podemos observar a dinâmica do processo de investigação que envolve o *"núcleo" firme*, a *cintura protetora* e as duas modalidades (*negativa* e *positiva*) da *heurística*:

> [Como vimos], todos os programas de investigação científica podem ser caracterizados pelo seu "núcleo" firme. A heurística negativa do programa impede-nos de orientar o *modus tollens* para este "núcleo" firme. Em vez disso, devemos utilizar o nosso engenho para articular, ou mesmo inventar, "hipóteses auxiliares" que formem uma cintura protetora em torno deste núcleo e, em seguida, reorientar o *modus tollens* para estas hipóteses. É esta cintura protetora de hipóteses auxiliares que tem de suportar o embate dos testes e ser ajustada e reajustada ou até completamente substituída, para defender o núcleo tornado assim mais firme. Um programa de investigação é bem sucedido se tudo isto conduz a uma alteração de problemas progressiva; fracassa, se tudo isto conduz a uma alteração de programas degenerativa. (p.55).

> A heurística negativa especifica o "núcleo firme" do programa que é "irrefutável" pelas decisões metodológicas dos seus proponentes; a heurística positiva consiste num parcialmente articulado de sugestões ou conselhos sobre como modificar, desenvolver, as "variantes refutáveis" do programa de investigação, como alterar, tornar mais sofisticada, a cintura protetora "refutável".
> A heurística positiva do programa preserva o cientista da confusão originada pelo oceano de anomalias. A heurística positiva traça um programa que registra uma cadeia de *modelos* de simulação da realidade cada vez mais complicados: a atenção do cientista está fixada na construção dos seus modelos seguindo instruções estabelecidas na parte positiva do seu programa. (LAKATOS, 1999, c1973, p.58).

Em síntese, enquanto a heurística negativa indica o que se deve evitar: atacar o "núcleo" firme; a positiva orienta sobre que caminhos se deve seguir para resolver os problemas que emergem. Ou seja, esta última instrui sobre como o núcleo deve ser completado teoricamente para a explicação dos fenômenos, como mudar e desenvolver as variáveis refutáveis e como modificar a *cintura protetora*.

Antes de apresentar sua interpretação acerca dos *programas de investigação* no contexto da CI, Rendón Rojas (2005, p.24-25) ponderou que não retomou por completo a teoria de Lakatos, pois apresentou modificações que lhe pareceram necessárias. Rendón Rojas ampliou a noção original de *programa de investigação científica* e, para tanto, sugeriu que "[...] a imunidade ao falseamento do núcleo firme não é o resultado de um acordo metodológico entre os especialistas, senão a conseqüência que possibilita apreender e explicar

a realidade propriamente dita." Por outro lado, o autor argumentou que o "*núcleo" firme* pode se modificar sem que por ele se modifique o *programa*. Isso pode ocorrer, já que nem sempre o que é considerado o "coração" do *programa de investigação* realmente o será. Muitas vezes esse suposto "*núcleo" firme* central se desprende de outro núcleo mais profundo. Assim, não necessariamente ambos serão contraditórios e, por esse motivo, o suposto núcleo poderá se conservar na condição de uma teoria na *cintura* que ajudará a proteger o "*núcleo" firme* atual.

Abrindo caminho para a proposição dos *programas de investigação* para explicar a configuração da CI, Rendón Rojas (2005, p.24) entende que a concepção do desenvolvimento da ciência proposta por Lakatos

> [...] proporciona a possibilidade de conciliar os opostos: tradição e inovação, já que dentro de um mesmo programa se ajusta a tradição dentro do núcleo firme, e a inovação dentro da cintura protetora. Isso nos servirá para demonstrar que a tradição e a inovação têm lugar no desenvolvimento da ciência biblioteconômica e da informação. (tradução livre).

À luz de tal constatação e buscando defender a necessidade de a CI apresentar limites disciplinares numa identidade própria, num artigo recente, Rendón Rojas (2008) retomou sua proposta anterior (RENDÓN ROJAS, 2005, p.162), em que apresentou o *sistema informativo documental* como o objeto de estudo nuclear *("núcleo" firme)* da CI. Tal objeto seria formado pela interação e permanente interdependência entre *informação*, *documento*, *usuário*, *profissional da informação* e *instituição informativa documental*.

Como retomaremos tais idéias no item 4.4, referente à dimensão social do documento, neste momento é importante destacar apenas que, para Rendón Rojas (2008), o *programa de investigação* de Lakatos justificou a sua concepção do *sistema informativo documental* enquanto

> [...] núcleo central do programa científico da ciência da informação. A partir do sistema informativo documental surgem diferentes teorias que tratam de explicar o fenômeno informativo, teorias essas que conformam a cintura protetora do programa científico correspondente e, por conseguinte, é nessa porção do programa de investigação da ciência da informação que se manifesta a diversidade de propostas teóricas e a aparição, transformação e desaparecimento de teorias. (tradução livre).

Como vimos, Dick (1999), González de Gómez (2000), Capurro (2003) e Rendón Rojas (2005) se ativeram a uma abordagem epistemológica. Sob essa perspectiva, os enfoques profissionais, aos quais se recorreu principalmente como linha argumentativa no âmbito

prático-disciplinar, não foram desconsiderados; entretanto, eles foram concebidos de maneira crítica. Tanto nas análises de Dick (1999) e de González de Gómez (2000) como nas divergentes perspectivas de Capurro (2003) e de Rendón Rojas (2005), os pressupostos prático-disciplinares foram importantes para as respectivas formulações teóricas. Ademais, é relevante destacar que em nenhum dos casos o desenvolvimento disciplinar da CI foi apreendido de maneira "naturalizada", pois os quatro autores, cada uma a seu modo, destacaram as tensões incidentes no âmbito teórico.

Sob o prisma de análise apresentado, a CI não se configuraria como uma disciplina "amarrada" por sua própria disciplinarização. Pelo contrário, segundo essa perspectiva epistemológica pode-se observar a abertura investigativa para um campo científico não acabado onde a ciência se encontra em constante construção, de forma dinâmica.

De modo a ilustrar tal dinamismo da ciência, Freire-Maia (1997, p.17-18) abordou a diferença entre *ciência* ("ciência-processo") e *disciplina* ("ciência-disciplina"). A "ciência-processo", conforme explicou o autor, seria aquela "em vias de fazer-se", ou seja, seria o próprio processo de pesquisa (com base metodológica) para a formulação de descrições, interpretações, leis, modelos, teorias, etc. Já a "ciência-disciplina" viria a ser um conjunto de descrições, interpretações, leis, teorias, modelos etc., visando ao conhecimento de uma parcela da realidade e que teria resultado da aplicação de uma metodologia científica especial. Destarte, o autor salienta que enquanto a ciência-disciplina demonstra "[...] parecer um edifício acabado, irretocável, cheio de verdades (as 'verdades científicas')", a ciência-processo, ao contrário, "[...] revela que se trata de algo em contínua elaboração, ampliação e revisão."

Considerando a CI como um campo investigativo em construção e em processo de maturação teórica, nosso estudo converge particularmente com a proposta investigativa de Rendón Rojas (2005; 2008) quando pensamos a dimensão histórico-conceitual de *documento* como conceito pertencente à *cintura protetora* que envolve o "*núcleo" firme* (*sistema informativo documental*) e que mantém interação e permanente interdependência com os conceitos *informação*, *usuário*, *profissional da informação* e *instituição informativa documental*.

De modo geral, a premissa de Rendón Rojas (2005) de que, no contexto teórico, a *tradição* convive com a *inovação* perpassou todo o nosso trabalho. Em termos objetivos, quando propusemos o estudo histórico-conceitual de documento em diferentes disciplinas, o fizemos com o intuito de demonstrar o diálogo entre *tradição* e *inovação*, em que a:

- ✓ *Tradição* – se enuncia na consolidação do conceito científico por meio da semântica, ou seja, mediante o uso sincrônico deste nas disciplinas estudadas; e a

- ✓ *Inovação* – sob a influência de diferentes perspectivas teóricas que convivem sob tensão, se expressa nas mudanças semânticas, ou seja, na diacronia do conceito científico representado, em alguma medida, na dimensão social.

Em termos metodológicos e considerando os aspectos acima apontados, veremos, a seguir, como a *tradição* e a *inovação* podem se apresentar, na perspectiva da História dos conceitos, como importantes categorias de análise.

4.2 Horizonte interpretativo: história dos conceitos

Como adiantamos em nossa introdução, a abordagem da História dos conceitos influenciou a nossa pesquisa por priorizar o caráter dinâmico do conceito e, diante deste dinamismo próprio, por demonstrar diretrizes que auxiliam na justificação da escolha dos conceitos estudados.

Somando-se a isso, diante da constatação de Rendón Rojas (2005; 2008) de que no plano teórico a *tradição* convive, sob tensão, com a *inovação*, encontramos na História dos conceitos um importante referencial para pensarmos o conceito *documento* nessas condições e, inclusive, para configurá-lo enquanto uma *categoria* na CI. Para tanto, contextualizaremos o documento em duas dimensões propostas por Koselleck, denominadas por ele de *horizontes de experiência* (de onde é possível observar os *índices de realidade*) e de *expectativas de futuro*.[200]

Nesse sentido, podemos dizer que o trabalho do historiador alemão Reinhart Koselleck foi uma referência teórico-metodológica para pensarmos as questões conceituais no campo da CI. Para a construção do seu quadro teórico-metodológico, Koselleck encontrou subsídio teórico principalmente nas obras de Emmanuel Kant (1724-1804) e de Carl Schmitt (1888-

[200] Como tal relação somente estava prevista para este último capítulo, no qual apresentaremos a sumarização dos resultados da pesquisa, resolvemos apresentar formalmente a *História dos conceitos* nesta seção para que não ocorresse um demasiado distanciamento das discussões que estão se acercando.

1985) (CASTELO BRANCO, 2006)[201] e na acepção hermenêutica[202] dos filósofos Martin Heidegger (1889-1976) e de Hans-Georg Gadamer (1900-2002) (KOSELLECK, 1997) relativamente às respectivas apreensões acerca da posição fenomenológica entre sujeito/objeto e de suas principais categorias de análise. (PEREIRA, 2004).

Apresentando brevemente o referencial filosófico de Koselleck, é relevante destacar que, sob uma perspectiva ontológica, Heidegger passou a priorizar o *Ser* abrindo a hermenêutica a tudo, inclusive às ciências da natureza. O *todo* seria apreendido pela interpretação do *Ser*, na consideração de que toda a compreensão é temporal, intencional e histórica, inclusive nas ciências da natureza. A diferença fundamental entre o enfoque no *Ser* é que ele não depende do olhar analítico, pois ele "[...] emerge subitamente da obscuridade no contexto inteiramente funcional do mundo." (ALBERTI, 1996, p. 12).

Portanto, enquanto o olhar analítico-hermenêutico (perspectiva científica)[203] estaria condicionado ao simbólico, à linguagem para informar, categorizar, caracterizar e explicar; o

---

[201] Sobre a influência teórica de Kant e, principalmente, de Schmitt para a criação da História dos conceitos de Koselleck, ver: CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Vilas Boas. A sociologia dos conceitos e a história dos conceitos: um diálogo entre Carl Schmitt e Reinhart Koselleck. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p. 133-168, jan./abr. 2006.

[202] É importante salientar que autores como Benediktsson (1989), Hansson (2005), Capurro (2003) e Rendón Rojas (2005) demonstraram a importância teórica e metodológica da hermenêutica para a CI. Segundo demonstrou Hansson (2005, p. 105), a hermenêutica é uma importante ferramenta epistemológica para esclarecer a relação entre subjetividade/objetividade no âmbito da CI. Conforme explicou Capurro (2003, p. 9), a hermenêutica considera a "verdade" como relativa, pois, por vezes, existem limitações históricas para a sua compreensão. Para o autor, a hermenêutica na CI "[...] postula justamente a diferença entre pré-compreensão, oferta de sentido e seleção, tomando como marco de referência, não a pré-compreensão de um sujeito ou usuário isolado, mas a de determinada comunidade assim como a de um campo específico de conhecimento e/ou a da ação na qual o usuário está já implícita ou explicitamente inserido." Sobre a questão da relação entre sujeito e objeto sob o viés metodológico da hermenêutica, Rendón Rojas (2005, p.71) salientou que "[...] um dos grandes descobrimentos e contribuições da hermenêutica filosófica foi ter estabelecido o seguinte preceito: um sujeito não pode existir só; para que o sujeito se realize como tal, para que exista como sujeito, requer a existência de outro sujeito."

[203] A preocupação científica e sistemática da hermenêutica começa com o teólogo, filósofo e pedagogo Friedrich Shleiermacher (1768-1834) quando, na relação com a teoria do conhecimento, surge a preocupação filosófica *a priori* da *interpretação* e da *compreensão*. A interpretação hermenêutica, segundo esse autor, era generalizada para todos os tipos de textos e documentos (oficiais, artísticos, religiosos, etc.). Sob essa concepção, buscava-se reviver o processo mental do autor por meio do *círculo hermenêutico* no qual o *sentido* se estabeleceria da relação todo/parte e vice-versa, portanto, em uma relação circular. Com o referido autor, o problema da compreensão passou a ser central. Entretanto, a importância de Shleiermacher só foi reconhecida quando Wilhelm Dilthey (1833-1911) retomou a idéia de *círculo*, em que a compreensão das partes pressupõe, por meio do pré-entendimento necessário do sujeito, a relação deste com o objeto. Estabelecido o estatuto epistemológico hermenêutico, Dilthey foi o responsável por trazer a hermenêutica para o campo das ciências humanas. (ALBERTI, 1996, p.7). Diferenciando as ciências humanas das ciências naturais, Dilthey contribuiu epistemologicamente ao buscar a especificidade daquelas e, em particular, da História, para a criação do movimento historiográfico denominado *historicismo*. Entre os princípios que originaram o *historicismo* destaca-se a idéia de que o homem, na condição de sujeito ou objeto do conhecimento, é um animal histórico. A partir disso, todas as formas de experiência humana deveriam passar pelo crivo do *contexto histórico* e, nesse caso, a *compreensão* seria a base diferenciadora entre a História e as ciências humanas. (ALBERTI, 1996; REIS, 2004).

olhar hermenêutico ontológico heideggeriano estaria preocupado em antecipar o *Ser* para mostrar que ele *é*, ou seja, demonstrar que as coisas simplesmente *são* antes mesmo da linguagem, pois a "[...] simples enunciação já é interpretação, antes mesmo de sobre ela incidir a lógica." Neste caso, a interpretação ocorreria antes mesmo da separação entre sujeito e objeto. (ALBERTI, 1996, p. 12-13).

A teoria filosófica de Gadamer sofreu a influência das idéias de Heidegger ao enfatizar que a compreensão é o próprio caminho do *Ser* na existência. Para chegar a essa premissa, Gadamer tomou como parâmetro a dialética grega para igualmente suspender a separação entre sujeito e objeto. Na percepção de Gadamer, o sujeito não seria o ponto de partida do conhecimento, pois o objeto (texto) também lançaria perguntas ao sujeito para o estabelecimento de um diálogo interpretativo à moda platônica. (ALBERTI, 1996, p. 13).

A problemática inicial apresentada por Koselleck (1993, p.128) refere-se à necessidade de a História, tradicionalmente e em grande medida orientada por métodos e regras em direção a resultados, passar a tomar o "tempo histórico" como objeto de análise, considerando-o como fenômeno da realidade humana (plural, diversificada e variável) que expressa a natureza e a estrutura temporal.

Para tanto, Koselleck, convergindo com a teoria de Gadamer, recorreu ao conceito *Dasein*, desenvolvido por Heidegger na obra *Ser e Tempo*. Esse conceito levaria ao ponto de partida da hermenêutica, em que ocorreria o "horizonte de sentido" na relação existencial entre o *nascimento* e a *morte* levando ao processo de *maturação do humano*.

A *temporalidade*, objeto de estudo historiográfico de Koselleck (1997, p.335), revela a tensão de duas metacategorias inseparáveis e com um largo grau de generalidade, a saber:

- ✓ "espaço de experiências" – que envolve o aprendizado, a recordação, a memorização, o conhecimento tácito, etc.; e

- ✓ "horizonte de expectativas" – que abarca o projeto de futuro, a expectativa do "vir a ser", etc.[204]

As categorias originadas a partir da análise das determinações de finitude do *Dasein* constituiriam uma antropologia fundamental inacabada que necessitaria de uma lapidação no campo historiográfico. Assim, essa ampliação antropológica se direcionaria basicamente a

[204] Conforme aponta Pereira (2004, p.45), a existência da "[...] história só é possível, tanto no plano da realidade, quanto no do conhecimento, na medida em que os homens são seres temporais, isto é, conformados, em grande medida, pelas experiências do passado, mas também capazes de planejar um futuro, atualizando-o no presente."

criar categorias para a composição de uma base teórica de modo a possibilitar a ocorrência de *histórias factuais* (ou *Geschichten*).

Dessa forma, a partir da interpretação do *Dasein* heideggeriano, Koselleck (1997, p.73-84, tradução livre) numerou as seguintes categorias:

1) "inevitabilidade da morte" (*Sterbenmüssen*) e a possibilidade de "matar ou ser morto" (*Tötenkönnen*);
2) oposição formal entre "amigo e inimigo";
3) oposição entre "dentro e fora" (tendo como derivação, a oposição entre "público e secreto/privado");
4) "geratividade" (diferença de gerações);
5) relação entre "senhor e servo".

Portanto, essas seriam as categorias que se relacionam com as metacategorias "espaço de experiências" e "horizonte de expectativas" que formariam a denominada *Historik* (ciência teórica). Nesses termos, a *Historik* ajudaria a organizar a *Geschichte* (história factual ou disciplina da história) e a *Historie* (arte de apresentação ou da narrativa). (KOSELLECK, 1997, p.70). O caráter diferencial da *Historik* é o seu transcendentalismo à hermenêutica na medida em que representa as "estruturas de finitude" presentes na oposição das categorias que são inseparáveis e que, por sua vez, excluem-se mutuamente.

> [...] os pares de oposição por ele propostos são todos estruturas pré- ou extralingüísticas, isto é, categorias que apontam para modos de ser que, ainda que necessitem ser mediados pela linguagem, são em alguma medida independentes e não se abrem em mediações lingüísticas. Isso significa dizer que os pares de oposição são pré- ou extra-hermenêuticos; [...] eles apontam para modos de ser de possíveis histórias, as quais então provocam algo como compreender e conhecer. (ALBERTI, 1996, p.17).

Assim, a diferença entre *Geschichte* e a *Historik* é que esta, como ciência teórica, prioriza a *emergência* de sentido em um contexto de ação transcendental e não hermenêutico. Essa percepção histórica (geral) abriria terreno para posterior análise e compreensão da *Geschichte* e da *Historie*, em um plano marcadamente hermenêutico. Nesse sentido, as categorias que compõem a *Historik* formam estruturas pré-lingüísticas e extralingüísticas as quais

> [...] apontam para modos de ser (*Seinsweisen*) que, ainda devendo ser mediadas lingüisticamente, não se diluem objetivamente na mediação lingüística, senão que possuem também seu próprio valor autônomo. São, por conseguinte, categorias que tendem a um modo de ser de histórias possíveis que provocam somente algo parecido a entender e a compreender. A hermenêutica estaria, então, por assim dizer, condenada a reagir frente a um acontecimento predeterminado teoricamente pela *Historik*. Logo, a *Historik* remete – formulada em termos sensíveis – a nexos de ações, a formações de finitude num ambiente também extralingüístico; a hermenêutica remete a sua compreensão. Esta resposta tem indubitavelmente um certo valor intrínseco, mas resulta demasiadamente simples para ser somente verdadeira. (KOSELLECK, 1997, p.87, tradução livre)

Traçando um diálogo com a nossa pesquisa, poderíamos dizer que a particular relação dialética entre *tradição* e *inovação* as caracteriza enquanto pares *antitéticos*. Isso porque, além de ambas se relacionarem diretamente com as metacategorias koselleckianas "espaço de experiências" e "horizonte de expectativas", elas se apresentam como pares de oposição inseparáveis e ao mesmo tempo excludentes, característica essencial na formação das categorias que constituem a *Historik*. Entretanto, não poderíamos dizer que *tradição* e *inovação* fazem parte dessas categorias que compõem a *Historik*, pois, como vimos, são cinco os pares antitéticos adaptados do *Dasein* heideggeriano por Koselleck. Por outro lado, ambos os termos não deixam de representar determinações universais que dialogam com as metacategorias citadas e que, por sua situação de destaque para a explicação da *cintura protetora* do *programa de investigação* de Lakatos, comprovam o seu valor categórico.

Enfim, a *Historik* seria responsável pelo processo de "provocar textos" e estaria diretamente relacionada ao mesmo, ou seja, ela induziria à objetivação ocorrida no universo da *Geschichte*, no momento em que a disciplina encontra um problema histórico específico a ser elucidado mediante a atribuição de sentido em busca da sua compreensão. Em outras palavras, enquanto a *Historik* engloba e abrange as condições de possíveis histórias, ela remete a processos de longa duração que não estão contidos em nenhum texto enquanto tal, mas antes *provocam textos*. Alberti (1996, p.18) continua essa linha de raciocínio:

> Fazer história no sentido de procurar as condições do surgimento de possíveis histórias é descobrir o espaço extratextual – o contexto certamente – que permite a constituição de textos. Podemos dizer que é apenas nesse momento, em que toma o texto como documento de algo, que o historiador se afasta da inserção lingüística [...]

A peculiaridade do estudo de Koselleck (2006) parte da sua própria perspectiva de análise em que objetiva, de modo geral, unir a abordagem filosófico-hermenêutica ao campo

historiográfico para o desenvolvimento de sua *História dos conceitos*. Em síntese, Koselleck une os enfoques *hermenêutico-ontológico* (filosófico) e *analítico-causal* (científico), que se mesclam sob um prisma historiográfico.

Tal "fusão" teórica pode ser apreendida no estudo de Pereira (2004, p. 46-47). A autora demonstrou como Koselleck uniu o enfoque hermenêutico-filosófico de Heidegger e de Gadamer a uma perspectiva historiográfica – de natureza analítico-causal e lingüística – para formar uma espécie de "historiografia filosófica". Nas palavras da autora, o modo de escrever história desenvolvido por Koselleck

> [...] guarda grandes lições para o historiador. Num século em que a disciplina histórica fundou seus métodos e seus objetivos no vínculo com as ciências sociais, vemos um historiador que se atém à Filosofia. [...] Vemos em Koselleck claros ecos heideggerianos e gadamerianos: as metacategorias do historiador tematizam o pano de fundo lingüístico, o 'horizonte' somente dentro do qual os homens podem desenvolver suas idéias, instituições, sua história. Assim como Heidegger na Filosofia, Koselleck parece acreditar, no âmbito historiográfico, que todo o universo criado pelos homens se alicerça numa determinada "compreensão do ser". (PEREIRA, 2004, p. 46-47).

De modo específico, Koselleck objetivou apreender, por meio do intercruzamento das categorias representativas de passado e futuro (plano categórico-abstrato), o movimento da ação política e social ao longo da história (no plano concreto) a partir da investigação sobre a maneira com que os homens combinaram concretamente o seu presente à luz da dimensão de sua experiência passada, ou seja, a relação entre os *horizontes de experiência* e as *expectativas de futuro*.

Para tanto, Koselleck (2006) propôs uma História dos conceitos que considerasse as experiências históricas e as ações humanas representadas nos conceitos. De modo geral, a História dos conceitos é um método especializado de crítica das fontes, atento ao emprego das noções políticas e sociais essenciais expressas nos documentos da época estudada.

Procuraremos evidenciar a possível contribuição da História dos conceitos para investigações de natureza epistemológica, em particular, relativas ao estudo histórico-conceitual de documento na CI. Tal abordagem pode ser justificada para estudos dessa natureza, se pensarmos a dimensão dinâmica da ciência, que não é neutra, por ser fruto de escolhas (teóricas, metodológicas, ideológicas, etc.) que se relacionam com as disputas sociais e políticas.

Por outro lado, o interesse da História dos conceitos de Koselleck não se limita a uma propedêutica meramente epistemológica. Diferentemente da concepção da *História dos*

conceitos tradicional, defendida por Hermann Lübbe, que, sob a influência das ciências naturais, direcionou seus estudos à História da Filosofia, o método koselleckiano não tem a pretensão de identificar o uso promíscuo ou arbitrário dos conceitos, para, em seguida, intervir propondo a correção, a normatização e/ou a reutilização de um conceito antigo, em desuso. (VILLACAÑAS; ONCINA, 1997, p. 12-13).

O escopo de investigação de Koselleck (2006) reside nas questões relativas à semântica política dos conceitos, ou seja, no estudo dos momentos de duração, alteração e futuridade em que uma situação política concreta se expressa lingüisticamente. O referido autor se interessou pelo momento em que os conceitos, ao serem empregados, representam indicadores de mudança política e social. (p. 101). Como veremos, esse é um aspecto que aproxima a História dos conceitos da História social, principalmente, por esse método analisar o processo de ressignificação dos conceitos (diacronia) comparado ao seu uso semântico (sincronia), que define lingüisticamente (como um referencial) os *horizontes de experiência*. Nesse caso, do aspecto polissêmico do conceito poderá emergir a tradução de significados do passado para os dias atuais, já que "[...] as palavras que permaneceram as mesmas não são, por si só, um indício suficiente de permanência do mesmo conteúdo ou significados por elas designado." (p. 105).

Contudo, podemos dizer que a alternativa histórico-conceitual de Koselleck pode trazer importantes contribuições para os estudos epistemológicos em CI, sobretudo, se esta for pensada enquanto "ciência-processo" e não somente como "ciência-disciplina". Tal perspectiva pode ser justificada, ainda, se retomarmos o diagnóstico evidenciado por Kobashi, Smit e Tálamo (2001) em que Oliveira Filho (1995, p. 263) postula criticamente sobre o emprego "[...] de conceitos fora de seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos", situação essa que altera os seus significados. Tal aspecto comumente identificado na CI esvazia o discurso científico, pois termos "[...] vazios de significado (sem conceitos) não podem funcionar como instrumentos de reconstrução teórica ou metodológica."

Destarte, a importância de estudos de natureza histórico-conceitual se justifica a partir da situação já levantada de que a CI tradicionalmente, e em nome da interdisciplinaridade, tomou por empréstimo de outras disciplinas "conceitos", muitas vezes, sem uma reflexão epistemológica do impacto das possíveis incongruências e incompatibilidades teóricas para a delimitação de sua identidade científico-disciplinar.

Nesse contexto, a incorporação de novos conceitos à teoria pode se reverter num aliado para o fortalecimento e justificação da tradição. Rendón Rojas (2005, p.19) defendeu essa idéia afirmando que:

> [...] como a teoria é um sistema onde existe uma rede de enunciados e conceitos que estão interconectados, que dependem uns dos outros e que se modificam mutuamente, então se dentro desse sistema se introduz um novo conceito ou enunciado que o contenha e o explique, isso poderá acarretar na mudança de todos os demais conceitos e enunciados. Isso significa que a tarefa principal é clarificar e não se negar novos conceitos. Se poderia perguntar: E se as mudanças são tão fortes que se chega a um novo paradigma? Nossa resposta é que se essas mudanças estão de acordo com a realidade, elas nos ajudarão a aprofundar o nosso conhecimento e não a romper com os conhecimentos anteriores que, como tais, estão em concordância com a realidade, ainda que talvez em outro nível de aprofundamento ou em outro enfoque [...]

Em sua abordagem semântica, Koselleck (2006) deixou claro que seu interesse não é puramente "histórico-lingüístico", uma vez que ele não busca apenas os significados históricos dos termos. O autor intentou transcender a perspectiva histórico-lingüística, no sentido de compreender a experiência humana expressa na linguagem.

Por meio de metacategorias temporais abstratas, o estudo lingüístico serve de "pano de fundo" para explicar a dimensão da ação social na união, em diferentes níveis, da História dos conceitos com a História social. Pela própria dificuldade que a História social tem de identificar os processos e as transformações sociolingüísticas implícitas nas fontes, a História dos conceitos aparece como uma "disciplina auxiliar". Conforme explicou Pereira (2004, p. 48),

> [...] a história dos conceitos é apenas parte da história social, um momento da crítica das fontes. O estudo sobre o uso e significados dos conceitos sociopolíticos pode assim clarificar os conflitos e tensões, os momentos de permanência, de mudança e de projeção futura contidos em determinada situação histórica. A abordagem semântica, portanto, abre perspectivas novas para o estudo no campo histórico-social, fornecendo indícios das tensões entre grupos sociais através da investigação das "lutas semânticas" travadas neste domínio.

Num primeiro momento, a História dos conceitos adquire um plano primeiramente filológico, afastando-se da História social para identificar os conceitos que se apresentam aparentemente sem grandes diferenças de conteúdo. A análise terminológica[205] estaria mais

[205] Num contexto prático-disciplinar da CI, a análise terminológica foi empregada por Smit, Tálamo e Kobashi (2004). Essas autoras postularam que os "[...] termos utilizados pela área não refletem conceitos, mas remetem a procedimentos práticos, instrumentos que regulamentam as aplicações práticas ou a outras áreas do conhecimento"; e, além disso, observaram que "[...] a ciência da informação se enuncia formalmente como um objeto teórico [ou seja, informação] que carece de construção conceitual."

próxima desse primeiro nível por se ater mais a construções semânticas da língua, podendo se aproximar intermediariamente de um segundo momento que relaciona a construção semântico-lingüística com o seu contexto e temporalidade.

Todavia, é no segundo momento que a História dos conceitos adquire maior particularidade, quando busca associar os conceitos ao seu respectivo contexto situacional e à sua respectiva coordenação temporal. Emerge, nessa ocasião, a possibilidade de aproximação a *índices de realidades*, ou seja, a conteúdos de experiências, a conjunturas, a modos de pensar mais consolidados e sedimentados e a *fatores de mudança social*, próximos a visualizações de um futuro possível, projetos, prognósticos. Ou seja, a intervenção, manifesta na diacronia incidente no conceito, representa, em grande medida, os traços e os anseios políticos que conduzem a tais *fatores de mudança*.

Como estamos trabalhando o conceito numa dimensão científico-disciplinar, em adaptação a essa realidade da pesquisa, poderíamos afirmar que tais processos conduzem os *fatores de mudança dos enfoques disciplinares*. Por conseguinte, esses fatores podem igualmente ser definidos através da releitura dos *índices de realidade* (consolidados) do passado rumo à alteração teórica do presente, mediante uma perspectiva ideal expressa em *experiências* e em *expectativas do futuro*.

Esse tratamento qualitativo evidencia um aspecto mais profundo da análise proposta no âmbito da História dos conceitos. Ela se situa notadamente num terceiro momento que busca a identificação da permanência dos significados dos conceitos estruturais na realidade social, contribuindo, por sua vez, para a elaboração e para a crítica dos conceitos científicos atuais utilizados e estudados pela disciplina histórica. Conforme afirmou Koselleck (2006, p. 115):

> A história dos conceitos põe em evidência [...] a estratificação dos significados de um mesmo conceito em épocas diferentes. Com isso ela ultrapassa a alternativa estreita entre diacronia ou sincronia, passando a remeter à possibilidade de simultaneidade e da não-simultaneidade que pode estar contida em um conceito. Dito de outra maneira, ela problematiza algo que faz parte das premissas teóricas da história social, ao avaliar as diferenças de curto, médio ou longo prazos, ao sopesar as diferenças entre acontecimentos e estruturas. A profundidade histórica de um conceito, que não é idêntica à seqüência cronológica de seus significados, ganha com isso uma exigência sistemática, a qual toda investigação de cunho social e histórico deve ter em conta.

No contexto de nossa pesquisa, a longa trajetória do documento e a estratificação dos seus significados em distintos períodos demonstraram que na CI é possível o convívio de

simultaneidade e não-simultaneidade de significados. Por analogia, podemos entender a característica proposta por essa abordagem e a relação entre os conceitos científicos presentes na *cintura teórica* proposta por Lakatos.

Por outro lado, diante da própria competitividade na *cintura protetora*, a conformação teórica na condição de estrutura e seus respectivos conceitos se apresentam numa situação de tensão. Dessa forma, quando o conceito científico é fruto de formulações teóricas convergentes, ele tende a não mudar a essência de seu conteúdo. A repetição é necessária para que o conceito seja compreendido e melhor assimilado num jogo teórico persuasivo entre os pares acadêmicos. Nesse caso, a repetição e a relativa linearidade dos conteúdos conceituais adquirem dimensão política.

Contudo, podemos compreender melhor essa tensão política por meio da tese de Koselleck (1992, p.6), a qual postula que a diacronia está contida na sincronia. No contexto do conceito científico, por sua própria natureza, tal diacronia é deliberada e, por vezes, incisiva. Isso ocorre, por exemplo, na situação em que o teórico formula determinado conceito partindo do referencial de sua *matriz teórica* ou, em termos kuhnianos, de sua *matriz disciplinar*. Nessa situação, o conceito é proposto visando a refutar aqueles conceitos que não seguem a mesma matriz. Nesse sentido, devemos salientar que, no contexto teórico-científico, nem sempre a diacronia é tão lenta tal como propõe Koselleck (1992) quando pensa na especificidade dos conceitos políticos de natureza não-científica no tempo histórico.

Se tomarmos, por exemplo, o conceito *documento* no contexto científico-disciplinar, podemos visualizar tais tensões quando delimitamos e explicitamos, nos capítulos anteriores, as formulações conceituais que estão imbricadas no universo comportamental e histórico que circunscreve a CI. Essas tensões associativas são perceptíveis se pensarmos como o termo se torna conceitualmente complexo ao ser adjetivado por uma outra expressão, como é o caso do *documento histórico* (para a História); do *documento jurídico* (para o Direito); do *documento jurídico-administrativo* e *histórico* (para a Diplomática e para a Arquivística), etc.

Para fazermos um breve retrospecto das tensões conceituais decorrentes dessas relações disciplinares, cabe recordar que a "História Positivista" do século XIX (capítulo 1) necessitou, no momento de sua busca por reconhecimento acadêmico-disciplinar, do auxílio da Diplomática, que lhe forneceu subsídios "metódicos" para a análise crítica da estrutura formal dos documentos oficiais (diplomas), contidos nos arquivos (capítulo 2). Já no século XX, a aproximação entre Diplomática e Arquivística que resultou, entre outras coisas, na convergência de elementos conceituais de *documento*, foi influenciada, por sua vez, pelo "espírito positivo" do século XIX e, por conseguinte, pela própria "História Positivista"

(capítulos 1 e 2). Porém, tais acepções foram questionadas pelo movimento historiográfico francês dos *Annales* (capítulo 1) e, muitas vezes, mesmo "inconscientemente", por parte de teóricos da Documentação e da CI. (capítulos 3 e 4).

Os referidos aspectos histórico-conceituais evidenciam a indefinição conceitual de *documento* por conta, justamente, das tensões teóricas que atualmente refletem a compreensão desse conceito no campo da CI. Como observamos, essas tensões podem transparecer quando ao termo são associadas outras expressões, com funções adjetivadoras que buscam justificá-lo conceitualmente num universo acadêmico-disciplinar determinado.

Diante disso, vale destacar que buscamos configurar o conceito *documento*, em termos koselleckianos, como simultaneidade de *fato* (*faktor*) e de *indicador* (*indikator*). Em outras palavras, pela própria tensão acima exposta, seria uma ingenuidade pensar que a existência do conceito (*fato*) constituiria, tão somente, um fenômeno lingüístico. Nesse caso, ele representa algo que está além da língua, isto é, ele é um *indicador* desta tensão. No caso da CI, ele representará os interesses teóricos convergentes ou divergentes, sob a influência de práticas profissionais e de visões de mundo particulares.

Destarte, o conceito, como um *fato* lingüístico, isto é, como um *índice de realidade*, poderá revelar evidências de como podemos atuar concretamente sobre a realidade, modificando-a. Numa citação esclarecedora, Koselleck (2006, p. 109) explica que

> [...] os conceitos são [...] vocábulos nos quais se concentra uma multiplicidade de significados. O significado e o significante de uma palavra podem ser pensados separadamente. No conceito, significado e significante coincidem na mesma medida em que a multiplicidade da realidade e da experiência histórica se agrega à capacidade de plurissignificação de uma palavra, de forma que o seu significado só possa ser conservado e compreendido por meio dessa mesma palavra. Uma palavra contém possibilidades de significação, um conceito reúne em si diferentes totalidades de sentido. Um conceito pode ser claro, mas deve ser polissêmico. [...] O conceito reúne em si a diversidade da experiência histórica assim como a soma das características objetivas teóricas e práticas em uma única circunstância, a qual só pode ser dada como tal e realmente experimentada por meio desse mesmo conceito.

Ao interpretar a citação acima, logo chegamos à conclusão de que ela traz os elementos que mais contribuíram para a nossa pesquisa, ou seja, ela aborda a dimensão ampla e dinâmica do conceito.

Dessa dimensão podemos afirmar que, durante o processo de formação/formalização de uma teoria científica, o termo é imediato e o conceito é mediato. No contexto teórico, o termo seria a exteriorização lingüística de um conceito científico, pois este último está

"enraizado" em uma complexidade lógica e histórica na qual a História dos conceitos se apresenta como um relevante instrumental investigativo. Em ciência, os termos evidenciam a existência dos conceitos (ou da necessidade destes em uma determinada teoria) e, por isso, a análise terminológica se faz importante, em uma primeira fase, para a localização dos termos que remeterão aos conceitos no universo teórico. De forma mais clara, tal análise atuaria numa etapa intermediária na fase de catalisação daqueles termos (ou supostos conceitos) que, numa primeira percepção (por grau de incidência, por exemplo), comporiam o quadro conceitual no universo teórico-científico.

Num aprofundamento interpretativo dos conceitos identificados, a análise histórico-conceitual seria aquela que tenta transcender a aparência fenomênica do termo. Os construtos científicos, muitas vezes, aparecem simplificados sob a aparência do termo que, por vezes, esconde (ou é incapaz de mostrar) as intenções teóricas, políticas e ideológicas que um conceito científico pode representar, consciente ou inconscientemente, num determinado período histórico. Ademais, o estudo conceitual pode demonstrar e/ou revelar a importância que um determinado conceito pode ter para o desenvolvimento científico em um plano teórico.

Desse modo, o estudo histórico do conceito, na perspectiva epistemológica, pode aproximar o conceito da gênese filosófica que contribuiu para sua própria constituição. Em termos mais objetivos, quanto mais se busca a cientificidade de uma determinada "ciência" (por meio, por exemplo, do estudo histórico-conceitual), mais é possível se aproximar de sua gênese filosófica.

Nesse sentido, não temos a pretensão de enquadrar a CI, como uma disciplina delimitada e acabada, e sim, pretendemos percebê-la em sua dinâmica constante, como algo em construção. O conceito científico, no universo da ciência, seria polissêmico, não conclusivo e passível de questionamento, ou seja, refutável. Nesse caso, não propomos o emprego da História dos conceitos para sugerir um conceito de documento completo de significação e definitivo, sob o primado da exatidão. Pelo contrário, vemos na História dos conceitos a possibilidade de encontrar, no movimento da história, as mudanças semânticas dos conceitos que não estão relacionadas somente ao fenômeno da linguagem, mas que também estão sob a influência de fatores sociais, particularmente, correspondentes aos limites e possibilidades dos *horizontes de experiência* em que se mesclam a realidade social e as *expectativas de futuro*. Ou seja, esse método demonstrou que o estudo histórico-conceitual pode levar a um espaço teórico não necessariamente harmônico de convivência entre as

categorias *tradição* e *inovação*. A partir dessa possível desarmonia, o documento pode ser pensado enquanto uma *categoria* da CI.

A percepção das *categorias*, ou pressupostos ontológicos de uma ciência, é fundamental para o próprio desenvolvimento científico. Esse desenvolvimento é marcado pelo importante papel que a *tradição* desempenha ao lançar questões para a interpretação da categoria ontológica. Assim, o estudo histórico-conceitual auxilia nessa investigação crítica. Por intermédio dos estudos dessa natureza, é possível interpretar e compreender a posição do conceito frente ao desenvolvimento teórico-disciplinar, e ainda, avaliar se o conceito estudado tem um valor ontológico para a ciência em questão. Vejamos agora a explicação de Rendón Rojas (2005, p.18-19) acerca da importância da *tradição* e dos estudos que nela se baseiam para o processo de maturação científica:

> Consideramos que no desenvolvimento da ciência em geral a tradição corresponde, não a preconceitos dogmáticos admitidos pela fé, autoridade ou fidelidade [...], senão a premissas que permitem interrogar, interpretar e interpelar o objeto de estudo que ontologicamente existe em si, ainda que epistemologicamente tenha sido construído (mas sempre com base na primazia ontológica!), e que são aceitas precisamente por aportar e permitir respostas sobre esse objeto de estudo. [Nesse contexto, a] incomensurabilidade [não adquire grandes proporções e a] intraduzibilidade total não existe graças a esse mundo externo que possibilita o diálogo interparadigmático e não somente intraparadigmático, que no final das contas é um monólogo. (tradução livre).

Em direção à configuração do documento como uma *categoria* na CI, buscaremos no próximo item mostrar a proximidade entre os conceitos *informação* e *documento* na literatura dessa ciência.[206] Além de estes conceitos fazerem parte da *cintura protetora* proposta por Rendón Rojas (2005; 2008), eles adquirem uma posição de relativa simbiose, se forem pensados desde o não consensual conceito de *informação registrada*. À luz de tal aproximação conceitual e buscando justificar a relevância do estudo histórico-conceitual do documento para a CI, apresentaremos, a seguir, os elementos conceituais, tomando, como referência, o quadro apresentado por Capurro (2003) em seus supostos "paradigmas" *objetivo*, *subjetivo* e *social*.

---

[206] Cabe destacar que os teóricos que trabalham na perspectiva *prático-disciplinar* (item 4.1) e aqueles citados na próxima seção (item 4.3) se dedicaram a tomar a *informação* como o principal objeto de estudo da CI. Como vimos, essa posição teórica difere da apresentada por Rendón Rojas (2005; 2008), que considera *informação* como o mais importante conceito presente na *cintura protetora* do *sistema informativo documental*. Como vimos, para o autor este sistema seria o *principal objeto* de estudo da CI.

4.3 Aspectos objetivo, subjetivo e social da informação

Vimos anteriormente que, no âmbito teórico da CI, o conceito *documento* se relaciona intimamente com o conceito *informação*. Para tecermos uma posterior relação entre ambos os conceitos no âmbito *social*, abordaremos, primeiramente, questões acerca do caráter *objetivo* e *subjetivo* da informação.

Para tanto, e a exemplo de Rodríguez Bravo (2002), encontraremos subsídios em autores como García Marco (1998) e Pérez Gutiérrez (2000), que discutiram o enfoque *objetivo*, e em Fernández Molina (1994), Pratt (1977), Belkin & Robertson (1976) e Martínez Comeche (1995), que abordaram o *subjetivo*.

Contudo, antes de trazermos tal discussão cabe mencionar a importância dos estudos filosóficos para a apreensão das dimensões objetivas e subjetivas entre a relação sujeito e objeto. Nesse sentido, o estudo de Hessen (1973) contribui ao abordar tais dimensões no campo da Filosofia.[207] Neste momento, daremos destaque somente à distinção que esse autor faz entre *objetivismo* e *subjetivismo*.

Os apontamentos de Hessen são relevantes para evidenciar que, quando autores da CI adotam ou se aproximam de vertentes mais *objetivistas* ou mais *subjetivistas*, em termos filosóficos, nenhuma das vertentes e/ou problemas filosóficos que deles emanam são dados como esclarecidos, pois tais questões ainda são amplamente debatidas na Filosofia.

Recorrendo à fenomenologia, Hessen pontuou a limitação existente para a apreensão do fenômeno do conhecimento sob a alegação de que, por meio deste, somente seria possível descrever o fenômeno e não interpretá-lo e explicá-lo filosoficamente. Tal afirmação decorre de sua própria demonstração em que consegue apenas "visualizar" a concepção da consciência natural, cujo conhecimento atua forjando "uma imagem" do objeto. Desse modo, a verdade do conhecimento aparece, tão somente, como uma relação de concordância com o objeto. Verificá-la e justificá-la, portanto, é um problema para além do método

[207] Ao iniciar seu texto, Hessen (1973, p.19-20) buscou situar a posição da Teoria do Conhecimento no sistema filosófico. Conforme apontou o autor, essa teoria se encontra no quadro relativamente hierárquico em uma subseqüência em que, em primeiro lugar, aparece a *Teoria da Concepção do Universo*, que se divide em a) Metafísica (subdividindo-se em Metafísica e Espírito) e b) Teoria do Universo (que se subdivide em Deus, Liberdade e Imortalidade); em segundo aparece a *Teoria dos Valores*, que se divide em a) Ética, b) Estética e c) Filosofia da Religião; e, logo em seguida, encontra-se a *Teoria da Ciência*, que se divide em a) Lógica (que aborda aspectos formais da ciência) e, por fim, em b) Teoria do Conhecimento (que se dedica aos aspectos materiais da ciência).

fenomenológico, e a Teoria do Conhecimento[208] se apresenta como uma importante disciplina.

O aspecto fundante dos problemas que aqui nos interessam refere-se às soluções pré-metafísicas, dentre as quais se destacam duas posições de orientação teórica divergentes: o *objetivismo* e o *subjetivismo*. No espectro metafísico, a divergência e o antagonismo situam-se entre as posições do *realismo* e do *idealismo*, as quais são problematizadas pelo *fenomenalismo* kantiano.[209]

No caso do *objetivismo*, o objeto apresenta-se como o elemento decisivo entre o objeto e o sujeito, pois o primeiro determina o segundo. Neste caso, o sujeito é regido pelo objeto quando toma para si as propriedades do mesmo, reproduzindo-as. Essa situação supõe que o "[...] objeto enfrenta algo já acabado, algo já definido, a consciência cognoscente." (HESSEN, 1973, p.88-89).

Por outro lado, o *subjetivismo* fundamenta o conhecimento humano no sujeito e não no objeto (ideal ou concreto). Em outras palavras, nessa perspectiva o mundo das Idéias (ou conjunto dos princípios do conhecimento) situa-se no sujeito, que se apresenta como o condicionador, por assim dizer, da verdade do conhecimento humano. Entretanto, vale destacar que, quando nos referimos ao sujeito, não pretendemos significar o "[...] sujeito concreto, individual, do pensamento, mas sim um sujeito superior, transcendente." (HESSEN, 1973, p.91).

Portanto, as soluções filosóficas, advindas do âmbito da pré-metafísica, aparecem com uma composição simplificada e, muitas vezes, ingênua da relação entre sujeito e objeto no processo do fenômeno do conhecimento. Tais questões foram retomadas pelas soluções metafísicas agregando outros matizes que ampliam a dimensão e o grau de complexidade do debate entre a ênfase nos enfoques *objetivo* e *subjetivo*.

---

[208] A Teoria do Conhecimento – também denominada Teoria Material da Ciência, Teoria dos Princípios Materiais do Conhecimento Humano ou Ciência Filosófica Fundamental – subdivide-se em *geral*, que investiga as referências do pensamento ao objeto geral; e em *especial*, que se preocupa com as investigações críticas, os princípios e os conceitos fundamentais os quais exprimem as referências do pensamento aos objetos. A Teoria do Conhecimento se consolida como disciplina filosófica independente a partir da limitação de outras disciplinas quando se propõe estudar o fenômeno "conhecimento" em sua dinâmica particular, em que se destaca a relação entre: a) *sujeito* – cuja Psicologia, por si só, não dá conta sozinha de apreender; b) *objeto* – cuja Lógica não comporta a sua dimensão; e c) *conhecimento* – cuja Ontologia, na mesma situação, igualmente se limita ante a sua complexidade. (HESSEN, 1973, p.33).

[209] Evitando nos distanciarmos da proposição do presente item, discorreremos aqui somente sobre a relação dos aspectos do *objetivismo* e do *subjetivismo* e não nos aprofundaremos nas soluções metafísicas apresentadas por Hessen (1973) que envolvem a contraposição *realismo* e *idealismo*.

Ademais, para Hessen (1973), as "chagas" das questões filosóficas sobre a *essência*[210] *do conhecimento* ainda estão abertas, pois nem o *realismo* e nem o *idealismo*, em suas vertentes inclinadas ora mais ao *objetivismo* ou ao *subjetivismo*, podem prover-se ou refutar-se por meios puramente racionais. Para o autor, nem mesmo o fenomenalismo kantiano, que foi um pressuposto importante para a crítica da noção do objeto do conhecimento de ambas as perspectivas, está imune.

No universo das soluções metafísicas, cabe apenas mencionar que tanto o *realismo* como o *idealismo* apresentam subdivisões. O *realismo* pode ser subdividido, para uma melhor compreensão, em duas formas que se aproximam dos aspetos objetivos – o *realismo ingênuo* e o *realismo natural* – e duas outras que se aproximam dos aspectos subjetivos – o *realismo crítico* e o *realismo volitivo*. Não obstante, fazendo contraponto ao realismo temos o *idealismo epistemológico*, o *idealismo subjetivo ou psicológico* e o *idealismo objetivo* ou *lógico*.[211]

De modo a não nos distanciarmos de nosso objeto, tangenciaremos a pesquisa de Hessen (1973) enfocando, somente, aspectos filosóficos relativos à *essência do conhecimento*. O estudo desse autor desvela que as posições antagônicas objetivismo/subjetivismo ou realismo/idealismo, relevantes para a compreensão da relação entre sujeito e objeto do conhecimento, continuam sob tensão. De modo particular, buscaremos evidenciar que tal problemática se estende ao âmbito teórico-disciplinar da CI, em que se observam análises divergentes acerca da relação entre sujeito e objeto, num corpo teórico que privilegia uma inclinação ora ao objetivismo, ora ao subjetivismo. Isso se reflete na construção teórica que prioriza o caráter *objetivo* ou *subjetivo* de um dos principais conceitos estudados por essa disciplina – a *informação*.

---

[210] Em seu estudo, Hessen (1973) demonstrou que as questões acerca da essência do conhecimento – em que os aspectos relacionados ao objetivismo e ao subjetismo se acomodam juntamente com a contraposição entre realismo e idealismo – correspondem a somente um vértice de um grande prisma de possibilidades. No caso de nossa pesquisa, a questão da essência do conhecimento é relevante por possibilitar, em alguma medida, o entendimento do fenômeno da informação quando investigada sob a perspectiva genérica que engloba as soluções pré-metafísicas e as soluções metafísicas. Sob esse prisma, nosso real interesse se situa nas preocupações sobre o objetivismo e o subjetivismo, particularmente, na relação entre sujeito e objeto do conhecimento.

[211] A oposição ao *realismo* – que defende que os objetos do conhecimento existem descolados do pensamento, independentemente – pode ser observada, em grande medida, com o *idealismo lógico*, especificamente quando esta última linha de pensamento postula que os objetos são concebidos pelo pensamento. À luz das particularidades de concepção do objeto do conhecimento, o *idealismo subjetivo* (objeto como algo psicológico), além de diferir da acepção do *idealismo lógico* (objeto como algo lógico), diverge do *realismo* (objeto como algo real). (HESSEN, 1973, p. 92-105).

Para tanto, teremos, como eixo norteador, a pesquisa de Rodríguez Bravo (2002, p.25-26), que igualmente abordou a questão dos enfoques objetivo e subjetivo da informação para subsidiar instrumentalmente a apreensão da dimensão conceitual de documento na CI – disciplina esta a que a autora, em consonância com o entendimento disciplinar na Espanha, se reporta usando o termo "Documentação".

Em sua opinião, a informação atribuiu à disciplina um caráter *dinâmico*, diferente daquele *estático* anteriormente apreendido na conservação de documentos em arquivos (em geral, permanentes) e nas bibliotecas aos moldes "clássicos" (com acervos organizados genericamente). Sob esse enfoque, a autora defendeu que, no contexto de um centro de documentação, deve ocorrer a proximidade e a integração entre a Arquivística Moderna (documentos administrativos) e a Biblioteconomia ("documentos cognitivos"), cuja função documental pode ser instrumentalizada/potencializada pelos documentos informativos e pelas fontes externas, que são fruto dos trabalhos dos documentalistas. Nesse sentido, a Documentação, a Arquivística e a Biblioteconomia seriam orientadas por um objetivo único: gerir e tratar (sob o instrumental das tecnologias de informação) de maneira adequada a informação, de modo a torná-la mais acessível aos usuários. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p.26).

Nessa perspectiva, a autora, num primeiro momento, discordou de Moreiro González (1990, p.287-297) quando esse autor considerou que a Museologia faz parte do rol de disciplinas integrantes da Documentação. Tal aproximação ocorre, segundo Moreiro González, devido ao fato de os museus terem interesse em difundir suas coleções de "[...] obras de arte ou de objetos, testemunhos do passado, que tanto a Museologia como a História consideram documentos." Para divergir do autor, Rodríguez Bravo (2002, p.28) enfatiza que:

> Os conteúdos dos museus, em nossa opinião, seriam fontes de informação, dado que permitem a reconstrução de aspectos do passado, mas não são documentos propriamente, pois sua missão primeira não é informar, ainda que possam ser utilizados com esse fim.

No quadro argumentativo apresentado por Rodríguez Bravo (2002, p.29), a Biblioteconomia, a Arquivística e a Documentação seriam técnicas que trazem subsídios teóricos quando lançam questões de ordem teórico-prática à Documentação. Esta última, num plano disciplinar, buscaria estudar e delimitar-se como um campo teórico que contém um objeto (informação/documento) e vários métodos, características estas que, para a autora, a configuram no rol das ciências sociais.

Para uma delimitação teórico-conceitual de documento no âmbito da Documentação, Rodríguez Bravo (2002) postulou um conceito de informação, sob uma suposta relação "subjetivista" entre sujeito e objeto (enfoque subjetivo), que não desconsiderasse, de todo, um viés "objetivista" (enfoque objetivo).[212] Para tanto, a autora discorreu sobre o seguinte caminho argumentativo: a) conceituação dos objetos de estudo da Documentação; b) informação como ente material; c) informação como processo; d) a informação como realidade objetiva; e e) a informação como realidade subjetiva.

Quando abordou a questão dos objetos de estudo, Rodríguez Bravo buscou justificar a sua posição teórica frente à questão da acepção de documento. Com esse objetivo, ela analisou, primeiramente, a relação conceitual entre documento e informação. Tais conceitos, segundo a autora, são de grande amplitude, todavia, não existe diferença substancial entre ambos. Conforme considera, quando se busca justificativa "[...] no documento, este é concebido como *documento informativo*, mensagem em um suporte; e quando se busca [justificativa] na informação, esta se concebe como *informação documental*, registrada e perdurável." (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p.30)

Para a autora, um outro objeto de estudos da Documentação que está diretamente associado/vinculado à informação e ao documento é o *processo informativo-documental*. Este objeto considera a comunicação/transferência de informação para o usuário mediante transformação do documento primário em outro secundário (meramente informativo) em direção à recuperação da informação.

Conforme aponta López Yepes (1995), se por um lado o *Traité* de Otlet apresenta o *documento* universalmente como o principal objeto de estudo da Documentação, por outro a referida disciplina foi posteriormente acrescida pela ênfase na recuperação da informação. Essa situação resultou na necessidade de criação de uma "ciência" com ênfase na *informação*, principalmente nas escolas anglofônica, alemã e russa (ver item 4.1).

A esse respeito, Rodríguez Bravo (2002, p.31) afirma que a ênfase na recuperação da informação necessariamente considera o processo comunicativo em que o emissor se configuraria como o "documentalista" que emite a mensagem (conteúdo informativo), contida num documento destinado a um ou mais receptores. Tais receptores, nesse caso, poderiam ser denominados "usuários" de um sistema de informação. Nesse processo, o documento abandonaria a sua fase estática para dinamizar e potencializar o seu conteúdo informativo por meio do *processo documental*. Nas palavras de López Yepes (1995, p. 315-316):

---

[212] Conforme veremos neste item e no item 4.4, a união dessas perspectivas pode gerar imprecisões conceituais.

> [...] o documento é a acumulação de informação – fonte de informação –, mas de informação que se acumula para ser comunicada em um momento determinado e por um determinado motivo. São duas as coordenadas que configuram o documento como objeto do processo documental: a objetivação do conhecimento em um suporte e a possibilidade de comunicação ou acessibilidade do mesmo. A informação que se transmite no processo informativo-documental é, evidentemente, informação documental, informação registrada ou veiculada em um suporte físico. Constitui, ao mesmo tempo, o objeto do processo, isto é, a mensagem documentária, rica realidade a qual se subsume à transformação de uma informação de entrada ou potencial em uma informação de saída ou atual capaz de engendrar novas informações e novos processos documentais *ad infinitum*, tal é a potencialidade e eficácia do afazer documental. (tradução livre).

A noção de atribuição de sentido, realizada pelo produtor do documento no momento de sua criação, levou Rodríguez Bravo (2002, p.35) a uma apreensão de documento como portador de uma informação que representa uma realidade objetiva. Para tanto, Rodríguez Bravo buscou subsídios teóricos em Meyriat (1981), que, segundo a autora, apresenta uma concepção "utilitarista" por supostamente não considerar os valores culturais e estéticos atribuídos ao objeto (por exemplo, a uma obra de arte). Sob esse prisma, objetos imbuídos desses valores não teriam valor informativo (ou seja, não se configurariam como informação registrada) e, por tal motivo, não enriqueceriam o saber científico diante da impossibilidade de sua incorporação num "sistema técnico-social", isto é, num sistema de informação.

Vale recordar que, para Rodríguez Bravo (2002), o valor informativo é o princípio fundamental da informação, objeto de estudo da Documentação/Ciência da Informação. Para fundamentar tal concepção, a autora recorreu à seguinte citação de Meyriat (1981, p.30): "[...] nestes documentos [culturais e estéticos] nós não vemos e não buscamos mais do que informação e, depois de haver esta via, deixamos a outros usuários o resto de seus valores." (tradução livre). Tais ponderações levaram Rodríguez Bravo (2002, p.35) a tecer o seguinte argumento:

> A Documentação anula ou, ao menos, deixa inativas as outras funções que o mesmo objeto cultural poderia ter em sua origem, por exemplo, uma eventual função estética que poderá ser ativada por outro usuário que não busque este objeto a não ser por prazer. A função estética é fundamental nos museus, mas não nos arquivos nem nas bibliotecas. Por esta razão, não somos partidários de englobar a museologia dentro da Ciência da Documentação.

Não obstante, entendemos que na interpretação que Rodríguez Bravo (2002) realiza da referida citação de Meyriat há uma certa contradição e imprecisão. Isso porque o autor francês

não desconsidera os objetos de museu enquanto informativos (ver item 3.3). Meyriat simplesmente menciona, nessa citação, a dificuldade (ou a impossibilidade) de o documentalista registrar os conteúdos estéticos a ele atribuídos. Isso não significa que objetos dessa natureza não possam ser incorporados em sistemas de informação. Ou seja, nesse caso, um museu seria um sistema de informação.

Além disso, Rodríguez Bravo (2002, p.38) convergiu com os autores que consideram que a Documentação não tem um único objeto de estudo. A Documentação, para essa autora, tem como principal interesse investigativo a *informação documental* (registrada) que, num processo documental, passa por um tratamento orientado/executado pelo profissional da informação/documentalista. Esse profissional busca satisfazer as necessidades dos usuários de uma determinada *instituição informativa documental*. Portanto, essa disciplina se ocuparia do

> [...] processo de transferência da informação ou processo documental em toda a sua amplitude, e dos sistemas de informação, pelo que se pode afirmar que o objeto da documentação como ciência não é outro que a arquivística-biblioteconomia-documentação como atividade ou como técnica. Esta se ocupa fundamentalmente dos documentos administrativos e cognitivos, interessando-se, neste caso, fundamentalmente pelos conteúdos documentais. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p.38, tradução livre).

Ao considerar o contexto das tecnologias de informação em que pese o importante (e central) papel dos documentos digitais nos sistemas de informação, Rodríguez Bravo (2002, p.38) enfatizou que, no momento atual, a preocupação está voltada mais à informação (intangível) do que ao documento (objeto tangível) propriamente dito. Por outro lado, a autora admitiu que o documento analógico ainda terá "[...] muita vida pela frente e as instituições documentais terão que seguir organizando-o e conservando-o, como terão que conservar os conteúdos digitais." Para a autora, a preocupação com o documento tradicional é maior nos arquivos, pois "[...] o documento administrativo necessita de garantias de autenticidade, observadas no estudo dos caracteres formais do documento que a diplomática realiza." Em decorrência dessas constatações acerca do objeto da Documentação, a autora pontuou que:

> A Documentação se ocupa dos documentos, ainda que dirija seu interesse fundamental a seus conteúdos mais do que a seu suporte, o qual, no entanto, é necessário para que o documento possa transmitir sua mensagem. Por influência da *information science*, tem-se enfatizado a informação, a qual se consolidou com o desenvolvimento tecnológico e do documento digital. Atualmente são considerados os conteúdos, mas não qualquer conteúdo, pois a ênfase é dada aos conteúdos documentais. [...] existem muitas concepções de informação, mas a que nos interessa é a informação registrada em um documento, ou seja, entendida como algo material, como objeto, segundo

> destaca Buckland. [Nesse caso] o objeto da documentação [pode ser considerado] sinônimo de documento informativo, entendido como suporte concebido para transmitir mensagens. Não parece que existe grande diferença, portanto, entre considerar objeto da documentação a informação ou o documento, pois no primeiro caso se destaca seu caráter registrado, e no segundo, seu conteúdo informativo. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p.40, tradução livre).

Desses objetos decorrem diferentes perspectivas do conceito de informação, que, segundo sustenta Rodríguez Bravo (2002, p.46-48), apresenta-se na literatura da CI de forma ampla e em diferentes enfoques. Ao dissertar sobre essas diferentes abordagens, a autora destacou as vertentes *objetiva, subjetiva* e *material*,[213] como veremos a seguir.

Seguindo os passos de Rodríguez Bravo (2002, p.53-60), abordaremos, neste momento, a perspectiva *objetiva* da informação por intermédio das análises de Fernández Molina (1994), de Pérez Gutiérrez (2000), de García Marco (1998) e de Martinez Comeche (1995). Tais autores se orientaram pela crítica ao pressuposto da *teoria matemática da comunicação* de Shannon e de sua interpretação a cargo de Weaver (1981).

Os objetivos da *teoria matemática da comunicação*, segundo Pérez Gutiérrez (2000, p.42), foram: a) tratar das quantidades médias de informação não contemplando o ponto de vista semântico; e b) codificar eficazmente as mensagens e transmiti-las com o mínimo de erro, com a maior velocidade possível, mesmo considerando a existência de ruídos.

No entanto, uma das principais críticas a essa teoria decorre do fato de ela não contemplar a definição conceitual qualitativa de informação, pois se dedicou, tão somente, a quantificá-la e a medi-la indiretamente. Para García Marco (1998, p.316-318), os elementos que constituem tal teoria são: contexto/situação do discurso; atores/agentes do processo comunicativo; mensagem; código; canal; sinal; energia; ruído; redundância.

As críticas à *teoria matemática da comunicação* podem ser observadas, em particular, na exposição de García Marco (1998, p.316-318) quando ele alerta que o modelo de Shannon não ataca o problema da informação como realidade objetiva ao enfocar a informação na forma de mensagem. A seu ver, Shannon renunciou ao estudo da informação potencial ou real e se centrou no estudo da informação efetiva.

Na opinião de Pérez Gutiérrez (2000, p.42), a utilidade da teoria de Shannon para a Documentação é limitada por prescindir do aspecto semântico da comunicação. Assim, no

---

[213] Enfatizaremos, neste momento, as perspectivas objetiva e subjetiva abordadas por Rodríguez Bravo (2002) e, logo em seguida, discutiremos o enfoque material mediante o diálogo entre Buckland (1991) e Silva & Ribeiro (2001). Retomaremos o caráter material da informação com Rodríguez Bravo (2002) no item 4.4, na ocasião em que relacionaremos tal dimensão teórica com o conceito *documento*.

entender deste, não interessaria o significado das mensagens, interessariam apenas as probabilidades matemáticas de estas passarem pelo processo comunicativo de maneira idealizada.

Por outro lado, Martinez Comeche (1995, p.22-25) destacou que, embora a probabilidade tenha a vantagem de permitir a quantificação das mensagens, ela tem a limitação de exigir um conjunto inicial de possibilidades finitas. Tal limitação implica que o receptor tenha que conhecer, de antemão, todos os possíveis resultados, de modo a permitir a seleção de qual seria o resultado ideal escolhido.

Segundo Rodríguez Bravo (2002, p.57), esse modelo "[...] apresenta-se como inoperante sempre que a informação nova e a ruptura da expectativa não possam estabelecer-se claramente." (tradução livre). Isso ocorre porque:

a) desconhecem-se todas ou algumas das possíveis respostas;
c) os elementos hipotéticos não considerados são ilimitados;
d) não são fornecidos elementos de juízo suficientes para impor uma probabilidade a cada um dos resultados.

Seguindo o raciocínio da autora, o modelo de Shannon serve para medir a incerteza do receptor e não a sua ignorância. Cabe salientar que, na teoria deste, a quantidade de informação é diretamente proporcional à incerteza por parte do receptor. Para mensurar tal constatação, busca-se o cálculo do valor médio da entropia do sistema por meio da repetição do processo de comunicação de mensagens com o objetivo de otimizar a transmissão física de mensagens entre sistemas mecânicos. Entretanto, tal situação se modifica ao ser considerada a complexidade dos receptores humanos.

Outra perspectiva objetiva de informação é de Stonier (1991). Este autor alertou para a possibilidade de uma nova teoria da informação. Nessa teoria, pressupõe-se que a informação seria uma propriedade básica do universo – como a matéria e a energia – podendo manifestar-se de maneira estrutural e cinética, assumindo, assim, propriedades objetivas.

Vale destacar que García Marco (1998, p.314-315) convergiu com a idéia de que a informação se apresenta como algo objetivo e quantificável, particularmente, quando argumentou que a subjetivação da informação demonstra claras insuficiências metodológicas e teóricas. Igualmente nessa direção, Pérez Gutiérrez (2000, p.31-44) se referenciou no marco realista (objetivo) da informação, por duas razões: 1) é possível, no âmbito institucional, que exista informação sem que exista o receptor que a interprete; e 2) o "isolamento" da

informação "objetiva" possibilita o estudo das atividades cognitivas dos organismos (percepção, conhecimento e crença).

Por fim, Pérez Gutiérrez (2000, p.31-44) deduz que a informação é objetiva e que sua existência, transmissão e geração são independentes do processo interpretativo do receptor. Porém, essa informação não seria objetiva da perspectiva do produtor/emissor. Nesse caso, o conteúdo informativo não seria inerente ao sinal, pois durante sua transmissão, no fluxo informativo, atuam duas propriedades que parecem incompatíveis: a fiabilidade (evidência verdadeira que leva à informação) e a falibilidade (evidência falsa, exceção como característica inerente ao fluxo informativo).

Sob outro prisma teórico, podemos visualizar a realidade *subjetiva* da informação a partir dos estudos de Fernández Molina (1994, p.323). Este autor destacou o enfoque subjetivo da informação do final dos anos setenta e início dos anos oitenta do século passado, resgatando os trabalhos de Belkin, Wilson e Dervin, cuja crítica básica era direcionada ao enfoque tradicional (que defendia a objetividade, a externalidade e a significância constante), que se dedicou ao estudo das necessidades, do uso e do próprio conceito de informação. Tal enfoque devia-se, em grande medida, à influência de "cientistas da informação" da área das ciências exatas e aplicadas. Nesse contexto, Fernández Molina (1994) explicou que os processos de transferência da informação, como em qualquer fenômeno social, sofrem intervenção de fatores de caráter subjetivo como crenças, valores, linguagem, intuição, imaginação, etc., que podem se adaptar ao método científico. Essa seria, portanto, a perspectiva cognitiva da informação.

Considerando o processo cognitivo e o comunicativo, vale destacar a hipótese de que todo conhecimento, gerado a partir da absorção e processamento (cognição) da informação, se daria por meio de um processo comunicativo (voluntário ou involuntário) em que ocorreria a relação entre objeto (informação) e sujeito (produtor ou receptor da informação). Conforme afirmou Pratt (1977, p.204-220), a informação faz parte do processo comunicativo, no qual se consideram um "emissor" – que tem um propósito, uma linguagem e que faz uso de um meio –; e o "receptor" – que tem relativa predisposição/conhecimento e preferência por linguagem e por meio de transmissão (registro oral ou gráfico produzido pelo emissor). A informação seria a alteração da imagem do conhecimento que ocorre no receptor quando este recebe uma mensagem.

Segundo afirmaram Belkin & Robertson (1976, p.197-204), a informação seria aquele elemento/signo que modifica a estrutura do conhecimento do receptor. Tal como explicaram os autores, essa estrutura pode ser comparada à materialização de um conhecimento em um

texto produzido justamente com a finalidade de informar. Posteriormente, Belkin (1978) ampliou a noção ao lançar a noção de "estado anômalo do conhecimento" do receptor, que influenciaria o processo comunicativo, estimulando-o.

De acordo com Fernández Molina (1994, p.325), um sistema comunicativo é composto necessariamente por um "emissor", que comunica um conhecimento (variável 1) com um propósito/intenção (variável 2); e um "receptor", detentor de um conhecimento prévio (variável 3) e um propósito/intenção (variável 4). Dessas variáveis decorrem diferentes efeitos, dentre os quais observamos, no "emissor", a produção de linguagem e/ou materialização (Ex.: produção de texto) e, no "receptor", a identificação de anomalias no processo comunicativo que gera uma outra estrutura identificável (Ex.: elaboração de uma questão). Ademais, Fernández Molina reitera que o receptor é que decide se a anomalia foi sanada durante a interação das duas estruturas de conhecimento (do emissor e do próprio receptor), podendo este fechar o sistema.

Ao interpretar a síntese do sistema comunicativo acima exposto, Rodríguez Bravo (2002, p.62) complementou que o conceito de informação, num processo comunicativo, emergiria da associação de um texto a uma estrutura conceitual modificada pelo emissor. Nesse processo, o emissor agregaria à proposição inicial outras geradas à luz do objetivo, da intenção e do estado de conhecimento do receptor. A soma de tais fatores poderia servir de base, por sua vez, para a retroalimentação da estrutura superficial (por exemplo, a linguagem) do texto gerado.

Conforme destacou Fernández Molina (1994, p.326-328), Ingwersen (1992, p.99-135) tomou como referência o modelo de Belkin e a equação de Brookes,[214] apresentando a equação AI + K[S] –> K [S + AS]. Na acepção de Fernández Molina (1994, p.326-328), a equação de Ingwersen revela uma abordagem mais dinâmica, pois dela se pode interpretar que, do ponto de vista do *receptor*, a informação é potencial até ser recebida; e da perspectiva do *emissor*, os emissores também são potenciais. Nesse sentido, o referido autor acrescentou ainda que, durante o processo comunicativo, o receptor poderá converter *dados* (brutos) em informação na medida em que as percebe (apreenção), mesmo quando se encontra num estado de incerteza ao se deparar com a informação potencial. Por outro lado, se os *dados* não forem apercebidos eles continuarão sendo *dados* e, ao mesmo tempo, informação em potencial para

[214] A "Equação fundamental" de Brookes (1980a; 1980b) "K[S] + AI = K [S + AS]" foi elaborada em 1974 e mesmo implicitamente recorre à idéia de a informação modificar a estrutura do conhecimento. De acordo com Rodríguez Bravo (2002, p.63), nessa equação observa-se a influência do terceiro mundo de Popper: o conhecimento pode ser apreendido como objetivo (registrado) ou subjetivo.

outros receptores e emissores. Ademais, cabe salientar que, nesse processo, a percepção do *dado* depende do estado de conhecimento atual do receptor, somado ao seu contexto (espaço-problema) atual. Nesse caso, a informação, quando percebida, poderá modificar o estado de conhecimento e o espaço-problema do receptor (causando decisões, ações, intenções, mudança de valores, etc.). Portanto, podemos dizer que a informação valorativamente se caracteriza por implicar uma mudança na estrutura do conhecimento do receptor.

Sobre esse assunto e convergindo com o autor sobredito, Rodríguez Bravo (2002, p.64) reiterou que o processamento da informação acarretará a mudança do estado do conhecimento, criando um novo conhecimento (para o emissor e para o receptor). Por outro lado, a autora pondera que enquanto não existir a interferência e a interação do receptor da informação no sistema, este não passará de um "sistema de dados" ou "sistema de informação em potencial".

Em síntese, podemos dizer que essa concepção subjetiva de informação, inserida num processo comunicacional, faz distinção entre *dado* (informação em potencial), *informação* (quando apreendida/processada cognitivamente) e *conhecimento* (produto da ação da informação de alguma forma útil ao receptor).

Outra perspectiva subjetiva de informação contemplada num processo comunicativo é a de Martínez Comeche (1995, p.25-30). Este autor considerou que não existe enfrentamento entre a teoria objetiva de Shannon, que destaca a "informação real", em que o receptor é definido, concreto e não-universal; e o enfoque subjetivo, que considera a "informação efetiva" (receptor único, específico e, por vezes, universal). Então, cada um dos enfoques parte de um conceito de informação diferente.

Para o autor, o nível de conhecimento do receptor definirá a ação da informação no indivíduo. Aqui, a informação atua como subsídio para a diminuição do grau de incerteza e, portanto, está relacionada ao efeito de novidade para a formação de um conhecimento. Assim sendo, a informação só existirá nesse processo a partir do momento em que ela se encorpar numa significação relevante para o sistema de conhecimento do usuário. Na concepção de Martínez Comeche (1995, p.31), a informação é apreendida como dados do conhecimento que trazem alguma novidade ou relevância a um receptor em um momento específico. Nas palavras do autor, tais dados atuam atenuando a ignorância ou reduzindo a insegurança do receptor sobre um determinado assunto, "[...] originando um novo estado de conhecimento cuja estrutura não tenha sido necessariamente modificada por tais dados."

Além da perspectiva do processo comunicacional, Fernández Molina (1994, p.328-329) abordou a teoria *sense making*, de Dervin & Nilan (1986), que converge com o enfoque

subjetivo ao centrar-se no usuário. Sob esse prisma, o enfoque deixa de incidir no *intermediário* (produtor ou mediador/profissional da informação) e passa a contemplar, numa posição de destaque, o *usuário*, que interpreta e atribui "sentido" à informação. Desse modo, o enfoque objetivo e externo da informação dá espaço ao subjetivo, destacado pelo usuário que entra em cena justamente por ser o responsável pela construção/reconstrução de mapas mentais. Ou seja, o processo de atuação da subjetividade na informação seria uma característica fundamental na relação entre o observador e as coisas.

Enfim, Fernández Molina (1994, p.329), à época e sob a influência do paradigma cognitivo, destacou a tendência de estudos em informação direcionados ao usuário, isto é, ao indivíduo que recebe/interpreta a informação. Esse enfoque foi relevante, sobretudo, por demonstrar a limitação do enfoque "clássico", ou objetivo, que considera, num primeiro plano, o produtor e/ou intermediário (profissional) do objeto físico informacional (informação objetiva).

Considerando essa limitação do paradigma objetivo apontado por Fernández Molina (1994), vale destacar que o enfoque de informação que Rodríguez Bravo (2002, p.69-70) buscou defender é contraditório. Assim, por um lado, a autora se diz favorável ao enfoque subjetivo, como ocorre nesta passagem:

> A informação existe potencialmente nas mensagens que decorrem do processo comunicativo, já que somos partidários da concepção subjetiva da informação. Em nossa ciência não estamos interessados em todas as mensagens, e sim, naquelas emitidas com intenção informativa e vocação de permanência; em resumo, nos documentos. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p.70, tradução livre).

Além disso, a autora complementa que "[...] a intenção informativa do emissor é fundamental na consideração do documento." (Ibid., p.69). Esse argumento foi essencial para que Rodríguez Bravo (2002) buscasse configurar o "produto materializado da informação" (documento) como o principal objeto de estudo da Documentação. Porém, notamos que a referida ênfase na *mensagem* (com intenção informativa) gera dubiedades para pensarmos o conceito *documento*. À luz dessa constatação inicial, continuaremos nossa explanação considerando apenas a relação entre as concepções objetiva e subjetiva de informação.

Concordamos com a autora acerca da importância do produtor/emissor da informação para tal processo de objetivação, todavia, entendemos que a ênfase nessa acepção relega a um segundo plano esse processo se o mesmo for pensado a partir da perspectiva subjetiva do usuário/receptor. Em suma, para a autora seria como se o documento fosse apenas aquele

objeto produzido para cumprir uma funçã documental, com conteúdo(s) determinado(s), inerentes, naturais. Vale recordar que essa linha de raciocínio, em geral, é tomada para justificar a construção conceitual de documento da Arquivística.

É importante salientar, ainda, que Rodríguez Bravo (2002) citou López Yepes (1995, p.317-319), que concebeu "informação documental" como sinônimo de "mensagem documentária", num contexto em que se considerou: a) o caráter objetivo (quantificável) da informação; e b) o caráter subjetivo (informação transformada) que segue o percurso do potencial (dados) para o atual (informação) a partir de um ponto de vista subjetivo. Não obstante, Rodríguez Bravo (2002, p.68-69) afirmou:

> A informação subjetiva é criada a partir da informação objetiva, gerada pela mente humana através de um processo de atribuição de sentido a uma entidade externa ou de um processo de informar-se, que conecta ambas. É através deste processo que diferentes indivíduos criam diferentes imagens ou idéias (informação subjetiva) a partir das mesmas informações externas (informação objetiva). Ambas as concepções se aproximam ao abordar a informação como processo. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p.69, tradução livre).

A contradição, há pouco comentada, está expressa nas entrelinhas dessa citação. Nela, Rodríguez Bravo novamente afirma que a informação *objetiva* traça o fio condutor do "ser documento". Frente a essa linha de raciocínio, notamos que se, por um lado, o sujeito interpretante atribui diferentes sentidos a um objeto que, após passar pelo crivo valorativo, recebe a "virtude" de "ser documento"; por outro, se esse objeto não for valorado dessa forma, ele não o será. Assim, o documento não existe *a priori*, ele é produto de um ato valorativo. O simples fato de o produtor ter idealizado e consolidado material e objetivamente suas idéias (para um determinado fim) não significa dizer que o objeto produto desse processo será um documento, a partir de uma perspectiva *subjetiva*.

Se tomarmos a hipótese acima como válida, a concepção de Rodríguez Bravo (2002) de que o documento se constitui como "um canal comunicativo" que decorre de uma informação potencial, de uma mensagem transmitida com intenção, se torna simples e não contempla a perspectiva ativa e complexa do usuário. Segundo a autora, "[...] sempre existirá um usuário a quem essa mensagem acrescentará algo ao seu conhecimento, transformando-o ou reafirmando-o." (Ibid., p.73). Novamente ao afirmar isso, Rodríguez Bravo (2002) parte do pressuposto de que a informação objetiva e materializada no documento existe *a priori* e, indo mais além, de que o documento existe *a priori*.

Conforme observaremos na assertiva a seguir, Rodríguez Bravo está ciente da concepção *subjetiva* de informação, porém, opta por privilegiar a acepção *objetiva* quando destaca, recorrendo a Meyriat, que há objetos "mais objetivamente informativos" e que são estes os de principal interesse da Documentação. Eis o trecho em questão:

> Pensamos que a informação é situacional e que varia em função das circunstâncias dos receptores: uma mensagem será informativa para um receptor se lhe aportar algo, e não o será para quem já conheça seu conteúdo. Subscrevemos a concepção de que, em um momento dado, qualquer objeto pode ser informativo – em uma concepção subjetiva de informação considerada desde o ponto de vista do receptor –, constituindo-se em fonte de informação ou recurso informativo. Pois bem, existem objetos, como disse Meyriat (1981, p.29), mais objetivamente informativos do que outros, normalmente aqueles concebidos com uma intenção comunicativa por parte do emissor, e serão estes os que consideraremos documentos. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p.74, tradução livre).

Enfim, constatamos que existem contradições na formulação conceitual de Rodríguez Bravo (2002). A maior delas decorre do fechamento da linha argumentativa acima exposta, na qual podemos observar a seguinte afirmação: "[...] Confirma-se a tendência que já comentamos [...] de que toda informação pode ser de interesse para a Documentação." (Ibid. p.74, tradução livre). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a autora limita o escopo da Documentação, ao enfatizar: 1) a informação arquivística e biblioteconômica, 2) a informação objetiva e 3) a informação de natureza científica; especificamente, no final da seção textual dedicada às questões conceituais da informação, ela abre o leque interpretativo considerando todo e qualquer tipo de informação.

Contradições à parte, podemos dizer que nem todos os teóricos e epistemólogos da CI dedicam os seus estudos à forma de *informação materializada* (registrada), pois, por vezes, buscam definir *informação* num sentido mais amplo. Quando a informação é apreendida de forma ampla, quase sempre se admitem dificuldades de conceituação, como é o caso de Pinheiro (1999, p.155) quando afirma que a *informação* "[...] na complexidade de categoria abstrata, é de difícil apreensão". Dentre os autores que convergem com Pinheiro (1999), destacamos Pinheiro & Loureiro (1995), Braga (1995), Smit (2002), González de Gómez (2000; 2001), Kobashi, Smit e Tálamo (2001), Hjϕrland (2003).[215]

---

[215] Hjϕrland (2003) atenta para a dificuldade de se estabelecer parâmetros conceituais para a informação devido a sua complexidade, pois outras áreas do conhecimento relacionadas a ela empregam distintos entendimentos, e por, em termos filosóficos, tratar-se de uma entidade abstrata, apresentando, quando apreendida nesse contexto na CI, uma figuração quase deificada, podendo pairar em tudo e ser de difícil explicação. Esta foi a principal razão pela qual Pinheiro (2004) caracterizou a informação como um "obscuro objeto da Ciência da Informação".

Não obstante, Kobashi, Smit e Tálamo (2001) enfatizaram que qualquer iniciativa de sistematização da disciplina pressupõe a busca pela definição de *informação*. Nesse sentido, o conceito de "estrutura significante" de Barreto (1994) seria, para as autoras, um importante instrumental para a identificação de características próprias que delimitassem a "informação" enquanto objeto de estudo da CI. Um outro exemplo por elas destacado são as propostas de conceituação apresentadas pelo teórico estadunidense Michael Buckland (1991) e pelo português Armando Malheiro da Silva (1998).

Vejamos, a seguir, como Buckland (1991) e Silva & Ribeiro (2002)[216] conceberam *informação* no campo da CI. Objetivaremos, com isso, compreender em que medida as interpretações desses autores convergem ou divergem no tocante à aproximação do conceito *material/objetivo* e *social* de informação. É importante salientar que, nesse momento, abordaremos uma outra perspectiva: a perspectiva *social* da *informação*.

Inicialmente, podemos dizer que a comparação entre as concepções de informação apontadas por Buckland (1991) e por Silva & Ribeiro (2002) é de singular importância para nossa pesquisa, pois estes autores sintetizam, de alguma forma, tendências investigativas que compreendem esforços teóricos de apreensão conceitual de *informação* numa perspectiva social.

Enquanto Buckland (1991) apresentou posições teóricas que consideraram uma maior delimitação do objeto (*informação registrada*, tangível, portanto), Silva & Ribeiro (2002) apresentaram uma relativa ampliação do mesmo (*informação como fenômeno*, na forma tangível e/ou intangível).

Visando a apresentar certa coerência no diálogo entre os autores sobreditos, apresentamos, primeiramente, a análise de Silva & Ribeiro (2002). Embora o texto destes autores tenha sido escrito uma década após o artigo de Buckland (1991), essa ordem é importante, pois Silva & Ribeiro (2002) desenvolveram premissas que ajudam a apreender o motivo da delimitação do conceito de informação realizado pelo autor estadunidense.

Um dos aspectos essenciais observados no pensamento de Silva & Ribeiro (2002) é a recusa de máximas teóricas redutoras para a conceituação de informação. Nessa análise crítica, os autores consideraram, como exemplo, o reducionismo do conceito de informação abordado pela "teoria clássica da informação" de Shannon e Weaver. Como já comentamos anteriormente, essa é uma teoria combinatória e estatística da informação, que "[...] reporta-se

---

[216] Ao invés de discorrermos sobre a obra de Silva (1998), como sugerem Kobashi, Smit e Tálamo (2001), optamos por analisar o trabalho conjunto de Silva & Ribeiro (2002), pois nesta obra os autores apresentam a atualização da proposição de "ampliação conceitual" de *informação* no universo da CI.

mais à comunicação de mensagens – baseada na lógica e na matemática da probabilidade", na qual a informação é a "quantidade mensurável em bit (*binary digit).*" Frente a essa teoria, Silva & Ribeiro (2002) consideraram de maior coerência a concepção apresentada por Wilden (2001) em que, num primeiro plano, o que interessa são os aspectos qualitativos da informação e não simplesmente os quantitativos, tendo em vista que para esse autor, "[...] a quantidade é um tipo de qualidade, ao passo que o inverso não se verifica."

Nessa perspectiva qualitativa, Silva & Ribeiro (2002) apontaram para uma concepção de informação mais ampla. Para esses autores, a informação compreende o inter-relacionamento com o sujeito individual que age mutuamente com o mundo sensível e com os outros sujeitos por meio da *linguagem*.

Assim, a informação estaria inscrita na dimensão *psicossomática* do ser humano (onde se situam o conhecimento, a inteligência, as emoções, etc.) e na dimensão da *comunicação social* (em que se destaca a função do código: a língua, os gestos, os números, as imagens, etc.), inerente ao homem nas articulações de idéias, sons e palavras (códigos sígnicos), ou seja, na produção simbólica.

Dentro de uma abordagem fenomenológica, Silva & Ribeiro (2002, p.29) consideraram a informação como um fenômeno social e algo "[...] em si mesmo anterior à coisificação/materialização que lhe dá temporalidade." Segundo os autores, o caráter epifenomênico da informação se revela mediante o "[...] código simbólico que exprime as idéias, os conceitos ou as impressões produzidas pelo ser humano, individualmente considerado."

Sob esse prisma, o entendimento qualitativo da informação como um fenômeno social deve ocorrer mediante o reconhecimento do dinamismo daquela que se apresenta como um produto da ação humana, que a produz, memoriza e recupera dinamicamente, num processo permanente. Por meio dessa análise, os referidos autores demonstraram o quanto é vago o conceito de *informação*, tomado com sinônimo de *dado*, numa abordagem quantitativa (como é o caso da apresentada por Shannon e Weaver).

Por meio dessa linha de raciocínio, Silva & Ribeiro (2002) criticaram um outro tipo de máxima redutora presente no que denominaram de "concepção antiga de documento e de Documentação", defendida, em especial, pelos autores McGarry (1984) e López Yepes (1996).

Nessa concepção, a informação estaria situada objetivamente no "mundo três" da teoria dos Três Mundos de Karl Popper, ou seja, no mundo objetivo, sensível e material. Nesse caso, o universo da Documentação seria aquele situado nesse terceiro mundo, onde a

informação estaria tangenciada pelo suporte documental que expressaria o "[...] registro de letras, números, traços, imagens num suporte material." Acerca dessa concepção "antiga" e redutora de informação, os autores advertem que ela faz parte de uma "[...] idéia fixa, propalada e reproduzida por muitos autores até hoje, sendo facilmente envolvida e contaminada pela deriva empírica (sensorial) e patrimonialista." (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.30).

Nesse contexto, Brookes (1980) foi o autor responsável por trazer essa discussão acerca da informação no mundo três de Popper para o universo da CI. Para o referido autor, a informação, verbal e não verbal, garantiria certa objetividade que, por sua vez, permitiria a observação da evolução das estruturas do conhecimento e, até mesmo, a mensuração de todo o fluxo informacional constituinte.

A crítica de Silva & Ribeiro (2002, p.31) a essa concepção de informação "sensorialista" de Brookes (1980) foi contundente. Para os autores, essa pretensa "coisificação" da informação observada nos "artefatos informacionais" (livros, periódicos, manuscritos, etc.) seria aparente. Em outras palavras, por mais que se figurassem concreta e externamente aos olhos do observador, esses artefatos seriam "[...] extensões do pensamento e da ação humana e social, contendo, por isso, uma margem variável de imprecisão e de representação subjetiva, sem que, contudo, tal margem inviabilize formas mais elaboradas de conhecimento." Além disso, os autores ponderam:

> Julgar que um texto (produto informacional "puro") perde a subjetividade original e ganha objetividade ao ser registrado, isto é, ao materializar-se num suporte (papel, eletrônico ou digital) é confundir a sua natureza (idéias, conceitos e imagens codificadas pela língua ou por outros códigos) com a natureza do(s) suporte(s), o que nos parece um erro grosseiro.

Um documento, nesse sentido, nunca perderá a sua subjetividade e deverá ser apreendido a partir da inter-relação entre a sua essência informacional (conteúdo) e o seu suporte material. Para Silva & Ribeiro (2002, p.31), as técnicas de "[...] produção, armazenamento e recuperação trazem em si um grau de objetividade maior do que o que é possível atingir na generalidade dos fenômenos humanos e sociais." [217]

---

[217] Para problematizarmos a afirmação de Silva & Ribeiro (2002) de que a *técnica*, em particular, relacionada aos processos de produção, armazenamento e recuperação documental goza de certo grau de objetividade, apresentamos como contraponto a opinião de Mario Bunge (1980, p.26), que considerou que a *técnica* não é neutra nem objetiva, pois nela incidem os valores/fins situados no âmbito da ideologia. De acordo com Hansson (2005, p.105), atualmente existe a premência de a CI rever a sua falsa idéia de neutralidade. Buscando elucidar a relação entre *técnica*, *ciência básica* e *ciência aplicada*, Bunge (1980, p.27) nos explica que a *técnica* está voltada para os artefatos úteis mediante experiências laboratoriais e empíricas, valendo-se dos conhecimentos gerados na *ciência básica* (que se propõe unicamente a enriquecer o conhecimento humano) e na *ciência*

Ao suscitar a pretensa "coisificação da informação", entendemos que Silva & Ribeiro (2002) tecem uma crítica implícita (ou talvez explícita, mas sem direcioná-la) a Buckland (1991), que atribuiu o termo "informação-como-coisa" ao conceito de informação, que seria o principal objeto de estudo da CI. Essa situação leva a duas concepções diferentes de um mesmo objeto.

Buckland (1991) buscou delimitar conceitualmente informação para a CI abordando-a a partir de sua tangibilidade, ou seja, da sua figuração material/documental em um sistema informacional. Como vimos, essa é uma posição teórica criticada por Silva & Ribeiro (2002), e com base nessa divergência buscaremos dar a tônica da discussão conceitual de informação entre esses autores.

Para facilitar a delimitação do objeto da CI, Buckland desenvolveu o conceito de "informação-como-coisa" no sentido de diferenciá-la de outros dois tipos de informação: a "informação-como-processo" e a "informação-como-conhecimento".

Em síntese, a "informação-como-processo" representaria a ação de informar ou ser informado, ou seja, seria aquela transmitida no ato de comunicar ou de ser comunicado; a "informação-como-conhecimento" seria aquela que expressa o que é percebido e assimilado na "informação-como-processo" no ato de transmissão; e a "informação-como-coisa" representaria tudo aquilo que é informativo ou que pode ser informado, incluindo objetos, documentos, dados e registros.

Para o autor, a "informação-como-coisa" constitui uma categoria provisória até que a CI compreenda a informação dessa natureza como seu objeto de estudos, já que as limitações da linguagem dificultam o seu entendimento – principalmente quando a *forma do significante se confunde com o próprio significado*.

Seguindo a linha de raciocínio de que a *forma* do significante não pode ser confundida com o próprio *significado*, Silva & Ribeiro (2002, p.27) convergem com as idéias de Buckland (1991) ao criticar o diagnóstico de McGarry de que o suporte da informação registrada ou da documentação, ao ser "transmutada" em diferentes formatos, pode alterar substancialmente a "[...] informação entendida como conjunto de representações (mentais) codificadas e contextualizadas socialmente." Para Silva & Ribeiro (2002, p.27), uma informação registrada em diferentes formatos (e em distintos suportes) é basicamente a mesma, pois o seu teor substancial não é alterado pelo suporte.

---

aplicada (que aplica os conhecimentos obtidos em pesquisas básicas). Em particular, a técnica estabelece uma inter-relação profícua com as ciências aplicadas marcada por constantes trocas de conhecimentos (voluntárias e involuntárias), na medida em que busca resolver os problemas gestados por esta ciência a partir dos próprios conhecimentos por ela criados.

Nessa perspectiva, entendemos que o teor substancial (ou informacional) em sua essência não é alterado, porém, a existência de marcas e a própria natureza do suporte podem trazer informações adicionais importantes para situar tal evidência em um determinado tempo histórico. Por exemplo, um texto datilografado pressupõe automaticamente que ele foi registrado após a invenção da máquina de datilografar. Somando-se a isso, existem outras características diplomáticas que trazem informações importantes sobre o documento e que influenciam e auxiliam na apreensão do próprio conteúdo substancial ou temático.

Uma das características marcantes do conceito "informação-como-coisa" é que ele está relacionado à sua natureza constitutiva, pois, segundo aponta Buckland, esse conceito representa a informação que interage com os sistemas de informação e que seria, portanto, aquela informação institucionalizada, de valor social. Assim, tal conceito incide, conseqüentemente, nos processos de organização, de armazenamento e de recuperação da informação. Essa seria a característica particular desse conceito e dela se originaria o interesse prático e teórico de seu estudo no âmbito da CI.

O caráter tangível da "informação-como-coisa" – como uma manifestação artificial do conhecimento – e a interação com o sistema de informação marcaria a identidade central do conceito. Nesse sentido, a CI reuniria os seus esforços, em grande medida, no estudo da informação materializada (registrada) num objeto passível de ser armazenado e recuperado artificialmente.

Sob esse prisma, as informações tangíveis seriam aquelas de interesse social para os sistemas de informação, principalmente, por permitir a sua organização, armazenamento e transmissão conscientemente para um usuário em potencial. Como comentamos anteriormente, o processo de transformação da "informação-como-coisa" em "informação-como-conhecimento" poderá ocorrer após o usuário apreendê-la no contato com o sistema de informação. Fechando o ciclo, o conhecimento assimilado e/ou construído por esse usuário poderá ser novamente registrado em um suporte e, após este objeto adquirir valor social (ou seja, após tornar-se um documento passível de ser institucionalizado), poderá ser inserido num sistema de informação.

Nesses termos, a "informação-como-coisa" pode ser concebida como a evidência do aprendizado, já que a evidência leva o indivíduo à compreensão das coisas que, por conseguinte, poderão induzir à mudança de um saber, de uma crença, etc. Desse modo, a "informação-como-evidência" assume, em diferentes sistemas (Biblioteca, Arquivo, Museu, etc.), o papel informativo, podendo ser filtrada pelo usuário (que lê, ouve, percebe e observa a evidência).

Portanto, "informação-como-evidência" se apresenta como sinônimo de "informação-como-coisa", podendo se apresentar tipologicamente em dados informatizados, textos, objetos, enfim, em documentos.

Podemos encontrar evidências de eventos em: objetos (Ex.: mancha de sangue); representações do próprio evento (Ex.: fotografia); e podem ser criados ou recriados (com exceção dos eventos históricos). Os eventos apresentam as seguintes características:

- ✓ Em grande parte são informativos e não recuperáveis;
- ✓ Interessam para a CI quando trazem evidências registradas e o registro se torna fonte de informação (documento).

De modo geral, a "informação-como-coisa" pressupõe a existência de um objeto/coisa cuja evidência (registro), ao ser valorado socialmente (documento), será passível de compor um sistema de informação. Destarte, em termos ontológicos, ser "informação-como-coisa" para a CI é circunstancial, pois dependerá da *pertinência social das coisas* e da *significância das evidências*.

Dessa forma, é preciso chegar a um consenso para estabelecer se a "coisa" é ou não "informação-como-coisa", e ainda, esse processo valorativo dependerá dos valores culturais, sociais e políticos de um determinado período histórico. Em consonância com tais determinações históricas, as instituições informacionais (bibliotecas, museus, arquivos, centros de documentação, etc.) públicas ou privadas são impulsionadas por diferentes necessidades de informação e ficam incumbidas de valorar os objetos para transformá-los em documentos a fim de poder incorporá-los ao sistema. Assim, a possibilidade de os sistemas de informação poderem se modificar de modo a se adequarem às necessidades informacionais, construídas historicamente, torna viável o tenso convívio entre *tradição* e *inovação*.[218]

Foi fazendo frente à ênfase exclusiva na *informação registrada*, ou "informação-como-coisa" (BUCKLAND, 1991), que Silva & Ribeiro trouxeram o conceito de "informação consolidada", cunhada por Saracevic e por Wood. Essa acepção está pautada no processo comunicativo, num esquema composto por quatro fases que se complementam. Apresentaremos, a seguir, uma síntese dessas fases:

---

[218] Como vimos, essa foi a característica ontológica central que levou Rendón Rojas (2005; 2008) a eleger o *sistema informativo documental* como o *"núcleo" firme* do *programa de investigação científica* da CI. Voltaremos a abordar essa questão no próximo item.

> 1) [...] é a escolha diante de um conjunto de mensagens disponíveis [...] que reduz ou atenua a incerteza [...]; 2) [...] é o sentido que o ser humano atribui aos dados usando convenções que servem para os representar; 3) [...] é a estrutura de todo o texto que é capaz de modificar a imagem-estrutura de um receptor: um texto é uma coleção de signos deliberadamente estruturados pelo emissor com a intenção de modificar a imagem-estrutura do receptor; 4) [...] é o conjunto de dados que têm um valor para a tomada de decisões, pois que a Informação em si mesma não tem valor algum e só o seu uso é que confere valor para o indivíduo e a sociedade. (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.36-37).

O conceito de "informação consolidada" é composto por *informação* e pelo ato de *consolidação* (contexto de produção), que trazem limites no processo comunicacional para as disciplinas aplicadas (Biblioteconomia, Documentação, Arquivística, etc.), justamente por estas se aterem a alguns tipos de documentações específicas e/ou especializadas. Além disso, os autores argumentaram que

> O registro material ou físico faz a informação existir, mas não a faz ser. A sua "essência" é de raiz psíquica e social, ou seja, radica, por um lado, na mente humana e, por outro, na interação dos sujeitos com o meio natural e entre si, interação esta "coisificada" num código, como a língua, que é parte integrante do fenômeno, e do qual difere a materialização num suporte físico externo à pessoa humana (a voz e o gesto são intrínsecos à natureza humana e por isso não cabem dentro desse tipo de materialização) [...]. (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.38).

Outros aspectos abordados formam as *propriedades intrínsecas da informação*, visto que para os autores o "isolamento" do *conhecimento* e da *comunicação*, como objeto de estudo, seria essencial para a afirmação da CI como disciplina encarregada de estudar o fenômeno da informação. Descreveremos, a seguir, as propriedades focadas pelos autores:

> - ✓ *estrutura pela ação* (humana e social) – o ato individual e/ou coletivo funda e modela estruturalmente a informação;
> - ✓ *integração dinâmica* – o ato informacional está implicado ou resulta sempre tanto das condições e circunstâncias internas, como das externas ao sujeito da ação;
> - ✓ *pregnância* – enunciação (máxima ou mínima) do sentido ativo, ou seja, da ação fundadora e modeladora da informação;
> - ✓ *quantificação* – a codificação lingüística, numérica ou gráfica é valorável ou mensurável quantitativamente;
> - ✓ *reprodutividade* – a informação é [ilimitadamente] reprodutível [...], possibilitando a subseqüente retenção/memorização; e
> - ✓ *transmissibilidade* – a (re) produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável. (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.42).

Por fim, foi esboçado o seguinte conceito de informação:

> A Informação distingue-se, sem se separar, quer do conhecimento quer da comunicação, constituindo não uma substância indefinida e etérea, mas sim um fenômeno (humano e social) susceptível de ser conhecido cientificamente. Mais ainda: ela não se reduz, portanto, a um fato, a uma notícia ou a um qualquer dado de conhecimento, mas abarca impressões, emoções, sentimentos, *desde que, obviamente, (des) codificados humana e socialmente*. E é nesta globalidade e amplitude que ela se dá a conhecer e se constitui como objeto para uma *Ciência*. Dá-se a conhecer ou pode vir a ser desvendada no seu âmago, ou seja, nas suas propriedades. O estudo metódico desse âmago legitima a existência de uma (não de várias...) Ciência da Informação centrada nas propriedades do objeto/fenômeno e do processo em que o fenômeno se transforma quando ocorrem marcadas pela dinâmica sóciocomunicacional. (SILVA; RIBEIRO, 2002, p.43, grifos nossos).

Portanto, o conceito de informação apreendido por Silva & Ribeiro (2002) se distingue perceptivelmente daquele apresentado por Buckland (1991). O conceito desenvolvido por Silva & Ribeiro (2002) apresenta-se mais amplo, pois não enfatiza somente a informação enquanto "coisa". Eles a consideram também na forma intangível, ou seja, naquela que é transmitida num processo comunicativo (na terminologia de Buckland, "informação-como-processo"). O conceito amplia-se igualmente em direção à interação entre objeto e indivíduo em sociedade, num processo de criação de um novo conhecimento ainda não exteriorizado materialmente (ou documentado), isto é, numa ação subjetiva de apreensão da informação no plano cognitivo (na terminologia de Buckland, "informação-como-conhecimento").

Em síntese, Silva & Ribeiro (2002), para conceber informação como objeto da CI, consideraram a amplitude do fenômeno informacional (na qual o registro é apenas uma etapa do processo) e Buckland (1991), por sua vez, buscou particularizar três etapas (do registro, da comunicação e do conhecimento) distintas e complementares que compõem o fenômeno. Todavia, Buckland privilegiou uma delas (que incide no registro) para a composição da denominada "informação-como-coisa". Essa etapa seria composta por dois processos, em sentidos inversos, que não se excluem: a) exteriorização da informação, ou sua "coisificação", mediante o registro (processo de documentar); e b) identificação do traço evidencial (processo de percepção e apreensão da "coisa"/registro) em um suporte qualquer sob a influência de convenções sociais (documento como um produto simbólico).

Nesses termos, concordamos com Silva & Ribeiro (2002) quando afirmam que toda informação, num processo comunicativo e num processo cognitivo, constitui um fenômeno social e humano e que a informação "[...] é algo em si mesmo anterior à coisificação/materialização que lhe dá temporalidade". Porém, esta citação nos levou ao

seguinte questionamento: a informação, ainda desmaterializada, seria aquela que se configuraria como um objeto de estudo na dimensão teórica que se relaciona com os sistemas de informação?

Se pensarmos a relação entre sistemas de informação e CI numa perspectiva *prático-disciplinar*, logo poderemos dizer que, para grande parte das explanações sobre o conceito de informação, a proposta conceitual de Buckland (1991) de *informação registrada* tem uma posição central.[219] Nesse sentido, a CI cumpriria, em grande medida, a função de buscar questionamentos no âmbito da prática profissional para teorizar e propor métodos, soluções, alternativas, etc, para auxiliar na resolução de problemas. Portanto, se a CI for analisada a partir do prisma *prático-disciplinar* ela não precisará, necessariamente, buscar no fenômeno informativo sua essência *em si*, mas sim, suas manifestações exteriormente perceptíveis, em distintos conteúdos (ou signos), passíveis de serem processados (tratados, organizados,

---

[219] A atualidade do estudo da *informação registrada* pode ser observada na investigação de enfoque *prático-disciplinar* realizada por Messias (2005), que instrumentalizou as três etapas de Buckland (1991) para compreender como a literatura científica da CI tem abordado conceitualmente a informação como objeto de estudo, tendo como parâmetro três categorias: *coisa* (registro), *conhecimento* e *processo*. A autora pesquisou artigos acadêmicos publicados no período de 2000 a 2002 em 5 (cinco) periódicos reconhecidos na área (*Ciência da Informação*, *Transinformação*, *Perspectiva em Ciência da Informação*, *Informação e Sociedade* e *DataGramaZero*). Do total de 58 (cinqüenta e oito) artigos que compuseram o *corpus* de análise, a categoria *coisa* (registro) foi contemplada em 46 (quarenta e seis) indicações (em um percentual de 79,3%); a categoria *conhecimento* foi contemplada em 13 (treze) indicações (em um percentual de 22, 4%); e a categoria *processo* foi contemplada em 24 (vinte e quatro) indicações (em um percentual de 41, 4%). Desse modo, a aproximação em relação ao conceito de "informação-como-coisa" de grande parte das indicações demonstra que a idéia de *informação registrada* goza de grande aceitabilidade na área, pelo menos no contexto brasileiro. Exemplificando tais idéias conceitualmente por meio do enfoque prático-disciplinar, os autores como Ingwersen (1992) e Smit & Barreto (2002) defendem a *informação registrada* sob duas perspectivas, a nosso ver, complementares, pois consideram, como ponto de partida, a necessidade informacional do usuário, que, por sua vez, influirá no desdobramento processual (tratamento da informação, organização e armazenamento) para a posterior disponibilização de registros informacionais que cumpriram funções sociais específicas. Para Ingwersen (1992, p.3-5), os fenômenos e os objetos de estudo da CI estão relacionados à *informação desejada* tendo como ênfase a "[...] qualidade da interação entre geradores e usuários de uma *informação registrada*." Essa análise leva em consideração a razão entre o usuário, a informação desejada (armazenada) e a forma qualitativa de transmissão mediante a *transferência da informação* (que inclui o acesso e o uso da informação e as formas de representação do conhecimento). Ademais, a CI "[...] tem dado ênfase nas possibilidades de cooperação entre tecnologia e a esfera humana a respeito da efetiva transferência de informação armazenada em vários meios." De acordo com Smit & Barreto (2002, p.21), o armazenamento ocorreria em "estoques de informação", sendo que o registro informacional é a base para a socialização da informação. A informação só é estocada em sua forma material (ou documental) se for a ela agregado um valor de uso, já que os "[...] 'estoques' podem até se constituir por acaso, mas não são mantidos por acaso e sim porque alguém, uma instituição, um governo, considera que é importante mantê-los." Nesse contexto, as instituições incumbidas de armazená-las e de tratá-las (mediante o trabalho do profissional da informação) para a sua posterior disponibilização são de extrema importância. Segundo Smit & Barreto (2002, p.21), o fato de nem toda informação ser estocada e registrada acaba sendo a demarcação para não se confundir a informação com o documento, mas "[...] tampouco se desenvolve no âmbito de uma 'informação' do senso comum. Ao estocar informação, esta passa a ter uma existência institucional e, portanto, social." Sob essa perspectiva, a *informação* enquanto objeto de estudo da CI teria como características e se comporia por "[...] estruturas simbolicamente significantes, codificadas de forma socialmente decodificável e registradas (para garantir permanência no tempo e portabilidade no espaço) e que apresentam a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e para o seu meio. Estas estruturas significantes são estocadas em função de um uso futuro, causando a institucionalização da informação."

recuperados, etc.).

Entretanto, sob o prisma *epistemológico* de Rendón Rojas (2005; 2008), o conceito de *informação* (materializada ou desmaterializada) tem o mesmo grau de importância que os outros conceitos (*documento*, *usuário*, *profissional da informação*, *instituição informativa documental*) que fazem parte da *cintura protetora* do *programa de investigação científica* da CI. Nesse sentido, tanto o estudo de Buckland (1991) como o de Silva & Ribeiro (2002) contribuem trazendo subsídios teóricos para a manutenção e proteção do *núcleo central* desse programa.

Como vimos, em graus diferentes, os referidos autores, ao considerarem o registro da informação, nos levam a refletir acerca da necessária relação entre *informação* e *documento*, já que tais conceitos se constituem inseparavelmente numa relação sincrônica na qual o conceito se formula a partir da perspectiva de análise.

Acerca do conceito de informação, vimos, até aqui, três dimensões distintas (objetiva, subjetiva e social), mas que não necessariamente se excluem por conviverem e subsidiarem teoricamente os estudos e as práticas profissionais relacionadas com o *sistema informativo documental*.

Em resumo, a construção conceitual sob a perspectiva *objetiva* se respaldou, em grande medida, na *teoria matemática da comunicação*. Segundo essa linha teórica, o produtor/emissor da informação, num processo comunicativo, atribui traços objetivos à informação em seu estado bruto (dado) de modo a torná-la passível de quantificação e controle para uma transmissão (comunicação) idealizadamente otimizada, ou seja, com o mínimo "ruído". Nesse caso, o aspecto semântico, em geral, não é contemplado. Por outro lado, os autores orientados pela corrente *subjetiva* questionaram justamente a precedência do aspecto semântico na teoria "clássica" da informação e buscam equacionar as variáveis que podem influir no processo cognitivo para apreensão da informação num processo comunicativo. Já a perspectiva *social* surge, justamente, do reconhecimento de que estas acepções anteriores não contemplam as necessidades informacionais pensadas a partir da dimensão social da CI. Sintetizamos as três dimensões da informação, da seguinte forma:

a) objetiva – com ênfase no dado e no processo comunicativo (mensagem);
b) subjetiva – com ênfase na interpretação do indivíduo isolado (profissional da informação ou usuário);
c) objetiva/subjetiva social – materializada e contextualizada num sistema de informação documental, em que terá valor institucional e social.

Como veremos, tais formulações conceituais são imprescindíveis para pensarmos o conceito *documento* na CI e, particularmente, para compreendermos a premência da teorização do seu valor ontológico nessa disciplina mediante uma perspectiva social.

4.4 *Ser ou não ser documento, eis a questão*: tradição e inovação a partir de uma perspectiva social

Após termos visto, no item anterior, as três dimensões teóricas que influenciam a construção conceitual de informação na CI, nos orientaremos, a partir deste momento, pela seguinte questão: se o documento *é* um importante conceito estudado pela CI, então, por que ele assim se enuncia e qual o *sentido* de sua existência para esta disciplina?

Para tanto, recorreremos novamente às contribuições de Rodríguez Bravo (2002) que, por se dedicar ao estudo do conceito *documento*, trouxe elementos relevantes para o desenvolvimento de nosso quadro argumentativo. Rodríguez Bravo (2002) diverge de três autores que são importantes referências para o nosso estudo, a saber: Briet (1951), Meyriat (1981) e Buckland (1991). Mas por que a autora apresenta argumentos contrários aos referidos autores? Em princípio, podemos afirmar que Rodríguez Bravo (2002) priorizou a *tradição* para interpretar o conceito *documento*.

Abrindo aqui um parêntese, cabe ressaltar que não objetivamos, na presente tese, abordar a constituição das tipologias e da diferença da natureza do suporte e do formato documental (analógico ou digital). Acerca dessa questão, Rodríguez Bravo (2002) trouxe a dimensão da *inovação*, isto é, dos novos suportes e das distintas formas de acesso à informação que o meio eletrônico/digital propicia. Ela o fez por meio de um rico arsenal bibliográfico em que discutiu o impacto e a importância da incorporação de novas mídias, de novos suportes informacionais, da imaterialidade da informação que circula em *dados* pela Internet e que, por sua vez, possibilita inúmeras e inusitadas formas de acesso, etc. É importante enfatizar que em nossos objetivos não buscamos delimitar a *inovação* nesses termos. Entendemos que a relação entre *tradição* e *inovação* refere-se às questões teóricas que envolvem a edificação do conceito *documento* em diferentes épocas sob o impacto da construção conceitual de distintas disciplinas. Portanto, buscamos na relação entre *tradição* e *inovação* o denominador comum que faz do documento uma *categoria* da CI.

Se assim pensarmos, Rodríguez Bravo (2002) realizou um caminho diferente do nosso, tendo em vista que a autora priorizou, tão somente, a *tradição* quando abordou o conceito *documento*. Tal hipótese se justifica a partir da percepção inicial de que a autora se aproximou dos seguintes enfoques teóricos:

1) *Perspectiva prático-disciplinar* – dentro de uma concepção tradicional da Biblioteconomia e, principalmente, da Arquivística, a autora desconsiderou a noção ampla de *sistema*;

2) *Informação objetiva* e *subjetiva* – como observamos no item anterior, a informação objetiva foi priorizada, mas o enfoque subjetivo também foi um referencial para a autora;

Assim, tomamos o texto de Rodríguez Bravo (2002) como um referencial para demonstrarmos uma formulação conceitual de documento distinta da nossa. Contudo, vale destacar que a referida autora se apoiou no texto de Meyriat (1981) com objetivos críticos semelhantes para delinear a sua proposta de tese.

Embora tenhamos abordado o texto de Meyriat (1981) no item 3.3, retomaremos algumas de suas idéias centrais que foram alvo de crítica por Rodríguez Bravo (2002). Verificamos que, para Meyriat (1981, p.25-28), todo objeto pode ter a função de transmitir informação, portanto, enuncia-se aqui uma noção mais ampla que a de documento escrito (historicamente privilegiado). Ou seja, o documento teria dupla origem: a) objeto criado para ser documento; e b) objeto cuja função documental foi atribuída posteriormente.

Interessa-nos, neste momento, o segundo caso. Para a valoração ocorrida posteriormente, vale ressaltar que o significado poderá ser atribuído tanto pelo emissor como pelo receptor da mensagem objetivada. À vista disso, o interesse de obter informação terá papel fundamental para a "transformação" de um objeto em documento. Em suma, o autor tentou justificar que os objetos museológicos também poderiam ser valorizados como documentos. Ademais, a concepção social de Meyriat (1981) pode ser percebida no momento em que o autor justifica que a função informativa de um objeto se manifestará quando, num

dado sistema, ele for incorporado e organizado. Nesse caso, essa função informativa será responsável por "transformar" o objeto em documento.[220]

Então, ao mesmo tempo em que os fatores sobreditos podem influir, por exemplo, na "vida social" do objeto (APPADURAI, 1991) e na sua "biografia" (KOPYTOFF, 1991), eles também poderão evidenciar que a vontade do produtor do objeto de transmitir informação dependerá, num sentido inverso, da interpretação de outro indivíduo (receptor da informação, consulente ou usuário do sistema, etc.). Para exemplificar essa conjetura, Meyriat (1981) apresentou o periódico, que pode ser valorado como um documento, mas que, por outro lado, se for usado para outra finalidade, como embrulhar coisas, não terá função documental.

É interessante observar que quando Rodríguez Bravo (2002) recorre a Martínez Comeche (1995) para contrapor o exemplo acima citado, mediante o argumento de que "existe consenso de que um jornal é um documento", a autora confunde a função mercadoria ou informacional do jornal com a sua função documental. Compreendemos que o jornal não é criado para ser um documento, e sim, para ser simplesmente um jornal que, na maioria dos casos, será vendido, de modo que a informação nele contida terá um valor mercadológico, antes de tudo. Em termos objetivos, a sua função (ou valor) documental somente será atribuída posteriormente.[221]

Como adiantamos, o estudo de Meyriat (1981) serviu de contraponto para que Rodríguez Bravo (2002, p.91-92) pudesse propor um conceito de documento que, efetivamente, contribuísse para o avanço da CI (ou Documentação, como a autora prefere denominar). Para tanto, ela recorreu a Martínez Comeche (1995, p.88) e tomou como base a perspectiva da *teoria da comunicação*.

À luz desse referencial, Rodríguez Bravo (2002, p.92) salienta que toda mensagem (sinal ou seqüência de sinais) é um suporte de informação e depende da ação do sujeito receptor (que a interpretará). Nesse sentido, as mensagens serão formadas de signos *icônicos* ou *simbólicos*, entretanto, não terão como referencial os *índices*, pois, segundo ela, esses não designam um único referente da realidade. A autora pensou num edifício para exemplificar seu raciocínio. A seu ver, embora um edifício seja um indício de uma cultura determinada

---

[220] Como vimos no item 3.3, Meyriat (1981) convergiu com Briet (1951) quando considerou a possibilidade de "constituírem documento" não apenas os objetos manufaturados/industrializados, mas também aqueles encontrados na natureza.

[221] Acerca da função mercadológica da informação jornalística, ver: MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*: jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ed. Ática, 1986. 188p. (Ensaios 121).

(tipo de construção, etc.) ele não constituiria uma mensagem e não seria um documento. Ou seja, o edifício seria, tão somente, uma "fonte de informação".

Dessa forma, a autora buscou na *teoria da comunicação* subsídios para refutar o conceito de documento postulado por Briet (1951, p.7) que, como vimos anteriormente, fora enunciado da seguinte maneira: "[o documento é um] indício físico ou simbólico, conservado ou registrado, com o fim de representar, reconstruir ou provar um fenômeno físico ou intelectual." (tradução livre). Discordamos de Rodríguez Bravo (2002, p.92) em dois pontos: primeiro, quando ela desconsidera a relevância do indício/evidência; e segundo, quando ela posteriormente sugere que a contribuição de Briet estivesse ultrapassada, afirmando que suas idéias foram "revolucionária[s] em seu momento". Como veremos, as idéias de Briet (1951) se coadunam com a *inovação* (que não desconsidera e convive com a *tradição*) e, por sua vez, as de Rodríguez Bravo (2002) continuam fortemente influenciadas pela *tradição*.

Recorrendo ao exemplo do prédio supracitado, vale destacar que mesmo Martínez Comeche (1995, p.88-99), cujas idéias foram referenciais para Rodríguez Bravo (2002) tentar refutar o conceito de Briet (1951), concluiu que um prédio poderá constituir-se como documento se for representado por meio de um símbolo icônico (uma foto, etc.), ou seja, um *indício* ou *sinal* de sua existência. Nesses termos, Martínez Comeche se rendeu à perspectiva de Briet, tal como evidencia a citação a seguir:

> Resolvidos os possíveis inconvenientes, podemos reduzir a noção de documento a uma mensagem icônica ou simbólica. Com esta estamos abarcando a indispensável natureza informativa do documento, ao tempo que nos adaptamos aos termos empregados na teoria da comunicação. Assim considerado, um monumento ou qualquer peça de museu são documentos, ao designar iconicamente sua substância material, transmitindo a mensagem de sua mera existência. [...] Em definitivo, toda mensagem icônica ou simbólica deve ser considerada inicial e basicamente um documento desde que comporte uma informação potencialmente útil a um receptor hipotético. (MARTÍNEZ COMECHE, 1995, p.88-99, tradução livre).

Destarte, mesmo passando pelo referencial teórico de Meyriat (1981), de Buckland (1991)[222] e de Martínez Comeche (1995), autores que abrem margem a uma interpretação *subjetiva* de informação, Rodríguez Bravo (2002) preferiu priorizar a concepção *objetiva* que limita o "ser documento" apenas àqueles objetos informativos criados para essa função. Nessa direção, o objetivo perseguido pela autora é enunciado de forma clara, quando busca defender

[222] Embora as teorias de Meyriat (1981) e Buckland (1991) abram margem para uma interpretação subjetiva de informação, principalmente por relativizarem o processo de atribuição de valor (sentidos e significados) ao objeto na sua "transformação" em documento, observamos que ambos os autores foram influenciados por Briet (1951) e tiveram como referência uma perspectiva social de informação.

> [...] a necessidade de diferenciar aqueles objetos concebidos como transmissores de informação potencial (documentos), daqueles outros que não foram concebidos com esta finalidade ainda que a possam adquirir num momento determinado, particularmente, naquele em que um usuário extraia uma informação deles. Estaríamos então diante de fontes ou recursos de informação, mas não de documentos. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p.87, tradução livre).

Portanto, Rodríguez Bravo (2002) busca diferenciar, por exemplo, o objeto museológico (que se aproximaria do conceito de "fonte de informação") do documento escrito/registrado (arquivístico ou biblioteconômico). Ou seja, para a autora, um objeto num museu não seria um *documento*, e sim, uma *fonte de informação*.

Somando-se aqui a já mencionada delimitação conceitual de Rodríguez Bravo (2002), é possível constatar uma contradição marcante no desenvolvimento do seu quadro expositivo. Esta incongruência refere-se ao fato de que, apesar de a autora se declarar favorável à concepção *subjetiva* de informação, ela constantemente se mostra assecla em sua argumentação da concepção *objetiva*, valorizando-a. Podemos corroborar tal afirmação com as palavras abaixo:

> [...] um documento, no contexto em que nos movemos na ciência da documentação, é um suporte portador de uma mensagem emitida com intenção comunicativa e potencialmente informativa para o receptor. *Cremos que é fundamental a vontade do emissor de transmitir uma mensagem para a constituição de um documento e, também, que toda mensagem é sempre um potencial informativo.* [...]
> É certo de que a informação só existe a partir da perspectiva do receptor, por isso falamos de informação potencial quando abordamos o conceito de documento, que entendemos como qualquer ente cuja função principal é comunicativa. Esta observação remete a um fenômeno que já destacamos: a informação é uma qualidade potencial da mensagem cuja manifestação real está direcionada [*supeditada*] ao usuário concreto que a receba, pois *temos nos manifestado partidários da concepção subjetiva da informação*. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p.85, tradução livre, grifos nossos).

Embora a autora reconheça no usuário a função interpretativa, concretamente, não lhe resta muito a interpretar além daquilo que já foi objetivado pelo produtor do documento. Na concepção "subjetiva" de Rodríguez Bravo, o usuário fica sempre a "reboque" do produtor/emissor da mensagem, que define, de antemão, o que interessa ao receptor. Nessa relação sujeito/objeto a sobreposição do enfoque *objetivista* torna-se clara, pois a autora *anula* e *aniquila* qualquer possibilidade de subjetividade do indivíduo.

Outra incoerência pode ser observada quando Rodríguez Bravo (2002, p.85), num dado momento, concorda com a formulação do conceito de "informação-como-coisa" de Buckland (1991) e, num outro, se pronuncia contrária ao *indício* como elemento relevante para o processo valorativo de "transformação" do objeto em documento:

> [...] pensamos que em geral as peças de museu transcendem o conceito de documento; seus fins não são informativos em sua origem senão estéticos ou utilitários. Em sua maioria seria *indícios* e, segundo a teoria da comunicação, os indícios não formam mensagens e, com isso, não fariam parte da concepção de documento que temos e que cremos que seja útil ao desenvolvimento da nossa ciência. (RODRÍGUEZ BRAVO, 2002, p.88, tradução livre, grifos nossos).

Ora, se para Buckland (1991) a "informação-como-coisa" é sinônimo de "informação-como-evidência" e se *evidência*, em termos semióticos, também pode ter função próxima à de um *índice*; logo, Rodríguez Bravo (2002, p.88) se contradiz quando, em um momento, concorda com o conceito de informação desse autor e, num outro, desconsidera o *índice*, quando argumenta que este signo, supostamente, não tem a função de informar ou, em suas palavras, "não forma mensagens".

Reafirmando nossa proposição inicial, Rodríguez Bravo (2002) partiu de uma *perspectiva prático-disciplinar*, em que buscou priorizar o enfoque *objetivo de informação* numa relação *objetivista* entre sujeito e objeto. Nesse enfoque, foi dada ênfase apenas aos *documentos escritos* (*informações registradas* num suporte), cuja informação, objetivada, seria aquela que parte da *ação do emissor/produtor* do documento. Em geral, podemos dizer que essa seria uma concepção que desconsidera o *sujeito social* que interage com o *sistema de informação*. Em nosso entendimento, esse *sujeito social* (categoria *usuário*) é o grande responsável pela existência e pelo "vir a ser" do *sistema informativo documental*.

Enfim, podemos asseverar que Rodríguez Bravo (2002) enfocou a *tradição* para conceituar documento quando enfatizou a ação do *produtor de primeira natureza* no processo de objetivação da informação para a atribuição de valor documental ao objeto. Ou seja, ela recebeu as influências positivistas da "primeira fase" da Documentação (ver item 3.3); da *teoria da comunicação* e, conseqüentemente, da *teoria da informação* (ver item 4.3); e da Diplomática e da Arquivística (ver capítulos 1 e 2).

Podemos assegurar, igualmente, que ao priorizar a *tradição*, o quadro teórico de Rodríguez Bravo (2002) esteve distante de uma dimensão social do documento. Desse modo, ao não considerar a concepção ampla de *sistema de informação institucionalizado*, a autora

restringiu os estudos em CI aos documentos presentes somente em dois *sistemas de informação* (arquivo e biblioteca) que, embora sejam secularmente importantes, não representam a totalidade (e o dinamismo histórico) do *devir* das necessidades informacionais em diferentes sistemas.

Podemos, a partir dessas considerações, adiantar que toda "fonte de informação" contextualizada (*organizada* para sua *disponibilização* e *acesso*) num sistema de informação institucionalizado terá um valor social de "fonte documental" e, portanto, de *documento*, e este será um objeto de estudo de real interesse para a CI. Ou seja, a tentativa de Rodríguez Bravo (2002) de diferenciar "fonte de informação" de "documento" aproxima-se de uma tautologia.

O processo de "*organização* para a *disponibilização* e *acesso*" de uma fonte de informação num *sistema informativo documental* é relevante para a "transformação" deste mesmo objeto em algo de valor social, um documento *instucionalizado*. A partir desta constatação, contextualizaremos, a seguir, a Análise Documental (AD), que reúne elementos teóricos importantes para pensarmos o conceito *documento* no contexto *prático-disciplinar* da CI.

A AD é uma disciplina que nasceu no âmago dos estudos da Documentação e que pertence ao campo da *Organização da Informação*, tendo como principal objetivo analisar e representar, para fins documentais, o conteúdo temático do documento.

O estudo da AD é relevante para nossa pesquisa se considerarmos que a própria denominação da disciplina – *documental*, que assume função adjetivadora – indica que o seu principal objeto de estudo e de ação prática reside no documento (isto é, no assunto temático nele contido ou na sua informatividade). Ou seja, a AD é uma disciplina dedicada às atividades de análise e síntese do conteúdo temático do documento visando a construção de instrumentos (produtos documentais) destinados a facilitar/possibilitar a recuperação de informações (em sistemas de informação). Além disso, o estudo da AD se justifica, ainda, por seu campo de ação abrigar um fecundo espaço de diálogo interdisciplinar entre Documentação e Diplomática[223] em que a dimensão social apresenta relativo destaque.

Ademais, o diálogo de ambas as disciplinas é relevante por permitir a reflexão sobre o *fenômeno documental*, caracterizado como o processo de produção, processamento e

---

[223] Como sabemos, tanto a Diplomática quanto a Documentação, desde a sua criação disciplinar, têm o documento como objeto de estudo, todavia, ambas tradicionalmente trabalharam sob um enfoque distinto. Enquanto a Diplomática valorizou, num primeiro plano, o *suporte documental* e a sua *estrutura*; a Documentação valorizou o *suporte* que pode conter diferentes *conteúdos*.

apropriação do conhecimento registrado, o qual subsidiará a construção de um novo conhecimento.

Iniciando tal reflexão, cabe recordar que a Diplomática Arquivística (ou Tipologia Documental) no século XX passou a ser direcionada à "gênese documental" priorizando o estudo do "tipo documental", que traz consigo a "lógica orgânica dos conjuntos documentais"; ao contrário da Diplomática "clássica", que tem como objeto a "espécie documental", isto é, o documento em seu exemplar único.

O documento diplomático, nesse contexto, foi concebido como sinônimo de documento arquivístico, passando a ser igualmente valorado histórica, jurídica e administrativamente. Esse documento, por sua vez, se caracterizou ainda por dois tipos nucleares de elementos: os elementos *externos* (extrínsecos) e os elementos *internos* (intrínsecos), estudados por meio do "método diplomático". De modo geral, este "método" se apresenta como uma

> [...] estratégia de identificação de fórmulas documentais (em distintas espécies e tipologias) objetivando estabelecer relações particulares entre forma e conteúdo. Em termos mais claros, podemos afirmar que o método diplomático apresenta um caminho para a identificação daquilo que os lingüistas definiram como macroestrutura textual ou macroproposição semântica. (RABELLO; GUIMARÃES, 2008, p.148).

Já no capítulo 3, observamos que somada à importante atividade de análise temática dos documentos voltada para a organização bibliográfica, iniciou-se com esses trabalhos uma ruptura no campo da informação, pois, como a função principal do movimento bibliográfico consistia em "memorizar" o conhecimento registrado, essa iniciativa, mesmo despropositadamente, forneceu parâmetros importantes (tais como a função de *difusão* e de *acesso* à informação) para a criação disciplinar da Documentação.

Em síntese, vimos que a Documentação se diferenciou da Bibliografia por uma função principal: a difusão da informação numa acepção de documento que sobrepujou a noção de documento bibliográfico. Em outros termos, para Otlet o documento não se restringia ao conceito restrito "livro", isto é, àquele objeto que resultou de um aprimoramento técnico do códice medieval após a criação dos tipos móveis gutenberguianos. Para Otlet, o *livro/documento* era todo objeto produzido (objetivado) pelo homem que cumpria uma função informativa, sendo considerados os conteúdos documentais expressos em diferentes suportes e formatos (fotografias, mapas, etc.). Tal concepção inovadora foi o ponto de partida para que Briet (1951) ampliasse ainda mais o conceito. A partir do texto de Briet, podemos dizer que o

ato interpretativo do sujeito em sociedade (movido por uma necessidade informativa) frente ao objeto (natural ou manufaturado/industrializado) seria a ação definidora da "transformação" do objeto em documento.

Se pensarmos a Documentação como a disciplina científica promotora de um "sistema técnico-social" (MEYRIAT, 1981) – cujas necessidades informacionais (individual/social) definem a configuração do sistema de gerenciamento do conhecimento registrado – poderemos discorrer acerca do possível diálogo entre Diplomática e Documentação. Para tanto, tomaremos como referência as atividades que se inserem no universo teórico da Organização do Conhecimento (OC), mais especificamente nas práticas disciplinares no âmbito do denominado Tratamento Temático da Informação (TTI),[224] que marcaram um período de busca por aprimoramento técnico-documental.

O desenvolvimento do TTI se deu a partir de uma necessidade utilitária de tratamento documental, refletindo aquilo que Smit (1986, p.12) descreveu como reunir e organizar o documento para localizar a informação nele contida. Conforme explicou Barité (1998, p.124), o TTI tem por objeto "[...] os aspectos vinculados à análise, à descrição e à representação do conteúdo dos documentos, assim como suas inevitáveis interfaces com as teorias e os sistemas de armazenamento e recuperação da informação." No âmbito dos estudos em TTI e, em particular, daqueles que cotejam a relação entre OC e CI, Rabello & Guimarães (2006c, p.13) ressaltaram que o conceito *documento*

> [...] constitui a base para que a OC e a CI possam estabelecer interlocuções e, assim, prosseguirem no processo de construção de um universo epistemológico, uma vez que perpassa os conceitos de *conhecimento* e de *informação* nelas trabalhados. [...] Pode-se dizer, ainda, que o *conhecimento* se materializa no *documento* e por meio dele se socializa para a transmissão da *informação* que, por sua vez, reside no conteúdo documental.

Considerando a natureza mediadora entre a produção e o uso da informação, Guimarães (2008) observou que o TTI vem construindo disciplinarmente, ao longo dos tempos, o seu referencial teórico-metodológico, especificamente a partir de três correntes: a catalogação de assunto (*subject cataloguing*), de influência estadunidense; a indexação

[224] Conforme salientou Guimarães (2008), o TTI pode, historicamente, ser caracterizado em três momentos: a *arte* – formas artesanais na abordagem temática da informação, como, por exemplo, os envelopes de argila que descreviam o conteúdo de papiros e pergaminhos na Mesopotâmia, etc.; a *técnica* – que, como comentamos, incluem os sistemas de classificação; e a busca por *metodologias* – fase da consolidação acadêmica da Biblioteconomia e, posteriormente, da Documentação, que tem como precursores Kaiser (EUA, 1911), Ranganathan (Índia, 1933), Classification Research Group (Inglaterra, 1952), Derek Austin (Inglaterra, 1968) e o grupo de Bangalore (Índia, 1969).

(*indexing*), de influência inglesa; e a da análise documental (*analyse documentaire*), de influência francesa.

No contexto dos estudos em Documentação, a Análise Documental (AD) encontrou sua origem na França, a partir da década de 1960, particularmente com os trabalhos de Jean-Claude Gardin e de Maurice Coyaud. Estes estudos tinham a inerente preocupação de desenvolver referenciais teórico-metodológicos para o processo de identificação do conteúdo documental. O mote impulsionador de tal movimento decorreu do fato de que, até então, essas operações eram orientadas por procedimentos na maioria das vezes empíricos, com critérios diversificados e de natureza subjetiva. Portanto, a proposição da AD marcou o momento em que se buscaram parâmetros que conferissem alguma cientificidade ao referido processo, encontrando, na explicitação dos procedimentos ou dos mecanismos documentais envolvidos, o ponto fulcral de sua própria concepção. Conforme ressaltaram Gardin et al. (1981, p.29), os procedimentos em AD passam, necessariamente, por aportes notadamente oriundos da Lingüística, da Lógica e da Terminologia.

Historicamente, o próprio contexto de origem da Documentação evidencia o motivo central da posterior proposição da AD, principalmente se considerarmos que a produção documental impressa no século XIX aconteceu de forma ampla. Como vimos no capítulo 3, foi no âmbito da especialização do conhecimento científico que o periódico se apresentou como um importante instrumento social de divulgação científica e de idéias. Em termos documentais, os periódicos que atendiam a esta função necessitavam de uma nova forma de organização e tratamento e, para isso, a Documentação, no início do século XX, se apresentou como um modelo disciplinar adequado que diferiu do modelo da Biblioteconomia "clássica". Nessa direção, a Documentação passou a levar em conta a pluralidade de assuntos de distintos artigos contidos nos periódicos científicos mediante o instrumental da CDU. Nessa perspectiva, com a disciplina o livro deixou de ser concebido como *uno* e passou a ser desmembrado (do seu conjunto) o seu conteúdo documental, interessando não mais o livro em si, mas os assuntos nele contidos.

Partindo da conjetura de que a percepção otletiana da multiplicidade temática, contida no documento, fora o marco inicial para o desenvolvimento teórico-metodológico da perspectiva francesa de AD; e considerando as contribuições normativas e instrumentais que o "método diplomático" pode propiciar para o processo de análise documental do conteúdo dos documentos, buscaremos traçar possíveis pontos de convergência entre Documentação e Diplomática no âmbito do TTI, relacionando ambas as disciplinas com as categorias *tradição* e *inovação*.

De modo particular, a atividade de AD se insere nos limites do trinômio que permeia o universo informacional – produção, organização e uso – e, pela própria ordem e disposição de desse processo, a atividade de organização atua e se destaca como aquela que ocupa uma posição mediadora. No contexto da Documentação, a organização visa a resgatar os elementos documentais (informações) que permitam sua identificação e recuperação, podendo enfatizar os aspectos documentais extrínsecos, de natureza formal; ou intrínsecos, relativos àquilo que se convencionou designar "conteúdo informacional". Destacamos a imprescindibilidade de tais aspectos para que a informação registrada possa ser recuperada e, posteriormente, utilizada, podendo propiciar a geração de novas informações e novos documentos.

No âmbito da organização (ou tratamento documental), Kobashi (1994) destacou que tanto o suporte material como o conteúdo constituem aspectos essenciais do documento, cabendo respectivamente distintas formas de tratamento. Especificamente no horizonte do tratamento documental de conteúdo reside o objeto da AD, que visa, por fim, "[...] propiciar a elaboração de representações condensadas do conteúdo informacional do documento a partir do contexto em que se insere." (GUIMARÃES; RABELLO, 2007, p.145). Nesse campo de ação, dois produtos se apresentam:

1.º *Inventário* e *resumo* – de natureza mais analítica e textual, compondo instrumentos, respectivamente, em arquivos e em bibliotecas/centros de documentação; e

2.º *Índice* – de natureza mais sintética.[225]

Os referidos produtos são frutos de um "[...] conjunto de procedimentos efetuados a fim de expressar o conteúdo de documentos sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação." (SMIT; GUIMARÃES, 2001). Em termos mais objetivos, enquanto um produto documental decorre de uma etapa analítica propriamente dita, ou seja, uma "análise dentro da análise" (GUIMARÃES, 2003); o outro advém de uma etapa, ulterior, de síntese, seja por intermédio de uma condensação (resumos), seja por meio da representação em linguagens

[225] Para uma sistematização do processo de AD para a criação de produtos documentais, ver: SMIT, J. W. (Org.). *Análise documentária*: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989. 135 p. LARA, Marilda Lopes Ginez de. *A representação documentária*: em jogo a significação. 1993. p.39-44. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação de Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. KOBASHI, Nair Y. *A elaboração de informações documentárias:* em busca de uma metodologia. 1994. 261p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

documentais (cabeçalhos de assunto, notações classificatórias, descritores de tesauros, etc.), tendo em vista propiciar precisão no processo de recuperação da informação.

Assim, o objetivo particular da AD deriva dessas duas etapas, principalmente se considerarmos que delas emana a existência de um encadeamento lógico de procedimentos de decomposição de um registro informacional em seus elementos constitutivos. (GUIMARÃES, 2003). Ademais, as etapas analítica e sintética são marcadas pela busca do sentido informativo do documento, acompanhada de uma abreviada "reconstrução" (representação) do documento num momento em que se tornam evidentes seus pontos de maior expressividade temática. A rigor, essas atividades são impulsionadas pelo interesse de disponibilizar o conteúdo informacional para que esse chegue efetiva e adequadamente ao usuário à luz de sua necessidade informativa.

A iniciativa de sociabilização da informação, representada nessa atividade intelectual e técnica, evidencia uma preocupação social no universo *prático-disciplinar* da Documentação. Ampliando essa dimensão, trabalharemos com a conjetura de que a proposição do emprego instrumental da Diplomática para a AD[226] buscou contribuir com o enfoque *social* da informação no universo teórico da CI.

Nessa direção, é importante ressaltar que, na AD, o processo de identificação e de seleção do conteúdo documental (decorrente da etapa analítica) se viabiliza a partir do procedimento prévio de "leitura documental" e, principalmente, de um processo de identificação de conceitos. (GUIMARÃES, 2003). Nessa etapa, o analista dispõe de uma série de estratégias metacognitivas de análise, dentre as quais, o "método diplomático" poderá desempenhar um papel de destaque. Essa situação evidencia a possível instrumentalidade da Diplomática para a AD.

Nesse caso, como o "método diplomático" poderia auxiliar no processo de AD? Vale dizer que a instrumentalidade se dará a partir da estratégia de identificação de fórmulas mediante a "partição diplomática", que pode ser traduzida, assim como apontam Tessier (1952), Nuñez-Contreras (1981), Bellotto (1991) e Tamayo (1996), dentre outros, como a

---

[226] Sobre uma discussão mais detalhada acerca do caráter instrumental do "método diplomático" para a AD, ver: GUIMARÃES, J. A. C. O caráter instrumental da Diplomática para tratamento temático de documentos na área jurídica. *Cadernos da F.F.C.*, Marília, v.7, n.1-2, p.97-106, 1998. GUIMARÃES, J. A. C.; RABELLO, R. A contribuição metodológica da diplomática para a análise documental de conteúdo em arquivos e bibliotecas. In: RICHTER, E. I. S.; ARAUJO, J. C. G. (Org.). *Paleografia e Diplomática no curso de Arquivologia - UFSM.* Santa Maria: FACOS - UFSM, 2007. RABELLO, R.; GUIMARÃES, J. A. C. Complementariedades disciplinares entre la Diplomática y la Documentación a partir del proceso de Análisis Documental: elementos para una reflexión. In: GARCÍA MARCO, Francisco Javier. (Org.). *Ibersid 2008*: revista de sistemas de información y documentación: avances y perspectivas en sistemas de información y documentación. Zaragoza: Ibersid; Prensas Universitarias de Zaragoza, 2008.

identificação de protocolos (ou áreas documentais de estrutura fixa e previsível) que refletem as relações de articulação de conteúdo inerentes ao documento. A possibilidade de visualização da distinção entre forma e conteúdo, decorrentes do processo de identificação de fórmulas que constituem as macroestruturas textuais, fazem do "método diplomático" um importante instrumental para o processo de AD. (GUIMARÃES; RABELLO, 2007, p.148).

É interessante destacar que a experiência investigativa de Guimarães (1998) trouxe resultados que atestam tal instrumentalidade na ocasião em que pôde demonstrar a aplicabilidade do "método diplomático" para o tratamento de conteúdo de sentenças judiciais. Após comparar as especificidades ditadas pelas tipologias documentais, o referido autor propôs princípios de análise que tornaram possível estabelecer três premissas norteadoras do "método": a) cada documento nasce com uma *função* precípua; b) documentos que visam as mesmas funções apresentam uma fórmula (*estrutura*) igual e específica; e c) a mesma estrutura pode se prestar a outros *usos* documentais diversos de sua função original. Portanto, Guimarães (1998, p.100) postulou que a instrumentalidade do "método diplomático" para o tratamento do conteúdo documental auxilia na identificação de uma trilogia de elementos: "função", "estrutura" e "uso". Esse processo contribui para o delineamento de elementos de conteúdo que permitam resgatá-lo e organizá-lo. Considerando a relação interdependente que essa trilogia suscita, Rabello & Guimarães (2008, p.151) argumentam que no contexto

> [...] complementar entre Diplomática e Documentação, a definição da institucionalização do documento dependerá dos interesses dos usuários potenciais do sistema de informação, ou seja, o seu uso definirá a forma de tratamento e/ou "lugar/ambiência" do documento. Por exemplo, se fosse feita uma solicitação documental para fins administrativos ou de prova (jurídica ou histórica), a função e a procedência do documento seriam priorizadas em uma abordagem arquivística. Se a ênfase fosse direcionada ao conteúdo temático, o documentalista igualmente teria o auxílio do método diplomático para avaliar como a articulação dos elementos documentais (conteúdo, função e estrutura) poderia gerar produtos documentais apropriados e/ou personalizados.

A citação demonstra, de forma clara, como duas disciplinas originadas numa concepção *tradicional* de documento podem contribuir para uma parcela de *inovação* deste conceito quando pensado a partir de uma perspectiva *social* da CI. Por que a contribuição se daria a apenas parcialmente e não na amplitude conceitual de documento na CI? Isto se dá porque, na união dos enfoques da Diplomática e da AD, ocorre a ênfase nos processos direcionados ao *texto escrito*, já que esta é uma delimitação histórica necessária que permitiu a própria criação disciplinar da Diplomática.

Num outro contexto, embora a AD, por influência da lingüística textual, priorize, em grande medida, a análise do *texto escrito* – para, por meio dele, enunciar a interpretação e a representação documental –, é importante recordar que essa disciplina originou-se da tradição da Documentação e, por esse motivo, tem o aval histórico e teórico de abrir o seu leque de ação e análise a outros documentos de diferentes suportes e formatos (iconográfico, áudio-visual, eletrônico, etc.) de modo a não se restringir apenas ao documento escrito.[227]

Vale destacar que autores como Ortega & Lara (2008) e Lara & Ortega (2006) têm trabalhado na perspectiva *prático-disciplinar* da organização da informação defendendo que a CI apresentaria como principal objeto de estudo o conhecimento (em sua circulação) por intermédio de registros que se constituem em documentos, ou seja, em produtos documentais efetivamente informacionais. Para tanto, as autoras buscaram subsídios teóricos principalmente na corrente francofônica representada por Otlet (1934), Briet (1951), Escarpit (1981), Fondin (2004), etc. e, também, na sua derivação espanhola representada por Lasso de la Vega (1969), López Yepes (1978), Rodríguez Bravo (2002), etc., além de fazerem contraponto à concepção "anglofônica" de Buckland (1991) e de Frohmann (2004; 2006).[228]

Apesar da convergência com o nosso referencial, Ortega & Lara (2008) e Lara & Ortega (2006) priorizaram o documento escrito e essa condição remete a uma contribuição parcial com a perspectiva social que pretendemos contemplar, já que buscamos uma compreensão ontológica e ampla do documento no campo da CI. Além disso, as autoras priorizaram como objeto apenas as "práticas documentárias" para a produção de documentos (ou produtos documentários) "realmente informativos" que cumprem uma função comunicativa, ou seja, com ênfase na transmissão de mensagens informativo-documentais num sistema de informação institucionalizado. Como vimos, essa ênfase excessiva na mensagem pode trazer problemas para pensarmos conceitualmente o documento, tais como aqueles constatados na proposição de Rodríguez Bravo (2002).

Em suma, a relação entre Diplomática e AD, se pensada no âmbito da CI, demonstra que o aspecto *inovação* (enfoque social) relaciona-se mais aos *fins* (para que/para quem fazer) do processo documental do que aos *meios* (como fazer). Em outras palavras, tal relação aproxima-se mais da finalidade de análise e de representação da *informação* direcionada à

---

[227] No âmbito dos estudos do Grupo Temma do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP, Johanna Wilhelmina Smit (1989) tem desenvolvido trabalhos em AD desde meados da década de 1980, considerando, também, documentos iconográficos e áudio-visuais. Dentre os trabalhos sob sua supervisão que envolvem essa temática, destacamos os de Manini (1997), de Gonçalves (2000) e de Sanches (2007).

[228] Entendemos que tanto Buckland (1991) quanto Frohmann (2004; 2006) se alinham à corrente francofônica, por convergirem, em grande medida, com esse referencial.

busca pela informatividade do objeto voltada para a organização, disponibilização e acesso social deste. Como veremos a seguir, os *meios* (como fazer) poderão receber a influência dos aspectos teóricos *objetivo* e *subjetivo*. Especificamente no âmbito dos aspectos *objetivos*, podemos observar a seguinte configuração:

a) *Diplomática* – trabalha exclusivamente com o *texto escrito*, que será estudado e analisado por meio do pressuposto de que existe uma estrutura documental, previamente delimitada, com partições previsíveis por seguirem um esquema documental orientado pela tradição, derivada de normas e de padrões estéticos. Tais padrões são convencionados pelo uso e são socialmente aceitos. A informação objetiva, nesse caso, coaduna-se mais com a questão estrutural do documento, que, supostamente, garantiria uma descrição orientada pelo primado da exatidão;

b) *Análise Documental* – trabalha, em grande medida, com o *texto escrito* cuja estrutura textual é igualmente previsível por convenções e padrões estéticos que acompanham diferentes espécies documentais (artigo de periódico, livros, etc.) e gêneros literários (narrativo, lírico, etc.).[229] O aspecto objetivo, nesse caso, parte do necessário pressuposto de que o documento, produto de um processo de objetivação da informação, é composto por um ou mais assuntos *a priori*. Ou seja, pressupõe-se que o documento, por ser o fruto de uma construção/representação simbólica, necessariamente traz consigo um ou mais assuntos (informação ou conteúdo temático) que são passíveis de análise e de decodificação.

Seria uma falácia sobrevalorizar aspectos *objetivos* do processo de análise, proposto pela Diplomática e pela AD, de modo a desconsiderar aqueles *subjetivos* e *sociais*. Nesse caso, a perspectiva subjetiva da informação nos ajuda, juntamente com a social, a relativizar e a questionar ambos os procedimentos propostos. Acreditar que é possível chegar a uma precisão exata ou a uma objetividade absoluta, isto é, pensar que é possível isolar o profissional da informação de influências subjetivas e/ou sociais – ideológicas, políticas, morais, etc. –, por meio do "método diplomático" ou da AD, levaria a um erro que remete àquela "concepção positivista ingênua", abordada no capítulo 1.

---

[229] Vale destacar que Moraes (2008) tem orientado, no âmbito do Departamento em Ciência da Informação da UNESP-Marília, trabalhos de Graduação e de Pós-Graduação dedicando-se à temática da Análise Documental de textos narrativos de ficção. Dentre os trabalhos concluídos, destacam-se as dissertações de Alves (2008), de Antonio (2008), de Pedrini (2007) e de Damazo (2006).

Considerando a especificidade do *documento escrito*, o questionamento diplomático da *função* básica, da *estrutura* e dos *usos* subsidiários do documento pode levar ao esquadrinhamento ou à sedimentação do mesmo em seus diferentes protocolos (descritivos e temáticos), dentre os quais se constitui o eixo instrumental do "método diplomático" para a identificação e representação do conteúdo documental em contextos variados. (GUIMARÃES; RABELLO, 2007, p.149).

A instrumentalidade do "método diplomático" na AD pode ser observada nas experiências investigativas que contemplam contextos arquivísticos e bibliotecários vivenciados, nos últimos anos, na UNESP-Marília, em documentos como sentenças judiciais (GUIMARÃES, 1994), rótulos de *shampoos* (STRAIOTO, 1997), receitas culinárias (BUENO, 1998), atas de reuniões administrativas (GUIMARÃES, 1999), rótulos de vinhos (MAIA, 2002), manuais de instrução de equipamentos agrícolas (REIS, 2003) e bulas de medicamentos (SARDE, 2003), entre outros.

De tais estudos diplomáticos, Guimarães & Rabello (2007, p.150-151) nos levam a pensar sobre a complementaridade disciplinar ocorrida na intersecção de dois momentos:

- ✓ No primeiro momento, o "método diplomático" atua na detecção, sistematização e registro das diferentes espécies documentais, podendo consolidar, como conseqüência, as distintas fórmulas diplomáticas ao permitir uma maior transparência das diferentes ações desenvolvidas pelos órgãos geradores de documentação;

- ✓ No segundo momento, serve como suporte ao processo de *análise documental de conteúdo*, fornecendo uma estratégia metacognitiva de leitura e minimizando os efeitos da subjetividade (ou dos distintos quadros de referência) do analista.

Assim, o "método diplomático" auxilia no processo de AD e se configura como um importante instrumento para a determinação do conteúdo informacional dos documentos, em particular, para a detecção do que Begthol (1986) denominou "tematicidade" *(aboutness)*.[230] Cabe dizer que o estudo de Begthol (1986) alia-se aos recentes desenvolvimentos teórico-práticos no âmago da Documentação e que são concernentes da imperiosa necessidade de

[230] Conforme argumentaram Lara & Ortega (2006, p.199), "[...] a abordagem do *aboutness* sustentando a noção de conteúdo é colocada sob suspeita contemporaneamente, com base no fato de que nada garante que a representação seja imune aos condicionamentos ideológicos do intérprete ou que seria neutra na sua constituição. Na visão contemporânea, a representação documentária é concebida como hipótese interpretativa resultante de uma atividade intelectual em que entram em jogo o enunciador ou emissor, o enunciatário ou receptor e as condições de enunciação e recepção."

normalização terminológica envolvida no processo de análise e síntese da informação presente nos estudos em AD. (SMIT; GUIMARÃES, 1998).

Como vimos até aqui, os valores atribuídos ao documento tanto no âmbito da Diplomática como no da Documentação somam-se à importante função de socialização do conhecimento registrado, na qual o processo de organização se apresenta como nuclear (BARITÉ, 2001; HJØRLAND, 2003; RABELLO, GUIMARÃES, 2006) possibilitando a referida aproximação interdisciplinar. Nesse contexto, na aproximação das disciplinas Diplomática e Documentação, seriam contemplados aspectos relativos à recuperação da memória, que poderia ser identificada, respectivamente, a partir da função de prova histórica do documento tipicamente arquivístico; e no bojo da função documental de aquisição dos conhecimentos historicamente inscritos, quando pesquisados nesses termos num centro de documentação. Além disso, Rabello & Guimarães (2008, p.152) acrescentaram que:

> A aproximação entre Diplomática e Documentação pode se configurar em uma proveitosa relação complementar se considerarmos a importância instrumental do método diplomático para o processo de AD. Como vimos, um dos principais objetivos da Documentação é de explorar as potencialidades informativas do documento (ou seja, o seu conteúdo temático, mediante a AD) com a finalidade de organizar os documentos em um sistema de informação. Nesses termos, a Diplomática Contemporânea pode contribuir com a Documentação se esta última disciplina não desconsiderar em seus processos documentais o princípio diplomático de que a função distintiva de um documento escrito se relaciona com o seu conteúdo temático, que, por sua vez, está inscrito sob as regras de uma estrutura documental específica (caracteres internos e externos). Em um sentido inverso, a AD pode contribuir com a Diplomática para a constituição de um processo de ordem lógico-lingüístico voltado para a representação temática do conteúdo documental.

Enfim, a acepção diplomática de tipo documental inclinou-se mais à comparação de um documento com os demais de um mesmo tipo caracterizados por sua *função*, *estrutura* e *uso* (GUIMARÃES, 1998) e tal comparação, por sua vez, apresenta-se como um esforço essencial para a observação da existência ou ausência de elementos estruturais do documento. Se, por um lado, a análise diplomática pode auxiliar na apreensão dos aspectos da macroestrutura textual, trazendo informações relevantes para a sua representação descritiva; por outro, ela também poderá agregar um conjunto de recursos informacionais ao processo de tratamento e representação temática proposta pela AD.

Como observamos, os estudos e as práticas em TTI direcionados ao *documento escrito* encontram, nas sistematizações "metódicas" desenvolvidas no escopo da Diplomática (com a

Tipologia Documental) e da Documentação (com a AD), importantes possibilidades de aplicabilidade que reforçam, em alguma medida, o valor social do documento na CI. A relação interdisciplinar entre Diplomática e Documentação demonstrou como a *tradição* (relacionada aos aspectos objetivos e subjetivos da informação) pode, num plano teórico-prático, conviver com a *inovação* (perspectiva social). Contudo, partimos da hipótese de que a delimitação conceitual exclusiva no *documento escrito* restringe, em termos koselleckianos, outros *horizontes de expectativa*, induzindo ao diálogo com apenas uma parcela da dimensão social da CI. Vimos que a própria amplitude da noção de AD, quando apercebida em termos otletianos, pode ser prejudicada pela ênfase excessiva nessa delimitação.

Em outras palavras, o forte vínculo do *documento escrito* com a tradição positivista (ver capítulos 1, 2 e 3) dificulta pensar em outras abordagens teóricas e práticas concebidas originalmente no *primeiro* e, principalmente, no *segundo* momento da Documentação (ver item 3.3). Partimos da proposição de que a amplitude conceitual de documento proposta na Documentação, quando pensada em diálogo com a dimensão historiográfica, pode trazer subsídios teóricos imprescindíveis para pensarmos o desenvolvimento disciplinar da CI. Ademais, tal diálogo é indispensável para nos aproximarmos, ainda mais, do entendimento do *documento* como *categoria* no *programa de investigação* da CI.

Uma outra relação interdisciplinar, introduzida no capítulo 1, refere-se ao possível diálogo conceitual de documento entre História e CI. Inferimos que, a partir desse diálogo, será viável apreender a dimensão e a importância desse conceito. Além disso, um aspecto catalisador e essencial para tal relação interdisciplinar provém das demandas sociais relativas à preservação e à atualização da *memória coletiva* em sua relação com o estudo da *cultura material*. Vejamos, a seguir, as contribuições de Meneses (1998; 1999), Murguia (2008) e Dodebei (1997) para o referido diálogo.

Buscando abordar o deslocamento de objetos e coleções do campo *pessoal* para o *público* (institucional), e ainda, dissertar sobre as implicações incidentes na pesquisa histórica, Meneses (1998) trouxe premissas relevantes para pensarmos a complexidade conteudística presente nos objetos materiais (em particular, os artefatos) que são contemplados pelos estudos da cultura material. De forma sucinta, Meneses (1998, p.100) definiu cultura material como "[...] todo segmento do universo físico socialmente apropriado."

O autor buscou abordar a importância do objeto para a rememoração se este for considerado numa dimensão corporal da memória (com "processos cognitivos encarnados"). Entretanto, a durabilidade do objeto confere a este o falso atributo de ser o portador ou a representação da realidade. A ênfase a este atributo simbólico soma-se aos problemas do

objeto/documento que envolvem a questão sobre a natureza do objeto e a capacidade documental de suportar informação. Essa consideração pode ser traduzida pela seguinte indagação: "Que tipo de informação intrínseca podem os artefatos conter, especialmente de conteúdo histórico?" (MENESES, 1998, p.90).

A partir dessa questão, foram abordados os atributos intrínsecos (natureza físico-química) do objeto, isto é, sua forma geométrica, cor, dureza, etc. De pronto, chegou-se à seguinte constatação: "nenhum atributo é imanente". Nos objetos incide o fetichismo, que nada mais é do que o deslocamento de sentido das relações sociais. Nesse caso, os atributos são historicamente selecionados e mobilizados e, nesse processo, ocorre a atribuição de sentidos. O objeto nasce ou é construído sem um sentido *a priori*. O ato da fetichização do objeto, ou seja, de atribuição de sentido, é que lhe confere a sua relativa autonomia e naturalidade. Conforme reiterou Meneses (1998, p.91):

> Naturalmente, os traços materialmente inscritos nos artefatos orientam leituras que permitem *inferências* diretas e imediatas sobre um sem-número de esferas de fenômenos. Assim, a matéria-prima, seu processamento e técnicas de fabricação, bem como a morfologia do artefato, os sinais de uso, os indícios de diversas durações, e assim por diante, selam, no objeto, informações materialmente observáveis sobre a natureza e propriedades dos materiais, a especificidade do saber-fazer envolvido e da divisão técnica do trabalho e suas condições operacionais essenciais, os aspectos funcionais e semânticos - base empírica que justifica a inferência de dados essenciais sobre a organização econômica, social e simbólica da existência social e histórica do objeto. Mas, como se trata de inferência, há necessidade não apenas de uma lógica teórica, mas ainda do suporte de informação externa ao artefato.

Com o processo de individualização crescente, os objetos materiais passaram a funcionar como uma espécie de veículos de qualificação social, sobretudo, se for pensado a partir da difundida qualidade atribuída ao artefato, cuja integridade física não seria negada por corresponder à sua "verdade objetiva". Sob essa perspectiva, seriam os discursos incidentes no artefato os possíveis portadores de falsidade. (MENESES, 1998, p.91-92).

A esse respeito, o texto de Kopytoff (1991) fora utilizado por Meneses (1998, p.92) para demonstrar que a "biografia dos objetos" se coaduna com a "biografia das pessoas" nos objetos, em especial, se pensada a condição de que as trajetórias (biografias) dos artefatos os tornam suscetíveis a transformações de toda espécie (morfologia, função, sentido, etc.) isolada, alternada ou cumulativamente. Nas palavras de Meneses, "[...] o objeto histórico ultrapassa os limites do biográfico, mas tem nele seu caldo de cultura mais favorável." (p.93).

Para traçar e explicar as biografias dos objetos, seria necessário "[...] examiná-los 'em situação', nas diversas modalidades e efeitos das apropriações de que foram parte." (p.92)

Destarte, durante o percurso biográfico do objeto histórico na sociedade, os atributos intrínsecos serão contaminados por realidades transcendentais que impregnam sentidos prévios e imutáveis. Seriam marcas deixadas que os tornariam únicos e insubstituíveis. Esse objeto se apresenta em duas categorias: 1) sociológica (objeto nos museus); 2) cognitiva (suporte físico de informação histórica).

Além do caráter genérico do artefato como um *objeto histórico*, Meneses (1998, p.93-94) abordou outras duas espécies particulares de artefatos históricos: os *semióforos* e as *relíquias*. Os semióforos seriam aqueles objetos que não valem pelo uso prático (por exemplo, a coroa de um rei). O seu valor reside no fato de figurarem acontecimentos históricos (personagens antigos, associação sentimental, etc.). Ou seja, seriam objetos "[...] excepcionalmente apropriados e (exclusivamente) capazes de portar sentido, estabelecendo uma mediação de ordem existencial (e não cognitiva) entre o visível e o invisível, outros espaços e tempos, outras faixas de realidade." (p.94). Já a relíquia é o artefato que faz parte do campo religioso. Neste caso, o objeto conta com o transcendente em uma posição fetichizada devido ao fato de apresentar significantes cujo significado lhe é imanente.

Os três casos de artefatos acima citados sempre estarão condicionados e terão compromissos com o presente, pois será com base nesse referencial que a atribuição de valor (sempre externa ao objeto) ocorrerá, uma vez que "[...] é no presente que eles são produzidos ou reproduzidos como categoria de objeto e é às necessidades do presente que eles respondem." (p.94).

Desse modo, o historiador nos convida a pensar a *memória* a partir do ponto de vista documental no cenário amplo da cultura material. Não obstante, ao mesmo tempo em que a memória é um importante objeto de estudo para o historiador, e o documento, um importante instrumental, Meneses (1999, p.12-13) apresentou o complexo diagnóstico da "crise da memória". Tal crise emergiria da memória, orientada pela reificação dos estudos, por influência da comunicação de massa e do mercado. A memória, nesse contexto, foi abordada como uma "[...] modalidade de representação social, num quadro de práticas que caracterizam a sociedade capitalista avançada ressaltando os problemas documentais que a 'sociedade da informação' vem acumulando." [231]

---

[231] Considerando tais aspectos gerais, Meneses (1999, p.13-21) abordou a "crise da memória" sobre a influência de cinco dimensões, a saber: 1) *epistemológica* – diz respeito à mudança da acepção de memória e à crise de sua representação na modernidade. Ele exemplificou com o evento da Revolução Francesa, que despertou para a

Assim, o presente, como um referencial, constituiria um espaço de tensão e o estudo da memória historicamente tem encontrado no documento os elementos para a análise crítica. Mas, nesse caso, como o documento se enunciaria conceitualmente no contexto amplo da cultura material e enquanto um "lugar de memória"? Em resposta a essa questão, Meneses (1998, p.95) salienta:

> Para reduzir um complicado problema à sua mínima expressão, no nível empírico pode-se dizer que documento é um suporte de informação. Há, em certas sociedades, como as complexas, uma categoria específica de objetos que são documentos de nascença, são projetados para registrar informação. No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Se, ao invés de usar uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria-prima e respectivo processamento, à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação, etc. – este objeto utilitário está sendo empregado como documento. (Observe-se, pois, que o documento sempre se define em relação a um terceiro, externo a seu horizonte original). O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indispensável, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica. (MENESES, 1998, p.95).

Desta citação é possível deduzir que, se o documento for apreendido a partir do enfoque do estudo da memória e da cultura material, então a atribuição de valores (sentidos e

---

desnaturalização da História e, também, com a inerente necessidade de esquecimento contida na fetichização da mercadoria numa sociedade de consumo; 2) *técnica* – refere-se ao processo progressivo de externalização da memória. As mudanças ocorreram desde a transformação das sociedades orais em quirográficas, passando pela difusão da alfabetização e da escrita, acentuando-se com a invenção e aperfeiçoamento da imprensa e tendo o seu cume com os registros eletrônicos; 3) *existencial* – refere-se às práticas sociais que intervêm profundamente na determinação das funções e eficácia da memória. A título de exemplo, foram citados os *lugares da memória* (arquivos, museus, monumentos, etc.) de Pierre Nora, que representariam artificialmente os restos/fragmentos da memória. Além disso, citou-se: a) a rapidez da vida midiatizada que dificultaria a assimilação e absorção da memória; b) os problemas provindos das comemorações; e c) a falsa promessa do realismo ingênuo de compreender a memória histórica e linearmente; 4) *política* – refere-se às pressões de amnésia vigentes e incidentes em todas as esferas de nossa sociedade. O autor exemplificou essa dimensão com a autofagia que impera no desenvolvimento urbano regido pela lógica da especulação imobiliária e, também, a influência da comunicação de massa e da indústria cultural, que priorizam a experiência do transitório e do efêmero e recusam veementemente a memória longa; 5) *socioeconômica* – está presente em todas as dimensões sobreditas, todavia, o autor enfatiza o discurso ideológico da "sociedade da informação", cujas variáveis interferem direta ou indiretamente no campo da memória. Neste caso, as tecnologias da informação são empregadas para enfatizar a informação como mercadoria e isso atinge as iniciativas que cobrem o chamado "patrimônio cultural" (em espaços como os museus, arquivos, etc.).

significados) será necessariamente externa ao objeto. Sob esse raciocínio, Meneses (1998) divergiu implicitamente de Bloch (1997, p.114), pois, embora não o tenha citado literalmente, Meneses suscitou a premissa de que o historiador interroga o documento de modo a tirar dele palavras, fazendo-o falar. Para Meneses (1998), o "ser documento" é fruto de um ato enunciativo e interpretativo. O autor escapa, com isso, de uma aproximação da teoria de Bloch (1997), que remeteria a uma espécie de conteúdo documental *a priori*. Na opinião de Meneses (1998), será a perspectiva e o rigor metodológico do historiador que lhe permitirá "falar pelo documento" de maneira satisfatória ou convincente.[232]

Num outro enfoque, embora Dodebei (1997) não tivesse enfatizado o universo conceitual da cultura material quando buscou interpretar conceitualmente *documento*, entendemos que seu estudo permeou tal noção e convergiu, em grande medida, com a discussão historiográfica até aqui apresentada.

Para configurar o seu quadro teórico, Dodebei (1997), primeiramente, discutiu sobre as condições de produção da memória social, por meio do cotejo dos conceitos *cultura*, *sociedade* e *memória* e das respectivas ações decorrentes e, logo depois, demonstrou como os objetos, no rol dos produtos sociais, podem se tornar representações complexas e objetivas das memórias, ou seja, documentos. Esse fenômeno, segundo a autora, ocorre quando esses objetos sociais são alocados do cotidiano ao universo selecionado da *memória social*, para, a partir de então, ocupar o espaço da *memória cultural*. Para esclarecer tal fenômeno, Dodebei discutiu a complexa relação entre *objeto*, *memória* e *instituição* em sua cadeia de representação da memória social, em direção ao acesso compartilhado das informações documentais, função essa desempenhada, mormente, pelas instituições de preservação da *memória cultural*.

Vale dizer que toda a trajetória argumentativa da autora fora voltou-se à questão da transmissão da informação presente nos objetos intencionalmente selecionados, para defender a tese de que "[...] os conceitos de documento, apresentados pelos vários campos do saber, não

---

[232] Por exemplo, no caso de uma análise de um documento pessoal o historiador teria que questionar o registro material para reconhecer a presença do indivíduo no objeto. Dentre os aspectos a serem observados, destacam-se três: 1) *produção* – ocorre a mescla de valores mediante as idiossincrasias culturais e destes surgem os registros personalizados; 2) *identidade* – as coisas que as pessoas usam e que as cercam refletem a personalidade de seu proprietário, ou seja, o artefato apresenta-se como a "extensão de nós mesmos"; 3) *circulação* – o objeto doado tem atributos do seu doador. Nas palavras de Meneses (1998, p.96): "O que esses três exemplos têm em comum, além de reafirmarem a importância da presença do indivíduo no campo da cultura material, é que eles indicam que tal presença jamais é exclusiva: ela só se perfaz na relação social. A identificação de mãos individuadas na produção de artefatos seria irrelevante se não estivesse imbricada na rede de relações que lhe dá suporte [...] A identidade pessoal, como todo processo de construção ou reforço de identidade, não remete a uma essência, mas a uma situação de interação: o 'eu' se define, sempre, diante do 'outro', de preferência na escala de grupos ou sociedades".

são adequados à representação e à preservação das ações culturais. O documento não pode representar, ao mesmo tempo, tanto a memória instituída como a memória emergente." (DODEBEI, 1997, p.23).

Para tanto, Dodebei (1997, p. 170) delimitou, como recorte operacional, a relação dialética entre os conceitos *unicidade*, *virtualidade* e *significação*, que contemplam os discursos comumente representativos do *ciclo de vida*, da *permanência* ou da *insistência* do objeto no âmbito da memória social.

Para a autora, tais conceitos de *unicidade*, *virtualidade* e *significação* seriam regidos pela inter-relação entre *objeto*, *sujeito* e *espaço/tempo*, que influenciariam o trânsito dos objetos do contexto social para o cultural. Nessa transição, as instituições da memória, tais como arquivos, bibliotecas e museus, teriam como núcleo comum o *documento*, que representaria o objeto que transcende o universo social em direção ao universo cultural, em que se situam tais instituições. Podemos notar que, nesse caso, o agente que permanentemente atua na transformação de objetos sociais em objetos culturais (documentos), por meio do processo de seleção e escolha, é o homem, e que tais objetos, valorativamente diferenciados, pertencem ao rol dos artefatos de estudo da cultura material. Tal abordagem se insere no âmbito da diferença entre *memória social* e *memória cultural*, apontada por Dodebei (1997, p.162):

> Memória social é a memória virtual, potencial. Memória cultural é aquela que, imbuída de valores de determinada(s) cultura(s), opera no campo da seleção. Portanto, memória cultural é sempre resultado de uma interferência seletiva da memória social, podendo ser, neste caso, igualada à memória institucional. Desta forma, os objetos, em sentido amplo, operam no campo da memória social; os documentos, na memória cultural. Arquivos, bibliotecas e museus trabalham com os mesmos objetos da memória social e, de certo modo, fazem uso dos mesmos princípios da interação semiótica e da economia de símbolos na transmissão da mensagem. São instituições complementares, são aspectos das culturas, recortes do social.

Como foi possível observar, a proposição de Dodebei (1997, p.171) sintetiza as discussões até aqui apresentadas em nosso resgate histórico-conceitual de documento, na medida em que a partir dela podemos visualizar a complementaridade entre a dimensão da *memória social* com a sua dimensão *cultural*, que se coaduna com os interesses de estudo da *cultura material*. Dessa relação, podemos verificar que teve origem a ampliação conceitual de documento, ocorrida tanto no âmbito historiográfico (com o movimento dos *Annales*) como no âmbito da Documentação, com a contribuição de Otlet (1934), num primeiro momento, e, principalmente, de Briet (1951) e de seus seguidores, num segundo. Observa-se, assim, que

Dodebei (1997, p.171) revelou, em sua concepção, preceitos convergentes com o segundo momento da Documentação, notadamente com as idéias de Briet (1951), como é possível notar quando comentou que os objetos podem ser

> [...] naturais ou produzidos pelo homem, pertencem ao universo social que se apresenta como uma dimensão virtual para a memória. A interferência do homem como agente de transformação do objeto em documento é representada pelo universo cultural, onde as instituições de memória se inserem.

Especificamente para o desenvolvimento dos três conceitos (unicidade, virtualidade e significação) presentes no processo de transformação do objeto em documento da memória cultural, a autora se baseou no amálgama das idéias de Aristóteles com o mundo estóico, para delinear a reunião de predicáveis que definiriam o algo qualitativamente distinto do objeto quando perfilado pela cultura. De modo específico, Dodebei (1997, p.172) explicou tal processo por meio das seguintes categorias:

1. *Substância* (ou o ser que existe) – refere-se ao objeto em si, ou seja, àquele que se constitui a partir da produção social. Apresenta como atributos predicáveis a forma (matéria, cor, textura, etc.) e o conteúdo (impressões intelectuais registradas, de natureza cultural). Destarte, todos os objetos do cotidiano produzidos pelo homem apresentariam esses dois atributos. Já os objetos naturais, encontrados na natureza, apresentariam apenas o atributo forma. Segundo afirma Dodebei (1997, p.172), nesse momento (natural) da vida dos objetos, não existe a distinção entre forma e conteúdo, pois eles são "[...] indissociáveis e a materialidade é a condição essencial da existência desses objetos". Por serem objetos do cotidiano em potencial para a institucionalização da memória, não caberia, igualmente, uma predeterminação valorativa. Tais características da substância moveram a autora a propor o conceito de *unicidade* do objeto, segundo o qual os

> [...] documentos que são os objetos de estudo da Memória Social não são diferenciados em sua essência, ou seja, não se agrupam em categorias específicas, tal como os exemplos tradicionais: o livro para Bibliotecas, o objeto tridimensional para Museus e o manuscrito para Arquivos. (DODEBEI, 1997, p.173)

2. *Modo, acidente* (ou o que existe na substância, seus modos de ser ou a primeira leitura de insistência) – relaciona-se com dois atributos, tempo e espaço, e a relatividade destes

conduz aos conceitos de mobilidade e de seletividade no campo social. A mobilidade do objeto na sociedade garante o seu livre tráfego pelas instituições da memória, mantendo a sua substância e alterando o seu modo de ser externo, do suporte (deterioração, corrosão, erosão, etc.). Assim, a "metamorfose" do objeto poderá ocorrer sob a influência das marcas não apenas do tempo (naturais), mas também do espaço, em que a natureza ou as mãos do homem (numa cultura) poderão interferir. As diferentes possibilidades que o objeto não encerra na dimensão espaço-tempo, levou Dodebei (1997, p.174) a propor a tese da *virtualidade*, na qual a "[...] atribuição de predicáveis ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva, o que proporcionará, arbitrariamente, uma classificação desse objeto."

3. *Relação* (o que liga um ser ao outro, ou a segunda leitura de insistência) – constitui-se na categoria mais complexa, na medida em que implica a intenção intelectual de reduzir dois ou mais atributos para constituir um terceiro. Por outro lado, como as categorias anteriores não se anulam diante da complexidade desta, o processo valorativo incidente no objeto não é definitivo. Isto se deve a que toda a significação é circunstancial em favor da virtualidade e da essência que sempre estarão presentes no objeto em questão. Dessa forma, as atribuições de valores ao objeto (prova, testemunho, etc.) serão sempre circunstanciais, embora ganhem um dimensionamento profundo quando transformam o objeto em signo de memória e, por conseguinte, em documento. Será, portanto, a atribuição de *significado* de memória que irá constituir a classe de *documento*, ainda que provisoriamente. Essa situação suscitou Dodebei (1997, p.174) a argumentar que a "[...] transformação dos objetos do cotidiano em documentos é intencional, constituindo estes uma categoria temporária e circunstancial."

Após apresentar a influência dessas três categorias que seriam importantes para o processo de transformação do objeto social num objeto da memória de valor cultural – o documento – a autora conceitua este último da seguinte forma:

> [...] é uma representação, um signo, isto é, uma abstração temporária e circunstancial do objeto natural ou acidental, constituído de essência (forma ou forma/conteúdo intelectual), selecionado do universo social para testemunhar uma ação cultural. (DODEBEI, 1997, p.175).

Podemos observar em Murguia (2008) uma posição teórico-conceitual que converge, em grande medida, com a de Dodebei (1997). De acordo com Murguia, o documento é um suporte da cultura material que abarca, em simbiose, teoria e prática em sua relação com o conhecimento e com a cultura. No contexto da cultura material, o documento seria a "prótese" necessária pelo próprio limite da memória transmitida oralmente, ou seja, seria a sua extensão economizada e representada materialmente pela objetivação do pensamento. Vale destacar que tanto Dodebei (1997) como Murguia (2008) apresentaram três hipóteses que orientaram as respectivas argumentações. Compararemos, então, os pontos de convergência e de divergência na formulação discursiva de ambos os autores.

A primeira premissa desenvolvida por Murguia (2008) enuncia que "[...] todo objeto é um documento, objeto entendido como uma exterioridade material que alonga alguma função do pensamento ou da ação humana." (p.226). A segunda premissa remete ao ato valorativo e aos diferentes motivos incidentes no objeto, enunciando que "[...] o documento é mais do que a informação que [ele] contém." (p.229). A terceira e última premissa refere-se à institucionalização do documento. (p.231).

Na primeira premissa, embora Murguia (2008, p.226-227) tenha reconhecido com clareza a relação de "mão dupla" no processo de objetivação entre sujeito e objeto, em que um pode atuar mutuamente sobre o outro, a ordem horizontal do enunciado "todo objeto é um documento" comprometeu a seqüência lógica da defesa de suas premissas posteriores. Essa constatação pode ser exemplificada se tomarmos como referência a primeira premissa defendida por Dodebei (1997), em que a categoria *unicidade* descentraliza tal horizontalidade, na medida em que todo objeto do cotidiano é criado com uma função específica e será assim utilizado até que sua vida social mude de rumo, isto é, até que adquira outro valor. Para Dodebei (1997), num primeiro momento, o objeto é criado simplesmente para ser objeto e terá *forma* e *conteúdo* que não necessariamente passarão por uma predeterminação que o valorará enquanto objeto da memória. Essa noção de função utilitária do objeto, que passa pela primeira etapa de circulação e consumo, foi denominada por Murguia (2008, p.227) de "visão tradicional". Contudo, entendemos que Dodebei (1997) conseguiu expor essa primeira etapa do objeto sem desconsiderar, na expressão de Appadurai, a sua "vida social". Como observamos, a "vida social" do objeto foi abordada nas duas premissas subseqüentes de Dodebei (1997); especificamente nesse primeiro "estágio de vida" do objeto, Dodebei (1997) e Murguia (2008) divergiram.

Apesar disso, podemos dizer que ambos os autores convergiram nas duas premissas posteriores, pois as hipóteses de *virtualidade* (influência do espaço-tempo) e de *significação*

do objeto (para a sua transformação em documento) defendidas por Dodebei (1997) foram, em alguma medida, contempladas por Murguia (2008) quando considerou o documento no universo da cultura material e abordou as contribuições do movimento dos *Annales* e indiretamente de Briet (1951) e Buckland (1997b).

Um ponto importante de convergência entre Dodebei (1997) e Murguia (2008) refere-se ao universo da significação do objeto na dimensão da memória cultural, em que o aspecto institucional tem um papel fundamental.

Conforme defendeu Murguia (2008, p.231), a materialidade do documento e as atividades profissionais em informação direcionam as funções deste objeto para fins específicos, determinando a sua institucionalização. Nesses termos, os documentos ocupariam espaços determinados onde a sociedade lhes outorga funções específicas e o processo de institucionalização implicaria a sustentação de valores documentais que legitimariam a criação e manutenção desses espaços. Uma característica destes seria a sua necessária regulamentação jurídica, por meio de regras próprias (regimentos) e gerais (leis), que refletem as deliberações sociais e garantem a sua legitimação.

Dentre as instituições que tradicionalmente ocupam essa função de guarda e de legitimação social do documento (por torná-lo público e/ou disponível para uso/consulta), destacamos a biblioteca, o arquivo e o museu, que nem sempre tiveram o significado restrito (delimitado), tal como concebemos hodiernamente.[233] Nas palavras de Murguia (2008, p.231),

> Constituídas para guardar a objetivação do conhecimento, da imaginação e da memória, essas instituições geram sua própria dinâmica para alcançar os objetivos que lhes são atribuídos. Na medida em que um espaço é institucionalizado, ele age na história. Intervém de forma direta nos agenciamentos da sociedade e na valorização que a sociedade outorga a suas funções. É essa valorização que também dá origem a sua sustentação ideológica cumprindo um importante papel no imaginário social, e como dispositivo para a construção de identidades.

Acerca das motivações ideológicas no âmbito profissional, envolvendo a defesa das práticas documentais em bibliotecas, arquivos e museus, podemos observar que elas tiveram início a partir do processo da disciplinarização acadêmica da Biblioteconomia, da Arquivística

[233] Tal como sugeriu Murguia (2008, p.231), as instituições históricas biblioteca, arquivo e museu em determinados momentos mesclavam-se numa instituição de caráter misto. Esse foi o caso dos "[...] antigos gabinetes de curiosidades dos sábios e príncipes humanistas da Renascença se bifurcam. Assim, seus documentos formarão o arquivo, seus objetos o museu e os seus livros a biblioteca". Para uma síntese dos diferentes momentos históricos em que houve a simbiose das referidas instituições da memória, ver: DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *O sentido e o significado de documento para a memória social*. 1997. 185p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

e da Museologia, que encontraram ecos ainda no século XIX, mas que passaram a ganhar contornos mais nítidos durante o século XX.[234]

No entorno das tensões políticas vigentes, a institucionalização acadêmico-disciplinar dessas "ciências" se refletiu diretamente na elaboração e na sistematização teórico-conceitual dos seus objetos de estudo. A defesa e/ou autopromoção do recorte *prático-disciplinar* (mediante conceitos e teorias), necessários para a justificação acadêmica e social dessas disciplinas, repercutiram, em grande medida, na construção do discurso sobre o documento, que perdeu, por sua vez, a dimensão ampla de objeto da memória social e cultural. O estudo de Dodebei (1997) é relevante, justamente, por evidenciar a importância de tal dimensão.

A especialização do conhecimento no século XX propiciou que o *documento* fosse apreendido, tão somente, como algo objetivo e útil para resolver problemas informacionais em sistemas particularizados. Cabe dizer que a Documentação otletiana ajudou a divulgar tais idéias, até mesmo por ser fruto dessa especialização. Apesar disso, como vimos, a Documentação conseguiu trazer uma proposição social qualitativamente distinta para a acepção de documento.

Outrossim, observamos que a proposição estadunidense da CI ajudou a disseminar e a fortalecer a posição teórica com ênfase na *informação registrada* e *especializada* (no âmbito científico, tecnológico e mercadológico). Esse modelo adotado pela CI influenciou as construções teóricas e as atividades dos profissionais da biblioteca e do arquivo e contribuiu para relegar, por muito tempo, o museu ao ostracismo, por não reconhecê-lo como *sistema de informação* de interesse científico. Poderíamos dizer que existe alguma contradição nessa orientação? Entendemos que não. O objetivo aqui não é julgar ou atribuir juízo de valor aos atos de "condenar" ou "absolver" a CI. Orientada por seus "objetivos estatutários", esta "ciência" cumpriu e cumpre importante função social. Talvez a questão seja outra: até que ponto a CI poderia ampliar ainda mais o seu escopo e suas preocupações teóricas de modo a contemplar sistemas de informação que não necessariamente atendam a interesses restritos à informação de cunho científico, tecnológico e mercadológico?

A configuração do documento, como uma *categoria* (ou um pressuposto ontológico) do campo da CI se encontra ante ao "fogo-cruzado" de interesses políticos por dar abertura a novas proposituras investigativas e teórico-conceituais que se deslocam do eixo de interesse estratégico fundado pela *Information Science*. Para pensarmos a realidade brasileira sob essas

---

[234] Vale destacar o ensaio de Smit (2000a) que buscou relacionar, numa perspectiva *prático-disciplinar*, os possíveis aspectos comuns entre Arquivística, Biblioteconomia e Museologia. A *informação* seria, segundo a autora, um dos principais elos entre as disciplinas.

condições, dentre os *sistemas de informação documental* marginalizados pela CI temos, mormente, as bibliotecas públicas, as bibliotecas escolares, bibliotecas comunitárias, centros de documentação popular,[235] museus e arquivos públicos distantes dos grandes centros urbanos, etc. Nesse caso, o desinteresse acadêmico se deve, em grande medida, ao descaso do Poder Público (nas esferas municipal, estadual e nacional), que, historicamente, tem investido seus esforços em iniciativas de visibilidade e de retorno para as infra-estruturas de informação estratégicas (política e economicamente) dos setores público e privado.[236]

Não obstante, diferentes posições teóricas assumem importante atuação política. Se pensarmos, por exemplo, a dimensão conceitual de documento na CI, é possível observar que, ao mesmo tempo em que a *tradição* ainda se apresenta como hegemônica, o reconhecimento da *perspectiva social*, como uma proposta teórica "inovadora" (que transcende os enfoques *objetivo* ou *subjetivo*) tem aberto possibilidades de diálogo e de embates teóricos de modo a agregar uma concepção mais ampla.

Contribuindo para tal diálogo teórico-conceitual, Dodebei dissertou sobre os problemas no âmbito *prático-disciplinar* da CI quando esta "ciência" encontra na construção teórica da Biblioteconomia, da Arquivística e da Museologia justificativas necessárias para a defesa do seu quadro disciplinar. A defesa "cega" do estatuto prático-disciplinar realizada por cada uma destas disciplinas, isoladamente, com base na função e nas práticas documentais que estudam, pode comprometer, se transpostas ao universo da CI, a apreensão dos respectivos espaços enquanto instituições da memória cultural, num sentido amplo, como podemos visualizar abaixo:

---

[235] Tais espaços marginalizados pela CI foram investigados por Almeida Júnior (1989, 1993, 2004a, 2004b) que, a partir da perspectiva biblioteconômica, tem criticado a posição centralizadora e ideológica da CI.

[236] Num exemplo ainda recente, o governo federal brasileiro buscou fortalecer a infra-estrutura informacional do país mediante a influência e a coordenação das iniciativas de cunho neoliberal orientadas pelos Estados Unidos e pela União Européia. Esse conglomerado de países objetivou internacionalizar (mediante fóruns e reuniões oficiais) as tecnologias de comunicação e de informação por meio de um programa visando a criação da "Sociedade da Informação", no sentido de construir uma infra-estrutura de informação a qual, sem o impedimento das fronteiras nacionais, "[...] poderia constituir a plataforma tecnológica mais adequada à atual fase do capitalismo, caracterizada pela hegemonia dos setores cujas transações são baseadas em fluxos virtuais, a saber, financeiros e informacionais." (BEMFICA, CARDOSO, FARIA, 2003, p.196). Dentre esses acordos entre os países centrais e os países periféricos "emergentes" (com índices elevados de pobreza e de concentração de renda), o Brasil, na condição destes últimos, tem aderido a essas iniciativas sem grandes questionamentos desde que criou, em 1996, o Programa de Sociedade da Informação no Brasil, composto por representantes do governo, da iniciativa privada, do terceiro setor e da comunidade acadêmica. No plano acadêmico, a CI tem desempenhado um papel estratégico nesse projeto. Segundo Rabello & Guimarães (2005), a expressão "sociedade da informação" pode ser caracterizada como uma "[...] figura de linguagem que visa a expressar idealizadamente (ou ideologicamente) as últimas conquistas tecnológico-informacionais e, por conseguinte, de acesso à informação que presenciamos nas últimas décadas (que, por sinal, são inegáveis). Frente a essa questão, é sempre importante questionarmos: quem são os usuários da infra-estrutura de informação atualmente arquitetada e quais as prerrogativas que garantem o seu acesso?"

> As contradições entre prática documental nas instituições de preservação da memória social, os conceitos emergentes de documento e os posicionamentos teóricos (profissional e institucional) representados por tentativas de teorizações isoladas nos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, embora visando prioritariamente a soluções práticas no acesso à memória social, vêm convivendo com uma permanente busca de adaptação ao quadro ideológico e tecnológico deste final de século. Assim, torna-se necessário refletir sobre as preocupações emergentes no que se refere à inserção da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia num ambiente teórico mais amplo que considere os conceitos de *memória social*, *memória cultural* e *documento*. (DODEBEI, 1997, p.137)

Entendemos que o objetivo de Dodebei (1997) de abranger a relação entre os conceitos *memória social*, *memória cultural* e *documento* no campo da CI pode ser justificado no estudo de Rendón Rojas (2005; 2008). Isso porque o *programa de investigação científica* da CI, proposto por este último, visou contemplar os principais elementos que comporiam essa disciplina num esquema teórico (estrutura) que abrisse margem para a transcendência da concepção institucional discutida neste item. Para esse autor, a *tradição* e a *inovação* podem conviver mutuamente orientadas, na terminologia de Lakatos, por um *núcleo central* caracterizado, no caso da CI, por ser o principal objeto de estudo desta disciplina – o *sistema informativo documental*.

Tal objeto se caracterizaria por seu caráter sistêmico que o torna singular por ser abordado numa perspectiva específica que não permite a diluição, por inconsistência, dos processos estudados, ou seja, permite apreender e determinar as diferentes áreas dedicadas à investigação em CI. Esse caráter sistêmico se caracterizaria, por sua vez, pelo inter-relacionamento entre as categorias *usuário* do sistema, *instituição informativa documental* (que envolve o setor administrativo, o uso de tecnologias, instalações físicas e arquitetônicas, etc.), *profissional da informação documental*,[237] *informação* e *documento*. Conforme justificou Rendón Rojas (2005, p.164), o *sistema informativo documental* é relevante por permitir:

---

[237] Vale dizer que o *profissional da informação documental* foi abordado como um subitem da categoria *instituição informativa documental* na primeira edição do livro *Bases teóricas e filosóficas* (RENDÓN ROJAS, 1997) e na segunda edição ampliada e corrigida (RENDÓN ROJAS, 2005). Por outro lado, o *profissional da informação documental* fora destacado como categoria particular, respectivamente, em: RENDÓN ROJAS, M. A. El papel del profesional de la información en el acceso y uso de la información documental. In: LA INFORMACIÓN en el inicio de la era electrónica: información, sociedad y tecnología. México: UNAM-CUIB, 1998. T.2. p.241-271. RENDÓN ROJAS, M. A. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.9, n.4, ago. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago08/Art_06.htm>. Acesso em: 8 set. 2008.

> [...] identificar, de maneira clara, o que dá identidade própria à disciplina, ou seja, o que marca as suas fronteiras e a diferencia de outros corpos do conhecimento; e, desta forma, permite relacionar-se com outras áreas do saber, mas não a partir de uma posição indeterminada onde se dilui em outras disciplinas e, em nome da relação interdisciplinar, esconde sua falta de especificidade e individualidade como ramo do conhecimento autônomo; em segundo lugar, nos dá a possibilidade de distinguir as disciplinas que se encontram dentro desta ciência; e em terceiro lugar, nos dá a pauta para seguir a evolução histórica da CI sem nos perdermos na pura inovação e no rompimento, senão descobrindo um eixo que passa pelas diferentes etapas e salva, desta forma, o problema da tradição. (tradução livre).

É preciso dizer que Rendón Rojas (2005), ao propor essa estrutura complexa, conseguiu trazer uma justificativa razoável para a solução do conhecido problema na literatura da CI que envolve o enfraquecimento das explicações que justificam o seu domínio disciplinar. Com essa estrutura, o caráter disciplinar estaria garantido independentemente das necessárias relações interdisciplinares por meio de diferentes métodos e teorias.

Assim, com o apoio da heurística *negativa* e *positiva*, as categorias pertencentes à *cintura protetora* ajudariam a definir o escopo, os limites e a abrangência do *programa de investigação* da CI por intermédio do seu *núcleo central*. Vale destacar que é justamente a desarmonia entre teorias e as categorias da cintura que permite a relação dialética entre *tradição* e *inovação* para a proteção do *sistema informativo documental*. Segundo justificou Rendón Rojas (2005, p.166), a proposição deste *programa de investigação* é relevante, pois não se trata de "[...] uma amálgama de conhecimentos que formam uma disciplina, senão de uma interação de uma unidade com identidade própria que 'dialoga' como indivíduo com outras esferas do saber." (tradução livre).

Para confirmar o dinamismo da relação entre as categorias/teorias da *cintura protetora* e o *núcleo firme*, o autor demonstrou que o *sistema de informação documental* historicamente se manifestou de distintas formas e com distintas aparências, ou seja, o "fenômeno" expresso nessas aparências se modificou com o passar dos tempos e continuará se modificando, todavia, a sua essência continuará presente.[238] Rendón Rojas (2005, p.171-172) assim exemplificou o contraste das diferentes aparências do *sistema informativo documental*:

[238] Conforme dissertou Rendón Rojas (2005, p.171), "[...] o núcleo central, o sistema informativo documental, aparece em formas específicas formando sistemas de informação documental particulares que são estudados por disciplinas específicas. Mas esses sistemas continuam tendo a mesma infra-estrutura e orientando-se e apoiando-se nas condições [...] de tal maneira que existe um elemento comum entre os sistemas."

a) *Idade Antiga* (sistema informativo documental simples) – o *templo* ocupava a posição como *instituição informativa documental* onde se mantinha o inter-relacionamento mútuo entre a informação, a tábua de argila (documento) e o sacerdote (usuário);

b) *Idade Moderna* (sistema informativo documental complexo) – a *instituição informativa documental* pode se apresentar de inúmeras formas (biblioteca, centro de informação, arquivo, etc.), permitindo o inter-relacionamento mútuo entre *informação*, *documento* (livro impresso, documento eletrônico, etc.), *usuário* (leitor, especialista, etc.) e *profissional da informação documental.* (RENDÓN ROJAS, 2008).

Destarte, a relação dinâmica entre *tradição* e *inovação* no campo da *cintura protetora* demonstra que suas categorias podem ser visualizadas em variados contextos, podendo gerar distintas disciplinas que se orientam pelo *núcleo firme*. Entretanto, Rendón Rojas (2005, p.169) destacou somente a base teórica por meio das disciplinas Arquivística e Biblioteconomia.

Entendemos que essa situação minimiza a potência gerativa e adaptativa do *programa de investigação* da CI. A limitação a essas duas disciplinas, ao mesmo tempo em que contradiz o caráter dinâmico inerente à *cintura protetora*, também limita o núcleo a um recorte teórico e ideológico consolidado na concepção *tradicional*, impossibilitando, portanto, uma visão ampla do mesmo *núcleo firme*. Por outro lado, vimos que o próprio autor reconheceu que o núcleo é orientado pelas demandas sociais de informação, que são históricas e que podem se modificar em diferentes momentos e contextos. Evidencia-se aqui um paradoxo.

A influência da *tradição* pode ser observada quando o autor buscou justificar que a *cintura protetora* possui um campo fenomênico próprio e definido.[239] Nessa direção, o autor não considerou a Museologia uma disciplina passível de compor a *cintura*, e, com efeito, o museu não se enquadraria como uma *instituição informativa documental*. Sob tal acepção, o artefato museológico não se configura como um documento de interesse para a disciplina. De acordo com Rendón Rojas (2005, p.162), o documento museológico pertence ao rol daqueles que foram criados primariamente sem ter o objetivo de informar, "[...] embora possam ser

[239] De fato a cintura protetora possui um campo fenomênico próprio e definido, tanto é que concordamos quando o autor argumentou da impossibilidade de incorporação à *cintura protetora* da Ciência da Comunicação e do Jornalismo, que possuem objetivos distintos de modo a não se interessarem em defender o *sistema informativo documental* na posição de *núcleo firme*.

indiretamente empregados para isso, como, por exemplo, as obras de arte, os utensílios de uso cotidiano ou cultural, os objetos culturais (minerais, animais, plantas).” (tradução livre).

Portanto, o não reconhecimento do museu e do documento museológico por parte de Rendón Rojas (2005) indica que o autor partiu de uma concepção *tradicional*, notadamente em convergência com as acepções dos autores da corrente espanhola, dentre os quais se destacam López Yepes (1981; 1997), Rodríguez Bravo (2002), etc. Essa hipótese ganhou contornos mais nítidos quando Rendón Rojas (2005, p.120) buscou delimitar o conceito *documento* para que este não fosse interpretado na CI de maneira muito ampla,[240] criticando, por exemplo, o conceito defendido por Briet (1951), que foi enfaticamente discutido em nosso trabalho. Dessa conjetura inicial, chegamos às seguintes questões:

1) Será que Rendón Rojas cometeria o equivoco de restringir (ou comprometer) as possibilidades abertas pela amplitude da relação teórica no *programa de investigação* da CI, proporcionada pela relação entre a *cintura protetora* e o *núcleo central*, ao priorizar apenas as bases teóricas da Biblioteconomia e da Arquivística?

2) Em que medida o autor discordou ou assimilou (mesmo “inconscientemente”) os avanços teóricos de Otlet (1934) e de Briet (1951), de modo a desconsiderar o *artefato museológico* como um documento e o *museu* como *instituição informativa documental* passíveis de compor a *cintura protetora* do programa?

3) Qual seria a opinião de Rendón Rojas a respeito das contribuições teóricas de Otlet (1934) para a ampliação conceitual de documento?

Buscando responder, primeiramente, as duas indagações iniciais, abordaremos agora o intento de Rendón Rojas (2005, p.121) de estabelecer parâmetros para conceituar documento a partir de uma perspectiva ontológica. Nessa direção, o autor tomou como ponto de partida a necessária presença dos seguintes elementos documentais:

---

[240] Segundo apontou Rendón Rojas (2005, p.120), se no universo da CI o documento for considerado de maneira muito ampla isto pode trazer problemas para sua delimitação conceitual, em particular, quando interpretado como “[...] tudo aquilo que tenha uma expressão material e representa certo fenômeno, e não somente o escrito, como manuscritos e impressos, folhetos e folhas soltas de propaganda, senão também os gráficos, fotografias, desenhos, mapas, películas, discos, fitas magnetofônicas [...] e inclusive qualquer coisa natural ou monumentos e objetos da vida cotidiana produzidos pelo homem.”

- ✓ ser a *expressão de um pensamento* por meio de *signos gráficos* (letras, desenhos, signos gráficos, etc.);
- ✓ possuir um *suporte* (pedra, pergaminho, papel, película, etc.);
- ✓ representar aspectos *simbólicos* (signos materiais) e *semânticos* (pensamento expresso em palavras);
- ✓ ter a necessária presença dos aspectos *pragmáticos* (sujeito criador e usuário), que torna possível uma aproximação *semiótica* ao estudo do documento.

Além disso, o autor buscou subsídios na terminologia hegeliana, em que o documento pode ser concebido como a "[...] objetivação do espírito humano, no sentido de que o espírito humano se projeta no objeto criado por ele." (Ibid., p.121, tradução livre). Sob esse prisma, as criações humanas sempre trariam consigo parte do seu criador (refletindo aspectos sociais, comunicacionais, interesses variados de transmitir informação, etc.).

Outro aspecto considerado foi a abordagem fenomenológica de Heidegger. Para Rendón Rojas (2005, p.122), tal perspectiva permitiu estabelecer a historicidade do ser humano para a proposição de um projeto de existência, incorporando, num plano geral, a "[...] cultura herdada dos antepassados desse ser humano; que em boa medida tem sido conservada e transmitida, entre outras coisas, por documentos." (tradução livre).

A partir desse quadro teórico, o autor desenvolveu nove premissas objetivando evidenciar as propriedades conceituais do documento no contexto da CI. Para melhor visualizarmos a natureza e o espaço ontológico de cada premissa, adaptamos e reorganizamos a ordem destas segundo suas funções *cognitiva/individual* e *social/cultural*. De acordo com tais funções, o documento pode:

A) cognitiva/individual

- ✓ ser um instrumento de autoconhecimento;
- ✓ representar a objetivação do pensamento;
- ✓ ser criado direta ou indiretamente para conduzir-nos ao mundo da informação;
- ✓ possuir uma sintaxe determinada, como um conjunto de enunciados com uma forma lógica determinada.

B) social/cultural

- ✓ ter capacidade de conservar a memória social;
- ✓ ter função comunicativa e social;

- ✓ evidenciar a função dos signos como "instruções para utilizar instrumentos" ("coisas"/objetos);
- ✓ ser um objeto susceptível de ser manipulado;
- ✓ ser produto de uma atividade de um profissional da informação documental.

Sentimos a necessidade de dividir tais premissas para evidenciar que, à luz das distintas funções, embora a função B dependa da função A, o principal interesse de estudo da CI situa-se na função B do documento. Isso porque todo objeto (produzido ou não pelo homem) pode ser valorado como um documento. Ainda assim, nem todo documento poderá ter uma função social e cultural. Para tanto, este objeto dependeria de(a):

1) *Demanda social* por informação;
2) *Existência de uma instituição informativa documental* adequada;
3) *Atuação do profissional da informação documental*, que deverá dominar saberes e técnicas para incorporar o objeto a um *sistema de informação documental particular*, de modo a institucionalizá-lo e a outorgar-lhe o *status* de documento de valor social e cultural. Esse documento somente viverá a plenitude de seu valor social quando estiver organizado para permitir a sua disponibilização, o seu acesso e o seu uso.

Como veremos, com a divisão acima proposta, fica mais fácil apreender a natureza e os distintos "[...] tipos de documentos segundo seu lugar ontológico e a atividade cognoscitiva que propiciam." (RENDÓN ROJAS, 2005, p.126, tradução livre). Nessa direção, o autor buscou distinguir os níveis que o objeto assume ao "ser documentado", podendo se apresentar

> [...] segundo o lugar que ocupa o objeto dentro de uma ontologia construída epistemicamente; isto é, segundo o tipo do objeto que 'esteja' em mundos epistemológicos construídos pelos cientistas e, conseqüentemente, segundo [os parâmetros] da atividade cognoscitiva [investigada, considerando o lugar e o objeto desta]. (RENDÓN ROJAS, 2005, p.127, tradução livre).

Assim, para delinear e contextualizar tais tipos, o autor apontou três níveis que ajudam a visualizar a amplitude do conceito *documento* na CI. Antes de apresentá-los, vale destacar que os apontamentos conceituais trazidos até aqui por Rendón Rojas (2005) têm convergido com o quadro teórico que buscamos defender. Para tecermos comentários nesta direção, veremos a seguir então os três níveis delineados pelo autor:

Primeiro – "Os objetos tais como são." Objetos que não sofreram a intervenção intencional e interpretativa de fazê-los documentos para ser consultados por uma determinada comunidade usuária. Trata-se dos *objetos em si*;

Segundo – "Objetos que contêm informações para especialistas de uma determinada disciplina". Esse tipo de objeto vale para aqueles especialistas que estudam profundamente as mensagens que podem se apresentar nos objetos do primeiro nível de modo a interpretar os seus signos-índices e a inseri-los em outras realidades ou intenções. Neste caso, poder-se-á agregar todas as espécies de seres vivos ou objetos, feitos ou não pelo homem – que passaram pela intervenção intencional e interpretativa incidente no objeto de fazê-lo ou transformá-lo em documento, pois algo "[...] deixa de ser um objeto em si, e passa a ser um objeto para o outro." Somente após a mudança de natureza (de objeto para documento) é que o conteúdo informacional será objeto de interesse para o *profissional da informação documental*. Segundo o autor, essa transformação de objeto em documento transfere ao especialista a autoria do documento, embora este mesmo objeto possa ter sido o produto da objetivação de uma outra pessoa física (conhecimento, histórico, sentimento, etc.) ou jurídica (jurídico e/ou administrativo) para um fim qualquer, ou então, simplesmente, um objeto natural, extraído da natureza (pedra, inseto, etc.).

Terceiro – "Documento elaborado e/ou de interesse de um especialista que entra na jurisdição do *profissional da informação documental.*" Como comentamos há pouco, esse profissional será o responsável por inserir o documento num sistema informativo documental particular de modo a institucionalizá-lo, agregando-lhe informação ao representá-lo, ao organizá-lo e ao torná-lo acessível ao usuário. Nesse caso, o documento passa a ser um produto de um profissional intermediário ativo que atua com uma ação intencional com base em técnicas e estruturas de análise. (RENDÓN ROJAS, 2005, p. 128).

No terceiro nível, o autor propôs a síntese daquele documento que, num contexto social, representaria um importante e imprescindível conceito que atuaria na defesa do *núcleo firme* do *programa de investigação* da CI. Vejamos, na citação a seguir, esse elucidativo construto desenvolvido pelo autor:

> O documento que nos interessa não é aquele que existe enquanto propriedade individual de alguém, nem aquele que se encontra numa livraria

> ou sobre uma mesa, senão aquele que o profissional da informação documental cria com sua ação ao pô-lo dentro do sistema de informação documental. O documento, dentro desse sistema, tem um ser agregado que não tinha antes de ingressar nele. A ação do profissional da informação documental dá um novo sentido ao documento inicial porque o coloca dentro de um contexto específico que antes não tinha. Somente depois dessa ação, o documento adquire personalidade dentro do sistema de informação documental [adquirindo] a forma de apresentar-se aos demais, de ter um rosto, de falar através dessa forma de se apresentar. Da mesma maneira que a personalidade de um indivíduo não reside em seu nome e no lugar em que vive, essa personalidade do documento não se reduz a ter uma etiqueta e a se encontrar num lugar determinado, questões essas que podem ser o resultado de uma ação técnica, irreflexiva, repetitiva e empírica; senão que está em estruturas mais profundas, produto de uma atividade intelectual, teórica e criativa. (RENDÓN ROJAS, 2005, p.129, tradução livre).

Vimos, até aqui, uma situação um tanto quanto contraditória. Se num primeiro momento o autor defendeu a amplitude da relação entre a *cintura protetora* e o *núcleo central* de modo a possibilitar, por sua vez, a relativa maleabilidade teórico-conceitual para a defesa do *sistema informativo documental* (proporcionando o convívio entre *tradição* e *inovação*); num segundo momento, Rendón Rojas delimitou que o principal corpo teórico desse sistema seria composto pela Arquivística e pela Biblioteconomia e delas adviria, situação essa que priorizaria um espectro da *tradição*, ou seja, apenas os documentos escritos/registrados, produtos de uma objetivação intencional por parte do produtor do objeto. O autor usou esse argumento para recusar a possibilidade de incorporação da Museologia como uma disciplina que pudesse contribuir, mediante um corpo teórico e conceitual próprio, com a *cintura protetora*, em particular, com as questões que envolvem o *documento museológico*. Essa situação levou ao paradoxo de o museu não ser considerado uma *instituição informativa documental* e, por conseguinte, não compor um *sistema informativo documental particular*.

Porém, observamos que durante sua construção conceitual de documento, Rendón Rojas (2005) continuou a defender o convívio entre *tradição* e *inovação* ao reconhecer as possibilidades históricas abertas na relação entre o corpo teórico da *cintura protetora* e o seu *núcleo central*. O dinamismo dessa relação pôde ser apercebido quando o autor voltou a defender a dialética entre a produção da informação num plano cognitivo e a sua objetivação, por meio do registro ou do processo interpretativo, num objeto que, ao receber valor de *documento*, assumiria uma *função social* e *cultural* quando incorporado, pelo *profissional da informação documental*, a um *sistema institucionalizado*. Embora não o tivesse admitido, ele ajudou a defender, mesmo indiretamente, as características conceituais presentes no documento museológico e, conseqüentemente, abriu margem para a possibilidade de o museu

ter uma importante função quando pensado como um *sistema informativo documental institucionalizado* na cintura protetora do *programa de investigação* da CI.

Entendemos que a proposição conceitual de documento elaborada por Rendón Rojas (2005) converge, em alguma medida, com as propostas de Briet (1951), de Meyriat (1981), de Buckland (1997b), de Murguia (2008) e de Dodebei (1997). Tal convergência poderá ser compreendida se considerarmos a acepção de Rendón Rojas (2005) do processo de *objetivação do documento*.

Nesse contexto, se, numa primeira explanação, Rendón Rojas (2005) buscou delimitar implicitamente o conceito de documento com base na proposição otletiana (primeiro momento da Documentação), reconhecendo somente aqueles documentos produzidos pelo homem; numa segunda explicação, o autor reconheceu que o processo de objetivação não parte apenas do produtor de *primeira natureza* do documento (o autor do ato de objetivação de um conhecimento num suporte), pois pode passar por mais dois estágios de mediação, a saber: a) pelo produtor do documento que atribui significação para fins informativo/utilitários (produtor de *segunda natureza*); e b) pelo produtor do documento para fins socioculturais/informativo-documentais (produtor de *terceira natureza*), que se "encarna" na figura do *profissional da informação documental*. [241]

Se tentarmos explicar tais naturezas dos produtores do documento, logo poderemos observar que a ênfase em cada uma delas remonta à dimensão e à relação entre *tradição* e *inovação* no contexto teórico da CI. Por exemplo, quando são destacados atributos documentais valorizando apenas o produtor do documento de *primeira natureza*, teremos o *enfoque objetivo*; quando é valorizada a relação entre sujeito e objeto considerando a interpretação do sentido atribuído pelo produtor de *primeira natureza*, configurar-se-á a ação do produtor de *segunda natureza*, que contemplará um *enfoque subjetivo*; já quando a interpretação leva em consideração ambas as perspectivas anteriores, inserindo-as no contexto do *sistema de informação documental institucionalizado*, logo teremos a atuação do *profissional da informação documental* como produtor de *terceira natureza*, que atuará numa *dimensão social*.

Em suma, quando Rendón Rojas (2005) propôs os *três níveis* para ajudar a definir o quadro valorativo de documento, ele convergiu em alguma medida, mesmo indiretamente, com a proposta de Dodebei (1997) no momento em que esta autora propôs as categorias

---

[241] Criamos a expressão "*produtor de 'x' natureza*" para designar as diferentes modalidades de *produtor do documento* defendidas por Rendón Rojas (2005). Abordaremos, com maiores detalhes, as distintas *naturezas* do produtor do documento nas conclusões da presente tese.

substância, *modo* e *relação*, que, por sua vez, ajudariam a explicar as características *unicidade*, *virtualidade* e, ainda, o processo de *significação*, respectivamente. Além disso, se compararmos a proposição de Murguia (2008) às desses dois autores, logo veremos que ele divergirá das primeiras premissas de Dodebei (1997) e de Rendón Rojas (2005), mas convergirá com as demais, como é possível observar no quadro abaixo:

Quadro 1 - Situação (S) teórico-comparativa – Convergência (C) / Divergência (D)

Nº	Rendón Rojas (2005) **NÍVEIS**	**S**	Dodebei (1997) **CATEGORIAS**	**S**	Murguia (2008) **PREMISSAS**
1	"Objetos tais como são"	**C**	Unicidade	**D**	"Todos os objetos são documentos"
2	Objetos + inform. especializadas	**C**	Virtualidade + significação	**C**	Objetos + diferentes informações
3	Doc. com valor social	**C**	Virtualidade + significação	**C**	Doc. com valor social/cultural

Com esse quadro, podemos observar que, apesar da contradição identificada na acepção de Rendón Rojas (2005), o referido autor criou um universo favorável não apenas à incorporação do museu ao *programa de investigação*, mas também abriu margem para que a *cintura protetora* seja um receptáculo de inovações. Em termos mais objetivos, se as instituições biblioteca, arquivo e museu são históricas, nada impede que sejam criadas outras *instituições de informação documental* distintas para atender demandas informacionais que necessitem de uma outra lógica conceitual e/ou organizacional.

Respondidas as duas primeiras questões, vale destacar que os três níveis documentais apresentados por Rendón Rojas (2005), no âmbito da CI, nos remetem à terceira questão relativa à opinião do referido autor a respeito das contribuições teóricas de Otlet (1934) no que tange à ampliação conceitual de documento.

Em direção oposta à apresentada efetivamente por Otlet (ver item 3.3), Rendón Rojas (2005, p.134) considerou que, com a ampliação conceitual de *documento* no bojo da Documentação, a palavra *livro* se restringiu a uma classe específica de documentos, deixando, igualmente, "desprotegido" o termo Biblioteconomia. Segundo enfatizou o autor, existe um mal-entendido para o delineamento de ambas as expressões, quando consideramos *documento* como genérico e *livro* como restrito. Para tentar explicar esse desacordo, Rendón Rojas recorreu ao vocábulo original *biblos*, visando, com isso, defender uma de suas derivações, o *livro*.

Torna-se relevante, neste momento, rememorar que a instituição Biblioteca foi a responsável pelo armazenamento do conhecimento produzido e que, antes de se chegar ao termo "Biblioteca", existiram algumas variantes históricas. Por exemplo, Valente (1978, p.179) mostrou que as obras contidas em mais de um rolo de papiro (o qual, sozinho, era denominado *rótulus* ou *volumen*) recebiam o nome de *Biblos* ou *Biblion*, termos vindos do grego e empregados até a Idade Média. Uma obra de diversos rolos era denominada pelos religiosos medievais de *Bibliotheca*, a exemplo do que ocorria com o conjunto de rolos que formavam a Bíblia cristã. Daquela época, tem-se vocábulos presentes ainda hoje, a saber: *folium* (folha), *liber* (livro, que designava "unidade intelectual") e *volumen* (volume, que indicava "unidade material").[242]

Em termos mais precisos, o radical de Biblioteconomia e Biblioteca é a palavra grega "ßιßλος" (*biblos*), que, a partir da sua variação "biblion", foi posteriormente traduzida como "livro" (que corresponde à palavra *liber*, no latim) e amplamente difundida no mundo ocidental. Contudo, a palavra *biblos* era originalmente utilizada pela cultura grega e helenística para designar os materiais fabricados para serem o suporte da escrita e, na Idade Média, passou a significar o próprio objeto escrito. Mais tarde, na Idade Moderna, o "livro" foi apreendido como o produto dos avanços da imprensa gutenberguiana, passando a ter características derivadas da noção do *biblos* medieval, ou seja, dos "[...] objetos, resultado de quando se escrevia." (RENDÓN ROJAS, 2005, p.134, tradução livre).

Nesse sentido, o próprio Rendón Rojas (2005, p.135) argumentou que a palavra "livro" era difundida antes mesmo da invenção da imprensa, como atestam, por exemplo: os títulos "Livro dos mortos" (dos egípcios), "Livros de História" (de Heródoto), "Livros de Metafísica" (de Aristóteles), etc., designando, portanto, diferentes tipos de escritos (rolos de papiro ou pergaminhos no caso da Antigüidade; códices na Idade Média, etc.). Nesses termos, a Biblioteca de Alexandria não poderia ser considerada uma biblioteca do modo como concebemos na atualidade (isto é, aquela instituição que contém livros, frutos da tipografia). Apesar disso, é interessante observar que ela poderia ser considerada uma biblioteca, se pensarmos que continha *biblos* – tal como a palavra era entendida pela cultura grega e helenística –, ou seja, objetos com informações objetivadas (para serem conservadas, transmitidas e lidas).

---

[242] Sobre os aspectos históricos referentes à instituição biblioteca, ver: ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero* – Revista de Ciência da Informação, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/out04/art_03.htm>. Acesso em: 3 maio 2005.

Dessa forma, a palavra *biblos* pode ser interpretada como documento (em sentido amplo) não apenas na significação contemporânea e restrita de "livro" (com determinada forma e elementos estruturais). Assim, a biblioteca deveria ser concebida como uma coleção de *biblos* (no sentido original do termo) e não simplesmente como uma coleção de "livros". Conforme salientou Rendón Rojas (2005, p.136, tradução livre):

> Por vezes, indica-se que o termo atual documento se refere mais à informação que ao suporte, porque não é exatamente igual a *biblos*. No entanto, ainda que inicialmente [a designação] *biblos* tenha levado em consideração o [tipo de] material, posteriormente se despojou desse significado original, e se considerarmos a mentalidade grega e sua idéia de *logos*[243] como palavra interna, pensamento [...] estaremos menosprezando essa visão que sempre levou em consideração o aspecto mental, ideal, supra-sensível da realidade e dos significados. A Biblioteca de Alexandria resguardava seus *biblos*, não por seu suporte material, senão pelo *logos* que continham. O trabalho que realizaram sobre catalogação, a identificação de autores e dos nomes dos *biblos*, derivados das primeiras palavras que continham, mostra claramente o respeito e a importância que davam a um uma vez que séculos depois se denominaria informação. [...] essa análise nos tem conduzido à conclusão de que não é necessário buscar um novo termo para o estudo dos documentos, se é que já existe o de biblioteconomia [*bibliotecología*], já que a acepção exata de *biblos* não é somente a de livros, como a que atualmente se tem, senão a de um objeto que contém *logos*.

Vistas as considerações de Rendón Rojas (2005) e voltando à questão inicial, quando o autor apontou que Otlet havia concebido o "livro" de uma maneira restrita, entendemos que Rendón Rojas não considerou o eixo central da proposição de Otlet quando este ampliou o conceito de documento em contraposição à concepção "clássica" de Biblioteconomia (associada à visão limitada de "livro"). Otlet entendia "livro" como o grande espectro dos formatos documentais que comporiam os documentos de interesse da Documentação. Todavia, ele propôs uma outra forma qualitativa para o tratamento técnico-documental de seu conteúdo; e ainda, como já apontado, atribuiu ao termo um sentido amplo ao considerá-lo a designação de uma categoria abstrata na relação horizontal entre *livro* e *documento*.

Além disso, é importante recordar que, embora Rendón Rojas (2005) não tivesse considerado essa relação sinonímica entre *livro* e *documento* proposta por Otlet, ele constatou, de forma precisa, a existência de uma considerável redução conceitual de documento (ou *biblos*), principalmente após o advento da imprensa.

No universo biblioteconômico, a idéia limitada de "livro" preponderou aproximadamente entre os séculos XVI e XIX. O formato livro (com sua estrutura

---

[243] Segundo explicou Chauí (2003a, p.32), a palavra grega λόγος ou *logos* (plural *logoi*) significa "pensamento racional, discurso racional, conhecimento".

diplomática bem definida) foi reconhecido por constituir uma mercadoria consumida pela burguesia, que, diante dos avanços econômicos pós-Revolução Industrial e, também, das mudanças sociais, políticas e culturais pós-Revolução Francesa, buscou "respirar" liberdade, igualdade e fraternidade por meio, dentre outras coisas, da "elevação do espírito" por intermédio do consumo de livros para a aquisição de conhecimentos filosóficos, científicos, artísticos/literários, etc.

Portanto, além de suas funções mercadológicas (como pivô do mercado editorial e livreiro) e de transmissão de conhecimentos (como meio de divulgação de diferentes conteúdos), o livro, na modernidade, assume uma função social impulsionada pela expansão do número de bibliotecas públicas após o advento da Revolução Francesa. Ademais, a concepção de Biblioteconomia "clássica" nascera justamente no bojo da formação de bibliotecas cujos acervos eram constituídos, em grande medida, por livros impressos, ocasião essa em que submergiu a noção ampla do termo *biblos*.

Como vimos, a Documentação despontou no final do século XIX e início do século XX como uma resposta consonante às necessidades informacionais de um sistema econômico em expansão, em que o desenvolvimento do conhecimento científico e a sua especialização passaram a demandar uma nova relação com o conhecimento produzido pelo homem. Nessa perspectiva, Otlet propôs, com o surgimento da disciplina, uma mudança profissional qualitativa para o tratamento dos conteúdos documentais e sua organização, de modo a valorizar a função informativa do documento.

Com a redução da função informativa do livro (sentido restrito) pela Biblioteconomia "clássica", Otlet deslocou o enfoque desta disciplina quando passou a concebê-lo como uma unidade que poderia ser "desmembrada", num processo que permitiria localizar os seus diferentes *logoi*. Embora o autor tivesse se limitado à idéia de objetividade, amplamente difundida na época, ele ampliou o conceito *documento* na ocasião em que conseguiu visualizar o "*logos"* em diferentes suportes informacionais[244] e se desprendeu e superou a concepção antiga, reafirmada com a Diplomática, de que tais *logoi* se expressariam somente nos documentos escritos.[245]

---

[244] Podemos constatar tal afirmação quando Otlet (1934, p.47) ressaltou que a "[...] definição mais geral que se pode fazer do livro e do documento é esta: um suporte de certa matéria e dimensão, eventualmente de um certo dobrado ou enrolado onde se incluem signos representativos de certos dados intelectuais." (tradução livre).

[245] Como vimos em Rendón Rojas (2005, p.127), tanto as bibliotecas da Idade Antiga como as medievais prezavam-se mais pelo conteúdo do que pelo suporte, pois o *biblos* (na concepção primeira de biblioteca), caracterizava-se principalmente pelo *logos* nele contido (registrado, por exemplo, em suportes diversos, tais como: tabuinhas de argila, papiros; em formatos tais como: pergaminho, rolos, códices, etc.). Contudo, a idéia de *biblos* está diretamente relacionada a documentos escritos.

Consideramos que Otlet, ao dissertar sobre a paridade conceitual entre Bibliologia e Documentação, buscou, para a ampliação conceitual de documento, a essência do *biblos*, somada à amplitude das possibilidades informativas presentes, inclusive, nos objetos não escritos, para, enfim, configurar a extensão conceitual-abstrata de *livro/documento*. Esse foi um dos aspectos importantes no âmbito da Documentação que tornaram possível explicar as constantes releituras e resgate da obra otletiana no universo da CI para compreender, sobretudo, a configuração conceitual de documento.

Podemos seguramente dizer que Otlet tinha conhecimento da noção ampla do *biblos* ou *biblion*. O autor estava ciente da necessidade de ampliação conceitual de documento frente à noção da Biblioteconomia "clássica", pois reconheceu que o documento seria a "[...] representação da realidade sob uma forma literária ("biblion", o escrito, o texto), gráfica ou plástica (o ícone, a imagem)." (OTLET, 1934, p.372). Numa outra passagem, Otlet (1934, p.9) se mostrou enfático:

> Livro (biblion, documento ou gramma) é o termo convencional empregado aqui para expressar toda classe de documentos. Compreende não somente o livro propriamente dito, manuscrito ou impresso, senão revistas, periódicos, escritos e reproduções gráficas de toda espécie, desenhos, gravuras, cartas, esquemas, diagramas, fotografias, etc. A documentação, no sentido amplo do termo, compreende: livro, elementos que servem para indicar ou reproduzir um pensamento considerado sob não importa que forma. (tradução livre).

Nesse caso específico, percebemos que quando Otlet se referiu ao *biblion* ele estava abordando o *escrito* no sentido amplo de *registro* de forma a se aproximar à noção de *logos* comentada há pouco. Tal noção ampla de documento possibilitou que o autor reconhecesse, também, os objetos ou os artefatos museológicos enquanto documentos, como é possível observar na esclarecedora citação:

> Os escritos (biblion) se dividem entre os que fazem referência direta à realidade e os relativos a uma imagem. Nesse caso, se dividem, por sua vez, em: a) relativos a uma reprodução da realidade (pintura, desenho, gravação, fotografia, escultura) e b) relativos a uma reprodução de uma reprodução, feita, por sua vez, mediante pintura, desenho, gravura, fotografia ou escultura. c) As realidades, as imagens, os escritos podem formar: 1º coleções, particulares ou universais; 2º catálogos das ditas coleções, separadamente ou em conjunto (catálogo universal). d) O repertório dos elementos da realidade (realia) é um inventário dos objetos, seres e fenômenos, a partir do ponto de vista do objeto em si mesmo, do lugar e do tempo, em três séries diferentes. e) *o museu é uma coleção de objetos reais.* f) *Nos organismos documentais se pode proceder de duas formas*

> *alternativas:* 1ª *dividem-se em serviços distintos as coleções de objetos reais, das diversas formas de reprodução.* 2ª *combinam-se, numa série única, as diversas coleções, catálogos ou repertórios que, em princípio, seria possível diferenciar.* g) As classificações das diversas coleções e de seus catálogos e repertórios se podem levar a cabo tomando bases diferentes para uns e outros, de forma que sejam possíveis as buscas por diferentes entradas. (OTLET, 1934, p.373, grifos nossos, tradução livre).

Tais palavras evidenciam que Rendón Rojas (2005) desconheceu e/ou desconsiderou o avanço da acepção proposta por Otlet (1934). Este autor belga reconheceu os objetos de museu como documentos passíveis de tratamento documental e de formar coleções que poderiam constituir – se adaptadas à terminologia de Rendón Rojas – *sistemas de informações documentais* institucionalizados.

O desfecho de nossas investigações desvelou algo, um valor, que a CI historicamente vem atribuindo a Otlet, mas que, até o momento, não fora enfrentado com o devido afinco e/ou não fora abordado em maior amplitude e profundidade.[246] Embora as recentes abordagens, implícitas, de Dodebei (1997) e de Murguia (2008); e, explicíta, de Rendón Rojas (2005; 2008), tivessem apontado para a *inovação*, por meio do reconhecimento da perspectiva social que influencia e justifica o documento em sua condição de *categoria* na CI, Otlet (1934), ainda no início do século XX, fora o primeiro a reconhecer, no contexto *prático-disciplinar*, o documento enquanto um pressuposto ontológico. Como vimos, esse salto qualitativo ocorreu quando o autor captou, reconheceu e transcendeu a noção de *biblos* como um objeto que contém *logos*, concepção essa fundamentada em uma construção metafísica que perpassou a Antigüidade e a Idade Média. Em suma, mesmo que tal percepção não seja explicitada na literatura da CI, quando pensamos a contribuição de Otlet (1934) para a ampliação conceitual de documento, estamos pensando na elevação deste conceito à condição de *categoria* para a Documentação.

Como argumentamos, a busca pela positividade do documento, à luz da corrente filosófica que influenciou a sua construção teórica, delineou e evidenciou algumas das limitações da concepção de *documento* no primeiro momento da Documentação. Entretanto, se compararmos a categoria *documento* de Otlet (1934) à que se enquadra no contexto da CI, podemos dizer que o *documento* otletiano, mesmo embebido pela *tradição*, fora igualmente

---

[246] Vale destacar que López Yepes reconheceu, mesmo indiretamente, a amplitude ontológico-conceitual de Otlet, quando este último outorgou "[...] à categoria documento um alcance universal; [tal categoria] não descansa na corrente da biblioteconomia em sua origem, senão que vem desde a perspectiva da necessidade de fontes de informação por parte do pesquisador ou usuário desta informação [...]" (LÓPEZ YEPES, 1981a, p.703, tradução livre).

inovador por apresentar o início da transição da *tradição* à *inovação*. Em outras palavras, a amplitude e a horizontalidade dos termos *documento-livro-biblion-gramma,* representando uma só categoria, possibilitou e deu margem a que Otlet reconhecesse, por exemplo, o documento museológico, coisa que muitos teóricos da CI, ainda hoje, relutam em reconhecer.

Conclusões

O "espírito positivo" do século XIX, refletido na Filosofia da História de Comte e na "História Positivista" de Ranke, atuou como ponto de partida para a abordagem hermenêutica proposta pelo movimento dos *Annales*, durante o século XX. Tais perspectivas foram pertinentes para a apreensão histórico-conceitual de documento em disciplinas como a Diplomática e a Documentação (capítulos 2 e 3), de modo a trazer subsídios teóricos que reforçassem a conjetura da relevância de ambas para a construção histórico-conceitual de documento no âmbito da CI.

No primeiro capítulo, foi possível observar que a ampliação conceitual de documento, promovida pelo movimento dos *Annales*, revelou ter sido responsável pela *inovação* nos estudos da cultura material e do próprio campo historiográfico. O êxito dessa inovação teórico-metodológica ocorreu no momento em que os fundadores dos *Annales* propuseram uma abordagem hermenêutica em direção à modificação qualitativa da relação entre sujeito e objeto (ou seja, entre historiador e fonte documental).

A cultura material, como uma manifestação cultural, pode ser considerada a maneira pela qual o homem, por meio de um processo interativo, experimentou, modificou, aprendeu, compreendeu, interpretou, representou e tirou proveito da natureza mediante o seu trabalho. Diante disso, os traços e rastros deixados e perceptíveis são os resultados da intervenção dos sujeitos no mundo sensível para fins de sobrevivência e para a sua própria satisfação individual e social.

O contato do homem com os indícios deixados por seus antepassados foi importante para a acumulação do conhecimento expresso materialmente. Poderíamos afirmar que o processo de documentar surgiu no momento em que o homem reconheceu, nas marcas deixadas por seus antepassados, infinitas utilidades (individuais e sociais) para a vida diária, isto é, quando percebeu que a sua memória (expressa cognitivamente) não era suficiente para resgatar a experiência do passado em sua amplitude.

Somado a isso, o processo de produção documental foi acompanhado, muitas vezes, pela constatação de que era preciso estabelecer espaços definidos para o armazenamento e acumulação de documentos, ou seja, o homem reconheceu a necessidade de eleger lugares específicos para depositar a documentação gerada. Dentre as primeiras formas de promoção da cultura material, o espaço milenar que se consagrou foi a biblioteca, que veio a ser uma instituição importante por ser dedicada à memória social e cultural. Esse espaço preserva o conhecimento produzido e expresso a partir da sofisticação da linguagem (com, por exemplo,

a evolução da escrita) e das diferentes formas de registro em suportes naturais e/ou confeccionados, visando usabilidade (leitura), comodidade e racionalização do processo de acumulação documental.

Se tomarmos como referência essas necessidades documentais, o conceito *documento*, desde a Antigüidade até a Idade Média, era relativamente amplo, pois contemplava indiscriminadamente diferentes tipos de suporte para a configuração do *biblos*, que tinha como principal elemento o *logos* (ou "informação"). No entanto, na Idade Moderna, o advento da imprensa tipográfica e a decorrente criação do mercado editorial e livreiro modificaram a acepção de documento, que, a partir de então, sofreu uma significativa redução conceitual quando a biblioteca deixou de ser o espaço de armazenamento do *biblos* e passou a ser o lugar de guarda, por excelência, do *livro* impresso.

Mas essa mudança se refletiu diretamente na maneira de documentar e, perceptivelmente, no aumento da capacidade de produção documental (por meio do instrumental tecnológico-tipográfico) e das formas de transmissão do conhecimento documentado. Essa potencialização do processo de transmissão de idéias foi fundamental para o desenvolvimento filosófico e científico europeu entre os séculos XV e XVIII e foi imprescindível para a divulgação dos ideários burgueses, expressos politicamente na Revolução Francesa.

Particularmente sob o "espírito positivo" do século XIX, reconheceu-se a importância de uma maior produção documental para a divulgação de idéias e para o funcionamento da burocracia moderna e, em decorrência disso, a atualização da memória registrada igualmente passou a ser valorizada. Concomitantemente aos estudos diplomáticos que atribuíam positividade ao documento, essa "nova mentalidade" foi relevante para o reconhecimento da "História Positivista" como disciplina acadêmica e para o reconhecimento profissional do historiador como um "homem de ciência". Nessa disciplina, houve uma outra forma de redução da concepção de *biblos* por meio da sobrevalorização do texto escrito (em particular, da documentação arquivística), a qual passou a ser o instrumental estratégico da "História Positivista", que constituiu o modelo historiográfico amplamente aceito até o início do século XX, quando surgiu uma reação crítica, desencadeada pelos precursores dos *Annales*.

Tal reação se deu a partir do questionamento dos preceitos dos métodos da História "tradicional", quando se reconheceu, explicitamente, a cultura material como um dos pilares para a transmissão de conhecimentos na modernidade. Em decorrência desse reconhecimento, a cultura material foi aceita como "disciplina auxiliar" e como objeto de estudo da própria História e de outras disciplinas, tais como a Arqueologia e a Antropologia.

A partir dessa constatação da importância da cultura material para a transmissão de conhecimentos, o nosso estudo foi orientado visando a propor uma dimensão integradora da concepção de cultura material – tendo a dimensão conceitual de documento como mote – no sentido de abranger as discussões no cerne da Documentação, que trouxe uma roupagem acadêmica (distinta daquela diplomática), voltada mais para o estudo da potencialidade do documento para a transmissão de conhecimentos.

Dessa forma, buscamos lançar bases para futuras reflexões, considerando a premissa de que atuamos inegavelmente na produção de uma cultura material que, por sua abrangência, pode ser considerada um objeto de estudo privilegiado no rol das investigações das ciências da documentação e da informação. Todavia, podemos inferir que a Diplomática, a Documentação e a CI se originaram, em grande medida, de uma compreensão "inconsciente" da importância e do papel estratégico que o estudo da cultura material tomou, em particular, na modernidade.

A percepção do descontrole da grande massa de conhecimento documentado (científico, tecnológico, artístico, etc.) produzida no seio do capitalismo industrial e de sua burocracia foi fundamental para a criação dessas disciplinas, consideração esta constatável se levarmos em conta que os seus principais objetos de estudo tiveram raízes ou se aproximaram do conceito *documento* (explicitamente na Diplomática e na Documentação) e da *informação registrada* ou *documentada* – objeto de interesse de grande parte dos fenômenos estudados pela perspectiva *prático-disciplinar* da CI. Desse modo, partimos da hipótese de que a Diplomática, a Documentação e a CI têm um papel fundamental e contribuem, significativamente, para o estudo da cultura material e, por conseguinte, da memória social e cultural.

Buscamos justificar tal premissa tendo como base o reconhecimento da cultura material a partir da contribuição teórica dos *Annales*, em sua proposta de ampliação conceitual de documento no campo da historiografia. Nesse caso, possíveis traços de convergência conceitual de documento entre a História e a Diplomática/Documentação foram relevantes para configurarmos a relação entre *tradição* e *inovação*, necessária para a apreensão do conceito *documento* no campo da CI.

Nessa direção, convergimos com as idéias de Appadurai (1991) e de Kopytoff (1991) quando afirmam que o documento tem uma "vida social" e uma "biografia". Nesse contexto, o "*status* de documento" do objeto estará continuamente sob tensão, na medida em que o documento pode perder a sua função social (original) distanciando-se de seu quadro valorativo vigente por ocasião de sua criação ou de sua apropriação. Em outros termos, o

documento pode ser interpretado e instrumentalizado socialmente de maneira diferente daquela convencionada a partir da interpretação inicial de sua espécie e da sua tipologia documental. Em síntese, o documento poderá sofrer um desvio na sua função documental, podendo descaracterizar-se como tal.

Nesse contexto, todo documento, necessariamente, nasce do processo de elevação da condição de um mero objeto (artificial ou natural) a um estágio qualitativamente diferenciado – o *objeto* torna-se *documento*.

Entretanto, isso só ocorre a partir da compreensão de que todo documento surge da ação do homem sobre determinado suporte material (artificial ou natural), seja para a modificação do seu estado físico originário por meio de uma intervenção intelectual (documento enquanto um objeto artificial, não natural) em que se atribui um valor simbólico-social (jurídico, estético, sentimental, lingüístico, etc.); seja pela identificação e interpretação de um signo/evidência (informação) em um objeto sem a necessidade de interferência na sua condição originária (natural).

No processo acima citado, observamos a integração do objeto a um sistema simbólico compartilhado em que os seus signos constitutivos serão reconhecidos por um determinado indivíduo, pertencente a um grupo social. Destarte, ao objeto serão atribuídos valorativamente determinados sentidos e significados que modificarão qualitativamente o seu *status* (de suporte/objeto) para alguma coisa individual e/ou socialmente aceita, por meio de um aspecto informativo reconhecido no objeto. Nesse caso, tais signos serão perceptíveis mediante a linguagem, deixando de ter um "estado bruto" e passando a ter uma significação simbólica que perpassará um conjunto de valores convencionados pelo uso (jurídico, administrativo, etc.), ou pela contemplação de cunho sentimental ou estético (como é o caso de uma obra de arte, uma relíquia, etc.) e pela contemplação fetichizada do objeto/mercadoria (no sentido marxiano do termo).

Seguindo tal horizonte interpretativo, compreendemos melhor por que para Le Goff todo documento pode ser considerado um monumento. "Ser" documento pressupõe a elevação de um mero objeto/suporte à categoria de alguma coisa que tem uma função individual ou social, seja ela qual for. Deste modo, quando dizemos que algo (evento, acontecimento, etc.) "foi" documentado, o emprego do verbo "ser" pressupõe necessariamente a existência de uma ação humana.

Em resumo, a ação de documentar não significa, tão somente, trabalhar e lapidar um objeto (seja pelo instrumental de uma pena ou de uma ferramenta de talhe) no seu processo efetivo de construção, pois tal ação objetivadora não se situa restritamente no processo

físico/intelectual. Essa ação pode se apresentar, igualmente, em um processo de interpretação (por exemplo, para a identificação e compreensão de uma evidência/signo). Todavia, em ambos os casos, a ação de documentar é perpassada pela racionalidade e pela linguagem.

Por outro lado, o ato de narrar um acontecimento e registrá-lo por escrito em um suporte (ou seja, de produzir um documento escrito) é um exemplo "clássico" de documentar que nos auxilia a compreender a dimensão da *tradição*. Ademais, cabe salientar que o documento/produto originário dessa ação foi tão amplamente aceito e convencionado que a "História Positivista" do século XIX considerou somente os *documentos escritos* como fontes históricas válidas.

Essa foi uma das principais características da citada corrente historiográfica e foi justamente o aspecto questionado pelo movimento dos *Annales*. Os historiadores deste movimento criticaram o método de análise das fontes que tinha como parâmetro apenas a superficialidade fenomênica que era expressa nos documentos oficiais escritos. O problema, nesse caso, não estaria na utilização dessas fontes, e sim, na compreensão de que elas seriam as únicas válidas para a escrita da História. Em outros termos, esses historiadores evidenciaram aquilo que se constituía como uma concepção positivista ingênua de documento.

Quando os teóricos dos *Annales* apreenderam a relevância da cultura material para o estudo do processo histórico e perceberam que o ato de documentar também pode ser uma ação externa ao objeto, houve uma complexização do trabalho do historiador, particularmente quando ele passou a ter a difícil incumbência de, em um processo interpretativo, selecionar, identificar e reunir as evidências documentais relevantes para o seu trabalho, considerando a totalidade interpretativa que um objeto (artificial ou natural) pode trazer.

Nesse sentido, a prerrogativa de se "ler o documento nas entrelinhas" significou transcender, por meio do questionamento, o aparente inócuo (e inerte) informativo do objeto para a busca de sua "essência" (ou "essências", de acordo com a perspectiva do historiador). Em outras palavras, buscou-se identificar as evidências documentais como informações necessárias para o esclarecimento das dúvidas e dos questionamentos que surgem durante a investigação do passado. Nesse caso, o processo de identificação do documento se daria a partir do seu questionamento e foi esta constatação que revelou uma outra natureza do ato de documentar e de apreender a fonte documental, transcendendo-se, desse modo, a percepção ingênua de documento aceita pela "História Positivista".

Como observamos, a concepção da "História Positivista" encontrou fulcros na sistematização do tratamento documental, baseada no exercício de se "pôr à prova" a

autenticidade dos documentos (ou diplomas) mediante uma análise pretensamente criteriosa dos seus elementos estruturais (externos e internos), em particular quando tais práticas, em sua fase empírica (crítica documental), passaram a ser formalizadas disciplinarmente com a inserção da Diplomática na academia.

A referida discussão foi retomada e aprofundada no segundo capítulo, quando abordamos, de forma específica, a configuração conceitual do documento como principal objeto de estudo da Diplomática. Para tanto, evidenciamos os valores documentais atribuídos mediante a instrumentalização do "método diplomático" pelas disciplinas História, Direito e Arquivística. De modo geral, nossa pesquisa buscou igualmente contribuir para a discussão da *teoria diplomática*.

Vale ressaltar que em nossa revisão bibliográfica observamos ausência de consensualidade na caracterização da Diplomática como *ciência*, *disciplina* ou simples *processo* ou *técnica* no âmbito do universo do conhecimento, em particular, por ela possuir objetivos de natureza aplicada e teórica revelados, respectivamente, na *crítica diplomática* e na *teoria diplomática*.

À luz dessa diversidade nominativa, podemos afirmar que a Diplomática se aproxima mais da categorização de uma disciplina, voltada para um interesse eminentemente prático (e técnico) com o objetivo de identificar e descrever os elementos formais encontrados em documentos escritos, caracterizados por uma estrutura definida justamente a partir da função documental que os singulariza. Tais documentos podem ser emanados por instituições, entidades, pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que atestam a validade de um determinado ato e, logo, no seu processo de elaboração/produção, transmitem, de forma consciente ou inconsciente, uma série de padrões sociais e subjetivos que evidenciam o fenômeno de continuidade e descontinuidade presente no descompasso entre o convencional e o socialmente inadequado.

Essa disciplina ganhou novas aplicabilidades instrumentais quando foi pensada sob a lógica de organização dos arquivos modernos, onde o documento, agora concebido como um tipo documental, deixou de ter valor simplesmente por sua função e conseqüente estrutura que o definia singularmente. Isso ocorreu no momento em que o *tipo documental* passou a ser definido pela sua relação orgânica com os outros documentos de mesma categoria (no processo de constituição dos conjuntos arquivístivos) caracterizados por sua natureza probatória e por serem procedentes de um mesmo órgão, entidade ou pessoa geradora e/ou acumuladora.

Considerando a natureza multifacetada do documento diplomático, por apresentar valor jurídico-administrativo (arquivístico por excelência) e histórico, destacamos as seguintes características e atributos a ele inerentes: a) pode ser gerado na esfera pública ou privada e utilizado por autoridades, instituições e indivíduos; b) está sujeito à submissão e sistematização imposta pelo Direito, apresentando requisitos formais de redação (caracteres internos e externos) que lhe conferem relativa confiabilidade e legitimidade social (ou seja, pode ser "eivado de fé pública"); c) é aquele testemunho fixado por escrito, podendo apresentar conteúdo variado e ser usado instrumentalmente como "fonte de informação" ou prova (num contexto jurídico e/ou arquivístico), para a garantia e/ou sistematização de direitos, contratos, normas, ações, etc. e para a atualização da memória social e cultural; e d) sua estrutura, conteúdo e tipologia documental (que lhe garantem "validez", "solenidade" e "fidedignidade") são afetados diretamente pelos valores (usos e costumes), que são históricos e que, portanto, mudam ou podem mudar com o passar do tempo e lhe conferem valor histórico.

No terceiro capítulo, abordamos o conceito de documento no contexto da Documentação, que, igualmente, o tem como objeto de estudo, porém, com um enfoque disciplinar distinto daquele diplomático.

Observando a particularidade de tal enfoque para o desenvolvimento disciplinar da Documentação, notamos que, numa primeira fase "positivista" (aproximadamente a partir de 1930), ocorreu a ampliação conceitual de documento quando sucedeu a retomada, por Otlet, de uma visão transcendente de *biblos* (reconhecimento do *logos* contido no suporte). Com a ampliação conceitual proposta por Otlet, reconheceu-se que o *livro*/*documento*/*biblion* seria toda forma material produzida pelo homem, contendo alguma propriedade informativa ("*logos*"). O documento, nesse contexto, assumiria a condição de *categoria* da Documentação (ver itens 3.3 e 4.4).

Além disso, cabe ressaltar que com essa aproximação da Documentação à noção de *biblos,* sucedeu uma ampliação conceitual que elevou o documento à condição de categoria em duas perspectivas: a) comparativamente à noção restrita de *livro* impresso, abordada pela Biblioteconomia "clássica" ou moderna; b) comparativamente à noção de fonte documental da "História Positivista", na medida em que, para Otlet, o *texto escrito* não seria o único representante documental dotado de objetividade. Mas, relativamente a esta segunda perspectiva, é interessante observar que foi justamente a persistência da noção de objetividade, atribuída ao documento, que indicou a aproximação conceitual de documento entre Documentação e "História Positivista".

Considerando tal aproximação, torna-se relevante retomarmos aspectos já mencionados acerca da problematização do entendimento de "História Positivista" no sentido de esboçarmos uma tentativa de elucidação para a seguinte questão: a objetividade documental compreendida por Otlet se aproxima mais de uma perspectiva apreendida por Comte ou por Ranke?

Como já ressaltado, a idéia de *positividade* foi predominante durante todo o século XIX, quando se buscou interpretar a realidade dos fenômenos sociais aproximando a Filosofia das Ciências da Natureza. O Positivismo comteano foi a corrente filosófica que expressou o "espírito positivo" dessa época ao se tornar uma das sistematizações teóricas reconhecidas pelos interesses políticos burgueses. Mas, para Comte, o estudo da história, através da "teoria dos três estados", serviria como um instrumental fundamental para a realização do seu projeto político. Podemos observar que, em sua teoria, Comte não tinha, efetivamente, a preocupação de intervir empiricamente na realidade, bem como não chegou e idealizar um método científico propriamente empírico. Ou seja, a teoria de Comte foi elaborada eminentemente no plano filosófico, embora tenha influenciado o campo científico, como no caso da Sociologia (que foi institucionalizada e profissionalizada por Durkheim) e da História (em situação similar, elevada à categoria de "ciência metódica" por Ranke).

É interessante observar que Ranke concebeu a História sob uma perspectiva diferente da de Comte, pois buscou atribuir o estatuto de cientificidade à História como disciplina ao definir para ela um objeto e um método (com base na crítica documental), amparado na documentação oficial escrita (diplomático-arquivística); e possibilitou, nesse sentido, que a História assumisse um espaço disciplinar autônomo na universidade (assim como a conhecemos hoje). Ademais, Ranke acreditava que a relação empírica entre o profissional historiador ("homem de ciência") e a documentação estudada era eivada de objetividade e neutralidade.

Não negando a influência de Comte no pensamento de Otlet, a constatação de que Ranke atribuiu objetividade ao documento, a partir da relação empírica entre sujeito/objeto, nos levou a concluir que tal perspectiva possibilita uma maior aproximação da concepção otletiana de objetividade documental, na medida em que Otlet, ao delinear métodos para organização e disponibilização de documentos em seu *Traité*, concebeu uma função empírica entre sujeito/objeto próxima à da "História Positivista" rankeana. Além disso, vimos que a concepção de documento abordada por Otlet (1934) destoa da tese defendida por Ducheyne (2005).

Em suma, discordamos de Ducheyne (2005) quando afirmou que Comte não poderia ter tanta influência sobre o pensamento metafísico de Otlet, já que, supostamente, Comte se orientara mais pelo cientificismo antimetafísico. Essa tese pode ser problematizada a partir do próprio reconhecimento de Comte como um importante filósofo, isto é, a sua condição de filósofo já evidencia a sua relação com a metafísica. Ademais, a "teoria dos três estados", que foi o eixo norteador do seu sistema filosófico, representou claramente uma proposta metafísica no âmbito da Filosofia da História. Enfim, se por um lado Comte influenciou a *causalidade metafísica* de Otlet, este último pensou a relação sujeito/objeto estando mais próximo do cientificismo de Ranke. Ou seja, nesse caso o método científico teria função estratégica para a pretensa "reunião e organização do conhecimento mundial" mediante a prática "objetiva" dos profissionais documentalistas.

Após abordarmos essa fase "positivista" da Documentação, observamos, ainda, que a partir do ensaio de Briet (1951) o conceito *documento* nessa disciplina sofreu um redirecionamento, isto é, uma ampliação conceitual. Isso ocorreu quando a autora propôs uma abordagem mais alinhada à relação "hermenêutica" e *subjetivista* entre sujeito e objeto, aproximando ou apresentando certo paralelismo ao enfoque dos *Annales*.

Conservando a "idéia piloto" de Otlet acerca da necessidade de se considerar a variedade de suportes e não se restringir ao texto escrito, Briet (1951) propôs, implicitamente, uma superação da concepção de documento do autor belga ao divergir indiretamente da idéia de *objetividade documental* por ele apreendida e, ainda, ao ampliar a abrangência da possibilidade documental, considerando não apenas os objetos artificiais (ou seja, aqueles que sofreram a intervenção físico-intelectual do homem), mas também os objetos que se encontram em estado natural. Posteriormente, outros autores da área aprofundaram a concepção de Briet, a qual carecia de uma sistematização e de um aprofundamento teórico. Dentre esses autores, destacamos Meyriat (1981; 1993) e Buckland (1997b).

Nessa perspectiva, o documento seria aquele objeto (natural ou artificial) que apresenta uma intencionalidade e um traço de uma expressão identificável socialmente, por meio de um indício material de seu conteúdo. Em outras palavras, o documento seria um indício ou testemunho material que deriva da interpretação de um sujeito em sociedade. Os signos identificáveis (conteúdo informativo) no objeto poderão aproximar o sujeito interpretante do estado material originário deste objeto (artificial ou natural), valorativamente tomado como um suporte de informação, o qual será representativo de uma intencionalidade/inteligibilidade e de uma permanência/delimitação num espaço/tempo. Além disso, a intencionalidade da ação sobre o objeto, tanto na sua representação em outros

suportes como no local onde será armazenado, influirá na mudança do *status* qualitativo do mesmo em seu processo de objetivação para a sua "transformação" em documento de valor social.

Tal amplitude conceitual, proposta inicialmente por Briet, demonstrou um alinhamento (ou um paralelismo) à noção de documento apresentada pelo movimento dos *Annales*. Conforme observamos, após o término da Segunda Guerra, esse movimento teve um significativo reconhecimento e aceitação no cenário historiográfico francês e mundial (quando os seus teóricos se apoderaram do *establishment* histórico), algo que reforça ainda mais a nossa hipótese.

À luz das discussões apresentadas nos três primeiros capítulos, vale destacar que a contraposição "História Positivista" (ênfase objetiva) / Movimento dos *Annales* (ênfase subjetiva/social) foi importante para melhor observarmos importantes aspectos da *tradição* e da *inovação* no âmbito historiográfico, no momento em que questionamos a ênfase objetiva até hoje presente no enfoque e na teoria Diplomática, que, por sua vez, seguem influenciando a compreensão de documento na Arquivística.

Ademais, enquanto a Diplomática se preocupou com os elementos estruturais do documento (convencionados pelo uso), que lhe garantiriam certa legitimidade social por representar uma ação com uma finalidade específica (documento escrito, produzido pelo homem); a Documentação se ateve, principalmente, às possibilidades *informativas* que uma variada gama de *suportes* pode proporcionar – suporte artificial ou natural, respectivamente, produzido e/ou interpretado pelo homem. Essa amplitude conceitual foi construída historicamente desde o imbricamento de dois referenciais – o primeiro momento da Documentação (enfoque objetivo/social de Otlet) e o segundo (enfoque subjetivo/social de Briet).

Para pensarmos a aproximação interdisciplinar entre Diplomática e Documentação, trouxemos, no quarto capítulo, a dimensão do processo documental (no âmbito do TTI), em que o enfoque da lingüística textual tem influenciado a disciplina AD. Apesar do inegável papel da AD para o processo valorativo do documento por meio do seu registro (representação documental) para a sua institucionalização e organização num sistema informativo documental, a ênfase desta disciplina no texto escrito revela um enfoque que, mesmo nascido no âmbito dos estudos em Documentação, carrega consigo uma forte herança da tradição diplomática. Essa situação desvela uma contradição devido ao fato de a ampliação conceitual de documento acima citada não ser contemplada em sua abrangência, particularizando a função social do documento à sua modalidade escrita. Ainda assim, isso

não desmerece a importância nem do processo de AD nem tampouco do "método diplomático", que se apresentam como relevantes instrumentais teórico-práticos para a organização da informação.

Destarte, o quadro teórico esboçado até aqui ilustrou as bases da *tradição* e da *inovação* permeadas no percurso histórico-conceitual do documento no âmbito da História, da Diplomática e da Documentação. Esse esforço nos ajudou a visualizar, no quarto capítulo, a efetiva premência de se compreender o sentido deste conceito no âmbito da CI.

Nos três primeiros capítulos, verificamos que o documento se apresentou como um conceito essencial para a especulação do *devir* científico da CI. Isso porque a simples e naturalizada enunciação de que o documento, aleatoriamente, ***é*** um objeto de estudo da CI não se apresenta de forma satisfatória para configurá-lo no seu complexo espectro disciplinar. À vista disso, o quarto capítulo foi balizado pela seguinte indagação: se o documento existe para a CI, então qual o sentido de sua existência para esta disciplina?

Como vimos até aqui, cada uma das disciplinas estudadas (e que compuseram a base para responder tal indagação) ajudou a estabelecer relações que justificaram o emprego, até excessivo, do recurso de remissivas no presente trabalho. O entrelaçar das diferentes concepções teóricas levaram à situação de que, neste momento, é difícil estabelecer um grau hierárquico de importância entre os capítulos apresentados. Vale dizer que os três primeiros "flertaram" com a relação dialética entre *tradição* e *inovação* que foi explicitada no desenvolvimento do último capítulo.

Nesse último capítulo, apresentamos, primeiramente, algumas das principais premissas que buscaram justificar o "estatuto de criação" disciplinar da CI e, logo em seguida, procuramos fundamentar o nosso prisma de análise, destacando, em particular, a proposição do *programa de investigação* de Rendón Rojas (2005; 2008). Com a apresentação desse programa, iniciamos o desvelar das categorias *tradição* e *inovação*, particularmente, quando as configuramos no universo categórico da *Historik*, de Koselleck, que contempla o fundamento epistemológico da *História dos conceitos*.

Dessa forma, a dimensão metodológica proposta foi essencial para a delimitação das categorias de análise e para a apreensão da natureza dinâmica do conceito num universo científico e disciplinar. Se, por um lado, as categorias *tradição* e *inovação* se apresentaram como um par antitético que dialoga com a natureza das cinco categorias adaptadas do *Dasein* de Heidegger por Koselleck, elas também se mostraram transcendentes para situarmos a CI num contexto histórico amplo, uma vez que igualmente dialogaram com as *metacategorias* da *Historik* "espaços de experiências" e "horizontes de expectativa".

Sobre esse diálogo é importante destacar que a busca pela construção teórica e por identidade na CI criou nessa disciplina uma dinâmica própria. Em seu campo teórico se assentam valores em seu "espaço de experiência", onde se observam os intentos voltados ao aprendizado, à memorização, à permanência, etc. que alimentam o campo e a sua produção teórica. Em meio à aparente harmonia desse campo, vimos que a tensão política aflora quando grupos reivindicam seu espaço no domínio disciplinar da CI ou fora dele. Observamos como a reivindicação por espaço – num projetar-se deliberado em direção a um maior reconhecimento acadêmico – das disciplinas Biblioteconomia e Arquivística pode influenciar a construção teórico-conceitual quando assimilada no campo da CI. Dessa tensão, apercebemos os "horizontes de expectativas" que se referem ao projeto de futuro, ou seja, à expectativa do "vir a ser" disciplinar da CI.

Diante da especificidade do nosso estudo histórico-conceitual, a natureza abstrata das *metacategorias* "espaço de experiência" e "horizontes de expectativas" e das *categorias* "tradição" e "inovação" ganhou concretude com a dimensão hermenêutica da *História dos conceitos*, que possibilitou um "olhar" interpretativo sobre o conceito *documento*, de forma distanciada, permitindo configurá-lo numa estrutura disciplinar de maior abrangência (no caso de sua incorporação no *programa de investigação* da CI) e, também, possibilitando evidenciar a diacronia contida no emprego sincrônico do conceito. No âmbito da História dos conceitos, as categorias *tradição* e *inovação* podem ser comparadas, em termos koselleckianos, aos "índices de realidade" e às "perspectivas de futuro", respectivamente.

Em nossa proposta investigativa configuramos tanto as *metacategorias* como as *categorias* numa estrutura que visou a demarcar aspectos identitários da CI. Tal estrutura foi obtida por meio do *programa de investigação científica* de Lakatos, interpretado e adaptado por Rendón Rojas (2005; 2008) ao contexto disciplinar da CI. Sob essa perspectiva, a noção de possibilidade do convívio mútuo, e sob tensão, entre *tradição* e *inovação*, no plano teórico-conceitual da *cintura protetora*, foi importante para visualizarmos a delimitação do domínio disciplinar (abrangência e limite) da CI.

Observamos que o caráter sistêmico do campo, que o torna único e com certa vitalidade, se caracteriza pelo inter-relacionamento entre diferentes categorias. Tais categorias assumem um papel ontológico dentro do escopo teórico-conceitual de sustentação do *núcleo firme* por intermédio da *cintura protetora*. O inter-relacionamento necessário das categorias *usuário*, *instituição informativa documental*, *profissional da informação*, *informação* e *documento* garantem que o núcleo possa absorver críticas e inovações sem, necessariamente, perder de vista o horizonte da *tradição*.

Portanto, nesse *programa* buscou-se o convívio concomitante da *tradição* e da dinamismo das *inovações* das *instituições informativas documentais* movidas pelas mudanças sócio-culturais que testemunham e/ou estimulam as transformações dos perfis dos usuários que buscam dialogar e interagir com distintos sistemas, impulsionados por novas necessidades de informação. À luz dessa situação, a CI terá como desafio investigar, de forma crítica, as diferentes realidades que se colocam de modo a trazer subsídios teóricos que não se distanciem da prática intelectual dos *profissionais da informação*. Isso porque tais profissionais nem sempre estarão sintonizados com os novos perfis de usuários e com as novas propostas de *instituições de informação documental* (com lógicas organizacionais, por vezes, não convencionais), nem tampouco com os novos desafios frente ao dinamismo dos suportes, dos formatos e dos tipos documentais.[247] Foi possível observar que o *programa de investigação* proposto por Rendón Rojas (2005; 2008) abriu margem para a incorporação de novos métodos, teorias e conceitos que poderão travar um embate no âmbito da *cintura protetora* sem, necessariamente, romper com a unidade do *núcleo central*. Enfim, nessa estrutura, a *inovação* não se sobrepõe indiscriminadamente à *tradição*, mas ambas convivem sob tensão.

Mas se o *documento* assume uma posição de pressuposto ontológico nesse programa, qual seria a sua natureza e a sua abrangência, considerando essa necessária relação entre *tradição* e *inovação*?

Conforme constatamos, a dimensão social do documento, representativa da *inovação* no campo teórico, trouxe os elementos necessários para respondermos essa questão. Nessa direção, o documento pode ser categoricamente pensado a partir do resgate dos dois momentos da Documentação.

Enquanto no primeiro momento, otletiano, teríamos a categoria *documento objetivo/social*; no segundo momento, com Briet (1951), poderíamos chamá-la de *documento subjetivo/social*, como argumentaremos a seguir:

- ✓ *Documento objetivo/social* – quando o documento assumiu uma dimensão de *categoria* para a Documentação, especificamente, durante o processo de transição entre *tradição* e *inovação*, mediante a paridade conceitual atribuída ao *documento-livro-biblion*. Essa transição foi importante, pois deu início à concepção ampla de registro e, também, porque

[247] Acerca dos impactos entre os novos suportes informacionais eletrônicos e digitais e os usuários, ver: AUGUSTÍN LACRUZ, Carmen; MUÑOZ ESCOLÁ, Mercedes. Nuevos usuarios, nuevos documentos. *Scire*, v.3, n.1, p.87-97, ene./jun. 1997.

a partir dela passou a se considerar o objeto museológico (produzido pelo homem). Embora a questão da objetividade do "produtor real" fosse sobrevalorizada ingenuamente, o documento já apresentava valor social, pois era pensado num contexto institucional;

- ✓ *Documento subjetivo/social* – momento em que a amplitude da ação hermenêutica incidiu no objeto no plano subjetivo de modo a descentralizar a figura "objetiva" do "produtor real" do objeto, passando a "dar voz" aos produtores de *segunda* e *terceira natureza* do documento. Nesse sentido, a possibilidade de também considerar o objeto natural como uma fonte documental num *sistema de informação documental institucionalizado* foi reconhecida no âmbito disciplinar da Documentação. A *inovação*, nesse contexto, iniciara uma importante trajetória.

Assim, o valor social do documento como uma *categoria* da CI derivou, em grande medida, da tradição da Documentação. Contudo, para pensarmos o documento nessa perspectiva no âmbito da CI, é interessante retomarmos a divisão das diferentes naturezas dos produtores, o que nos ajuda a entender o complexo processo do *devir* da categoria *documento*:

- ✓ *produtor de primeira natureza* – objetiva um conhecimento de forma direta num suporte qualquer, por intermédio da escrita/registro (código binário, metadados, pintura, fotografia, etc.). Em termos jurídicos, o indivíduo pode assumir uma autoria na condição de *pessoa física* (que expressa um pensamento, realiza uma atividade administrativa, etc.) ou *jurídica* (que responde dativa ou passivamente às normas de uma autoridade legal, do Estado, etc.).

- ✓ *produtor de segunda natureza* – atribui significação para fins informativo/utilitários, ou seja, o objeto em questão seria aquele valorado para fins privados e que cumpre uma função informativa específica para o indivíduo (valor jurídico, administrativo, sentimental, estético, memória, etc.). Isto é, o objeto artificial manufaturado e/ou industrializado (confeccionado pelo produtor de *primeira natureza*) e o objeto natural (encontrado na natureza) serão interpretados para, a partir de então, serem valorados como documentos. O ato de "produção", nesse caso, ocorre mediante a interpretação que, será individual e subjetiva.

- ✓ *produtor de terceira natureza* – considera o produto do processo de significação atribuído pelos produtores de *primeira* e *segunda natureza* e, de modo particular, atribui significação para fins socioculturais/informativo-documentais. Esta natureza de produtor completa o ciclo numa posição estratégica para a transformação do objeto num documento de valor social que se apresentará como uma *categoria* do *programa de investigação*. Isso porque tal produtor se "encarna" na figura do *profissional da informação*, que também assume um papel categórico equivalente na *cintura protetora*.

A distinção da natureza dos produtores do documento é relevante para a apreensão do processo eletivo ocorrido no âmbito teórico da CI, que ora privilegia a *tradição*, ora a *inovação*. Ademais, a compreensão do percurso histórico do conceito *informação* também é importante, principalmente se pensamos a relação entre sujeito e objeto a partir da perspectiva do produtor. Nesses termos, o *enfoque objetivo* da informação ganha espaço quando são priorizados os produtores de *primeira natureza* e o *enfoque subjetivo* ganha destaque na ocasião em que se priorizam os produtores de *segunda natureza*. Como vimos, esses dois casos são representativos da *tradição*.

Não obstante, a relação entre *documento* e *programa de investigação* da CI começa a adquirir traços marcantes da *inovação* quando, durante o processo interpretativo, não são desconsideradas as perspectivas *objetiva* e *subjetiva* da informação. A partir deste convívio entre *inovação* e *tradição*, a *informação* passará a ter uma *função social* no momento em que é contextualizada numa *instituição informativa documental*. Nesse sistema, o *profissional da informação* (produtor de *terceira natureza*) mediará a *informação* ao *usuário*, atuando nos processos de organização, recuperação e disseminação da informação, permitindo, assim, o seu acesso para suprir sua necessidade informacional. Todo esse percurso é responsável, ainda, pela elevação qualitativa da condição do suporte de informação (material) à categoria de *documento*, que, a partir de então, passará a ter valor social e/ou cultural para a sociedade e valor ontológico para o universo teórico do *programa de investigação* da CI.[248]

É importante salientar que o *programa de investigação* da CI, proposto por Rendón Rojas (2005), representa uma *estrutura* fundamentada no universo da Filosofia da Ciência. Entendemos que o reconhecimento dessa estrutura não significa uma aceitação passiva da mesma nem tampouco de seus elementos constitutivos. Além disso, embora tenhamos nos orientado pela referida *forma* (estrutura), nossa preocupação voltou-se eminentemente a

[248] Nota-se que todas as categorias que compõem a *cintura protetora* se inter-relacionam de modo dependente e necessário, situação essa que confirma o valor ontológico destas para o *programa de investigação* da CI.

questões relativas ao *conteúdo* científico (teórico-conceitual). Buscamos evidenciar, com tal enfoque, que a CI ainda se encontra em seu limiar e que carece, hodiernamente, de estudos de natureza epistemológica e histórico-conceitual.

Nessa direção, reconhecemos que a CI, na condição de ciência social, tem a premência de se fundamentar no conhecimento formal produzido e acumulado para que possa almejar condições mínimas de cientificidade para a observação e investigação dos fenômenos informacionais e subjacentes.

O estudo da tradição científica, permeada por diferentes bases filosóficas, nesse contexto, assume importância singular para a criação de novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, para que se possam edificar referenciais os quais possibilitem a comparação dos conhecimentos novos com os antigos, bem como para que a comunidade científica possa se "policiar" criticamente a fim de evitar que "a roda seja reinventada constantemente".

Para tanto, comprovamos que, num plano teórico, o estudo de natureza histórico-conceitual tem uma importante função para essa autocrítica. Vimos ainda que, com esse recurso investigativo, é possível o contato com a *tradição* de modo a compará-la com a *inovação* e, desde então, acumular conhecimento para a análise crítica nos momentos de sobrevalorização de um ou de outro. Em particular, a História dos conceitos foi relevante, pois possibilitou que nos deparássemos com aspectos da *tradição* os quais, pelo vigor com que a comunidade científica ainda deposita neles sua confiança, continuam atuando como importantes "índices de realidade" no campo disciplinar. Por outro lado, desde o questionamento da *tradição*, a *inovação* surge com propostas alçadas rumo a "expectativas de futuro" que nem sempre são coerentes, pois, não raras vezes, a "novidade" apresenta-se de forma aparente, já que a essência da *tradição* perdura.

Ademais, o *programa de investigação* de Rendón Rojas (2005; 2008) apresentou-se como uma estrutura propícia para a análise crítica do conceito *documento*. Com base nesse programa, o nosso estudo buscou "desvelar", mediante resgate histórico, as nuances da natureza ontológica que o conceito apresenta quando elevado à condição de categoria pertencente ao quadro teórico da CI. Esse esforço se justifica se pensarmos metaforicamente que esse "véu", mesmo se translúcido, dificulta a observação dos matizes e das marcas que o tempo imprime. A sincronia do conceito – diante do olhar desatento pela carência de acuidade para a sua compreensão histórica – pode apresentar-se imponente e ocultar, deliberadamente, a diacronia proposital e questionadora no campo disciplinar que, num embate silencioso (pela força que a impele), poderá continuar num "monólogo sem público". Ou seja, a *tradição* poderá, intencionalmente, suplantar a *inovação*.

É importante destacar que, mesmo cientes das limitações imanentes a toda pesquisa científica – por ser apenas um recorte da realidade estudada –, buscamos contribuir para as discussões epistemológicas no campo da CI. Os quatro capítulos da presente tese culminaram numa investigação de natureza claramente interdisciplinar em que as disciplinas História, Diplomática e Documentação auxiliaram na compreensão da dinâmica entre *tradição* e *inovação* para melhor pensarmos a dimensão histórico-conceitual de documento na CI. Isso possibilitou e viabilizou a defesa de nossa hipótese de que, desde a Documentação, o documento já se apresentava como uma *categoria* (ou um pressuposto ontológico) e, hodiernamente, esse conceito adquiriu traços categóricos bem definidos se pensado, sobretudo, a partir de uma *perspectiva social* no universo teórico do *programa de investigação* da CI.

A exemplo disso, no quadro-síntese a seguir observamos a relação entre *tradição* e *inovação* e os elementos essenciais que dela derivam para a constituição da categoria *documento* no universo teórico da CI:

Quadro 2 - Relação tradição/inovação e o "ser" documento na Ciência da Informação

	Universo disciplinar auxiliar	**Relação Interdisciplinar /teorias**	**Enfoque teórico - informação/ documento**	**Enfoque na relação sujeito/objeto**	**Natureza Objeto/Registro**	**Categorias de Dodebei - fase objeto/ documento**	**Produtor do documento**
TRADIÇÃO	**História**	"História Positivista"	Objetivo	Objetivista	Artificial + Escrito	Unicidade Virtualidade	Primeira natureza
	Diplomática	Arquivística História Direito	Objetivo	Objetivista	Artificial + Escrito	Unicidade Virtualidade	Primeira natureza
	Documentação (primeiro momento)	Arquivística Biblioteconomia Museologia	Objetivo Social	Objetivista	Artificial + diferentes signos	Virtualidade Significação	Primeira, segunda e terceira natureza
INOVAÇÃO	**História**	Movimento dos *Annales*	Objetivo Subjetivo Social	Subjetivista	Artificial / Natural + diferentes signos	Virtualidade Significação	Primeira e segunda natureza
	Documentação (segundo momento)	Arquivística Biblioteconomia Museologia	Subjetivo Social	Subjetivista	Artificial / Natural + diferentes signos	Virtualidade Significação	Primeira, segunda e terceira natureza

Com esse quadro podemos notar que a categoria *documento* encontra subsídio teórico-conceitual no âmbito da *tradição* por meio da variação das disciplinas História, Diplomática e

Documentação caracterizadas pelo enfoque *objetivista* que orienta a relação entre sujeito e objeto. Enquanto as duas primeiras disciplinas enfocam a natureza do objeto/registro (em sua *unicidade* e *virtualidade*) mediante o *suporte artificial* caracterizado pela *escritura*, gerada pelo produtor de *primeira natureza* (ênfase na informação objetiva); a Documentação, em seu primeiro momento, abrange o *logos* nesse suporte artificial a uma variedade de distintos signos passíveis de identificação (*virtualidade*) e de interpretação (*significação*). No campo da tradição otletiana, podemos observar que são considerados os produtores de documento de *primeira*, *segunda* e *terceira natureza* e os aspectos *objetivo*, *subjetivo* e *social* da informação.

Já na esfera da *inovação*, encontramos somente a variação das disciplinas História e Documentação, que são caracterizadas pela orientação *subjetivista* na relação sujeito/objeto. Outro fator comum advém do fato de ambas as disciplinas enfocarem a natureza do *objeto/registro*, tomando como parâmetro as categorias *virtualidade* e *significação*, que encontram sentido nos diferentes *signos* interpretados em objetos *naturais* ou *artificiais*. Não obstante, enquanto o estudo histórico prioriza o produtor de *primeira* e de *segunda natureza* (ênfase nas informações *objetiva* e *subjetiva*), a Documentação encontra mais uma vez o seu sentido considerando os produtores de *primeira*, *segunda* e *terceira natureza* do documento e, por conseguinte, os aspectos *objetivo*, *subjetivo* e *social* da informação.

Vale dizer que a dimensão da *inovação* foi ilustrada no final de cada capítulo. No primeiro capítulo, abordamos a *inovação* no âmbito historiográfico com o movimento dos *Annales* e a sua abertura ao estudo da cultura material. Podemos dizer, como assinalamos no segundo capítulo, que, mesmo no caso da Diplomática (em que a concepção tradicional prevalece), a *inovação* foi contemplada com a crítica de Cook (2001) à concepção tradicional de Arquivística e de documento diplomático/arquivístico de Duranti (1995). No contexto da Documentação, no terceiro capítulo, trouxemos a ambivalente relação entre *tradição* e *inovação* na ocasião em que comentamos a obra de Otlet (1934). Todavia, observamos nitidamente os contornos da *inovação* na Documentação no momento em que recorremos à proposta de Briet (1951) e a seus desdobramentos teóricos, os quais foram essenciais para pensarmos o último capítulo. Neste capítulo derradeiro, configuramos a dimensão categórica do *documento* na CI, principalmente quando o abordamos numa perspectiva social. Sob esse prisma, a *inovação* foi contemplada a partir das contribuições de Rendón Rojas (2005), Dodebei (1997) e Murguia (2008), tendo sido necessário, por sua vez, revisitarmos novamente as contribuições teóricas de Otlet (1934).

Ademais, vale destacar que não apresentaremos uma síntese na forma de um conceito de documento pretensamente completo, em tom de definição. Essa iniciativa buscou convergir com a perspectiva de análise de Koselleck, que, como observamos no item 4.2, não limitou o emprego da História dos conceitos a uma propedêutica simplesmente epistemológica, visto que seu método não tem a pretensão de identificar o uso promíscuo ou arbitrário dos conceitos para, em seguida, interferir propondo a correção, a normatização e/ou a reutilização de um conceito antigo, em desuso. (VILLACAÑAS; ONCINA, 1997, p.12-13).

À luz dessas ponderações, concluímos dizendo que o presente estudo propiciou evidenciar, com o *programa de investigação* da CI e com a *História dos conceitos*, o caráter dinâmico dessa "ciência", comparativamente ao caráter polissêmico do conceito em questão − o documento − através de sua trajetória histórica numa perspectiva científico-disciplinar. Desse modo, sem propor a sobreposição da *inovação* frente à *tradição* ou vice-versa, atentamos para a *necessidade* do convívio entre ambas no plano do *programa de investigação* da CI acreditando que a *perspectiva social*, neste momento, seja aquela capaz de congregar *tradição* e *inovação* sem exclusão, mas também sem harmonia, numa constante tensão política e teórica.

Referências

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 10520*: Informação de documentação-citações em documentos-apresentação. Rio de Janeiro, ago. 2002a.

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. *NBR 6023*: Informação de documentação-referências-elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002b.

A ERA VARGAS: 1º tempo - dos anos 20 a 1945. Liga das Nações. São Paulo: CPDOC/FGV, 1997. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos20/ev_centindep_liganacoes.htm>. Acesso em: 3 set. 2006.

ALBERTI, Verena. A existência na História: revelações e riscos da hermenêutica. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, 1996. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br./revista/arq/184.pdf>. Acesso em: 20 out. 2007.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Bibliotecas públicas e alternativas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 115-127, 1993.

_____. Novas tecnologias: e a população? *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 22, n. 1/2, p. 92-104, 1989.

_____. Implicações entre formação e objeto da área de informação. VII ENCUENTRO DE DIRECTORES, 8. Y ENCUENTRO DE DOCENTES DE ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA Y CIENCIAS DE LA INFORMACIÓN DEL MERCOSUR, 6. 30 ago. à 1 set. 2004a, Mar del Plata, Argentina. *Anais*… Mar del Plata, 2004a. CD ROM.

_____. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). *Profissional da informação*: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004b. p.70-86.

ALVES, R. C. V. *Análise Documental de Conteúdo de textos literários infanto-juvenis*: perspectivas metodológicas com vistas à identificação do tema. 2008. 165p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2008.

ANTONIO, D. M. *Análise do percurso temático e do percurso figurativo para identificação de temas em contos*. 2008. 137p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2008.

APPADURAI, Arjun. Introdución: las mercancías y la política del valor. In:_____. (Ed.). *La vida social de las cosas*: perspectiva cultural de las mercancias. México: Grijalbo, 1991. p.17-87.

ARNAU RIVED, P. En los Orígenes del Movimiento Documental. *Documentación de las Ciencias de la Información*, Madrid, n.16, p.185-192, 1993.

AUGUSTÍN LACRUZ, Carmen; MUÑOZ ESCOLÁ, Mercedes. Nuevos usuários, nuevos documentos. *Scire*, v.3, n.1, p.87-97, ene./jun. 1997.

BACHIMONT, B. De Otlet à Internet: ingénierie documentaire et management des contenus. In: IBERSID: ENCUENTROS INTERNACIONALES SOBRE SISTEMA DE INFORMACIÓN Y DOCUMENTACIÓN, 10., Zaragoza : [s.n.], 2005. 30p. Comunicação oral.

BARITÉ, M. Organización del Conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, Kester. (Org.). *Educação, universidade e pesquisa*. Marília, 2001. p.35-50.

_____. *Referenciales teóricos vigentes en el área de tratamiento temático de la información y su expresión metodológica*. Porto Alegre: ABEBD, 1998. 7 p. [Relatório técnico do II Encontro de Dirigentes dos cursos superiores de Biblioteconomia dos países do Mercosul, Buenos Aires, 27-29 nov. 1997].

BARTHES, R.; MARTY, E. Oral/Escrito. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v. 11, p. 32-57.

BAUER, Wilhelm. Documentos. In:_____. *Introducción al estudio de la História*. Trad. da 2.ed. alemã por Luis G de Valdeavellano. 3.ed. Barcelona: Bosch, 1957. p.354-377.

BEGTHOL, C. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *Journal of Documentation*, v. 42, n.2, p.84-113, 1986.

BELKIN, N. J. Information concepts for information science. *Journal of Documentation*, v.34, n.1, p.55-85, 1978.

BELKIN, N. J; ROBERTSON, S. E. Information Science and the phenomenon of information. *Journal of the American Societh for Information Science*, v.24, n.4, p.197-204, 1976.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Arquivos permanentes*: tratamento documental. São Paulo: T. A.. Queiroz, 1991.

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002a. 120p.

_____. Diplomática. In: SMIT, Johanna W.; LIMA, Yêdda Dias. *Organização de arquivos*: XIV Curso de especialização. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2000. f.50-68. (Gênese Documental, 2).

_____. O espaço da diplomática no ensino da arquivologia, *Caderno de Arquivologia*, Santa Maria, v.1, n.1, p.138-155, 2001.

_____. Tipologia documental. *Arquivo de Rio Claro*, Rio Claro, v.9, n.1, p.4-15, jan. 1990.

BENEDIKTSSON, Daniel. Hermeneutics: dimensions toward LIS thinking. *Library and Information Sciense Research*, n.11, p.201-34, jul.-sept. 1989.

BEMFICA, Juliana do Couto; CARDOSO, Ana Maria Pereira; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. 'Sociedade da Informação': estratégia para uma 'sociedade mercadorizada'. *Informática Pública*, Belo Horizonte, v.5, n.2, p.185-203, jul./dez. 2003.

BENOIT, Lelita Oliveira. *Sociologia comteana*: gênese e devir. Prefácio de Isabel Maria Loreiro. São Paulo: Discurso editorial, 1999. 427p. (Coleção Clássicos e Comentadores).

BLANQUET, M.-F. La fonction documentaire: etude dans une perspective histórique. *Documentaliste-Sciences de l´Information*, v.30, n.4-5, p.199-204, 1993.

BLOCH, Marc. A observação histórica. In:_____. *Introdução à História*. Ed. rev. aum. e criticada por Étienne Bloch. [S.l.]: Forum da História/Publicações Europa-América, 1997a. p.103-121. cap. 2.

_____. A crítica. In:_____. *Introdução à História*. Ed. rev. aum. e criticada por Étienne Bloch. [S.l.] : Forum da História/Publicações Europa-América, 1997b. p. 122-159. cap. 3.

BORKO, H. Information science: what is it? *American Documentation*, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BRAGA, G. M. Informação, Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p.84-88, jan./jun. 1995.

BRASIL. *Código de processo civil*. Obra coletiva de autoria da Ed. Saraiva. Colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. 31.ed. São Paulo: Saraiva, 2001. (Legislação brasileira).

_____. *Código penal*. Obra coletiva de autoria da Ed. Saraiva. Colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. 37.ed. São Paulo: Saraiva, 1999. (Legislação brasileira).

_____. Do processo e do Procedimento. Da prova documental. Da força probante dos documentos. *Código civil*. Colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto et al. 30.ed. São Paulo: Saraiva, 2000b. (Legislação brasileira).

_____. Do processo e do Procedimento. Das provas. Das disposições gerais. *Código civil*. Colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto et al. 30.ed. São Paulo: Saraiva, 2000a. (Legislação brasileira).

BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BROOKES, B. C. Measurement in information science: objective and subjective metrical space. *Journal of the American Society for Information Science*, v.31, n.4, p.248-255, 1980a.

_____. The foundations of information science. *Journal of Information Science*, v.2, n.3-4, p.125-133, 1980b.

BUCAILLE, Richard; PESEZ, Jean-Marie. Cultura material. Trad. Rui Santana Brito. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. v.16.

BUCKLAND, Michal K. Documentation, Information Science, and Library Science in the USA. *Information Processing and Management*, v.32, n.1, p.63-76, 1996.

_____. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

_____. Emanuel Goldberg, Electronic Document Retrieval, and Vannever Bush's Memex. *Journal of the American Society for Information Science*, v.43, n.4, p.284-294, may 1997a.

_____. What is a document? *Journal of the American Society for Information Science*, v.48, p.804-809, 1997b.

BUDD, John M. An epistemological foundation for Library and Information Science. *Library Quarterly*, v.65, n.3, p.295-318, 1995.

BUENO, R. M. *Receitas culinárias:* uma aplicação do método diplomático. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 1998.

BUNGE, Mario. Ciência básica, ciência aplicada e técnica. In:_____. *Ciência e desenvolvimento*. Belo Horizonte: Ed. Itália; São Paulo: EDUSP, 1980.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales*: 1929-1989: a revolução francesa da historiografia. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997. 154p.

_____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p.7-37.

_____. *Uma história social do conhecimento*: de Gutenberg a Diderot**.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BUSH, Vannevar. As we may think. *Atlantic Monthly*, v.176, n.1, p.101-108, 1945. Disponível em: <www.theatlantic.com/unbound/flashbks/computer/bush.htm>. Acesso em: 28 fev. 2004.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Informação, documento e arquivo: o acesso em questão. *Núcleo da Associação dos Arquivistas Brasileiros*: Núcleo Regional de São Paulo, São Paulo, n.11, p.1-12, maio/ago. 1993.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. [S.l.:s.n.], 2003. Disponível em: <www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 30 out. 2005.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007.

CARUCCI, Paola. *Il documento contemporâneo*: diplomática e criteri di edizione. Roma: La nuova Itália scientífica, 1987.

CASTELO BRANCO, Pedro Hermílio Vilas Boas. A sociologia dos conceitos e a história dos conceitos: um diálogo entre Carl Shmitt e Reinhart Koselleck. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.21, n.1, p. 133-168, jan./abr. 2006.

CHALMERS, A. F. *O que é ciência afinal?* Trad. Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993. 225p.

CHARTIER, Roger. História positivista. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques et al. (Org.). *A nova história*. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p.516-518.

CHAUI, Marilena. O nascimento da Filosofia. In:_____. *Convite à Filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2003a. p.30-38.

_____. Principais períodos da história da Filosofia. In:_____. *Convite à Filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2003b. p.46-59.

COMTE, Auguste. Plano dos trabalhos científicos necessários para a reorganização da sociedade. In:_____. *Opúsculos de Filosofia Social*: 1819-1828. Trad. Ivan Lins e João Francisco de Souza. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Globo/Ed. USP, 1972. p.55-136. (Biblioteca dos Séculos).

_____. Primeira Lição: exposição da finalidade deste curso, ou considerações gerais sobre a natureza e a importância da filosofia positiva. In:_____. *Curso de Filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti e trad. de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2.ed. São Paulo: Abril, 1983. p.3-20. (Os pensadores).

COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old Concepts. *Archival Science*, n. 1, p.3–24, 2001.

_____. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.129-150, 1998.

CRUZ MUNDET, José Ramón. Las ciencias auxiliares de la archivística. In:_____. *Manual de archivistica*. 4.ed. Madrid: Fundação Germán Sanchez Ruipéres, 2001.

DAMAZO, A. C. *Análise de assunto de conto espírita por meio do percurso figurativo e do percurso temático na análise de romances espíritas*. 2006. 126p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2006.

DAY, R. Paul Otlet´s book and the writing of social space. *Journal of the American Society for Information Science*, v.48, n.4, p.310-317, 1997.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1995. 293p.

DERVIN, B.; NILAN, M. Information needs and uses. *Annual Review of Information Science and Technology*, n.21, p.3-33, 1986.

DICK, Archie L. Epistemological positions and Library and Information Science. *Library Quartely*, v.69, n.3, p.305-323, 1999.

DIÉGUEZ LUCENA, Antonio. Los nuevos modelos racionalistas. In:_____. *Filosofía de la ciencia*. Madrid: Biblioteca Nueva; Universidad de Málaga, 2005. p.211-246.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. *O sentido e o significado de documento para a memória social*. 1997. 185p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://teses.ufrj.br/ECO_D/VeraLuciaDoyleDodebei.pdf >. Acesso em: 16 out. 2008.

DURANTI, Luciana. (Coord.). InterPares project. International Research on Permanent Authentic Records in Eletronic Systems. Vancouver: UBC, [2001]. Disponível em: http://www.interpares.org.index.html>. Acesso em: 15 ago. 2006.

_____. *Diplomática*: usos nuevos para una antigua ciencia. Tradução de Manuel Vászquéz. Carmona: S & C Ediciones, 1995. 170p.

_____. Registros documentais contemporâneas como prova de ação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, 1994.

DUCHEYNE, Steffen. Paul Otlet´s of knowledge and linguistic objectivism. *Knowledge Organization*, v.32, n.3, p.110-116, 2005.

EPSTEIN, Isaac. *Revoluções científicas*. São Paulo: Ática, 1988. 144p. (Ensaios 126).

ESCARPIT, Robert. *Teoria General de la Información y de la Comunicación*. Barcelona: Icaria, 1981.

FAUSTINO, Rosângela Célia; GASPARIN, João Luiz. A influência do positivismo e do historicismo na educação e no ensino de história. *Acta Scientiarum*, Maringá, v.23, n.1, p.157-166, 2001.

FAYET-SCRIBE, Sylvie. *Histoire de la documentation en France*: culture, science et technologie de l´information: 1895-1937. Paris: CNRS, 2001.

FERNÁNDEZ MOLINA, J. C. De la Documentación a la Information Science: antecedentes, nacimiento y consolidación de la "Ciencia de la Información" en el mundo anglosajón. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*, v.9, n.33, p.41-61, 1993.

_____. Enfoques objetivo y subjetivo del concepto de información. *Revista Española de Documentación Científica*, v.17, n.13, p.320-331, 1994.

FERNÁNDEZ MOLINA, J. C.; MOYA-ANEGÓN, F. Perspectivas epistemológicas "humanas" en la documentación. *Revista Española de Documentación Científica*, v.25, n.3, p.241-253, jul./sept. 2002.

FONDIN, H. L´activité documentaire: representation et signification. *BBF*, v.47, n.4, p.84-90, mai. 2002.

FRANCELIN, Marivalde Moacir. Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. *Ci. Inf.*, Brasília, v.33, n. 3, p.26-34, set./dez. 2004

FREIRE, Gustavo Henrique. Ciência da Informação: temática, histórias e fundamentos. *Perspect. Ciênc. Inf.*, Belo Horizonte, v.11, n.1, p.6-19, jan./abr. 2006.

FREIRE, Isa Maria. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 32, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2003

FREIRE-MAIA, Newton. *A ciência por dentro*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 262p.

FREITAS, Lídia Silva de. Sentidos da história e história dos sentidos da Ciência da Informação: um esboço arqueológico. *Morpheus - Revista Eletrônica em Ciências Humanas*, ano 2, n.2, 2003.

FROHMANN, Bernd. Documentation redux: prolegomenon to (another) philosophy of information. *Library Trends*, v.52, n.3, 1994.

_____. O caráter social, material e público da informação na contemporaneidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 19 a 22 nov. 2006, Marília. *Anais*... Marília.

FUSTER RUIZ, Francisco. Archivística, archivo, documento de archivo... necesidad de clarificar los conceptos. In: ANALES DE DOCUMENTACIÓN, 2., [S.l.: s.n], 1999. p.103-120. Disponível em: <http://www.um.es/fccd/anales/ad02/AD07-1999.PDF>. Acesso em: 20 jan. 2006.

GADIN, J.-C. et al. *La logique du plausible*: essais d´épistemologie pratique. Paris : Ed. Maison des Sciences de l´Homme, 1981.

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística, *Revista General de Información y Documentación*, 2003, v.13, n.2, p.7-35. Disponível em: <http://revistas.sim.ucm.es:2004/byd/11321873/articulos/RGID0303220007A.PDF>. Acesso em: 25 jan. 2006.

GARCÍA MARCO, Francisco Javier. El concepto de información: una aproximación transdisciplinar. *Revista Geneneral de Información y Documentación*, v.8, n.1, p.303-326, 1998.

GARCÍA-MORENO, Pilar Cortés. ¿El libro: cultura o industria editorial? RIBOT GARCÍA, Luis A. (Coord.). *El libro, las bibliotecas y los archivos en España*: a comienzos del Tercer Milenio. Madrid: Sociedad Estatal; España Nuevo Milenio, 2002. p.227-235.

GARCÍA RODRÍGUEZ, Antonio. Premisas diplomáticas y premisas de la Diplomática. In:_____. *Diplomática del documento administrativo actual*: tradición e innovación. Carmona: S&C ediciones, 2001. p.19-30. (Colección Biblioteca Archivística, n.8).

GAY, Peter. Ranke: o crítico respeitoso. In:_____. *O Estilo na História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.63-93.

GIANNOTTI, José Arthur. Comte: vida e obra. In: COMTE, Auguste. *Curso de Filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti e trad. de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. 2.ed. São Paulo: Abril, 1983. p.vii-xvi. (Os pensadores).

GLENISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

GONÇALVES, Cássia Denise. *A análise do documento fotográfico e a sua representação documetária*. 2000. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GONZÁLEZ de GÓMEZ, María Nélida. Cuestiones epistemológicas de la Ciencia de la Información y de la Bibliotecología. In: RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. *Problemas sobre teoría y epistemología de la ciencia bibliotecológica y de la información*: discusión y análisis. Ciudad de Mexico: UNAM, 2000. p.1-15. (Colección: Teoria y Métodos 1. Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas).

_____. Metodologia de pesquisa no campo da ciência da informação. *DataGramaZero* – Revista de Ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000b. Disponível em: <http://www.dgz.org.br>. Acesso em: 12 out. 2007.

_____. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v.6, n.1, p.5-18, jan./jun.2001.

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, J.M.; LOPES, I.L. (Org.) *Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação*. Brasília : Thesaurus, 2003. (Estudos avançados em ciência da informação; 2). p.100-117.

_____. Diplomática como perspectiva metodológica de tratamento documentário para o profissional da informação. In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGIA DEL MERCOSUL, 3., Montevidéu, 1999. (conferência).

_____. O caráter instrumental da Diplomática para tratamento temático de documentos na área jurídica. *Cadernos da F. F.C.*, Marília, v.7, n.1-2, p.97-106, 1998.

_____. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). *Revista Ciência da Informação*, v.1, n.1, jan./abr. p.77.99, 2008.

_____. *Análise documentária em jurisprudência*: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. 1994. 250f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa; FURLANETO NETO, Mário. O contexto jurídico da informação. In:_____. *Aspectos jurídicos e diplomáticos dos documentos eletrônicos*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005. p.7-19. (Instrumenta 2).

GUIMARÃES, J. A. C.; RABELLO, R. A contribuição metodológica da diplomática para a análise documental de conteúdo em arquivos e bibliotecas. In: RICHTER, E. I. S.; ARAUJO, J. C. G. (Org.). *Paleografia e Diplomática no curso de Arquivologia - UFSM.* Santa Maria: FACOS - UFSM, 2007. p.137-157.

HANSSON, Joacim. Hermeneutics as a bridge between the modern and the postmodern in library and information science. *Journal of Documentation*, v.61, n.1, p.102-113, 2005.

HEILPRIN, L. (Ed.). *Toward foundations of information science*. White Planis, N.Y.: Knowledge Industry Publications, 1985.

HELLEMANS, J. Paul Otlet (1868-1944): foudateur du mouvement bibliogique international. In : COLLOQUE INTERNATIONAL DE BIBLIOLOGIE, SCIENCE DE LA COMMUNICATION ECRITE : la Bibliologie : une science francophone.
hier, aujourd'hui, demain, 19., 2006. *Résumés...* Bélgica: l'Université Senghor et la Biblioteca Alexandrina Alexandrie, 2006. Disponível em :
<http://www.bib.ulb.ac.be/AIB/alexandrie/programme.html >. Acesso em: 25 ago. 2006.

HEREDIA HERRERA, Antonia. Diplomática y Arquivística. In:_____. *Diplomática general*: teoría y practica. Sevilla: Diputavión Provincial, 1988, p.36-43.

HESSEN, Johannes. *Teoria do conhecimento*. Trad. António Correia: Armenio Amado: Coimbra, 1973.

HJØRLAND, B. Fundaments of Knowledge Organization. *Know. Org*., v.30, n.2, p.87-111, 2003.

HOBSBAWN, Eric. Guerra Fria. In :_____. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. Trad. Marcos Santarrita. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.223-252.

HOLLAND, George Adam. Information science: an interdisciplinary effort? *Journal of Documentation*, v.64, n.1, p.7-23, 2008.

IBÁÑEZ SOLER, Federico. El libro entre la cultura y la industria editorial. In: RIBOT GARCÍA, Luis A. (Coord.). *El libro, las bibliotecas y los archivos en España*: a comienzos del Tercer Milenio. Madrid: Sociedad Estatal; España Nuevo Milenio, 2002. p.249-254.

INGWERSEN, P. Conceptions of information science. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of library and information science*: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992a. p.299-312.

_____. Information and information science in context. *Libri*, v.42, n.2, p.99-135, 1992b.

JARDIM, J.M.; FONSECA, M.O. As relações entre a arquivística e a ciência da informação. *Cadernos BAD*, n.2, p.29-45, 1992.

KOBASHI, Nair Y. *A elaboração de informações documentárias:* em busca de uma metodologia. 1994. 261p. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOBASHI, Nair Yumiko , SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G.M. A função da terminologia na construção do objeto da Ciência da Informação. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação,* v.2, n.2, abr. 2001. Artigo 3. Disponível em: <dgzero.org/abr01/Art_03.htm>. Acesso em: 23 fev. 2006.

KÖCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica*: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 20.ed. atual. Petrópolis: Vozes, 2002. 182p.

KOPYTOFF, Igor. La biografía cultural de las cosas: la mercantilización. In: APPADURAI, Arjun. (Ed.). *La vida social de las cosas*: perspectiva cultural de lãs mercancias. México: Grijalbo, 1991. p.89-122.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.134-146, 1992.

_____. Sobre a teoria e o método da determinação do tempo histórico. In:_____. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006. p.97-188.

_____. Historica y hermenéutica. In: KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997. p.65-94. (Pensamiento Contemporáneo, 43).

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 9.ed. São Paulo: Perspectivas, 2005. 260p. (Debates; 115).

LAKATOS, Imre. *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Lisboa: Edições 70, 1999, c1973. 207. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. Le document et l´information documentaire. *Sciences de la Société* : dimensions sociales du document, Toulouse, n.68, p.81-92, 2006. p.191-202.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. *A representação documentária*: em jogo a significação. 1993. p.39-44. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LE COADIC, Y.-F. *Ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996.

LE GOFF, Jacques. A história nova. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques et al. (Org.). *A nova história*. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p.253-288.

_____. Documento/monumento. In:_____. *História e memória*. Traduzido por Bernardo Leitão et al. 3.ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994. (Coleção Repertórios).

LOPES, Luis Carlos. Os princípios fundamentais e as práticas da arquivísticas. In:_____. *A informação e os arquivos*. Niteroi: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996. p.67-103.

LÓPEZ YEPES, J. La Documentación como disciplina: el concepto y el término. In:_____. (Comp.). *Fundamentos de información y documentación*. Madrid: Eudema, 1990. p.27-32. (Eudema Universidad: Manuales).

_____. *La documentación como disciplina*: teoria e história. 2. ed. actual. y ampl. Panplona: EUNSA, 1995. 337p.

_____. Reflexiones sobre el concepto de documento ante la revolución de la información: ¿un nuevo profesional del documento? *Scire*, v.3, n.1, p.11-29, jul.-dic., 1997.

_____. ¿Qué es la Documentación? *Boletín de la ANABAD*, XXXI, n.4, p.701-707, 1981a.

_____. El análisis documental. In: LÓPEZ YEPES, J.; SAGREDO FERNANDEZ, F. *Estudios de Documentación General e Informativa*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia; Centro Regional de Las Palmas, 1981b. p.115-141.

MAIA, V. L. *Elementos temáticos em rótulos de vinho:* uma aplicação da abordagem facetada. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) − Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

MANINI, Miriam Paula. *Análise documentária de fotografias*: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. 1997. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*: jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ed. Ática, 1986. 188p. (Ensaios 121).

MARCOS RECIO, J. C.; NUÑO MORAL, M. V. Los nuevos significados del concepto Documentación. In: CONGRESSO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1., *Actas...* 2000. Madrid: Universidad Complutense, 2000. Disponível em: <www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Jcmrecio.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2006.

MARTIN, Olivier. Le livre, les livres, dans la maison. Pour une sociologie de l´objet livre. In : GARABUAU-MOUSSAOUI, Isabelle ; DESJEUX, Dominique (Ed.). *Objet banal, objet social* : les objets quotidiens comme révélateurs des relations sociales. Paris : L´Harmattan, 2000.

MARTÍNEZ COMECHE, J. A. *Teoría de la información documental y de las instituiciones documentales*. Madrid: Síntesis, 1995.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memória*: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Ed. UNESP/FAPESP, 1999. p.11-29.

_____. Memória e cultura material: documentos materiais no espaço público. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.89-103, 1998.

MESSIAS, Lucilene Cordeiro da Silva. *Informação*: um estudo exploratório do conceito em periódicos científicos brasileiros da área de Ciência da Informação. 2005. 184p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, 2005.

MEYRIAT, J. Document, documentation e documentalogie, *Revue de Bibliologie, Schema et Schematisation*, n.19, p.51-63, 1981.

_____. Un siècle de documentation : la chose et le mot. *Documentaliste-Sciences de l´Information*, v.30, n.4-5, p.192-198, 1993.

MONTEIRO, Rodrigo Bentes. As Reforma Religiosas na Europa Moderna: notas para um debate historiográfico. *Varia Histórica*, Belo Horizonte, v.23, n.37, p.130-150, jan./jun. 2007.

MORAES, J. B. E. de. *Análise documental de textos narrativos de ficção*: uma proposta metodológica com vistas à identificação do tema. Marília: [s.n.], 2008. Projeto de Pesquisa.

MOREIRO GONZÁLES, J. A. *Introducción bibliográfica y conceptual al estudio evolutivo de la documentación*. Barcelona: PPU, 1990.

MURGUIA, Eduardo Ismael. A produção social do documento: valor, informação e instituição: um lugarde reflexão para as Ciências Humanas. In: HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; FURNIVAL, Chloe. (Org.). *Olhar*: ciência, tecnologia e sociedade. São Carlos: Centro de CECH-UFSCar, 2008. p. 225-235.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. *A dimensão diplomática do documento jurídico digital.* Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) − Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

NUÑEZ-CONTRERAS, Luiz. Concepto de documento. In:_____. *Archivistica*: estudios básicos. Sevilla: Diputación Provincial, 1981. p.25-44.

OCROSPOMA PELLA, Luis Enrique. Concepto jurídico penal de documento. *Boletín Jurídico Derecho.com*. Sep. 2001. Disponível em: <www.derecho.com>. Acesso em: 15 maio 2005.

OFFENSTADT, Nicolas. Begriffsgeschichte (Historie des concepts). In :_____. *Les mots de l´historien*. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2006a. p.16-17.

_____. Positivisme. In :_____. *Les mots de l´historien*. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail, 2006b. p.87-88.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: CENDÓN, Beatriz Valadares et al. *Ciência da Informação e Biblioteconomia*: novos conteúdos e espaços de atuação. Coordenação de Marlene de Oliveira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p.9-28. Didática.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGramaZero* – Revista de Ciência da Informação, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/out04/art_03.htm>. Acesso em: 3 maio 2005.

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. G. Documento e informação, conceitos necessariamente relacionados no âmbito da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: diversidade, cultura e políticas de informação, 9., 28 set. a 1 out. 2008, Marília. *Anais*... Marília. Comunicação oral apresentada ao GT-01 - Estudos Históricos e Epistemológicos da Informação.

OTLET, P. *Documentos e documentação*: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris, 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Separata). Disponível em: <www.conexaorio.com/biti/otlet>. Acesso em: 8 jan. 2002.

_____. *Traité de documentation* : le livre sur le livre : théorie et pratique. Bruxelles : Mundaneum, 1934.

_____. *El tratado de documentación*: el libro sobre el libro: teoría y práctica. Murcia : Universidad de Murcia, 1996.

_____. *L´Avenir du Livre et de la Bibliographie*. Bruxelles ; Paris ; Zurich : Institut International de Bibliographie, 1911. n.117. 296p.

PAULIUS RABIKAUSKAS, S. J. *Diplomática general*. Tradutor: P. Manuel Anguiano Villegas. Roma: [s.n.], 2000.

PEDRINI, I. A. D. *A questão do* aboutness *em documentos narrativos ficcionais*: subsídios para a análise documental de crônicas. 2007. 84p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2007.

PEREIRA, Luísa Rauter. *A História e "o Diálogo que Somos"*: a Historiografia de Reinhart Koselleck e a Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. 2004. 89f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2004.

PÉREZ GUTIÉRREZ, M. *El fenómeno de la información*: una aproximación conceptual. Madrid: Trotta, 2000.

PERIS BONET, R. *Proyecto docente*. Valencia: [s.n.], 2001. 22p. Disponível em: <http://www.uv.es/Ciencia/Cap9.pdf#search=%22%22PERIS%20BONET%22%20%22Proyecto%20docente%22%20%22pdf%22%22>. Acesso em: 10 ago. 2006.

PESEZ, Jean-Marie. A história da cultura material. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques et al. (Org.). *A nova história*. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: CASTRO, Lucia Siaines de. *Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade*. Org. por Lena Vânia R. Pinheiro. Brasília: IBICT, 1999. p.155-182.

_____. Informação: esse obscuro objeto da Ciência da Informação. *Morpheus*, ano 2, n.4, 2004. Disponível em: <http://www.unirio.br/morpheusonline/Numero04-2004/Ipinheiro.htm>. Acesso em: 8 mar. 2006.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. *Ciência da Informação*, v.24, n.1, 1995.

PINTO MOLINA, Maria. *El resumen documental*: paradigmas, modelos y métodos. 2.ed. corr. e atual. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001. 382p. (Biblioteca del libro).

POMIAN, Krzysztof. A história das estruturas. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques et al. (Org.). *A nova história*. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p.183-208.

PRATT, A. D. The information of the image. *Libri,* v.27, n.3, p.204-220, 1977.

RABELLO, Rodrigo. *A dimensão conceitual do documento*: uma análise comparativa nas áreas de Direito, Arquivologia, Diplomática e Documentação. Marília: [s.n], 2006a. 131f. (Relatório Parcial FAPESP MS 1, Processo: n.04/12841-0).

_____. *O documento na Ciência da Informação*: em busca da construção de um objeto a partir das concepções da documentação e da diplomática. Marília: [s.n], 2006b. 51f. (Relatório Parcial FAPESP MS 2, Processo: n.04/12841-0).

_____. *O documento na Ciência da Informação*: em busca da construção de um objeto a partir das concepções da Documentação e da Diplomática. Marília: [s.n.], 2006d. 22 f.. (Projeto de doutorado em Ciência da Informação na FFC-UNESP).

_____. *O documento na Ciência da Informação*: em busca da construção de um objeto a partir das concepções da documentação e da diplomática. Marília: [s.n], 2007. 92f. (Relatório Parcial FAPESP DD 2, Processo: n. n.06/56180-3).

_____. História dos conceitos e ciência da informação: apontamentos teórico-metodológicos para uma perspectiva epistemológica. *Encontros Bibli*: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v.13, n.26, 2º sem. 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1829>. Acesso em: 2 dez. 2008.

RABELLO, R.; GUIMARÃES, J. A. C. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB): a Dimensão Epistemológica da Ciência da Informação e suas Interfaces Técnicas, Políticas e Institucionais nos Processos de Produção, Acesso e Disseminação da Informação, 7., 2006, Marília. *Anais*... Marília : FAPESP, 2006c.

_____. Complementariedades disciplinares entre la Diplomática y la Documentación a partir del proceso de Análisis Documental: elementos para una reflexión. In: GARCÍA MARCO, Francisco Javier. (Org.). *Ibersid 2008*: revista de sistemas de información y documentación: avances y perspectivas en sistemas de información y documentación. Zaragoza: Ibersid; Prensas Universitarias de Zaragoza, 2008. p. 147-154.

_____. "Sociedade da Informação" no Brasil: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação. In: SIMPÓSIO DE FILOSOFIA E CIÊNCIA, 2005. Marília. *Anais*... Marília: [s.n.], 2005. CD ROM.

RAYWARD, W. B. Orígenes de la ciencia de la información y del Instituto International de Bibliografía / Federación Internacional de Información y Documentación (FID). In: RAYWARD, W. B.; ARNAN RIVED, P. *Hasta la documentación electronica*. 2.ed. Madrid: Mundarnau, 1995.

_____. The case of Paul Otlet, pioneer of information science, internationalist, visionary: reflections on biography. *Journal of Librarianship and Information Science*, London, v.23, p.135-145, 1991. Disponível em: <http://people.lis.uiuc.edu/~wrayward/otlet/PAUL_OTLET_REFLECTIONS_ON_BIOG.HTM>. Acesso em: 30 jul. 2006.

_____. Visions of Xanadu: Paul Otlet (1868-1944) and hipertext. *Journal of the American Society for Information Science*, v.45, n.4, p.235-259, may 1994.

REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. *Anais do Museo Paulista*, São Paulo, v.8/9, p.281-291, 2003.

_____. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.4, p.265-282, 1996.

REIS, G. C. *A dimensão diplomática do conteúdo informacional de documentos técnicos*: uma análise de manuais de instruções de pulverizadores automotrizes. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) − Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. 118p.

RENDÓN ROJAS, Miguel Ángel. *Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología*. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 1997. (Sistemas Bibliotecarios de Información y Sociedad).

_____. *Bases teóricas y filosóficas de la Bibliotecología*. 2.ed. México-DF: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2005. (Sistemas Bibliotecarios de Información y Sociedad).

_____. El papel del profisional de la información en el acceso y uso de la información documental. In: LA INFORMACIÓN en el inicio de la era electrónica: información, sociedad y tecnologia. México: UNAM-CUIB, 1998. T.2. p.241-271.

_____. La ciencia de la información en el contexto de las ciencias sociales y humanas. *DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação*, v.9, n.4, ago. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago08/Art_06.htm>. Acesso em:8 set. 2008.

REVEL, J.; CHARTIER, R. L. Febvre et les sciences sociales. *Historiens et Géographes*, Paris, n.272, fév. 1979.

RIESCO TERRERO, A. La Paleografia y Diplomática en el marco de los estudios de Documentación. In: CONGRESO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1., Madrid: Universidad Complutense, 2000. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/Ariesco.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2006.

RIEUSSET-LEMARIE, I. P. Otlet´s Mundaneum and the international perspective in the history of Documentation and Information Science. *Journal of the American Society for Information Science*, v.48, n.4, p.301-309, 1997.

ROBREDO, Jaime. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília: Thesaurus; SSRR Informações, 2003. 245p.

RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. *El documento*: entre la tradición y la renovación. Granada: Ediciones Trea, 2002. (Biblioteconomía y Administración Cultural, 67).

RONDINELLI, Rosely Curi. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos*: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. 160p.

SANCHES, Olivia. *A representação da informação de filmes*. 2007. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SÁNCHEZ PRIETO, Ana Belén. Aportación de la Paleografía y la Diplomática a las ciencias de la Documentación, la Filología y la Archivística. In: CONGRESO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1., 2000, Madrid. *Actas...* Madrid: Universidad Complutense, 14-17 nov. 2000. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/absanchez.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2006.

SANDER, S. La sociedad del conocimiento en Paul Otlet: un proyeto comteano. *Investigación Bibliotecológica*, v.16, n.32, p.26-40, enero / jun. 2002.

SANTOS, P. De M. dos. *O ponto de inflexão Otlet*: uma visão sobre as origens da Documentação e o processo de construção do Princípio Monográfico. 2006. 138f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. *Persp. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, jan./jun. 1996.

_____. Information science: origin, evolution and relations. In: VAKKARI, P.; CRONIN, B. (Ed.). *Conceptions of library and information science*: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992. p.5-27.

_____. Interdisciplinary nature of information science. *Ciência da Informação*, Brasília, v.24, n.1, p.36-41, 1995.

_____. Information Science. *JASIS -Journal of The American Society for Information Science*, v,50, n.12, p.1051-1063, 1999.

SARDE, C. L. P. (2003). Análise diplomática de bulas de medicamentos. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) − Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2003.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques et al. (Org.). *A nova história*. Trad. Maria Helena Arinto e Rosa Esteves. Coimbra: Almedina, 1978. p.394-426.

SENNET, R. Introdução: corpo e cidade. In:_____. *Carne e pedra*: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 1997. p.15-60.

SHERA, J. H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: GOMES, H. E. (Org.). *Ciência da informação ou informática*? Rio de Janeiro: Calunga, 1980. p.91-105.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. *Das "ciências" documentais à ciência da informação*: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, José Pereira da. Crítica textual e edição de textos. *Filologia*, [S.l.: s.n.], [2001?]. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viisenefil/03.htm>. Acesso em: 8 mar. 2006.

SMIT, Johanna W. (Org.) . *Análise documentária*: a análise da síntese. 2. ed. Brasília: IBICT, 1989. 135 p.

_____. *O que é documentação?* São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção primeiros passos, 174).

_____. A pesquisa na área de ciência da informação. *Transinformação*, Campinas, v.14, n.1, p.25-28, jan./jun. 2002.

_____. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? *R. bras. Bibliotecon. Doc.*, São Paulo, Nova Série, v.1, n.2, p.27-36, 2000a.

_____. O profissional da informação e sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *O profissional da informação*: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000b. p.119-134.

SMIT, Johanna W.; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da Informação: base conceitual para a formação do profissional. In: VALENTM, Marta Lígia Pomim (Org.). *Formação do profissional da informação*. São Paulo: Polis, 2002. p.9-23. (Coleção Palavra-Chave, 13).

SMIT, J. W.; GUIMARÃES, J.A.C. Análise documentária. In: SMIT, J. W.; LIMA, Y. D. *Organização de arquivos: XV Curso de especialização*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2001. p.61-76. (Processamento, 3).

_____. Os documentos arquivísticos e seu conteúdo: função X tematicidade. Comunicação apresentada no XII Congresso Brasileiro de Arquivologia, 1998.

SMIT, Johanna W.; TÁLAMO, Maria de Fátima G. M.; KOBASHI, Nair Y. A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. *DataGramaZero - Revista*

de Ciência da Informação, v.5, n.1, fev. 2004. Artigo 3. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev04/Art_03.htm>. Acesso em: 24 fev. 2006.

SOUZA, Gelson Amaro de. Prova documental. In:_____. *Curso de Direito Processual Civil*. 2.ed. ampl. e rev. Presidente Prudente: Data Júris Ed., 1998. p.682-699.

STONIER, Tom. Towards a new theory of information, *Journal of Information Science*, v.17, n. 5, p.257-263, 1991.

STRAIOTO, A. C. *Análise documentária de embalagens de shampoo*: uma alternativa de uso do método diplomático para o profissional da informação. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) − Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997.

TAMAYO, Alberto. Segunda parte: Diplomática. In:_____. *Archivística, diplomática y silografia*. Madrid: Catedra, 1996. p.55-225.

TESSIER, Georges. *La Diplomatique*. Paris: PUF, 1952.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. *O papel teórico de Luciana Duranti na Diplomática Contemporânea*. 2007. 47p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Arquivologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007. Pesquisa IC financiada pela FAPESP.

VALENTE, José Augusto Vaz. Acerca do documento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, [S.l.], v.11, n.3/4, p.177-198, jul./dez. 1978.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. O documento: atos e testemunhos da história. In:_____. *A pesquisa em história*. 4.ed. São Paulo: Ática, 2005. p.7-28.

VILLACAÑAS, José Luis; ONCINA, Faustino. Introducción. In: KOSELLECK, Reinhart; GADAMER, Hans-Georg. *Historia y hermenéutica*. Barcelona: Paidós, 1997. p.9-54. (Pensamiento Contemporáneo, 43).

VUILLEMIN, Jules. Conceito. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1987. v.37, p. 77-124.

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. *Information processing & Management*, v.29, n.2, p.229-239, 1993.

WERSIG, G.; NEVELING, U. The phenomena of interest to Information Science. *The Information Scientist*, v. 9, n. 4, dec. 1975.

WOLEDGE, G. “Bibliography’ and “Documentation”: words and ideas. *Journal of Documentation*, v.39, n.4, p.266-279, 1983.

ZINS, Chaim. Conceptions of Information Science. *Journal of the American Society for Information Science and Technology,* v.58, n.3, p.335-350, 2007.